

ISSN - 0553-8467

# PESQUISAS

---

ANTROPOLOGIA, N° 64

ANO 2007

---

**FRONTEIRAS GEOGRÁFICA, ÉTNICAS E  
CULTURAIS ENVOLVENDO OS KAINGANG E  
SUAS LIDERANÇAS NO SUL DO BRASIL  
(1889-1930)**

Luís Fernando da Silva Laroque

---

Instituto Anchieta de Pesquisas  
São Leopoldo - Rua Brasil, 725 - Rio Grande do Sul - Brasil

---

# **INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS - UNISINOS**

Rua Brasil, 725 - 93001-970 São Leopoldo, RS - BRASIL  
Caixa Postal 275  
www.anchietano.unisinós.br anchietano@unisinós.br

## **PESQUISAS PUBLICAÇÕES DE PERMUTA INTERNACIONAL**

**Diretor:** Pedro Ignácio Schmitz, S.J.

### **Comissão Editorial**

Artur Rabuske, S.J.  
Josafá Carlos de Siqueira, S.J.  
Pedro Ignácio Schmitz, S.J.  
Carlos Alberto Jahn, S.J.  
Fúlvio Vinícius Arnt

### **Conselho Editorial**

Rafael Carbonell De Masi, S.J.  
Beatriz Vasconcelos Franzen  
Maria Gabriela Martin Ávila  
Ana Luiza Vietti Bitencourt  
Bartomeu Meliá, S.J.  
Albano Backes  
Paulo Günter Windisch

### **Conselho Científico de Antropologia**

Beatriz Vasconcelos Franzen (UNISINOS)  
Maria Gabriela Martin Ávila (UFPE)  
Ana Luiza Vietti Bitencourt (UNIFESP)  
Tânia Andrade Lima (Museu Nacional - UFRJ)  
Paulo De Blasis (MAE - USP)  
André Prous (UFMG)  
José L. Peixoto (UFMS)  
Jairo H. Rogge (UNISINOS)

PESQUISAS publica trabalhos de investigação científica e documentos inéditos em línguas de uso corrente na ciência.

Os autores são os únicos responsáveis pelas opiniões emitidas nos trabalhos assinados.

A publicação de colaborações espontâneas depende da Comissão Editorial.

Pesquisas aparece em 3 secções independentes: Antropologia, História, Botânica.

PESQUISAS publishes original scientific contributions in current western languages.

The autor is response for his (her) undersigned contribution.

Publication of contributions not specially requested depends upon the redactorial staff.

Pesquisas is divided into 3 independent series: Anthropology, History, Botany.

---

Pesquisas / Instituto Anchietano de Pesquisas. - (2006). São Leopoldo : Unisinós, 2007.

343p. (Antropologia; n. 64)

ISSN: 0553-8467

---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Pesquisas, Antropologia está indexada em *Ulrich's International Periodicals Directory* e CLASE, entre outras indexadoras.



ISSN - 0553-8467

# PESQUISAS

---

ANTROPOLOGIA, N° 64

ANO 2007

---

**FRONTEIRAS GEOGRÁFICA, ÉTNICAS E  
CULTURAIS ENVOLVENDO OS KAINGANG E  
SUAS LIDERANÇAS NO SUL DO BRASIL  
(1889-1930)**

Luís Fernando da Silva Laroque

---

Instituto Anchieta de Pesquisas  
São Leopoldo - Rua Brasil, 725 - Rio Grande do Sul - Brasil

---

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	05
<b>Introdução</b> .....	09

### *PRIMEIRA PARTE:*

#### **OS KAINGANG E O ESTADO NACIONAL BRASILEIRO DURANTE AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO PERÍODO REPUBLICANO**

<b>1 O Estado Nacional e a questão indígena brasileira (1889-1910)</b> .....	41
<b>2 História dos Kaingang em seus tradicionais territórios entre os rios Paraná, São José dos Dourados e Paranapanema</b> .....	46
2.1 Os Kaingang em territórios de Bacias dos rios Tietê, Feio, Aguapeí, Peixe e Paranapanema .....	51
2.2 Lideranças Kaingang atuantes .....	82
<b>3 História dos Kaingang em seus tradicionais territórios entre os rios Paraná, Paranapanema e Iguaçu</b> .....	84
3.1 Os Kaingang em territórios de Bacias dos rios Ivaí, Tibagi e Iguaçu .....	89
3.2 Lideranças Kaingang atuantes .....	99
<b>4 História dos Kaingang em seus tradicionais territórios entre os rios eperi-Guaçu, Santo Antônio, Iguaçu e Uruguai</b> .....	109
4.1 Os Kaingang em territórios de Bacias dos rios Chopim, Chapecó e Peixe .....	113
4.2 Lideranças Kaingang atuantes .....	123
<b>5 História dos Kaingang em seus tradicionais territórios entre os rios Inhacorá, Uruguai e Sinos</b> .....	125
5.1 Os Kaingang em territórios de Bacias dos rios da Várzea, Passo Fundo, Lageado e Forquilha .....	133
5.2 Lideranças Kaingang atuantes .....	157

### *SEGUNDA PARTE:*

#### **OS KAINGANG E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO NACIONAL BRASILEIRO NOS PRIMEIROS ANOS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI)**

<b>6 O Estado Nacional e a Política Indigenista brasileira (1910-1930)</b> .....	177
--	-----

<b>7 Continuidade da história Kaingang em seus tradicionais territórios de Bacias dos rios Tietê, Feio, Aguapeí e Peixe</b> .....	182
7.1 Lideranças Kaingang atuantes .....	219
<b>8 Continuidade da história Kaingang em seus tradicionais territórios de Bacias dos rios Tibagi, Ivaí e Iguaçu</b> .....	233
8.1 Lideranças Kaingang atuantes .....	265
<b>9 Continuidade da história Kaingang em seus tradicionais territórios de Bacias dos rios Iguaçu, Chapecó e Uruguai</b> .....	273
9.1 Lideranças Kaingang atuantes .....	291
<b>Considerações Finais e Conclusão</b> .....	299
<b>Fontes Documentais</b> .....	303
<b>Fontes Bibliográficas</b> .....	324
Lista de Abreviaturas .....	343

## **Apresentação**

Desde a década de 1960 pesquisadores do Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS vêm-se ocupando com a história das populações da família lingüística Jê do Sul do Brasil, em trabalhos arqueológicos ligados principalmente às chamadas “casas subterrâneas” pré-históricas, e em trabalhos relacionados à cultura e história da população no período colonial e nacional. Uma idéia das pesquisas pré-históricas pode ser conseguida no volume editado por Pedro Ignácio Schmitz “Casas subterrâneas nas terras altas do Sul do Brasil” (Pesquisas, Antropologia 58, 2002). Sobre a população do período colonial e nacional, o livro de Ítala Irene Basile Becker, intitulado “O índio kaingang no Rio Grande do Sul” reuniu por primeira vez, competentemente, os conhecimentos dispersos. Ele teve uma primeira edição em Pesquisas, Antropologia (1976), uma nova edição pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1995) e uma nova tiragem da primeira edição em 2006. Um segundo livro, de Ítala Irene Basile Becker e Luis Fernando da Silva Laroque, com o título de “O Índio Kaingang do Paraná: subsídios para uma etno-história” foi editado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999). Com o conhecimento adquirido nas colaborações anteriores, Laroque escreveu sua dissertação de mestrado, estudando as “Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)”, que foi publicada em Pesquisas, Antropologia, no ano 2.000. Esta pesquisa foi continuada em sua tese de doutorado, que denominou “Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930)”, que é o texto que está em suas mãos. Com a premissa de que esse índio tem uma história própria, da qual ao menos as lideranças estariam conscientes no enfrentamento das variadas situações criadas pelas frentes de expansão e colonização, o autor procura mostrar, através de documentos e bibliografia produzidos por europeus e seus descendentes, que nesse embate os líderes procediam de acordo com sua cultura tradicional e não a esmo ou conforme padrões europeus. Nem sempre as fontes são favoráveis à defesa desta tese, por serem vagas e pré-conceituosas, exigindo considerável esforço interpretativo. Mesmo assim, a versão apresentada proporciona considerável avanço no conhecimento da cultura e da história do Kaingang, uma das maiores populações indígenas do Brasil para as quais os dois últimos escritos de Laroque se tornam referencial obrigatório.

## Resumo

*Esta tese estuda a história dos Kaingang no sul do Brasil, no período de 1889 a 1930, e suas relações com os mecanismos efetivados pela Frente Pioneira, principalmente, através do estabelecimento de fazendas, das missões religiosas, da construção de estradas de ferro, da instalação de companhias colonizadoras e de agências oficiais, como a Companhia e Diretoria de Terras e Colonização e o Serviço de Proteção aos Índios. O trabalho, baseando-se principalmente em aportes teórico-metodológicos de Marshall Sahlins, Terence Turner e Fredrick Barth, tem como proposta de análise abordar as relações entre a Sociedade Kaingang e a Sociedade brasileira, enfocando os Kaingang e suas lideranças como sujeitos atuantes de sua história. Considerando os tradicionais territórios desses nativos, delimitados pelas bacias dos rios Tietê, Paranapanema, Tibagi, Ivaí, Iguaçu e Uruguai, dividimos a tese em dois momentos: O primeiro de 1889 a 1910, e o segundo de 1910 a 1930 nos quais, abordando eventos que envolviam a atuação dos Kaingang e de suas lideranças numa situação de fronteira, procuramos explicitar, em alguns momentos da história, a alteridade, esforçando-nos por entendê-la pela ótica nativa. Constatamos que os Kaingang e seus líderes, seguindo as pautas culturais de seu grupo, agiram ao longo do período como protagonistas de sua historicidade.*

**Palavras-Chave:** Kaingang – Lideranças – História – Fronteiras – Sul do Brasil

## INTRODUÇÃO

Os Kaingang fazem parte das Sociedades Jê e constituem um dos mais numerosos povos indígenas do Brasil Meridional. Tradicionalmente encontravam-se estabelecidos em territórios localizados nas Bacias hidrográficas dos rios Tietê, Feio, Aguapeí e Paranapanema (São Paulo); Bacias hidrográficas dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu (Paraná) e Bacias hidrográficas entre os rios Iguaçu e Uruguai (em Santa Catarina). Avançavam pelos territórios das Bacias hidrográficas dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio (Misiones, na Argentina) e ainda sobre os territórios das Bacias hidrográficas dos rios Sinos, Caí, Taquari, Jacuí e Uruguai (no Rio Grande do Sul).

Atualmente, a etnia Kaingang totaliza uma população calculada em torno de vinte e cinco mil indivíduos e ocupa mais de duas dezenas de áreas indígenas, as quais se espalham em territórios localizados desde as Bacias hidrográficas do rio Tietê até os territórios das Bacias hidrográficas do Atlântico Sul, localizadas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sobreviveram ao impacto de diferentes frentes exploradoras e colonizadoras como, por exemplo, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, como as expedições ibéricas rumo ao sul do Brasil e as dos jesuítas a serviço de Portugal e de Espanha. E no século XIX aos mecanismos da Frente de Expansão representados pelo estabelecimento de fazendas, abertura de estradas, colonização alemã e italiana, a política oficial dos aldeamentos indígenas, os projetos de catequese capuchinha e jesuítica e a instalação de companhias de bugreiros e pedestres que avançaram sobre o seu mundo.

No decorrer do século XX e primeiros anos do século XXI, a Frente Pioneira, visando atender aos interesses do sistema capitalista, se movimenta sobre os territórios Kaingang através da abertura de estradas de ferro e de rodagem, da intensificação agrícola e da reserva de áreas florestais e, posteriormente, à tentativa de confinamento dos nativos dentro de áreas estabelecidas por agências oficiais.

A escolha do tema relacionado aos Kaingang, população ocupante do Sul do Brasil e pertencente ao Grupo Lingüístico Macro-Jê, é decorrência da trajetória de minha pesquisa iniciada em 1993 no Instituto Anchietano de Pesquisas. Neste instituto trabalhamos como bolsista em um Projeto sobre os Kaingang do Paraná (1993-1997), primeiramente sob a coordenação da professora Ms. Ítala Irene Becker e depois do professor Dr. Pedro Ignácio Schmitz.

Durante a pesquisa em fontes documentais e bibliográficas para a elaboração do Projeto e realização da dissertação de mestrado (1998-2000), a

possibilidade de estudar o papel desempenhado pelas lideranças Kaingang ao longo do século XIX tornou-se viável. Dando continuidade à temática, o enfoque selecionado para desenvolver nesta tese de doutorado é estudar os Kaingang e as suas lideranças como sujeitos atuantes, portadores de uma cultura nativa e agentes de sua própria historicidade, na condição de integrantes do Estado Nacional brasileiro agora consolidado. A perspectiva é uma situação de fronteira e a delimitação temporal abrangida corresponde as primeiras quatro décadas do Período Republicano.

Os mais antigos registros a respeito da Sociedade Kaingang, a partir do contato com os brancos, são os trabalhos de Gabriel Soares de Souza (1587) e Antonio Knivet (1878), levantando a possibilidade de que teriam ocupado a região litorânea próxima a Angra dos Reis. Relativo ainda ao século XVI, mesmo sendo motivo de controvérsias, autores como Metraux ([1946], 1979, p.3) e Roberto Zwetsch (1994, p.16) não descartam a possibilidade de que os nativos do grupo da famosa liderança *Tibirijá*, de Piratininga, a qual manteve relações amistosas com os portugueses, tenham sido antepassados dos Kaingang (observe Mapa 1).

No tocante ao século XVII, as Cartas Ânua deixadas pelos padres jesuítas Nicolau Duran, Antonio Ruiz de Montoya, Pedro Lozano e Diaz Taño mencionam Chefes Kaingang entre os rios Piquiri e Iguazu e nas margens do alto rio Uruguai, mas sem deixarem o nome desses sujeitos grafados na documentação. Temos também a narrativa do bandeirante paulista Fernão Dias Paes Lemes, que menciona as lideranças Guaianás (Kaingang) conhecidas pelos nomes de *Tombú* e *Sonda*, as quais viviam na região da Serra de Apucarana (Laroque, 2000, p.44-48).

No século XVIII, as Cartas Ânua de jesuítas espanhóis como as dos padres Cayetano Catanio, Lucas Rodriguez e Ximenez, da Província Jesuítica do Paraguai, continuam a mencionar lideranças Kaingang, todavia sem apontar o nome pelo qual eram chamadas. O mesmo podemos dizer das expedições portuguesas rumo ao sul, como a do Tenente-Coronel Affonso Botelho de Sampaio aos Campos de Guarapuava (1768-1774), a irrupção nos Campos da Vacaria dos Pinhais, em 1779, narrada pelo Capitão Antonio Correa Pinto, e o relato do Capitão engenheiro José de Saldanha sobre a travessia pelo Sertão do Butucaraí, em 1798. Exceção, para este período são os relatos do sertanista Telêmaco Borba (1908), que menciona as lideranças *Combró*, *Tandó*, *Cohí* e *Duhí* nos Campos de Guarapuava, cujos nomes foram fornecidos a ele pelo *Pã'í mbâng*<sup>1</sup> Paulino Arak-xó, em 1886 (Laroque, 2000, p.49-57).

---

<sup>1</sup> Esclarecemos que o termo *Pã'í mbâng* é utilizado nesta tese no sentido proposto por Baldus e Ginsberg (1947, p.81), Veiga (1994, p.63-64) e Tommasino (1995, p. 76), o qual significa chefe-grande e liderança principal. Da mesma forma a designação *Pã'í* que é entendida como chefe-pequeno e liderança secundária ou subordinada. Informamos também que embora a grafia da palavra apareça de mais de uma maneira,

No decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII, nos contatos ocorridos entre os índios Kaingang e os colonizadores portugueses e espanhóis, representantes do Antigo Sistema Colonial, as lideranças nativas são identificadas na maioria das vezes. No entanto, com raríssimas exceções, seus nomes são grafados na documentação. Essa situação não causa surpresa, porque os Kaingang, assim como os demais povos indígenas, segundo a lógica etnocêntrica européia, não eram vistos como indivíduos, e sim como um bando de “gentios” e, de acordo com a visão homogeneizante ocidental, precisavam ser renominados, civilizados e cristianizados.

Durante o século XIX, além do discurso afinado sobre Civilização x Barbárie, respaldado por conhecimentos científicos, o interesse pelos territórios nativos em solo brasileiro torna-se cada vez mais freqüente (veja Mapa 2). No início do referido século, as Cartas Régias de 1808 e 1809 de D. João, para facilitar o povoamento do interior, autorizavam as “guerras justas” e a escravidão dos indígenas que se opusessem, como é o caso dos Kaingang dos Campos Gerais de Curitiba e Guarapuava que dificultavam a ligação entre a Capitania de São Paulo e o Rio Grande do Sul (Cunha, 1992, p.62-64).

Sobre a expedição de 1810 comandada pelo Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal o Pe. Francisco das Chagas Lima (1842, p.43-64) menciona inúmeros ataques Kaingang, mas também a colaboração obtida de algumas lideranças nativas como a de *Antonio José Pahy*, *Hyppolito Candoi* e *Luiz Tigre Gacon*.

Após a independência, em 1822, e a pretensão da construção do Estado Nacional, mesmo sendo os indígenas a população majoritária, sequer são mencionados na Constituição de 1824, o que não causa estranheza, porque, segundo alerta Carlos Marés de Souza (1994, p.158), a “existência de outras culturas, outras práticas sociais não era, para nada, levada em conta pela legislação”.

Aprovado o Ato Adicional de 1834, o princípio centralizador que, de maneira geral, norteou a primeira metade do século XIX, passa a ser modificado. A partir desse momento, as Assembléias e os Governos Provinciais é que ficaram encarregados da catequese e civilização dos povos nativos, o que contribuiu para aumentar ainda mais, conforme Manuela Carneiro da Cunha (1992, p.13-14), as atitudes antiindígenas que já ocorriam em muitas Províncias.

Frente a esta autonomia provincial, duas disputadas expedições de fazendeiros de Guarapuava, lideradas pelos bandeirantes José Ferreira dos Santos e Pedro Siqueira Cortez, avançam sobre os Campos de Palmas, travam

---

como, por exemplo, *Pay-bang/Pay* e *Paimbögn/Pai*, optamos por utilizá-la grafada como *Pã'i mbâng/Pã'i* em decorrência de que alguns dos trabalhos mais recentes de antropólogos, que realizaram pesquisas em campo com os Kaingang, tais como Schwingel (2001) e Rosa (2005) assim o têm grafado.

guerra com hordas Kaingang e estabelecem alianças com as lideranças *Victorino Condá* e *Virí*. Tratando-se da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a situação não é diferente. Quando o Governo dá continuidade à distribuição dos territórios Kaingang, que se estendiam do rio dos Sinos até a borda do Planalto, aos colonos alemães, os quais haviam começado a chegar desde 1824, os conflitos entre nativos e brancos tornam-se cada vez mais frequentes (Basile Becker, 1991, p.138).

Um documento importante é o Regulamento das Missões, emitido pelo decreto nº 426, de 24 de julho de 1845. Esse instrumento retomou a idéia de Aldeamento com o seu diretor da época Pombalina, mas passando agora a recorrer ao missionário que poderia desenvolver essa função e a seu lado, o tesoureiro e o almoxarife.

No Rio Grande do Sul são criados, a partir de 1846, os Aldeamentos de Guarita, Nonoai e Campo do Meio, os quais foram entregues inicialmente aos cuidados do superior distrital, Pe. Jesuíta Bernardo Pares e, posteriormente, a diretores leigos. Neste aldeamento, a documentação menciona lideranças Kaingang, tais como: *Fongue*, *Votouro*, *Nonohay*, *Braga*, *Doble*, entre outras (Laroque, 2000, p.63-64).

Por volta de 1845/1846, temos as expedições pelos sertões dos rios Tibagi e Ivaí, as quais tinham como objetivo explorar a região, contatar com os Kaingang arredios e futuramente aldeá-los. No Tibagi, conforme o relato de João Henrique Elliot (1848, p.153-157), sob o comando geral do Barão de Antonina, a primeira expedição atravessou o rio Paranapanema em direção aos rios Cinza e Tibagi, onde encontraram vestígios da cultura material Kaingang. A segunda, chefiada pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes, rumou para a região de Apucarana e penetrou nos Campos do *Chefe Inhohô*. Enquanto isso, no Vale do Ivaí, o francês Dr. Jean Maurice Faivre fundava, em 1847, a Colônia Teresa, que mais tarde teve como diretor Jocelyn Morosine Borba (Bigg-Wither, 1974, p.138).

Ao atingir a segunda metade do século XIX, o indigenismo brasileiro aproximava-se cada vez mais das perspectivas impostas pelo liberalismo econômico. Neste sentido, transferia os encargos assistencialistas para “setores particulares como empresas de colonização e grandes proprietários de terras” (Moreira Neto, 1972, p.73).

Em 1850 temos a Lei de Terras e em 30 de janeiro de 1854 o seu decreto regulamentador. A lei adotada pelo Império tinha a função de determinar quais eram as terras devolutas a fim de proteger os interesses dos grandes proprietários.

Quanto à Lei de Terras, é preciso ter em mente que ela não se referia aos territórios em que os aldeamentos, em geral, se encontravam localizados. É um mal-entendido interpretar as terras ocupadas pelas “hordas selvagens”, como terras devolutas. Isso porque nem a lei nem o decreto em questão

fizeram tal afirmação, conforme muito bem explica Manuela Carneiro da Cunha (1992, p.21), quando diz que “não se tratava na Lei das Terras, como erroneamente se entendeu, às vezes, de declarar as áreas indígenas devolutas, e sim, inversamente, de reservar terras devolutas do Império para aldeamento de índios, quando se os queria assentar e deslocar de seus territórios originais”.

No tocante aos índios Kaingang, um ofício de 20 de março de 1855, do Ministério do Império ao Presidente da Província de Santa Catarina, é bastante ilustrativo. A repartição geral das terras públicas da referida província, para estabelecer aldeamento em territórios indígenas e depois desapropriá-los para os colonizadores, tenta fazer com que alguns guerreiros Kaingang acompanhados de seu líder, *Doble*, que se encontravam em Vacaria, atravessassem o rio Pelotas e se estabelecessem em Lages (Aviso nº 8, de 20/03/1855). Esta artimanha, todavia, foi infeliz, porque o *Pã'í mbâng Doble* e seus liderados, somente aceitaram dirigir-se para Lages porque estavam em guerra com as lideranças *Braga* e *Pedro Nicafim*. Mas alguns meses depois retornaram para seus territórios tradicionais entre os rios Caí e Sinos, no Rio Grande do Sul.

Uma outra estratégia dos governantes, largamente utilizada na segunda metade do século XIX, é a fundação de aldeamentos em territórios indígenas. Feito isso, logo depois introduziam colonizadores nesses aldeamentos e alegavam que os espaços estavam abandonados pelos indígenas e, portanto, poderiam ser colonizados. Neste sentido, temos, em 1878, uma situação em Guarapuava, na qual os próprios Kaingang e suas lideranças desmentem o abandono e solicitam ao Presidente da Província a devolução de suas terras que tinham sido transformadas em fazendas (Moreira Neto, 1971, p.377-379).

Nas últimas décadas do século XIX e durante os primeiros anos do século XX (verifique Mapa 3), o avanço sobre os territórios indígenas, até então inexplorados pelos interesses econômicos do Estado Nacional através das fazendas de café, da pecuária e da extração de borracha, é cada vez mais freqüente.

O governo provisório republicano, por sua vez, segundo José Mauro Gagliardi (1989, p.89-90), delegou aos estados a incumbência da catequese e da civilização dos indígenas. Além disso, concedeu também autonomia para solucionarem os problemas envolvendo as terras devolutas em seus respectivos territórios.

Estas medidas acarretaram sérios confrontos entre integrantes das sociedades estaduais e as populações indígenas que lutavam pela defesa dos seus territórios. Ilustram a questão os ataques Kaingang no oeste paulista, precisamente, entre os rios Tietê e Paranapanema, comandados possivelmente por lideranças como *Kâmag*, *Charin* e *Kenkrá* que se opuseram

à Frente Pioneira atuante através de missões religiosas, expedições científicas, construções de estradas de ferro estabelecimento de fazendas (Barbosa, [1926], 1947).

No Paraná, os territórios Kaingang localizados nas bacias dos rios Ivaí, Tibagi e Iguaçu, da mesma forma, passaram a ser ameaçados pelos interesses capitalistas da sociedade brasileira. A título de ilustração, podemos apontar a expedição do General José Candido Muricy que, ao percorrer regiões do Ivaí, estabelece contato com os Kaingang pertencentes ao grupo do *Pã'í mbâng Gregório* assim como o de outras lideranças.

Em territórios das margens do Tibagi, por exemplo, são desativados os aldeamentos de São Jerônimo e de São Pedro de Alcântara e a Colônia Militar do Jataí, os quais, muitas vezes, eram ocupados ou visitados por Kaingang, como foi o caso da liderança *Paulino Arak-xó*. Com a notícia da fertilidade dos solos, tanto esses locais como outras partes dos tradicionais territórios Kaingang do norte paranaense, são atingidos pela Frente Pioneira, que avança com um grande número de agricultores.

Nos territórios nativos da margem direita do rio Iguaçu, onde vivia o *Pã'í mbâng Jembrê* e seu grupo, as coisas não foram diferentes, porque os governantes do Paraná, visando ceder lugar à exploração econômica, decidem concentrar os nativos em uma área próxima às nascentes do rio das Cobras.

Tratando-se dos Kaingang e seus líderes ocupantes dos territórios que passamos a conhecer como catarinenses, localizado entre os rios Iguaçu e Uruguai, estes também foram atingidos pelos interesses da Frente Pioneira. Em decorrência disso, podemos inicialmente apontar a aceitação do *Pã'í mbâng Antonio Cretân*, juntamente com seu grupo, de se estabelecer no Aldeamento de Lageado Grande. Os nativos que viviam em regiões da margem esquerda do rio Chapecó, acompanhados de lideranças como *Venâncio Condá*, *Vaicrê* e *Antônio Peytkâr*, depararam-se com a fundação de uma colônia militar, a abertura de caminhos, o estabelecimento de fazendas, a guerra civil federalista e a abertura da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Esses mecanismos da Frente Pioneira provocaram uma intensa movimentação nas parciaisidades Kaingang.

Neste cenário, no qual o Brasil procurava ir consolidando os interesses da burguesia capitalista, Herman von Ihering, diretor do Museu Paulista, posiciona-se a favor do extermínio dos indígenas que se opusessem ao avanço do “progresso” e da “civilização”. Suas declarações acarretaram forte repercussão tanto na sociedade brasileira quanto na comunidade internacional.

As pressões advindas em nível interno e externo, somadas às preocupações em acabar com os conflitos agrários, levaram o Governo Federal a criar, através de um decreto, em 20 de junho de 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN). Duas tendências, uma religiosa e outra leiga, segundo Darcy Ribeiro (1977, p.132),

disputaram a direção deste serviço que acabou sendo entregue à tendência leiga tornando-se diretor o militar positivista Candido Mariano da Silva Rondon.

Com a administração desse órgão, conforme podemos constatar no estudo de Antônio Carlos de Souza Lima (1995, p.346-348), a questão indígena no Estado de São Paulo ficou submetida à 5ª Inspeção, e a dos Estados do Paraná, Santa Catarina e da área de Ligeiro no Rio Grande do Sul à jurisdição da 7ª Inspeção. Ressaltamos que foi somente a área indígena de Ligeiro no Rio Grande do Sul, porque, neste Estado, o Presidente Carlos Barbosa Gonçalves, do Partido Republicano Riograndense (PRR), seguidor da ideologia positivista, antecipando-se ao SPILTN, havia, em 1908, criado a Diretoria de Terras e Colonização que também tinha a incumbência de lidar com a questão indígena além do assentamento dos colonos (Pezat, 1997, p.284-285).

Relacionado à administração da Diretoria de Terras e Colonização, podemos apontar, a título de ilustração, o Toldo de Fachinal, localizado no município de Lagoa Vermelha, visitado pelo engenheiro Carlos Torres Gonçalves. Nesta área, segundo o relatório de 09 de junho de 1910, de Carlos Torres Gonçalves (In Laytano, 1957, p.70-71), temos a presença das lideranças *Faustino Doble* e *Fortunato*, que foram convidadas a se mudarem para outro território. *Fortunato* aceita e transfere-se com seu grupo para outra área.

A área de Ligeiro, localizada no município de Passo Fundo, e sob a administração do SPILTN, foi elevada, em 1911, à categoria de Centro Agrícola e tinha, em última instância, o objetivo de produzir gêneros alimentícios e transformar os Kaingang em trabalhadores nacionais. Sobre isso, a correspondência de 19 de janeiro de 1917, enviada pelo encarregado C. Lilé da Silveira, ao diretor do SPILTN, José Bezerra Cavalcanti, é bastante elucidativa por conter um quadro demonstrativo de plantações de milho, feijão, trigo, abóbora e batata doce avaliados em 6.004\$000 (Correspondência de 19/01/1917). Neste posto vamos encontrar as lideranças *Florêncio* e *Candinho*.

Em vista das modificações políticas, em 1918 a "Localização dos Trabalhadores Nacionais" foi transferida para o Serviço de Povoamento, ficando a agência indigenista denominada apenas de Serviço de Proteção aos Índios (SPI), terminologia que permanecerá até 1967 quando o órgão é extinto. Os objetivos desta agência, todavia, continuavam a ser os mesmos, isto é, confinar os povos nativos em áreas determinadas a fim de não dificultarem os projetos de desenvolvimentismo econômico do Estado Nacional.

No Rio Grande do Sul, mesmo com a extinção da Diretoria de Terras e Colonização, em 1929, a administração das áreas indígenas continuava a cargo do governo estadual. Pela Constituição de 1937 e as pretensões de Getúlio Vargas, os toldos indígenas deste estado foram, no início de 1940, transferidos para a administração do Serviço de Proteção aos Índios, sendo

alguns considerados extintos e suas terras destinadas ao assentamento de colonos.

Na região, que atualmente pertence ao Estado de Santa Catarina, em ambas as margens do rio Chopim, havia grupos Kaingang pertencentes às lideranças *José Capanema*, *Elias Mendes*, *Pedro Kōikāng*, entre outras. Nestes territórios nativos, a Frente Pioneira, inicialmente, manifestou-se através de fazendas de criação de gado e da exploração dos ervais. De acordo com Wachowicz (1985, p.81-88), por volta de 1918 até 1920, glebas de terra são concedidas à Brazil Railway Co., que investe na vinda de imigrantes os quais, ao longo do tempo, passam a dedicar-se à agricultura e à criação de porcos.

No território localizado entre os rios Chapecó e Uruguai, o interesse extrativista, pecuarista, colonizador e agrícola, levados pela Frente Pioneira também se manifestam. Além da exploração da erva-mate e da criação de animais, temos ainda a linha ferroviária e as companhias de colonização. Por sua vez, os Kaingang e seus líderes, dentre os quais apontamos *Fidêncio*, *Chispim*, *Chimbanque* e *Gregório Myéry*, se deparam com companhias como a Bertaso, Maia & Cia e a Luce, Rosa & Cia. Ltda, que adquirindo grandes extensões dos tradicionais territórios nativos, insistem em expulsá-los de áreas como Chapecó, Pinhalzinho, Banhado Grande, entre outras (D'Angelis, 1984, p.54-61).

No Paraná os Kaingang e suas lideranças viviam em tradicionais territórios localizados nas bacias dos rios Tibagi, Ivaí e Iguaçu. Estas áreas, embora com algumas variações de uma para outra, também são atingidas pelos interesses capitalistas do Estado Nacional. No Norte Velho ou Pioneiro, segundo Ruy Wachowicz (1967, p.161-163), a "Paraná Plantation", desdobrada na Companhia de Terras e na Companhia Ferroviária, atingia áreas dos rios Cinza, Laranjinha e Tibagi e deparava-se com grupos Kaingang liderados por *Ka-krô*, *Isaltino Candido*, *Gaudêncio* e outros. Temos ainda nesta região as tentativas do SPI para concentrar os Kaingang nos postos de São Jerônimo e Apucarana.

No rio Ivaí, os governantes paranaenses propunham que os grupos de Kaingang, os quais se encontravam nos territórios da margem direita, se mudassem para a margem esquerda (Gazeta do Povo de Curitiba de 04/05/1923. In: Franco, 1925, p.107-109). Algumas parcialidades lideradas por *Paulino Arak-xó* aceitaram, enquanto outras, comandadas por *Pedro dos Santos*, rejeitaram a proposta. Dando continuidade aos interesses da Frente Pioneira, o SPI instala, na margem esquerda do rio Ivaí, o Centro Agrícola do Ivaí com o objetivo de transformar os Kaingang em trabalhadores nacionais (Relatório de 31/11/1923, MI).

Nos territórios da margem direita do rio Iguaçu, em decorrência dos avanços da Frente Pioneira que assolou a região, os Kaingang passaram a concentrar-se na Serra do Chagú. Entre os líderes, temos o *Pã'í mbâng Pereira*

e o *Pa'í Pedrinho*, os quais foram visitados por Wanda Hanke (1947, p.99-100), quando, em 1940, percorreu o local.

Em São Paulo, os Kaingang e suas lideranças também são atingidos pelos mecanismos da Frente Pioneira, inicialmente através da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a seguir, pela agência indigenista e pelo estabelecimento da Companhia Toledo, Piza & Irmãos. Os funcionários do SPI/LTN, penetrando na região, entre 1911 e 1916, fundaram os postos Ribeirão dos Patos, Icatu e, por fim, Vanuíre. Neste período, dentre as parcialidades nativas que aceitaram aproximar-se dos brancos, temos as lideradas por *Requencri*, *Vauhim* e *Iacry* e, entre as que se mantiveram arredias, apontamos as comandadas por *Recandui*, *Charin* e *Doquê* (Barbosa, 1954, p.69).

Frente a este panorama, no qual as fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo a Sociedade Kaingang e a Sociedade Nacional brasileira se evidenciam, a problemática que nos propomos a trabalhar é: Como os Kaingang e as suas lideranças vão agir perante o avanço dos diversos mecanismos utilizados pelo Estado Nacional brasileiro? Como eles usam para isso sua cultura? Que elementos dessa cultura são atualizados, reforçados ou ressignificados?

É claro que para o Estado Nacional brasileiro, seguidor da concepção Moderna de que uma nação deve corresponder a um só povo, o reconhecimento das populações indígenas em seu território, portadoras de histórias e culturas singulares, pode comprometer seu projeto. Neste sentido, então, na problemática proposta, não podemos deixar de considerar que estamos lidando com duas concepções de mundo – uma do Estado Nacional e a outra da Sociedade Kaingang – as quais são produzidas socialmente por cada uma das culturas envolvidas e em decorrência disso passam a ter significados diferentes para suas respectivas historicidades.

O recorte espacial que delimitamos para a pesquisa não corresponde às divisões político-territoriais estabelecidas pelo Estado-Nação, mas sim às fronteiras geográficas pautadas pela concepção de territorialidade da Sociedade Kaingang. Isto é, áreas que se estendem desde os territórios das Bacias hidrográficas<sup>2</sup> entre os rios São José dos Dourados, Tietê e Paranapanema (no estado de São Paulo) passando por territórios das Bacias hidrográficas dos rios Paranapanema, Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu (Paraná) e os das Bacias hidrográficas dos rios Iguaçu, Chopim, Chapecó, Peixe e

---

<sup>2</sup> O conceito de Bacia Hidrográfica utilizado nesta tese deve ser entendido, conforme a concepção proposta pelo antropólogo, no sentido de que uma "bacia hidrográfica é simultaneamente uma entidade geográfica que contém distintos ecossistemas, uma área onde diversos grupos sociais, com suas respectivas instituições socioeconômicas, constroem um modo de vida particular e o locus para mobilização política e ambiental em torno do conflito socioambiental". Paul Elliot Little (2006, p.97)

Uruguai (Santa Catarina) até alcançar os territórios das Bacias hidrográficas dos rios Uruguai, Inhacorá e Forquilha (Rio Grande do Sul).

O marco temporal abrange, grosso modo, um período de quarenta e um anos, ou seja, de 1889 até 1930, embora, para melhor elucidação de algumas situações, tenhamos avançado para além de 1930. A data de 1889 é tomada como inicial porque corresponde à Proclamação da República e, conseqüentemente, a todo um reordenamento político e administrativo da questão indígena no Brasil, o qual resultou, em 1910, no Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN) e, em 1918, no Serviço de Proteção aos Índios (SPI) propriamente dito. A data final, por sua vez, coincide com a Revolução de 1930 e o distanciamento cada vez maior das pretensões getulistas em relação aos propósitos do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), acarretando a transferência da questão indígena, que no Rio Grande do Sul, excetuando a área de Ligeiro, que se encontrava submetida à Diretoria de Terras e Colonização, para a alçada Federal do SPI, como já ocorria nos demais estados do sul do Brasil.

A realização deste trabalho torna-se possível devido a uma grande massa documental relativa aos Kaingang, que localizamos no Museu do Índio, na cidade do Rio de Janeiro, e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Existe ainda um pequeno número de documentos com dados significativos sobre missões capuchinhas envolvendo os Kaingang no Arquivo Provincial dos Capuchinhos, em Caxias do Sul.

Por outro lado, há também uma vasta produção bibliográfica relativa a esta etnia, como, por exemplo, os estudos de Francisco Schaden (In: Laytano, 1956), Herbert Baldus (1968), Lígia Simonian (1981), Thekla Hartmann (1984), Juracilda Veiga (1992) e Francisco Noelli (1998), os quais possuem partes ou são trabalhos inteiros somente com a listagem de bibliografias Kaingang.

Ressaltamos ainda que a tradição historiográfica, ao estudar as populações indígenas e suas relações com o Estado Nacional brasileiro, seguindo uma visão monocultural, tem silenciado sobre a historicidade nativa e enfatizado apenas as realizações dos “heróis” difundidos pela versão dos conquistadores. Tendo em vista que culturas distintas também são portadoras de historicidades singular, a pesquisa que estamos desenvolvendo adquire caráter relevante porque, adotando a perspectiva da interculturalidade<sup>3</sup>, procura romper com este silenciamento da historiografia tradicional e, como metodologia de análise, trata a Sociedade Kaingang como uma cultura distinta também produtora de sua história. Frente a isso, o que precisamente fazemos é focar os Kaingang e suas lideranças como sujeitos construtores de

---

<sup>3</sup> Sobre isso, verifique o trabalho de Antônio Sidekun “Alteridade e Multiculturalismo” (2003), o qual discute questões relativas ao confronto do paradigma alteridade e interculturalidade com o tema da unidade e da diversidade.

historicidades nativas e não como meros empecilhos do Estado Nacional, conforme são tratados na maioria das vezes.

Relacionado a alguns dos conceitos que permeiam o trabalho, destacamos os de fronteira geográfica, étnica e cultural<sup>4</sup>. Neste sentido, entendemos por **fronteira geográfica**, termo também utilizado por Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro (1979, p.104), os espaços, tratando-se da etnia Kaingang, delimitados pelos grandes rios e seus afluentes. Precisamente para os Kaingang do Paraná, Kimiye Tommasino (1995, p.64) defende a tese de que “os rios maiores delimitam os territórios Kaingáng, os rios menores, afluentes daqueles, formavam os limites dos subterritórios de cada grupo local que se estabelecia em áreas contíguas”.

Considerando o referido estudo de Tommasino, bem como seu artigo “Território e territorialidade Kaingang. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê” (2000, p.191-226), expandimos esta concepção de território<sup>5</sup> e de fronteiras geográficas Kaingang, os quais são produzidos culturalmente também para outros espaços ocupados por esses nativos nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul<sup>6</sup>.

**Fronteira étnica** é uma expressão cunhada inicialmente por Fredrik Barth, no final da década de 1960, e que suscitou discussões científicas em

---

<sup>4</sup> Chamamos atenção de que embora não seja fácil estabelecer a separação desses conceitos de “fronteira”, devido às contendas entre antropólogos, geógrafos e historiadores, pode ser tomado, segundo Tonke Lask (2000, p.18), tanto na acepção antropológica como em sua definição política. Na primeira situação, isto é, antropológica, a qual estamos preferencialmente utilizando nesta tese, a fronteira é considerada a partir de práticas sociais e culturais das populações nativas. Na segunda, ou seja, política, a fronteira está relacionada aos limites de unidades territoriais estabelecidas pelo Estado-nação e que pode ser exemplificada nos trabalhos de Frederick Jackson Turner, “Fronteira na história da América” ([1920], 1996); Zilá Mesquita, “Procura-se o coração dos limites” (1994, p.69-73); Heloisa Jochims Reichel e Ieda Gutfreind, “Fronteiras e guerras no Prata” (1995), Lúcia Lippi Oliveira, “Americanos: representação da identidade nacional no Brasil e nos E.U.A.” (2000); Lídia de Oliveira Xavier, “Fronteira: reflexões sobre teorias e historiografia” (2000, p.107-131) e Tau Golin “A Fronteira” (2002).

<sup>5</sup> Ver Abordando a relação dos Kaingang com o seu território, verifique o artigo de Lúcio Tadeu Mota “Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século XIX” (2000, p.81-189) e também o capítulo 3 de nossa dissertação – A trajetória da nação Kaingang (Laroque, 2000, p.75-76). Há ainda um trabalho extremamente relevante sobre o assunto intitulado “Sociedades Indígenas” (1988), de Alcida Rita Ramos, no qual, estudando os indígenas em geral, enfatiza que para vários grupos as fronteiras são móveis e, muitas vezes, os territórios são compartilhados com as outras etnias sem maiores problemas.

<sup>6</sup> A título de ilustração sobre a territorialidade Kaingang, considerando as Bacias hidrográficas, apontamos também a tese de doutoramento de Ana Elisa de Castro Freitas “*Mrûr Jykre – a cultura do cipó: territorialidade Kaingang na margem leste do Lago Guaíba, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil*”(2005).

gerações de antropólogos que estudaram a etnicidade<sup>7</sup>. Em meados dos anos noventa, esse conceito é também retomado em trabalhos de Tomke Lask (2000, p.21-22), que o define como “processos multidimensionais e de longa duração do estabelecimento de identidades (...)”.

Levando isto em consideração, é possível entender a fronteira étnica como algo transferível, fluido e livre dos limites territoriais. Ou seja, quando se define um grupo étnico, as “características culturais que assinalam a fronteira podem mudar, assim como podem ser transformadas as características culturais dos membros e até mesmo alterada a forma de organização do grupo”. Todavia, “o fato de haver uma contínua dicotomização entre membros e não-membros nos permite especificar a natureza da continuidade e investigar formas e conteúdos culturais em mudança” (Barth, 2000, p.33).

A **Fronteira cultural** é uma expressão utilizada por Fredrik Barth na introdução escrita para a coletânea que organizou, conhecida como “Grupo étnico e suas fronteiras” ([1969], 2000, p.34, 47-49), e também na entrevista concedida por ele, em novembro de 1995, a qual aparece na obra “O guru, o iniciador e outras variações antropológicas” (2000, p.215-216), organizada por Tomke Lask. Neste sentido, ao abordar questões étnicas, o referido autor destaca:

“Isso torna possível compreender uma última forma de manutenção de fronteiras étnicas através da qual unidades e **fronteiras culturais** persistem. A manutenção de fronteiras étnicas implica também a existência de situações de contato social entre pessoas de diferentes culturas: os grupos étnicos só se mantêm como unidades significativas se acarretam diferenças marcantes no comportamento, ou seja, diferenças culturais persistentes. No entanto, havendo interação entre pessoas de diferentes culturas, seria esperado que essas diferenças se reduzissem, uma vez que a interação tanto requer como gera certa congruência de códigos e valores – em outras palavras, uma similaridade ou comunidade cultural (...). Assim, a persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas a existência de critérios e sinais de identificação, mas também uma estruturação das interações que permita a persistência de diferenças culturais” (Barth, 2000, p.34-35, grifo nosso).

Sintetizando, esclarecemos que entendemos a fronteira cultural como uma dinâmica social em que culturas entram em contato e os elementos postos na ação passam a ser atualizados, interpretados ou reinterpretados segundo os parâmetros de cada um dos grupos envolvidos.

---

<sup>7</sup> Relacionado à questão, veja o artigo de Diego Villar, “Uma abordagem crítica do conceito de ‘eticidade’ na obra de Fredrik Barth” (2004, p.166-152). Nele é discutida a abordagem de Barth para o problema da etnicidade e também a tese da “identidade relativa” e o problema do “ator relacional”.

Gostaríamos de enfatizar que para o período delimitado ainda não tinham sido realizados estudos tratando os Kaingang e suas lideranças na perspectiva de fazedores de história. E muito menos como atuantes em uma dinâmica fronteiriça envolvendo seus tradicionais territórios, os quais se estendem por regiões de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Dentre os poucos trabalhos que abordam a temática das lideranças, mas para o século XIX, apontamos apenas três artigos e uma dissertação de mestrado. O primeiro dos artigos é de Ítala Irene Basile Becker, “O Índio Kaingang e a Colonização alemã” (1976), o segundo de Benedito Prezia, “O Colaboracionismo Kaingang: dos conflitos intertribais à integração à sociedade brasileira no século 19” (1994) e, por fim, um estudo de Lúcio Tadeu Mota “Os chefes Kaingang na época da ocupação dos Coranbang-rê” (1994). Quanto à dissertação, esta é de Luís Fernando da Silva Laroque com o título “Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)” (2000).

Tratando do século XX, temos o artigo de Sílvio Coelho dos Santos “Lideranças Indígenas e Indigenismo oficial no sul do Brasil” (1995). Há também os trabalhos do antropólogo Ricardo Cid Fernandes: a dissertação “Autoridade política Kaingang: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palmas/Paraná” (1998) e sua tese de doutorado “Política e parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica” (2003). Temos ainda a obra de um outro estudioso da antropologia, Lúcio Roberto Schwingel, cuja dissertação é “Chefia Kaingang no processo de relações interétnicas e de Globalização – uma abordagem a partir da comunidade de Nonoai/norte do estado do Rio Grande do Sul” (2001). Todavia, ressaltamos que esses significativos trabalhos para a temática pesquisada abordam, a partir de seus respectivos trabalhos de campo, estudos de casos envolvendo os Kaingang e seus líderes, em regiões específicas, e somente relativos às últimas décadas do século XX.

Em decorrência das questões apontadas, a presente tese pretende oferecer algo novo referente ao estudo dos Kaingang e das suas lideranças a ser somado aos demais trabalhos que tratam sobre os Jê do Sul.

## **A enunciação da tese**

Acreditamos que os Kaingang, ao longo desses mais de quinhentos anos de contato, inicialmente com a Sociedade Colonial e, posteriormente, com a Sociedade Nacional, não deixaram de ter a sua própria ordenação histórica dos acontecimentos pelos quais passaram. Marshall Sahlins, no trabalho intitulado “Ilhas de História”, ao tratar da historicidade das populações nativas, escreve:

“A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática” (Sahlins, 1990, p.7).

Particularmente, não trabalhamos com a concepção estática da cultura baseada no paradigma estrutural-funcionalista nem com o conceito de “evolução” ou “perda cultural”, pois acreditamos que são visões herdadas, principalmente, do Evolucionismo e do Positivismo, característicos do século XIX e do Etnocentrismo que até hoje continua impregnado na cultura ocidental. Isto é, que ela – a cultura ocidental - seja “mais desenvolvida”, “superior” ou “melhor” e, em decorrência disso, deva servir de modelo às demais sociedades.

Embasado, principalmente, em estudos de Terence Turner (1988, 1988a, 1992 e 1993) e de Marshall Sahlins (1988, 1990, 1997, 2001 e 2004), procuramos trabalhar na perspectiva de que as culturas, independentemente do povo a que pertençam, nunca foram “objetos” estanques ou isoladas, mas sim dinâmicas. Cada elemento novo com que uma determinada cultura entra em contato é avaliado pela sua própria teia de significados<sup>8</sup> e, diante disso, ressignificado de alguma forma.

Neste sentido, nossa tese é de que os Kaingang e suas lideranças, ao longo do período que se estende de 1889 até 1930, mantiveram suas formas de atuação frente aos diversos mecanismos do Estado Nacional brasileiro, de acordo com os padrões culturais Kaingang. Explicando melhor: pelo fato de os Kaingang e suas lideranças terem permitido a presença de expedicionários e missionários em seus territórios e terem estabelecido aliança com agências como a Companhia e Diretoria de Terras e Colonização, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais e, posteriormente, o Serviço de Proteção aos Índios, eles não estavam deixando de ser Kaingang ou perdendo sua cultura; a política de alianças ou a deflagração de guerras estiveram sempre presentes na cultura Kaingang. O que acontece, em nosso entender, é que os significados atribuídos a esses eventos tiveram para os Kaingang, uma interpretação diferente daquela dada pela Sociedade brasileira; os nativos articularam as questões a partir de sua própria lógica histórico-

---

<sup>8</sup> O termo “teia de significados” é cunhado por Clifford Geertz, na obra “Interpretação das Culturas” (1978), o qual também afirma que o conceito científico de cultura é algo essencialmente semiótico. Ressaltamos, todavia, que Geertz não chama a atenção sobre o fato de que esses significados são repensados na ação, como propõe Marshall Sahlins nos trabalhos indicados, mas sim interpretando-os como um sistema entrelaçado de signos.

cultural. Isso é o que Sahlins (1990 e 2004), afirma quando diz que culturas diferentes produzem historicidades diferentes.

Relacionado à mitologia das sociedades, Mircea Eliade (1972 e 1973), Jean Pierre Vernant (1992) e também o próprio Sahlins e Turner em seus trabalhos chamam a atenção para o fato de os mitos possuírem uma lógica intrínseca de codificação para as verdades históricas. Ora, se tomarmos essas considerações e as aplicarmos aos mitos Kaingang, os quais foram coletados e depois registrados em trabalhos como o de Telêmaco Morosine Borba (1908), Ermelino de Leão (1910), Curt Nimuendajú ([1945], 1986 e [1913], 1993) e Egon Schaden ([1945], 1993), estas tornam-se de extrema relevância porque estes nativos, assim como os demais indígenas brasileiros, são povos ágrafos e como tais não se utilizaram da escrita para o registro dos acontecimentos. Esta história e cultura são transmitidas através de mitos e da oralidade passados de geração a geração, principalmente através dos mais velhos e das lideranças espirituais.

Como este trabalho estuda a cultura e a história tendo como enfoque uma situação de fronteira dos Kaingang e das suas lideranças com o Estado Nacional, é possível verificarmos que o mito permeia toda a estrutura sóciopolítica destes nativos. Baseados em seu mito de origem, por exemplo, organizam-se em duas metades, as quais recebem o nome dos gêmeos ancestrais Cayurucré e Camé. Cada uma destas metades, por sua vez, seguindo diretrizes intrinsecamente relacionadas à cosmologia Kaingang a respeito de permissões ou tabus, está formada por várias famílias, que, reunidas, compunham as diversas parcialidades. Cada uma delas tem um *Pã'í* (chefe subordinado) como representante, e a combinação dessas parcialidades forma um grupo maior, liderado por um *Pã'í mbâng* (chefe principal).

Ressaltamos também que os Kaingang que desempenham as funções de lideranças não estão investidos de poder sobre a comunidade, porque sua permanência ou destituição, nesses cargos, depende essencialmente do desempenho que venham a ter nas diferentes situações que o grupo precise enfrentar, tais como crises de abastecimento alimentar, desafios internos, deflagração de guerras ou estabelecimento de alianças com as demais parcelas Kaingang, com outros grupos indígenas ou então com os brancos. Em vista disso, podemos dizer que os requisitos básicos para a escolha das lideranças Kaingang não estavam, necessariamente, baseados na hereditariedade, mas sim na valentia, generosidade, redistribuição dos bens conseguidos, diplomacia para resolver os problemas junto ao grupo, habilidade política e dom de oratória.

Um *Pã'í* (chefe subordinado) pode elevar-se à função de *Pã'í mbâng* (Chefe principal), o que, na maioria das vezes, gera dissidência no grupo e inimizade entre as duas facções que passam a existir. Neste contexto quando

falamos no papel desempenhado pelas lideranças como agentes históricos, encontra-se implícita a história de todo o grupo.

Tudo indica que sem deixar de seguir a tradicional lógica nativa relacionada às suas lideranças, com o advento do SPILTN e posteriormente do SPI, as categorias políticas Kaingang passam por ressignificações, tanto no que se refere à sua denominação como ao desempenho de suas funções. Muitas vezes, adotam a hierarquia das patentes militares da Sociedade Nacional, tais como major, tenente, capitão, sargento, entre outras. Durante os contatos, ao longo do século XIX, com as expedições comandadas por militares sobre os Campos de Guarapuava e Palmas, Sertões do Tibagi e territórios localizados entre os rios Uruguai e dos Sinos da Província de São Pedro, muitas das lideranças Kaingang passaram a acrescentar em seus nomes patentes militares como, por exemplo, foi o caso do *Major Antônio Tatim*, *Tenente Manuel Francisco Tifu* e os *capitães Antônio José Pahy*, *Luiz Tigre Gacon*, *Manuel Arapequembé* etc.

Os Kaingang, de acordo como o seu sistema de (re)nominação, segundo Juracilda Veiga (1994, p.128-138), podem receber nomes bons e bonitos (jiji há) como nomes ruins e feios (jiji korég). Sendo assim, é possível que as “patentes” e os “nomes” tenham sido tomados como uma coisa só, boa e bonita, e, como fazem parte da cultura Kaingang, continuaram a utilizá-los inclusive com mais frequência no período do SPILTN/SPI.

Para entendermos melhor o desempenho das funções das lideranças, é preciso destacar inicialmente que as áreas Kaingang submetidas ao SPI recebem a denominação de Postos Indígenas e muitas delas começam a contar com funcionários dessa agência, chamados de Chefes de Posto. Esses Chefes de Posto, segundo Ricardo Cid Fernandes (1998, p.115), passam a exercer importante influência na mediação das relações entre a comunidade Kaingang e a sociedade regional e nacional. Frente a isso, as categorias políticas Kaingang precisam ser ressignificadas, ou seja, a autoridade do *Pã'í mbâng* e do *Pã'í* acaba sendo minimizada e emerge uma outra autoridade que é a do capitão.

Estas alterações na estrutura sóciopolítica na qual os chefes de Posto e Capitães passam a ser incluídos, precisam ser absorvidas em termos da cultura Kaingang. Neste sentido, Marshall Sahlins em seu recente trabalho “Cultura na prática” (2004, p.10), diz que “em toda mudança existe continuidade”. Como vemos, esta é uma mudança na cultura Kaingang, mas que permite sua continuidade.

A pesquisa tem como objetivo geral estudar a história dos Kaingang e das suas lideranças no sul do Brasil, precisamente em regiões dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, durante o período de 1889 a 1930. Estas populações estavam vivendo uma situação de fronteira

com o Estado Nacional brasileiro que atingia seus territórios e seu universo histórico cultural.

Os objetivos específicos têm a intenção de:

- Entender os Kaingang e suas lideranças como sujeitos protagonistas e agentes de sua própria historicidade, numa situação de fronteira vivida com a sociedade brasileira;

- Perceber como os Kaingang, juntamente com seus *Pã'í mbâng* (chefes principais) e *Pã'í* (chefes subordinados), agem diante de mecanismos da Frente Pioneira, seja ele de caráter pastoril, extrativista ou agrícola, os quais atingem os territórios nativos;

- Estudar as atitudes demonstradas pelos Kaingang e seus líderes em relação às missões religiosas tais como a capuchinha e a luterana;

- Analisar a atuação dos Kaingang acompanhados de seus *Pã'í mbâng* e *Pã'í* no contato com a política indigenista oficial efetivada através de agências, quer estas sejam a Companhia e Diretoria de Terras e Colonização, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) ou propriamente o Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

O enfoque com que estamos trabalhando é que os Kaingang e suas lideranças são agentes de sua própria historicidade. Do ponto de vista teórico, tomamos como base as propostas que possibilitam aproximar a História da Antropologia e vice-versa.

Neste sentido, ressaltamos que a virada da História Cultural em direção à Antropologia<sup>9</sup> começou a ocorrer a partir da década de 1960 e acentuou-se entre as décadas de 1980 e 1990. Segundo Peter Burke (2005, p.51-54), um dos antropólogos que mais inspirou os historiadores culturalistas da última geração foi Clifford Geertz com sua obra "A interpretação das culturas" (1978).

Baseando-nos em aportes e reflexões de autores que contribuem para este caminho, optamos por dividi-los em três grupos:

1) Autores que contribuem com elementos nos quais os nativos podem ser vistos como sujeitos de sua própria história temos Marshall Sahlins (1970, 1988, 1990, 1997, 2001 e 2004), João Pacheco de Oliveira Filho (1988), Terence Turner (1988, 1988a, 1992 e 1993), Bruce Albert (1992), Bruce Albert e Alcida Rita Ramos (2002);

2) Autores cujos estudos aproximam as relações entre mito e história<sup>10</sup> são Egon Schaden ([1945], 1988), Mircea Eliade (1972 e 1973) e Jean Pierre

---

<sup>9</sup> Discussões sobre esta questão aparecem no trabalho organizado por Lília Moritz Schwarcz e Nilma Lino Gomes, intitulado "Antropologia e História: debate em região de fronteira" (2000).

<sup>10</sup> Nesta linha de interpretação, ainda apontamos alguns artigos; um deles é o de Joana Overing, "O mito como história: um problema de tempo, realidade e outras questões" (1995, p.107-140), no qual a autora

Vernant (1992). Além desses, destacam-se também Marshall Sahlins e Terence Turner, os quais mencionamos no grupo anterior;

3) Trabalhos de estudiosos que abordam questões relacionadas às fronteiras geográficas, étnicas e culturais entre sociedades apontamos Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro (1979), Kimiye Tommasino (1995 e 2000), Marc Augé (1996), José de Souza Martins (1997), François Hartog (1999) e a obra de Fredrik Barth<sup>11</sup> sob a organização de Tomke Lask (2000).

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa restringiu-se exclusivamente à utilização de fontes documentais e bibliográficas, as quais, após o levantamento, foram analisadas e interpretadas de maneira hermenêutica em que o objeto de estudo e os sujeitos cognoscentes foram relativizados como individualidades conhecidas.

Tendo em vista que nossa intenção é trabalhar na perspectiva da historicidade Kaingang em que os nativos atuam como agentes fazedores de sua própria história e não como empecilho da sociedade nacional, retomando alguns trabalhos Etno-históricos<sup>12</sup>, procuramos avançar no sentido de resgatar a história propriamente dita dos Kaingang e de suas liderança. Para isso nos baseamos em obras que também estudam a história indígena, como, por exemplo, “O nosso governo: os Ticunas e o regime Tutelar” (1988), de João Pacheco Oliveira Filho; “História dos Índios no Brasil”(1992), organizado por Manuela Carneiro da Cunha; “Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo” (1994), de John Monteiro; “A história Kaingang da Bacia do Tibagi: uma Sociedade Jê Meridional em movimento”(1995), de Kimiye Tommasino” e “A outra margem do Ocidente” (1999), sob a organização de Adauto Novais.

---

analisa os motivos que teriam levado parte do pensamento ocidental a considerar as sociedades ditas primitivas como a-históricas e classificar suas visões de mundo como imaginárias. Um segundo trabalho é o de Robert Crépeau, “Mito e ritual entre os índios Kaingang do Brasil Meridional” (1997, p.173-186), em que, a partir de relações dialógicas entre lideranças Kaingang e etnólogos, (re)introduz a discussão sobre a interpretação dos mitos e ritos Kaingang. Por fim, temos o estudo de Gilmar Rocha “O mito é bom para pensar: diálogo entre Antropologia e História” (1998, p.47-59), enfatizando que o mito também é uma narrativa e, como tal, conta uma história.

<sup>11</sup> Baseado na proposta teórica de Fredrik Barth relativa à etnicidade, formulada em 1969, apontamos no Brasil, a título de exemplo, os trabalhos “Identidade, etnia e estrutura social” (1976), de Roberto Cardoso de Oliveira e “Identidade & etnia: construção de pessoa e resistência cultural” (1986), de Carlos Rodrigues Brandão.

<sup>12</sup> A Etno-história, segundo Trigger (1982), é uma abordagem metodológica que se utiliza de várias fontes de estudos, tais como a arqueologia, a antropologia, a etnologia e a história oral, as quais complementam os registros escritos. Dentre alguns dos trabalhos nesta linha, apontamos Jiménez Núñez (1975), Basile Becker (1976), Myazaki (1976), Burguière (1978), Peséz (1978), Carmack (1979), Trigger (1982), Laraia (1984/1985), Melià, Saul e Muraro (1987), Moniot (1987), T. Turner (1988), Deckmann (1988), Scatamacchia (1988), Souza (1991), Erikson (1992), Schwarcz (1994), Cabrera Perez (1995), Caleffi (1996 e 1999), Martins (1997) e Basile Becker e Laroque (1999).

Sobre as fontes documentais que abordam o objeto de estudo temos a informar que foram escritas basicamente por religiosos, engenheiros, governantes, legisladores republicanos, representantes da diretoria de Terras e Colonização, diretores do SPILTN/SPI, chefes de Postos indígenas etc. Esses documentos, por sua vez, relatam a história oficial do branco, mas nas entrelinhas permitem-nos vislumbrar, mesmo que em parte, a história dos Kaingang. O mesmo acontece com as fontes bibliográficas de historiadores, geógrafos, antropólogos, arqueólogos, jornalistas, entre outras, as quais foram analisadas e interpretadas no sentido de obter informações para atingirmos os objetivos propostos. É necessário termos presente que nenhuma destas fontes é neutra, completa e sempre confiável, o que, se por um lado impõe limites, por outro, surge como um desafio a ser transposto para narrar momentos históricos da Sociedade Kaingang em relação a uma situação de fronteira com a Sociedade Brasileira.

A literatura referente aos Kaingang, do ponto de vista histórico, etnográfico e arqueológico, é bastante significativa para o Sul do Brasil, conforme já mencionamos, tanto que estudos como os de Francisco Schaden (in: Laytano, 1956), Baldus (1968), Simonian (1981), Hartmann (1984), Veiga (1992) e Noelli (1998) possuem partes ou são estudos inteiros somente com a listagem de trabalhos sobre os Kaingang.

Neste sentido, embora a literatura que apresentamos a seguir seja bastante extensa pelo número de fontes documentais e bibliográficas, o mesmo não acontece com as informações relativas ao enfoque que estamos trabalhando. Ou seja, informações envolvendo os Kaingang e suas lideranças que nos possibilitem discutir as “situações de fronteira”; em vários registros, aparecem em uma linha, em um parágrafo ou no máximo em algumas páginas, motivo pelo qual dilatamos bastante o marco temporal dessa tese.

Ao apresentarmos essas fontes de pesquisa, optamos por classificá-las em fontes documentais e fontes bibliográficas. Por fontes documentais entendemos as que foram produzidas, principalmente, por indivíduos que tiveram contato direto com as situações narradas no período de abrangência desta tese, quer sejam religiosos, políticos, diretores de inspetorias, chefes de toldos ou postos indígenas, etnólogos etc.

Consideramos fontes bibliográficas aquelas produzidas por historiadores, geógrafos, antropólogos, arqueólogos, entre outros estudiosos, que, na maioria das vezes, também estão baseadas nas fontes documentais, porém voltadas para as problemáticas específicas de que seus respectivos trabalhos procuram dar conta.

Seguindo a apresentação, temos como um primeiro conjunto de fontes documentais, para o período que estamos trabalhando, o material do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, composto por uma vasta quantidade de relatórios,

ofícios, cartas, correspondências, recenseamentos, mapas e documentos avulsos sobre as atividades inicialmente do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) e, posteriormente, do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) propriamente dito. Os documentos deste acervo que manuseamos abrangem o período que se estende dos anos de 1910 até as décadas de 1930/1940. Nele estão abordadas questões relacionadas aos Kaingang que viviam em regiões paulista, paranaense, catarinense e, no Rio Grande do Sul, principalmente da área indígena de Ligeiro.

Um segundo grupo de fontes é o acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Este material, referente ao período de 1889 a 1930, está composto por: Documentação Avulsa do grupo documental das Obras Públicas; Requerimentos; Documentação dos governantes; Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Códices e Relatórios de Obras Públicas; Mensagem dos Presidentes do Estado à Assembléia dos Representantes; Códice da Secretaria da Agricultura e Correspondência de 1904 da Comissão Missionária ao Presidente do Estado. Destes documentos utilizamos algumas informações sobre a situação dos Kaingang e suas lideranças no Rio Grande do Sul ao longo do período tratado na tese.

Outro número de fontes que são praticamente inéditas trata-se das correspondências sobre a missão dos Capuchinhos no Rio Grande do Sul e sua atuação com os Kaingang. Abordando o período de 1904 a 1923 e que se encontram no Arquivo da Casa Provincial dos Capuchinhos, em Caxias do Sul.

Existem também as Correspondências sem data, as de 1909, 1918 e 1920 do frei Bruno de Gillonnay; Correspondência de 1909 dos presidentes Carlos Barbosa Gonçalves e Protássio Alves e a Correspondência de 1913 dos superiores capuchinhos, Carniel Guerrino Giuseppe e Gelain Giuseppe Bettido, as quais tratam sobre a missão entre os índios Kaingang no Rio Grande do Sul, publicadas na *Le Rosier de Saint François D'Assises de Chambéry*. Relacionados aos capuchinhos, temos o Relatório de 16/06/1909, de 31/03/1911 e a Carta de 23/11/1909, do frei Bruno de Gillonnay, narrando que obteve ajuda de algumas lideranças Kaingang para contatar com os demais nativos da região de Lagoa Vermelha por volta do final da primeira década do século XX, publicados na obra "Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul" (1976), de Bernardin D'Apremont e Bruno de Gillonnay.

Por último, destacamos o Relatório de 1905, de Gentil de Moura e um outro Relatório de 1905, de Julio Bierrenbach Junior, ambos relativos a exploração dos rios Feio e Aguapehy, publicados pela Comissão Geographica e Geológica do Estado de S. Paulo (1905). Tratando-se do Rio Grande do Sul temos um Relatório de 09/06/1910, de Carlos Torres Gonçalves, que aborda

questões sobre os vários toldos e de algumas lideranças Kaingang, publicado sob a organização de Dante de Laytano (1957).

Referente às publicações que trazem partes ou capítulos a respeito dos Kaingang e de suas lideranças, ressaltamos os seguintes: “Actualidade Indígena”(1908), de Telêmaco Morosine Borba; “Tristes Trópicos”(1957), de Claude Lévi-Strauss; “Em defeza do Índio e do Sertanejo contra o ‘Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais’ no Paraná”(1925), de Arthur Martins Franco; “Os missionários Capuchinhos no Brasil”(1929), de Modesto Rezende de Taubaté e Fidelis Motta de Primerio; “A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil”(1959), de Egon Schaden; “Notícias descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul”(1961), de Nicolau Dreys; “Os índios e a civilização: a integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno”(1970), de Darcy Ribeiro; “A integração do índio na sociedade regional: a função dos Postos Indígenas em Santa Catarina”(1970), de Silvio Coelho dos Santos; “Viagem ao País dos Jesuítas”(1975), de José Candido da Silva Muricy; “Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná – Três anos de vida em suas florestas e campos – 1872/1875”(1974), de Thomas Bigg-Wither; “Igreja e imigração italiana” (1975), de Carlos Albino Zagonel; “Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul”(1976), de Bernardin D’Apremont e Bruno de Gillonnay; “Aspectos da organização social dos Kaingang paulistas”(1976), de Delvair Montagner Melatti; “Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina”(1978), de Auguste de Saint’Hilaire; “Hierarquia e simbiose: relações intertribais”(1980), organizada por Alcida Rita Ramos; “Entre índios e revoluções”(1982), de Darcy Siciliano Bandeira de Mello; “Apontamentos sobre os Indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul”(1983), de Pierre Alphonse Booth Mabilde, sob a coordenação de May Mabilde Lague e Evlys Mabilde Grant; “Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul (1875-1887)”(1989), de Maximiliano Beschoren; “Toldo Chimbanque: história e luta Kaingáng em Santa Catarina”(1984) e “Para uma história dos índios do oeste catarinense”(1989) de Wilmar da Rocha D’Angelis; “Toldo Imbú”(1994), de Wilmar da Rocha D’Angelis e Vicente Fernandes Fókê; “Mitos indígenas inéditos na obra de Curt Nimuendaju”(1986) e “Etnografia e Indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará”(1993), de Curt Nimuendajú; “Kaingang: confronto cultural e identidade étnica”(1994), sob a organização de Arlindo Leite; “História e Cultura Kaingáng no Sul do Brasil”(1994), organizado por Telmo Marcon; “Os capuchinhos no Rio Grande do Sul” (1996), de Rovílio Costa e Luis De Boni; “Guerra dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)”(1994), de Lúcio Tadeu Mota; “Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)” (2000), de Luís Fernando da Silva Laroque; “Uri e wãxi: estudos interdisciplinasres dos Kaingang”(2000), organizado por Lúcio

Tadeu Mota, Francisco Silva Noelli e Kimiye Tommasino; “Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang”(2004), organizado por Kimiye Tommasino, Lúcio Tadeu Mota e Francisco da Silva Noelli; “A voz de Chapecó: artigos de Antonio Selistre de Campos – 1939/1952”(2004), coordenado por Josiane Roza de Oliveira; “Aspectos fundamentais da cultura Kaingang”(2006), de Juracilda Veiga e finalizando o conjunto “Os Kaingang de São Paulo”(2006), de H. H. Manizer, traduzido por Juracilda Veiga, e recentemente publicado.

Temos também as sistematizações de Alfred Métraux, com informações genéricas sobre os Kaingang, publicadas no “Handbook of South American Indians”(1946, volume 1) e os compêndios “O Índio Kaingáng no Rio Grande do Sul”([1976], 1995), de Ítala Irene Basile Becker, e “O Índio Kaingáng do Paraná: Subsídios para uma Etno-história” (1999), de Ítala Irene Basile Becker e Luís Fernando da Silva Laroque. Estes compêndios, por sua vez, reúnem vários dados sobre os Kaingang e as lideranças em estudo.

No que tange a artigos, destacamos “Memória dos costumes e religião dos índios Camés ou Coroados que habitam na Provincia do Paraná, escrito pelo missionário Frei Luiz de Cemitille”, publicado na Revista Paranaense (1882, n.2); “Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Provincia do Paraná, e relação que teve com os índios Coroados mais bravios daqueles lugares”, publicado na Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro (1886, t. XLIX, v.2); “Memória sobre os descobrimento e colonização de Guarapuava”, de Francisco das Chagas Lima, publicado na Revista Trimestral do Instituto Historico e Geográfico do Brasil (1842, t.IV, n.13); “Resumo do itinerario de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná, Ivahy e sertões adjacentes, emprehendida por ordem do Exm. Sr. barão de Antonina”, de João Henrique Elliot, publicado na Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico do Brazil (1847, t.9); “Notícia da descoberta do Campo de Palmas, na comarca de Coritiba, Provincia de S. Paulo, de sua povoação, e de alguns sucessos que ali tem tido logar até o presente mez de dezembro de 1850”, de Joaquim José Pinto Bandeira, publicado na Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico do Brazil (1851, t. XIV, n.4); “Memoria sobre os trabalhos de observação e exploração effectivada pela Segunda Secção da Comissão Militar encarregada da linha telegraphica de Uberaba á Cuiabá, de Fevereiro á Junho de 1889”, de Francisco Raimundo Ewerton Quadros, publicado na Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro (1892, t. LV); “Unsere Indianer in Nonohay”, de Bruno Stysinski, publicado no Kalender für de Deutschen in Brasilien (1902) traduzido por Sílvia Laveuve; “Os Coroados no Sul do Brasil”, de Gustav von Königswald, trazendo muitos dados sobre a cultura Kaingang, publicado em Die Corôado im Südlichen Brasilien (1908); “Subsídios para o Estudo dos Caingangues do Paraná”, de Ermelino de Leão, publicado na

Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo (1910, v. XV); “Notas sobre uma visita e acampamentos de índios Caingangs”, de Geraldo de Paula Souza, publicado na Revista do Museu Paulista (1918, t. X); “Os índios das margens do Paranapanema”, de Edmundo Krug, publicado na Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo (1924, v. XXI); “Música e instrumentos de música de algumas tribos do Brasil”, de Henry Manizer, que foi membro de uma Expedição Russa que veio à América do Sul e que, no final de 1914 e início de 1915, esteve com os Kaingang em São Paulo, publicado na Revista de Música (1934); “Notas sobre os Caingangs”, de Marcelo Piza, publicado na Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo (1937, v. XXXV); os estudos de Herbert Baldus, baseados principalmente em suas experiências com os Kaingang de Palmas e Ivaí, intitulado “Culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas”, “Vocabulário Zoológico Kaingang” e “Terminologia do parentesco Kaingang”, publicados, respectivamente, em Ensaio de Etnologia Brasileira (1937), Arquivos do Museu Paranaense (1947) e na Revista de Sociologia (1952, n. XIV); “Os Caingangues de Palmas”, de José Loureiro Fernandes, e “Estudos sobre a língua Caingangue”, de Rosário Mansur Guérios, publicados, respectivamente, em Arquivos do Museu Paranaense (1941, v. I) e (1942, v. II); “Aplicação do psico-diagnóstico de Rorschach a índios Kaingang”, de Herbert Baldus e Aniela Ginsberg, publicado na Revista do Museu Paulista (1947, volume 1); “Los índios Botocudos de Santa Catarina”, de Wanda Hancke, publicado em Arquivos do Museu Paranaense (1947, v. VI) e mais dois artigos baseados em visitas realizadas pela autora ao norte do Paraná com o título “Vocabulario del dialecto Caingangue de la Serra do Chagú” e “Ensaio de una gramatica del idioma Caingangue de los Caingangue de la Serra de Apucarana”, publicados em Arquivos do Museu Paranaense, respectivamente, (1947, n. VI) e (1950, v. VIII); “A pacificação dos índios Caingangues paulista”, de Luiz Bueno Horta Barbosa a respeito da “pacificação” feita por ele aos grupos Kaingang dos rios Feio e Aguapeí no início desse século, quando dirigia a inspetoria do SPI, publicado pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios (1947, n. 88); “Pioneiros da Noroeste” de J. G. Morais Filho, publicado em Revista do Arquivo Municipal Paulista (1951, v. CXXXVIII); “Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904”, de Cornélio Schmidt, publicado nos Anais do Museu Paulista (1961, t. XV); “Vanuire – uma heroína do oeste paulista”, de Paulo Nathanael de Souza, publicado na Revista do Arquivo Municipal (1970, v. CLXXI); “Manuscrito revelador do Frei Timóteo Luciani da Castelnuovo, missionário no Paraná de 1854 a 1895”, publicado junto a coleção de documentos de Frei Emílio da Cavaso, no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (1980, v. XXXVII) e “Os Kaingang no estado de São Paulo: constantes históricas e violências deliberadas”(1984), de Sílvia Helena Simões Borelli, publicado no livro “Índios no Estado de São

Paulo: resistência e transfiguração”(1984), organizado por John Manuel Monteiro. Este conjunto de artigos contém significativas informações relativas aos Kaingang e suas lideranças em várias regiões do sul do Brasil.

Existem também as revistas *Le Rosier de Saint François D’Assise* (1900, t. I, n. 3 e 1901, t. II, n. 4) que trazem preciosas informações sobre os Kaingang de Lagoa Vermelha durante o início do século passado.

Temos ainda as compilações “Populações Indígenas – Estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul” e “Populações Indígenas – Estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul. II Parte. b) Informações recentes (século XX)”, sob a organização de Dante de Laytano e publicadas na *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul*”, respectivamente, (1956 e 1957), as quais contribuem com a reunião de algumas fontes pouco conhecidas; o artigo “Com os Caingang às margens do Inhacorá”, de Martin Fischer, publicado no *Serra-Post-Kalender* (1959) e os de Cecília Maria Vieira Helm sobre aspectos gerais dos Kaingang do Paraná, intitulados “Síntese histórica do contacto entre índios e brancos no Paraná” e “Identidade étnica entre os índios Kaingang do Paraná”, publicados na *Revista de Estudos Brasileiros*, respectivamente, (1977, n.4 e 1979, n.7).

Outros trabalhos são “Alguns dados para a história recente dos índios Kaingang”, de Carlos de Araújo Moreira Neto, publicado na obra “La situación del Indígena en America de Sul: aportes al estudio de la fricción inter-étnica en los Indios no-Andinos” (1972), organizado por Georg Grünberg. Há ainda o estudo “Mito e ritual entre os Índios Kaingang do Brasil Meridional”, de Robert Crépeau, que reintroduz as discussões sobre os mitos e ritos Kaingang, publicado em *Horizontes Antropológicos* (1997, ano 3, n.6).

O texto que compõe o corpo desta tese encontra-se dividido em duas partes e nove capítulos. Desse modo, a primeira parte do trabalho – Os Kaingang e sua relação com o Estado Nacional brasileiro durante as primeiras décadas do Período Republicano – está formada por cinco capítulos.

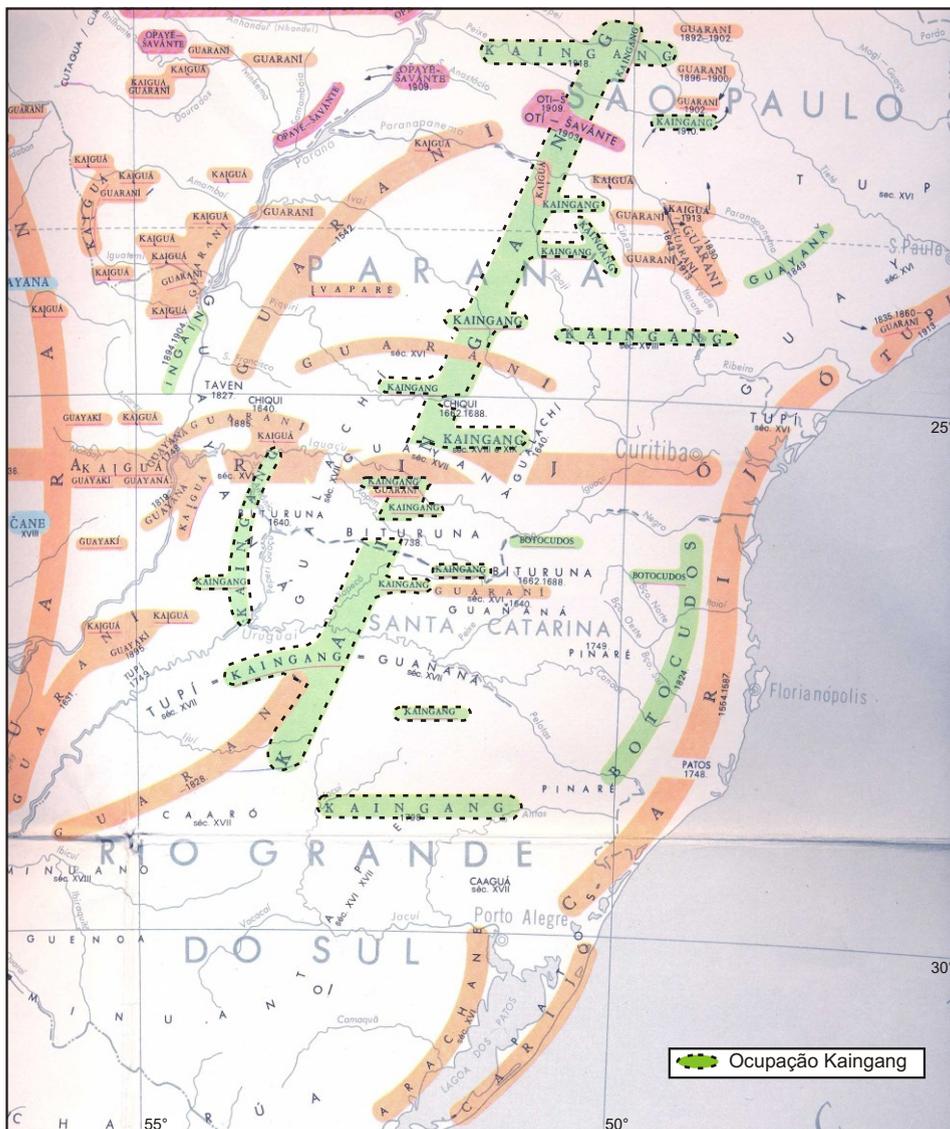
O *Capítulo 1* apresenta um breve panorama do Estado Nacional e a questão indígena brasileira durante o período que se estende de 1889 até 1910. O *Capítulo 2* aborda a história dos Kaingang e suas lideranças em espaços paulistas. Enfoca, precisamente, a movimentação desses nativos nos territórios entre os rios Paraná, São José dos Dourados e Paranapanema, os quais passam a ser atingidos por expedições de reconhecimento, estabelecimento de fazendas, missões religiosas e a tentativa do traçado para a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. O *Capítulo 3* estuda a história desses nativos e seus líderes no Estado do Paraná, isto é, em territórios das Bacias hidrográficas dos rios Ivaí, Tibagi e Iguaçu onde as frentes exploradoras, gradativamente, foram estabelecendo aldeamentos e colônias militares visando

à liberação da maior parte dos espaços Kaingang para a exploração econômica. O *Capítulo 4* trata dos acontecimentos envolvendo os Kaingang e suas chefias em um espaço geográfico delimitado pelos rios Peperi-Guaçu, Santo Antonio, Iguaçu e Uruguai que, em grande parte, pertence ao Estado de Santa Catarina atual. Nesse território os Kaingang também são atingidos pelos interesses da sociedade brasileira através de expedições, fundação de colônias militares, abertura de caminhos e a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, os quais visavam ao povoamento branco e à exportação da produção. Por fim, o *Capítulo 5* discute a história dos Kaingang juntamente com suas lideranças em espaços do Rio Grande do Sul, delimitada pelos rios Inhacorá, Uruguai e Sinos. Nesse território, apesar de o governo estadual, através da Diretoria de Terras e Colonização, demarcar áreas para os nativos, algumas delas vão deparar-se com missões religiosas, penetração de colonos alemães e italianos e também com a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, que cruza alguns desses espaços.

Relativo à segunda parte da tese – Os Kaingang e sua relação com o Estado Nacional brasileiro nos primeiros anos do Serviço de Proteção aos Índios, compõe-se de quatro capítulos. O *Capítulo 6* contém ainda um breve panorama do Estado Nacional e da Política Indigenista brasileira entre 1910 e 1930. Essa política foi operacionalizada inicialmente através da criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPTLTN) e, posteriormente, apenas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). O *Capítulo 7* aborda a continuidade da história dos Kaingang nos seus tradicionais territórios localizados nas Bacias hidrográficas dos rios Tietê, Feio, Aguapeí e Peixe. Neste sentido, estuda como os nativos e seus líderes se relacionaram com o avanço da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a penetração dos agentes do SPILT/SPI em seus espaços geográficos e o estabelecimento dos Postos Indígenas. O *Capítulo 8* enfoca a continuidade da história Kaingang em territórios nativos das Bacias hidrográficas dos rios Tibagi, Ivaí e Iguaçu. Em vista disso, analisa como os Kaingang acompanhados de seus chefes, lidaram com os interesses capitalistas que avançavam através da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, da Companhia de Terra Norte do Paraná, da criação do Centro Agrícola do Ivaí e do estabelecimento de Postos Indígenas em alguns desses espaços. Por último, o *Capítulo 9* também estuda a continuidade da história dos Kaingang em áreas das Bacias hidrográficas dos rios Iguaçu, Chapecó e Uruguai. Nestes locais os Kaingang e suas lideranças inicialmente depararam-se com as grandes fazendas e a exploração dos ervais. Logo depois, enfrentaram as companhias colonizadoras as quais, apoiadas por agências oficiais, insistiram em apropriar-se dos territórios nativos e incentivar a vinda de colonos alemães, italianos, entre outros, provenientes, principalmente, do Rio Grande do Sul.

É importante esclarecer que havíamos também previsto para esta segunda parte o capítulo 10 cujo título seria “Continuidade da história Kaingang em seus tradicionais territórios de Bacias dos rios Inhacorá, Várzea, Passo Fundo, Lageado e Forquilha”. O capítulo chegou a ser estruturado e iniciado, todavia, em decorrência do prazo para entrega desta tese, não foi terminado e, portanto, deixamos de incluí-lo no trabalho.

No final, após analisarmos a história dos Kaingang em seus tradicionais territórios no Sul do Brasil e em situações envolvendo as fronteiras geográficas, étnicas e culturais, concluímos que os Kaingang e suas lideranças mesmo estabelecendo alianças, guerras e atualizando elementos da sua cultura, portaram-se de acordo com as pautas culturais do grupo e sem abrirem mão da identidade de índios Kaingang.



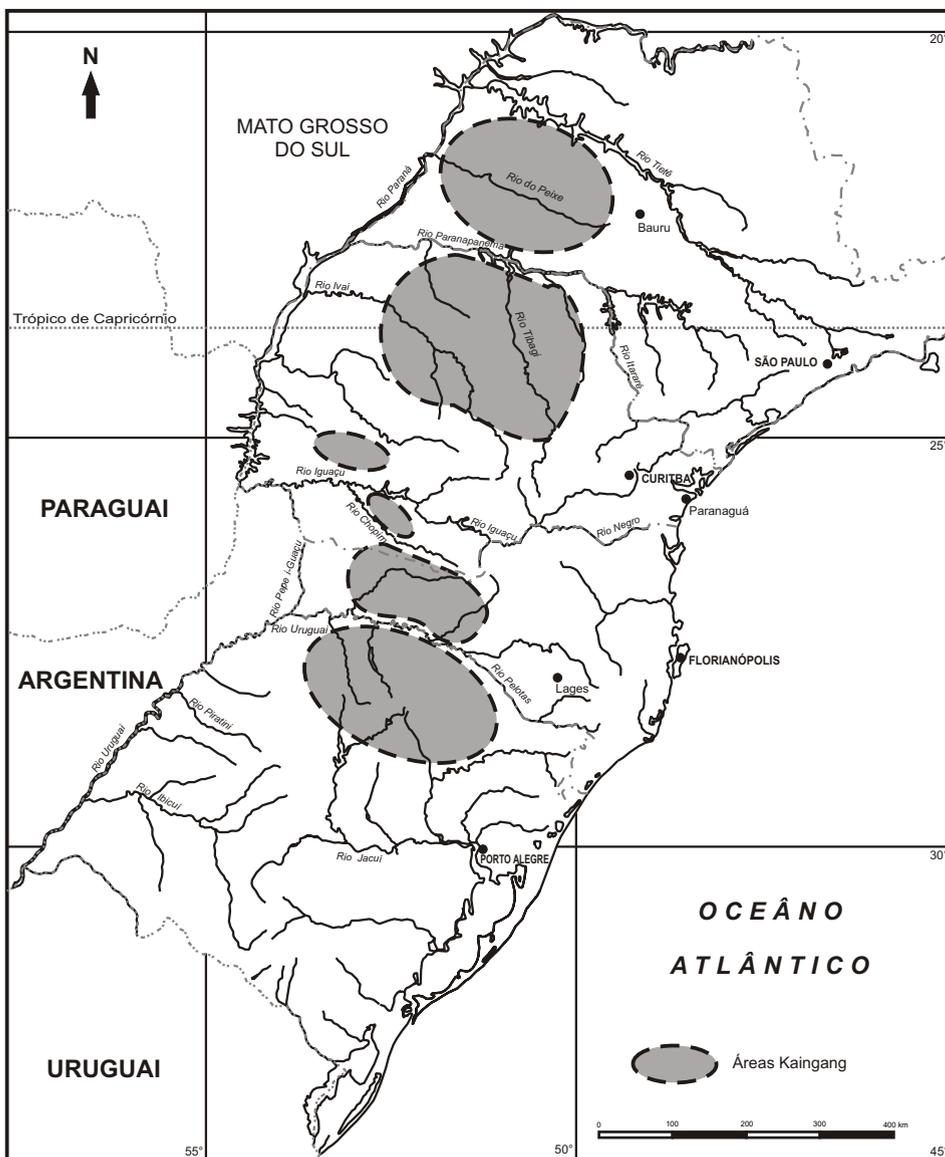
Mapa 1: Ocupação Kaingang no Brasil Meridional.

Fonte: Vista parcial do Mapa Etno-histórico de Nimuendajú, 1987.



Mapa 2: Possível território Kaingang no século XIX.

Fonte: Adaptado de Santos (1973, p. 36), Basile Becker (1976, p. 31) Ribeiro (1977, p. 460), Borelli (1983, p. 160-162), Laroque (2000, p. 80) e Mota (2000, p. 86-87).



Mapa 3: Áreas Kaingang no século XX.

Fonte: Adaptado de Gonçalves (1910, p. 157; 1918, p. 279), D'Angelis e Rojas (1979), Borelli (1983, p. 161, 163, 167), D'Angelis (1984, p. 56), Basile Becker e Laroque (1999, p. 135).

PRIMEIRA PARTE

**OS KAINGANG E O ESTADO NACIONAL  
BRASILEIRO DURANTE AS PRIMEIRAS DÉCADAS  
DO PERÍODO REPUBLICANO**



## 1 O ESTADO NACIONAL E A QUESTÃO INDÍGENA BRASILEIRA (1889 –1910)

Na transição do século XIX para o século XX, muitos dos territórios indígenas que não haviam sido atingidos pelos interesses do Estado Nacional brasileiro passam a deparar-se com os diversos mecanismos das frentes econômicas visando à exploração capitalista. Neste sentido, grosso modo, podemos destacar três fatores os quais serão responsáveis por este fenômeno: o primeiro devido à posição econômica que o Brasil ocupava no mercado externo caracterizado pelo fornecimento de produtos agrícolas; o segundo fator em decorrência do tratamento dado pelo Governo Provisório Republicano de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto aos povos indígenas, uma vez que o Decreto nº 7, § 12, de 20 de novembro de 1889, determinava que “a Catequese e a Civilização dos índios” passassem a ser atribuição dos governadores de cada estado; o terceiro e último refere-se à maneira como a Constituição de 1891 resolveu o problema da posse das terras, isto é, delegou aos estados o direito de decidir a respeito das terras existentes em seus territórios e manteve o conceito de “terras devolutas” assegurado pela Lei de Terra de 1850 (Gagliardi, 1989, p.89-90).

Quanto à questão indígena brasileira advinda, conseqüentemente, deste contexto político e socioeconômico, deve ser entendida no sentido proposto por Paulo Ricardo Pezat.

“Por ‘questão indígena’ entendo os problemas decorrentes do relacionamento entre a sociedade nacional (abrangendo os poderes públicos da União, estados e municípios, assim como a sociedade civil) e as nações indígenas. Refere-se tanto à sobrevivência física como à sobrevivência cultural dos povos subjugados, envolvendo luta por terras, tentativas de absorção, reclusão ou extermínio, grau de tolerância da sociedade conquistadora com a diversidade de costumes dos conquistados, **status** do indígena incorporado (sob tutela ou como cidadão) etc. O Estado tanto pode abster-se de intervir em tais problemas, deixando-os entregues à sociedade civil (como aconteceu no Brasil ao longo das duas primeiras décadas do regime republicano), como pode tentar solucionar tais questões, traçando uma ‘política indigenista’ de caráter oficial (como aconteceu no Brasil após 1910). Entretanto, deve-se distinguir entre o discurso produzido através da legislação e a ação prática dos agentes do Estado, sendo comum o divórcio entre ambas (Pezat, 1997, p.102-103, grifo do autor).

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, em âmbito político, foi convocada a Assembléia Constituinte. Relacionado aos indígenas, o apostolado positivista, representado principalmente por Miguel Lemos e

Raymundo Teixeira Mendes, apresentou e defendeu, em 1890, uma proposta extremamente avançada sob a alegação de que caberia ao Governo Federal protegê-los porque se tratava de povos que se encontravam no estágio fetichista (Cunha, 1987, p.72).

Todavia a proposta dos positivistas era contrária aos interesses da classe dominante brasileira, que desejava uma estrutura liberal na qual o Capitalismo pudesse florescer. Voltada para este fim é que a república foi proclamada e, por mais que os positivistas tenham se esforçado, a Constituição de 1891 não fez nenhuma referência às populações indígenas, o que não deixava de estar condizente com o projeto da camada dominante que, se considerando agente do progresso e da civilização, não estava preocupada com a preservação da história e da cultura da população indígena, mas sim que fossem incorporadas a seu modelo de mundo.

Reforçando esta linha de raciocínio, podemos destacar o trabalho “O processo civilizador”, de Norbert Elias, no qual é possível perceber que esse tipo de concepção não é exclusivamente brasileiro, pois surgiu com a ascensão das nações européias e de seus representantes em várias partes do mundo.

“Formou-se e fortaleceu-se a idéia, porém, na era da ascendência indisputada das nações européias, que é recorrente entre todos os grupos poderosos e dominantes no mundo, de que o poder que podiam exercer sobre outras nações era **manifestação de uma missão eterna que lhes fora concedida por Deus pela natureza ou pelo destino histórico**, expressão sobre os menos poderosos” (Elias, 1994, p.229, grifo nosso).

Em termos de legislação relacionada com a questão indigenista, o início do século XX foi marcado por dois decretos fundamentais. O primeiro, decreto nº 4.956 de 1903, oficializava a desapropriação das terras de necessidade pública, e um outro, no início de 1906, criava uma secretaria de Estado, denominada de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, a qual tinha como atribuição estabelecer diretrizes para proteção aos indígenas e às suas terras.

Todavia, o que vai fomentar o início da discussão a respeito da questão indigenista durante os primeiros anos do século XX serão os vários focos de tensões que estavam ocorrendo entre os índios e os colonizadores em algumas regiões brasileiras, conforme segue:

“A expansão econômica, que ampliava as fronteiras de atuação do capital, começava a ocupar – através das fazendas de café, da pecuária e da borracha, do telégrafo e das ferrovias, das vilas e dos povoados – territórios assinalados nas cartas geográficas como desconhecidos. Nessas áreas habitavam grupos indígenas que

havia resistido obstinadamente ao contato com a civilização, e que, naquele momento, se achavam encurralados. Nessas circunstâncias, a saída natural era a luta armada, porque os índios, donos inquestionáveis das terras, atacavam os colonos que nelas se estabeleciam; os colonos, convencidos da idéia de que eram os agentes do progresso, contra-atacavam, criando um estado de pavor que se alastrava pelo sertão”(Gagliardi, 1989, p.174).

Neste contexto, os anos que se sucederam foram marcados por debates relacionados à assistência, à extensão de territórios e ao grau de autonomia para com os povos indígenas. Ilustram a questão as denúncias feitas pelo naturalista e etnólogo Albert Voitech Fricz, no começo do mês de setembro de 1908, durante a realização do XVI Congresso Internacional de Americanistas, em Viena, sobre a forma como os índios no Brasil estavam sendo escravizados e exterminados “principalmente por colonos alemães e polacos, em Santa Catarina” (Bigio, 2003, p.130). Este episódio teve repercussão internacional e a partir daí começou a ser cobrada dos governantes brasileiros uma ação protetora e mais efetiva para com os povos indígenas.

Entretanto, o que acirrou a questão no Brasil foram as idéias contidas em um artigo de Hermann von Ihering, publicadas ainda em setembro de 1908, na Revista do Museu Paulista e, pouco depois, em 09 de setembro de 1908, no Jornal o Estado de S. Paulo, refutando as críticas de Albert Fricz e defendendo o extermínio de índios que, semelhantes aos Xokleng de Santa Catarina e os Kaingang paulista, se opusessem ao avanço da civilização.

O debate esquentou, e o positivista Silvio de Almeida e Hermann von Ihering passam a expressar suas idéias, respectivamente, a favor ou contrária aos indígenas através de artigos que passam a circular no Jornal o Estado de S. Paulo. Podemos citar como exemplo o de 12/10/1908 e o de 20/10/1908, os quais podem ser observados no estudo de Elias dos Santos Bigio (2003, p.141-146).

Aproveitando-se da situação criada e divergindo da teoria de von Ihering, os positivistas Candido Manoel da Silva Rondon e Luiz Bueno Horta Barbosa começaram a divulgar os trabalhos que vinham realizando, principalmente com os Bororo e Paresi, no Mato Grosso, a fim de esboçar uma idéia do que entendiam por política indigenista.

Relativo a toda esta polêmica envolvendo Hermann von Ihering, o que chama a atenção é o fato de que quando ele expressou o fim dos indígenas que se opusessem ao avanço da civilização não estava sozinho nesta idéia. Isso porque fazendeiros, cientistas, geógrafos e botânicos da Comissão Histórica e Geográfica de São Paulo também tinham opinião bastante semelhante.

Neste sentido, concordamos com as críticas de Niminon Suzel Pinheiro (2004, p.368), a qual destaca que “para não acusar poderosos fazendeiros da região do oeste paulista pelo extermínio dos índios” quem será tomado como “bode expiatório” da causa será von Ihering, que era apenas o diretor do Museu Paulista. Sobre isso a referida autora constata que “o seu ‘crime’, no entanto, foi acreditar e justificar, numa publicação científica, o fim dos índios em favor da civilização”.

Retornado ao debate provocado em decorrência da teoria formulada por Hermann von Ihering, nestes primeiros anos do século XX, podemos observar que se avançou no sentido de encontrar uma forma segundo a qual o governo federal agiria para proteger as populações indígenas e as terras por elas ocupadas. De acordo com Darcy Ribeiro (1977, p.132), a discussão polarizou-se em duas correntes. Uma defendia a catequese religiosa católica por ser a religião da maioria dos brasileiros. A outra corrente, por sua vez, posicionava-se pela assistência leiga a fim de assegurar a liberdade espiritual.

Relacionado à primeira corrente que defendia a catequese religiosa, é preciso lembrar que com a Proclamação da República a Igreja Católica, como instituição, desvincula-se do Estado brasileiro, no entanto, conforme Elias dos Santos Bigio (2003, p.151), “os índios continuaram, nos primeiros anos do regime republicano, como nos Períodos Colonial e Imperial, sob a ação da catequese da Igreja Católica”.

Frente a isso, a Igreja, sob a ameaça de ser preterida desta função, recorrendo à ajuda de seus ideólogos e dos setores mais conservadores da sociedade, reagiu utilizando-se de palestras e propaganda para difundir suas experiências de missões religiosas com os indígenas. Dentre elas, argumentava que muitos povoados, vilas e cidades, os quais eram lembrados, nasceram graças aos aldeamentos fundados por missionários franciscanos, capuchinhos e jesuítas. Ressaltavam-se também os “aldeamentos de Goiás, onde atuavam os dominicanos, nos aldeamentos do Pará e Maranhão, onde atuavam os capuchinhos”, nos quais “causava admiração a paz, a ordem e a obediência dos índios aos missionários” (Gagliardi, 1989, p.209-210).

Quanto à corrente que defendia a assistência leiga, vamos encontrar os membros difusores do Positivismo<sup>13</sup> no Brasil, os quais acreditavam que os

---

<sup>13</sup> O Positivismo, Comtismo ou Filosofia de Auguste Comte surgiu no contexto europeu do século XIX, o qual se encontrava convulsionado em decorrência das transformações ocorridas com a Revolução Industrial. O filósofo francês Auguste Comte, defensor da sociedade burguesa em ascensão, dentro de seu esquema teórico, procurava dar uma ordenação lógica à sociedade e eliminar os elementos anárquicos que poderiam impedir sua evolução e progresso contínuo. De acordo com esta linha de pensamento, a história “dá-se pela evolução lógica e natural de estágios, provenientes um do outro e que consubstanciaram momentos fundamentais do espírito humano. No estágio teológico [ou fetichista], ao investigar sobre a natureza dos fenômenos, o homem não consegue dar respostas lógicas às perguntas que faz e recorre ao sobrenatural. No estágio metafísico, o sobrenatural é substituído pela abstração enquanto que, no estágio

índios se achavam na etapa ‘fetichista’ do desenvolvimento humano. Para eles o governo não deveria investir em trabalhos missionários com o objetivo espiritual, mas sim desenvolver um projeto de cunho social destinado a ampará-los e protegê-los do extermínio.

Como se constata, cada uma das correntes apresentava seus argumentos e procurava vencer a opinião pública a fim de tomar partido no debate que se travou. Sintetizando de certa forma esta questão, Paulo Ricardo Pezat, destaca o seguinte:

“Os defensores da catequese indígena por parte de missionários cristãos alegavam que apenas estes teriam a experiência e o despreendimento material necessário à execução de tal tarefa, lembrando a importância do trabalho nacional. Em contrapartida, os defensores da catequese leiga faziam a apologia da atuação de Rondon, apontada por ele ao longo de vinte anos de vivência entre os índios do Mato Grosso, de Goiás e do Amazonas, ressaltando o caráter pacífico das relações então estabelecidas com os silvícolas (sintetizado no lema ‘morrer se preciso for, matar nunca’)(Pezat, 1997, p.119).

Levando em consideração o contexto sociopolítico e as pressões internacionais que vinha sofrendo relativas aos indígenas, o governo acenou para a possibilidade de assumir a função que até então estava sendo desempenhada pelos religiosos. Todavia, Rodolfo de Miranda, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, esclarecia “que não era seu objetivo suprimir o trabalho dos missionários. Ao contrário, seu desejo era que tanto a proteção governamental, quanto a catequese pudesse subsistir paralelamente, e prosperar com independência” (Gagliardi, 1989, p.213).

Sendo assim, em meados de junho de 1910, Rodolfo de Miranda enviou o projeto para apreciação do Presidente Nilo Peçanha. Em vista disso, no dia 20 de junho, através do decreto 8.072, era criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ITN).

Entregue à direção de Candido Rondon, o serviço recém-inaugurado baseava-se nos postulados do evolucionismo humanista de Augusto Comte,

---

final ou positivo, todos os fenômenos físicos e psíquicos seriam explicados através de leis científicas” (Pesavento, 1993, p.206). Outros estudos, os quais abordam a questão do Positivismo no Brasil e os seus desdobramentos para com a questão indígena, podem ser encontrados nos significativos trabalhos de Paulo Ricardo Pezat. Um deles é sua dissertação de mestrado intitulada “Auguste Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha” (1997, p. 62-102) e o outro se trata da tese de doutoramento do referido autor, cujo título é “Carlos Torres Gonçalves, a família, a pátria e a humanidade: a recepção do positivismo por um filho espiritual de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux no Brasil (1875-1974)” (2003, p.198-225).

que defendia a “autonomia das nações indígenas na certeza de que, uma vez libertas de pressões externas e amparadas pelo Governo, evoluiriam espontaneamente” e que ainda “mesmo permanecendo na etapa ‘fetichista’ do desenvolvimento do espírito humano, eram susceptíveis de progredir industrialmente, tal como, na mesma etapa, haviam progredido os povos andinos, os egípcios e os chineses” (Ribeiro, 1977, p.134).

Também é necessário levarmos em consideração que o órgão indigenista criado não era neutro e como tal estava articulado com a política ideológica do Estado brasileiro vigente no período, pois “se por um lado, o objetivo básico do SPI era a proteção das populações nativas, por outro vincula-se, enquanto organismo estatal, a uma política mais geral, na qual o índio aparecia como um obstáculo a ser superado, diante dos objetivos maiores da expansão capitalista” (Borelli, 1983, p.47).

Frente a isto, então, acreditamos que efetivamente um dos principais motivos que levou à criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, muito mais do que uma resposta para a comunidade internacional que cobrava medidas sobre a questão, foi o intuito de acabar com os conflitos agrários a fim de contribuir para a construção da sociedade burguesa brasileira e não a sobrevivência cultural dos povos indígenas como muitos discursos oficiais nos procuram fazer crer.

## **2 HISTÓRIA DOS KAINGANG EM SEUS TRADICIONAIS TERRITÓRIOS ENTRE OS RIOS PARANÁ, SÃO JOSÉ DOS DOURADOS E PARANAPANEMA**

A ocupação do Planalto Ocidental de São Paulo durante as duas primeiras décadas do Período Republicano em parte é resultante do avanço da Frente de Expansão de criadores de gado mineiros, os quais, desde a segunda metade do século XIX, haviam se fixado no território. Nele fundaram núcleos de subsistência e desenvolveram também uma agricultura baseada principalmente no cultivo do milho e outros gêneros necessários para sobrevivência (Melatti, 1976, p. 9-11).

A concepção de Frente de Expansão que estamos utilizando, grosso modo, refere-se ao século XIX, mas, dependendo da região, poderá estender-se para período posterior, quando se objetivava o reconhecimento e o alargamento da fronteira territorial brasileira, bem como a efetivação de núcleos populacionais e da exploração das potencialidades econômicas. Neste sentido, José de Souza Martins, no trabalho “Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano”, ao abordar a Frente de Expansão e também a Frente Pioneira, enfatiza:

“O conjunto da informação histórica que hoje se tem sobre a frente de expansão e a frente pioneira sugere que a primeira foi a forma característica de ocupação do território durante longo período. Começou a declinar com a chamada Marcha para o Oeste, em 1943, e a intervenção direta do Estado para acelerar o deslocamento dos típicos agentes da frente pioneira sobre territórios novos, em geral já ocupados por aqueles que haviam se deslocado com a frente de expansão. Tipicamente, a frente de expansão foi constituída de populações ricas e pobres que se deslocavam em busca de terras novas para desenvolver suas atividades econômicas: fazendeiros de gado, como ocorreu na ocupação das pastagens do Maranhão por criadores originários do Piauí, seringueiros e castanheiros que se deslocaram para vários pontos da Amazônia. E mesmo agricultores levaram consigo seus trabalhadores, agregados sujeitos e formas de dominação pessoal e de exploração apoiados no endividamento e na coação” (Martins, 1997, p.178).

Referente ao território paulista que estamos tratando, uma parte deste fluxo migratório estabeleceu-se em áreas onde o café ainda estava em fraca ascensão, tais como Araraquara, Jabuticabal e Ribeirão Preto. A outra parte, subdividindo-se em dois grupos e tomando direções opostas, dirigiu-se aos territórios desconhecidos do oeste paulista. O primeiro desses grupos, segundo Sílvia Helena Borelli (1984, p.47), rumou para o norte do rio Tietê e fixou-se em regiões entre os rios José dos Dourados, Preto, Turvo e Pardo, conforme verificamos na citação:

“(...) tinham procurado regiões mais longínquas, onde poderiam mais facilmente continuar a viver, conforme seus hábitos de criadores, acostumados aos grandes espaços, suficientemente à distancia dos poderes constituídos. Encontravam tudo isso, além das escarpas da cuesta. Vê-se um homem de Minas fundar São Simão, antes de 1850; seus conterrâneos formavam quase toda a população da vila que devia tornar-se a cidade de Ribeirão Preto. Vão mais longe ainda: em 1852, é um mineiro que constrói a primeira cabana em São José do Rio Preto, enquanto outros se instalam além do Ribeirão de São João, afluente do São José dos Dourados; ali desatrelavam os bois do seu carro, depois de o fazer virar e logo davam a esse lugar o nome de Viradouro, adiante da atual cidade de Tanabi. Foi igualmente obra da gente de Minas, a tentativa de penetração nos campos de Avanhandava” (Monbeig [1952], 1984, p.133).

Quanto ao segundo grupo, tomando direção sul, estabeleceu-se em alguns territórios entre os rios Peixe, Anhumas, Laranja Doce, Jaguaribe, Novo

e Paranapanema. Sobre eles o relato de Francisco Raimundo Ewerton de Quadros informa o seguinte:

“(…) n’essa immensa zona, que vae de Botucatu ás margens do Paranapanema; o sertanejo paulista, o afamado caipira mostra-se rarissimamente e quazi sempre entregue ao mister de conductor de carros de bois; elle busca de preferênciã as zonas cafeeiras da província.

Foi aos filhos da província de Minas-Geraes, que coube a gloria de devassar os segredos d’essas regiões, disputando palmo a palmo aos indígenas o terreno, que, vencidos, estes aos poucos lhes vão cedendo” (Memória de 1889. In: RIHGB, 1892, p.249).

Sabe-se que até o início do século XX “o oeste paulista era (...) território habitado e guardado sob total domínio indígena, de posse legítima. Os vales dos rios Tietê, Feio-Aguapey, do Peixe e Paranapanema eram habitados pelos Kaingang, Guarani e Oti” (Pinheiro, 2004, p.356), é provável que essas frentes que adentravam a região estivessem freqüentemente sendo observadas pelos nativos Kaingang.

Acreditamos que os nativos Kaingang, recorrendo a estratégia da guerra e/ou da aliança visando adquirir vantagens destes fluxos migratórios para lutarem contra os grupos inimigos dos Guarani e Oti-Xavante, que também habitavam a região, tenham seguido a lógica da aliança. Ou seja, pelos padrões culturais Kaingang os quais se encontram prescritos no próprio mito de origem onde os ancestrais Cayurucré e Camé fizeram aliança com os Kaingang, na situação em questão uma aliança com os brancos também poderia ser viabilizada.

Razões para isso é que durante o período entre 1842 e 1885 os grupos Kaingang que viviam entre os rios Feio, Aguapeí e o Salto do Avanhandava, no Tietê, aceitaram pacificamente as famílias mineiras dos Castilho, Goulart, Pereira Dias e Pinto Caldeira que por lá se estabeleceram. Todavia, um evento, em 1886, envolvendo a morte de alguns Kaingang pelo pessoal do fazendeiro Pinto Caldeira, os quais resolveram colher milho na roça, certamente por interpretarem que a aliança estabelecida com os brancos para viverem neste território lhes dava este direito, acarretou um rompimento definitivo da possibilidade de novas alianças. Reforça esse argumento o seguinte comentário:

“Aí estava um sinal de harmonia entre índios e civilizados. E prosperavam os retireiros sem largamente derribarem a mata. Viviam aparentemente felizes os caingangues sem ser molestados. Assim foi até que uns benditos Pintos Caldeira feriram e mataram alguns índios quando estes roubavam milho na roça, atividade que não

constituía nada de novo e nem revoltante aos outros moradores brancos mais inteligentes e mais humanos. De tal feito em diante os caingangues tornaram-se hostis e ameaçaram a segurança dos povoadores. Não tardou um desfecho tremendo. Perto de oitocentos índios habitavam a região. No ano de 1886, num dia de mutirão realizado pelos mesmos Pintos Caldeira para derrubada de matas, mais de duzentos índios surgiram no eito, à hora do almoço, e, em meio de uma gritaria infernal massacraram a maioria dos trabalhadores” (Barros, apud Borelli, 1984, p.62-63).

Recorrendo ao trabalho “Ilhas de História”, de Marshall Sahlins, para explicitar o sentido com que estamos tratando a concepção do evento nesta tese, temos:

“O evento é a forma empírica do sistema. A proposição inversa, a de que todos os eventos são culturalmente sistemáticos, é mais significante. Um evento é de fato um acontecimento de significância e, enquanto significância, é dependente na estrutura por sua existência e por seu efeito. ‘Eventos não estão apenas ali e acontecem’, como diz Max Weber, ‘mas têm um significado e acontecem por causa deste significado’. Ou, em outras palavras, um evento não é somente um acontecimento no mundo; é a relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico. E apesar de um evento enquanto acontecimento ter propriedades ‘objetivas’ próprias e razões procedentes de outros mundos (sistemas), não são essas propriedades, **enquanto tais**, que lhe dão efeito, mas a sua significância, da forma que é projetada a partir de algum esquema cultural. O evento é a interpretação do acontecimento, e interpretações variam. (...) Os eventos não podem ser entendidos, portanto separados de seus valores correspondentes: é a significância que transforma um simples acontecimento em uma conjuntura fatal. Aquilo que parece para alguns como um mero encontro para o almoço, para outros é um evento radical” (Sahlins, 1990, p.190-191, grifo do autor).

Como os Kaingang circulavam pelo território entre os rios São José dos Dourados e o Paranapanema, contatando inclusive com as várias parciaisidades de sua etnia, as notícias sobre o evento com os Pintos Caldeira, nos parece, que geraram uma série de ataques também em outras regiões do oeste paulista. Sobre isso destacamos:

“Pedro Francisco Pinto é trucidado. Felicíssimo Antonio de Souza Pereira e a família abandonam a fazenda e escapam dos ataques por milagre. A mulher de Faustino Silva Bueno perece com cinco filhos e outros dois ficam gravemente ferido às mãos dos brutos.

Agredidos, trabalhadores de um grupo de Joaquim Corrêa de Toledo, reagem, ficando alguns inutilizados. Um filho e uma filha de João Mendes, atacados a traição, acabam empalados. Nas cabeceiras do Dourado, sertanejos em perseguição dos índios, que mataram duas pessoas, ainda os encontram descarnando uma perna para tomarem a bota que a calçava. No Avanhandava é achado nu, e apresentando ferimentos profundos, o corpo de Modesto Antonio da Silva, de uma turma que a tempo logrou fugir. No Alambary e no Batalha as propriedades foram abandonadas, depois de morrerem em breve período, pelo menos sete chefes de família. Aí mesmo em lugar, pouco depois, outros quinze a dezesseis morticínios. Só de uma vez, em pontos diferentes, tombam num assalto sete pessoas, e outras tantas ficam feridas. No Batalha, no Alabary, no Dourado, no Avanhandava por toda parte uma série de tropelias de depredações, de carnificinas (...)" (Fernandes, apud Lima, 1978, p.72-73).

Com a expansão cafeeicultora que se estendia do Vale do Paraíba para o Oeste paulista, um outro episódio envolvendo a continuidade dos ataques Kaingang data de 1887. O relato referente à Fazenda de Manoel Pereira Alvim, localizada próxima ao Córrego do Bugio, ao sul do rio do Peixe, que alguns anos antes havia iniciado o cultivo de café, narra o seguinte:

Ao chegar na lavoura, Manoel Pereira Alvim atirou num veado que ia passando por perto de seu genro Antonio Luiz Ferreira (...). Os índios coroados, escondidos na mata se precipitaram sobre os pobres trabalhadores, numa tremenda e lúgubre carnificina (...). O massacre foi hediondo. Caíram banhados em sangue Manuel Pereira Alvim. Seu genro e a mulata Luiza, escrava e cozinheira na roça. (...) O cadáver de Manoel Pereira Alvim foi picado aos pedaços e seu corpo mutilado foi enterrado com falta de um braço. Amputaram o dedo anular de Luiza para tirar-lhe o anel e introduziram-lhe pela parte pubenta um grosso pau que saiu pela garganta a fora (...). Os selvagens cortaram a cabeça de Antonio Luiz Ferreira, e a levaram (...)" (Giovanetti, apud Borelli, 1983, p.35).

Por fim, sobre os desdobramentos que o término da aliança significou para os Kaingang, apontamos o relato do tenente coronel Francisco Raimundo Ewerton Quadros que trabalhou na construção da linha telegráfica de Botucatu até a foz do Tibagi, no rio Paranapanema, de fevereiro a junho de 1889. Isto é, mesmo às vésperas do advento da República, é possível perceber através da narrativa contida no relatório que "as afamadas terras do Rio do Peixe ou Aguapehi, ainda [são] frequentadas pelos selvícolas; o que enche de desespero os especuladores que d'ellas esperam extrahir grandes riquezas" (Memória de 1889. In: RIHGB, 1892, p.31).

## 2.1 Os Kaingang em territórios de Bacias dos rios Tietê, Feio, Aguapeí, Peixe e Paranapanema

Proclamada a República, em 1889, e visando dar continuidade aos empreendimentos econômicos das grandes lavouras de café nesta região de fronteira entre a Sociedade Kaingang e a Sociedade Nacional, entra em cena a Frente Pioneira a qual se manifesta através das Missões religiosas, de Expedições Exploratórias e/ou Científicas e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

A Frente Pioneira que estamos utilizando abrange, de certa maneira, o período posterior ao advento da República, mas essa delimitação deve ser flexibilizada ao máximo porque o momento exato em que temos o término da Frente de Expansão e o início da Frente Pioneira irá depender do contexto político e socioeconômico de cada região. Sendo assim para designarmos a Frente Pioneira também nos baseamos em José de Souza Martins, que a respeito da referida frente expõe:

“A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto das regiões antigas, esvaziadas de populações, rotineiras, tradicionalistas e mortas” (Martins, 1997, p.153).

Relativo às missões religiosas que, a serviço do Estado Nacional, objetivavam contato amistoso com os Kaingang para reuni-los em aldeamentos, catequizá-los e liberar o território para os fazendeiros, apontamos inicialmente a expedição realizada pelo padre Claro Monteiro do Amaral. Esse padre era descendente de uma tradicional família paulista, reconhecido como professor do Seminário Episcopal e ainda muito respeitado pelas suas altas virtudes e conhecimentos sobre a etnografia e etnologia.

O referido missionário, confiando nas experiências que tivera com os indígenas do rio Doce, em Minas Gerais, os quais já se encontravam pacificados, conforme Morais Filho (1951, p.42-44), dispensou os conselhos sobre a belicosidade dos Kaingang, reuniu alguns Guarani, como o líder *Araguayaá*, seu genro *Capitão Honório*, *Antonio Roque*, *Vergílio*, *Inacinho*, *Ana Amália*, entre outros, do Aldeamento de Jacutinga, próximo a Bauru e rumou, em princípios de março de 1901, para a Fazenda da Faca (verifique Mapa 4). Nesta fazenda, contatando com o proprietário, Coronel Joaquim de Toledo Piza

e Almeida, procurou obter suprimentos e canoas para descer o rio Aguapeí. Todavia, as canoas cedidas não foram entregues pelo administrador o que provocou o retardamento de sua saída a fim de que novas embarcações pudessem ser construídas.

Alguns dias após, partia, então, do Porto da Barra Grande, no rio Aguapeí, toda a comitiva que, ao longo do percurso, ia deparando-se pelas margens do rio com vestígios Kaingang, como armadilhas de caça, de pesca e fogueiras recém apagadas (Borelli, 1983, p.28). O Pe. Claro, por sua vez, almejando o estabelecimento de contato com os indígenas, deixava pelas ribanceiras brindes compostos de espelhos, facões, utensílios, etc.

Atingindo as imediações do rio Tibiriçá, afluente da margem esquerda do Aguapeí, em fins de março, Claro Monteiro percebeu que os rios Feio e Aguapeí não desembocavam no rio Tietê como se pensava na época, mas, ao invés, seguiam paralelos a este e certamente desaguavam no rio Paraná (Barbosa [1926], 1947, p.43). Diante desta constatação e sob a alegação de que os suprimentos começavam a escassear, resolveu a regressar de sua viagem. Sendo assim, no dia imediato do regresso, quando a expedição começava a subir o Aguapeí, foi atacada pelos Kaingang, causando a morte de várias pessoas, inclusive a do Pe. Claro Monteiro. Sobre esse acontecimento J. G. Morais Filho, no trabalho "Pioneiros da Noroeste" (1951), menciona que trinta e um dias após este fato apareceram em Bauru três Guarani, os quais teceram a seguinte narrativa:

"(...) a expedição continuara a descer o rio em sua flotilha durante vinte e quatro dias. Ao vigésimo quinto foram subitamente atacados pelos Cainganques, sendo ferido a flechadas o Mons. Claro, Honório e mais três companheiros que foram vistos a se arrastarem pela mata, tendo conseguido chegar ao aldeamento de Jacutinga apenas os informantes e mais a índia Ana Amália, que ficara em casa abatida e exausta pela precipitada fuga"(Morais Filho, 1951, p.44).

Todavia, sobre esse episódio existem controvérsias. Uma das versões é a de que teriam sido os próprios Guarani, os quais fizeram parte da expedição, que mataram Claro Monteiro a mando de grileiros<sup>14</sup> que, interessados em apoderar-se do território e dizimar os Kaingang, eram contrários a qualquer tipo de missão ou aldeamento como planejava o padre.

---

<sup>14</sup> A grilagem, segundo Aldomar Rückert no estudo "Trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827/1931" (1997, p.72), é a ocupação da terra por terceiros a mando de grandes proprietários de terras e a "expulsão do morador mais antigo e mais pobre, geralmente um pequeno possuidor".

“Honório havia sido subornado por certos grileiros adversários do Mons. Claro, que com eles já tinham mantido polêmica pela imprensa à propósito da perseguição aos índios e do açambarcamento das terras devolutas. A atitude desassomburada do padre pretendendo pacificar os índios e obter do governo um território bastante vasto, reservado para uso e domínio dos selvícolas do vale do Aguapeí, não agradava aos grileiros, organizados que estavam em poderosa comandita e eram partidários do completo extermínio daqueles aborígenes, aos quais vinham movendo tenaz perseguição” (Morais Filho, 1951, 45).

Não descartando esta possibilidade, Sílvia Helena Simões Borelli, no seu trabalho de mestrado “Os Kaingang no Estado de São Paulo: transfiguração e perplexidade cultural de uma etnia” (1983, p.29), escreve que “foi imputado aos Kaingang, a responsabilidade pela morte de uma figura bastante significativa no contexto religioso e social do Estado de São Paulo” causando inclusive todo um estigma preconceituoso sobre qualquer tipo de contato pacífico com os Kaingang.

A outra versão propagada informa que realmente foram os Kaingang que dizimaram a comitiva. Seguidores desta opinião são os trabalhos de Hermann von Ihering “A antropologia do Estado de São Paulo” (1907, p.210), freis Modesto Rezende de Taubaté e Fidelis Motta de Primerio “Os missionários capuchinhos no Brasil” (1929, p.532-533), João Francisco Tedei Lima “A ocupação da terra e destruição dos índios na região de Bauru” (1978, p.151-152) e José Mauro Gagliardi “O indígena e a República” (1989, p.259-260). No entanto, não existe consenso se o Pe. Claro revidou ao ataque ou manteve-se pacífico e fiel ao projeto missionário. Para o caso de ter revidado, o depoimento da índia Guarani, *Ana Amália*, que foi interrogada pelo encarregado do inquérito, delegado Dr. Agenor de Azevedo, nos parece bastante elucidativo:

“Era cosinheira da turma e como começassem a faltar gêneros alimentícios, ficou deliberado o regresso da expedição tendo começado a subida do rio.

Após o almoço e depois de uma abundante pescaria, às 3 hs. da tarde, um numeroso grupo de índios bravios atacou a flechada a canoa grande em que ia o padre com o cap. Honório e Virgílio. Honório e outros se atiraram na água, mergulhando e procurando alcançar a margem oposta, sendo atingidos pelas setas. Honório ficou atravessado de lado a lado deitando sangue pela boca e Inacinho tinha a coxa esquerda atravessada. Ambos conseguiram alcançar o barranco mas, impossibilitado de andar arrastavam-se pela mata (...).

Observando por detrás de uma moita o que se passava, viu o padre, que ia deitado, levantar-se ao ser atacado, tomando de uma espingarda, atirar sobre os índios, parecendo-lhes que um fôra morto. Que, ao tomar a espingarda, Monsenhor já havia recebido uma flechada sobre a frente, a qual ficara pendurada, sendo por ele arrancada. Ainda deu três tiros porém estando a canoa muito próxima do barranco, os índios saltaram dentro e o subjugaram, enquanto outros se apoderavam do que havia na canoa” (Relatório de 30 de junho de 1901. In: Morais Filho, 1951, p.45).

Já para os de opinião de que o padre manteve-se fiel ao projeto missionário, temos o relato do velho Falcão, administrador do Aldeamento de Jacutinga, que, ao ser entrevistado por J. G. Morais Filho, em Bauru, quatro anos após o episódio, informa:

Os guaranis sobreviventes foram acordes em afirmar a Falcão, que nem um tiro sequer fôra disparado em represália direta ou para amedrontar aos atacantes, que evidentemente não vizavam o extermínio de toda a turma, pois ao contrário desfechariam como de costume o ataque ao romper do dia, enquanto estivessem todos reunidos e ainda entorpecidos pelo sono, ou então não se teriam postado, como fizeram, somente em uma das margens, deixando, pela esquerda, o campo livre para a fuga dos que a isso se decidiram, incólumes.

Esta afirmativa se baseava não apenas no fato de declararem não ter ouvido o eco dos supostos tiros, mais porque o padre Claro foi visto se levantar prontamente sobre o batelão em que viajava ao ouvir o alarido do ataque, mas em vez de pegar de uma arma de fogo e atirar contra os agressores, que se mantiveram prudentemente ocultos por algum tempo ainda, após o arremêso das primeiras e certeiras flechadas, pegou de um realeijo ou ‘mandolina’, que levava de propósito para a emergência deste primeiro encontro, pondo-se imperturbavelmente a tocá-la, assim como vinha fazendo todas as noites, nos pousos, na expectativa de conseguir abrandar, com os seus acordes, o gênio irascível e rancoroso daqueles selvícolas.

O expediente não deu nenhum resultado e a resposta não se fêz esperar, vindo sob forma de nova saraivada de setas, dirigidas todas agora contra o abnegado missionário, que ficou abandonado pelos acovardados companheiros e tombou, com o corpo trespassado, sendo logo moído a pauladas, a golpes de garantans, pelos enfurecidos atacantes que, pulando para dentro do batelão, o acabaram de matar. (Morais Filho, 1951, p.46-47).

Frente às versões discordantes, nos posicionamos pela segunda, isto é, foram realmente os Kaingang e suas lideranças que atacaram a expedição

do Pe. Claro Monteiro. Neste sentido, gostaríamos de discutir possíveis interpretações do evento em questão.

Em primeiro lugar, os Kaingang devem, desde que a expedição começou a descer o rio Aguapeí, tê-la interpretado como uma ofensiva guerreira, mas estrategicamente continuavam a observá-la ao longo do percurso. Cremos nisso, por um lado, devido ao massacre que os brancos fizeram com alguns de seus guerreiros, em 1886, ao qual já nos referimos anteriormente e que certamente os Kaingang não esqueceram, e, por outro, devido ao padre estar acompanhado de seus tradicionais inimigos Guarani.

Razões para essa hipótese, podem ser encontradas no próprio mito de origem Kaingang, coletado por Telêmaco Borba (1905, p.229-232 e 1908, p.20-22) e Curt Nimuendajú (1986, p.86). Neste sentido, recorrendo ao trabalho do primeiro destes autores temos:

“Em tempos idos, houve uma grande inundação que foi submergindo toda a terra habitada por nossos antepassados.

Só o cume da serra **Crinjijnbé** emergia das águas. Os **Cayngangs**, **Cayurucrés** e **Camés** nadavam em direção a ella levando na boca achas de lenha incendiadas.

Os **Cayurucrés** e **Camés**, cansados, afogaram-se; suas almas foram morar no centro da serra.

Os **Cayngans** e alguns poucos **Curutons**, alcançaram a custo o cume de **Crinjijnbé**, onde ficaram, uns no solo e outros, por exiguidade de local, seguros aos galhos das arvores, e alli passaram alguns dias sem que as águas baixassem e sem comer; já esperavam morrer quando viram o canto das saracúras, que vinham carregando terra em cestos, lançando-a á agua que se retirava lentamente. (...)

Depois que as águas seccaram os **Cayngangues** estabeleceram-se nas immediações de **Crinjijnbé**. Os **Cayurucrés** e **Camés**, cujas almas tinham ido morar no centro da serra, principiaram a abrir caminhos pelo interior della; depois de muito trabalho chegaram a sahir por duas veredas: pela aberta por **Cayurucrê** brotou um lindo arroio e era toda plana e sem pedra, dahi vem terem elles conservado os pés pequenos; outro tanto não aconteceu a **Camé** que abriu sua vereda por terreno pedregozo, machucando elle, e os seus, os pés que incharam na marcha, conservando-os por isso grandes até hoje. Pelo caminho que abriram não brotou agua e, pela sêde, tiveram de pedil-a a **Cayurucrê**, que consentiu que a bebessem quanta necessitassem.

Quando sahiram da serra mandaram os **Curutons** para trazer os cestos e cabaças que tinham deixado em baixo; estes, por preguiça de tornar a subir, ficaram ali e nunca mais se reuniram aos **Cayngans**: por esta razão quando os encontramos os pegamos como nossos escravos fugidos que são” (Borba, 1905, p.57-58, grifo do autor).

Tendo em vista este mito e considerando a afirmação de Manoela Carneiro da Cunha (1992, p.18), que “o homem branco é, muitas vezes, no mito, um mutante indígena, alguém que surgiu do grupo”, é possível que os Kaingang tenham reatualizado a presença dos Guarani e dos brancos pertencente a comitiva do Pe. Claro como sendo Curuton.

Neste caso, um agravante ainda maior que foi tomado pelo Kaingang como sinal de aliança entre brancos e Guarani é o fato de *Antônio Roque* já ter participado de batidas contra eles acompanhando os bugreiros, “pois os Caingangues exerciam uma oculta, porém vigilante política sobre suas fronteiras e sempre marcavam para futuras vinditas, as pessoas que alguma vez já houvessem agido contra eles, penetrando em seu território” (Morais Filho, 1951, p.43).

Sobre estas batidas cometidas pelos bugreiros para vingarem os ataques dos Kaingang às fazendas, apresentamos, a título de exemplo, o relato a seguir:

“Ella se effectou ha seis anos [1899] e teve por fim castigar os índios por terem ido ao sitio das Congonhas, de um tal Adãozinho, e em sua ausencia matado uma vaca e um bezerro, tirado as ferragens das rodas de um carro, incendiado os ranchos e danificando diversos objectos.

O expedicionários sahiram das Congonhas indo dormir na barra da Lontra: no dia seguinte atravessaram o rio Feio e, depois de cruzarem o ribeirão Bonito a cerca de uma légua da barra, foram pousar em meio caminho deste com o Palmeira. No outro dia proseguindo, atravessaram este ribeirão e foram pousar n’um outro que verte para o sul.

Proseguindo sempre no mesmo rumo, foram dar a meio de uma aldeia na beira de um ribeirão que tambem affluia para o sul.

Encontraram uma area de cerca de cem metros roçada e com trincheiras feitas com troncos de madeira. (...)

Depois do necessário reconhecimento, feito na mesma hora em que lá chegaram voltaram atraz onde se esconderam no mato até o romper do dia. Sua pegadas todavia deixaram algumas suspeitas aos índios; (...)

Logo que se viram presentidos, um dos assaltantes deu um tiro de carabina que, depois de atravessar o índio, ainda foi matar outro dentro do rancho. Mataram mais dois homens e uma mulher que levava aos braços uma criança do sexo feminino. Esta foi conduzida para povoado e reside hoje na capital” (Relatório de 1905, de Gentil Moura).

Uma outra questão sobre a qual também podemos refletir é que os Kaingang devem ter dado vários sinais de insatisfação pela presença dos

estrangeiros em seu território, intimidando os participantes da expedição, o que acreditamos ter sido um dos elementos preponderantes para o retorno da expedição liderada por Claro Monteiro e não a falta de suprimentos como os discursos querem fazer crer. Até porque, conforme descreve Falcão, “a caça e a pesca a serem realizadas, ofereciam naquela época do ano, abundantes recursos para a subsistência da pequena turma expedicionária, que bem podia ter prosseguido na sua avançada penetração, rio abaixo (...)” (Moraes Filho, 1951, p.46).

Em terceiro e último lugar dos nossos comentários, chamamos a atenção para o fato de que somente quando a comitiva tomou a decisão de regressar e começou a subir o rio Aguapeí é que os Kaingang resolveram desfechar o ataque que levou inclusive à morte do padre e de mais algumas pessoas que estavam com ele. Os questionamentos que suscitamos são: Por que os referidos nativos esperaram tanto tempo para isto? Será que foi o fato do retorno da expedição que fez os Kaingang atacarem?

Para a primeira pergunta é possível que, enquanto os presentes estavam sendo distribuídos, os Kaingang e suas lideranças tenham apenas observado os intrusos, pois como estavam obtendo algumas vantagens resolveram não atacar. Relativo ao segundo questionamento, somos levados a acreditar que ocorreu algum evento, o qual, interpretado pelas pautas culturais nativas, fez com que os Kaingang mudassem de opinião e decidissem imediatamente pelo ataque. Por sua vez, isso veio a culminar com o exato momento em que a expedição começava a retornar. Os dados para a explicação desse evento nos são fornecidos pelas próprias narrativas Kaingang, colhidas por Luiz Bueno Horta Barbosa, após 1912, conforme segue:

“Diziam eles que, entre os brindes deixados pelo Padre Claro numa ribanceira, figurava uma carabina ou espingarda, engenho cujo maquinismo eles, nesse tempo, ignoravam completamente a ponto de acreditarem que ele disparava por si mesmo, automaticamente. Daí concluíram que aquela arma havia sido ali deixada com a intenção de matar os que dela se aproximassem, atraídos pelos outros presentes.

Esta suposição conduziu-os logo a considerar os expedicionários, cujos passos vinham desde o princípio observando cuidadosamente, como inimigos perigosos, que mereciam e precisavam ser imediatamente debelados” (Barbosa [1926], 1947, p.43).

Neste sentido, reforça este argumento o fato de que, entre os Yanomami, os objetos manufaturados dos brancos, tais como ferramentas de metal e peças de algodão vermelho com os quais se depararam durante os primeiros contatos, assim como para os Kaingang, também adquiriram

representações malélicas pela ótica nativa em decorrência das doenças e mortes que começaram a acontecer logo depois de aceitarem estes presentes. Sobre isto, Bruce Albert, no trabalho “A fumaça de metal: história e representação do contato entre os Yanomami” enfatiza o seguinte:

“Epidemias não demoraram a se espalhar após esses primeiros contatos. A contaminação ocorria sistematicamente após as expedições aos acampamentos brancos para conseguir objetos manufaturados. Os Yanomami elaboraram uma nova teoria epidemológica em função dessa ‘co-incidência’. Atribuíram um princípio patogênico (*wayu*) às posses dos seres estrangeiros que tinham irrompido em seu território, e chamaram as epidemias de *boobê wakēshi*, ‘fumaça das ferramentas, fumaça do metal” (Albert, 1992, p.166, grifos do autor).

Uma outra faceta da Frente Pioneira ainda manifestada através de missões religiosas, no oeste paulista, deu-se pela atuação dos Capuchinhos, mas, pelo que nos parece as primeiras tentativas desta ordem com os Kaingang de que temos notícias, não tiveram resultados. Segundo Modesto Rezende Taubaté e Fedelis Motta de Primerio (1929, p.532), as missões capuchinhas ocorreram em duas direções (observar no Mapa 4). Uma, mais ao sul, por volta de 1888/1889, com o frei Mariano de Bagnaia, na região de Campo Novos, próxima às nascentes do rio do Peixe. A outra, ao norte, em 1890, com a participação também de um frei chamado de Sabino de Rimini, nas redondezas de Bauru, precisamente entre as cercanias do rio Batalha e as cabeceiras do rio Aguapeí, conforme temos:

“De volta a Campos Novos, quis ficar em Lençóes, para dali ir fundar uma catechese de índios ‘coroados’ nas margens do rio Batalha. Para este empreendimento, contava com os vastos conhecimentos que o P. Magnani tinha daquela zona, dos pequenos povoados perdidos no sertão, e mesmo dos pontos em que esses índios tinham as suas aldeias. Em viagem de reconhecimento, entrou na matta pelo lado de Bauru. Effectivamente, encontrou alguns índios semi-mansos; deu-lhes presentes e prometeu zelar pelos interesses da tribu. Veio a S. Paulo, falou com a Comissão Protectora dos Índios e voltou para Lençóes. Indo á procura dos índios, estes tinham fugido”(Taubaté e Primerio, 1929, p.245-246).

Posteriormente uma nova tentativa teve início, em 1901, com o Frei Bernardino de Lavallo, Comissário Provincial dos Capuchinhos. Este missionário, durante os meses de maio e junho do referido ano, havia participado de reuniões no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e dito

“que os Capuchinhos de sua Província estavam promptos a se dedicar á catechese dos índios” (Taubaté e Primerio, 1929, p.533).

É possível que a aceitação deste desafio pelo Provincial se tenha dado em decorrência das experiências com a catequese Kaingang ocorrida no outro lado do rio Paranapanema. Isso é, precisamente em territórios da Bacia hidrográfica do rio Tibagi, no Paraná, onde os freis capuchinhos Timóteo de Castelnuovo e Luiz de Cemittle haviam, a partir da segunda metade do século XIX, atuado na Colônia Militar do Jataí e, respectivamente, nos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo (Primerio, 1942, p.277-278 e Laroque, 2000, p.35).

Sendo assim, Bernardino de Lavallo, em 23 de julho de 1901, após reunir dados sobre os contatos que os freis Mariano Bagnaia e Sabino de Rimini haviam conseguido sobre os Kaingang, partiu da cidade de São Paulo para Campos Novos onde obteve mais informações do vigário Paulo de Majolo a respeito das tentativas de missões. Logo a seguir resolveu viajar para conhecer os lugares e decidir onde iniciaria o seu trabalho.

Dalli partiu Frei Bernardino para S. Pedro de Turvo, Espirito Santo do Turvo, S. Domingos e foi sahir na Serra dos Agudos, pelos lados de Piratininga, regressando por Lençóes, onde pode colher, do P. José Magnani, informações sobre os trabalhos de Frei Sabino nas margens do Batalha.

De tudo o que lhe disseram, concluiu que o mais acertado seria enviar os primeiros missionários a Campos Novos, e começar a catechese nas mattas vizinhas” (Taubaté e Primerio, 1929, p.534).

Após este reconhecimento, Frei Bernardino volta a São Paulo e organiza uma equipe composta pelos freis Daniel de Santa Maria, Boaventura de Aldeno, Paulo de Sorocaba e Francisco Savelli. Montado o grupo e contando com uma verba anual do Governo Estadual no valor de 10.000\$000, retorna com a equipe, em 04 de maio de 1902, para Campos Novos. Desta localidade, a equipe segue para a Serra do Mirante, próxima à Fazenda do Coronel Sancho de Figueiredo, fixando-se no lugarejo o qual denominaram de São Fidelis, para o estabelecimento de contatos com os Kaingang, pois “Frei Bernardino de Lavallo, constatava nos sertões de Bauru – cabeceiras dos rios do Peixe, Feio, Dourado e Batalha – horríveis carnificinas, extermínio e destruição de aldeias” (Lavallo, 1902. In: Lima, 1978, p.154).

Por parte dos Kaingang e de suas lideranças, todavia, esta intenção dos capuchinhos continuava a ser interpretada pelos parâmetros nativos, que já haviam dado a entender desde as primeiras tentativas destes religiosos que não estavam dispostos a estabelecer alianças com eles. O que provavelmente contribuiu para que os Kaingang rejeitassem ainda mais a aproximação dos capuchinhos foi o fato, conforme Taubaté e Primerio (1929, p.535), dos

missionários se encontrarem acompanhados do pessoal de Sancho de Figueiredo “de quem os índios tinham grande medo e grande odio, devido às frequentes batidas da floresta que o Coronel fazia com algumas dezenas de homens armados”. Tratando ainda sobre a questão de batidas, um outro exemplo, apresenta o seguinte:

“Contam-se as batidas aos índios (datas, como as chamam) pelo numero dos ataques destes.

Não importava ao sertanejo que a victima das suas atrocidades não tivesse tido a menor participação no massacre. Elle era bugre e tanto bastava para satisfazer a sua vingança.

Para as suas excursões não precisavam de grandes preparativos. Reuniam-se uns 20 ou 30 sertanejos armados de carabinas e facões; levando como alimento um sacco de passaco, seguiam por uma trilha de índios, á procura de uma aldeia onde iam dar a batida. Viajavam cautelosamente, fazendo pouco ruído, dormindo ao rigor do tempo e andando sempre apressado até as raias do aldeamento.

Ahi punham em jogo toda a sua tactiva de guerra.

Dormiam na visinhança das aldeias, em geral compostas de 6 a 7 ranchos e habitadas por umas 20 ou 30 pessoas; esperavam o amanhecer para dar o ataque, quando, ainda entorcidos pelo somno, a acção do inimigo pudesse ser menor que a dos assaltantes.

Emquanto uns alvejavam os índios conforme a distribuição anteriormente feita, outros entravam nos ranchos e a tiro e a facão tomavam os arcos e os tacapes que pudessem encontrar.

Enfraquecido assim o inimigo, podiam dar o combate com certeza de êxito, e então o tiroteio era geral; e raro era o filho das selvas que conseguia escapar do morticínio, enquanto que da parte dos sertanejo nem um ferimento havia a registrar.

Estas excursões não demoravam mais de uns seis dias, pela dificuldade da condução de mantimentos, levados ás costas de cada viajante” (Relatório de 1905, de Gentil Moura).

Relativo a este último acontecimento, a documentação não possibilita identificar a procedência dos executores. Todavia, acreditamos que foram cometidas pelo pessoal do Coronel Sancho de Figueiredo.

Reforça a questão o fato de que somente após dois anos que os capuchinhos estavam na região, ou seja, em agosto de 1904, é que surgiu a possibilidade de ocorrer o primeiro contato com os referidos nativos. Isso ocorreu quando o Frei Boaventura de Aldeno, acompanhado do Coronel Sancho, fazia uma incursão próxima ao rio do Peixe, mas que não teve maiores resultados para as pretensões capuchinhas.

Depois deste contato, um seguinte só vai acontecer em 11 de dezembro de 1904, quando novamente alguns dos freis capuchinhos, acompanhados de um grupo armado de sessenta homens, penetram na

floresta. Segundo os relatos, inicialmente teriam avistado dois guerreiros Kaingang “e que não os tendo alvejado, por caridade, ficaram prejudicados, porque estes foram á aldeia e avisaram a todos, para que fugissem”(Taubaté e Primerio, 1929, p.536).

Como vemos, então, os Kaingang continuavam freqüentemente dando sinais de que não estavam dispostos ao estabelecimento de alianças com estes intrusos. E, inclusive, quando o grupo de brancos retornava, os nativos, durante um período de cinco dias, os perseguiram escondendo-se pelas matas e conseguiram ferir dois integrantes daquela equipe.

Em 27 de dezembro, terminando a excursão, chegaram a São Fidelis e, como até o início do ano de 1907 não conseguiram maiores resultados, resolveram abandonar a missão com os Kaingang. No entanto, como a região carecia de atendimento espiritual para sua população, alguns capuchinhos, com o aval da autoridade diocesana, mudaram-se para Conceição de Monte Alegre e sob a coordenação do Frei Mansueto de Val Floriano, que chegara, permaneceram paroquiando por ali até o ano de 1915.

Outra parte da equipe da qual o Frei Boaventura de Aldeno fazia parte dirigiu-se, em 1908, para as proximidades do rio Tietê onde começava a ser construída a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Objetivando contatar com os Kaingang, estabeleceram-se em um lugar, abaixo do Salto do Avanhandava, no qual posteriormente surgirá a cidade de Penápolis, mas também sem conseguir fazer com que os Kaingang participassem deste núcleo missionário. A respeito disto uma reportagem no jornal “O Estado de São Paulo” enfatiza:

“Em princípios de fevereiro de 1907, Eduardo de Castilho, descendente dos foragidos de Plumhy, regressando ao Avanhandava, para entrar na posse de terras que herdara, pois a Estrada de Ferro Noroeste iniciava o seu avanço pelo sertão, doou aos frades Capuchinhos 100 alqueires á margem do córrego “Maria Chica”. Esses frades iniciaram no ano seguinte suas edificações, entre as quais uma capela rústica, e lotearam terrenos, fundando a cidade de Penápolis. Mas, esses frades eram protegidos do Cel. Sancho de Figueiredo e já conhecidos dos Caingangues. A catequização malogrou não só aí como também perto da foz dos rios Taquaruçu, Verde e Marrecas” (O Estado de S. Paulo, de 27/09/1945, MI).

Quanto à expedição de cunho exploratório, apontamos inicialmente a de Cornélio Schmidt, que, atendendo ao pedido de seu amigo Carlos Botelho – Secretário da Agricultura de São Paulo –, acompanhou, de meados de julho a setembro de 1904, o norte-americano Thomaz Canty, pelos sertões paulistas. Este, visando estender os interesses capitalistas, estudava a serviço de seu

país a possibilidade de estabelecer um núcleo de colonização na região com cidadãos dos Estados Unidos.

O itinerário percorrido pelos expedicionários (veja Mapa 4), conforme descreve Carlos Borges Schmidt, filho de Cornélio, está no prefácio sobre o diário da viagem deixado pelo pai. Este diário foi publicado, em 1961, nos Anais do Museu Paulista, e nele consta:

“Foram as áreas marginais dessa região ainda não conquistada ao trabalho e à produção agrícola que Carlos Botelho convidou a meu pai para mostrar ao americano Canty. Em meados de julho de 1904 põem-se os dois a caminho. Seguem por estrada de ferro até Franca. Aí arranjam animais, ajustam dois camaradas e iniciam a longa caminhada. Partindo d’ali, atravessam Barretos e alcançam o Rio Grande na altura de Prata. Depois de acompanhar por certa extensão o vale deste rio, passam para o vale do Turvo, atravessam para o do São José dos Dourados e, pela antiga estrada, aproximam-se de Porto Taboado. Retornam depois sobre o Avanhandava. Atravessam o Tietê nesse ponto e internam-se pela margem esquerda, umas doze léguas em direção oeste e umas cinco para o sul. Voltam para o Avanhandava, sobem pela margem direita do Tietê e chegam a Novo Horizonte. Atravessam novamente o Tietê e rumam para a Fazenda da Faca, onde é atualmente Toledo Piza [o proprietário]. Daí foram à Corredeira e vieram depois a Bauru, pobre lugarejo que era então. Seguem até Campos Novos, alcançam São Mateus e continuam caminhando, mais ou menos em sentido paralelo ao Paranapanema, até o Ribeirão Laranja Doce, próximo de onde é hoje Martinópolis e Indiana. Chegam ainda até a confluência do Ribeirão da Onça com o Anhumas. Daí retornam os viajantes para Cerqueira César, por itinerário em parte diferente, de onde embarcam para a Capital.

No Laranja Doce encontrara meu pai o último lugar habitado, ou melhor, existia ali o mais remoto retiro onde o gado, pertencente a moradores de aquém-ribeirão, vinha lamber o sal distribuído periodicamente. Ainda mais ninguém. **Este ponto mesmo já era bastante visado pelos índios, que viviam a cometer tropelias e mortes entre os caboclos; Razão pela qual aí não existiam mais roças, e sim criação apenas, menos vulnerável que era esta aos ataques da indiada atrevida.** Além do Laranja Doce, entre o Paranapanema e o Santo Anastácio, toda aquela área poderia ser também incluída entre os terrenos desconhecidos e inexplorados” (C. B. Schmidt. In: Cornélio Schmidt, 1961, p.344-345, grifo nosso).

O diário mencionado apresenta detalhadamente os acontecimentos ao longo dos itinerários da expedição, porém vamos nos ater somente aos que dizem respeito às informações ou contatos com os Kaingang. Neste sentido, os

relatos sobre as preocupações com os ataques desses nativos aparecem inicialmente, em 10 e 11 de agosto de 1904, quando Cornélio Schmidt e Thomaz Canty chegaram com a comitiva ao Salto do Avanhandava e escutaram que “os índios do outro lado do Tietê não andam muito bens. Consta que há 2 meses ± mataram dois homens em casa do João Cordeiro, no rio morto” (Diário de viagem de 1904. In: Schmidt, 1961, p.388).

Por causa desta notícia, alguns participantes da expedição como, por exemplo, Joaquim Antônio, José Cândido e João de Castilhos, amedrontados com os Kaingang, começaram a inventar pretextos de doenças para não continuar a viagem.

No transcorrer da viagem e já do outro lado do rio Tietê, as notícias a respeito de ataques Kaingang aos trabalhadores de fazendeiros que se aventuraram a estender seus domínios em direção aos rios Aguapeí e Peixe tornavam-se cada vez mais freqüentes. Uma das narrativas sobre a constante iminência de ataques refere-se à Fazenda das Palmeiras, de João Cordeiro, próxima às nascentes do rio Aguapeí, onde as pessoas precisavam trabalhar armadas e mesmo assim, no ano passado, isto é, em 1903, um tal de Germino e Cardoso foram mortos pelos Kaingang.

“Germino Simplício dos Santos e outros camaradas morreram esmagados a golpes tremendos de armas. Cardoso, remoto causador da tragédia, recebeu o sacrifício de vingança no momento em que havia escapado por uma vereda, já quase fora da mata, onde fôra interceptado por dois índios que lhe desferiram bordoadas até partir-se um dos tacapes (...) Miraculosamente, apenas se salvara Joaquim Benedito, ausente da roça à hora do assalto, porque, ao deparar, de volta ao trabalho, com uma das vítimas trucidadas no caminho, pôde ainda fugir para relatar a ocorrência” (Andrade In: Schmidt, 1961, p.452-453).

Algum tempo após estes acontecimentos, um grupo de aproximadamente duzentos guerreiros Kaingang, em plena luz do dia, avançou em direção ao Patrimônio da Estiva, nas cabeceiras do rio Dourado, e flecharam a criação.

Como contrapartida por parte dos não-índios a este ataque, foi organizada uma batida composta de vinte pessoas que seguiram ao encalço dos Kaingang e “assaltaram uma aldeia e mataram, dizem que, dezoito índios. Mas quando voltaram os índios flexaram ao Luiz Alemão, que vinha na frente, mas não o mataram” (Diário de viagem de 1904. In: Schmidt, 1961, p.410).

Outro relato também constante no diário de Cornélio diz respeito a acontecimentos ocorridos, em meados de setembro de 1904, próximo ao Ribeirão Laranja Doce. Nesta região, conforme podemos depreender da narrativa, havia Kaingang “bravios” que habitavam as matas e Kaingang

“mansos” que viviam em um aldeamento perto do rio Santo Anastácio. Sobre esses Kaingang é informado:

“Durante o dia se conversou sobre os índios coroados que estão ficando mais atrevidos. Tem aparecido por aqui nas casas, e ultimamente andam sondando o aldeamento de mansos que tem daqui a uma légua, para matá-los. Ainda para amanhecer hoje, foram numa roça aqui perto e roubaram as panelas que os moradores, que iam colhêr o milho, tinham deixado lá. Vejo que os índios andam mesmo por perto e que provavelmente os encontraremos no caminho por que vamos, que é barranqueando a mata, e seremos felizes se não toparem conôco desprevenidos” (Diário de viagem de 1904. In: Schmidt, 1961, p.434).

Em decorrência do que temos observado desde 1886, no oeste paulista, quando os Kaingang romperam a aliança com os brancos, consideramos bastante estranho este aldeamento mencionado no diário. Frente a isto somos levados a pensar que se tratava de Kaingang vindos do outro lado do rio Paranapanema, ou seja, da Bacia do Tibagi e que provavelmente tinham mantido aliança com os brancos dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara, São Jerônimo e/ou a Colônia Militar do Jataí.

Dois motivos nos possibilitam esta constatação: o primeiro porque os Kaingang “mansos” eram de uma facção inimiga dos Kaingang “bravios”, pois se tomarmos a tese da antropóloga Kimiye Tommasino (1995, p.63-67) relativa a regiões do Paraná, onde os grandes rios eram utilizados como marcos fronteiro na demarcação dos limites territoriais pertencentes aos grupos Kaingang e os seus afluentes para os subterritórios conseqüentemente dos grupos locais, tudo faz crer que os nativos em questão vindo do Paraná, ao atravessarem o rio Paranapanema, aventuraram-se pelo território de um grupo o qual era seu inimigo<sup>15</sup>. Reforça também este argumento o fato de que a constante natureza de guerra característica da cultura desses nativos acentuou-se ainda mais em decorrência das negociações que os Kaingang “mansos”, certamente para obter proteção das investidas dos Kaingang “bravios”, fizeram com os brancos para estabelecerem-se no Aldeamento.

---

<sup>15</sup> É importante também levar em consideração que estes grupos pertenciam a dialetos diferentes, o que, possivelmente, acirrou ainda mais o conflito pela invasão do espaço. Relativo aos dialetos, Ursula Wiesemann divide a língua Kaingang em cinco dialetos: o Dialeto São Paulo, falado ao norte do rio Paranapanema; o Dialeto Paraná, utilizado entre os rios Paranapanema e Iguazu; Dialeto Central, que aparece entre os rios Iguazu e Uruguai; o Dialeto Sudoeste falado ao sul do rio Uruguai e a oeste do rio Passo Fundo; e o Dialeto Sudeste; utilizado ao sul do rio Uruguai e a leste do rio Passo Fundo (Veiga, 1994, p.38-39 e 2006, p.57,59).

Estes Kaingang “bravios”, por sua vez, em decorrência de sua característica guerreira e por causa das negociações que certamente os Kaingang “mansos” fizeram com os brancos para estabelecerem-se no Aldeamento, é que desfecharam os ataques.

O segundo motivo refere-se ao fato de que, ao contrário das facções que viviam no oeste paulista, estes Kaingang que estavam vivendo no Aldeamento já conheciam a catequese a qual, ao longo da segunda metade do século XIX, mais precisamente de 1854 a 1895, o frei Timóteo de Castelnuovo, e de 1868 a 1881, o frei Luiz de Cemitille e Timóteo, tinham realizado. Devido a isto e frente à eminência de novas tentativas de missões religiosas das quais deveriam ter se afastado é que “o aldeamento de índios mansos já está [estava] reduzido a poucos, porque os muitos que havia há pouco tempo, com a notícia da chegada dos missionários fugiram para o Jataí, no Paraná, porque diziam que os frades vinham para escraviza-los” (Diário de viagem de 1904. In: Schmidt, 1961, p.434).

É neste contexto, então, que devemos entender os acontecimentos ocorridos em 15 de setembro de 1904, quando a comitiva de Schmidt e Canty, ao percorrer a região do ribeirão Laranja Doce, deparou-se com os Kaingang que passaram a perseguir-los e ameaçá-los, conforme consta no diário:

“Montamos e partimos Fachinal abaixo e depois o Laranja Doce, até uma tapera velha, onde tem um salto bonito, tendo-se atravessado as águas da Volta Grande e Sapecado. Antes da Volta Grande, no espigão e no campo, vimos um trilho largo de índios que tinham passado aí de madrugada. Tinham nos cercados de noite, mas a corrida dos animais, que nos acordou, evitou que eles nos atacassem. Mas aproximaram-se talvez uns 50 m da barranca, e os rastros de muitos índios. Notei que não têm os pés grande nem muito esparramados. O trilho atravessava ao Laranja Doce ao Jaguareté. (...) Na beira do Laranja Doce fizemos café e resolvemos procurar a cabeceira do Jaguareté. Por isso deixamos de seguir a estrada do Alto do Paraná e voltamos por ela até a Volta Grande, onde tomamos para a direita, procurando o espigão. Logo esbarramos com a batida dos índios, mas com rastros de terem voltado para o Jaguareté, depois que passamos de modo que íamos com a mão no gatilho e olho vivo. E por estarmos assim perdemos a direção e entramos num samambaial de quase uma légua, que nos deu trabalho insano para romper, mas conseguimos varar, ajudados pelo medo de ter-se de dormir nesse lugar muito coberto e estarmos no carreiro dos índios. Varamos uma mata estreita com uma picada para passar o cargueiro e felizmente conseguimos sair nas cabeceiras do Jaguareté, já à tardinha. Logo que encontramos água arrumamos a barraca e depois do jantar, à noite, deitamo-nos, mas ficando sempre dois acordados. Os índios

conseguiram espantar os animais, mas ao perceberem que nós estávamos acordados, do mato do espigão, que era perto, nos insultavam e faziam barulho de busina e bordoadas em paus” (Diário de viagem de 1904. In: Schmidt, 1961, p.437).

Acreditamos que os viajantes em questão, semelhante aos brancos que haviam feito aliança com os Kaingang aldeados, foram tomados pelos Kaingang “bravios” como inimigos e por isso não estavam dispostos a estabelecer nenhum tipo de aproximação.

Por outro lado, porém, é possível que estes índios estivessem, num primeiro momento, apenas avisando-os sobre o descontentamento da invasão do seu território. Isso porque, segundo Luiz Horta Barbosa (In: Schmidt, 1961, p.458), era bastante comum quando os Kaingang estavam querendo amendrontrar outras parcialidades ou brancos, insultá-los com pancadas no chão e nas árvores para despertar a coragem do inimigo, pois quando decidiam-se realmente pelo ataque preferiam as primeiras horas da manhã, guardando o maior silêncio e, após, desfechavam uma saraivada de flechas sobre os adversários.

Relacionado às Expedições Científicas, inicialmente tomamos para o período a Comissão Geográfica e Geológica<sup>16</sup> do Estado de São Paulo a qual visava, segundo Borelli (1984, p.45-46), ao reconhecimento hidrográfico e ao levantamento geográfico, geológico e econômico, para a Frente Pioneira estender seus interesses sobre o oeste paulista.

Com estes objetivos, então, é que devemos entender a expedição de reconhecimento datada de 1886, quando o engenheiro Theodoro Sampaio foi incumbido de explorar o rio Paranapanema. Posteriormente, com a Proclamação da República, a Comissão Geográfica e Geológica retoma suas pretensões e organiza quatro turmas que ficaram responsáveis de explorar e estudar os rios Paraná, Tietê, Feio, Aguapeí e Peixe (Relatório de 1905, de Gentil de Moura). Sobre os aspectos econômicos desta Comissão, o estudo dos engenheiros Neide Lima Farran e Jorge Pimentel Cintra intitulado “O primeiro mapeamento do Brasil: significado e construção” (2005), destaca o seguinte:

---

<sup>16</sup> A Comissão Geográfica e Geológica (CGG) foi primeiramente criada pelo governo paulista para poder subsidiar e orientar os novos plantios de café. Teve, grosso modo, dois importantes períodos: O primeiro, de 1886 a 1905, coordenado por Orville Adelber Derby, apresentava em seus estudos uma visão global de todo o ambiente e foi marcado por um caráter naturalista onde o geológico, o botânico, o climático, etc eram observados. Quanto ao segundo, de 1905 a 1931, foi coordenado pelo engenheiro João Pereira Cardoso o qual “se preocupava com o desenvolvimento econômico do Estado, em sintonia com as principais demandas. As expedições exploratórias do extremo sertão eram priorizadas para atender as solicitações dos cafeicultores” (Farran e Cintra, 2005, p.2).

“A CGG teve um papel importantíssimo no período de 1905 a 1931 para o desenvolvimento do capitalismo, acompanhando e auxiliando na exploração dos recursos naturais do Estado de São Paulo. Nesta ocasião foi criada a Comissão Geográfica e Geológica, que seria responsável pelo levantamento do meio físico paulista” (Farran e Cintra, 2005, p.3).

Já que a presente tese estuda os Kaingang, restringir-nos-emos apenas às expedições que percorreram os rios Feio, Aguapeí e Peixe, pois foram as que mantiveram maiores contatos com os nativos desta etnia.

Relativo à Expedição do rio Aguapeí, sabemos que a equipe composta por engenheiros, botânicos, médicos, etc e chefiada pelo engenheiro Olavo Hummel, partiu de São Paulo, em 10 de maio de 1905, e, em 17 de junho, já havia passado por Bauru e se encontrava na Fazenda da Faca, pertencente ao Coronel Joaquim de Toledo Piza.

Dando continuidade ao trabalho, a equipe subdividiu-se em dois grupos: um ficou fazendo o reconhecimento do terreno nas proximidades da própria sede da Fazenda da Faca. E o outro grupo dirigiu-se para a Fazenda de São Benedicto, pertencente a Joaquim dos Santos, situada no ribeirão da Corredeira, próxima ao Aguapeí. No primeiro dia que iniciaram a abertura de uma picada para o levantamento topográfico, logo se deparou com os Kaingang que atacando conseguiram ferir alguns trabalhadores, dentre os quais se encontrava Olavo Hummel, engenheiro chefe.

“No dia 18 de junho achavam-se os trabalhos da turma a um Kilometro de distancia da casa de moradia da fazenda Corredeira. Nesse dia, aquelle engenheiro estava com seis camaradas, á frente do picadão que abríamos para reconhecimento da região, quando cerca de uma hora da tarde, tres dos camaradas passaram pela sua frente correndo e gritando espavoridos, Flechas, flechas. Imediatamente são por ellas attingidos aquelle engenheiro e mais dois empregados. O primeiro tinha sido ferido no baixo ventre, enquanto que cada um dos camaradas recebera uma flechada; um no pulso, e outro, no braço. O engenheiro Hummel mesmo ferido pode fazer uso do seu revólver enquanto ao seu apello veio um dos camaradas que pode secundar-os com tiros e afugentar os agressores” (Relatório de 1905, de Gentil de Moura).

Tudo indica que a continuidade dos trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica os quais tiveram uma primeira tentativa em 1886, com a expedição chefiada pelo engenheiro Teodoro de Sampaio, conforme já nos referimos, tenha sido interpretada pelos Kaingang no rol dos eventos que se iniciaram com o morticínio cometido contra eles na Fazenda de Pinto Bandeira. Estes

acontecimentos, em nosso entender, é o que explica os ataques e a guerra praticada pelos Kaingang durante estas novas tentativas da Comissão nos primeiros anos do Período Republicano.

Passado este acontecimento, o coordenador da comissão, Dr. João Pedro Cardoso, dirigiu-se imediatamente ao local do ataque e ordenou que o pessoal retornasse ao ribeirão da Corredeira e somente depois de convenientemente reforçados, dessem continuidade à abertura do picadão.

Quanto ao engenheiro Olavo Hummel, alguns dias após, em decorrência dos ferimentos, foi enviado a São Paulo e, para substituí-lo na chefia do grupo, foi nomeado interinamente, o engenheiro Gentil de Moura.

Se por um lado, ao longo dos meses seguintes continuavam por terra os trabalhos exploratórios compostos de integrantes da Comissão Geográfica e Geológica, por outro, os Kaingang e suas lideranças mantinham-se espreitando os invasores para oportunamente atacá-los, segundo evidencia a narrativa do relatório.

“Junto a um coqueiro muito alto, confundido com espessa mata, encontrou-se uma peia de cipó sobre um chão bem assinalado de pegadas e apresentando outros vestígios, pelos quaes se pode concluir que do alto dessa arvore os selvagens espiavam os nossos menores movimentos, donde pressumiram que seguiriamos como sempre no mesmo plano de abertura do picadão como ha um mes fazíamos” (Relatório de 1905, de Gentil de Moura).

Terminado o serviço da Comissão, alguns trabalhadores que tinham ficado doentes, na falta de transporte adequado para locomovê-los, foram deixados temporariamente no Acampamento 15 de Novembro até que o grupo retornasse para buscá-los. Aproveitando-se desta oportunidade um outro ataque é realizado pelos Kaingang, conforme descreve o engenheiro:

“Na noite seguinte á da nossa partida, os Corôados cercaram o rancho fazendo grande alarido e lançando flechas. Despertados os camaradas, fizeram uso das suas armas mas sómente conseguiram ver-se livres dos assaltantes depois de algumas horas de combate. No dia immediato, recciosos de novo ataque, retiraram-se os camaradas para o acampamento do Jacaré, onde se juntaram á turma que ahi estava de reserva. Passados dois dias, uniram-se a um reforço de gente armada que fizemos retroceder e de novo voltaram ao 15 de Novembro, onde verificaram que os índios cercaram outra vez o acampamento, retirando uma porção de objetos que lá deixamos e damnificando o que não puderam carregar” (Relatório de 1905, de Gentil de Moura).

Paralelo à exploração realizada por terra, um outro grupo liderado por Julio Bierrenbach Lima Junior efetuava o levantamento fluvial. Esta seção composta de trinta e quatro trabalhadores, após construir suas embarcações, partia em 15 de novembro de 1905, às 9 horas da manhã do Acampamento do rio Aguapeí com o objetivo de esclarecer se a foz do Feio e Aguapeí era no rio Tietê ou no rio Paraná.

Os Kaingang, assim como observavam os movimentos do grupo liderado por Gentil de Moura, faziam o mesmo para a equipe de Julio Bierrenbach que, desde os primeiros dias, teve sinais de que ali já havia ocupantes e que não eram bem vindos. Como esses sinais não foram respeitados, os nativos resolveram, então, atacá-los.

“No dia 22, tendo partido às 6 e 50 da manhã, viajamos ate 8 e 30 quando fomos surpreendidos pelos selvagens, que em grupo estavam preparados de emboscada. Felizmente tendo sido presentidos pelos práticos do matto, foram afugentados pelas descargas dadas” (Relatório de 1905, de Julio Bierrenbach Junior).

Mesmo frustrados nesta primeira tentativa, os Kaingang e suas lideranças se mantiveram atentos ao deslocamento daqueles inimigos, dificultando-lhes a marcha, como, por exemplo, botando fogo em pontos da mata para impedir a passagem dos batedores que, dando proteção às embarcações, seguiam em frente, percorrendo a pé ambas as margens do rio Aguapeí. Porém Julio Bierrenbach, em seu relatório de 1905, ressalta que “felizmente a nossa gente não se intimidou com este original systema de defesa, atravessando com coragem as diversas linhas de fogo que eram ateadas sucessivamente de vinte em vinte metros mais ou menos; e, dando-lhes uma batida de cerca de uma hora, obrigou-os a fugir e abandonar as margens do rio”.

A comitiva, por sua vez, equipada, armada e bastante protegida para o reconhecimento que se havia proposto, não se deixa intimidar e continua a descer o Aguapeí e a estudar o terreno. Todavia, em 27 de novembro, novamente deparam-se com os Kaingang que insistiam freqüentemente contra a presença dos intrusos.

“Em 27 viajámos desde as 7 horas sem maior novidade, quando ás 9 horas e 40 por um dos práticos fomos avisados da proximidade dos índios; e, de facto, encontrámos pouco adiante, em uma curva do rio, um numeroso grupo de índios, o qual foi por nós desbaratado, tendo elles na fuga deixado 34 flechas, 2 arcos, 1 vara de pescar e outros pequenos objectos” (Relatório de 1905, de Julio Bierrenbach Lima Junior).

Posterior a isso, alcançaram o local onde os rios Padre Claro e Tibiriçá deságuam no Aguapeí e onde, em 1901, a expedição do Monsenhor Claro Monteiro do Amaral foi atacada pelos Kaingang. Atesta esse episódio o Guarani *Antônio Roque*, que participou da referida expedição e que agora, acompanhando os trabalhadores da Comissão Geográfica e Geológica, reconheceu o local, diversos objetos que foram encontrados e também um osso humano que os expedicionários cogitaram ser do padre.

Na seqüência da viagem, continuaram a descer o rio Aguapeí e, em 28 de novembro de 1905, transpuseram o ponto em que após o recebimento das águas do rio Presidente Tibiriçá, o Aguapeí passa a chamar-se de rio Feio. Daí em diante, o rio torna-se mais largo e profundo até o Salto Dr. Carlos Botelho, de onde segue para desaguar na bacia do rio Paraná. A partir do final de novembro, momento em que deixaram o Tibiriçá, até 30 de janeiro de 1906, quando atingiram o rio Paraná, não mais é mencionada a presença de Kaingang, conforme consta no relatório em questão.

Quanto à Expedição para explorar o rio Peixe, também partiu de São Paulo, em maio de 1905, mas seguiu para Campos Novos. No início de julho, já se encontrava na Fazenda do Mirante, pertencente ao Coronel Sancho de Figueiredo. Em fins do mês de agosto, atingiram o rio do Peixe e por ali permaneceram fazendo os estudos de reconhecimento ao longo dos meses de setembro e outubro.

Inicialmente, segundo Borelli (1983, p.30-31), montaram o acampamento da Canoa Podre e logo em seguida tiveram os primeiros contatos com vestígios indígenas. No mês de outubro, um segundo acampamento foi construído à margem esquerda do córrego Anhumas e ali foram surpreendidos por um ataque Kaingang, mas que foi combatido pelos integrantes da expedição. No início do mês seguinte, isto é, em 06 de novembro, ocorreu um novo cerco dos nativos, no entanto sem a efetivação do ataque.

“Procurávamos distribuir o pessoal de acordo com o plano de defesa (...) o nosso acampamento parecia uma praça de guerra, já pelo aspecto bellico, já pela ordem e disciplina. (...) Depois de diferentes tentativas infrutíferas de ataque, os índios começaram a se afastar (...). No dia seguinte procuramos fazer uma inspeção nos arredores (...) assim ficou provado que eles desceram pelo leito do córrego Anhumas até o acampamento” (Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paul - Exploração do rio do Peixe apud Borelli, 1983, p.32).

Tudo indica, frente a estas constantes ameaças e/ou ataques, que os expedicionários tenham resolvido suspender temporariamente o trabalho, porque retornaram para São Paulo. Diante desses acontecimentos, somente no

ano seguinte, precisamente em 13 de junho de 1906, é que retornam para continuar o trabalho no rio do Peixe. De acordo com Lucia Helena Borelli (1983, p.32), é somente então, que se efetuou “o levantamento geográfico da região: de Platina até Salto Grande do rio Paranapanema; de Três Barras – fazenda Jerônimo Vieira – até Conceição do Monte Alegre, tendo atravessado o Córrego do Café, Capão Bonito, Capivara e Morte”.

Apesar de os trabalhos ocorrerem principalmente pelo leito do rio, os Kaingang se mantiveram atentos e observando os deslocamentos da comissão. Todavia, no mês de setembro de 1906, novos confrontos aconteceram. O primeiro, a 20 de setembro de 1906, não teve maiores conseqüências, mas o segundo confronto deu-se em 24 de setembro e resultou no ferimento a flechada de três componentes da expedição, mas “o pessoal da expedição lançou-se imediatamente á perseguição dos Selvagens, batendo as mattas e descobriu-se por esta ocasião a maloca dos mesmos Kaingang” (Ihering, 1907, p.212).

Por fim, em 24 de outubro, a comitiva que explorava o rio do Peixe chegou a sua foz, no rio Paraná, e deu-se por concluídos os estudos que fazia a respeito do reconhecimento geográfico e econômico daquele território.

Ainda, tratando sobre Expedições Exploratórias no oeste paulista, gostaríamos de mencionar a viagem, realizada na primavera de 1906, de Edmundo Krug, pelas margens do rio Paranapanema.

“(…) o grande desejo de reunir a estudos anteriores novos apontamentos e colligir maior copia de informes sobre as origens, usos e costumes dos selvícolas, alguns já mansos, de integração iniciada ao gremio da civilização, outros ainda bravos, de vida errante pelos campos e florestas, mas todos condemnados á mais completa e rápida absorpção pela onda do progresso que ao desdobrar da via ferrea, vae transformando as mattas nativas em ridentes cafezaes e pontuando o solo de opulentas povoações, levaram-me a emprehender nova excursão até ás margens do Paranapanema” (Krug, 1924, p.319).

Seguindo pela Sorocabana, passou por Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo e Campos Novos. Desta última localidade continuou seu itinerário até o ribeirão Laranja Doce. Este viajante, em seu relato, discorre a respeito tanto de Kaingang “catequisados” como de Kaingang “bravios”. Sobre os primeiros menciona que somavam aproximadamente trinta nativos que, vindos da Colônia Militar do Jataí, Estado do Paraná, habitavam em um aldeamento, localizado dentro de uma fazenda, distante a três léguas de São Pedro do Turvo.

“Os Coroados provenientes do Jatahy e existentes na fazenda perto de S. Pedro do Turvo habitavam tres pequenas casas, feitas de esteios perpendiculares, amarrados uns aos outros com cipós, protegidos por uma espessa e tosca cobertura de folhas de palmeira” (Krug, 1924, p.320).

Informa que estes índios são altamente desconfiados e retraídos, principalmente a presença de estranhos. Salaria também que, após muita dificuldade para juntar um grupo a fim de fotografá-los, foi arrumar o chapéu de um rapaz para obter melhor ângulo. O moço, segundo o próprio Edmundo Krug (1924, p.321), “furioso ergueu-se do lugar, em attitude agressiva, e, se não estivesse presente o feitor da fazenda, julgo que teria tirado a desforra do meu procedimento”. Neste sentido, ressalta ainda que Jeronymo Magalhães, “disse que esta gente não servia absolutamente para a lavoura devido a sua pouca constância e muita indolência”. Relativo aos Kaingang “bravios” tece as seguintes considerações:

“Ferozes e traiçoeiros até ao excesso diz-se que consideram os seus companheiros de tribu, já civilizados, inimigos figadaes; pessoas, porem, que viajaram mais demoradamente nas mattas do Paranapanema affirmam o contrario, dizendo que os Kaingangués bravios se utilizam dos domesticados para espionagem entre os civilizados” (Krug, 1924, p.321-322).

Dentre algumas das questões que gostaríamos de discutir relativas a estas Expedições Exploratórias e Científicas que apresentamos, destacamos primeiramente, um discurso contraditório a respeito dos indígenas que observamos nos relatórios da Comissão Geográfica e Geológica, precisamente sobre o reconhecimento de territórios das Bacias hidrográficas dos rios Feio e Aguapeí.

Ora, tanto o engenheiro Gentil Moura como Julio Bierrenbach Lima Junior faziam parte de uma mesma comitiva e, pelo que nos parece, deveriam trabalhar por um objetivo comum. Todavia, relativo ao tratamento dado aos indígenas, isso não acontece, pois enquanto o Relatório de 1905 de Gentil Moura, após descrever uma série de perseguições aos Kaingang, por parte dos brancos, em represália aos ataques, furtos e mortes que causavam nas fazendas da região, destaca que a Comissão Geográfica e Geológica não fazia isto e o comportamento dos seus integrantes neste sentido era exemplar.

“Jubiloso podemos narrar que ultimámos a missão que nos foi confiada, sem mais derramamento de uma só gota de sangue, senão o dos feridos da Corredeira, apesar da insistencia do selvagem em nos atacar e persistência nossa em nos defendermos sem que em represalia o mesmo lhe fizéssemos.

Esse nosso proceder era, no entretanto, sem exemplos naquellas mattas. Cada ataque que elles faziam aos sertanejos tinha em pagamento immediato castigo” (Relatório de 1905, de Gentil Moura).

Ao contrário disso, Julio Bierrenbach informa no seu relatório que, em 27 de novembro de 1905, um numeroso grupo de Kaingang foi desbaratado, próximo do rio Aguapeí, acarretando mortes entre os Kaingang devido “a grande quantidade de sangue que encontrámos no local” (Relatório de 1905 de Julio Bierrenbach Lima Junior).

No que se refere às demonstrações dos Kaingang e suas lideranças, através de investidas guerreiras, a estas expedições que adentravam seus territórios, chamamos a atenção também para os sinais que deixaram quando atacaram o Acampamento Quinze de Novembro, região do Aguapeí, conforme segue:

“Tambem quando assaltaram o acampamento 15 de Novembro, deixaram um atilho de 4 espigas de um milho rôxo, bem granado e de tamanho desenvolvido. Iguamente deixaram parte de um pão feito de fubá misturado com grãos de milho. Esse pão tinha o formato, dimensões e apparencia da brôa portugueza; conservava ainda em sua crosta as folhas do caethê que o salvaguardava das brazas quando assado no borralho. O cheiro que exhalava era igual ao da fermentação pútrida, conseqüente, seguramente, do mau cozimento de um fubá ha muito tempo preparado” (Relatório de 1905, de Gentil Moura).

É importante ressaltar que esses ataques ao referido acampamento, onde inclusive havia alguns trabalhadores doentes à espera de transporte, ocorreram quando a Comissão Geográfica e Geológica já estava concluindo os seus trabalhos e que certamente foi percebida pelos Kaingang. Esta situação nos leva a pensar que os nativos, dando-se conta de que o confronto direto não estava atingindo os resultados esperados por causa das desvantagens que estavam tendo diante das armas de fogo do inimigo, resolveram recorrer a outra estratégia que consistiu em deixar as espigas de milho colorido e o pão no acampamento dos brancos a fim de que os tomassem como presentes.

Relativo a este pão, é possível que estivesse envenenado e caso os brancos o aceitassem como presente e o comessem, já que não estavam conseguindo combatê-los pelo confronto direto, seria uma forma de eliminá-los. Dizemos isso porque os Kaingang dos Campos de Guarapuava, Paraná, em 1772, utilizaram tática semelhante oferecendo bolos envenenados aos soldados do Coronel Afonso Botelho que penetraram no seu território (Mota, 1994, p.117).

Quanto ao milho colorido deixado, possivelmente tenha um significado guerreiro na ordem cultural Kaingang, porque também no Paraná, segundo Basile Becker e Laroque (1999, p.63), é encontrado, no século XVIII, por expedicionários, próximo ao rio Jordão, algo semelhante. Todavia não conseguimos identificar qual o significado que estes milhos coloridos teriam na ótica Kaingang para cada um dos contextos socioculturais em questão.

Relacionado à terceira manifestação da Frente Pioneira no Oeste Paulista, temos a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNB). Os antecedentes para isso, conforme Delvair Melatti (1976, p.12-13), retrocedem inclusive à segunda metade do século XIX, quando surge, em 1868, a Companhia Paulista de Estrada de Ferro e, em 1872, a Companhia Mogiana da Estrada de Ferro e também a Estrada de Ferro Sorocabana.

Sobre esta última ferrovia, que, em meados da primeira década do século XX, já havia chegado com seus trilhos até Campos Novos, nas proximidades da fronteira geográfica dos territórios Kaingang, temos:

“A partir dos limites do povoado, onde chegaria em 1º de julho de 1905, a ponta de trilho da Estrada de Ferro Sorocabana, estendia-se o mundo sertanejo do desafio e do perigo. O bugre – silencioso e traiçoeiro – esperava o branco que tivesse a ousadia de invadi-lo, para surpreendê-lo com suas flechas mortais e seus tacapes de guarantã. Não gostava do branco, que para êle era o ‘fóg-corég’, ou seja ‘estrangeiro inimigo’. Criara ódio ao civilizado desde que alguns precursores da fundação de Bauru, muito bem armados de espingardas e revólveres, fizeram chacinas de grupos indígenas, que se opunham à abertura de fazendas” (Souza, 1970, p.170).

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que começa a ser construída em 1905, deve ser entendida no bojo dos interesses capitalistas do período os quais almejavam escoar a produção cafeeira e também facilitar o comércio e a comunicação com o Mato Grosso. Além disso, em seu projeto inicial, saía de Bauru, atravessava o oeste paulista em direção ao rio Paraná e daí seguia pelo Mato Grosso até Corumbá, na divisa com a Bolívia. Todavia, a partir da Bolívia, este projeto de caráter transcontinental que pretendia estender a estrada até Antofagasta, no Chile, acabou não acontecendo (Borelli, 1984, p.51).

Neste contexto, então, é que temos a formação, em 1904, da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a qual, contando com capital misto, isto é, brasileiro e franco-belga, começava os estudos topográficos do oeste paulista. Utilizando-se primeiramente de um projeto de Emílio Schoor, em 13 de novembro de 1905, assentava-se o primeiro dormente da estrada, em Bauru (Souza, 1970, p.171).

É importante ressaltar que o traçado da referida ferrovia, visando atender interesses já mencionados, foi definido sem levar em consideração a

presença dos Kaingang e demais nativos que por ventura ocupassem a região. No entanto, a efetivação de sua construção, a qual avançava entre os rios Tietê, Feio e Aguapeí (observe Mapa 4), vai atingir diretamente territórios de grupos Kaingang que lá viviam.

Em um primeiro momento, ou seja, no decorrer dos anos de 1905 e 1906, as atitudes Kaingang, segundo as estratégias nativas e possivelmente devido à grande quantidade de trabalhadores que faziam parte da Companhia, foram a de observar atentamente os intrusos, pois “o primeiro conflito ocorreu em julho de 1907, no quilômetro 184 entre Lins e Penápolis”(Borelli, 1983, p.39-40). Atitudes semelhantes, conforme já demonstramos, adotaram para com o pessoal da Comissão Geográfica e Geológica, que, por volta deste mesmo período, também penetrava nos territórios indígenas, mas que inicialmente foi apenas observado.

Sobre este costume Kaingang, o Relatório do Tenente Pedro Ribeiro Dantas, a respeito do histórico da construção da EFNB, enviado a Cândido Rondon, destaca:

“O Agente da estação de Legru, um dos pontos mais visitados pelos selvicolas, afirmou-nos ter-se uma vez perdido em plena matta a isso arrastado pela perseguição que fazia a um animal, só tendo conseguido retomar a direcção da estação às 8 horas da noite, vindo encontrar sua esposa afflicta e já providenciando para que fosse organizada uma turma para ir em sua procura. Esses factos são ahi tão comuns, que é corrente a opinião de que o índio não se incomoda que se caçe em suas mattas, em se tratando de um, dois ou tres indivíduos, (...) de que entre elles se não ache alguém que, por suas maldades se tenha assignalado e incorrido em seu odio. Observa-se, porem, que se o grupo se torna numeroso, logo apparecem da parte do índio signaes de apprehensão e desconfiança, procurando obstar o prosequimento das operações quaisquer” (Relatório de 22/11/1910, MI).

Na seqüência do referido relatório, observamos também os avisos, os quais são intrínsecos da cultura destes nativos a respeito do seu descontentamento quanto à presença de estranhos em seus territórios. Isso é o que podemos ver na narrativa do Tenente Dantas.

“Os (...) ataques do selvicola são geralmente precedidos de signaes e demonstrações previas por todos conhecidas no sertão paulista, de sorte que medidas de precaução serião sempre bastantes para evital-os. Salvo caso de vingança especial, conforme acima dissemos, tais ataques visão de preferencia o pessoal preposto a derrubada de suas mattas, tiradores de dormentes, lenhadores, abridores de picadas para construcção de estradas ou medições de

terras. Mesmo ahi, porem, segundo a informação unânime de engenheiros e trabalhadores, costumão elles patentear primeiro, de maneiras varias, o seu descontentamento. Assim é que, na volta para o pouso que ficou atraz o pessoal geralmente encontra a picada entrelaçada de cipós, obstruída por galhos de arvores, etc.

Si, então, persiste-se na usurpação começada, o ataque ainda poderá ser evitado, desde que o índio perceba um serviço cuidadoso de vigilancia e segurança da parte do pessoal. Mas, si com o decorrer de dias seguidos, semanas, mezes, mesmo, de calma, tal serviço se relaxa, o assalto virá, infalível, na primeira oportunidade” (Relatório de 22/11/1910, MI).

Como vemos, somente após estas demonstrações é que os Kaingang e suas lideranças resolveram partir para o ataque a todos aqueles que se aventurassem penetrar na região por onde a ferrovia pretendia cruzar. A respeito disso uma reportagem do jornal “O Estado de São Paulo”, referente aos primeiros meses de 1907, nos parece ser bastante elucidativa.

“Os Caingangues fizeram numerosos massacres em toda a região que tem como centro o salto de Avanhandava. A anunciada penetração ferroviária despertara a cobiça das terras desta zona. E assim, fizeram-se muitas demarcações. Mas, não foram poucos os engenheiros e trabalhadores trucidados pelos Caingangues, em virtude de haver anteriormente Joaquim Barbosa arrasado o agrupamento desses índios no lugar em que hoje se ergue a cidade de Promissão.

A construção da Noroeste principiou em Bauru, no ano de 1905. Todas as terras que daí se estendiam até o rio Paraná pertenciam, para o município de Bauru, e parte ao de Rio Preto. A linha férrea custou não apenas sacrifícios materiais. Muitas vidas, tiradas pelos Caingangues, que atacavam de tacape, entraram no preço do progresso que se iniciava” (O Estado de S. Paulo, de 27/09/1945, MI).

A título de ilustração, destes conflitos entre os Kaingang e o pessoal da Comissão da EFNB, também constante no relatório enviado pelo Tenente Pedro Ribeiro Dantas ao General Rondon, são os seguintes:

“1º A 28 de agosto de 1908, apparecerão mortos no Km 258, entre as estações de General Glycerio e Araçatuba, dois serradores portugueses, empregados de um tal Joaquim Barboza, fornecedor de dormentes para a Estrada.

Estavão sós e dezarmados, entregues ao serviço de derrubada de arvores e cosequente preparo de dormentes.

2º A 3 de abril de 1909 forão mortos 5 homens da turma 23 de conserva, no Km 180, próximo à estação de Legru.

3º A 21 de março deste anno, mataram os índios um trabalhador e feriram outro da turma 21, no Km 164, perto de Legru, entre esta estação e a de Albuquerque Lins.

4º Ainda em abril do corrente anno appareceu morto no Km 256, entre Araçatuba e General Glycerio, um trabalhador que vinha sozinho pelo leito da linha férrea” (Relatório de 22/11/1910, MI).

Em contrapartida, a própria Companhia Noroeste do Brasil passou a contratar bugreiros para dizimar os Kaingang que insistiam cada vez com mais freqüência em atacar cada quilômetro que a estrada de ferro avançava sobre os seus territórios (Borelli, 1984, p.70-71). Estas chacinas, segundo Darcy Ribeiro (1977, p.103-104), praticadas por bugreiros, e muitas vezes, contando também com trabalhadores da própria EFNB, foram responsáveis por uma redução demográfica violenta na etnia Kaingang do oeste paulista, o que, inclusive, causou repercussão internacional.

Nesse sentido, temos um depoimento bastante precioso recolhido por uma Comissão de Sindicância incumbida de apurar os acontecimentos envolvendo índios e brancos durante a construção da ferrovia, e que aparece no relatório sobre o histórico da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, enviado a Rondon pelo Tenente Dantas. O referido depoimento foi obtido de um funcionário comum, o qual, não estando diretamente comprometido com os interesses dos seus superiores, soube, em nossa opinião, relativizar as questões envolvendo os dois grupos em questão.

“Ouvimos do próprio João Pedro a minuciosa narrativa desse feito, por ele atenuado quanto ao número de vítimas e de certos atos ignóbeis que por outros lhe são atribuídos. Eram ao todo trinta e um homens, os que tomaram parte nessa funesta empresa, armados de carabinas Winchester, calibre 44, 12 tiros e munição sobressalente em quantidade, além de afiados facões e outras armas brancas. Assim andaram cerca de quatro dias, com o máximo cuidado, de sorte a não serem pressentidos pelos índios, cujo aldeamento alcançaram ao anoitecer. Achavam-se estes em festa, em torno de uma fogueira preparada ao centro do terreiro cercado por vários ranchos, uns grandes, outros menores. Segundo o próprio João Pedro, parecia tratar-se de uma cerimônia qualquer, correspondente ao casamento, tendo em vista a maior atenção e solicitude de que era alvo, entre todas, uma moça, mais do que as outras enfeitada. Dançavam e cantavam alegremente os índios inteiramente despreocupados da horrível catástrofe que os aguardava. Estabelecido o cerco com a necessária precaução, ficou resolvido esperar-se a madrugada para o assalto, quando os ingênuos

silvícolas, extenuados, se tivessem por fim entregue a um sono profundo, diga-se eterno.

Durante esta prolongada e lúgubre expectativa, tiveram João Pedro e os seus calma e tempo de sobra para fazerem curiosas observações que ele espontaneamente transmitiu ao Ten. Dantas, as quais, por serem favoráveis aos pobres índios, nem por isso conseguiram mover à piedade aos seus frios e implacáveis inimigos. Dizia o preto que o surpreendera, a ele e seus companheiros, a limpeza e boa ordem que em tudo apreciaram no aldeamento; que os ranchos e o terreiro eram bem varridos, o chão destocado, limpo e batido; tudo, enfim, tão direito, senão mais do que os nossos dizia.

Muito os surpreendera, igualmente, a inalterável cordialidade mantida durante todo o tempo da festa, as risadas francas e as brincadeiras que se permitiam uns com os outros; e até puderam a esse respeito notar, dos seus esconderijos, a diversidade de caracteres, em uns alegres, mais retraídos em outros. Aqueles em geral metiam estes a bulha e não era raro que entre os primeiros, se fizessem notar os anciãos. Mas de tudo isso, nenhuma desavença surgia. E rematava por fim o preto: 'Até parecia gente, Sr. Tenente'.

Mas, continuemos. Pelos modos a festa se prolongaria até ao amanhecer, e já começava a impacientar os da traiçoeira emboscada, para os quais eram de inestimável auxílio as trevas da noite. Por isso, desistiram de esperar que ela cessasse de todo, receosos de virem a ser descobertos com as primeiras claridades.

E assim rompeu a primeira descarga geral, de cujo mortífero efeito só não fará idéia precisa quem não souber da perícia daquela gente no tiro, e não atentar para o largo tempo que tiveram de preparar suas pontarias, em descanso, e até mesmo de se distribuírem previamente as vítimas, cada uma a cada um para que não viessem a convergir as homicidas atenções exclusivamente sobre aquelas que espontaneamente as atraíssem.

Mas além desta, várias outras descargas foram feitas, e certo não podiam ter tido melhor sorte aqueles pobres índios que se teriam despertado sobressaltados e completamente desnorteados ante aquela covarde e insólita agressão.

Há quem afirme que mais de cem vidas aí foram sacrificadas, tendo-se seguido às primeiras descargas o assalto a facção, que a ninguém deu quartel. A princípio, logo que voltaram deste horrível hecatombe, só os chefes se mostraram reservados e discretos, pretendendo fazer acreditar ter sido apenas três ou quatro o número de mortos. Não assim, porém, o pessoal miúdo, dentre o qual dois ou três garantiram a frei Boaventura, de Santa Cruz, ter sido a centena excedida. Havia feito uma limpa, diziam, e alguns até autenticaram sua valentia exibindo orelhas cortadas de sua victimas.

Entretanto, segundo João Pedro, estes foram apenas duas, - a moça que parecia dona da festa naquela noite fatal e um adolescente que lhe estava ao lado, ambos victimas de um mesmo projectil. Caem,

poem em contradição quando se refere ao facto de ter sido o **cacique** encontrado vestido com uma camisa que suppunha ter provavelmente pertencido a um dos serradores, esquecendo – se de que isso elevaria pelo menos a três o numero de mortos. São em geral desacordes as informações a esse respeito.

Manuel Francisco diz que matarão de oito a dez, e adianta que João Pedro, se tendo apoderado da moça a que acima aludimos, a qual ficara mal ferida, nella saciara seus instintos de besta fera: Esta informação recebida indirectamente por intermédio de um operário muito conceituado pelos seus Chefes em Itapura, o qual affirmou tel-a ouvido do próprio Manoel Francisco, combina com uma outra do Frei Boaventura, por este ouvida em Santa Cruz, de dois ou três desses ferozes expedicionários. Disserão-lhes estes, que diversas mulheres, algumas feridas, inclusive aquella já citada, forão estupidamente profanadas antes que lhes tivessem dado cabo da vida!” (Relatório de 22/11/1910, MI, grifo nosso).

Por último, no decorrer do ano de 1909, a Companhia EFNB, em decorrência dos conflitos com os Kaingang, as epidemias como a malária, febre amarela, úlcera etc, que se disseminavam e o pavor que tudo isso criou nos trabalhadores, passou a exigir do Governo Federal proteção militar. Os motivos alegados para conseguirem tal beneficio eram de que os trabalhos da Noroeste, a qual objetivava o desenvolvimento capitalista na região e a unificação dos territórios, se encontravam sob forte ameaça de serem interrompidos. Neste contexto e pela necessidade de um órgão que tratasse da questão indigenista no Brasil é que teremos a criação, em 20 de junho de 1910, do SPILTN, o qual também atuará com os Kaingang do oeste paulista, mas sobre isso trataremos na segunda parte da tese.

Tomando alguns destes acontecimentos, relacionados aos primeiros anos que a EFNB efetuou seus trabalhos, destacamos inicialmente a divergência de autores a respeito de quando os ataques Kaingang realmente começaram.

Darcy Ribeiro, no livro “Os Índios e a Civilização” (1977, p.102), discorre que, em 1905, já teria ocorrido um ataque, nas proximidades da Estrada, no momento em que a turma de um agrimensur penetrou mata a dentro para a medição dos trilhos. O autor, porém, não informa em que fonte este dado foi obtido.

Há também o relato enviado pelo Tenente Pedro Ribeiro Dantas ao General Cândido Rondon sobre o histórico da construção da EFNB, em terras Kaingang, onde, sobre esta questão, é mencionado que “voltando aos ataques dos Coroados contra o pessoal da Noroeste, conclui-se (...) como se viu, tiverão começo só em 1908. Até aquelle anno gosou a Noroeste da mais completa calma a esse respeito” (Relatório de 22/11/1910, MI). Em nossa opinião, consideramos esta segunda informação discutível e nos causa

estranheza a aparente tranqüilidade que o texto procura fazer crer, pois se os Kaingang e suas lideranças, conforme os dados que apresentamos até então para esta região, recorreram a sua natureza de guerra para com os fazendeiros, missionários, viajantes e expedicionários da Comissão Geográfica e Geológica por que esperariam tanto tempo para confrontarem-se com o pessoal da Estrada de Ferro Noroeste?

Razões para isso devem ser buscadas na própria elaboração do relatório, o qual somente foi escrito em novembro de 1910, a partir de várias informações de terceiros, e por um tenente comprometido com o SPILTN. Este certamente queria reforçar para a sociedade e ao Diretor do órgão, Cândido Rondon, a possibilidade da “pacificação” que fazia parte do discurso da época.

Um terceiro autor que aborda o tema é Correia das Neves na obra “História da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil” (1958, p.63), apresentada na dissertação de mestrado de Silvia Helena Borelli (1983, p.39), considerando o mês de julho de 1907 como a data para os primeiros conflitos. Acreditamos ser esta data a mais plausível devido ao fato de que, como de costume, os Kaingang primeiramente observaram atentamente toda a movimentação dos fog-corég (brancos inimigos) neste território entre os rios Tietê, Feio e Aguapéi que, ao contrário dos demais, excetuando-se as fazendas, ainda não tinha sido penetrado por um grande grupo de não-índios, como é o caso dos trabalhadores da ferrovia.

Outra questão que também queremos discutir, conforme consta nos trabalhos de Ribeiro (1977, p.103), Borelli (1983, p.39) e Pinheiro (1992, p.250, 252), diz respeito às freqüentes menções de que as epidemias foram as principais responsáveis pela baixa dos funcionários que trabalhavam na construção da EFNB e não os conflitos com os Kaingang, que as publicações e discursos da empresa ferroviária faziam crer. Concordamos que o surto epidemiológico teve um papel preponderante nas baixas e para a solicitação de novos trabalhadores. Todavia afirmar que os ataques Kaingang, entre 1907 e 1910, estavam sob controle porque os operários eram guarnecidos durante suas atividades na construção da Estrada e as batidas, cometidas por bugreiros, tinham afugentado os nativos é uma versão demasiadamente simplista, em nosso ponto de vista, para com a história e a cultura da etnia Kaingang no período.

Sobre a importância da guerra para as sociedades tribais, Pierre Clastre, em seu clássico estudo “A Sociedade contra o Estado” (1978), chama a atenção para o seguinte:

“A fonte mais apta para saciar a sede de prestígio de um guerreiro é a guerra. Ao mesmo tempo, um chefe cujo prestígio está ligado à guerra não pode conservá-lo e reforçá-lo senão na guerra: é uma espécie de fuga impulsiva para a frente que o faz querer organizar

sem cessar expedições guerreiras das quais ele conta retirar os benefícios (simbólicos) aferentes a vitória. Enquanto seu desejo de guerra corresponde à vontade geral da tribo, em particular dos jovens para os quais a guerra é também o principal meio de adquirir prestígio, enquanto a vontade do chefe não ultrapassar a da sociedade, as relações habituais entre a segunda e a primeira manter-se-ão inalteradas” (Clastres, 1978, p.145).

Reforça o argumento de que essa calmaria não aconteceu e de que os Kaingang e suas lideranças mantiveram-se atentos e, sempre que tinham oportunidade, guerreando com os inimigos, um episódio ocorrido em 1º de julho de 1910, conforme segue:

“(…) o ataque mais recente, e que maior impressão causou naquela zona, foi o de primeiro de julho deste anno, ao infeliz agrimensor Christiano Olsen e mais seis camaradas, no Km 256 da EFN, entre as estações de G. Glycerio e Araçatuba.

Acabava a turma de sair de uma longa medição de terras, que ao agrimensor apenas faltava referir à linha ferrea. Antes disso, tratavão os camaradas de fazer o café enquanto Christiano achegava-se a um correjo próximo para saciar-se, quando foi atingido por uma flexa. Dado o alarme, correrão todos, inclusive o ferido para uma casa de turma, abandonada, onde se entricheirão para luta desesperada e romperão com as primeiras descargas contra os índios, que a esse tempo procuravão assaltar a casa” (Relatório de 22/11/1910, MI).

Neste sentido, temos também o relato de 19 de novembro de 1913, do inspetor do SPI de São Paulo, Luís Bueno Horta Barbosa, apresentado em uma conferência da Biblioteca Nacional.

“A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, correndo pelo divisor das águas do Feio e Tieté, constituiu uma fonte de hostilidade; às batidas dos bugreiros, sucediam-se os assaltos, cada vez mais violentos, dos índios contra os trabalhadores da estrada, e o pavor imperava por todo o sertão; onde ninguém se encontrava sem uma carabina de repetição, de que usava dia e noite, em descarga a esmo, para afugentar o ‘bugre’ (Barbosa [1913], 1947, p.44).

Retomando a questão da Frente Pioneira, manifestada através da faceta missionária, de expedições exploratórias e científicas e também da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que discutimos anteriormente, percebemos que os Kaingang e suas lideranças adotaram para com os participantes desta Frente um constante estado de guerra. Ao nosso

ver, isso aconteceu não só porque a Frente Pioneira, com seus diversos mecanismos avançou sobre o universo Kaingang, mas principalmente devido ao fato de que os nativos projetaram sobre ela elementos de sua própria historicidade, em que a guerra tem um papel preponderante para a atuação de suas lideranças e para o equilíbrio socioeconômico das várias parcialidades.

## 2.2 Lideranças Kaingang atuantes

As poucas informações sobre lideranças que obtemos para o período em questão são de Edmundo Krug, o qual, a partir de seus estudos e das viagens que fez pela região entre os rios Peixe e Paranapanema, relata:

“Os kaingangues vivem geralmente em imás, aldeamentos, de 50 a 100 indivíduos, sob a direção de um **capitão**, cuja autoridade é pequena ou quase nulla; eles são, por conseguinte, muito independentes. Estes **capitães**, ou melhor, **caciques**, só podem manter a disciplina por meio de boas palavras, dadas etc. logo que não logrem estes meios, todo o aldeamento abandona-o; mesmo os próprios filhos emigram em procura de melhor **capitão**, que seja mais bondoso e presenteador” (Krug, 1924, p.322, grifos nosso).

Porém, a respeito de quem eram os Chefes que atuaram nestes eventos no Oeste Paulista, durante o período de 1889 a 1910, a maior parte da documentação que manuseamos não nos possibilitou identificar seus nomes o que não nos causa estranheza em decorrência de uma praxe legada pela historiografia tradicional que insiste em deixar as populações indígenas no anonimato e na invisibilidade<sup>17</sup>. Todavia, arriscamos dizer, a partir de dados depreendidos para os anos posteriores, isto é, do SPILTN, que deveriam ser *Kâmag, Renkrâi, Charin, Requencri*, entre outros.

Sobre os ataques realizados provavelmente por algumas destas lideranças aos trabalhadores da EFNB, uma correspondência escrita em 1912, por Curt Nimuendajú, na Aldeia do Araribá, São Paulo, e enviada para o médico Dr. Hugo Gentsch, de Blumenau, com quem trocava informações, descreve o seguinte:

---

<sup>17</sup> Um trabalho que aborda este tipo de questão é de Izabel Missagia de Mattos “Civilização e revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas” (2003). Nele a autora chama a atenção para o fato de que atores indígenas, contrapondo-se a autoridades regionais que os colocavam na invisibilidade para apoderar-se do seu território “*frequentemente lançam mão de seus movimentos etno-históricos/identitários: o da ressematização de sua condição ‘étnica’ operada através dos próprios signos e sentidos forjados pelo Outro, para submetê-los hierarquicamente à gramática da Colonização, em contextos anteriores*” (Mattos, 2003, p.30).

“Os COROADOS são muito simpáticos. Eles nos abraçavam, passavam a mão pelos nossos cabelos e queriam que nós sentássemos bem perto. Me parece incompreensível que esta mesma horda atacou a COMPANHIA FERROVIÁRIA, espetando, mutilando e queimando seus adversários. Mas não há o que duvidar, já que eles tem em suas mãos roupas ensangüentadas, relógios e ferramentas só usadas em construções ferroviárias” (Correspondência de 14/04/1912, MI).

Exceção sobre alguns nomes de lideranças Kaingang para estes primeiros anos do Período Republicano são as informações obtidas por Edmundo Krug (1924, p.331-334), a partir de uma lenda contada por uma velha índia Kaingang, do Aldeamento de São Pedro do Turvo, a respeito de como esses nativos conseguiram o fogo e descobriram o milho. São as lideranças *Minarãn*, *Fyietó* e *Nhára*, mas possivelmente de um passado distante e/ou mítico.

Tratando a respeito da linguagem mítica primordial Jean Pierre Vernant no estudo, “Mito e sociedade na Grécia Antiga”, chama a atenção para o seguinte:

“O mito não é uma vaga expressão de sentimentos individuais ou de emoções populares: é um sistema simbólico institucionalizado, uma conduta verbal codificada, veiculando, como a língua, maneiras de classificar, de coordenar, de agrupar e contrapor os fatos, de sentir ao mesmo tempo semelhanças e dissemelhanças; em suma, de organizar a experiência” (Vernant, 1992, p.206).

Temos ainda um outro dado apresentado por Delvair Montagner Melatti em seu trabalho “A organização Social dos Kaingáng paulista”(1976), a qual destaca:

“Contam que o líder **Charin** chamou o líder **Lakri** (possivelmente antes da pacificação) para lutar contra os Coroados de perto do Salto de Avandava. Aprisionaram crianças. Os Coroados eram em menor número, os que restaram desta luta foram levados ao Posto que havia em Avandava para estes índios. Mas devido a doenças e um surto de febre amarela, morreram quase todos os Coroados do Posto, escapando apenas cinco que foram mandados à Araçatuba” (Melatti, 1976, p.93, grifos nosso).

Concluindo sobre como os Kaingang agiram e reagiram às investidas da Sociedade Nacional, temos a passagem a seguir que, embora seja referente

a um relatório de 1905, pode ser considerada, ao nosso ver, como uma amostra do que aconteceu durante uma boa parte do período de 1889 a 1910.

“O índio Coroado tem sido o empecilho para o povoamento dessas zonas. Cioso da sua liberdade, zeloso das suas terras, da sua família, dos seus, defende-o com ardor, com toda a sinceridade, contra os brancos, cuja entrada no sertão não vêem outro fito senão de mata-los e tomar-lhes a terra” (Relatório de 1905, de Gentil Moura).

Portanto, constatamos que os Kaingang e suas lideranças, como grupo étnico (portador de cultura e historicidade) mantiveram-se constantemente em seu estado de guerra. E mesmo tendo que fazer concessões de limites de suas fronteiras geográficas, em detrimento dos interesses econômicos dos brancos, não se deixaram contatar ou muito menos aldear.

### **3 HISTÓRIA DOS KAINGANG EM SEUS TRADICIONAIS TERRITÓRIOS ENTRE OS RIOS PARANÁ, PARANAPANEMA E IGUAÇU**

O avanço dos interesses econômicos do Estado Nacional brasileiro sobre território paranaense localizados nas Bacias hidrográficas dos rios Tibagi, Ivaí e Iguaçu retrocedem ao século XIX quando a Frente de Expansão, recorrendo a expedições exploratórias penetrava em espaços Kaingang. Estas expedições, em última análise, visavam fundar núcleos de povoamento e fazendas.

Neste sentido, nos Campos de Guarapuava, segundo o relato de Lima (1842, p.45), é que temos, entre 1810 a 1827, inicialmente as expedições comandadas pelo Tenente-Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, as quais contavam ainda em seus quadros com o Pe. Francisco das Chagas Lima, Antônio da Rocha Loures e seu filho Francisco Ferreira da Rocha Loures. Ilustra estes interesses colonizatórios a fundação do povoamento do Atalaia, de Nossa Senhora de Belém, e a divisão dos territórios localizados entre os rios Piquiri e Iguaçu, entre quatorze fazendeiros visando à criação de gado (Wachowicz, 1967, p.60-61 e Mota, 1994, p.136).

Por sua vez, os Kaingang e suas lideranças, conforme demonstramos em nossa dissertação de mestrado “Lideranças Kaingang no Brasil Meridional” (2000, p.154-156), desde os primeiros momentos que os fóg (brancos) penetraram em seu território, certamente se mantiveram atentos a toda esta movimentação. Todavia, após um mês, ou seja, em meados de julho de 1810, é que estabeleceram os primeiros contatos, recebendo inclusive presentes como panos de algodão, ferramentas, quinquilharias etc. Posteriormente, em uma segunda visita que fizeram aos expedicionários, seguindo a lógica nativa,

ofereceram algumas de suas mulheres como retribuição aos presentes recebidos e sinalizando para uma possível aliança. Os brancos, sem se darem conta do significado destes eventos e alertados pelos preceitos religiosos do padre Chagas Lima, rejeitaram as mulheres nativas o que, conseqüentemente, foi tomado pelos Kaingang como uma demonstração de guerra e acarretou o rompimento da aliança cogitada

Neste sentido, Elman Service escreve que, para as sociedades igualitárias, as negociações envolvendo a troca de objetos e o oferecimento de mulheres, em muitas situações, se aceitos, podem significar a paz, mas caso contrário, a deflagração de uma guerra.

“El fracaso y el éxito en la creación de alianzas son fracaso y éxito en la creación de la paz. Esto – el sugerir que la situación de guerra tiende a producirse, más o menos normalmente, por decirlo de alguna manera, a menos que se tomen acciones positivas para evitarla; que el deterioro de las acciones encaminadas a la creación de la paz tiende a tener como resultado la guerra – suena a hobbesiano. Yo pienso que esto es cierto: por lo general resulta vano hablar de las ‘causas de la guerra’; es la evolución de diversas causas de la paz lo que puede estudiarse en la historia humana; y una parte vasta y esencial de la evolución de la organización política la constituye sencillamente una extensión e intensificación de los medios para crear la paz. Es más: puede afirmarse que no sólo la evolución del gobierno, sino también la verdadera evolución de la sociedad y de la propia cultura, dependen de la evolución de los medios de ‘emprender’ la paz en las cada vez más amplias esferas sociales – con el procedimiento de añadir nuevos ingredientes políticos a la organización social.

Los intercambios en las sociedades primitivas son de muchas clases y tienen diversas implicaciones. Aquí sólo queremos discutir los importantes intercambios utilizados en la creación de alianzas entre grupos soberanos. Son principalmente de dos clases (aunque cada uno de ellos puede tener numerosas variaciones y permutaciones): matrimonios y trueques de bienes” (Service, 1984, p.79-80).

Posteriormente, na seqüência dos acontecimentos, algumas facções lideradas por *Antônio José Pahy*, *Hipólito Condói* e *Luiz Tigre Gacon*, repensaram suas ações e resolveram novamente estabelecer alianças com os expedicionários. Essa mudança de atitude visava à obtenção de vantagens dos brancos para lutarem contra as parcialidades que lhes eram inimigas.

No “norte paranaense”, por volta da primeira metade do século XIX, a Frente de Expansão prosseguia visando ao reconhecimento dos territórios para também estabelecer fazendas. Neste sentido, podemos apontar, em 1812, a expedição do Tenente-Coronel José Felix da Silva; em 1838, a de Manoel

Ignácio do Conto Silva e, por volta de 1845/1846, a mando de João da Silva Machado (Barão de Antonina), a expedição do sertanista Joaquim Francisco Lopes e do agrimensor João Henrique Elliot (Elliot, 1848, p.157 e Mota, 1998, p.6). Sobre uma destas viagens para atender interesses do Barão de Antonina, descrita pelo agrimensor e mapista referido, temos:

“O Exm. Sr. Barão de Antonina, tendo feito explorar os sertões entre os rios Verde, Itararé e Cinza, enviou esta expedição a explorar os rios Verde, Itararé, Paranapanema, e seus tributários o Tibagy e o Pirapó; procurar os lugares das extinctas reduções dos jesuítas, descer pelo Paraná, e subir pelo Ivahy até um caminho feito por ordem do mesmo Exm. Sr. barão a sahir nos campos do Amparo, fronteiros mais ou menos á Ponta-grossa, perfazendo assim um circulo da maior parte da comarca de Curitiba” (Elliot, 1847, p.17).

Visando à apropriação destes territórios pelos fazendeiros e ao seu esvaziamento da presença indígena, serão criados ao longo da década de 1850, segundo Kimiye Tommasino (1995, p.110-111), vários aldeamentos. Relativo à concentração dos Kaingang (veja Mapa 5), apontamos especificamente a Colônia Militar do Jatahy (1855) e os aldeamentos de São Pedro de Alcântara (1855) e São Jerônimo (1859).

No Aldeamento de São Pedro de Alcântara, vários dos Kaingang que estavam descontentes, principalmente com a atuação religiosa do frei Capuchinho, Timóteo de Castelnuovo, retiraram-se para os sertões do Tibagi<sup>18</sup>. Essas informações foram obtidas através de Telêmaco Borba ao contatar com eles, em 1870, quando atravessava o território na realização de viagem para explorar o rio Piquiri (Borba, 1908, p.6).

Quanto ao Aldeamento de São Jerônimo, onde temos a presença do Capuchinho Luiz de Cemittle, as coisas não eram muito diferentes. Ilustra a questão o fato de que em meados de 1860, o *Pã'í mbâng Manoel Aropquimbe*, acompanhado do seu grupo o qual estava composto de cento e vinte e um indivíduos, estabeleceu-se no Aldeamento de São Pedro de Alcântara. Todavia, em novembro de 1866, certamente por não mais ter suas exigências atendidas, muda-se novamente com os seus liderados para o Aldeamento de São Jerônimo. Nesse aldeamento, em conversas com o frei Luiz de Cemittle (1882, p.286), dizia que “o verdadeiro motivo que fazia-lhe permanecer entre nos era porque não podia passar mais sem as nossas ferramentas, que já era

---

<sup>18</sup> Sobre a movimentação das populações Kaingang e Guarani, principalmente em territórios dos rios Paranapanema e Tibagi durante este período, verificar o trabalho de Lúcio Tadeu Mota “Relações interculturais na bacia dos rios Paranapanema/Tibagi”, apresentado no III Simpósio Nacional de História – Guerras e Alianças na História dos Índios: Perspectiva Interdisciplinares, realizado de 17 a 22 de julho de 2005, na cidade de Londrina/Paraná.

tarde para elle aprender uma nova religião, sendo já velho, tanto que nunca poudes aprender a fazer o signal da cruz; enfim despediu-se com uma risada e virada de costas dizendo-me adeus (...).”

Após algum tempo precisamente em março de 1868, já se encontrava de novo no Aldeamento de São Pedro de Alcântara (Laroque, 2000, p.177, 179-180). Frente a isso, é possível perceber pela situação exemplificada que os Kaingang e suas lideranças permaneceram nestes aldeamentos somente enquanto os seus interesses eram atendidos e não porque estavam deixando-se cristianizar como pretendiam os brancos, ou seja, a Fronteira Cultural entre as duas etnias envolvidas permanecia.

Relativo aos territórios, precisamente localizados nos sertões das Bacias hidrográficas dos rios Iguazu e Piquiri, a Frente de Expansão, objetivando a exploração da erva-mate e o início das plantações de café, avançava, em fins da década de 1870, com as viagens exploratórias dos irmãos Nestor e Telêmaco Borba. Estes, saindo da Colônia Militar do Jathay, navegaram pelos rios Tibagi, Paranapanema e subiram pelo leito do rio Piquiri (Borba, 1908, 156).

Posteriormente, em 1885/1886, temos também neste território a viagem de José Francisco Thomas do Nascimento (1886, p.267-281), que almejava fazer o traçado para uma estrada que ligaria o povoamento de Belém, em Guarapuava, ao rio Paraná. Ele objetivava também o estabelecimento de novas Colônias Militares, além das de D. Pedro II e Taunay, que já estavam projetadas.

Grosso modo, este era um dos últimos territórios Kaingang que efetivamente ainda não havia sido penetrado pelos brancos, mas os nativos que ali viviam, através dos seus parentes, já tinham conhecimento sobre os intrusos e a respeito das possibilidades do estabelecimento de alianças para a obtenção de utensílios. Neste sentido, quanto à aliança e aos presentes distribuídos ao *Cacique Nhon-nhon* e ao seu grupo, José Francisco do Nascimento relata:

“Vesti-lhe uma camisa (pois elles vinham simi-nús), calça de algodão riscado nacional, uma farda de baetão azul forrada de baeta vermelha, com galão de capitão, botões de latão, bonet agaolado, um fio de contas vermelhas ao pescoço, gravata, lenço da mesma cor, machado, facão, fouce, enxada, faca, tesoura, pente, curú (cobertor de algodão grosso), pistola de dous cannos, pólvora, chumbo e espoletas, remédios contra veneno das cobras, anzões e linha de pescar. A Anna Dona vesti-lhe camisa de algodãozinho, vestido de chita, com babados na frente e de cores variadas, casaco com algibeiras, chaile vermelho com remagem amarella, lenço da mesma cor, contas em forma de rosário e bracetetas, chapéo enfeitado, espelho, pente, tesoura, agulhas e linhas para pesca,

curú, cassarola, panella de ferro, faca, prato, caneco e colher de ferro estanhado, de que ficou muito contente e faceira.

Aos de sua tribu reparti-lhes os mesmos objectos, com excepção do chapéu enfeitado ás mulheres, prato, caneco e colher; e aos homens menos farda, bonet, pistola, polvora, chumbo, espoletas, pente, espelho, tesoura e contas” (Nascimento, 1886, p.267-268).

Dentre as demais lideranças que estabeleceram contatos e negociações com os brancos, temos *Janguió*, *Raphael*, *Cadete*, entre outras. Ao ser proposto a eles que deixassem o território e transpusessem suas fronteiras geográficas para as margens do rio Ivaí, próximo à Colônia Teresa, onde receberiam ferramentas, sementes e engenho para moagem de cana, responderam que não desejavam porque queriam continuar vivendo no lugar ao qual estavam acostumados e onde tinham enterrado seus mortos.

Todavia, se algumas destas lideranças, representando os interesses de seus grupos, haviam cogitado e estabelecido alianças com os brancos, outras negavam-se terminantemente a isso e continuavam recorrendo à guerra para com eles. Dentre elas, podemos apontar, por exemplo, a partir da segunda metade do século XIX, em territórios entre os rios Ivaí e Piquiri, a liderança *Gregório*, que, acompanhado de guerreiros de sua parcialidade, freqüentemente atacava os colonizadores que se aventuravam a penetrar com suas fazendas pelas margens do rio Ivaí. Neste sentido é que temos o ataque ao rancho do Sr. Ferraz e de sua esposa Josefina, os quais, vindo de São Paulo, insistiram em morar um pouco afastados dos demais moradores.

O *Pã'í mbâng Gregório* e seus liderados, certamente observando a movimentação desses moradores, deixaram passar algum tempo e, em determinado dia, aproveitando-se da saída do proprietário, possivelmente para comercializar sua produção, invadiram o rancho. Nessa invasão, mataram um dos trabalhadores e roubaram Josefina, a qual estava grávida, conforme o relato de um dos trabalhadores que sobreviveu.

“- Os bugres coroados nois pularam em riba e eram bastante pra dois só. Nois moeram de porrete e carregaram nha Zefina.

- Ah! Marvados! Porque não defenderam a pobrezinha? De certo inté judiaram dela. Ela não bradava por mim, nhô Neco?

- Eram mais de cincoenta bugre, tudo armado de porrete e azagaia, que nos pularam de traiçoria. Mais assim mesmo, foi só depois de úa pelêa braba que mereceram me derruba c'úa paulada na cabeça, e não decidiram comigo de uma vês porque caí debaixo de úas gaiarada. Ansim mesmo, meio tonto, inda vi um bugre aletado garrá em nha Zefina e apinchá na sua canoa grande, com mais dois bugre e se foram rio abaixo” (Muricy, 1975, p150).

Tomando conhecimento do fato, o Sr. Ferraz, desesperado, pegou sua canoa e foi atrás da esposa. No outro dia, os moradores organizam uma expedição composta de oito homens e seguiram seu rastro. Porém, chegando em uma ilha do rio Ivaí, a qual passou a chamar-se de “Ilha da Josefina”, encontraram somente a canoa do marido, um lenço da mulher e muito sangue no chão, e nunca mais ninguém soube notícias do casal.

Por último, um relatório do ano de 1857 sobre a situação do Aldeamento de São Pedro de Alcântara, de Francisco Ferreira da Rocha Loures, diretor geral dos índios do Paraná, ao Vice-presidente da Província, tratando da movimentação Kaingang pelo território e, quando lhes interessava, estabelecendo alianças com integrantes da Frente de Expansão, nos parece ser bastante elucidativo para atestar as estratégias nativas. Neste sentido, ao abordar os Kaingang do referido aldeamento e também os de outras regiões, o relatório em questão informa que “por outras vias me tem constado e eu não duvido, que os Índios d’esse aldeamento achao-se no mesmo estado em que jassem os de Palmas, e outras aldeãs que conheço em outras Provincias, isto é estão com os nomes de manços conservando os mesmos costumes da vida errante” (Relatório de 10/02/1857. In: D’Angelis, 1984, p.10).

Ressaltamos ainda que em fins do século XIX e mesmo com o advento da República, o norte do Paraná, apesar dos interesses da Frente de Expansão que, segundo vimos, estendeu seus domínios sobre a região, os territórios localizados entre o quadrilátero delimitado pelos rios Pirapó, Paranapanema, Paraná e Ivaí, continuavam fazendo parte dos domínios Kaingang. Por outro lado, também, permaneceram classificados como “terras devolutas” e “sertões desconhecidos”, conforme aparece no mapa organizado, em 1918, por Edmundo Alberto Mercer (In: Mota, 1994, p.23).

### **3.1 Os Kaingang em territórios de Bacias dos rios Ivaí, Tibagi e Iguaçu**

Informações relativas aos Kaingang ocupantes dos territórios da Bacia do rio Ivaí são fornecidas pelo General José Candido da Silva Muricy em seu trabalho “Viagem ao Paiz dos Jesuítas” (1975). Esse militar, atendendo interesses oficiais efetivados agora através da Frente Pioneira, teve a incumbência, em 1892, de explorar a região do Ivaí.

Acreditamos que várias parcialidades Kaingang ocupantes deste território, após os conflitos guerreiros ocorridos com os colonizadores até meados do século XIX, tenham gradativamente recorrido a estratégias das alianças. Isso, ao nosso ver, é que explica nestes primeiros anos do Período Republicano a presença dos irmãos Kaingang *Fonso Zuzé* e *Inácio Zuzé* no acampamento do pessoal do General Muricy, perguntando pelo chefe dos brancos, ou seja, o antigo Presidente do Paraná, Sr. Generoso Marques dos

Santos, o qual chamaram de “Papai Pridente”, como demonstração da aliança estabelecida e visando obter presentes, conforme podemos perceber através do relato.

“ - Ocê Zuca, fio Papai Pridente? Cúita Zuca ... Conta ... diga ... Papai, Fonzo Zuzé dize ... Non é quêxa faze, só conta dize, Zuca. Coroado tudo bastante cana prantá, caçada faze num póde, ni rapadura.

- A formiga chupeou, não? Mate a formiga – disse o Chefe de Polícia.

- Non furmica ... Rambique Papai Pridente manda Coroado, Tonho Mende rubá ... Caçaça faze, rapadura faze, Coroado tude te que compá! ...

- Zuca, cotna diga papai: Coroado tudo cobetô precisa, fio munto! ... Vetido muníto munto, també manda muié meu. Pingada també manda cano, pica-pau nom preta ...” (Muricy, 1975, p.81).

Na seqüência da narrativa, é informado de que ainda existem grupos Kaingang habitando os sertões entre os rios Tibagi e Ivaí e nas cabeceiras dos rios Peixe e Ubá. Narra também que, na Fazenda de Apucarana, o Governo do Estado manteve duas léguas de terras para estes nativos, mas poucos permanecem neste lugar, conforme expõe:

“Quanto aos bugres Coroados ou Caingangues, há muitos anos que os governos do Império, da República, da antiga Província e do Estado do Paraná vêm gastando grandes quantias para aldeia-los. Tudo porém, como se está vendo, em pura perda. Nada tem sido possível tirar dêsses bugres estúpidos. Preferem os toldos nas matas e margens de rios piscosos que contêm um inesgotável viveiro da caça e da pesca de que precisam” (Muricy, 1975, p.83).

Estas atitudes dos Kaingang e de suas lideranças não nos causam admiração porque, na verdade, estavam projetando suas próprias pautas culturais para as decisões que tomavam e de forma alguma concordamos com a atribuição de “estúpidos” e “brancos” dada pelo General Candido Muricy. O que acontece é que as fronteiras geográficas e culturais obedecem à lógica nativa e não à do Estado Nacional, que considerava os territórios demarcados e as suas formas de trabalho como o modelo a ser seguido pelos Kaingang.

Atesta isso a própria relação dos Kaingang com os territórios da bacia do rio Ivaí, onde obtinham o que era necessário para sobrevivência e no qual os grandes rios e seus afluentes eram indicadores de fronteiras geográficas das parciaisidades que estavam distribuídas nos treze toldos conforme aparecem na “Planta da Viagem ao Paiz dos Jesuitas” (In: Muricy, 1975, p.382). São eles: o Toldo da margem do rio Barra Grande, Toldo do Chefe José Caetano, Toldos das margens do rio Belo, Toldo da desembocadura do rio Belo

ao Ivaí, Toldo do Pary, Toldo do Ranchinho, Toldo da margem do rio Marrequinhas, Toldo da Bufadeira, Toldo do Ubá, Toldo do rio Alonso e o Toldo do rio do Toldo.

Relativo ao Toldo do Ranchinho (veja Mapa 5), pertencente ao grupo do *Pã'í mbâng Paulino Arak-xó*, é visitado, em meados de maio de 1892, pelos expedicionários. Acreditamos que esta visita somente foi possível por causa dos vários presentes distribuídos, os quais indicavam a continuidade das alianças estabelecidas. Sobre este toldo é informado que os Kaingang ocupavam-se em moquear uma grande quantidade de peixes encontrados em seus paris (armadilhas) e que as “feições de uma centena de bugres que nos apareceram, feições bastante acabocladadas, com as maçãs menos pronunciadas e traços mais doces e regulares do que os da sua raça, indicando uma possível mestiçagem com seus intrometidos vizinhos caboclos” (Muricy, 1975, p.154).

Deixando o toldo mencionado e alertados pelos seus integrantes sobre as facções Kaingang inimigas que ocupavam as florestas da margem direita do rio Ivaí, os expedicionários continuaram a descê-lo até o dia 20 de maio do ano em questão, quando resolveram rumar em direção ao rio Belo. Ao navegá-lo, foram deparando-se com plantações de laranjeiras, limeiras e palhoças de Kaingang pertencentes ao grupo de *José Caetano*. Nestes toldos, muitos haviam saído para caçar, motivo pelo qual inicialmente estabeleceram contato com uma mulher que amamentava o filho que trazia nos braços e com um ancião vestido com um curu<sup>19</sup>. A estes nativos os expedicionários pediram uma canoa menor emprestada e distribuíram, em contrapartida, lenço, colar, vestido, faca, fumo e um pouco de cachaça. Na narrativa dos viajantes, temos que os “bugres dêesses tôldos são extremamente feios, de uma côr encardida, maçãs muito salientes, bocas grandes e lábios grossos” e a respeito do milho, abóbora e porcos, estes eram comercializados na Colônia Teresa (Muricy, 1975, p.155).

Um outro acampamento Kaingang visitado por volta de 23 de maio de 1892 foi localizado às margens do rio Marrequinhas onde encontraram apenas duas mulheres e um Kaingang velho que não aceitou ser fotografado. Os demais nativos estavam a caçar um animal chamado queixada para o abastecimento do grupo.

Depois disso, viajaram um pouco mais descendo o rio Ivaí e, no final do mês de maio, atingiram uma larga corredeira em cujas margens localizava-se o Toldo da Bufadeira, pertencente ao grupo da liderança *Gregório* onde, de acordo com o relato, “foram recebidos, contra o hábito dêles e com bastante surpresa nossa, por um grande número, de 250 a 270 bugres de ambos os

---

<sup>19</sup> Curu é um manto feito de urtiga brava usados pelos Kaingang. No Paraná, segundo Ermelino de Leão (1910, p.228), os mortos também eram envolvido por ele.

sexos e de todas as idades, saídos de quatro ranchos de palha” (Muricy, 1975, p.166). Entretanto, passado esse primeiro momento, a surpresa dos Kaingang logo foi amenizada, pois aos homens foram distribuídos faquinhas, fumo e cachaça, e às mulheres, colares de aljofre, contas de vidro e espelhos (observe Mapa 5).

Nesse toldo, o Sr. Batista, morador da região que prestava serviços à comitiva, chama a atenção dos expedicionários, segundo Candido Muricy (1975, p.166), para “uma mulher bem moça ainda, tez morena clara, olhos grandes e negros, tipo elegante, diferente de tudo ao que estávamos acostumados a vêr, até então, entre os bugres”. Esta jovem pelo que percebemos, assumia a identidade étnica Kaingang mesmo sendo filha de uma mulher nativa que vivia com seu marido na aldeia e de um paulista comercializador de porcos, o qual freqüentemente visitava o local e inclusive trazia presentes para a referida mulher. Todavia, sobre o marido dela, o Sr. Batista, ao longo da narrativa enfatiza aos viajantes: “Os senhores estão vendo aquele bugre grosso e forte como um touro que está perto dela? Pois é filho da mulher dêle, mas ele afirma que é dêle” (Muricy, 1975, p.166).

Tratando sobre pertencimento étnico, o clássico trabalho de Fredrick Barth “Os grupos étnicos e suas fronteiras”, que, em 1969, foi a introdução de um livro, considera que as identidades étnicas são construídas de acordo com o contexto sociocultural da qual fazem parte.

“Se um grupo mantém sua identidade quando seus membros interagem com outros, disso decorre a existência de critérios para a determinação do pertencimento, assim como as maneiras de assimilar este pertencimento ou exclusão (...)

Além disso, a fronteira étnica canaliza a vida social. Ela implica uma organização, na maior parte das vezes bastante complexa, do comportamento e das relações sociais. A identificação de uma outra pessoa como membro de um mesmo grupo étnico implica um compartilhamento de critérios de avaliação e de julgamento” (Barth, 2000, p.34).

Neste sentido, a primeira situação descrita exemplifica, em nosso ponto de vista, a existência de uma fronteira étnica entre os dois grupos envolvidos. Por um lado, no entendimento dos brancos, este episódio foi tomado como um caso de adultério e provocou inclusive risos, porque, como vemos, o marido da nativa, apesar disso, também chamava para si a paternidade da moça a qual atendia pelo nome de *Mariquinha*. Por outro lado, no que se refere aos Kaingang, o fato de esta mulher ter sido oferecida ao paulista e ter tido uma filha com ele foi, possivelmente, interpretado como um caso de aliança, o que era plenamente aceitável pelos padrões étnicos Kaingang, até porque já vinham fazendo isso há bastante tempo.

Frente ao exposto, uma outra situação a constatar é que as fronteiras étnicas Kaingang parecem-nos ser fluidas e possibilitar, sem nenhum problema, a aceitação de brancos (neste caso através de relações sexuais) e de mestiços (filhos originários destes), porque seus reguladores étnicos não são as características fenóticas, mas os seus elementos culturais que estão em jogo.

Deixando este toldo, a comitiva prossegue a viagem descendo o rio Iguazu até penetrar no território entre os rios do Peixe e Bonito, onde viviam os Kaingang da parcialidade ocupante do Toldo de Ubá, liderada por *Paulino Arak-xó*. Nesta região acamparam num lugarejo chamado de Areião, próximo da margem direita do rio Ivaí, onde se abasteceram de caça, pesca e encontram-se com os demais integrantes da equipe que haviam sido encarregados de visitar os toldos da Bufadeira e de Ubá.

Algum tempo depois, o referido acampamento foi visitado por dois guerreiros Kaingang chamados de *Manequinho José* e *Tonho João*, que eram, respectivamente, filho e genro do *Pã'í mbâng* do grupo. Acreditamos que esses Kaingang também deveriam ser lideranças, possivelmente chefes subordinados de *Arak-xó*, os quais, através desta visita aos expedicionários, estavam, em um primeiro momento, fazendo uma sondagem para somente depois decidirem o estabelecimento de uma aliança, a fim de obter objetos que lhes interessavam. Atesta a hipótese o fato de que somente algum tempo depois é que o próprio *Paulino Arak-xó*, acompanhado de três mulheres, visita o acampamento dos brancos e obtém os objetos desejados em forma de presentes, conforme segue:

“Cassimiro deu ao bugre umas calças velhas e um par de sapatos que, é de imaginar-se ficariam sobrando, por ser êle português e gordo, enquanto o bugre era franzininho, de pés pequenos como todos os índios. A velha ganhou um cobertor velho do Thomascheck, no qual foi logo s'embrulhando, e as outras duas receberam outras coisas, inclusive pequenas rações de açúcar, fumo e cachaça. Sòmente depois de receberem êsses presentes é que se resolveram a ir embora, porém levantaram-se e foram saindo sem agradecer nem se despedir de ninguém, como é seu hábito” (Muricy, 1975, p.180).

Sobre este evento, é importante ter em mente que para os Kaingang o oferecimento de objetos e alimentos aos visitantes faz parte de uma ritualização que se mantém atualizada frente aos elementos novos com os quais sua cultura vinha se deparando ao longo dos contatos com os brancos. A este respeito, Telêmaco Borba (1904, p.14), que conviveu com estes nativos na região do Tibagi, entre 1863 e 1873, informa que “são muito francos do que teem em seos ranchos; quando alguém chega a elles, a primeira coisa que

fazem é perguntar se tem fome; nos dias de abundancia nem isso fazem; sem nada dizer; vão pondo deante da pessoa a comida dizendo – coma (acó); nunca negam a comida que se lhes pede; do pouco que tem comem juntos”.

Portanto, considerando estas informações, o procedimento dos Kaingang que então surpreendeu aos brancos foi o fato dos nativos terem saído sem agradecer e/ou despedir-se. Todavia, para os Kaingang “agradecimento” e/ou “despedida” não era um aspecto significativo para demonstração de sua sociabilidade. Isso porque, de acordo com a lógica nativa, o que realmente importava para demonstrar a abertura do canal de sociabilidade era a comensalidade e os presentes recebidos, o que de fato aconteceu.

Os dados sobre os Kaingang que ocupavam territórios da Bacia hidrográfica do Tibagi, relativo ao período transitório do século XIX para o século XX, são escassos devido ao fato de a Frente Pioneira, utilizando-se de seus mecanismos, ter construído a falsa versão de que boa parte desta região estava esvaziada da presença indígena. Na realidade, a construção desta idéia do vazio demográfico, segundo Lúcio Tadeu Mota (1994), é bastante comum em escritos oficiais e de vários autores que tratam do “norte” e do “oeste” paranaense. Sobre isso o referido autor destaca:

“(…) esse espaço, habitado por comunidades indígenas, passa a ser projetado como um espaço vazio improdutivo, pronto a ser ocupado pela economia nacional produtiva.

Os agentes dessa projeção são vários: a história oficial das companhias colonizadoras; as falas governamentais e sua incorporação nos escritos que fazem a apologia dessa colonização exaltando seu pioneirismo; os geógrafos que escrevem sobre a ocupação nas décadas de 30 a 50 do século XX; a historiografia sobre o Paraná produzida nas universidades e, por fim, os livros didáticos, que são uma síntese das três fontes, repetindo para milhares de estudantes do Estado a idéia da região como um vazio demográfico, até o início da década de 30 deste século, quando começa, então a ser colonizado” (Mota, 1994, p.9-10).

Para compreensão desta falsa imagem, é preciso retroceder à década de 1850, quando foram criados a Colônia Militar do Jataí e os aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo. A colônia dava continuidade à presença branca no território, e os aldeamentos visavam à concentração de indígenas para liberação do espaço objetivando a colonização.

Chegada a década de 1880, temos no Aldeamento de São Jerônimo, segundo Tommasino (1995, p.150), o interesse de fazendeiros e políticos de apropriarem-se de suas terras, o que acarretou, inclusive, em 22 de novembro de 1881, a transferência do capuchinho frei Luiz de Cemitile para administrar

os Kaingang de Guarapuava. Isso porque o referido frei, que era diretor do Aldeamento de São Jerônimo desde 1866, posicionou-se contrariamente a estas pretensões.

Relacionado à Colônia Militar do Jataí, um relatório de 1886, do Tenente Antonio Vasconcelos de Menezes, informa que, com uma população basicamente de nacionais, estava transformada em centro agrícola e exportadora de água ardente e café para os mercados de Castro, Tibagi e Ponta-Grossa e prognosticava que num futuro próximo as terras seriam imbatíveis na produção destes gêneros. Esse relatório também informava que os “infelizes indígenas que habitam naquelas paragens e que sem dúvida eram em grande número. Provavelmente pertenciam ao grupo Caingang, aí denominados de Coroados” (Boutin, 1977, p.26).

É possível que as notícias sobre a fertilidade das terras do Tibagi representando os interesses da Frente Pioneira, se tenham espalhado porque, recorrendo a Ruy Wachowicz (1967, p160-161), percebemos que, em 1867, a família do Major Tomás Pereira da Silva, vinda de Minas Gerais em um contingente de duzentas pessoas, instalou-se às margens do rio das Cinzas e, logo depois, estabeleceram-se também a Família dos Calixtos (1886) e a Família dos Alcântaras (1888).

É por essas razões que o território Kaingang da Bacia do Tibagi vai sendo ocupado gradativamente a ponto de que no período de 1886 a 1900, conforme Kimiye Tommasino (1995, p.150), o Aldeamento de São Jerônimo esteve administrado por civis. Em 1890, segundo Leônidas Boutin (1977, p.27), o mesmo acontece com a Colônia Militar do Jataí que também passou para o domínio civil, deixando, portanto, de ser uma colônia militar e passando a chamar-se de Jataizinho.

Contrapondo a idéia de que os Kaingang estavam integrados ao Estado Nacional brasileiro em formação ou assimilados por este, podemos apontar o descontentamento desses nativos, conforme segue:

“As tensões entre os Kaingang e as populações brancas que circulavam na região eram constantes e em 07/04/1891, os Kaingang atacaram viajantes no caminho de São Jerônimo, nesse ataque morreu o Kaingang Gaspar. Os Kaingang de São Jerônimo revidaram incendiando o acampamento dos brancos nas margens do rio Congonhas. Dessa forma chegamos ao fim do século XIX, os Kaingang defendendo seus territórios ancestrais da invasão branca, e estes utilizando todas as formas possíveis para expandir suas conquistas nos territórios Kaingang do Tibagi” (Mota, 1998, p.10).

Com a morte do capuchinho frei Timóteo de Castelnuovo, em 1895, o qual, desde 1855, atuava no Aldeamento de São Pedro de Alcântara e, posteriormente, com o Decreto nº 6, de 05 de julho de 1900, do Governo do

Paraná, os aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo foram extintos, o que, de acordo com Tommasino (1995, p.120), acarretou provavelmente o retorno dos Kaingang para seus territórios de serra entre os rios Tibagi e Cinza. Relativo ao decreto assinado por Francisco Xavier da Silva, Governador do Paraná, temos:

“O Governador do Estado do Paraná, considerando que os indigenas da tribo dos ‘Coroados’, dos extinctos aldeamentos de S. Jeronymo e S. Pedro de Alcantara, no município de Tibagy, abandonaram a vida nômade e que é equidade que se lhes conceda um trato de terras em que se estabeleçam e se dediquem à lavoura, à que, aliás, estão efeitos, e onde possam ir se agremiando outras tribus, que vivem na zona sita entre os rios Paranapanema, Tibagy e Ivahy; considerando que as terras daquela zona estão passando ao domínio particular, já por meio de posses feitas em tempo útil, que estão sendo legitimadas, já por compra ao Estado, e que, em consequencia disso, os indigenas serão pouco a pouco d’alli expelidos, si não lhes ficar reservada uma determinada área das ditas terras, para o seu estabelecimento, e as cultivarem; e usando da attribuição que lhe confere o Art. 29, da lei nº 68, de 20 de dezembro de 1891, decreta: Art. Único – Ficam reservadas, para estabelecimento de colonias indigenas, as terras devolutas sitas entre os rios Tibagy, Apucarana, Apucarantina e a serra do Apucarana, no municipio do Tibagy. Palácio do Governo, do Estado do Paraná, em 05 de julho de 1900. Francisco Xavier da Silva. Arthur Pedreira de Cerqueira” (In: D’Angelis e Rojas, 1979, p.4, MI).

Ao analisarmos este decreto, a fronteira cultural entre brancos e nativos novamente se evidencia. Ou seja, enquanto para os Kaingang o fato de algumas parcialidades, recorrendo à política da aliança, terem se estabelecido nos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo não significava que estivessem dispostos a tornarem-se agricultores. Razões para isso são que, mesmo não sendo com muita freqüência, continuavam a movimentar-se pelo território, quer seja à procura de caça, coleta e pesca, os quais faziam parte do ecossistema, ou a visitar seus parentes e amigos distantes.

Todavia, para os brancos esses acontecimentos foram tomados como se os Kaingang tivessem abandonado seu tradicional modo de vida e, através do Decreto nº 6, de 05 de julho de 1900, os referidos governantes do Estado paranaense justificavam o direito de apropriar-se dos territórios nativos em grande parte da Bacia hidrográfica do Tibagi. Isso explicita “uma política de terras que definia aos índios áreas restritas geograficamente (Tommasino, 1995, p.156).

O desdobramento deste evento é que as alternativas cogitadas para os Kaingang, por parte dos governantes, não levaram em consideração a sua

relação com este espaço e as guerras intratribais que faziam parte de sua cultura Kaingang. O que foi oportunizado aos nativos foi a possibilidade de mudarem-se para os territórios, precisamente entre as Bacias hidrográficas dos rios Tibagi, Paranapanema e Ivaí, ou então que se estabelecessem em uma colônia indígena. Esse espaço estava delimitada ao norte pelo rio Apucarantina, ao sul pelo rio Apucarana, a leste pelo rio Tibagi e a oeste pela Serra de Apucarana, que a Lei nº 68, de 20 de dezembro de 1892, considerou como terra devoluta, a qual daria origem, então, ao Aldeamento de Apucarana.

Essas razões, em nosso ponto de vista, foram responsáveis para que parciais Kaingang da Bacia do Tibagi atravessassem o rio Paranapanema, fronteira geográfica que os separava dos Kaingang do oeste paulista, e fizessem alianças com fazendeiros de São Paulo. No rol destas negociações, aceitaram estabelecer-se no aldeamento do Ribeirão Laranja Doce e próximo à Fazenda São Pedro do Turvo, para protegerem-se dos grupos Kaingang que já eram ocupantes daqueles territórios e que declararam guerras a eles. Esses aldeamentos são, respectivamente, mencionados, em 1904, por Cornélio Schmidt e, em 1906, por Edmundo Krug que, representando a Frente Pioneira, percorriam a região.

Sobre os Kaingang que se encontravam em terras da Bacia do Iguaçu, as informações que encontramos, para o período em questão, referem-se a uma parcialidade que se achava próxima às nascentes do rio das Cobras, na margem direita do Iguaçu (verifique Mapa 5).

Antes, porém, de tecermos algumas considerações a respeito deste grupo Kaingang, é preciso ressaltar que o sudoeste paranaense ainda continuava a ser um imenso vazio demográfico, pois a população totalizava aproximadamente uns três mil habitantes, e os “fazendeiros de Palmas, únicos *capitalistas* da região, nunca se interessaram em investigar na colonização de terras que não fossem campos criatórios. As terras situadas a ocidente de Clevância não despertaram um maior interesse dos palmenses detentores de capital” (Wachowicz, 1985, p.65, grifo do autor). Quanto à expressão “vazio demográfico”, esta só pode ser empregada obviamente se levarmos em consideração os indivíduos da sociedade nacional, pois em relação às populações Kaingang, de forma alguma isso pode ser aceito.

Todavia, conforme Ruy Wachowicz (1985, p.68), a partir dos últimos anos do século XIX, mais precisamente durante e após a Revolução Federalista (1893-1895), “centenas de gaúchos atravessaram o rio Uruguai e vieram refugiar-se no Paraná. Perseguições e questiúnculas políticas vigentes em terras gaúchas, transformaram o Paraná em terra de refúgio”. Neste sentido, então, esses luso-gaúchos que começaram a marcar presença no sudoeste paranaense vão gradativamente desempenhando também um papel socioeconômico para efetivação dos interesses da Frente Pioneira no território.

Muitos destes migrantes, os quais começavam a ser denominados de caboclos, recebem a posse de terras e passam a dedicar-se à criação de gado, porcos e também desenvolver uma pequena agricultura. Relativo à denominação caboclo é preciso esclarecer o seguinte:

“O caboclo no sudoeste não precisa ser necessariamente descendente do índio. Para o indivíduo ser classificado como caboclo, precisa ter sido apenas criado no sertão, ter hábitos e comportamento de sertanejo. **É como a gente diz, foi criado perto do sertão, chama de caboclo.** Porém, o caboclo não podia ter pele clara, a ele se atribuía uma cor mais ou menos escura” (Wachowicz, 1985, p.104, grifo do autor).

Quanto aos territórios da margem direita da Bacia hidrográfica do Iguaçu, ao contrário do “vazio demográfico” que é preconizado em muitos discursos do Paraná como um todo, a documentação demonstra que se encontrava povoado de grupos Kaingang. Isso é o que atesta, por exemplo, o relato de José Thomaz do Nascimento (1886, p.267-281) que, durante 1885 e 1886, percorreu a região em questão. Em seu relato discorre sobre a presença de Kaingang “bravios” que habitavam estes sertões e o contato que manteve com algumas lideranças as quais comandavam várias facções e que não aceitaram negociações com os brancos para mudarem-se de lugar.

Reforça também este argumento a própria Lei nº 68, de 20 de dezembro de 1892, do Governo do Paraná, que reservava uma área territorial para o grupo Kaingang liderada por *Jembrê* próxima às nascentes do rio das Cobras, delimitada, precisamente, ao norte pela Picada Nova a qual lhe possibilitava a chegada na Colônia da Foz do Iguaçu; ao sul pela Picada Velha que ligava o Xagu à Colônia da Foz do Iguaçu, a leste pelo rio das Cobras e a oeste pelo rio União. Ora, se o território era realmente um “vazio demográfico” por que então a preocupação governamental em reservar territórios para os nativos através da referida lei?

Acreditamos que a parcialidade liderada por *Jambrê*, passados cinco ou seis anos do contato com a comitiva de José Thomaz do Nascimento, deuse conta de que não conseguiria barrar os interesses da Frente Pioneira que avançava sobre seus territórios porque “as terras d’aquella zona vão passando para o domínio particular, já por meio de posses feitas em tempo útil, que estão sendo legitimadas, já por compras, feitas ao Estado, e que, em consequencia disso, os mesmos indígenas serão pouco a pouco dalli expellidos (...)” (Decreto de 31/07/1901. In: D. Angelis e Rojas, 1979, p.6. MI).

Em decorrência disso, é possível pensarmos que estes Kaingang resolveram posteriormente aceitar a proposta de aliança dos brancos e se estabelecerem na área que a eles foi reservada. Segundo o decreto de 1901, de Francisco Xavier da Silva, Governador do Paraná, temos:

“O governo do Estado do Paraná, considerando que a tribo de indígenas “Coroados”, de que é chefe o **cacique Jembré**, em numero aproximadamente de 500 almas, se acha estabelecida nas cabeceiras do rio das Cobras, do municipio de Guarapuava, dedicando-se à lavoura, à que está afeita” (Decreto de 31/07/1901. In: D’Angelis e Rojas, 1979, p.6, MI, grifo nosso).

Como vemos, se para o Governo este episódio foi tomado como um ato de submissão dos indígenas aos propósitos da Frente Pioneira, para os Kaingang e suas lideranças o sentido, pelo que tudo indica, foi outro. Ou seja, foi uma estratégia de aliança para com alguns brancos (no caso os governantes) a fim de se oporem aos fazendeiros que iam apropriando-se de grande parte dos territórios nativos.

### 3.2 Lideranças Kaingang atuantes

Dentre as lideranças, relativo ao período que estamos tratando, que atuaram em territórios da Bacia do Iguaçu, temos o *Pã’í mbâng Jembré* e, nos da Bacia do Ivaí, podemos apontar os Chefes *José Caetano*, *Manequinho José*, *Tonho João*, *Pedro Santos*, *Paulino Arak-xó* e *Gregório*. Todavia a documentação que manuseamos somente nos possibilita fazer algumas discussões relacionadas a eventos envolvendo a atuação das duas últimas lideranças envolvidas.

**Paulino Arak-xó:** também foi chamado por João de Proença, encarregado do Serviço de colonização no Paraná, de *Paulino Dotahy* (Mota, 1994, p.249). O nome Kaingang desta liderança, nos trabalhos de Telêmaco Borba (1905, p.61 e 1908, p.134), aparece grafado como *Paulino Arakxó* e/ou *Paulino Arakchó*.

Ele era o *Pã’í mbâng* do Toldo de Ubá (observe Mapa 5). Segundo José Candido Muricy, quando percorre a margem direita do rio Ivaí e acampou com seu pessoal em um local denominado Areião, deparou-se pela segunda vez com *Paulino Arak-xó*. Em decorrência do encontro o General Muricy descreve a liderança em questão da seguinte maneira:

“De pé sobre a barranca, parecendo interdito, naturalmente, pela manifestação de que estava sendo alvo, achava-se um sujeito muito comprido, metido como um cabide numa sobrecasaca que, de tão usada, estava o pano transformado num tecido grosso, de um verde ferrugento e furta côr, tendo as mangas agaloadas num pôsto oficial desconhecido, que ele dizia ser de Capitão. A cintura trazia enrolada uma banda de lã que fôra encarnada no tempo em que ainda estava em uso pelos antigos sargentos do Exército. Da mesma forma que a sobrecassaca, achava-se reduzida ao fio de algodão. Vinha sem

calças. Talvez não possuísse as do uniforme e achasse que outras não lhes assentariam bem; isso alí estava com as pernas nuas, muito magras, apresentando duas tíbias em parêntesis, muito finas, encardidas porém reluzentes, encimadas por duas rótulas enormes; os pés metidos em um velhíssimo par de coturnos cujas solas, descosidas, pareciam bocas abertas vomitando-lhe os dedos de unhas grandes e retorcidas. Viera armado dum comprido porrete de guajuvira lavrado em quinas que o tornavam uma arma perigosa. Estava imponente aquêle figurão, apumado sôbre a barranca do rio, com a cabeça encartuchada numa cartola muito velha, amassada e despelada" (Muricy, 1975, p.177).

As informações mais antigas que obtemos relacionadas a este *Pã'í mbâng* retrocedem ao período entre 1863 a 1873, quando provavelmente tenha se deslocado com a parcialidade a qual representava para os territórios da Bacia do Tibagi e permanecido por algum tempo nos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e/ou São Jerônimo. Pensamos desta forma porque foi neste período que Telêmaco Borba (1905, p.61), desempenhando a função de diretor dos referidos aldeamentos, ouviu de *Paulino Arak-xó* um mito sobre a história da formação dos Kaingang.

Dando continuidade a estas alianças, em fins da década de 1870, novamente deve ter retornado para os territórios da Bacia do Ivaí. Isto porque, segundo Lúcio Tadeu Mota (1994, p.248), em março de 1880, o *Pã'í mbâng Paulino*, acompanhado da liderança *Francisco Luiz Tigre Gacon*, teria estado em Curitiba solicitando ajuda ao governo da Província.

Ainda no mês de março, certamente ao voltar para sua aldeia, passou por Ponta Grossa. Em vista disto e, no rol das alianças que havia estabelecido com os brancos, procurou as autoridades para negociar, conforme segue:

"(...) o **cacique Paulino** se dirige às autoridades de Ponta Grossa, declarando-se representante de noventa e cinco índios aldeados nas margens do alto Ivaí, no lugar chamado Porteirinha, próximo de Barra Vermelha. Reivindica ferramentas, um alambique para o fabrico de aguardente e rapadura, e a concessão das terras entre os arroios Porteirinha e Índio, com duas léguas de comprimento por uma de largura" (Mota, 1994, p.248, grifo nosso).

Em decorrência dessas alianças com os brancos, acreditamos que estrategicamente o *Pã'í mbâng Paulino Arak-xó* tenha mantido parte de seu grupo, isto é, os noventa e cinco indivíduos, no território entre os rios Porteirinha e do Índio, à direita do Ivaí, próximo à Colônia Teresa. É possível que se tenha beneficiado com isso, porque no ofício de 26 de outubro de 1880, enviado da Tesouraria da Fazenda ao Presidente da Província, João José Pedrosa, consta que recebeu de um negociante de Guarapuava "a importância

de 49 mil réis em tecidos” (In: Mota, 1994, p.248). Quanto à outra parte do grupo, foi morar em territórios entre os rios do Peixe e do Jacaré, onde se localizava o Toldo de Ubá, que a comitiva do General Muricy irá visitar. Acreditamos nisso porque, através do artigo 29 da Lei nº 68, de 20 de dezembro de 1892, ficou decretado o seguinte:

“Ficam reservadas para estabelecimento de indigenas da tribu ‘Coroâdos’, sob o mando de **Paulino Arak-xó** e **Pedro Santos** e de outras tribus as terras devolutas sitas entre o rio do Peixe ou Ubasinho, desde a sua cabeceira até a sua foz no rio Ivahy, desde até a foz do ribeirão do Jacaré, desde à sua cabeceira, e o cume da serra do Apucaraná no município de Guarapuava” (In: D’Angelis e Rojas, 1979, p.8, MI, grifo nosso).

Em decorrência dessas negociações, somos levados a pensar que, por volta de 1896, o *Pã’í mbâng* não aceitou a proposta de Antonio Mendes, proprietário da região, para atacar o pessoal da expedição de Candido Muricy. Razões para isso é porque, provavelmente, deu-se conta que teria bem mais a lucrar com estes, pois viu “o armamento e o povo bom que os senhores levavam, disse que não matava mais português e que agora era bom” (Muricy, 1975, p.91).

Neste sentido, então, *Paulino Arak-xó* manteve três encontros com esta comitiva. O primeiro deles, acompanhado do *Pã’í Joaquim* e de um grande número de guerreiros, quando o General Muricy ainda encontrava-se nas proximidades da Colônia Teresa. Durante este encontro *Paulino Arak-xó* sentou-se à porta da barraca dos brancos e “conversou sôbre política, eleições, falou da República e da Monarquia; pediu informações sôbre a Revolução, a estabilidade do Governador do Estado e do Presidente da República, se ainda estavam no poder, e porque íamos fugindo para o Paraguai” (Muricy, 1975, p.78).

Quanto ao segundo encontro, este ocorreu na ocasião em que a comitiva já tinha descido uma boa parte do rio Ivaí e percorria o território onde se localizava o Toldo de Ubá, porém, antes disso, o *Pã’í mbâng Paulino* enviou duas lideranças, ou seja, os *Pã’í Manequinho* e *Tonho*. Isso se deu, por um lado, atendendo ao pedido do Senhor Cassimiro para serem enviados dois homens de seu grupo e, por outro, certamente, para sondar as possibilidades de obter objetos porque estes Kaingang eram de extrema confiança de *Paulino Arak-xó*, pois um era seu filho e o outro seu genro. A respeito dessas negociações acreditamos que tenham sido pautadas pela lógica Kaingang e não ingenuamente para atender a solicitação do pessoal de Muricy, conforme o discurso desse general nos quer fazer crer.

Só depois disso é que o Chefe Superior *Paulino Arak-xó* irá ao encontro dos viajantes que estavam acampados no local denominado de

Areião, mas acompanhado de sua mãe, uma de suas esposas bastante jovem e uma de suas filhas as quais acreditamos, dependendo do interesse dos brancos, poderiam ser também negociadas. Sobre estas mulheres temos:

“Uma era muito tsnada, magra e tão velha, que a pele já formava babados pelo corpo esquelético; a segunda mostrava ter uns 25 anos de idade, magra também e muito feia e, finalmente, a terceira que parecia ter 15 anos, era pouco desenvolvida e vestia, como sua companheira, uma camisa e saia de algodão e trazia um lenço no pescoço, de uma chita de ramagens, muito usado e encardido; ambas vinham muito risonhas.

A velha estava mais interessante. Vestia uma simples camisa de algodão e trazia na cabeça um pré-histórico chapelête, irreconhecível pelo amarfanhamento em que estava, com três penas azuis de arara enfeitando. A menina foi sentar-se no chão perto do **Paulino**, a outra moça foi sentar-se junto dêste na cama do Cassimiro, enquanto a velha, obedecendo a um sinal feito pelo Capitão Carlos por detrás do Chefe de Polícia, foi sentar-se, sem cerimônias, na cama dêste” (Muricy, 1975, p.179, grifo nosso).

Pelo que observamos no relato, as mulheres não chegaram a ser oferecidas e/ou negociadas aos brancos da expedição, no entanto, os nativos somente foram embora depois de conseguirem vários presentes, tais como objetos, roupas e alimentos. Estes, em nosso entender, foram tomados pela lógica nativa, conforme já mencionamos anteriormente.

Por fim, temos a terceira visita de *Paulino Arak-xó* à comitiva, acontecida logo após a segunda, mas desta vez a liderança estava sozinha e exigiu retribuição dos serviços prestados pelos dois guerreiros que anteriormente foram solicitados pelos brancos e também pela cana-de-açúcar e o milho que os viajantes pegaram quando cruzaram por sua roça, próxima ao Aldeamento do Ubá. Diante dessas cobranças, os comandantes da expedição ficaram bastante exaltados, como ilustra, principalmente, o diálogo entre o Kaingang, *Paulino Arak-xó* e o branco, Capitão Carlos.

“- **Capiton Porino** munto trabaiá, batante mio prantá, batante cana prantá, ta da Ubá ... **Capiton Porino** vio ête – disse êle me batendo no ombro – mio tudo rubá, cana tudo rubá ...

- Esperem ... Querem vêr que êle quer chamar de rôça aquela toucera de cana e aqueles seis ou oito pés de milho que encontramos no meio do mato, no salto Ubá? É isso, realmente eu tirei umas duas espigas de milho para as minhas galinhas, e uma

cana tão velha, tão dura, que puz fóra como um pau qualquer”  
(Muricy, 1975, p.181, grifo nosso).

Terminada a conversa, o Capitão Carlos deu ao Chefe Principal *Paulino Arak-xó* vinte níqueis de tostão. O nativo permaneceu quieto por algum tempo fazendo as contas, mas logo depois esboçou um sorriso pelo objetivo alcançado e saiu, como de costume, sem despedir-se em direção à sua aldeia.

Relativo a este episódio, acreditamos que a exigência e o recebimento de dinheiro, no caso os níqueis de tostão, pela liderança *Paulino Arak-xó* não significam que os Kaingang estivessem aderindo ao sistema capitalista. As atitudes até poderiam ser semelhantes à que os brancos adotavam, mas os seus significados não, porque eram instrumentalizados pela cultura Kaingang.

Sobre este tipo de questão apontamos o artigo de Terence Turner “De Cosmologia a História: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó”. Nele, o autor estuda as relações comerciais entre os Kayapó e os não-índios, semelhantes ao que observamos nos Kaingang, conforme segue:

“Com o desenvolvimento das relações com a sociedade brasileira, uma nova ‘visão de mundo’ parece estar se constituindo. Esta nova formulação, como a antiga, exprime a relação entre a sociedade kayapó e aquela não-kayapó. Houve, entretanto, uma mudança fundamental na concepção de ‘sociedade’. A aldeia kayapó isolada, enquanto domínio exclusivo da sociedade integrante humana, deu lugar à situação de contato, onde a sociedade brasileira, de um lado, e as sociedades indígenas de outro, confrontam-se em uma relação de interdependência ambivalente” (Turner, 1993, p.58).

Depois desse evento, *Arak-xó* deve ter continuado suas negociações, em decorrência da aliança estabelecida entre a parcialidade que liderava e os brancos. Acreditamos nesta possibilidade porque conseguiu com o Presidente do Paraná, Francisco Xavier da Silva, através do Decreto nº 8, de 09 de setembro de 1901, o reconhecimento por parte do Estado dos territórios Kaingang entre os rios do Peixe e Jacaré.

“O Governador do Estado do Paraná, considerando que diversas famílias da tribo Coroãdos, das quaes são chefes **Paulino Arack-xó** e **Pedro Santos**, se acham estabelecidas em terras sitas à margem direita do Ivahy, dedicando-se à lavoura e considerando que é de equidade que lhes seja mantida a posse das referidas terras, demonstrada pela cultura effectiva e morada habitual, e que ao mesmo tempo lhes sejam concedidas terras adjacentes em que possam desenvolver os seus trabalhos de agricultura e se estabelecer mais famílias da mesma tribo e de outras” (In: D’Angelis e Rojas, 1979, p.8, MI, grifo nosso).

Com se percebe, mais uma vez a atuação deste *Pã'í mbâng* levou seus liderados a atingir os planos almejados, pois o referido território ficará sob a posse de *Paulino Arak-xó* e seu grupo até o ano de 1913 quando o Decreto nº 294, de 17 de abril, informa que esta área será permutada por outra com o governo. Todavia, a respeito dos desdobramentos deste evento trataremos na segunda parte da tese.

**Gregório:** as informações a seu respeito para o período em questão, indicam que se tratava do *Pã'í mbâng* dos toldos do Ranchinho e da Bufadeira (veja Mapa 5). Tinha aproximadamente cem anos de idade e era uma das últimas lideranças ainda viva que deixara de provocar ataques e mortes entre os colonizadores. Relativo à sua aparência física, o General Muricy, ao deparar-se com ele quando percorria as florestas próximas ao Toldo da Bufadeira, em 1892, descreve:

“Voltamos-nos imediatamente e demos de cara com um bugre alto, de possante corporatura, fisionomia enérgica, de caracteres tigrinos e olhar penetrante. O cenho carregado, profundo vinco entre os olhos, com forte camissura dos lábios grossos e retesados, indicavam pouco ou nenhum hábito de sorrir” (Muricy, 1975, p.167).

Tudo indica que esta liderança, a partir de meados do século XIX, segundo Mota (1994, p.242-243) e Laroque (2000, p.183-184), vivia com seu grupo entre os rios Corumbataí e Ivaí, na região conhecida como Campos do Mourão. Acreditamos também que continuava realizando freqüentes ataques aos colonizadores que se aventuravam a penetrar nos territórios da facção a que pertencia, conforme ilustramos anteriormente com o caso do Sr. Ferraz e sua esposa Josefina. Neste sentido, um relato a respeito destes ataques realizados por guerreiros comandados pelo *Pã'í mbâng Gregório* é elucidativo.

“Já tavam perdendo o mêdo, quando, um belo dia, começo as visage no mato. Batiam nos pau, tocavam buzina, pinchavam pedra nos ranchos. Deviam de sê os bugres dos tôrdos da Bufadêra e do Ranchinho, onde era cacique o bugre mais mau dêstes Sertão. Isso já fais par de anos, bastantinho, e o bugre véio às vês é visto, no meio de uma ôtra ponta de bugre, e hoje se chama **Gregório**. Êsse bugre que deve de tê perto de cem ano, tem tanto de véio quanto de ruim e crué, e foi o úrtimo que dexô de carnêa a nossa gente, se é que dexô. Como é costume, os bugres quando querem pulá n'algun rancho de nossa gente, premêro percuram de metê mêdo e fazem úa paradinha pra gente maginá que largaram de mão e, um belo dia, pulam em riba e destroçam tudo!” (Muricy, 1975, p.148-149, grifo nosso).

Diante do avanço da Frente de Expansão sobre os territórios Kaingang no Paraná, acreditamos que *Gregório* tenha cogitado, visando obter utensílios, sementes, alimentos e proteção contra os demais brancos que o perseguiram, a possibilidade de estabelecer-se por algum tempo no Aldeamento de São Pedro de Alcântara. Isso porque o referido aldeamento ficava distante, isto é, nas margens do rio Tibagi, e a respeito de sua ida para São Pedro de Alcântara um manuscrito do frei capuchinho Timóteo de Castelnuovo, datado de 13 de janeiro de 1864, informa que esta liderança acompanhada de trinta e seis indivíduos de seu grupo chegou ao referido aldeamento (In: Covaso, 1980, p.266).

Frente a estes acontecimentos, somos levados a pensar que, diante da conjuntura do período, esta liderança, juntamente com os chefes subordinados *Bandeira*, *Jang-jó* e *Henrique*, tenha se decidido pelo estabelecimento de alianças com os brancos. Passado algum tempo tudo indica que resolveu a retornar para as proximidades do Ivaí em decorrência de um ofício, de dezembro de 1879, enviado por Luiz Cleve a Dantas Filho, presidente do Paraná, informando que *Gregório* se encontrava no Aldeamento de Marrecas (Mota, 1994, p.242). Este aldeamento localizava-se, possivelmente, próximo ao rio Marrequinhas, tributário da margem esquerda do Ivaí, e, portanto, no tradicional território que seu grupo ocupava. A aliança estabelecida deve ter continuado até por volta de 1880, uma vez que outro ofício da Tesouraria do Paraná, de 14 de junho de 1880, relata que o *Pã'í mbâng Gregório* e os *Pã'í Bandeira* e *Jong-jó* são “também contemplados com gratificação de 20 mil réis mensais” (apud Mota, 1994, p.243).

Relacionado ainda à concepção de território e territorialidade para a Sociedade Kaingang, a qual provavelmente foi utilizada para nortear estes deslocamentos das parcialidades em questão, temos:

“Os dados históricos e geográficos indicam que um território Kaingang tinha, necessariamente, de apresentar um ecossistema variado que lhes permitisse sua reprodução social e cultural. Nas regiões de campo faziam suas aldeias fixas (*emã*). Faziam também acampamentos ou abrigos provisórios (*wãre*) nas florestas e margens dos rios, onde permaneciam nas semanas ou meses em que praticavam a caça ou a pesca. Os deslocamentos eram feitos por grupos de parentesco, de modo que sempre havia pessoas no *emã* e outras no *wãre*” (Tommasino, 2000, p.203-204, grifo do autor).

Logo depois, é provável que por algum motivo que a documentação não nos possibilitou identificar, a aliança tenha se desfeito. Esta liderança deixou parte do grupo no Toldo do Ranchinho, próximo ao rio Marrequinhas, e

retornou com uma outra parte para o Toldo da Bufadeira, localizado mais ao norte precisamente às margens do rio do Peixe que também é chamado de Riosinho e/ou Ubasinho.

Neste sentido, o relato de José Francisco Thomas do Nascimento (1886, p.276), que percorreu a região, em julho de 1885, é ilustrativo, pois informa que teve notícias de que o *Pã'í mbâng Gregório*, bastante respeitado pelos seus, assim como o *Pã'í Henrique* viviam com seu grupo nos Campos Mourão e não estavam interessados de mudarem-se de lá.

Sabemos também que quando a comitiva do General Candido Muricy percorria o Ivaí, em meados da década de 1890, é alertado pelo comerciante Vicente Ferrer, da Colônia de Teresa, que tomasse cuidado com *Gregório*. Segundo ele, esta liderança teria recebido dinheiro de um fazendeiro chamado Antonio Mendes, possivelmente interessado em ampliar seus domínios territoriais, para atacar o pessoal da expedição que explorava a região.

Frente a isto, mesmo que tenha sido estabelecida uma aliança entre *Gregório* e o fazendeiro Antonio Mendes, visando atacar os viajantes, tudo indica que o ataque não tenha acontecido. Pensamos desta forma, por um lado, porque os expedicionários, mesmo sem terem encontrado o *Pã'í mbâng Gregório* na aldeia, conseguiram estabelecer contatos com os Kaingang do Toldo da Bufadeira e, ao distribuírem objetos e alimentos, abriram um canal de sociabilidade para o estabelecimento de uma aliança. Por outro lado, quando a referida liderança retornou, certamente precisou submeter-se à vontade do grupo e ter que dar continuidade a esta aliança. Em decorrência deste evento *Gregório* foi encarregado inclusive de comercializar porcos com o pessoal do General Muricy, conforme observamos no relato:

“- Cumpade, pôco taí – repetiu êle, fazendo com o polegar um sinal por cima do ombro e olhando de olhos atravessados, como quem quer vêr atrás de si sem voltar as costas.

- E esta, compadre! Que quererá esta fera?

- Vossuncêis venham vê o que é, - disse Cirino chamando-nos da barranca do rio.

Fomos até lá, e não pequena a nossa surpresa vendo, socado à fôrça, entalado dentro de uma canoa pequeníssima ou melhor, de um tronco rústicamente cavado, quase do tamanho dele, de pernas para o ar, um enorme porco, muito gordo e por isso tão espremido que a custo respirava.

- Com certeza é para nos dar de presente, - disse o chefe.

- Dadonde! Onde é que se viu bugre dá argua coisa! Isso é o bicho mais sumítico que hái. Antãoce pedinchão, não hái ôtro, nem parecido! Bugre dado das coisas!... Antãoce esse que é o bugre mais marvado destas mataria! – disse o Gustavao – Ôiem, sinhores, pra úa traidoria ô mardade, não hái ôtro mais crué. Foi o capitão mais infiér e que mais gente da nossa mato!

- Quem sabe se mudou ... Vamo experimentar – disse o Chefe. Bravo! Soberbo! Amigo fera! É um distinto cavalheiro. Olhe, toque! – E estendeu-lhe a mão. – Um presente destes! Vai nos dar o porco!... Apesar de não compreender o que o Chefe queria dizer, o bugre estendeu a mão também, mas só deu as pontas dos dedos, desconfiado. Ao ouvir a palavra dar, recuou dizendo desabridamente:  
- Non dá! **Capitan Grogóro**, eu, pôco vende ... Cumpade pôco compá ...

- Agora é tarde. Nós já compramos muito toucinho; não precisamos mais; espere para nossa volta ...

- **Capiton Grogóro**, eu, pêra non qué! – grunhiu êle fechando os punhos e fazendo um gesto decidido – Pôco, mio munto comê, gôdo munto! Mio cabo, cume non te! **Capiton Grogóro**, eu, pôco mago vende, Cumpade compá non qué!

- Pois nós agora não queremos mais.

O bugre ouvindo isso, fechou os punhos, sacudiu-os com violência, estremecendo todo e dizendo, os olhos injetados e a expressão feroz:

- Portuguêsêse tudo corengue!

Fixou-nos com ar de desafio, olhar incendiado. Vendo, talvez, que não havia alí um valiente que se quisesse bater com outro valiente, sem olhar mais para nós, sem proferir uma palavra sequer, voltou-nos as costas e saiu pisando duro. Jogou-se na popa da canoa que quase se alagou toda, e desandou a remar possesso de raiva, como um desesperado, rio acima, dando repetidas pancadas com o remo no pobre porco que não se podendo mover, só podia protestar soltando fortes grunhidos que enchiam de ecos as matas. Uma dezena de curvas de rio, talvez, já longe, muito distante, ainda se podia ouvir, trazidos pelas lufadas, embora já muito enfraquecidos pela distância, os grunhidos lastimosos do infeliz porco, único pára-raios das iras do feroz **Grogóro**” (Muricy, 1975, p. 167-168, grifo nosso).

Pelo nosso ponto de vista estas atitudes do *Pã'í mbâng Gregório* não devem ser tomadas como adesão ao sistema capitalista. Neste sentido, reforça nossa tese um outro trabalho de Sahlins “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (1997, p.59). Esse trabalho, recorrendo às pesquisas de campo da antropóloga Rena Lederman e seu marido, Mike Merrill, com os Mendi, das terras altas da Nova Guiné, os quais também comercializavam porcos, ressalta que “havia mais ‘grandes homens’ [big men] do que houvera antes do regime colonial australiano, e eles tinham mais poder agora. As grandes trocas interclânicas de porcos ainda eram instituições centrais, embora às transações em conchas, que as acompanhavam, se tivessem acrescentado o papel moeda (...)”.

Sobre esta não-adesão ao capitalismo, podemos dizer o mesmo, conforme já referimos, do *Pã'í mbâng Paulino* e seu grupo. Todavia em relação

a esta liderança, o General Muricy descreve com desdém o fato de que no segundo encontro que tivera com *Arak-xó*, este ter-se apresentado sem calça, usando uma sobrecasaca militar e uma manta enrolada na cintura, sendo que ambas estavam bastante desbotadas e, nos pés, coturnos de solas soltas mostrando os dedos. Situação semelhante aconteceu com os Mendi, que também tiveram sua indignância lamentada pelos colonizadores, conforme observamos no relato:

“Merrill, um especialista em história do trabalho concluiu que, embora essa apropriação do refugio da ‘civilização’ não possuísse nenhum significado funcional, ela deveria significar algo (...) ‘Um pé de sapato’, escreveu em seu diário, ‘não tem utilidade, e provavelmente até dificulta o andar (...). Mas um pé de sapato significa alguma coisa (...).

Não obstante, até o início dos anos 80, após toda uma geração de experiência com o governo colonial e pós-colonial, e após uma experiência considerável com o mercado através da venda tanto de outros produtos como de mão-de-obra, tal erosão ainda não havia acontecido. Nem as mercadorias nem as relações envolvidas em sua aquisição haviam transformado as estruturas Mendi de sociabilidade ou suas concepções de uma existência humana adequada” (Sahlins, 1997, p.61).

Por último gostaríamos de ressaltar que nos chamou a atenção o fato de que a parcialidade de *Gregório* não devia ter boas relações com a de *Paulino Arak-xó*, pois em nenhum momento, nos dados que manuseamos, percebemos algum tipo de aliança entre estas lideranças de ambos os grupos. Isto é, não acreditamos que chegassem a ser inimigos, pois como ocupavam territórios geográficos fronteiriços, deveriam ter inclusive laços de parentesco. Todavia, não identificamos em nenhum momento que tenham se unido e utilizado a mesma estratégia para com os colonizadores, como ilustra, por exemplo, o fato de que inicialmente a liderança *Gregório* posiciona-se contra os expedicionários e faz vários ataques, enquanto que o *Pã’í mbâng Paulino Arak-xó* deste o começo procurava estabelecer alianças com eles.

Quanto aos chefes superiores e subordinados atuantes em territórios da Bacia do Tibagi, a documentação manuseada não nos possibilitou identificar seus nomes. Todavia, dentre as lideranças existentes nos territórios da Bacia do Iguaçu, apontamos o *Pã’í mbâng Jembré*, mas não temos maiores informações sobre a sua atuação.

Concluindo este capítulo é possível perceber que as parcialidades Kaingang, quer sejam das bacias do Ivaí, do Tibagi e do Iguaçu, em contato com mecanismos da Frente Pioneira, recorreram, muitas vezes, a estratégias das alianças, mas visando atender aos seus próprios interesses.

#### 4 HISTÓRIA DOS KAINGANG EM SEUS TRADICIONAIS TERRITÓRIOS ENTRE OS RIOS PEPERI-GUAÇU, SANTO ANTÔNIO, IGUAÇU E URUGUAI

Os territórios Kaingang delimitados pelas Bacias hidrográficas dos rios Peperi-Guaçu, Santo Antônio, Iguaçu e Uruguai, faziam parte da Província de São Paulo até 1853. Até esta data eram tratados, respectivamente, como Campos de Palmas e Campo Erê.

Relativo às primeiras expedições que se aventuravam a penetrar nestes territórios Kaingang, apontamos a do Major Atanagildo Pinto Martins e a do Sargento José de Andrade Pereira. A primeira, liderada por Atanagildo Martins e realizadas entre 1814 e 1819, visava abrir um caminho que ligasse a Província de São Paulo e de São Pedro do Rio Grande do Sul. Dentre as suas incursões, apontamos uma ocorrida, em 1819, a qual teve a companhia do *Pã'í longong* que, propositadamente, desviou a rota do grupo para leste e chegou aos Campos de Vacaria. A alegação para isso, por parte desta liderança, foi que os Kaingang inimigos estavam em guerra, todavia, insatisfeito com os resultados, o Major Atanagildo ordenou-lhe que, acompanhado de oito homens, retornasse a Guarapuava atravessando desta vez os Campos de Palmas. Por sua vez o *longong*, penetrando nos sertões, desapareceu e não mais voltou a contatar com estes expedicionários (Bandeira, 1851, p.385-386).

A segunda dessas expedições, ou seja, a de José de Andrade Pereira também pretendia explorar o território e tentar recuperar um parente. Era o Capitão José de Sá Soutto Maior, que, em fins de julho de 1832, quando percorria a região, segundo José Muricy (1975, p.151-152), caiu prisioneiro dos Kaingang e deixou muitos sinais escritos em folhas e casca de árvores pedindo ajuda, no entanto nunca foi encontrado.

No que se refere à utilização da guerra nas sociedades nativas, um outro trabalho de Pierre Clastres "Investigaciones em antropología política" possibilita-nos tentar entender estas mesmas atitudes tratando-se dos Kaingang. Sobre isso o referido autor enfatiza:

"Ya hemos indicado que, por la voluntad de independencia política y el dominio exclusivo de su territorio manifestado por cada comunidad, la posibilidad de la guerra está inmediatamente inscrito en el funcionamiento de estas sociedades: la sociedad primitiva es el lugar del estado de guerra permanente. Vemos ahora que la búsqueda de alianzas depende de la guerra efectiva, que hay una prioridad sociológica de la guerra sobre la alianza. Aquí se anuda la verdadera relación entre el intercambio y la guerra. (...) Precisamente a los grupos implicados en las redes de alianza, los socios del intercambio son los aliados, **la esfera del intercambio recubre**

**exactamente la de la alianza.** Esto no significa, claro está, que de no haber alianza no habría intercambio: éste se encontraría circunscrito al espacio de la comunidad en el seno de la cual no deja de operar nunca, sería estrictamente intra-comunitario” (Clastres, 1987, p.207, grifos do autor).

Como vemos, os Kaingang e suas lideranças, inicialmente recorrendo à guerra, procuraram opor-se a que intrusos transpusessem as fronteiras geográficas de seus territórios. Todavia, com a insistência destas expedições, compostas por um grande número de soldados muito bem armado, algumas facções Kaingang, percebendo que o confronto aberto não seria suficiente para vencê-los mudaram de estratégia. Ou seja, aproximaram-se dos expedicionários e, recorrendo à política da aliança, conseguiram objetos, roupas, ferramentas e principalmente o apoio para combater os grupos Kaingang inimigos.

Ilustra esta situação o caso das lideranças *Vitorino Condá* e *Virí*<sup>20</sup>, as quais, representando os interesses de suas parcialidades e seguindo a lógica Kaingang das alianças, estabeleceram contato com os comandantes José Ferreira dos Santos e Pedro Siqueira Cortês. Depois passaram a acompanhá-los em algumas expedições, conforme segue:

“Após a chegada das bandeiras de Siqueira Cortes e José Ferreira dos Santos, e o início da implantação das fazendas, os Kaingang chefiados pelo **cacique Vaiton** tentaram destruir a povoação branca incrustada em seus territórios. Mas os brancos tiveram apoio do **cacique Viri** e conseguiram rechaçar o ataque e permaneceram nesses territórios. Os grupos Kaingang de **Viri** e **Kondá** aliaram-se aos brancos e possibilitaram sua permanência nos Kreie-bang-rê [Campos de Palmas]; em troca passaram a receber salários, mercadorias da sociedade conquistadora. Mas também procuraram garantir parte do território para sua gente, em meio à ocupação branca. Primeiro se relacionaram com o poder provincial em São Paulo e com os fazendeiros locais até 1853, depois passaram a negociar com o poder provincial do Paraná e seus representantes locais, no caso com o diretor geral dos índios, o brigadeiro Rocha Loures, com quem já tinham contato, e com as autoridades policiais das vilas e freguesias regionais” (Mota, 2000, p.123-124, grifo nosso).

Em decorrência destas alianças estabelecidas com algumas das parcialidades Kaingang é que, a partir de 1839, os interesses da Frente de

---

<sup>20</sup> Sobre a atuação dessas lideranças verificar trabalhos de D'Angelis (1983, 1984 e 1994), Mota (1994) e Laroque (2000).

Expansão serão gradativamente efetivados. Isso contribuiu para que, em 1840, já existissem “37 fazendas de criação, nos Campos de Palmas” e, na década seguinte, precisamente, “em 1856, 36.000 cabeças de gado” (Piazza, 1983, p.381).

Posteriormente a esta ocupação nos Campos de Palmas, conforme Wilmar D’Angelis (1984, p.10-14), o governo da Província de São Paulo, através de uma portaria, de 16 de agosto de 1844, incumbia o alferes Francisco Ferreira da Rocha Loures, de abrir uma picada que possibilitasse a passagem pelos Campos de Nonoai até Cruz Alta e a partir dessa localidade rumo às Missões, ligando desta forma sua província à do Rio Grande do Sul. Sobre a necessidade deste caminho temos:

“A abertura desta parte da picada envolvia inúmeros perigos. O principal deles era a hostilidade do indígena, numeroso na região. Os índios atacavam, matavam e saqueavam com freqüência os comerciantes de bestas que se aventuravam a aparecer na região. Informa Joaquim José Pinto Bandeira que **o numero de victimas chegou a algumas centenas sem que os governos todos empenhados na cessão d’estes desastres pudessem obstal-os**” (Wachowicz, 1985, p.38, grifo do autor).

Nesta missão que se realizava em 1846, Rocha Loures, em decorrência da aliança estabelecida com algumas facções Kaingang às quais nos referimos, foi acompanhado do *Pã’í mbâng Vitorino Condá*. Essa liderança, por sua vez, facilitou o estabelecimento de relações amistosas com os nativos que ocupavam os Campos de Xanxerê.

Em 1854, atendendo às orientações de Zacarias de Goes e Vasconcelos, presidente da recém-criada Província do Paraná, conforme Lucio Tadeu Mota (2000, p.125-126), a expedição do Tenente-coronel Henrique de Beaurepaire Roham, também percorreu o território averiguando-o para o traçado da estrada Guarapuava/Missões. Em sua viagem rumo ao sul, atravessou os rios Iguaçu e Covozinho, passou por Mangueirinha e atingiu o rio Chopim e daí, cruzando o rio Chapecó, penetrou nos Campos de Xanxerê.

Diante de todas estas informações, o Governo Imperial, em 16 de novembro de 1859, pelo decreto nº 2.502, criava nesta região as Colônias Militares do Chopim e do Chapecó. Relativo ao primeiro e segundo artigo deste decreto, temos:

“Art. 1º. O Presidente da Província do Paraná estabelecerá mais duas colônias militares na dita Província, huma ao occidente do rio Chapecó nos Campos Erê, ou ainda mais para o poente, e no ponto que mais apropriado julgar, e outra ao occidente dos Campos de

Guarapuava, nos do Xagú ou ainda mais para o poente e também no ponto que mais conveniente fôr.

Art. 2º. Estas colônias são destinadas á defesa da fronteira, á proteção dos habitantes dos Campos de Palmas, Erê, Xagú e Guarapuava, contra a incursão dos índios, com auxílio da catechese á civilização” (Decreto de 16/11/1859).

Frente a isso, o Governo argentino solicitou ao Império brasileiro o adiamento da implantação das referidas colônias militares até que a questão do território entre os rios Chopim e Chapecó fosse resolvida. No Brasil, atendendo ao pedido, “somente 22 anos depois elas foram instaladas e fora da área litigiosa. Em resposta a Argentina criava a Gobernación de Misiones que incluía as terras entre os rios Chopim e Chapecó, a 22 de dezembro de 1881” (Boutin, 1977, p.15).

Por outro lado, dando continuidade aos seus interesses, a Frente de Expansão também pretendia abrir um caminho para o oeste, através do Campo Erê, o qual ligasse Palmas a Corrientes, na Argentina. Esta estrada visava a redução econômica para a obtenção de mulas provenientes de regiões como Misiones, Entre Rios, etc, em direção a Sorocaba e aos demais centros consumidores brasileiros.

A construção da estrada, embora autorizada em maio de 1862, segundo Ruy Wachowicz (1985, p.39), somente será iniciada em junho de 1865, contando com trabalhadores nacionais e ajudados por trinta e sete Kaingang, liderados por *Vitorino Condá*. Além destes nativos, o Major Manoel Marcondes de Sá, encarregado da construção da referida estrada, contou com Kaingang do grupo do *Pã'í mbâng Manoel Facran*<sup>21</sup>, que também estabeleceram aliança com os brancos, conforme atesta o relatório de André de Pádua Fleury, presidente do Paraná, apresentado à Assembléia Legislativa.

“Em nossa passagem pelo Campo-Erê deixamos providenciado, para que algumas pessoas nos fossem alcançar com socorros de viveres e de gado; por ellas esperavamos, já desde muitos dias. Seguir, pois, sem reconhecer ao menos a posição ocupada pelos selvagens, seria correr o risco de ter nossa retirada cortada, interceptadas as comunicações para traz, e quiça a serem immoladas as pessoas, que nos deviam trazer socorros. Tentar a redução dos índios era, portanto, o único expediente á adoptar-se em tão criticas circunstancias. (...) reconhecendo depois as intenções amigáveis com que eram procurados, entregaram-se o convite de abandonar as selvas (...).

---

<sup>21</sup> Relativos aos Kaingang que se movimentavam por esse território e também pela região de Misiones, na Argentina, apontamos os trabalhos de Ambrosetti (1984, p.305-387), Mota (2000, p.137-146) e Laroque (2000, p.187-189).

O **cacique** desses índios foi catechumeno do aldeamento de Guarapuava, onde ainda é conhecido pelo nome de **Manoel Facran**, e donde há mais de 30 anos (...). Vencido esse grande obstáculo e tendo chegado alguns bois remetidos do Campo-Erê, tratamos de levar adiante a exploração (...)" (Relatório de 15/02/1866, apud Wachowicz, 1985, p.40, grifo nosso).

Estas pretensões de ocupação do Campo Erê que retrocede à década de 1850, em parte também por se tratar de um território cobiçado pela Argentina, parece-nos que não foram plenamente satisfatórias para os interesses da Frente de Expansão. Isto porque, em 1864, a ocupação do território, as condições de sobrevivência e a comunicação com Palmas, de acordo com Ruy Wachowicz (1985, p.32-33), eram precárias, e a população, que não ultrapassava setenta pessoas, dedicava-se à criação de gado e mulas.

#### **4.1 Os Kaingang em territórios de Bacias dos rios Chopim, Chapecó e Peixe**

Relacionado aos territórios da Bacia hidrográfica do rio Chopim, a expressão "vazio demográfico", que Lúcio Tadeu Mota (1994, 9-59) demonstra ter sido inventada principalmente para o "norte" e "oeste" do Paraná, temos a dizer que também não se aplica para este espaço. Isso porque, desde 27 de dezembro de 1822, foi instalada a Colônia Militar do Chopim, a qual, como percebemos, destinava-se à "defesa da fronteira em virtude do litígio sobre a região situada entre os rios Iguazu e Uruguai" e além desta "função política, visava também a **impor-se aos indígenas selvagens que dominavam em toda a região**" (Boutin, 1977, p.47, grifo nosso).

Neste período é provável que o grupo de *Antonio Joaquim Cretân*, visando à obtenção de vantagens dos colonizadores, também tenha realizado alianças com a comissão comandada pelo Capitão Francisco Clementino de Santiago. Em vista disso a referida liderança atuou como guia no reconhecimento do território.

Acreditamos que foi na continuidade destas alianças que os Kaingang permitiram que estes brancos transpusessem suas fronteiras geográficas e se estabelecessem na Colônia Militar do Chopim, localizada em "local apropriado, do ponto de vista estratégico e ambiental, a margem do rio Dória, afluente do Chopim" (Boutin, 1977, p.48). Ilustra a questão, conforme Maria Ligia Pires e Alcida Rita Ramos (1980, p.190), o fato de que após, os expedicionários tenham consultado a facção do *Pã'í mbâng Antonio Cretân* para saber se desejavam pagamento em dinheiro pelo serviço prestado, e estes responderam que não porque aquele território pertencia a seu povo.

Posteriormente, a ocupação da região próxima à Colônia Militar do Chopim, precisamente de meados da década de 1880 até os primeiros anos do

Período Republicano, representando os interesses da Frente Pioneira, aumentou consideravelmente. Isso se deu porque sua população, em 1890, segundo Leônidas Boutin (1977, p.53), já havia atingido aproximadamente umas quatrocentas pessoas.

Referente a este episódio, acreditamos que assim como aconteceu com os nativos que habitavam na margem direita do Iguaçu, os Kaingang comandados por *Antonio Cretân* não tiveram como impedir o vertiginoso aumento de brancos adentrando seu território. Frente a este avanço e no rol das alianças já iniciadas com o Governo, novamente recorreram às negociações, porque a Lei nº 68, de 20 de dezembro de 1892, reserva para a horda da referida liderança as terras no Aldeamento Lageado Grande (verifique Mapa 6), situadas “a partir da cabeceira do Lageado Grande à cabeceira do ribeirão Palmeirinha, e por estes dous rios abaixo até o Iguassu que será a divisa norte, respeitados os direitos de terceiros” (Art. 29 da Lei nº 68 de 20/12/1892. In: D’Angelis e Rojas, 1979, p.11, MI).

Em 1895, a questão de litígio com a Argentina já tinha sido resolvida e todo o território além dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio passou definitivamente ao domínio brasileiro. Porém ainda restará o problema fronteiro desta região, entre os estados do Paraná e Santa Catarina, o que, pela Constituição Federal brasileira de 1891, segundo Ruy Wachowicz (1967, p.146-147), deveria ser solucionado não em termos jurídicos, mas sim políticos, envolvendo as Assembléias Legislativas dos dois estados envolvidos no problema.

Por sua vez, o Governador do Paraná Francisco Xavier da Silva, possivelmente para demonstrar a ocupação e a exploração econômica da região em disputa, intensificou ainda mais suas medidas para concentração dos indígenas em determinadas reservas, assinando, em 02 de março de 1903, o decreto nº 64. Através deste decreto “o Governador do Estado do Paraná, atendendo a que a tribo de índios caingans, ao mando do **cacique Antonio Joaquim Cretân**, acha-se estabelecida à margem esquerda do ribeirão do Lageado Grande, no municipio de Palmas; e considerando que é mister garantir-lhe morada estável de modo a se dedicarem à agricultura a que estão efeitos” (In: D’Angelis e Rojas, 1979, p.11, grifo nosso).

Como percebemos, se, por um lado, o governo paranaense tinha seus interesses para com a região do rio Chopim, por outro, os Kaingang também tinham os seus. Acreditamos que somente aceitaram estabelecer-se no Aldeamento Lageado Grande, pelo que é possível depreender do decreto, porque foram concedidas a eles moradias e, certamente, ferramentas e sementes a fim de dedicarem-se à agricultura.

Em nosso ponto de vista, entretanto, de forma alguma esta postura da Sociedade Kaingang significou que estivessem aderindo ao sistema econômico do Estado Nacional brasileiro. Sobre isso, ao considerarmos um outro trabalho

de Marshall Sahlins “Cosmologia do Capitalismo: o setor transpácífico do Sistema Mundial”, percebemos que situação semelhante também ocorreu envolvendo as relações comerciais das sociedades Havaiana e Chinesa, mas que foram orquestradas por sua própria lógica cultural e não que estivessem se incorporando ao capitalismo.

“Refiro-me à idéia instrumental de cultura como um reflexo do ‘modo de produção’ como um conjunto de aparências sociais assumidas por forças materiais que, de algum modo possuem sua própria racionalidade e necessidade. (...) Segue-se, portanto, que um modo de produção, em si mesmo, não especifica qualquer ordem cultural a não ser que sua própria ordem, enquanto produção, seja culturalmente especificada. E no que diz respeito ao encontro intercultural, devemos examinar como povos indígenas tentam integrar a experiência do sistema mundial em algo que é lógico e ontologicamente mais inclusivo [no] seu próprio sistema de mundo” (Sahlins, 1988, p.51).

Nos territórios da margem direita da Bacia do Chapecó, o Aldeamento de Palmas, fundado em meados do século XIX, permanece ativo nestes primeiros anos do Período Republicano e, dependendo dos seus interesses, ainda utilizado pelos Kaingang, porque o Recenseamento Geral dos Indígenas no Brasil, relativo ao ano de 1890, indica para o Aldeamento de Palmas cento e sessenta e quatro nativos (Recenciamento de 31/12/1890. In: D’Angelis, 1984, p.38). Neste sentido, podemos apontar também, segundo D’Angelis (1989, p.59), outros toldos, como, por exemplo, em Emigra e na região da Clevelândia, os quais continuam sendo ocupados pelos Kaingang que viviam nestas zonas (observe Mapa 6).

Quanto ao território da margem esquerda da Bacia hidrográfica do rio Chapecó, inicialmente precisamos retroceder a 14 de março de 1882, quando a comitiva comandada pelo Capitão José Bernardino Bormann fundou a Colônia Militar do Chapecó, na localidade denominada Campos do Xanxerê, a qual “procedente do Rio de Janeiro, apontou, em Curitiba, a expedição em apenas 15 dias, de onde partiu a 14 de novembro de 1881 (...). Tratava-se de verdadeira ‘bandeira’ de militares, serventes, muares, cavalos, material bélico e instrumentos geodésicos” (Boutin, 1977, p.31-32).

Se, por um lado, esta Colônia Militar, conforme já referimos, tinha como objetivo garantir ao Brasil o domínio do território pretendido pela Argentina, por outro, dava continuidade aos interesses da Frente de Expansão por tratar-se de um lugar com pastagens propícias para a criação de gado e também pela instalação de um posto de arrecadação de impostos aos produtos comercializados, entre as Províncias do Rio Grande do Sul e de São Paulo, os

quais necessariamente cruzavam pela estrada Rio Grande do Sul – Palmas – Guarapuava.

Nesta Colônia Militar de Chapecó, além de José Bernardino Bormann, que desempenhou a função de diretor por um período de quatorze anos, isto é, de 1882 a 1896, temos também, segundo Leônidas Boutin (1977, p.40), o capitão Marciano Augusto Botelho de Magalhães, os tenentes Francisco e Vicente Ferreira Gomes, o médico Ismael da Rocha, o escrivão almoxarife José Joaquim da Silva Santiago, colonos alemães que haviam sido contratados, caboclos e muitos nativos que foram aproveitados nos trabalhos. Relativo a esta ocupação inicial, Lúcio Tadeu Mota, utilizando-se de um relatório de 1º de outubro de 1883, de Luiz Bello, presidente da Província do Paraná, informa:

“Em seu relatório de outubro de 1883, o presidente Luiz Bello, informou que essa Colônia, fundada em 14 de março de 1882, estava com seus trabalhos adiantados. Os serviços de demarcação dos lotes já haviam começado, a cargo do capitão Marciano Augusto Botelho de Magalhães. Estavam destacados nos serviços dessa colônia 20 praças de cavalaria e 20 de infantaria. Também ahi existem já alguns colonos contractados e bem assim alguns índios que o chefe da comissão conseguiu catechisar e chamar ao serviço, tendo sido este acto do capitão Bormann approved pelo ministerio da guerra, o qual traz economias para os cofres publicos” (In: Mota, 2000, p.128-129).

Quanto ao fato de “que a colônia e suas autoridades detinham uma forte influência sobre os índios que ali viviam, e que teve um papel importante na aglutinação deles”, conforme conclui Lúcio Tadeu Mota (2000, p.129), por volta do período de 1885, temos ponto de vista diferente, ou seja, de que os Kaingang e suas lideranças interpretaram esta presença branca no território e a instalação da Colônia Militar do Chapecó em seus próprios termos.

Desde o início do encontro entre Kaingang e brancos, observamos o delineamento de uma fronteira cultural pelo fato de os Kaingang e suas lideranças mesmo tendo selado alianças com os ocidentais, não aceitarem estabelecer-se dentro da área da Colônia Militar, mas sim fora dela, precisamente, no toldo da Formiga (veja Mapa 6). Essa atitude, em nosso entender, foi estratégica porque, de acordo com os seus interesses, poderiam trabalhar com os brancos, aprender sua língua e costumes até o momento em que considerassem isso conveniente. Reforça também o argumento de que esta influência dos colonizadores sobre os Kaingang não era tão forte assim em decorrência de que os colonos alemães queixavam-se de que os nativos furtavam objetos, entregavam-se a bebidas alcoólicas e o rendimento no trabalho era pouco. Os militares também “não confiavam neles, que naquelas condições não mereciam confiança como elementos de defesa da fronteira. Na

verdade os indígenas não tinham consciência de nacionalidade, tanto lhes fazia serem brasileiros ou argentinos” (Boutin, 1977, p.40).

Frente ao exposto, reforça nosso argumento o estudo de Marc Augé “El sentido de los otros” que, ao analisar o encontro intercultural envolvendo nativos africanos e europeus, destaca:

“Si no se quiere reducir esta exigencia a una particularidad cultural, admitiendo que no hay otro tipo de desviación que no sea intracultural (a cada uno sus normas y los desviantes serán bien custodiados), es preciso poder franquearse de respeto en relación a las ‘culturas’ en su variedad y su relatividad o relativizar esa misma relatividad. Eso no es un obstáculo; me ha ocurrido sentirme profundamente sorprendido por dicho que, por muy relativista que yo fuera (ya volveremos a ello), no podía percibir más que como algo humillante para aquellos que constituían su objeto. Ciertamente, una práctica no se justifica en absoluto por el hecho de que tome sentido en el seno de una cultura dada, y yo no soy de los que piensan que el sentido intracultural debe constituir la palabra final y el objeto último de la investigación antropológica, pero no se puede hacer abstracción del sentido así concebido, ni decretar que no existe” (Augé, 1996, p.61).

Ainda nesta linha de pensamento, um outro dado também a discutir, por volta de 1885, é a apresentação na Colônia Militar do Chapecó, segundo Mota (2000, p.129-130), da liderança *Venâncio Condá*. Essa liderança era filho do *Pã’í mbâng Vitorino Condá*, falecido desde 25 de maio de 1870, e que provavelmente substituiu o pai no Aldeamento de Chapecó. Quanto aos motivos que levaram *Venâncio Condá* a manter contato com o Capitão José Bernardino Bormann e estabelecer aliança com estes militares, em nosso entender, foi a necessidade de adquirir aliados para se protegerem dos Guarani e das demais parcialidades Kaingang inimigas. A respeito destas alianças, Wilmar D’Angelis em seu trabalho “Para uma história dos índios do oeste catarinense” (1989), enfatiza:

“(…) parece certo que as relações com indígenas de parte dos oficiais da Colônia Militar, resumiram-se ao relacionamento com os chefes indígenas dos toldos do Xapécó (Xapécó e Formigas, principalmente). O Capitão Bormann, aliás, ficará na memória dos Kaingang do Xapécó – cuja tradição oral registra seu casamento com uma indígena dali” (D’Angelis, 1989, p.51).

Ainda se tratando dos toldos da margem esquerda da Bacia do rio Chapecó, apontamos a liderança *Vaicrê* (ou *Waitkrê*) e seus subordinados vivendo no toldo Umbú (Imbú). Os Kaingang deste grupo, por volta do início da

década de 1890, também aceitaram o estabelecimento de alianças com o Capitão José Bernardino Bormann. A esta altura, esse diretor já deveria ter sido elevado à categoria de uma prestigiada liderança entre os indígenas por dominar e falar fluentemente o idioma Kaingang e por ter desposado inclusive uma de suas mulheres chamada *Candinha* com a qual “conviveu por muito tempo” (Santos, 1979, p.44). Percebemos, conforme exemplifica esta última situação, que as fronteiras étnicas dos Kaingang nos parecem ser fluidas, nas quais os brancos podem ser incluídos e tratados certamente como pertencentes à Sociedade Kaingang.

Relacionado à questão da fronteira étnica, envolvendo nesta situação o casamento do Capitão Bormann com uma mulher Kaingang e, conseqüentemente sua aceitação no grupo, recorrendo novamente ao trabalho de Fredrick Barh, temos:

“A atribuição de uma categoria é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica, mais geral, determinada presumivelmente por sua origem e circunstâncias de conformação. Nesse sentido organizacional, quando os setores, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros, passam a formar grupos étnicos. É importante reconhecer que apesar das categorias étnicas levarem em conta diferenças culturais, não podemos pressupor qualquer relação de correspondências simples entre as unidades étnicas e as semelhanças e diferenças culturais. As características a serem efetivamente levadas em conta não correspondem ao somatório das diferenças ‘objetivas’; são apenas aquelas que os próprios atores consideram significativas” (Barth, 2000, p.32).

Em decorrência de todas estas negociações é que os referidos nativos devem ter contribuído com o Capitão Bormann para a abertura da picada por onde foi construída a Linha Telegráfica, inaugurada em 1893. Esta, passando pela Colônia Militar do Chapecó, ligaria Palmas ao rio Uruguai.

Concluídos os trabalhos, os nativos foram informados por um oficial que o governo havia enviado dinheiro para eles, mas o *Pã’í mbâng Vaicrê*, possivelmente atendendo os interesses de seu grupo, respondeu: “Olha, nos precisamos de terra prá criar nossos filhos, que nós não vamos andar criando nossos filhos nas copas dos pinheiros. Nós não somos macacos”. Escutando esta resposta, o militar perguntou: “Onde vocês querem terra?”, e o *Cacique Vaicrê* disse: “Entremeio o Xaçecó e o Xaçecozinho” (In: D’Angelis e Fôkâe, 1994, p.31).

Existem notícias de que o toldo de Formigas (verifique Mapa 6), o qual já existia inclusive antes da instalação da Colônia Militar do Chapecó, passou, num primeiro momento, segundo Mota (2000, p.131-132), a ser ocupado pelos

Kaingang liderados pelo *Pã'í mbâng Venâncio Condá* e, posteriormente, conforme Silvio Coelho dos Santos (1979, p.25), também pela parcialidade do *Pã'í mbâng Vaicrê*. Todavia, em decorrência de fazendeiros que se estabeleceram nas terras nativas, entre os rios Chapecó e Chapecozinho, e, de acordo com Wilmar D'Angelis e Vicente Fernandes Fókãê (1994, p.33), construindo a Fazenda do Marco (titulada em 09/04/1898), Fazenda Alegre do Marco (titulada em 21/01/1898) e a Fazenda Santa Luzia (titulada em 23/03/1899), o grupo da liderança *Vaicrê* reivindicou ao Governo do Paraná as terras prometidas pelos trabalhadores prestados na construção da linha telegráfica.

Neste contexto é que, então, o Dr. Francisco Xavier da Silva, governador do Estado do Paraná, em 14 de junho de 1902, assina o Decreto nº 7, que estabelece o seguinte:

“O Governador do Paraná, atendendo o que a tribo de índios Coroados de que é chefe o **cacique Vaicrê**, em número aproximado de duzentas almas, acha-se estabelecido na margem do rio Chapecó, no município de Palmas, e considerando que é necessário reservar uma área de terras que os mesmos índios possam, com necessária estabilidade, dedicar-se a lavoura, à que estão afeitos;

Usando da autorização que lhe confere o artigo 29 da Lei nº 68  
Decreta:

Art. Único: fica reservada para o estabelecimento da tribo de indígenas Coroados ao mando do **cacique Vaicrê**, salvo direito de terceiros, uma área de terra, compreendidas nos limites seguintes: A partir do rio Chapecó, pela estrada que segue para o sul, até o passo do rio Chapecozinho, e por êstes dous rios onde eles fazem barra” (Relatório de 31/12/1902. In: Santos, 1979, p.25-26, grifo nosso).

É claro que este decreto governamental interpretado pela lógica ocidental, se, em parte, contemplava as solicitações Kaingang, demarcando mais de cinqüenta mil hectares, objetivava muito mais era oficializar definitivamente os territórios da região do rio Chapecó para os interesses da Frente Pioneira, consolidada neste início do século XX. Até porque o presente documento ressalta “salvo direito de terceiros” nesta demarcação, ou seja, dos fazendeiros.

Porém, em contrapartida, parece-nos que, para a lógica Kaingang, ao menos para aquele momento, suas pretensões foram atingidas, mesmo que, passados alguns anos, os Kaingang se tenham dado conta de que acabaram perdendo uma grande parte dos seus territórios a leste da estrada por onde cruzava a linha telegráfica. Sobre isto evidencia o depoimento oral da liderança *Frâncisco Fernandes Kanéingrã*, com a idade de oitenta e quatro anos,

entrevistada em 03 de março de 1984 por Wilmar D'Angelis, ao dizer que “perderam da Estrada da Linha para cima naquele dia! Daí que passaram tudo para cá (...) Da Estrada da Linha para cima é que perderam aquele dia! E o meu sogro morava lá, para cima, para cima da Estrada para lá. Tinha Toldo grande lá. Tinha até cimitério velho para cima da Estrada, da Estrada da linha” (In: D'Angelis e Fókâe, 1994, p.34).

Relativo aos territórios da margem direita da Bacia do rio Irani, apontamos os toldos Serrinha e Irani e, da margem esquerda Toldo Pinhal os quais eram ocupados pelos Kaingang, conforme é possível observarmos no mapa (verifique Mapa 6). Sobre estes nativos, em fins do século XIX, Sílvio Coelho dos Santos, na obra “A integração do índio na sociedade regional” (1970), descreve o seguinte:

“Alguns pequenos grupos mantinham seus aldeamentos ainda as margens do Uruguai e outros transitavam livremente ora para o Rio Grande, ora para além do Iguazu. De todo o modo, entretanto, eles mantinham relações amistosas com os brancos e eram utilizados continuamente como mão-de-obra nas fazendas de criação, na extração da erva e na condução de tropas” (Santos, 1970, p.26).

Em decorrência destes deslocamentos que os Kaingang costumavam fazer pelo território e, principalmente, devido à Revolução Federalista<sup>22</sup> (1893-1895), eclodida no Rio Grande do Sul, a qual atingiu territórios Kaingang da Bacia do rio Uruguai, algumas parciais da margem esquerda resolveram atravessar as águas do Uruguai e se estabelecer em regiões do rio Irani.

Um destes grupos originário de Lagoa Vermelha e liderada por *Antônio Peytkâr* que, por sua natureza guerreira, certamente entrou em conflito com uma outra facção Kaingang, dirigiu-se para os Campos de Erechim que era território nativo. Ali deparou-se com uma outra horda que também deslocava-se pela região e, devido a desavenças internas, estava formada por muitas viúvas, moças e poucos guerreiros dentre os quais se achavam *Chico Pataca*, *Cadete* e *Antônio Wéney* que, em nossa opinião, deveriam ser lideranças. As duas facções, estabelecendo aliança formaram um só grupo. A ele, conforme D'Angelis (1984, p.41, grifo nosso), teria se juntado “o Kaingang **Francisco**

---

<sup>22</sup> A Revolução Federalista foi uma guerra civil, ocorrida entre 1893 a 1895, resultante do encaminhamento do republicanismo no Rio Grande do Sul, mas que também se estendeu para os estados de Santa Catarina e Paraná. Por um lado temos os defensores de uma república autoritária de cunho positivista, chamados de Pica-Paus, e que se encontravam no poder através do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e liderados por Júlio de Castilhos. De outro, fazendo oposição, aqueles que apregoavam uma república parlamentarista, os quais eram conhecidos como Maragatos, liderados por Gaspar Silveira Martins, e que se reuniam no Partido Federalista (Pesavento, 1983).

**Marcelino Rókâg** – e sua mãe, **Néndyâ** – que, segundo a memória do grupo, viera com ‘uns 18 anos’ do Rio Grande do Sul, sendo natural de Nonoai”.

Baseado na memória Kaingang, Wilmar D’Angelis (1984) destaca em sua narrativa que um certo dia, quando estes Kaingang preparavam seu alimento, tiveram o acampamento invadido por uma tropa de Maragatos ou Pica-Paus gerando um conflito que levou à morte o guerreiro *João Fígpôn* o qual deixou como viúva a Kaingang *Wagtu* e órfãos três filhos.

Depois disso os Kaingang foram perseguidos e, atravessando o rio Uruguai, acamparam no Toldo Serrinha, localizado na margem direita do referido rio. Neste local teriam ouvido *Chico Pataca*, que provavelmente era um *kujà*<sup>23</sup>, pois fazia adivinhações para saber dos inimigos, consultando pó de cipó. O *kujà* ou “xamã Kaingang se diferencia das demais pessoas que vivem em uma terra indígena – do ‘mundo-aqui’ – na medida em que ele tem uma relação privilegiada com certos espíritos que pertencem ao ‘mundo-outro’. Diga-se de passagem, o acesso privilegiado a esses seres lhe possibilita uma grande soma de poderes” (Rosa, 2005, p.184).

Após esse acontecimento dirigiram-se inicialmente para o Passo do Carneiro, depois para o Passo dos Índios e, por fim, estabeleceram-se no Toldo Irani. Sobre isso temos o relato:

“O novo grupo foi recebido na aldeia do Irani, onde reuniram-se à gente do Chimbanguê. Conheceram, então, que o Irani era rio muito piscoso, encontrando ali, do Piröyú (Dourado) ao Kréngufâr (Lambari). **Antoninho Péytkâr** resolve ir morar no Lageado Sítio Velho, e nas proximidades de uma corredeira que depois ficaria conhecida por Kuxé (cunhado e ‘vizinho’ de Antoninho) ou Corredeira Feia” (D’Angelis, 1984, p.42, grifo nosso).

Na margem esquerda da Bacia do rio Irani, de acordo com um mapa de 1896, organizado por ordem de José Pereira dos Santos Andrade, governador do Paraná, temos a indicação dos “sertões desconhecidos dos índios coroados” (In: D’Angelis, 1989, p.56-58). Nestes sertões é que se localizava o Toldo do Pinhal, o qual, conforme D’Angelis (1984, p.42), estava sendo ocupado por famílias Kaingang que para eles se dirigiam.

Também será sobre parte deste território Kaingang que, nos primeiros anos da década de 1900, atendendo aos interesses da Frente Pioneira, começam a ser traçados os trilhos para a estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul, a qual percorreria a margem esquerda do rio do Peixe. Este

---

<sup>23</sup> Tratando a respeito dos *kujà* em territórios Kaingang da margem esquerda do rio Uruguai, verificar o artigo “Estudos do parentesco na diacronia e sincronia: os *kujà* no Rio Grande do Sul” (2001) e a tese “Os *kujà* são diferentes: um estudo etnológico do complexo xamânico dos Kaingang da Terra Indígena Votouro” (2005), ambos de Rogério Reus Gonçalves da Rosa.

trabalho, segundo Walter Piazza (1983, p.532), ficou a cargo da “Brazil Railway Co.” e da “Brazil Development & Colonization”, empresas dirigidas pelo norte-americano Percival Farqhar.

Quanto aos Kaingang e suas lideranças, ao se depararem com milhares de operários vindos de várias partes, contratados por esta empresa, passam a penetrar nos seus territórios e a derrubar as matas, recorrem aos ataques e provocam a morte de muitos brancos. Ilustra o pânico que se criou o relato de um imigrante polonês que trabalhava na abertura da estrada sobre um incidente ocorrido, em novembro de 1908, conforme segue:

“No primeiro domingo de novembro, caiu sobre a população (União Vitória) a notícia que o trem traria alguns operários mortos pelos índios. Quase toda a população da cidadezinha acorreu à estação ferroviária, à espera da chegada extra do trem (...) Por fim, ouvimos o apito da locomotiva. Num dos vagões a descoberto, forrado de galhos verdes, estavam estirados os corpos dos trabalhadores mortos. Uma senhora, já de certa idade, alemã, lançou-se gritando convulsivamente, sobre o corpo do filho. Quatro dos mortos eram poloneses os quais chegaram à procura de soldo, das colônias afastadas (...) Neste mesmo dia, foram todos enterrados numa vala comum, como é costume aqui, sem nenhuma cerimônia” (In: Wachowicz, 2001, p.39).

Neste sentido, temos ainda um outro ataque nativo envolvendo estes trabalhadores da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul obtido com uma testemunha que certamente também foi um destes operários, o qual informa:

“Recebíamos regularmente os mantimentos de Ponta Grossa e nos dedicávamos à derrubada do mato. Demorou isso muito tempo, tínhamos sossego e nossos dias eram alegres, apesar do trabalho pesado. Porém um dia, quando esperávamos novo transporte de mantimentos, pensávamos na causa da demora. Esperamos inutilmente. O engenheiro estava inquieto, os homens esperavam o transporte como se fosse um encanto. Diminuímos a ração diária e andávamos desassossegados. Veio-me o pensamento de que isto poderia ser obra dos bugres, os quais poderiam ter tomado nossos mantimentos (...). Organizamos uma guarda noturna e aguardamos os acontecimentos. Certa ocasião, caiu uma tempestade (...). Eu estava de guarda e por entre os trovões percebi alguns gritos estranhos, como se fossem assobios. No início não os distinguia, porém após alguns momentos fiquei aterrado. Reconheci que eram assobios de bugres. Acordei o engenheiro e os outros. Reconheceram os sinais. Esta noite porém não atacaram (...), até que uma vez, enquanto o fogo ardia forte, notei que, do lado do

mato, aproximavam-se pessoas; eram os bugres. Acordei apressadamente os companheiros; as carabinas e os winchesters já estavam preparados (...). Aproximaram-se lentamente, querendo apanhar-nos desprevenidos ou até pensando que estivéssemos dormindo. Ao sinal combinado, atiramos como se fôssemos um. Sete bugres caíram, porém voltaram em maior número. Outra vez atiramos e muitos caíram. Os outros, aos gritos fugiram para o mato. Nesta noite nada mais ocorreu (...). Fomos examinar os cadáveres dos bugres; dois ainda viviam e gemiam, porém não pudemos ocupar-nos com eles e para que não sofressem, o engenheiro mandou matá-los (...). Decidimos voltar e abandonar tudo, inclusive os burros. Escolhemos como caminho o mato e confiamos na bússola. Fazíamos o menor ruído possível para evitar imprevistos. Carregamos os winchesters, os revólveres, munição e os restos das provisões e colocamo-nos a caminho, calculando que os bugres, mesmo que viessem haveriam de estar receosos para um novo ataque, pois haviam tido uma boa lição (...). Quando caminhávamos, chamou-nos atenção grande número de corvos circulando no ar. Ao chegarmos mais perto, sentimos no ar atmosfera carregada, com o cheiro de carne deteriorada. Pensamos em circular o local e continuar a caminhada, mas algum presentimento nos dizia que devíamos averiguar (...). Reconhecemos que a carniça era dos membros da expedição de abastecimento que aguardávamos (...). Ao que parece os bugres deram-se por vencidos e recuaram para o interior da mata” (Wachowicz, 2001, p.40-41).

Referente aos nativos mencionados na presente citação como “bugres”, os quais dizimaram os carregadores de mantimentos e perseguiram a equipe do engenheiro que trabalhava na abertura da Estrada de Ferro em questão, no entender de Ruy Christovam Wachowicz, foram tomados como Botocutos (Xokleng). Discordando desta posição, acreditamos que estes ataques foram realizados por índios Kaingang, provavelmente pertencentes às facções que ocupavam o território entre os rios Irani e Peixe porque os Xokleng habitavam a região localizada bem mais ao leste<sup>24</sup> e que o traçado da estrada de ferro, neste período, ainda não estava atingindo.

## 4.2 Lideranças Kaingang atuantes

Relativo aos chefes Principais e Subordinados que atuaram em territórios da Bacia hidrográfico do rio Chopim durante o recorte temporal

---

<sup>24</sup> Relacionado aos Xokleng e ao território ocupado por esta etnia, verificar a dissertação de mestrado de Rodrigo Lavina, “Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os Arqueólogos” (1994) e também um artigo de Pedro Ignácio Schimtz, intitulado “Acampamentos litorâneos em Içara, SC. Um exercício em padrão de assentamento” (1995/1996, p.99-118).

estabelecido para este capítulo, indicamos a liderança *Antônio Joaquim Cretân*; para a Bacia hidrográfica do rio Chapecó, os *Pã'í mbâng Venâncio Condá e Vaicrê* (ou *Waitkrê*); e para a Bacia hidrográfica do rio Irani, as lideranças *Francisco Marcelino Rókâg, Chico Pataca, Cadete, Antonio Kuxé Wénrey* e, em particular, o *Pã'í mbâng Antônio Péytkâr*. Este último é a única destas lideranças arroladas sobre as quais encontramos maiores informações a respeito.

**Antônio Péytkâr:** a esta liderança também foi atribuído o nome português de Antonio Isaias Alves do Amaral. É possível que estas renomações tenham sido aceitas por *Péytkâr* devido ao contexto de guerra e alianças em que estava envolvido e porque entre os Kaingang quando um indivíduo recebe o nome (*jiji*), junto com ele também são designados os papéis sociais e cerimoniais que devem desempenhar. Neste sentido, quanto mais “*jiji*” uma pessoa recebe, mais prestígio e respeito adquire, pois melhores são os seus nomes, os quais podem estar relacionados a “*jiji hâ* e *jiji korég*”, expressões que são traduzidas em português por ‘nome bom/bonito’ e ‘nome ruim/feio’ (Veiga, 1994, p.129, grifo do autor).

O *Pã'í mbâng Péytkâr* era natural da região de Lagoa Vermelha, possivelmente do Toldo de Faxinal, Rio Grande do Sul, e em nossa opinião, deveria tratar-se de uma liderança que ascendeu e provocou uma dissidência no grupo a que pertencia. Por esse motivo foi perseguido e teve que fugir com os guerreiros que o acompanhavam para os Campos de Erechim, onde também passou a liderar o grupo em que *Chico Pataca, Cadete, Antônio Wénrey* e *Francisco Rókâg* atuavam como *Pã'í*.

Tudo indica que, em suas andanças, o novo grupo se tenha deparado com tropas de Maragatos, lideradas pelos irmãos Gumerindo e Aparício Saraiva, que por volta de 1893 e 1894, também percorriam esta região traçando planos para estender a Revolução Federalista para os atuais estados de Santa Catarina e Paraná. Neste contexto, então, deve ter acontecido o episódio, segundo D'Angelis (1984, p.41), em que a referida facção Kaingang e a tropa de Maragatos tenham se enfrentado acarretando a morte do Kaingang *João Figpon* cuja viúva *Wagtu*, que era irmã de *Antonio Wénrey*, mais tarde foi desposada pelo *Pã'í mbâng Antonio Péytkâr*.

Posteriormente, o grupo da liderança *Péytkâr* atravessou o rio Uruguai, conforme já referimos, e estabeleceu-se no Toldo Irani (veja Mapa 6). É possível que pelo fato de os Maragatos também terem cruzado o Uruguai por causa da Revolução Federalista, este evento tenha sido ressignificado pelos Kaingang como um ato de perseguição ao grupo, segundo demonstra o depoimento, ocorrido em 01 de maio de 1984, do Kaingang *Clemente Xêyuya*, ao informar que “eram as tropas que perseguiam esses índios. Tinha

convidado eles para entrar na tropa, eles não quiseram, então foram perseguidos. Vieram vindo, então” (In: D’Angelis, 1984, p.40).

Como vemos, os Kaingang e suas lideranças ao se depararem com os aldeamentos, colônias militares, abertura de caminhos e da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande adotaram uma dualidade estratégia em seus procedimentos. Ou seja, por algum tempo estabeleciam-se nos aldeamentos, nas colônias militares e ajudavam na abertura de caminhos mas, no momento em que seus interesses deixavam de ser atendidos, voltavam a movimentar-se pelo território e a fazer guerra contra os brancos e os grupos nativos inimigos.

## **5 HISTÓRIA DOS KAINGANG EM SEUS TRADICIONAIS TERRITÓRIOS ENTRE OS RIOS INHACORÁ, URUGUAI E SINOS**

Até as três primeiras décadas do século XIX, grosso modo, os Kaingang e suas lideranças que viviam no Rio Grande do Sul, apesar da Frente de Expansão que gradativamente avançava sobre a região e as Cartas Régias de 1808 e 1809, de D. João, as quais incentivavam o povoamento e a “guerra aos bugres”, ainda continuavam a se movimentar sem maiores empecilhos em seu espaço. Ocupavam, precisamente, territórios localizados na porção centro-norte e centro-leste do estado em questão e recorriam à guerra contra aqueles brancos que se aventurassem a cruzar os limites de suas fronteiras geográficas.

Relativo à região centro-norte, o francês Auguste de Saint-Hilaire (1978, p.72) que, entre 1816 e 1822, percorrera a Província de São Paulo em direção à de São Pedro do Rio Grande do Sul relata que, ao sair da primeira, era necessário “atravessar 60 léguas do Sertão, ou Sertão de Viamão, região totalmente despovoada e infestada de Selvagens (...)”<sup>25</sup>. Neste sentido, temos também um outro francês, Nicolay Dreys (1961, p.68-69), que baseado em suas viagens, entre 1818 e 1827, pelos Campos de Cima da Serra, informa que as regiões do Mato Português e Mato Castelhana (precisamente situados entre Vacaria e Passo Fundo) eram redutos Kaingang, os quais de tempo em tempo atacavam expedições brancas que por ali atravessavam.

A respeito do domínio e preservação do território por parte das sociedades tribais, Pierre Clastres, em um dos seus trabalhos, destaca:

---

<sup>25</sup> Os sertões ou Campos de Viamão, segundo Fábio Kühn (2004, p.49), compreendiam uma extensa área do atual nordeste do estado do Rio Grande do Sul, abrangendo “às terras situadas ao sul do Mampituba, tendo ao leste o oceano Atlântico e a oeste e a sul a baliza fluvial do Guaíba e da lagoa dos Patos”. Ou seja, para os paulistas e lagunistas que exploravam a região durante o século XVIII e boa parte do século XIX a partir do “Caminho da Praia” os referidos campos eram “todas as planícies despovoadas à margem esquerda do Rio de São Pedro”.

“El dominio de un territorio permite a la comunidad realizar su ideal autárquico, garantizándole la autosuficiencia de recursos: no depende de nadie, es, por lo tanto, independiente. De esto debería seguirse que si las cosas son iguales para todos los grupos locales no hay razón para la violencia: no podría surgir más que en los raros casos de violación del territorio, debería ser solamente defensiva, por lo tanto, no producirse jamás si cada grupo se mantuviera en su territorio, del que no tiene ninguna necesidad de salir. Ahora bien, sabemos que la guerra es general y muy frecuentemente ofensiva; es decir, que la defensa territorial no es la causa de la guerra, que no hemos esclarecido la relación entre guerra y sociedad (Clastres, 1987, p.200).

Quanto à porção centro-leste do território, precisamente do rio dos Sinos até a borda do planalto, atendendo ao Projeto do Governo Imperial de colonização estrangeira, começa, a partir de 1824, a ser ocupada por colonos alemães, os quais fundaram colônias como São Leopoldo, Feliz, Mundo Novo, Bom Princípio, entre várias outras. Todavia, para a efetivação do projeto através desta Frente de Expansão que avançava, o impasse criado é que para muitos alemães colonizarem os lotes a eles distribuídos, depararam-se com os Kaingang que já viviam na região. Este contato, então, gerou uma situação bastante tensa entre ambas as etnias “porque enquanto os colonos tentavam se estabelecer nas terras que lhes cabiam por determinação imperial o Kaingáng via a penetração efetiva nas terras onde havia nascido” (Basile Becker, 1991, p.138).

A contrapartida, por parte dos Kaingang e de suas lideranças foram vários ataques às famílias alemãs dos Harras, Bertlich, Gellner, Kneip, Zimmermann, Speicher, Brochier etc. A título de exemplo, segundo Ítala Irene Basile Becker (1976a, p.67-70), podemos apontar, em 26 de fevereiro de 1829, o ataque à localidade de Dois Irmãos, que acarretou a morte de dois colonos, e o de 08 de abril de 1831, à Família Harras o qual vitimou três colonos, sendo que dois homens ficaram feridos e uma criança foi raptada. Sobre isto, temos também uma carta de Matias Franzen a respeito de colônias no Rosental que parecem ser bastante elucidativos.

“Estariamos perfeitamente contentes e felizes, se não existisse um grande mal, a saber, os homens selvagens, que já faz muito tempo, tornaram perigosos os matos e tiraram a vida a 21 irmãos alemães (...) Ainda no dia 16 de abril deste ano, 4 horas de distância de mim (no Rosental) mataram 11 pessoas entre crianças e adultos. Mas agora os alemães se retiraram das colônias mais afastadas e se estabeleceram no meio desta picada e também na minha zona, onde moro na frente e assim não estamos mais em grande perigo e Deus, Nosso Senhor, nosso único protetor, nos queira proteger bondoso

dos selvagens (...)" (Carta de 1832. In: Hundert Jahre Deutschum, 1924, p.73).

Acreditamos, porém, que alguns grupos Kaingang e suas lideranças, dando-se conta de que a guerra, através dos seus freqüentes ataques, não estava sendo suficiente para impedir a penetração dos brancos em seus tradicionais territórios e interessados em cooptá-los para fortalecerem-se contra as parcialidades inimigas e também interessados em utensílios, roupas, etc introduzidos pelos estrangeiros, recorrem à política de alianças. Neste sentido, ao observarmos muitos Kaingang das regiões entre os rios Inhacorá, Uruguai e Várzea; rios da Várzea, Uruguai e Lageado; e rios Jacuí, Pelotas e Sinos, será por volta de meados da década de 1840 que começam a estabelecer estas alianças.

Relativo à primeira região, Maximiliano Beschoren (1989, p.87) chama a atenção que algumas parcialidades Kaingang estabelecidas próximas ao Rincão de Guarita, após cautelosamente observarem os desconhecidos invasores que se aproximavam de suas terras, resolveram, em fins de 1840, aproximar-se dos brancos. Todavia, esta decisão não foi unânime e acarretou uma dissidência no grupo, porque alguns nativos negando-se a isso, atravessaram o rio Uruguai em direção ao rio Peperi-Guaçu para viverem com as facções lideradas por *Nhancurá* e *Nonêcofé*.

Tratando-se do segundo território, ilustra a política de alianças que também passam a adotar a apresentação em Passo Fundo, no mês de maio de 1846, o *Pã'í mbâng Pedro Nicafim*. Esta liderança chegou acompanhada de aproximadamente cinqüenta indivíduos "muitos exigentes, principalmente de roupas, e quando sua exigência não é satisfeita, mostram-se assaz descontentes o que inspira aos habitantes próximos aos lugares da aparição dos mesmos bem fundados receios de serem por elles accommettidos" (Offício de 20/05/1846. In: RIHGRS, 1931, p.118).

Quanto à última região apontada, as atitudes dos Kaingang não foram diferentes das duas anteriores, tendo em vista que um ofício da Câmara de Cruz Alta de 1846 informa que "em annos anteriores os selvagens aggrediam quasi constantemente, não só os viandantes nas picadas denominadas de Matto Castelhana e Portuguez, como os moradores da Costa da Serra do Butucarahy, (...) todavia estas têm diminuido, e ha um anno, mais ou menos, elles têm apparecido em diferentes pontos deste municipio e apresentado disposições para cathechizarem-se" (Offício de 20/05/1846. In: RIHGRS, 1931, p.117-118).

Outras fontes das quais podemos depreender esta política de aliança adotada pelos Kaingang são as correspondências trocadas entre o engenheiro Alphonse Mabilde e o presidente da Província do Rio Grande do Sul, Sr. José

Antonio Pimenta Bueno. No primeiro caso, Mabilde, ao trabalhar na abertura da Estrada Pontão-Caí, chama a atenção para “os Bugres em numero de mais de duzentos me tem posto embarços extraordinários na marcha de meu serviço, visto a pouco e mal armada gente que levo commigo e só com bons modo e dando-lhes roupas, carne e farinha he que me tem sido possivel conte-los e evitar que não fizessem mais desourde entre nós” (Correspondência de 13/03/1850, APRS).

Em resposta ao engenheiro Mabilde, o referido presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, responde:

“O Presidente da Provincia attenta a precizão de não se affugentarem os Indigenas, que tem aparecido, e querido impedir o seguimento dos trabalhos da abertura da Picada incumbida ao Engenheiro Alphonse Mabilde, os quais mediante algumas roupas e mantimentos que se lhes destrubuirão se tem tornado mais razoaveis, não deixando com tudo de fazer novas exigencias; ordeno por isso ao Sr. Contador Chefe da Contadoria Provincial, que mande comprar os artigos de vestuario constantes na relação junto e as entregue ao encarregado das obras do Pontão Joaquim Antonio de Moraes Dutra, para os conduzir para aquelle lugar e entregar ao mencionado Engenheiro para os fins referidos, sendo a despeza feita com estas roupas carregada a mesma rubrica = Cathequeze e Civilização dos Indios = , embora esteja ella já excedida a verba consignada na Lei do orçamento vigente = Palacio do Governo em Porto Alegre 24 de Abril de 1850 = José Antonio Pimenta Bueno = (Correspondência de 24/04/1850, APRS).

Como vemos, podemos constatar que foram os próprios Kaingang que mudaram de estratégia em relação aos brancos, sinalizando para a política de alianças, o que vai culminar com a atuação dos padres jesuítas em seus territórios, a partir de 1845, atendendo o projeto do governo para concentrá-los em aldeamentos.

Na realidade, este projeto ocorreu por um lado, devido à situação conflituosa envolvendo “índios” e “brancos” praticamente durante toda a primeira metade do século XIX e, por outro, em decorrência de que os governantes, aproveitando-se dos jesuítas espanhóis, como Bernardo Parés, Aloysio Cots, Ignacio Gurri, Luís Santiago Villarrubia, Juliano Solanellas, Pedro Sadera e Miguel Cabeza, os quais, conforme Arthur Rabuske (In: Azevedo, 1984, p.79), se encontravam no Rio Grande do Sul por terem sido expulsos da Argentina, pelo ditador Juan Manuel Rosas.

Quanto ao objetivo alcançado por estes padres com os Kaingang no período de 1845 a 1852, ao contrário do que ocorreu com as Missões Guarani nos séculos XVII e XVIII, no que se refere aos preceitos da “catequese” e “civilização ocidental” não foram satisfatórios. Sobre isto o próprio Pe.

Villarrubia dentre os principais empecilhos enfrentados aponta o seguinte: dificuldades para o ensino da doutrina cristã entre estes nativos; a indiferença religiosa por parte dos Kaingang; a falta de meios para os padres aprenderem a língua destes indígenas; o mau exemplo dado por outros cristãos e a falta de respeito humano e a preguiça que acreditavam que estes nativos tinham (Azevedo, 1984, p.123-126).

De concreto, através de medidas preventivas ou coação, o Governo, a contar de 1846, começa, gradativamente, a política oficial dos aldeamentos em áreas como Guarita, Nonoi e Campo de Meio para concentrar os Kaingang e conseqüentemente liberar seus territórios para a colonização. Nestes aldeamentos, muitas vezes, vamos encontrar por algum tempo facções de lideranças Kaingang como, por exemplo, a de *Fongue, Votouro, Nonohay, Condá, Nicafim, Braga, Doble*, entre outras, as quais seguindo aos interesses de seu grupo para obtenção de utensílios, ferramentas, sementes e proteção para com as hordas inimigas, cogitavam ou não alianças para em troca estabelecerem-se com seus liderados nos aldeamentos<sup>26</sup>.

Neste contexto, a Frente de Expansão, visando melhorias na efetivação do povoamento e o escoamento da produção econômica, dá continuidade, entre 1848 a 1850, na abertura da Estrada Mundo Novo-São Leopoldo e a Estrada Pontão-Caí-Porto Alegre. O traçado desta segunda estrada, principalmente no trecho do Passo do Pontão, no rio Uruguai, até a Picada Feliz, no rio Caí, cruzava por áreas ocupadas por vários grupos Kaingang liderados por *Braga, Doble e Nicué*, os quais amedrontavam os trabalhadores devido às suas correrias. A correspondência a seguir do engenheiro encarregado Alphonse Mabilde, enviada ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul, ilustra esse fato.

“Depois de chegada a este lugar, muitos homens dos trabalhadores que tinha negociado para o serviço da abertura da Picada que segue do Pontão ao Passo d’Esperança, não quizerão mais seguir, pela noticia talvez falsa, de ter vindo para esta serra porção grande de Bugres, e forço-so-me foi engajar outros com grande custo” (Correspondência de 11/02/1850, APRS).

No transcorrer da segunda metade do século XIX, visando cada vez mais à liberação dos territórios nativos para o estabelecimento de fazendas e a efetivação dos interesses da Sociedade Nacional, foi adotada uma forte repressão aos indígenas que se negaram a aldear ou criavam problemas,

---

<sup>26</sup> Relacionado à política de alianças ou deflagração de guerra adotada por estas lideranças em relação à política dos aldeamentos e o estabelecimento de colonizadores luso-brasileiros e teuto-brasileiros em territórios Kaingang, veja a dissertação de mestrado de Luís Fernando da Silva Laroque “Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)” (2000, p.83-51).

porém, mesmo assim, não alcançaram o êxito desejado relativo aos Kaingang. A respeito desta questão, o relatório de 1852, enviado pelo Vice-presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello à Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul, informa:

“(...) o sistema de força e o de persuasão empregados separadamente para tirar dos matos os nossos indígenas tem sido ambos improficuos. Até aqui nos temos limitado: 1º A atrair os índios por meio de algumas roupas e ferramentas distribuídas nas aldeias de Nonohay e Guarita, e a conservá-los ali pelos esforços dos padres jesuítas, de catequização propriamente dita pouco se tem feito, sem duvida porque aqueles padres ignoram a língua, em que deveriam dirigir aos índios as palavras de conversão. – 2º Abater os índios, persegui-los e matá-los, quando eles têm feito alguma agressão e a colocar guardas por algum tempo nos lugares por onde eles tem agredido. Pela simples enunciação se vê que esses dois sistemas são incompletos; e a experiência os tem condenado. O índios recebem roupas e ferramentas e voltam às matas. Batidos e perseguidos depois da agressão, reaparecem mais hostis em outros lugares, não sendo possível colocar guardas em todos aqueles por onde eles fazem os seus assaltos (...)” (Relatório de 1º/10/1852, p.15-16).

Neste sentido, temos também as pretensões de Homem de Mello, Presidente da Província, de concentrar os Kaingang, a partir de 1853, somente no Aldeamento de Nonoai, o que foi um fracasso. Relacionado a esta tentativa Ítala Irene Basile Becker constata:

“Nesta área interna se agrava a situação entre os Caciques **Pedro Nicofé, Manoel Grande, Fongue, Antonio Prudente e Victorino Cundá**. Tudo se inicia com uma investida dos grupos de **Nicofé e Manoel Grande** contra uma fazenda da área, em dezembro de 1855. Os grupos são perseguidos pela polícia, com o auxílio de **Fongue e Antonio Prudente**. Com esse acontecimento as hostilidades aumentam entre os próprios índios e os moradores brancos. A contenda somente parece amainar com a morte de **Nicofé** e vários índios, bem como, pela prisão de **Manoel Grande** e outros. Acontece que **Victorino Cundá**, o “Bugreiro”, é identificado como parente de **Nicofé e Manoel Grande**; abandona o aldeamento de Nonoai, retornando ao Paraná de onde viera. De lá, passa a hostilizar os grupos inimigos de Nonoai, ao mesmo tempo que tenta atrair remanescentes dos grupos aliados. Em 1858 a situação conflitiva permanece: **Victorino Cundá**, que faz aliança com **Viri**, em Palmas, PR, continua a hostilizar os grupos de Nonoai, especialmente a tribo

de **Fongue**, e o resultado são as baixas nos dois lados (Basile Becker, 1976a, p.50-51, grifo nosso).

Na década de 1860, um relatório do Presidente da Província, Francisco de Assis Pereira Rocha, menciona que o Aldeamento de Nonoai não estava prosperando como se esperava. No entanto, ao menos, os conflitos com as parciaisidades Kaingang do Paraná haviam cessado (Relatório de 1862, p.38-40).

Pelo visto, os governantes frustrados em seus propósitos de “civilizar os Kaingang” afrouxaram inclusive o atendimento religioso que tinham em mente após a saída dos jesuítas, em 1852. Observamos esta situação porque Antonio Augusto Pereira, Vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em sua fala de 1866, promete enviar para Nonoai “um sacerdote nas condições de bem desempenhar os penosos deveres da catequese” (Falla de 03/11/1866, p.60-61).

Embora muitos Kaingang e suas lideranças considerassem viável a política da aliança, precisamos ter em mente que a qualquer momento, desde que seus interesses não fossem atendidos, ela poderia ser desfeita. Exemplifica a questão o fato de que no início de 1862 o *Pã'í mbâng Doble* que até pouco tempo ocupara o Aldeamento de Santa Isabel, que havia sido extinto, apresentou-se na Colônia Militar de Caseros, possivelmente querendo beneficiar-se de sementes, declarou “que queria aldear-se dentro dos limites da colônia e dedicar-se com sua gente ao serviço agrícola” (Correspondência de 03/03/1862, AHRS). Por conseguinte, não deve ter suas pretensões atendidas como gostaria porque em meados de 1862, já estava realizando ataques contra os brancos, conforme relata Manoel Luiz da Silva Pedroso a Alphonse Mabilde.

“Faz hoje dois dias que de improviso topei com o **Doble** no mato, o qual andava outra vez em correria, como quando o encontramos, quando eu ia em campanha de V. S. (...)

Acompanhavam-no quatorze bugres, quase todos daqueles aldeados, pois já traziam o cabelo comprido como a nossa gente, o que prova que não são dos bugres bravios, dos quais havia só dois, entre eles, que traziam o cabelo feito uma coroa. **Doble**, como os mais, andavam nus. (...) Quis falar com o **Doble**, mas quando chamei por ele e que me reconheceu, principiou a correr como se o diabo o perseguisse, e os outros bugres também atrás dele. Fugiram para o lado do rio das Antas e quer me parecer que aquele sujeito passará o rio com sua gente, para ir fazer das suas acostumadas, lá pelo rio Caí ou na colônia do Montravel (...).

Todos aqueles bugres iam muito armados com arco e flechas e todos levavam um cacete, o que é para admirar-se eles levarem cacete quando vão à caça, como sempre dizem, quando se retiram do seu alojamento. (...)

Previno a V. S. disso para ver, se minha carta chegar a tempo, se poderá também prevenir os homens lá do Caí para que possam precaver-se contra aquele malvado **Doble** que é o único que anda aqui induzindo os outros bugres para irem roubar e matar (...)” (Correspondência de 07/06/1862. In: Mabilde, 1983, p.173, grifo nosso).

Durante a primeira metade da década de 1870, os registros sobre os aldeamentos de Nonoai e Campo do Meio nos possibilitam perceber que respaldados na Lei de Terra de 1850, os governantes, para viabilizar os interesses da Frente de Expansão, inicialmente demarcavam as áreas Kaingang. Todavia, logo a seguir, sem considerar a concepção nativa de produção econômica, alegavam que estas estavam improdutivas (Relatório de 14/03/1871, p.31; Falla de 1872, p.33-34 e Falla de 1874, p.41-42).

Os Kaingang e suas lideranças, por sua vez, continuavam a atuar frente a esta trama segundo as suas próprias pautas culturais, conforme percebemos na fala de 1872, de Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, Presidente da Província. Nela ele informa que os Kaingang acompanhados de suas lideranças continuavam sempre que queriam, saindo do Aldeamento de Nonoai e percorrendo regiões pertencentes aos municípios de Passo Fundo e Cruz Alta.

Ilustra os ataques que os Kaingang, mesmo sob a de alegação que estavam aldeados, continuavam a fazer uma outra fala de 1875, dirigida a Assembléia Legislativa da Província do Rio Grande do Sul, pelo Presidente Jose Antonio de Azevedo Castro, a respeito dos estragos ocorridos na Fazenda de Monte Alvão por guerreiros pertencentes ao grupo do *Pã'í mbâng Fongue*. Há também um relatório de 1879, de Américo de Moura Marcondes de Almeida, que, baseado nas informações do diretor interino do Aldeamento de Inhacorá, informa o seguinte:

“(...) os índios haviam assaltado a propriedade de João Rodrigues da Fonseca e de José Rodrigues da Fonseca, roubando-os em seus legítimos haveres e que nem os próprios terrenos pertencentes a ele diretor interino haviam respeitado, chegando ao ponto de ameaça-los e declararem que estava disposto a resistir com forças não contra sua pessoa, mas também contra a do diretor geral” (Relatório de 26/01/1879, p.73-75).

No decorrer da década de 1880 até a Proclamação da República percebemos que as coisas não foram diferentes, ou seja, os Kaingang e suas lideranças agindo de acordo com os seus próprios termos, mantiveram até onde lhes interessava alianças com os brancos e, conseqüentemente, a permanência ou não dos integrantes de suas parciaisidades nos aldeamentos. O

presidente Carlos Thompson Flores, por exemplo, descreve no relatório de 15 de abril de 1880 (p.39-40) que os fazendeiros estabelecidos nas vizinhanças dos aldeamentos de Guarita, Nonoai e Campo do Meio frequentemente reclamavam das correrias e ameaças Kaingang em suas propriedades.

### **5.1 Os Kaingang em territórios de Bacias dos rios da Várzea, Passo Fundo, Lageado e Forquilha**

No Rio Grande do Sul, a proposta de redução dos espaços Kaingang para a colonização, deu-se através da fundação dos aldeamentos de Guarita, Nonoai e Campo do Meio, os quais retrocedem à segunda metade do século XIX. Todavia, vários grupos Kaingang continuavam vivendo nos primeiros anos do Período Republicano em seus tradicionais territórios pertencentes agora à jurisdição, principalmente, dos municípios de Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Palmeira e Cruz Alta.

Neste sentido, os Kaingang e suas lideranças passam a deparar-se com a Frente Pioneira que, para efetivação dos interesses da Sociedade Nacional, recorre aos seguintes mecanismos: a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande visando à ligação do Rio Grande do Sul ao centro do país; as Companhias Colonizadoras, privada e pública, sendo a segunda vinculada aos pressupostos positivistas do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), principalmente, através das medidas adotadas pela Diretoria de Terra e Colonização, tendo à frente a atuação de Carlos Torres Gonçalves e, por fim, as Missões religiosas de confissão Luterana e dos Capuchinhos.

O contexto histórico da construção da ferrovia na região norte do Rio Grande do Sul pode ser dividido em três momentos: o primeiro, de 1889 a 1903, período que coincide com o início do trabalho que contou com capitais belgas; o segundo momento, de 1903 a 1906, quando o Governo Borges de Medeiros, do PRR, encampa a ferrovia; e o terceiro momento, que se estende de 1906 a 1920, vinculado a capitais administrados pelo Sindicato norte-americano de Percival Farquhar, o qual funda a Brasil Railway Co. e, em 1906, adquire para o grupo “a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, detentora da concessão que lhe permitia interligar todo o sul do Brasil, além de terras no Paraná e em Santa Catarina, numa extensão de seis milhões de acres, para fins de colonização” (Rückert, 1997, p.117-118).

Relativo ao trecho da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, que penetrava em territórios Kaingang (observe Mapa 7), precisamente entre Cruz Alta e o rio Uruguai, desde 1894, havia ficado sob a posse de acionistas belgas da Compagnie des Chemins de Fer Sud-Oest Brésitien, a qual, mesmo explorando a madeira, a erva-mate e a pecuária, atividades predominantes na região, acabou, a partir de 1904, tornando-se deficitária, o que acarretou o encampamento desta estrada pelo Governo Borges de Medeiros, conforme nos

referimos. Em última análise, então, sobre as construções deste complexo ferroviário na porção norte do Rio Grande do Sul, temos:

“São aprovados os estudos definitivos pelo dec. nº 670 de 14 de novembro de 1891, sendo inaugurado os trabalhos de construção no dia 4 de janeiro de 1892.

Por decreto nº 1882, de 7 de novembro de 1894, foram aprovadas as condições regulares de tarifas desta ferrovia, cuja cessionária então era a companhia ‘du Sud-Oest Brésilien’.

Durante o ano de 1894, em 20 de novembro, foi inaugurado provisoriamente o tráfego numa extensão de 160.827 Kms., entre Santa Maria e Cruz Alta. A 31 de maio de 1897, foi aberto ao tráfego o trecho de Cruz Alta a Pinheiro Marcado; e, a 15 de novembro do mesmo ano, de Pinheiro Marcado ao Carásinho. Em 1910 ao rio Uruguay” (In: Silva, 1922, p.173).

No que se refere aos Kaingang em questão, apesar das alianças estabelecidas com a Sociedade Nacional, desde a segunda metade do século XIX, agora, diante das pretensões da Frente Pioneira que se configurava mantiveram-se cautelosos. Isto porque, nesses primeiros anos da República, a Frente Pioneira estendia os dormentes da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande sobre os territórios nativos, localizados nas Bacias hidrográficas dos rios Uruguai e Lageado.

Pensamos desta forma em decorrência de que sempre que possível os acampamentos dos trabalhadores da ferrovia eram saqueados pelos Kaingang, conforme podemos depreender da correspondência do Sr. C. Lila da Silveira, chefe da Comissão de Terras de Passo Fundo e Soledade, enviada ao Dr. Francisco D’Avila Silveira, diretor da Comissão de Terras e Colonização, que narra:

“Insisto no meu pedido sobre aumento de pessoal nas turmas que vão trabalhar no Sertão do Uruguay, não so porque no caso de doenças de algum trabalhador ficarão os chefes de turmas com pessoal insuficiente para o serviço, como também porque estou informado por pessoas que trabalham na ultima exploração da **E. F. de Passo-Fundo ao Uruguay**, que precisa-se exercer grande vigilancia sobre os indios mansos que em grande numero existem nos Mattos, e que no geral vivem rodeando os acampamentos procurado o menor descuido para saqueal-os (...)” (Correspondência de 09/09/1903, AHRS, grifo nosso).

Com o passar do tempo, entretanto, os Kaingang, provavelmente não conseguindo através destes saques aos acampamentos, os quais se tornavam cada vez mais guarnecidos, conter a construção dos trilhos da ferrovia,

acabaram por restabelecer alianças com os brancos e prestar serviços, segundo podemos perceber pela correspondência de 19/03/1910 (AHRS), do diretor Carlos Torres Gonçalves, enviado ao Secretário de Estado dos Negócios das Obras Pública. Esse ofício informava que “neste município (Passo Fundo) poucos são os que vivem effectivamente nos respectivos toldos. De tempos a tempos se reúnem para plantar as terras em que vivem, buscam trabalhos particulares pelos quaes recebem um salario reduzido, (...) no serviço da estrada de ferro organizam-se também em turmas que são igualmente exploradas brutalmente pelas empreiteiras”.

Quanto às Companhias Colonizadoras que visavam à ocupação e à exploração econômica da região centro-norte do Rio Grande do Sul, podemos classificá-las em privadas e públicas. A colonização privada, durante as duas primeiras décadas do Período Republicano, grosso modo, ocorreu oficialmente de 1897 a 1910 destacando-se empresas como os Colonizadores Schmitt & Oppitz; Castro, Silva & Cia; Colonizadora Matte; Jewish Colonization Association; Empresa Schilling, Göelzer e Almeida; Firma Gomes, Shering, Sturn & Cia, entre outras. No entanto, em Passo Fundo, por exemplo, “o comércio de terras privadas é não só anterior à colonização oficial, mas também mais extenso” (Rückert, 1997, p.121).

Neste sentido, em 1890, é fundada a Colônia Ijuí; em 1891, a Colônia Guarani; em 1897, a Colônia Alto Jacuhy; em 1898, Colônia Saldanha Marinho; em 1899, Colônia Dona Ernestina; em 1904, a Colônia Gerisa; em 1909, as colônias Coronel Selbach e Boa Esperança (Colorado) e, em 1910, a Colônia Barra do Colorado. A respeito desta Frente Agrícola que avança sobre as terras do planalto envolvendo os colonos, Paulo Afonso Zarth, ressalta:

“Em 1890, com a vinda dos colonos europeus e das colônias velhas inaugura-se nova fase na ocupação das terras locais: uma etapa que trouxe grandes contingentes demográficos para as inúmeras colônias oficiais e particulares que se criaram nas áreas de mato, valorizando as terras e incrementando o comércio” (Zarth, 1997, p.40).

Temos também com a edição da Lei estadual nº 29, de 05 de outubro de 1899, assinada pelo presidente do estado Antônio Augusto Borges de Medeiros. Segundo Aldomar Rückert (1997, p.100), um considerável aumento de pedidos de legitimações de posses de terras públicas. A partir do estudo do referido autor é possível constatar que estes pedidos de legitimações de posses deram-se inclusive sobre os tradicionais territórios Kaingang localizados, principalmente, entre os rios da Várzea e Forquilha.

É importante frisar que se a colonização deste espaço, pela ótica da Sociedade Nacional, significava um processo de destruição do território indígena e a construção do território capitalista em sua dimensão agrária. Em

contrapartida para os Kaingang a interpretação atribuída a este território era outra, isto é, relacionou-se “com o espaço dentro de sua própria lógica cultural, ou seja, como um local para a sua permanência, bem como, deslocando-se para as suas redondezas em busca de recursos para autosustentação, os Kaingang não reconhecem as fronteiras estabelecidas pelos colonizadores” (Schwingel, 2001, p.94).

Frente a isto, em nosso entender, os Kaingang e suas lideranças, seguindo as pautas culturais do grupo adotaram a prática de alianças e arrendaram algumas áreas de seus territórios aos brancos, mas até onde estava de acordo com os seus interesses. Acreditamos nisso porque quando alguma coisa não ocorria conforme o previsto, no desenrolar das negociações, recorriam à guerra para resolver as questões. Ilustra isso o desentendimento entre algumas parciais Kaingang e o arrendatário Antonio Pobre, em Nonoai, segundo demonstra a narrativa do pastor luterano Bruno Stysinski que esteve na região em dezembro de 1900.

“Quatro semanas antes de minha chegada a Nonohay, todos os quatro Toldo estavam reunidos e armados pelo seguinte motivo:

Um brasileiro chamado Antonio Pobre se tinha estabelecido no território dos índios com o **consentimento do cacique**, pelo preço combinado de 50\$000 rs anuais de arrendamento. Como ele porem não pagava o arrendamento mas ainda roubava dos índios o pouco gado que possuíam e se tornava um senhor tirânico e absoluto contra os índios, reuniram-se os índios do Votouro, Varzea, Serrinha e Nonohay para expulsar o intruso. Como este foi protegido por alguns amigos, e as autoridades não tinham conseguido apaciguar imediatamente os índios, facilmente poderia se dado um conflito sangrento cujas consequências seriam imprevisíveis. Já os índios tinham cercado a casa de Antonio Pobre e atirado nela com flexas e balas, quando felizmente a Comissão mandada a Palmeira voltou trazendo o parecer justo e energético do Intendente, que mandou Antonio Pobre desocupar a casa imediatamente, caso contrário a polícia o abrigaria. **Satisfeitos com essa solução os índios levantaram o cerco da casa**” (Stysinski, 1902, p.166, grifo nosso).

Quanto à colonização pública, embora oficialmente tenha iniciado em 1910, com a demarcação das seções Sertão e Rio Bonito, deve ser entendida como um projeto do Estado Rio-grandense de tendência positivista de conceder novas terras ao capital, o qual vem coincidir com a terceira fase da imigração (1890 a 1914). Esta fase, segundo Jean Roche (1969, p.344-353), é denominada de “salto para o planalto” em decorrência do aumento populacional das Colônias Velhas de ocupação alemã e italiana. Podemos ilustrar isso com a fundação da Colônia Erechim, em 1908, no município de Passo Fundo (verifique Mapa 7), onde o estado possuía uma área de 7000

hectares e, posteriormente, em 1915, entre os rios Santa Rosa e Santo Cristo, a criação da Colônia Santa Rosa (Sponchiado, 2000, p.163,248).

Conforme Aldomar Rückert (1997, p.114), o minifúndio ou pequena propriedade nesta região constituiu um dos elementos fundamentais no programa do PRR, além de suas diretrizes que, pelo menos em tese, desde a Constituição Estadual Castilhistas de 14 de julho de 1891, pregava a diversificação econômica, o desenvolvimento dos meios de transporte, a questão da imigração espontânea e a incorporação do proletariado à sociedade. Entretanto, relacionado aos indígenas, a Constituição Castilhista, semelhante à Constituição Federal, silenciou-se o que na opinião de Paulo Ricardo Pezat (1997, p.74), pode ser tomado como uma concessão feita aos “coronéis”, os quais dominavam a política da região norte do estado e com quem os governantes do Partido Republicano Rio-grandense mantinham um poder de barganha a fim de mobilizar o eleitorado.

Como vemos, a intenção do governo era concentrar os Kaingang em espaços restritos para liberar o território para a Frente Pioneira, conforme evidencia o relatório enviado da intendência de Palmeira das Missões ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul.

“Devemos informar a V. Ex. que neste município ha vários aldeamentos de indios, e destes ha e extinto primeiramente o do Pary, onde estava aldeado toda a indiada com o **Cacique Fongue**, depois deste o da Guarita, de onde essa indiada foi para o aldeamento de Nonoi, e ultimamente existiam três aldeamentos de indios, o do Inhacorá, o da Estiva e Campina que ficaram reduzidos a dois – Campina e Inhacorá, ficando extinto o de Estiva” (Relatório de 1890, AHRS, grifo nosso).

Tratando ainda sobre esta ocupação na região norte do Rio Grande do Sul, Paulo Afonso Zarth, em seu trabalho “História agrária do planalto gaúcho – 1850/1920”, constata o seguinte:

“No final do século a pressão demográfica sobre as colônias velhas, situadas nas proximidades de Porto Alegre e fundadas sob o sistema de pequena propriedade, impulsionaram colonos excedentes para as novas áreas disponíveis nas matas do planalto. Com esses agricultores, somados aos novos imigrantes europeus e aos antigos agricultores já instalados, o território rio-grandense foi totalmente ocupado de forma efetiva. As áreas florestais do Alto Uruguai foram definitivamente transformadas em zonas agrícolas. Os novos contingentes demográficos e a ferrovia, construída na década de 1890, deram um grande impulso à tímida agricultura local, aproveitando-se da fertilidade natural dos solos virgens” (Zarth, 1997, p.29).

A contrapartida dos Kaingang e de suas lideranças ao avanço destes colonos e posseiros sobre os seus territórios, toda vez que não viam seus interesses atendidos, era a deflagração de ataques. Isso é o que demonstra a reportagem, em 1903, no Jornal “A Federação”.

“De Passo Fundo foi comunicado ao nosso distinto amigo general Fermino de Paula que os bugres do Campo do Meio, em um assalto que levaram a efeito no dia 12 do corrente, assassinaram dois cidadãos residentes nessa ultima localidade, apreendendo os cadáveres.

Supondo resistência por parte dos silvícolas malfeitores, o delegado de policia Luiz Vieira seguiu na madrugada do dia 13 para o Mato Castelhana com uma escolta e, caindo sobre o grupo de criminosos, conseguiu efetivar a prisão de seis bugres” (A Federação de 16/10/1903, p.2).

Neste sentido, sobre os ataques Kaingang temos também, em 1907, uma carta do fazendeiro Francisco Dias de Moraes, enviada a Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado, fazendo a seguinte reclamação:

“Tem esta por fim levar ao conhecimento de V. S. o seguinte: Há mais de dois anos que os moradores da ex-colônia Caseros e criadores residentes no Campo do Meio, 2º distrito de Passo Fundo, dos quais faço parte são flagelados pelos indios pertencentes ao toldo da referida ex-colônia no municipio de Lagoa Vermelha. É desolador o estado de nossas propriedades, dos quais pagamos avultosos impostos; os ervais e palmeiras completamente devastados, os prejuízos em criações não tem conta, as plantações chegam a arrancar a própria semente que se planta; não há o que chegue para satisfazer a voracidade desta praga; os criadores da costa da serra ameaçados de serem assaltados em suas casas, o que, já tem acontecido, por esta horda de ladrões que em nada se empregam, vivendo exclusivamente do roubo e do saque. Punir eles com as leis do país: impossível, o bugre comete um crime, quem foi, foi um bugre, como se chama, onde mora, ninguém sabe, e o crime fica impune. Todos os nossos esforços perante intendentes municipais tem sido baldados, e por isso, apesar de nada valer na ordem das coisas, tomei a liberdade de me dirigir a V.S. pedindo providencias (...). As famílias destes lugares esperam confiantes a vossa benéfica e valiosa proteção no sentido de garantir o sossego em seus lares e direitos de propriedade” (Carta de 14/09/1907, ABM/IHGRS).

Frente a estes episódios mencionados, é possível perceber que por mais que a Secretaria de Obras Públicas tenha criado o Serviço de Proteção

aos Nacionais<sup>27</sup>, no qual Carlos Torres Gonçalves, na Diretoria de Terras e Colonização (DTC), desempenhará uma forte militância, ao menos nestes primeiros anos do Período Republicano, afasta os pequenos posseiros, agregados, etc de muitos territórios, não consegue oferecer a segurança esperada aos colonos e fazendeiros e também não resolve a “questão indígena”.

O engenheiro Carlos Torres Gonçalves, personalidade que desempenhará um papel fundamental na Diretoria de Terras e Colonização no Rio Grande do Sul por um período de vinte anos, começa as suas atividades junto ao PRR, em 09 de junho de 1899, quando é nomeado por Antônio Augusto Borges de Medeiros, ao cargo de 2º condutor da até então Secretaria de Obras Públicas. Neste tempo, de acordo com Breno Antônio Sponchiado (2000, p.32), “a Diretoria de Obras Públicas constituía um reduto de positivistas religiosos, conseqüentemente, o local em que se fazia sentir mais claramente a influência da ortodoxia positivista dentro do projeto político implementado pelo PRR”.

Posteriormente, através do decreto nº 1.018, de 05 de janeiro de 1907, a Secretaria dos Negócios de Obras Públicas sofreu uma reorganização, sendo que suas atribuições ficaram distribuídas entre quatro diretorias denominadas de Diretoria Central, Diretoria de Obras Públicas, Diretoria de Terras e Colonização e Diretoria de Viação.

A Diretoria de Terras e Colonização ficou com todos os serviços que pertenciam à extinta Diretoria de Terras Públicas e como o engenheiro Vespasiano Rodrigues Corrêa, designado inicialmente para o cargo, saiu em licença e depois faleceu, Torres Gonçalves, confrade de Rondon na Igreja Positivista Brasileira, que vinha desempenhando a função interinamente na diretoria em questão desde 1908, foi o nome cogitado. Este, após consultar seus superiores no Rio de Janeiro, aceitou assumir como titular a Diretoria de Terras e Colonização do Estado. No desempenho dessa função, antecipou-se ao Governo Federal no encaminhamento de uma política indigenista para o Rio Grande do Sul que estivesse em sintonia com os pressupostos positivistas.

Se por um lado, a Sociedade Rio-grandense, através das Companhias Colonizadoras e do Projeto Castilhistas-Borgista, conforme observamos, fez a sua interpretação dos acontecimentos, por outro lado, a Sociedade Kaingang, pelo que nos parece, também teve a sua própria versão sobre alguns dos episódios os quais a documentação nos possibilita demonstrar.

---

<sup>27</sup> Os nacionais devem ser entendidos como colonos não imigrantes ou então os filhos destes. Isto é, os caboclos os quais foram os verdadeiros desbravadores das novas fronteiras do planalto gaúcho e “pioneiros de diversos povoados, germes de futuras cidades: Palmeira das Missões, Santa Rosa, Campo Novo, Erechim, Seberí” e não o branco-europeu, conforme é demonstrado muitas vezes pela prática historiográfica (Sponchiado, 2000, p.151, 155).

Neste sentido, os Kaingang e as suas lideranças, visando resguardar ao menos parte dos seus tradicionais territórios desta Frente Pioneira, já que seus ataques e saques não estavam conseguindo contê-los, resolvem estabelecer alianças com os integrantes da Secretaria de Obras Públicas. Tudo indica que este procedimento Kaingang ocorre a partir do ano de 1908, o que coincide com o momento em que Carlos Torres Gonçalves, à frente da Diretoria de Terras e Colonização, procurava viabilizar uma política oficial visando à demarcação das “terras indígenas”. Ou seja, se para a Sociedade Rio-grandense “o ano de 1908 tornou-se um divisor de águas no relacionamento do projeto político do PRR com as populações indígenas”, conforme afirma Pezat (2000, p.284), para os Kaingang foi tomado como um momento propício para solicitar o que era de seu interesse.

No rol destas negociações, dentre os Kaingang que ocupavam os territórios das bacias dos rios da Várzea e Passo Fundo, é que devemos entender a ida a Porto Alegre, em fins de junho de 1908, do *Pã'í mbâng Antonio Pedro*, do Toldo Nonoai, e do *Pã'í mbâng Manoel Olivera*, do Toldo Serrinha (veja Mapa 7). Acompanhados do General Firmino de Paula, objetivavam uma audiência com o Dr. Carlos Barbosa, presidente do Estado, a fim de “reclamar contra as perseguições de que são victimas constantemente por parte de intrusos, pretendendo desalojar-os das suas terras” (Relatório de 27/08/1909, AHRS).

Pelo que tudo indica, este encontro foi considerado bastante satisfatório para as referidas lideranças, as quais tiveram o pedido a respeito da demarcação dos territórios atendidos e, certamente, seguindo a sua própria lógica, projetaram em Carlos Barbosa a figura de um *Pã'í mbâng* que liderava os brancos porque começaram a tratá-lo de “Papai Grande”. Informações sobre este encontro também foram publicadas no Jornal Correio do Povo, conforme segue:

“O general Firmino de Paula foi ontem, às 10 horas da manhã, ao palácio apresentar ao Dr. Presidente do estado os dois **caciques** dos bugres coroados, com aldeamentos na Serrinha, em Nonoai.

O Dr. Carlos Barbosa recebeu-os carinhosamente e indagou dos motivos que os haviam trazido a esta capital [no caso Porto Alegre].

O **cacique-mor Antonio Pedro** do Nonoai expôs que a sua tribo, vivendo nas proximidades da Serrinha desde tempos imemoriais na mais pacífica das posses sobre as terras que ocupa, está, há algum tempo, sendo constantemente perseguido por intrusos, que pretendem desalojá-la.

Considerando essa tentativa uma violação dos seus direitos e dos da sua tribo, o referido **cacique** vinha pedir ao ‘Papai Grande’ para lhes mandar garantir a posse das terras e contínua tranqüilidade.

O Dr. Carlos Barbosa respondeu-lhe que, tomando na devida consideração o justo pedido que se lhe fazia, 'maxime em estando na convicção de que aos ditos bugres assiste direitos incontestáveis de posse sobre as terras que eles foram o primitivos habitantes, posse essa que o governo lhes devia assegurar respeitando-lhes a vida e o regime por que se governam', ia tomar as providências precisas para que se não fizesse, a título de civilização, nenhuma usurpação das suas terras.

Nesse sentido, o Dr. Carlos Barbosa, dirigindo-se ao Dr. Cândido Godoy, secretário das Obras Públicas e então presente, determinou-lhe que mandasse (...) 'proceder à medição e à demarcação da zona por eles até agora ocupada'. Ficou também combinado entre os Drs. Carlos Barbosa e Cândido Godoy que o governo providenciaria, por ato administrativo, 'para que fosse respeitada a propriedade sobre essas terras, até que, pela natural evolução, se achem eles definitivamente incorporados à nossa sociedade', época em que o estado, então, lhes passará, se assim entender e for preciso, títulos parciais e definitivos" (Correio do Povo de 26/07/1908, grifo nosso).

Um outro território, onde se encontrava um grande contingente de Kaingang, eram as Bacias hidrográficas dos rios Passo Fundo, Lageado e Forquilha conforme podemos constatar pela correspondência de Carlos Torres Gonçalves, enviado ao Secretario das Obras Públicas.

"Em Passo Fundo estão os índios repartidos em trez toldos sob a direção cada um delles de um chefe. Um dos toldos, o mais populoso, está situado na costa do rio 'Ligeiro', affluente do rio do 'Peixe', outro fica situado nas cabeceiras do rio Erechim, affluente do rio Passo Fundo, no lugar denominado Ventarra, e o terceiro, o mais reduzido, no rio Carreteiro, affluente do rio do 'Peixe'" (Correspondência de 19/03/1910, AHRS).

Nestes territórios nos parece que as coisas não foram muito diferentes em razão de que estes nativos também começaram a fazer as suas negociações. Isso é o que informa uma outra parte da correspondência anteriormente mencionada.

"Juntamente vos devolvo um memorial apresentado por J. Bruno, cap., ao Presidente do Estado, no qual trata dos índios estabelecidos no 'Faxinal' município da Lagoa Vermelha, entre os rios 'Forquilha' e 'Pelotas' e dos índios, estabelecidos entre os rios 'Índios' e 'Ligeiro', acima da barra do arroio sananduva, no município de Passo Fundo, pedindo para serem respeitadas e discriminadas, as terras ocupadas por esses índios" (Correspondência de 19/03/1910, AHRS).

Precisamente sobre o Toldo Ligeiro, localizado às margens do rio Ligeiro, no município de Passo Fundo, sabemos baseado nas informações em decorrência de uma visita realizada por Carlos Torres Gonçalves (Relatório de 19/06/1910. In: Laytano, 1957, p.69-77), que era habitado por aproximadamente quinhentas pessoas. A liderança estava a cargo do *Pã'í mbâng Candinho*, o qual também era conhecido como Coronel (observe Mapa 7). Apresentava quarenta e poucos anos e residia em um lugarejo composto de sete casas, a cerca de dois quilômetros do rio Ligeiro. Neste toldo, temos ainda *Florêncio*, uma velha liderança, contemporânea ao século XIX, que era pai do *Chefe Candinho*.

Sobre estas desavenças com os colonizadores, o que reforça nosso argumento sobre a aliança estabelecida com o governo a fim de protegerem-se de alguns colonos e/ou fazendeiros é a narrativa feita por um guerreiro da liderança *Candinho*. Este informa “o caso que o colono italiano Jose Caramora, por causa de uma abelheira encontrada no mato por um índio ao seu serviço, disparou contra o mesmo a sua arma de caça, indo a carga de chumbo cravar-se na região da clavícula direita” (Relatório de 19/06/1910, In: Laytano, 1957, p.72).

Outra situação semelhante envolvendo confrontos entre Kaingang e brancos aconteceu mais ao sul, no Toldo Carreteiro, conforme o relatório de 19 de junho de 1910, de Torres Gonçalves (In: Laytano, 1957, p.72). É “o caso de 6 índios do toldo do rio ‘Carreteiro’, que, a troco no diser da sua frase característica, faz poucos annos, mataram assassinado tambem dois dos seus. Eles foram presos, condenados e encarcerados na cadeia desta capital, onde 5 morreram, tendo se livrado solto apenas um, em fins do ano passado”.

Relativo à ocorrência deste tipo de situação em sociedades igualitárias, Elman Service, na obra “Los Orígenes del Estado y del a Civilización”, escreve o seguinte:

“Una sociedad así puede, evidentemente, hacer la guerra de manera más efectiva, por lo muy considerablemente que los logros militares dependen del liderazgo y de disciplina; pero es menos evidente la importancia de la autoridad en la consecución y preservación de la paz en los asuntos externos de la sociedad. Si, por ejemplo, se hace una alianza entre dos sociedades de jefatura vecinas, esto puede significar normalmente que entre los individuos de los dos grupos prevalecen las relaciones pacíficas, y que acudirán en ayuda mutua en caso de un ataque por parte de un tercer grupo. Pero estas relaciones tienen que estar garantizadas; la autoridad puede hacer el tratado, pero esto no es eficaz si no puede imponer la obediencia a su pueblo en el apoyo individual al mismo. Además, y sobre todo, las relaciones entre sociedades están mantenidas típicamente por los

intercambios de presentes, de personas (en el matrimonio) y de hospitalidad. Y si los dos grupos pueden intercambiar especialidades de los que el otro carezca, están aseguradas unas relaciones amables. Todo lo anterior depende de la capacidad del jefe para ordenar el trabajo y los bienes de su sociedad” (Service, 1984, p.119-120).

Estes acontecimentos, ao nosso ver, reforçam a necessidade de alianças com os governantes pela ótica Kaingang. Isso porque possivelmente acreditavam que contraindo alianças teriam do seu lado os Comissários da DTC para ajudá-los em situação de guerra, como demonstra a solicitação feita a Torres Gonçalves e ao chefe da Comissão de Terras de Passo Fundo, que o acompanhava, quando dizem que em “toda a parte, nos toldos, recebemos pedidos em favor dos seus irmãos” (Relatório de 19/06/1910, In: Laytano, 1957, p.72).

Tudo leva a crer que frente a este contexto enfrentado pelos Kaingang, estas demonstrações de alianças já haviam sido inclusive cogitadas anteriormente e, em certas situações, com sucesso, também com alguns colonizadores. Isso é o que informa um “velho brasileiro” que “ao estabelecer-se com a sua numerosa família em terras dos índios, achando-se na miséria, recorreu ao então **Cacique Florêncio** que atendeu-o logo, cedendo-lhe uma roça de milho, pronta para ser colhida, em troca de outra igual, que lhe seria dada no ano vindouro” (Relatório de 19/06/1910, In: Laytano, 1957, p.73, grifo nosso).

Os Kaingang e as suas lideranças que habitavam nas bacias da margem esquerda do rio Forquilha também freqüentemente entravam em conflito com indivíduos da Sociedade Nacional, segundo ilustra a narrativa a seguir:

“Anteriormente, no toldo do **Cacique Faustino**, alguns que haviam esbordoado, em represalia, num baile onde todos se achavam ébrios, outros tantos brasileiros ocidentais, foram presos, devendo entrar em jury na vila da Lagoa Vermelha, no dia 10 do corrente mez. Os brasileiros, provocadores do conflito, em que houve feridos de parte a parte, acham-se, entretanto livres” (Relatório de 19/06/1910. In: Laytano, 1957, p.72, grifo nosso).

Quanto ao Toldo de Faxinal, que o Governo do Estado fez questão que fosse visitado por Torres Gonçalves, é informado em seu relatório que se localizava aproximadamente a doze léguas de Lagoa Vermelha e possuía uma população de quinhentos Kaingang que estavam sob a lideranças do *Pã'í mbâng Faustino Doble* e do *Pã'í Fortunato* (Verifique Mapa 7). A segunda dessas lideranças até estabeleceu aliança com o catequista Ricardo Zeni, a

quem provavelmente tomou como representante do Governo, e aceitou mudar-se com seu grupo mais para próximo das nascentes do rio Forquilha, pois era uma das lideranças subordinadas de *Faustino Doble*.

Por fim, acreditamos que os Kaingang e algumas de suas lideranças, as quais viviam, principalmente, nos toldos do Ligeiro e do Fachinal, tomaram com bons olhos todas estas negociações que vinham acontecendo, até porque foi prometida e certamente cumprida uma série de vantagens tanto ao que se refere à demarcação de territórios como ao recebimento de ferramentas, sementes, utensílios, habitações, etc, conforme se observa em uma correspondência enviado por Carlos Torres Gonçalves à Diretoria de Terras e Colonização.

“Como os indígenas do Rio Grande do Sul, acham-se em grande contato com occidentaes, as medidas a serem tomados podem ficar reduzidas, e esta Directoria propõe-vos essencialmente as seguintes:  
a) Demarcação com escrupulosa lealdade os territorios de que são proprietários, punindo qualquer violação por parte dos chamados civilizados;  
b) Facilitar a instituição da vida sedentária, aperfeiçoando as habitações, desenvolvendo os hábitos e processos industriais, sobretudo agrícolas. Para esse fim será preciso que o Governo forneça a ferramenta mais usual de carpintaria e officiaes de carpinteiro para auxiliar e guiar na construção de casas de madeira; bem assim que forneça-lhes o material essencial de lavoura e sementes” (Correspondência de 19/03/1910, AHRS).

Pelo visto, mesmo fazendo várias negociações, tudo indica que de forma alguma os Kaingang e suas lideranças estavam abrindo mão de seus próprios interesses ou “ocidentalizando-se” através dos estágios propostos pelo Positivismo, como procurava demonstrar os discursos de Carlos Torres Gonçalves em suas correspondências. O que realmente estava acontecendo, pelo que se pode depreender, é que estes Kaingang estavam interpretando e reinterpretando cada um destes eventos em seus próprios termos, conforme é possível constatar quando Torres Gonçalves, por exemplo, reúne as lideranças *Candinho* e *Faustino Doble*, no Toldo do Fachinal, e propõe que um deles, juntamente com a sua parcialidade, abandonasse um dos territórios para morar no do outro. Mesmo com a aliança estabelecida com os brancos, ambas as lideranças negaram-se terminantemente a isso, fazendo com que o engenheiro desistisse da idéia.

Neste sentido, o trabalho de Fredrick Barth, “Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades”, publicado inicialmente em 1992, nos parece ser bastante elucidativo para esta situação envolvendo o engenheiro,

Carlos Torres Gonçalves, e as lideranças Kaingang, *Candinho* e *Faustino Doble*.

“Devemos notar que as interpretações e reinterpretações podem ser feitas ao mesmo tempo, nas interações, conversas e lembranças junto a terceiros (...). É evidente que a interpretação fornecida por um observador a determinado ato pode não coincidir com a intenção do ator, e que isto pode também ocorrer com as interpretações dadas por dois observantes diferentes. O evento-enquanto-ato permanece sempre contestável e maleável. Além disso, o evento pretendido e interpretado como um ato terá normalmente consequências objetivas para além das – ou talvez em contradição com as – intenções e interpretações dos atores. Essa consequência e decorrências, por sua vez, podem ter importantes efeitos sobre o ambiente e sobre a situação de oportunidades dos atores e dos outros. Suas consequências sociais de modo algum são esgotadas por considerações a respeito de suas interpretações” (Barth, 2000, p.174).

Referente às missões cristãs – protestante e católica – as quais começaram a tentativa de desenvolver catequese com os Kaingang entre os rios da Várzea e Forquilha, no Rio Grande do Sul, por volta dos primeiros anos da década de 1900, é importante ressaltar que, embora não tenham sido tomadas com simpatia pela doutrina comtiana, receberam ajuda financeira do PRR. Sobre esta questão a dissertação de mestrado de Paulo Ricardo Pezat, “Augusto Comte e os fetichistas: estudo sobre a relação entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indígena na República Velha”, informa:

“(...) apesar da proposta da IPB [Igreja Positivista Brasileira] visando o estabelecimento de uma política protetora aos indígenas por parte do estado nacional, e da ação concreta neste sentido desenvolvida pelo confrade Rondon, os propagandistas da Religião da Humanidade no Rio Grande do Sul, que trabalhavam no interior da Diretoria de Terras e Colonização, não tinham esta questão como prioritária nos primeiros anos do século XX” (Pezat, 1997, p.282).

Tratando-se especificamente da Missão Luterana, em 1897, foi realizado em São Leopoldo um Congresso Sinodal que reconheceu a necessidade de desenvolver a catequese com os nativos onde os alemães estavam ocupando seus territórios. Frente a isso, segundo Eliane Cristina Deckmann (1985, p.85) e Paulo Ricardo Pezat (1997, p.335), começaram a angariar recursos financeiros principalmente de comunidades alemãs do

exterior, como a Sociedade Renana Missionária e a Associação Evangélica de Barmer.

Por conseguinte, no começo do ano de 1900, o pastor Bruno Stysinski, antigo padre jesuíta que se converteu ao luteranismo, visitou inicialmente aldeias Kaingang no Toldo do Ligeiro e provavelmente também o Toldo do Fachinal. Estes se encontravam na jurisdição do município de Lagoa Vermelha, porque menciona inclusive o *Pã'í mbâng Faustino Doble*, liderança do Fachinal, que governava uma população de quatrocentos Kaingang, conforme o artigo "Indígenas do Rio Grande" que publicou no Diário do Rio Grande do Sul (B.S., 1901, p.250).

No mês de janeiro de 1901, teremos também a viagem da professora Adele Pleitner, da Fundação Evangélica de Hamburgo Velho, que se prontificava a auxiliar na obra missionária com os Kaingang de Lagoa Vermelha. No entanto, como seus familiares começaram a pressioná-la e enfrentou forte oposição da comunidade católica, algum tempo depois, acabou desistindo da façanha.

Paralelo a esta pequena participação de Adele Pleitner, em Lagoa Vermelha, o pastor Bruno Stysinski, durante os meses de dezembro de 1900 e janeiro de 1901, realiza uma segunda viagem para a região. Porém, agora, esta em direção ao município de Passo Fundo e visita os Kaingang que ocupavam as bacias dos rios da Várzea e Passo Fundo segundo descreve:

"As aldeias nas redondezas são: 1) Nonohay, distante uma hora, com o **Cacique Antonio Pedro** cujos antecessores no cargo foram: **Tenente Coronel Caetano**, **Capitão Chico teco Domingo** e **Vitorino Conda** (do Paraná). 2) O Toldo do rio da Varzea com o **Cacique Caetano**, antes em Nonohay. 3) O Toldo no Votoro as margens do rio Passo Fundo ou Uruguay Mirim. 4) Em Serrinha ou Pinheiro Ralo seis a sete léguas para o sul com o **Cacique Major Manuel de Oliveira**. Ao todo os índios mais ou menos 500 almas. Além desses se teriam estabelecido ainda algumas famílias indígenas sob o comando de um **Davi Domingo** em Irucy ou Erimbangui no Município de Passo Fundo, nove ou dez léguas distante de Pinheiro Ralo" (Stysinski, 1902, p.165, grifo nosso).

Baseando-nos nas informações fornecidas por Bruno Stysinski por ocasião da referida visita, é possível estabelecermos algumas considerações a respeito de como os Kaingang e suas lideranças estavam lidando com estas aproximações por parte dos brancos. Todavia, para melhor compreendermos isso, é preciso retroceder a algumas tentativas de alianças com os colonizadores, semelhantes às que ocorreram com os Kaingang que habitavam as Bacias hidrográficas dos rios Lageado e Forquilha, que mencionamos, as quais haviam sido cogitadas e que deram certo, conforme segue:

“Os índios também são muito agradecidos e se apegam a seus verdadeiros benfeitores. O melhor exemplo disso é dado pelo testemunho inesquecível da personalidade do Comandante J. de Oliveira. Hoje ainda vive em Pinheiro Ralo [Serrinha] um velho paulista chamado Rufino de Melo que com sua sinceridade e apresentação amável conquistou a confiança de todos os índios de tal maneira que eles procuraram seu conselho tanto nas suas dificuldades em questão particulares como também públicas e seguem seu conselho” (Stysinski, 1902, p.168).

No que se refere às plantações e criação de animais, a opinião do missionário, em alguns casos também foi satisfatória, conforme se percebe no relato:

“Vive no Município de Palmeira um índio que possui um engenho de açúcar e maneja seu negócio com grande sucesso e independentemente. Alguns encontrei em Nonoay e Serrinha que plantam fumo e o vendem em rolos. O pedaço que me ofereceram era de excelente qualidade e ainda o tenho guardado ao lado de chapéus, peneiras e cestas e outras provas de sua aplicação ao trabalho. Ao lado de plantações de fumo possuem pequenas roças de milho, mandioca, abobora, melancia e feijão. Criam geralmente so porcos e galinhas. Raro encontra-se um cavalo entre eles, mas quase sempre cachorros. A minha pergunta porque plantam tão pouco, e porque não criam gado responderam que lhes faltava ferramentas agrícolas necessárias, também não tem vontade de fazê-lo porque receiam serem expulsos de suas terras e matas” (Stysinski, 1902, p.168).

Neste sentido, podemos dizer que tanto as alianças com os brancos como as plantações ou criações de animais obedecem à lógica Kaingang. Quanto às alianças, estas não eram aleatoriamente estabelecidas com qualquer pessoa e as lavouras e criações de animais também tinham a sua razão de ser.

Nas roças, por exemplo, eram as mulheres que na maioria do tempo dedicavam-se ao trabalho, enquanto os homens, freqüentemente, saíam para a caça, o que estava plenamente de acordo com as pautas Kaingang, demonstrando com isso que apesar das relações estabelecidas, persistia uma fronteira cultural entre as duas sociedades. Até porque, afinal de contas, os Kaingang não visavam à produção de excedentes para o acúmulo capitalista que assolava a região.

Recorrendo ao trabalho de Marshall Sahlins “La pensée bourgeoise: a sociedade ocidental como cultura”, publicado num primeiro momento em 1976,

mas que foi incluído em uma das recentes obras deste autor “Cultura na Prática” (2004), encontramos suas críticas ao economicismo ocidental que ignora os códigos culturais de outras sociedades. Neste último caso podemos incluir a Sociedade Kaingang.

“Na concepção nativa, a economia é um campo de ação pragmática. E a sociedade é o resultado formal. As principais relações políticas e de classe, bem como as concepções que os homens têm da natureza e deles mesmos, são gerados por esta busca racional da felicidade material. A ordem cultural é tal como se fosse sedimentada a partir da interação de homens e grupos que agem de maneira diversa, com base na lógica objetiva de suas situações materiais (...). Por outro lado, é também de conhecimento geral na antropologia que o esquema ‘racional’ e ‘objetivo’ de qualquer grupo humano nunca é o único possível. Mesmo em condições materiais muito semelhantes, as ordens e finalidades culturais podem ser muito distintas. É que as condições materiais, embora sempre indispensáveis, são potencialmente ‘objetivas’ e ‘necessárias’ de muitas maneiras diferentes – de acordo com a seleção cultural pela qual se tornam ‘forças’ efetivas” (Sahlins, 2004, p.180-181).

Outro dado que merece atenção envolve o pastor Bruno Stysinki (1902, p.170) o qual visitou os toldos Nonoai e Serrinha. Acreditamos que o referido missionário, após observado pelos Kaingang, foi também cogitado para contrair aliança com o grupo, uma vez que o *Pã’í mbâng Manoel de Oliveira*, liderança do Toldo da Serrinha (veja Mapa 7), em uma roda de chimarrão com o pastor “ofereceu com gesto de simpatia e gratidão a mão de sua filha” em casamento e informou inclusive, “que uma outra filha está casada com um coronel em São Paulo”.

Sobre situações envolvendo estas fronteiras étnicas entre os Kaingang, as quais nos parecem ser bastante fluidas, semelhantes às que ocorreram com os nativos que ocupavam territórios das bacias do rio Piquiri, temos a seguinte narrativa:

“As características da raça aqui se conservaram bem, porem não tão puras como em Lagoa Vermelha. Muitos brasileiros se ligaram com índias e como estas tais uniões livres não são permanentes os descendentes mestiços voltam ao Toldo. Ate uma menina com pele branca encontrei com tipo característico da raça branca, germanica de cabelos loiros avermelhados” (Stysinski, 1902, p.169).

Esta fluidez em sua fronteira étnica, isto é, aceitando casamentos e/ou envolvimento sexual com pessoas de fora do grupo Kaingang, explica-se inclusive em razão do seu próprio passado mítico. Relacionado a isso,

Telêmaco Borba (1908, p.22), informa que os gêmeos ancestrais Cayrucré e Camé, casaram seus filhos e filhas entre si, e os rapazes que sobraram vieram para a aldeia e desposaram mulheres Kaingang.

Um estudo neste sentido, embora com grupos asiáticos, é o trabalho de Fredrik Barth “A identidade Pathan e a sua manutenção”, publicado pela primeira vez em 1969, e que aborda a questão da fronteira étnica da seguinte maneira:

“Tentei mostrar também que a travessia da fronteira étnica por um indivíduo, ou seja, a mudança de identidade ocorre sempre que a performance desse indivíduo não tem condições de sucesso e há outras identidades alternativas ao seu alcance, permanecendo a organização étnica intacta. Também abordei os problemas que ocorrem quando o fracasso nas performances se torna uma experiência comum a muitas pessoas, sem que haja uma identidade contrastiva ao seu alcance que possa oferecer um ajuste alternativo, e procurei mostrar como isso leva a uma mudança na definição de identidade étnica e, conseqüentemente, na organização das unidades e fronteiras” (Barth [1969], 2000, p.91).

Retornando ao Toldo da Serrinha, reforça o argumento da aliança que os Kaingang e suas lideranças estabeleceram com o pastor Bruno; a aceitação de posarem para fotografias. Sobre isso é exposto:

“Como tinha trazido minha maquina fotografica para tirar instantaneas eu experimentei algumas fotografias; uma choupana em Toledo, o **Cacique Antonio Pedro** de Nonoai e o **Cacique Manoel Oliveira** do Pinheiro Ralo com arco e flecha, uma mulher india quando tecia um chapéu com um cachorrinho em baixo dos braços, uma menina indigena de 5 anos bem caracteristica e algumas fotografias em grupo” (Stysinski, 1902, p.169, grifo nosso).

Demonstrações da contrapartida esperada pelos Kaingang, em decorrência desta aliança, podemos perceber no próprio relato de Bruno Stysinski (1902, p.170), pois quando estava indo embora “reuniram-se alguns índios com o cacique para me acompanhar uma parte do caminho, recomendando-me e lembrando varios pedidos e soluções para seus problemas. Prometi-lhes que iria interceder por eles e levei a serio minha promessa – infelizmente até agora com pouco sucesso e exito”.

Posteriormente, dois missionários luteranos Curt Haupt e Otto von Jutrzenka, da Fundação Johannes de Spandauer, conforme Deckmann (1985, p.85), também se dispuseram a realizar trabalho religioso com os nativos, os quais, em 1903, acompanhados de algumas lideranças do Sínodo Rio-grandense, reuniram-se com o presidente do estado. Deste encontro com

Antônio Augusto Borges de Medeiros obtiveram para a obra as passagens de trem de Porto Alegre a Passo Fundo.

Dando continuidade ao trabalho missionário, em fins de julho de 1904, partiram então para os territórios Kaingang das proximidades do rio da Várzea. A respeito da viagem e antes de chegar ao Toldo da Serrinha onde pretendiam atuar, relatam “que depois de muita demora de oito dias em Passo Fundo, onde compramos carretões e um cavallo, seguimos com a bagagem em uma carreta no dez deste mez. A estrada do campo achava-se naquelles dias chuvosos em pessimo estado, e, por isso chegamos aqui, (16 leguas além de Passo Fundo) no dia 12” (Relatório de 19/08/1904, AHRS).

Somos levados a acreditar que estes dois missionários foram considerados pela ótica Kaingang no rol da aliança já estabelecida com o pastor Bruno Stysinki e, tudo indica, que não estavam dispostos a aceitar a fé professada pelos luteranos. Razões que nos levam a pensar desta forma é porque entre os Kaingang havia um Kujà que cuidava tanto da saúde do corpo como a do espírito. Um trecho do relatório que ilustra a questão é o fato de que o “toldo tem seu proprio medico, um velho com cabellos cinzentos, que nos contemplava com desconfiança, talvez que suppondo em nós concorrentes (...)” (Relatório de 19/08/1904, AHRS).

A respeito da recepção dada aos missionários por parte dos nativos, o relatório em questão informa:

“No mesmo dia visitamos o **Cacique Manoel Oliveira**, que cheio de satisfação sobre o cumprimento de nossa promessa que voltariamos, cuidava muito de agasalhar-nos. A nova de nossa vinda, espalhou-se imediatamente por todo o toldo e os índios vieram correndo, de todos os cantos exprimindo a sua alegria em varios modos. ‘Agora somos ricos!’ dizia um, e outros exclamaram: Oh! Como estamos alegres! Outros queriam festejar na audeazinha, mas á nossa disenação, prometteram-nos com um aperto de mão, de não ir tomar cachaça, e até hoje nenhum foi” (Relatório de 19/08/1904, AHRS, grifo nosso).

Inicialmente as relações entre os Kaingang e estes missionários foram amistosas, uma vez que os nativos visitavam-nos freqüentemente e até mesmo gostavam de permanecer na companhia dos pastores, como é o caso, por exemplo, de um filho do *Pã’í João* que até mesmo jantou com os luteranos. Sobre isto é possível pensarmos que os nativos estavam, certamente, realizando o ritual da comensalidade que, pela lógica Kaingang, é comum para com aquelas pessoas de sua convivência.

Porém, passado algum tempo, tudo indica que as relações dos Kaingang e suas lideranças com os referidos missionários começaram a mudar, conforme percebemos no relato dos religiosos:

“O motivo é que muita gente destes campos, tem estado a nos fazer suspeitos ao **Cacique Manoel Oliveira** e a frente delle, somos ainda hoje fez um tal Manoel em presença de 10 indios e do cacique. Não possuímos pessoalmente a confiança de todos os habitantes do toldo e não temos receio que corramos riscos; mas, é natural que em consequência de tais suspeições, nossa autoridade e influencia diminuirão e os trabalhos para instrução e educação soffram danos” (Relatório de 19/08/1904, AHRS, grifo nosso).

Para compreendermos estas mudanças por parte dos Kaingang, em nosso entender, devemos levar em consideração o contexto político do PRR na região palmeirense em que, segundo Loiva Otero Felix (1987, p.104), o Coronel Firmino Paula, subchefe de polícia, cooptado por Borges de Medeiros, tinha pleno domínio, mas que a partir de 1903 passou a enfrentar a oposição do Coronel Serafim de Moura Reis, intendente do município. Ora, Firmino Paula certamente não tinha interesse que missionários luteranos estivessem interferindo, mesmo que com Kaingang, em sua área de domínio, porque poderia acarretar-lhe problemas, principalmente no momento em que passava a ter seu poder contestado por um outro coronel.

Frente a isso, embora a documentação que manuseamos não apresente dados, acreditamos que seria praticamente impossível que Firmino Paula não tivesse ligações possivelmente amistosas com os Kaingang. Isto porque a área de jurisdição desse coronel se estendia sobre os tradicionais territórios Kaingang e, provavelmente, estabelecendo algum tipo de aliança com os nativos deve ter influenciado para que as relações desses com os missionários fossem enfraquecidas.

As razões que nos levam a pensar desta forma é justamente porque será contra os coronéis Firmino Paula e Messias Berthier que Curt Haupt e Ott von Jutrzenka solicitarão que o governo do estado interfira a fim de que possam dar continuidade ao trabalho. Isso é o que informa o relatório:

“Mas temos também um pedido especial que a ilustre comissão represente ao Sr. Dr. Presidente do Estado, para que S. Escia. faça ciente aos chefes da Região Serrana Sr. General Fermino de Paula em Cruz Alta, do chefe em Nonohay – Sr. Messias Berthier, que é com consentimento de S. Exc. que principiamos o nosso trabalho aqui. O nosso pedido é urgente, porque ao nosso ver, muito se perde do pronto cumprimento” (Relatório de 19/08/1904, AHRS).

Neste sentido, uma outra correspondência enviada, em setembro de 1904, ao Presidente Antonio Borges de Medeiros, pelo Dr. With Rotermund, do Sínodo Rio-grandense de São Leopoldo, fez a mesma solicitação visando à

interferência do governo. No entanto, também não obteve sucesso (Relatório de 10/09/1904, AHRs).

Sobre a postura do governo, concordamos com Paulo Pezat (1997, p.340). O autor afirma que o presidente do Rio Grande do Sul, diante da situação criada, não mostrou interesse que os referidos luteranos continuassem sua missão “junto aos índios do toldo da Serrinha (...) pois não poderia correr o risco de incompatibilizar-se com Fermino de Paula, a mais importante liderança política do PRR na região norte do estado (...), que exercia um mandato na Assembléia de Representantes e tinha enorme capacidade de mobilização eleitoral e militar, nos casos em que essas fossem necessárias”.

Diante de todos estes acontecimentos, a Missão Luterana, sem o apoio do governo estadual e com as pressões desfavoráveis das oligarquias da “região serrana”, pôs fim a seu trabalho com os Kaingang.

As Missões Capuchinhas, que também passaram a trabalhar com os Kaingang, devem ser entendidas, segundo Carlos Zagonel (1975, 28-29), no contexto do convite efetivado, durante os primeiros anos da década de 1890, por Dom Cláudio Ponce de Leão, para esta ordem atuar em áreas de colonização alemã e italiana. O trabalho visava ensinar a língua portuguesa e amenizar problemas relacionados à nacionalização.

Aceito o convite, os capuchinhos franceses Bruno de Gillonnay e Leon de Montsapey, da Província de Sabóia, chegam, no início do ano de 1896, ao Rio Grande do Sul e se instalam em Conde d’Eu (atualmente Garibaldi). Logo depois, em 1898, novos missionários, como Alfredo de Saint Jean-d’Arves, Fidèle de La Motte-Servolex, Bernardino d’Apremont e Germano de Saint-Sist, acompanhados de um grupo de seminaristas franceses que estavam no Líbano, também vieram para ampliar a área de atuação religiosa (Zagonel, 1975, p.84-85).

Em 1900, ampliando o trabalho, começam a atender a população dos Campos de Cima da Serra nas paróquias de Vacaria e Lagoa Vermelha. É neste momento, então, que se deparam com os Kaingang que viviam em territórios das Bacias hidrográficas dos rios Lageado e Forquilha. Sobre os primeiros contatos travados com estes nativos, apontamos inicialmente uma carta, de dezembro de 1903, do frei Fidèle de La Motte-Servolex, a qual, parafraseada por Paulo Ricardo Pezat, informa o seguinte:

“(...) após alguns dias de excursão pela mata, acompanhado de um grupo de homens conhecedores dos hábitos indígenas, atingiu um sítio recém abandonado pelos ‘selvagens’, temerosos que eram de qualquer contato com os civilizados. Mesmo reconhecendo que a aproximação seria dificultada pelo temor que os índios tinham dos brancos, o frei La Motte-Servolex mostrava-se confiante quanto as potencialidades de sucesso em sua missão de levar-lhes ‘as

vantagens da fé e da civilização'. No entanto, o grupo conduzia armas de fogo, prevenindo-se de um possível ataque" (Pezat, 1997, p.308).

Neste mesmo ano, o frei Bruno de Gillonnay, superior da missão capuchinha no Rio Grande do Sul, também faz uma visita aos Kaingang da região, segundo temos:

"Nas florestas do norte do Estado existem ainda algumas tribos dos grupos que ocupavam o Brasil quando de sua descoberta. Um dos nossos missionários, Frei Alfredo de Saint Jean-d'Arves, numa de suas inúmeras excursões apostólicas havia conseguido chegar até esses infelizes. Em vista do relatório que me apresentou, resolvi visitá-los eu mesmo com o objetivo de verificar se haveria possibilidade de empreender algo para lhes proporcionar os benefícios da civilização (...). Essas tribos são restos dos primeiros habitantes do Rio Grande do Sul. O povo os chama bugres, mas eles rejeitam tal denominação, que convém aos índios ferozes, que habitam as profundezas das florestas. Cada tribo tem seu **chefe** reconhecido e aceito (...). É um povo que desperta grande interesse. Por isso pensei logo em organizar a evangelização desses pobres abandonados. A primeira condição seria reuni-los, porque é quase impossível chegar a cada um deles. Para chegar a seus toldos é preciso viajar vários dias pela floresta, transpor árvores arrancadas, atravessar a vau cursos d'água, que se tornam intransponíveis à menor chuva; cavalgar por atalhos obstruídos, por banhados, barrancos, etc. Conversei com os **chefes**, falei com as autoridades civis e ficou estabelecido que se tentaria junto ao Governo do Rio Grande do Sul obter uma área de terreno no município de Lagoa Vermelha, às margens do rio Forquilha, para aí reunir os diversos toldos e que, em seguida, um missionário, ou dois, ocupar-se-iam de sua instrução religiosa e civil. Os **chefes** com os quais falei prometeram usar de sua influência junto aos **chefes** das outras tribos, no sentido de mostrar-lhes as vantagens e decidi-los a realizar este projeto de união" (Correspondência de 1903. In: RSFD'A, 1904, p.236-240, grifo nosso).

Relativo aos Kaingang e às suas lideranças, somos da opinião de que provavelmente tinham conhecimento das alianças vantajosas que seus parentes, os quais ocupavam os territórios das bacias dos rios da Várzea e Passo Fundo, haviam estabelecido com os missionários luteranos, por volta do referido período. Em vista disso, também resolveram sondar possibilidades de fazerem o mesmo com os freis capuchinhos que insistiam em aproximar-se deles.

Passados estes primeiros contatos com os religiosos, os Kaingang e suas lideranças mantiveram-se cautelosos em suas alianças. Razões para isso, em nosso ponto de vista, devem-se, principalmente, às disputas de coronéis, provavelmente maragatos que assolavam a região, como, por exemplo, o grupo de Felipe Portinho, que Loiva Otero Felix, em seu trabalho “Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política (1987, p.17,47), dá a entender, mas como está enfocando os coronéis situacionistas (Borgistas), não chega a aprofundar a questão.

Todavia, a partir de 1908, no rol das alianças que estabeleceram com os comissários da Diretoria de Terras e Colonização que mencionamos anteriormente é que também se decidem a fazer alianças com os capuchinhos. Levando isto em consideração é que podemos entender a nova visita de Bruno de Gillonnay, em 1908, aos Kaingang do Toldo do Fachinal e as informações prestadas a Carlos Barbosa, Presidente do Estado, ao narrar que “os índios desse toldo somam 120 famílias com uma população média de 500 pessoas. Habitavam em miseráveis palhoças, não têm camas, nem móveis, andam seminus. Seguidamente deixam suas palhoças e percorrem as florestas para caçar, pescar, roubar. São muito preguiçosos. Todavia, quando as circunstâncias exigem, são capazes de sujeitar-se a um trabalho regular. Cada família tem sua cabana (...). Reconhecem e aceitam um chefe a quem obedecem” (Relatório de 16/06/1909. In: RSFD’A, 1910, p.54-55).

Ora, os dados coletados pelo frei Gillonnay, que não são de estranhar, estão repletos de referenciais etnocêntricos nos quais o “outro” é visto como alguém a ser “civilizado”. Essa retórica de alteridade generalizante sobre o “outro” na história da humanidade é preciso ressaltar que é antiga.

Nesse sentido, François Hartog, ao fazer a crítica ao tratamento dado pelos gregos ao “outro”, isto é, considerando-o bárbaro, tais como os citas, persas, egípcios, lídios e hindus, do século V a. C., mesmo que respeitando as suas especificidades, ilustra a questão.

“Dizer o **outro** é enunciá-lo como diferente – é enunciar que há dois termos, **a** e **b**, e que **a** não é **b**. Por exemplo: existem gregos e não gregos. Mas a diferença não se torna interessante senão a partir do momento em que **a** e **b** entram num mesmo sistema. Não se tinha antes senão uma pura e simples não-coincidência. Daí para a frente, encontramos desvios, portanto uma diferença possível de ser assinalada e significativa entre os dois termos. Por exemplo: existem gregos e bárbaros. Desde quando a diferença é dita ou transcrita, torna-se significativa, já que é captada nos sistemas da língua e da escrita” (Hartog, 1999, p.229, grifo do autor).

Relativo a estes Kaingang, não podemos esquecer, que as características observadas e descritas com estranheza pelos capuchinhos no

que se refere à habitação, economia, organização social, etc nada mais são do que manifestações que estão perfeitamente dentro dos parâmetros culturais do grupo. Ou seja, estes nativos permaneciam vivendo e organizando-se da maneira como sempre fizeram.

Por outro lado, os Kaingang e as suas lideranças também realizaram sua própria leitura a respeito dos freis e aproveitaram-se deles, como interlocutores nas negociações que se estabeleceram, para conseguirem vantagens junto ao Governo de Carlos Barbosa. Dizemos isso porque, ainda no relatório de 16 de junho de 1909 o frei Bruno de Gillonnay registra que “os índios mesmo pedem ao Governo reconhecer-lhes como propriedade uma área de terra que sempre ocuparam, situada entre o rio Carazinho, a leste, o rio Lajeado, a oeste, a superfície de duas léguas quadradas, mais ou menos” (Relatório de 16/06/1909. In: RSFD’A, 1910, p.55).

Devido às dificuldades para dar conta da missão com os Kaingang, uma vez que para a vasta região de Vacaria e Lagoa Vermelha contavam apenas com os capuchinhos Fidèle de La Motte-Servolex e Alfredo de Saint-Jean d’Arves, frei Bruno, após encontrar, em junho de 1909, Ricardo Zeni, catequista leigo, interveio junto ao Governo do PRR. De concreto consegue que Protásio Alves, Secretário de Estado para os Negócios do Interior e do Exterior, nomeie Ricardo Zeni como professor de catequese para os índios de Lagoa Vermelha, o qual passava a receber anualmente 1800\$000 de vencimento (Diário Oficial de 18/10/1909, apud Costa; De Boni, 1996, p.339).

No mês de dezembro de 1910, frei Bruno de Gillonnay visitou novamente as áreas Kaingang no Toldo do Fachinal. Neste local foram distribuídas sementes de milho, feijão, trigo e batatas, o que certamente contribuiu para a continuidade da aliança com os capuchinhos na visão Kaingang, uma vez que o velho *Pã’í mbâng Faustino Doble* tornou-se amigo do frei Gillonnay e passou a chamá-lo de “papai branco”.

Posteriormente, em janeiro de 1911, empreendeu viagens também pelos toldos de Ligeiro e Nonoai. Seu principal objetivo era o de observar em que situação se encontravam visando provavelmente ampliar o trabalho missionário (Relatório de 31/03/1911. In: D’Apremont; Gillonnay, 1976, p.254-257).

Precisamente, no Toldo do Fachinal, os trabalhos de evangelização dos capuchinhos com os Kaingang parece-nos que tiveram significados diferentes entre as duas culturas. Indicativos a este respeito podem ser observados durante uma missa realizada, em 1º de maio de 1913, a qual é descrita da seguinte maneira pelo missionário.

(...) os índios em conjunto, recitavam orações preparatórias ao grande ato, com voz clara e argentina (...). As crianças escutavam, de olhos fitos no pregador. Realmente era uma cena mais divina que

humana. Chegado, enfim, o momento desejado, cantaram em conjunto o confiteor e depois, num recolhimento edificante, se aproximaram da mesa sagrada para receberem o pão dos anjos.

Terminada a ação de graças, o Frei Germano lhes ofereceu uma lembrança do grande ato e foram convidados para um lanche, que tomaram com apetite voraz pois já era meio-dia. Retiraram-se, depois, contentes e felizes para suas cabanas” (Correspondência de 15/05/1913. In: RSFD’A, 1913, p.260-262).

Ao observarmos o desenrolar desse evento, é possível perceber as diferentes concepções de mundo existentes em cada uma das culturas em questão, as quais estão seguindo suas próprias lógicas, porque, segundo Marshall Sahlins (1990, p.11), diferentes culturas produzem diferentes historicidades. Nesse sentido, enquanto a celebração cristã, o canto e o recebimento do pão sagrado significavam para os capuchinhos algum tipo de adesão nativa ao Deus Cristão, na concepção Kaingang, representaram, provavelmente, o indicativo de uma estrutura prescritiva em que, conforme Sahlins (1990, p.13), era mantida a projeção da ordem existente, mas reelaborada a nova situação através do mito. Em vista disso, podemos dizer que, no caso Kaingang, elementos como a comensalidade<sup>28</sup>, o canto, entre outros, estiveram presentes no entrelaçamento dessas duas historicidades.

Reforça ainda mais essa questão o fato de que os nativos não se submeteram à catequese nos moldes pretendidos pelos capuchinhos, não abriram mão da natureza guerreira e também não deixaram de fazer as coisas obedecendo à lógica interna do grupo. Sobre isto um artigo publicado em 30 de novembro de 1913, no Jornal “A Defesa”, do Rio de Janeiro, informa:

“A catequese leiga não pode oferecer resultados positivos, enquanto os negativos são inúmeros. Consistem em que os ataques violentos dos índios são muito mais freqüentes que no passado e que os selvagens, conscientes de impunidade, tornam-se cada vez mais violentos. Os presentes que receberam não abrandaram seu furor, pelo contrário, excitaram-nos a cometerem sempre novos crimes. Se os índios, em cada homicídio, em cada roubo, recebem presentes, é

---

<sup>28</sup> A prática da comensalidade para os Kaingang fazia parte de uma ritualização, realizada toda vez que recebiam visitas de outras parcialidades, ou então, quando estabeleciam alianças representando dessa forma um canal de sociabilidade. Esclarecem isso dois relatos: um é de Telêmaco Borba (1908, p.14) dizendo que “quando alguém chega a eles, a primeira coisa que fazem é perguntar se tem fome, nos dias de abundância nem isso fazem sem nada dizer, vão pondo de ante da pessoa a comida dizendo – coma – (acó); nunca negam a comida que se lhes pede, do pouco que teem comem juntos”. O outro relato é de Gustav Königswald (1908, p.46) que ao tratar do assunto informa que os Kaingang “consideram a hospitalidade uma questão de respeito e sempre estão dispostos a entregar o melhor do que possuem aos desconhecidos e sob qualquer circunstância dividir com eles os últimos alimentos”.

claro que verão nisso um convite para continuarem uma atividade criminosa e tão bem recompensada (...).

E continua o jornal do Rio, analisando o artigo citado, afirmando que os catequistas leigos não permitem ao governo conhecer a realidade a ponto de que a autoridade não pode tomar decisões. Seus relatórios redigidos de maneira a favorecer seu apostolado e mantê-los numa função largamente remunerada, verdadeira mina para o Dr. Abott, Dr. Aldinger & Cia. Eis, em resumo, o resultado obtido pela catequese leiga nestes três últimos anos: oito assassinatos, entre os quais, uma senhora e um bebê, nove feridos. Os índios perderam somente um homem, mataram cerca de 700 animais só pelo gosto de derramar sangue, arrombaram sete casas, incendiando outras, duas vezes saquearam e assaltaram os acampamentos de seus protetores. Pode-se avaliar em cem contos os prejuízos de segurança e garantia contra os **senhores da floresta**" (apud Costa e De Boni, 1996, p.361, grifo do autor).

Por fim, Carlos Torres Gonçalves, na Diretoria de Terras e Colonização desde 1908, deixava bastante clara a discordância de que ordens religiosas assistissem aos indígenas. O afastamento dos capuchinhos da direção do Seminário Diocesano, em 1913, pelo novo bispo, Dom João Becker; a suspensão de ajuda financeira aos capuchinhos que atuassem junto aos Kaingang por Antônio Augusto Borges de Medeiros, que retornava também, em 1913, para um novo mandato presidencial no Rio Grande do Sul, somados à eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, que acarretou o retorno à Europa de vários capuchinhos franceses, provocou, conforme Pezat (1997, p.322-326), o enfraquecimento cada vez maior das missões desta ordem com os Kaingang.

## 5.2 Lideranças Kaingang atuantes

Dentre as lideranças que atuaram no território próxima ao rio Inhacorá temos o Velho *Pã'i mbâng Fongue*; próximo a Lagoa Vermelha destacamos *Juca Bugre*; em territórios das Bacias hidrográficas dos rios da Várzea e Passo Fundo apontamos as lideranças *Antônio Pedro*, *Marcolino Salles*, *Manoel de Oliveira*, *João de Oliveira* e *Davi Domingo*. Nos territórios das Bacias hidrográficas dos rios Lageado e Forquilha, as lideranças *Florêncio*, *Candinho*, *Faustino Doble* e *Fortunato*.

**Fongue, Fongui ou Fong:** trata-se de um Chefe Principal que atuou no século XIX, conforme a apresentamos em nossa dissertação de mestrado "Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)" (2000, p.84-93), e que no início do Período Republicano vivia no Toldo do Inhacorá (observe Mapa 7). A seu respeito, Bruno Stysinski (1902, p.164), que visitou a região em fins de

1900 e início de 1901, narra em seu estudo que há “pouco tempo uns seis ou sete anos atrás” esta velha liderança ainda estava viva e estava “com a idade de 117 anos aproximadamente”.

Diante desde dado, é possível repensarmos as informações relativas à sua morte. Ou seja, seis a sete anos antes de 1901, retrocede a 1894/1895, datas em que ainda estaria vivo, o que não coincide com o relato de Hemetério Silveira (1909, p.332) a respeito dele ter falecido, em 1886, na região de Campo Novo, próxima ao rio Inhacorá.

Há também as informações de Martin Fischer (1959, p.160-165) e de Ítala Basile Becker (1976, p.125), indicando o período da Primeira Guerra Mundial (1914 –1918), como a época de sua morte. Isso, em nossa opinião, é pouco provável porque estaria com uma idade de, aproximadamente, cento e trinta e sete anos, a qual consideramos muito avançada para um homem, vivendo em situação de guerra com as parcialidades inimigas e com as Frentes Colonizadoras o que certamente provocou, muitas vezes, a privação do que era necessário para subsistência.

Considerando estas informações, somos levados a acreditar que o *Cacique Fongue* deve ter morrido, então, depois de 1894, e não em 1886 como havíamos pensado anteriormente (Laroque, 2000, p.86).

**Juca Bugre:** esta liderança era natural da Colônia Militar de Caseros, localizada em Lagoa Vermelha e, segundo Demétrio Dias Moraes (1977, p.208), teria mantido contato com o padre Antônio de Moraes Branco, que, em meados da década de 1860, foi diretor e missionário da referida Colônia Militar. Mais tarde, por volta do período em que ocorreu a Revolução Federalista (1893-1895), alguns grupos de Kaingang originários de Lagoa Vermelha, dos quais acreditamos que *Juca Bugre* fazia parte (veja Mapa 7), teriam se estabelecido próximo a territórios da bacia do rio Ligeiro. Sobre este fato, uma correspondência de Carlos Torres Gonçalves, enviado ao Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, relata que “o primeiro, agrupamento veio da Lagoa Vermelha durante o ultimo periodo revolucionario no Estado, e os outros representam os restos da antiga e poderosa tribu que dominava Passo Fundo e estendia suas ramificações pelas colônias italianas até Caxias” (Correspondência de 19/03/1910, AHRs).

Ainda sobre esta movimentação de Kaingang pelo território durante o período da Revolução de 1893, Wilmar D’Angelis (1984, p.40-41) menciona as lideranças *Chico Pataca*, *Cadete* e *Antônio Péytkar* que também, deixando Lagoa Vermelha, dirigiram-se para as proximidades de Passo Fundo. Porém, passando algum tempo, atravessaram o rio Uruguai e foram estabelecer-se com suas parcialidades nos territórios das bacias da margem direita do referido rio, conforme abordamos no capítulo quatro.

Quanto ao *Pã'í Juca Bugre*, parece-nos que, visando atender interesses Kaingang, ora mantinha relações amistosas com os Pica-Paus (chamados também de Legalistas ou Castilhistas, os quais contavam com o apoio do exército), ora com os Maragatos (conhecidos como Federalistas ou Gasparitas que eram auxiliados pela Marinha), segundo podemos observar no relato a seguir:

“Em setembro desse ano [1893], quando as forças revolucionárias comandadas pelo caudilho gaúcho Gomercindo Saraiva, marchavam para o norte e aproximando-se de Lagoa Vermelha, no Mato Português, encontravam pela frente entrincheirada no mato, a infantaria do exército legal, comandada pelo valoroso e extraordinário capitão Antonio Chachá Pereira.

Ali, sob a espessura maciça da mata virgem trava-se o violento duelo que caracterizou uma bravura indizível de Chachá e seus comandados.

A luta durava já pelo segundo dia, quando as forças de Gomercindo abrindo picadas através da serra e pelos flancos contornava o baluarte e atingia a estrada na retaguarda da defesa dá passagem.

**Juca Bugre**, aproveitando a carne de algumas vacas abatidas pelas forças maragatas, cujos soldados, parece que à vista da abundância existente por terem matado várias vacas leiteiras da fazenda deixando os bezerrinhos a mugir melancólicos pelos campos; tiravam alguns pedaços preferidos e deixavam quase toda a carne a mercê dos urubus.

Aí, o **índio velho**, que era exímio assador de churrasco, aproveitou a fazer assados que levava às forças de Gomercindo para dar e vender. Em pouco ficou ele familiarizado com os soldados e foi de mansinho se introduzindo nos acampamentos até conseguir atravessar, sem ser notado, as linhas de combatentes das forças maragatas, a fim de atingir ao acampamento das forças legais que resistiam bravamente ao ataque.

Era ele um índio quase octogenário e nessa situação foi mais fácil ludibriar os maragatos.

Assim, **Juca Bugre**, vendendo e dando assado, conseguiu esgueirar-se através das forças e chegar ao acampamento de Chachá enfileirado na orla da serra.

Na madrugada de 6 de setembro, surge inopinadamente como se tivesse brotado do seio da terra, dentro das trincheiras, um índio velho risonho e presenteiro, causando no momento, susto, surpresa, prevenção e pronta tentativa de reação, como é natural em circunstâncias ocasionais daquele feito. Nas fileiras de Chachá, encontravam-se muitos soldados do 34º Corpo, entre estes o sargento José de Lemos Monteiro. Ângelo de Souza Marques e Ernesto Pereira de Nepomuceno, que conheciam bem o velho índio.

Foi logo acatado com hilariante acontecimento e levado à presença do capitão Chachá.

Na presença do comandante, **Juca Bugre**, na sua linguagem lacônica, por monossílabos, expôs a situação que vira das forças maragatas, esclarecendo que estavam abrindo pelos lados para cercar os defensores da entrada na boca da serra.

Diz a tradição histórica que foi **Juca Bugre** quem descobriu a posição de um piquete da força maragata postado sobre a estrada na retaguarda da infantaria legalista.

Diante de tais fatos estabeleceu-se uma situação sumamente grave para o pequeno corpo do exército. Não haviam estradas, era somente a estreita picada para cavaleiros e cargueiros, como um carreiro sinuoso de acesso, semelhante a um túnel, sob aquele estupendo emaranhado de tecido verde, assoberbado pelos altos pinheiros que assombrevam mais a paisagem.

O valor, a tática, a perspicácia e o conhecimento que o índio tinha daquelas selvas, foram a salvação do corpo de exército.

**Juca Bugre**, punha-se à frente da força e embrenhava-se pelos taquarais e pelas matarias sortidas de acordo, onde os soldados deixavam pedaços da farda e da própria pele, na ânsia de livrar-se daquele inferno verde e assombrado de visões de sombras inimigas” (Moraes, 1977, p.208-209, grifo nosso).

Frente a esta situação, descrita é preciso ter em mente, em nosso entender, que a liderança *Juca Bugre* não estava ajudando os representantes de Júlio de Castilhos simplesmente por amor à pátria, como quer demonstrar a narrativa. Acreditamos que esperava obter vantagens através de alianças com o governo, principalmente em relação a muitos estancieros maragatos estabelecidos no território, os quais deveriam estar estendendo seus domínios sobre os territórios nativos.

Ressaltamos ainda que no relato da obra “Brasil Grande e a história de Lagoa Vermelha” (1977, p.208-210), de Demétrio Dias Moraes, embora *Juca Bugre* também apareça como protagonista do evento, não deixa de ser tratado, ao compararmos com os enaltecidos “heróis” Maragatos e Pica-Paus, em uma situação de inferioridade e coitadinho. Todavia é preciso dizer que dentre as fontes documentais e bibliográficas<sup>29</sup> que estamos analisando, excetuando-se o trabalho “Toldo Chimbangue; história e luta Kaingang em Santa Catarina”, de

---

<sup>29</sup> Dentre algumas das obras relativas à Revolução Federalista as quais não abordam a presença e/ou participação Kaingang, podemos apontar “A Revolução Federalista em Cima da Serra” (1977), de Antonio Guimarães; “A Revolução Federalista” (1983), de Sandra Pesavento; “Apontamentos para a História da Revolução Rio-grandense de 1893” (1983), de Wenceslau Escobar; “Maragatos e Pica-paus” (1985), de Carlos Reverbel; “Coronelismo, Borgismo e cooptação Política” (1987), de Loiva Otero Félix; “1893-1895, a Revolução dos Maragatos”(1993), de Moacyr Flores; “A Guerra Civil de 1893”(1993), de Sérgio da Costa Franco e “No tempo das degolas” (1996), Elio Chaves Flores.

Wilmar D'Angelis (1984, p.40-42), é o único estudo de que temos conhecimento que menciona a participação de Kaingang na Revolução Federalista a qual teve, além das conhecidas batalhas de Boi Preto (1894) e Cerro do Pulador (1894), vários outros confrontos em tradicionais territórios Kaingang. No entanto, surpreendentemente, os nativos permanecem na invisibilidade<sup>30</sup>.

**Antônio Pedro:** atribuíam-lhe também ao nome a designação de capitão<sup>31</sup> ou major e trata-se de um prestigiado *Pã'í mbâng* do Toldo de Nonoai (verifique Mapa 7). Neste toldo, segundo o relatório de Carlos Torres Gonçalves, viviam cerca de quatrocentos e cinqüenta Kaingang, os quais se encontravam “espalhados pelos campos e Mattos, ocupando uma enorme zona, que se estende do Lageado ‘Tigre’ ao rio da ‘Varzea’ afluyente do rio Uruguay. (...) Plantam milho, feijão, etc. e fabricam flechas, cestos, balaios, peneiras, chapéus de palha, etc, que vendem aos negociantes da localidade” (Relatório de 31/07/1911, p.155. AHRs).

Confirma a importância desta liderança o fato de que foi escolhida pelos integrantes do grupo para representá-la em uma negociação, em fins de junho de 1908, com Carlos Barbosa, presidente do Rio Grande do Sul na ocasião, no que se refere à demarcação dos seus territórios. Esta demarcação certamente desejava evitar o avanço colonizatório, conforme atesta o relatório já mencionado ao informar que “os índios de Nonohay obedecem á chefia do **cacique Major Antonio Pedro**, um dos índios que esteve, ha pouco tempo, em presença do Snr. Dr. Presidente do Estado” (Relatório de 31/07/1911, p.155, grifo nosso).

**Marcolino Salles:** também é chamado de capitão. Trata-se provavelmente de um ex-chefe subordinado do grupo de *Antônio Pedro*. Acreditamos que pretendendo se elevar a categoria de *Pã'í mbâng*, tenha mudado com alguns seguidores para a localidade de Campina do Sertão (observe Mapa 7). Provavelmente localizada em uma das margens do rio da Várzea, e estabelecido aliança com os brancos, pois Lígia Simonian (1995, p.31) informa que “havia animosidade entre elas [Marcolino Salles e Antônio

---

<sup>30</sup> Abordando a situação da invisibilidade que foi imposta ou operacionalizada pelas Sociedades Indígenas Tradicionais, verificar, de José Otávio Catafesto de Souza, o artigo “Autoctonia (re) velada: invisibilidade e alteridade indígena na sociedade pluriétnica sulbrasileira (Rio Grande do Sul)” (1997, p.165-196) e sua tese de doutorado “Aos ‘Fantasmas das Brenhas’: etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul)” (1998).

<sup>31</sup> Além dessa designação, os nativos utilizam também a de major, coronel, tenente, entre outras. Porém somos levados a acreditar que enquanto os brancos empregavam essa designação para indicar uma hierarquia militar, os Kaingang, as usavam como nomes para seu sistema de renominações, isto é, *jiji há* (nomes bons/bonitos) ou *jiji korég* (nomes ruins/feios).

Pedro] possivelmente devido à presença de invasores e arrendatários não-índios”.

Neste sentido, esta liderança, dando continuidade às alianças, também deve ter contribuído com alguma equipe do SPILTN que tenha percorrido Nonoai, em 1911, inspecionando, segundo o relatório de Raul Abbot, as demarcações da Diretoria de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul e como estava a questão dos arrendatários nas terras indígenas. Pensamos desta forma porque a Aldeia Campina do Sertão foi escolhida como um local adequado para instalação de uma “povoação indígena”, o que “também foi feito para prestigiar o **Capitão Marcolino Salles**, que com seu pessoal deu todo o apoio necessário no processo demarcatório recém finalizado” (Relatório de 1912 apud, Simonian, 1995, p.32, grifo nosso).

Em suma, *Marcolino Salles*, após a morte da liderança *Antônio Pedro*, em data que a documentação trabalhada não possibilitou indicar, tornou-se o novo *Pã'í mbâng* do Toldo de Nonoai e permaneceu nesta função até o final da década de 1920. Esses dados constam nos relatórios de 31/05/1923 (p.584), 31/05/1924 (p.506), 31/05/1925 (p.382), 31/05/1926 (p.438), 31/05/1927 (p.488), 31/05/1928 (p.428) e 31/05/1929 (p.603), apresentados aos governantes e que se encontram no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

**Manoel Cypriano de Oliveira:** tratava-se de *Pã'í mbâng* bastante prestigiado entre a sua facção e era também chamado de major. Representando os interesses do grupo, foi escolhido, juntamente com o *Pã'í mbâng Antônio Pedro*, para ir a Porto Alegre, em Junho de 1908. Nesta capital, reuniu-se com o Presidente Carlos Barbosa a fim de tratar sobre a demarcação dos territórios nativos (Relatório de 27/08/1909, p.87). Liderava os Kaingang do Toldo da Serrinha (veja Mapa 7), que estava localizado “no lugar denominado ‘serrinha’, igualmente formado por campos, Campinas feitas a fogos e Mattos” (Relatório de 31/07/1911, p.155).

Quanto à população do toldo, esta estava reduzida a cento e cinquenta pessoas devido aos conflitos com os ocidentais. Estes não souberam respeitar, segundo a visão Kaingang, as fronteiras culturais das alianças estabelecidas.

Informações sobre a praxe de alianças com os brancos, por parte desta parcialidade e de suas lideranças, retrocedem inclusive ao século XIX, conforme temos:

“O primeiro diretor colonial foi João Cipriano da Rocha Loures um irmão do citado Brigadeiro. Devido a sua má administração ele foi substituído por Antonio Ribeiro Portela, no ano de 1848, e este logo após sua posse pelo Major Tomas Bandeira. Depois deste foi diretor o comendador Jose Joaquim de Oliveira. No ano de 1852, que permaneceu no posto até sua morte em 1870. (...) O comendador Oliveira construiu oficinas, arranjava gado, ferramentas agrícolas,

vivia no meio dos índios, ensinava a religião, e os auxiliava em todas as situações difíceis com seus conselhos e realizações. Ele foi por eles venerado e amado como o próprio pai. Ainda hoje após 30 anos – jovens e velhos contam com ternura e gratidão do inesquecível amigo dos índios e no Toldo de Pinheiro Ralo [Serrinha] todos se chamam Oliveira em sua memória” (Stysinski, 1902, p.164).

Na seqüência da história dos Kaingang da Serrinha, tivemos, entre 1901 e 1904 alianças estabelecidas com os missionários luteranos em decorrência das quais o *Pã'í mbâng Manoel de Oliveira* ofereceu inclusive uma de suas filhas em casamento ao pastor Bruno Stysinski. A partir de 1908, no rol destas alianças, há negociações com os funcionários do governo que trabalhavam na Diretoria de Terras e Colonização, onde a referida liderança também atuou como protagonista.

Inserido neste contexto, é que devemos entender as alianças estabelecidas com os arrendatários. Motivos que levaram a isso, em nosso ponto de vista, é o fato de que os Kaingang devem ter-se dado por conta de que os freqüentes conflitos e perseguições com os brancos estavam acarretando muitas mortes e conseqüentemente a redução de sua população. Sobre os efeitos destes acontecimentos, Carlos Torres Gonçalves, escreve o seguinte:

“Os campos estão arrendados a Manoel Bento de Souza pela quantia de 100\$ anualmente, inverno que pode conter cerca de 400 cabeças.

Os índios não tem toldo organizado, vivem espalhados pelos campos e matos. Actualmetne a população está redusida a cerca de 150 habitantes, devido às perseguições sofridas, especialmente daquele arrendatário, até pouco tempo ainda o sub-delegado de policia, o qual apoz haver apunhalado o índio João de Oliveira, na ocasião em que este lhe offercia um matte, matou pouco depois o índio Angelo de Oliveira, e esta ate hoje impune desses crimes” (Relatório de 31/07/1911, p.155-156).

Tudo indica que estes eventos não eram recentes. Portanto, somos levados a acreditar que estiveram dentre os principais motivos os quais levaram o *Pã'í mbâng Manoel de Oliveira* até Porto Alegre, em 1908, para falar com o presidente Carlos Barbosa, conforme já referimos anteriormente.

**João de Oliveira:** trata-se de um *Pã'í* do Toldo da Serrinha (observe Mapa 7) o qual estava subordinado ao *Pã'í mbâng Manoel de Oliveira*. Acreditamos nisso porque os missionários luteranos Curt Haupt e Otto von Jutrzenka, quando estiveram no Toldo da Serrinha, mencionam que “um filho

do **sub-cacique João**, gosta de demorar-se em nossa companhia, jantou hoje também conosco” (Relatório de 19/08/1904, AHRS, grifo nosso).

Demais dados a seu respeito aparecem no relatório de 31/07/1911 (p.156), escrito por Carlos Torres Gonçalves, informando que esta liderança foi morta a punhaladas pelo branco arrendatário Manoel Bento de Souza.

**Florêncio Ferreira Doble**: anterior à Revolução Federalista (1893-1895), liderava os Kaingang do Toldo de Carreteiro, mas em decorrência da referida guerra mudou-se com sua facção para o Toldo de Ligeiro (veja Mapa 7). Com o passar do tempo, deve ter transmitido o cargo de *Pã'í mbâng* para seu filho *Candinho*, conforme é informado:

“(...) o pai do cacique Candinho contou-me, o que foi confirmado pelo Sr. Mesquita Branco, negociante em ‘Sananduva’ a quem acima já me referi, que quando sua gente residia no ‘Carreteiro’, de onde se viram forçados a retirar por ocasião da última guerra civil, tinha já as suas casas, os seus cavalos e os seus bois, sendo que hoje nada mais possuem” (Relatório de 09/06/1910. In: Laytano, 1957, p.75).

Tudo indica que posteriormente, em decorrência de alianças com os ocidentais, mudou-se novamente, mas desta vez para o Posto Indígena de Cacique Doble. Neste local teve uma longa existência porque em um recenseamento do Serviço de Proteção aos Índios, referente ao ano de 1942, do encarregado João Lucio de Paula, aparece listado com a idade de noventa e oito anos vivendo neste posto o qual contava com uma população de duzentos e sessenta e oito Kaingang (Recenseamento de 18/09/1942, MI).

**Candinho Doble**: filho da liderança *Florêncio* já referida. Em 1910, já se havia tornado o *Pã'í mbâng* do Toldo de Ligeiro (veja Mapa 7) e também utilizava a designação de coronel.

Demais informações relativas ao Toldo do rio Ligeiro, como muitas vezes é chamado, bem como da liderança em questão são:

“Este toldo acha-se situado a 8 legoas da sede da colônia Erechim e a 10, tanto da cidade de Passo Fundo como da vila da Lagoa Vermelha. Não pude obter indicação segura sobre a população. Pelos dados que colhi, porém, ela deve orçar em cerca de 500 habitantes, constituindo umas 80 famílias. É **cacique o coronel Candinho**, índio de quarenta e poucos anos, que reside num aldeamento de 7 casas, distante cerca de 2 quilômetros do rio Ligeiro” (Relatório de 09/06/1910. In: Laytano, 1957, p.69, grifo nosso).

Quanto à sucessão de pai para filho na função liderança identificada nos sujeitos em questão, é necessário esclarecer que pode ocorrer, mas não deve ser interpretada como uma regra de hereditariedade, uma vez que os atributos valorizados entre os Kaingang para a escolha de seus líderes pautam-se principalmente na valentia, capacidade de distribuição de bens, dom da oratória e diplomacia para realização de alianças.

No que diz respeito às negociações com Carlos Torres Gonçalves e demais funcionários da Diretoria de Terras e Colonização, é provável que a liderança *Candinho* e seu grupo tenham tomado a aliança como lucrativa para com os seus interesses. Razões prováveis para que interpretassem dessa forma devem-se ao fato do engenheiro Serafim Silva, chefe da Comissão de Terras de Passo Fundo, pouco tempo depois já se encontrar “com uma turma agindo no toldo do rio ‘Ligeiro’; a fim de demarcar as suas terras ser-lhe-á reservada uma área de cerca de 5.000 hectares, constituindo uma faixa de 4 quilômetros aproximadamente de largura e 12 de comprimento, ao longo do rio Ligeiro. A onde a divisa não forem cursos d’água, serão abertas picadas largas e colocados de 200 em 200 metros” (Relatório de 09/06/1910. In: Laytano, 1957, p.74).

Em 1916, quando o Toldo de Ligeiro já se encontrava sob a direção do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/NTN) e elevado à categoria de Centro Agrícola, o *Pã’í mbâng Candinho* aparece em um “Quadro demonstrativo das plantações” elaborado pelo encarregado C. Lilá da Silveira como um chefe de família que produzia milho e feijão (Correspondência de 19/01/1917, MI).

**Faustino ou Fausto Ferreira Doble (Côofei):** trata-se de um dos muitos filhos do antigo *Doble (Yotoahê)*<sup>32</sup> o qual também desenvolveu a função de *Pã’í mbâng* e atendia ainda pela designação de general. Era o Chefe Superior do Toldo do Fachinal (observe Mapa 7) quando, por volta de 1910, Carlos Torres Gonçalves visitou a região. Sobre este toldo e a respeito de *Faustino Doble* temos:

“Fica ele ao N. N. ° da Vila da Lagoa Vermelha, entre dois pequenos afluentes do rio ‘Forquilha’ o arroio ‘Carasinho’ e um galho deste, o arroio dos ‘Índios’. Dista aproximadamente 12 legoas da vila da Lagoa Vermelha e 5 da sede da colônia particular ‘Sananduva’, situada às margens do arroio do mesmo nome, na estrada que daquela vila conduz ao toldo. Do toldo do rio Uruguay medeiam dez

---

<sup>32</sup> Esta liderança possuiu no mínimo quatro esposas tais como Francisca, Maria, Catalicia e Luiza (Relação de 31/10/1862, AHRS). Com elas teve vários filhos e filhas dentre os quais também podemos apontar *Penha, Miguel, Camargo, João Jangné, Jacinto Doble* (Correspondência de 12/10/1866, AHRS) e uma tal de *Isabel* mencionada por Reinaldo Hensel (1928, p.74).

legoas. A população regula a mesma do outro [Ligeiro], cerca de 500 pessoas, constituindo umas 80 famílias. É o **cacique o general Faustino**, velho índio, de mais de 70 anos, de fisionomia simpática e energética” (Relatório de 09/06/1910. In: Laytano, 1957, p.69, grifo nosso).

Esta liderança, posteriormente, deve ter mudado com seu grupo para o Posto Indígena de Cacique Doble, localizado mais próximo das nascentes do rio Forquilha, porque em um ofício enviado para a inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) por Mario Armando Sampaio, encarregado do posto, é informado que “o **cacique Faustino Ferreira Doble**, foi hospitalizado no Hospital São Roque, da vila do Cacique Doble, no dia 21 do mês p.p. tendo tido alta no dia 24 daquele mês” (Ofício de 04/11/1941, MI, grifo nosso).

Há também dois recenseamentos do Posto Indígena de Cacique Doble realizados pelo SPI onde esta liderança é mencionada. O primeiro é o recenseamento de 18/09/1942 (MI), do encarregado João Lúcio de Paula, em que *Faustino Doble* é listado como um viúvo de 62 anos. Quanto ao outro, trata-se do recenseamento de 14/05/1946 (MI) do mesmo encarregado de posto no qual esta liderança aparece com a idade de sessenta e cinco anos.

Diante destas informações, identifica-se um problema com a idade desta liderança. Ou seja, se em 1910 estava com setenta anos, segundo Carlos Torres Gonçalves, em 1942 e 1946 estaria com uma idade entre cento e dois e cento e seis anos e não, respectivamente, os sessenta e dois e sessenta e cinco anos indicados nos censos. Frente a isto uma possibilidade é que Torres Gonçalves se deve ter deixado levar pela aparência física envelhecida, que em decorrência das condições de vida apresentava, e atribuído uma idade bem acima dos trinta e oito anos que, em média, deveria ter.

Por outro lado, porém, constatamos que a idade mencionada nestes censos também está com uma margem de erro, porque partindo da informação de que o velho *Doble (Yotoahê)* morreu, em 1864, vítima de uma epidemia de bexiga (Correspondência de 29/03/1864, AHRS), *Faustino Doble* com sessenta e dois anos, em 1942, e sessenta e cinco anos, em 1946, teria sido gerado após a morte do pai, o que era impossível para a época.

Calculando por cima e partindo da hipótese que *Faustino Doble* tivesse nascido por volta de 1864, acreditamos que, em 1910, estivesse em média com quarenta e seis anos e, em 1942, deveria estar próximo dos oitenta anos de idade.

No que se refere à sua atuação no Toldo do Fachinal é possível depreender da documentação que, inicialmente, esta liderança manteve-se arredia ao estabelecimento de alianças tanto com os missionários capuchinhos quanto com os funcionários do governo. Esta atitude deve-se provavelmente às

freqüentes invasões de seus territórios pelos colonizadores, conforme atesta o engenheiro Torres Gonçalves em conversa com a referida liderança.

“Há cerca de 70 anos, acossado do ‘Campo do Meio’ desde então a sua gente ocupa aquelas terras, e nelas deseja ser mantida. Ainda ultimamente, intimado a abandona-las pelo cid. Vidal Andrade, um dos muitos brasileiros ocidentaes que disputam actualmente a posse do fachinal, formado a custo pela gente em meio do mato, repetiu-nos o **cacique** o que então lhe respondeu, e faz lembrar a antiga altivez dos nossos indígenas – Morto, sim; vivo, não o retirariam dali” (Relatório de 09/06/1910. In: Laytano, 1957, p.70, grifo nosso).

Quanto às relações deste *Pã’í mbâng* com os capuchinhos, como, por exemplo, o professor catequista Ricardo Zeni, que sob o pretexto de ensinar as primeiras letras para os Kaingang estava era ensinando a rezar, a postura de *Faustino Doble* não foi muito diferente, segundo podemos perceber no relatório do frei Bruno de Gillonnay ao Sr. Protásio Alves, Secretário dos Negócios Internos e Externos do Governo.

“Esse velho **cacique**, nunca ficou satisfeito com as medidas tomadas pelo Governo em favor dos indios. Não lhe agradou nem a medição das suas terras, nem a nomeação do professor, nem a localização dos seus indios. A verdadeira razão daquele descontentamento é que o homem não pode mais, como fazia dantes, entregar-se a certas especulações que aproveitavam a ele só, com prejuízo e desgosto da sua gente. Se bem que não mereça, seria bom contentar o velho **cacique**; e os indios, que sempre o tiveram como chefe, gostariam de ver que os Governo tem para com ele uma certa consideração. O **Faustino** se contentava com pouca coisa. Bastava edificar-lhe um rancho um pouco mais conveniente. A despesa seria 200\$000. Passar-lhe, de vez em quando com módico auxilio até, pouco mais ou menos, 100\$000 por ano” (Relatório de 31/03/1911. In: D’Apremont e Gillonnay, 1976, p.256-257, grifo nosso).

Do nosso ponto de vista, consideramos este relatório equivocado em alguns aspectos:

- Primeiramente quando delega poderes excessivos a *Faustino Doble* o que não condiz com a cultura Kaingang, pois caso isto tivesse acontecido conforme é narrado, provavelmente teria sido deposto da função de *Pã’í mbâng*;

- Outra questão que nos parece é que o frei Gillonnay não percebeu que a lógica Kaingang era outra e não a do capital e acúmulo de bens. O

rancho, caso fosse oferecido, certamente seria aceito de bom grado, mas significaria um presente ao grupo e não exclusivamente à liderança;

- Por fim, discordamos de que o *Pã'í mbâng Faustino Doble* nunca tivesse ficado satisfeito com as medidas do Governo para com o grupo como, por exemplo, na medição de suas terras.

Ora a questão dos territórios nativos, em decorrência das invasões que estavam ocorrendo pelos colonizadores, certamente era um dos maiores problemas enfrentados pelos Kaingang e a demarcação poderia assegurar-lhes, ao menos, parte dele. Neste sentido o relatório de Carlos Torres Gonçalves nos demonstra uma visão oposta à do frei Bruno Gillonnay.

“Quanto ao toldo do ‘Fachinal’, ultimamente tem aparecido vários pretendentes á propriedade das terras; ao que se sabe, porem, nenhum com títulos legaes. A própria circunstancia de tantos candidatos haver, parece sinal que trata-se de terras do dominio do Estado. O engenheiro Serafim Terra vae proceder ao exame dos autos dessa região, bem como afixar editaes convidando os proprietários confinantes a exhibirem os seus titulos. Mesmo, porem, que se trate de terras legitimadas ou com direito á legimação, isso não impedirá que o Governo mantenha os índios na posse das que ocupam, e devem andar em cerca de 6.000 hectares. Neste caso, aliás pouco provável, o que acontecerá será ter o Governo de indenisar os proprietários legaes, conforme isso já tem sido feito em outras circunstancias e por motivos muito menos poderosos que os que presidem ao caso vertente. Dentro de 4 a 5 mezes essas terras poderão achar-se igualmente demarcadas” (Relatório de 09/06/1910. In: Laytano, 1957, p.74).

O próprio relatório em questão informa ainda que estas notícias foram tomadas com muita satisfação pelos nativos e provavelmente também pela liderança *Faustino Doble*, até porque, semelhante aos Kaingang de Ligeiro, devem, seguindo a sua lógica, ter interpretado que o Governo estava ao seu lado e contra os brancos invasores.

**Fortunato José Gonçalves:** tratava-se de uma das liderança subordinadas ao *Pã'í mbâng Faustino Doble*, que inicialmente vivia no Toldo do Fachinal. Entretanto tudo indica que, pretendendo elevar-se à categoria política de *Pã'í mbâng*, estabeleceu alianças com o catequista Ricardo Zeni, o que acarretou uma dissidência com *Faustino Doble*. Em vista disso resolveu mudar-se para mais próximo das nascentes do rio Forquilha, provavelmente para a localidade que mais tarde dará origem ao Posto de Cacique Doble (veja Mapa 7). Relativo a esta liderança, Torres Gonçalves, que visitou o território por volta de 1910, expõe:

“Da sede do cacique, fomos ao local onde o cidadão R. Zeni está estabelecendo os indios que o acompanharam. Ahi estivemos com

o ajudante dissidente do **Cacique Faustino**, o **índio Fortunato**, a quem encontramos de fatiota, chapéu de feltro, botinas, ao que parece assim vestido em recompensa da sua insubordinação” (Relatório de 09/06/1910. In: Laytano, 1957, p.70, grifo nosso).

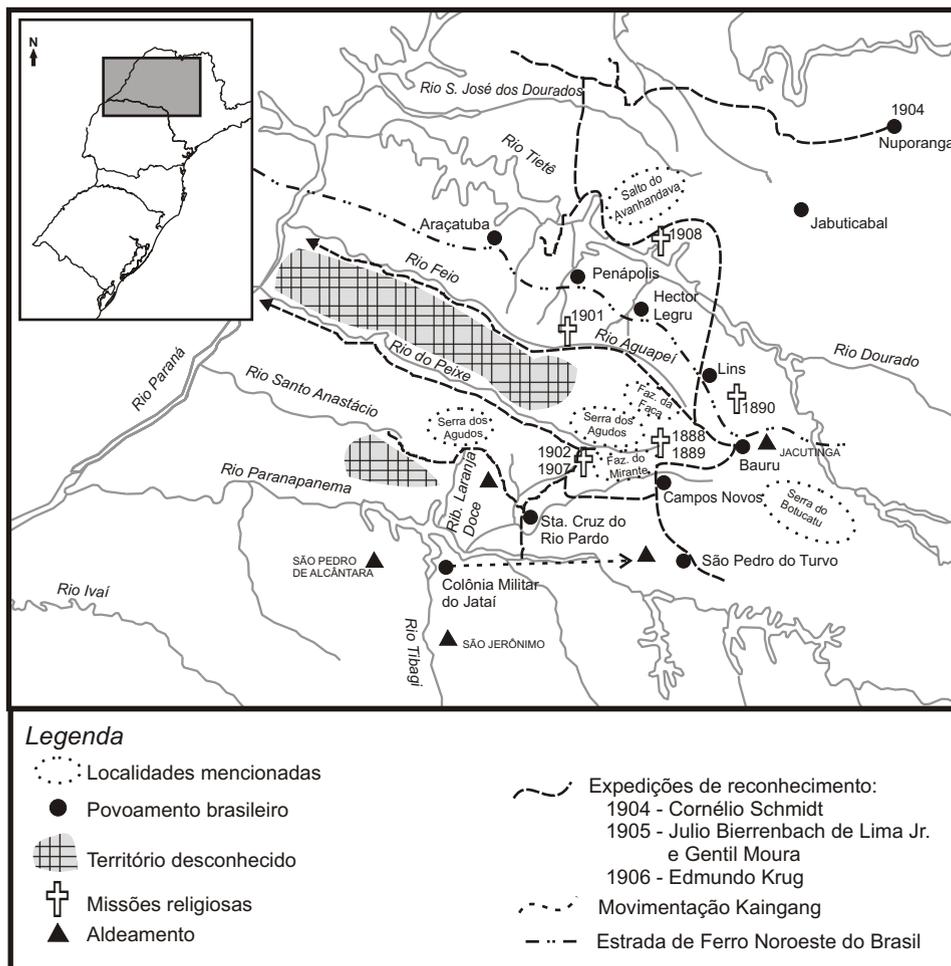
Como vemos, parece que os objetivos de *Fortunato* foram atingidos, porque além das roupas presenteadas em contrapartida da aliança, também recebeu uma área territorial, a qual passou a chamar-se Cacique Doble, onde havia “2 pequenas casas quase prontas para residência dos índios, e uma terceira, também adiantada, para escola com 7 por 10 metros” (Relatório de 09/06/1910. In: Laytano, 1957, p.70).

Todavia estas atitudes do *Pã'í Fortunato* não foram vistas com bons olhos pelo *Pã'i mbâng Faustino Doble*, os quais não voltaram mais a conciliar-se, segundo podemos constatar pela narrativa do engenheiro Torres Gonçalves.

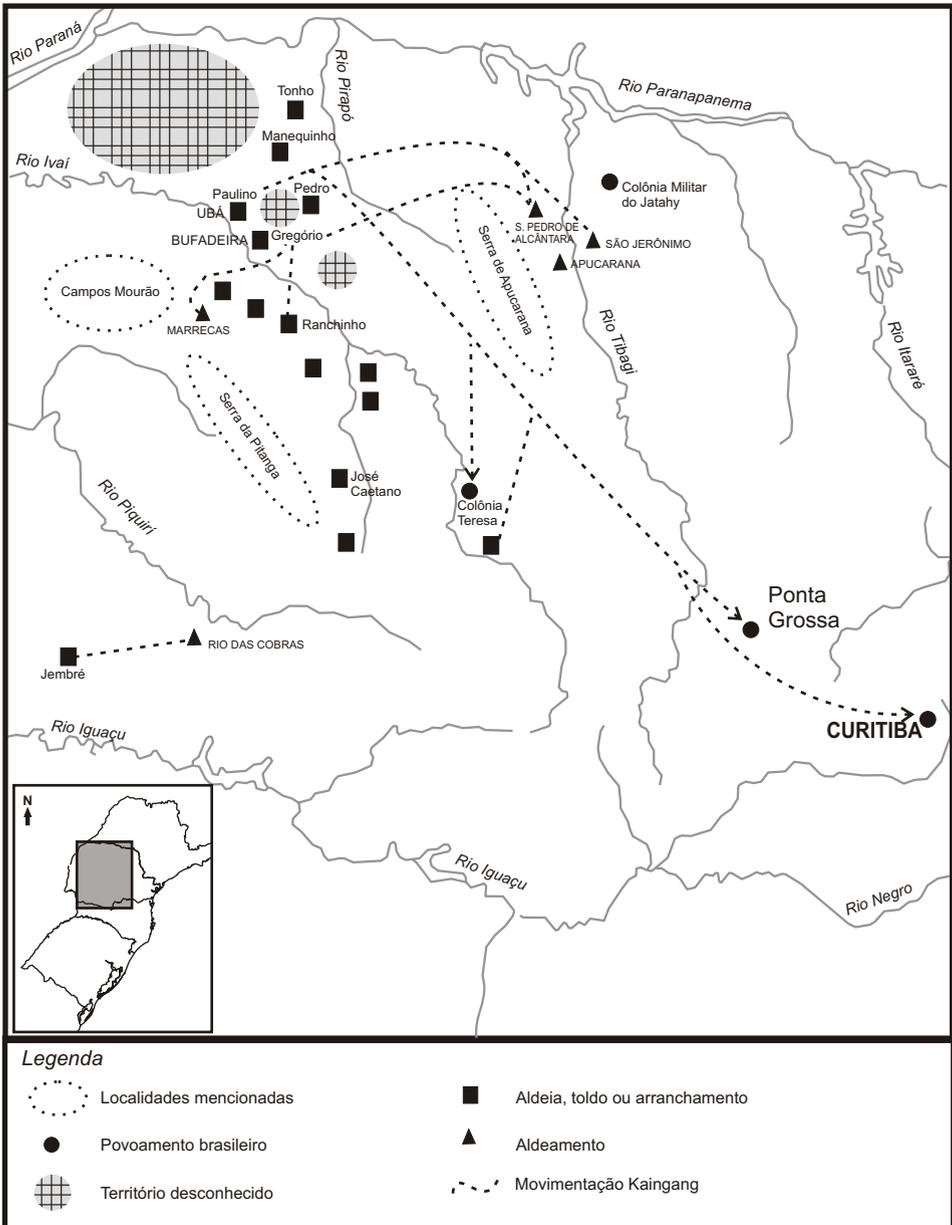
“Eu havia prometido ao **Cacique Faustino** conseguir o restabelecimento da situação anterior, e encontrei o ajudante **Fortunato** disposto a obedecê-lo. Mas notei, neste dia, que o general **Faustino**, que parece um índio enérgico, havia retirado a confiança ao seu ajudante. Porque, na ocasião de fotografarmos um grupo, solicitado a ladear-se dos seus dois ajudantes, o **cacique** substituiu o **Fortunato** por outro” (Relatório de 09/06/1910. In: Laytano, 1957, p.71, grifo nosso).

Seguindo o desenrolar das negociações com os brancos, é provável que *Fortunato* tenha se fortalecido e, com o passar do tempo, voltado ao Toldo do Fachinal, e se tornado a nova liderança principal. Isso porque nos relatórios de 31/05/1923 (p.584), 31/05/1924 (p.505), 31/05/1925 (p.382), 31/05/1926 (p.438) e 31/05/1927 (p.488), enviados aos governantes e que se encontram no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, aparece que o Toldo do Fachinal tem como *Pã'í mbâng Fortunato José Gonçalves*.

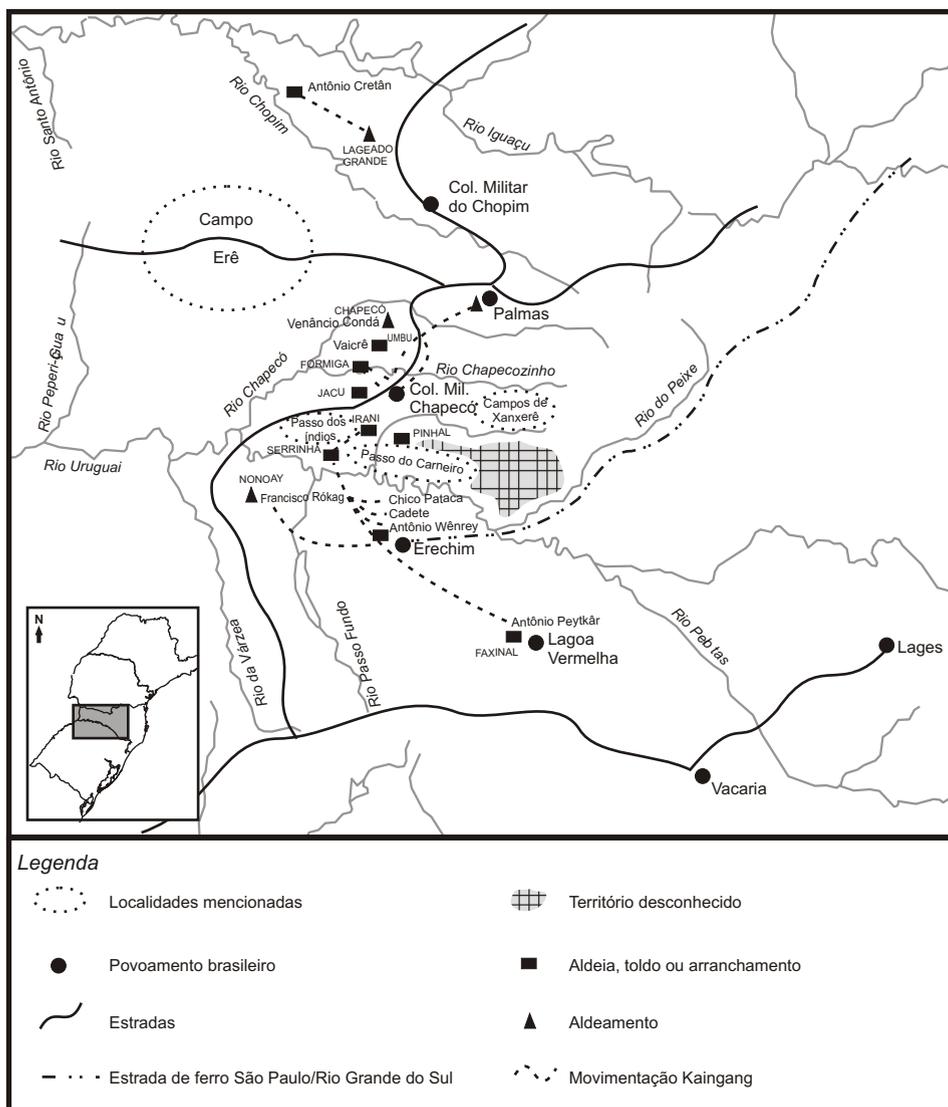
Finalizando, fica evidente que os Kaingang e suas lideranças, também em seus territórios do extremo sul, nos quais a Sociedade Nacional construiu o Estado do Rio Grande do Sul, também ressignificaram os diversos mecanismos da Frente Pioneira que avançava trazendo elementos novos para seu mundo.



Mapa 4: Territórios Kaingang entre os rios Paraná, Tietê e Paranapanema.  
Fonte: Elaborado por Laroque/2006.

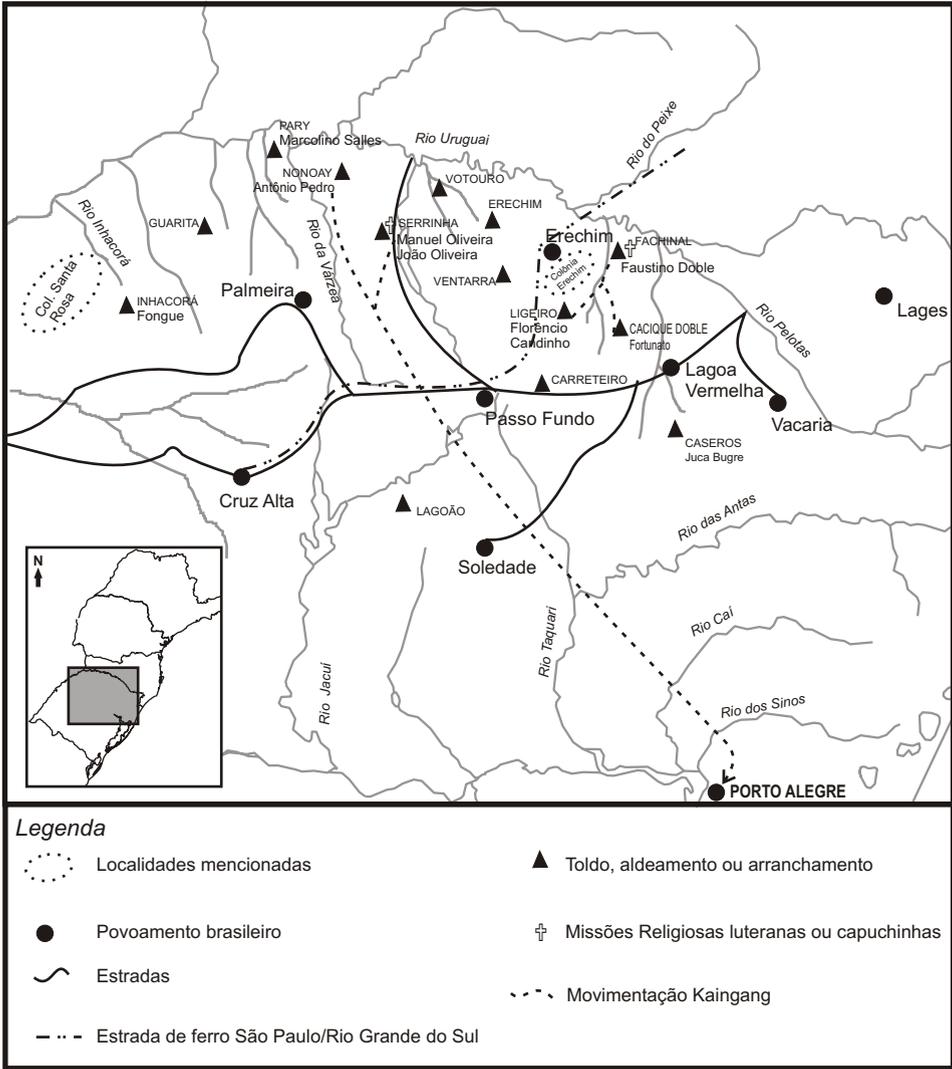


Mapa 5: Territórios Kaingang entre os rios Paraná, Paranapanema e Iguaçu.  
 Fonte: Elaborado por Laroque/2006.



Mapa 6: Territórios Kaingang entre os rios Peperi-Guaçu, Santo Antônio, Iguaçu e Uruguai.

Fonte: Elaborado por Laroque/2006.



Mapa 7: Territórios Kaingang entre os rios Inhacorá, Uruguai e Forquilha  
 Fonte: Elaborado por Laroque/2006.

SEGUNDA PARTE

**OS KAINGANG E SUA RELAÇÃO COM O  
ESTADO NACIONAL BRASILEIRO  
NOS PRIMEIROS ANOS DO SERVIÇO DE  
PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI)**

## **6 O ESTADO NACIONAL E A POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA (1910 –1930)**

Transcorridas as duas primeiras décadas da Proclamação da República, os governantes, visando à integração das Sociedades Indígenas à Sociedade Brasileira, em decorrências das motivações que historizamos no primeiro capítulo desta tese, fundam, através do Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Todavia, a partir de 1918 passa a ser chamado apenas de Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Esta agência indigenista tinha como objetivo geral “sistematizar a proteção aos índios e prescrever regras para localização dos trabalhadores nacionais” (Jornal O Paiz de 22/06/1910, apud Gagliardi, 1989, p.225). Referente aos objetivos específicos contidos no regulamento do SPILTN, conforme José Mauro Gagliardi (1989, p.228-229), destacam-se dois: o primeiro era “prestar assistência aos índios do Brasil que viviam aldeados, reunidos em tribos, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados”, e o segundo objetivo visava “estabelecer centros agrícolas, constituídos por trabalhadores nacionais”.

Dentre as justificativas utilizadas por Candido Rondon e seus colaboradores para fundação desta agência e da política indigenista<sup>33</sup> a desenvolver era de que funcionaria “não apenas como órgão de ação civilizadora dos povos indígenas, mas também como um organismo militar que, ao incorporar os territórios e integrar os índios à sociedade brasileira, assegurava as fronteiras do Brasil” (Bigio, 2003, p.126).

No que diz respeito à sua hierarquia organizacional durante os seus cinquenta e sete anos de existência, segundo Antônio Carlos de Souza Lima (1995, p.347-353), apresentou-se da seguinte maneira: uma Diretoria Geral (até 1911, existiram também duas Subdiretórias), treze Inspetorias (em 1911, foram reduzidas para dez e, em 1942, para nove), Centros Agrícolas e Postos Indígenas (esta última categoria também aparece chamada como Povoação Indígena).

Referente à estrutura administrativa do SPILTN/SPI que atuou precisamente sobre os territórios Kaingang temos, em 1910, a Inspetoria São Paulo, Inspetoria Paraná, Inspetoria Santa Catarina e Inspetoria Rio Grande do Sul. A partir de 1942, no entanto, os Kaingang que viviam em seus territórios do oeste paulista aparecem na área de jurisdição do que passou a ser identificado como 5ª Inspetoria Regional e os Kaingang que ocupam seus tradicionais territórios nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na área de jurisdição designada de 7ª Inspetoria Regional.

---

<sup>33</sup> Por Política Indigenista entenda-se o conjunto de práticas e discursos produzidos a partir do campo político, notadamente do aparelho de estado, referente às populações silvícolas (Lima, 1987, p.149-150).

Segundo Antonio Carlos de Souza Lima (1995, p.340-341), os inspetores<sup>34</sup> que receberam a atribuição de lidar também com os Kaingang por década de gestão são: Na 5ª Inspetoria Regional destacam-se Caramuru Paes Leme, Luiz Bueno Horta Barbosa e José de Avellar Seixas (1910-1920); José de Avellar Seixas e Luiz Bueno Horta Barbosa (1921-1930); Nicolau Horta Bueno Barbosa e U. Moschini (1931-1940); Nicolau Bueno Horta, Carlos Olympio Paes e Joaquim Fausto Prado (1941-1950); Joaquim Fausto Prado, Érico Sampaio, Iridiano Amarinho de Oliveira e Deocleciano de Souza Nenê (1951-1960); Érico Sampaio, José Fernando da Cruz, Alísio de Carvalho, José Mongenot, Alan Cardec Martins Pedrosa, Walter Samari Prado, Helio Jorge Bucker e Elydio Pinheiro (1961-1967).

Quanto aos inspetores que atuaram na 7ª Inspetoria, podemos apontar José Vieira da Rosa, Francisco Escobar e José Maria de Paula (1910-1920); José Maria de Paula (1921-1930); José Maria de Paula e Paulino de Almeida (1931-1940); Paulino de Almeida e Lourival da Mota Cabral (1941-1950); Lourival da Mota Cabral e Dival José de Souza (1951-1960); Dival José de Souza, Alísio de Carvalho, Sebastião Lucena da Silva e João Alves Ribas (1960-1967).

Dentro de toda esta hierarquia, é importante destacar particularmente a figura do “encarregado, diretor ou chefe”, pois eram os indivíduos que estabeleciam o contato direto com as populações indígenas. Sobre eles Niminon Suzel Pinheiro (1999, p.122) chama a atenção para o fato de o “encarregado [também conhecido por diretor ou chefe] era o elo de ligação entre os interesses do Estado e sua cristalização nos postos e centros. O inspetor tinha a tarefa de vigiar os encarregados para que estes não passassem para o lado do ‘inimigo’ [leia-se no caso os índios]”.

Fundada a agência indigenista, sua direção foi dada ao então Coronel Cândido Rondon o qual também passou a contar com o engenheiro Luiz Bueno Horta Barbosa, na função de secretário; o engenheiro Alípio Bandeira, na inspetoria do SPILTIN na Amazônia; e ainda com Manoel Rabello e Amaro da Silveira para outras funções.

Vencida a pressão dos opositores e as barreiras administrativas, cabia agora ao SPILTIN levar para a prática os princípios pelos quais havia lutado, ou seja, contatar com os grupos indígenas que resistiam armados à invasão do seu território. Nesse sentido, da obra de Darcy Ribeiro “Os Índios e a Civilização” (1977, p.100-121), tomamos como exemplo os contatos com os Nhambiquara, durante trabalhos da construção da linha telegráfica que ligou o Estado de Mato Grosso ao Amazonas; os confrontos com os Kaingang das

---

<sup>34</sup> Desempenhar a função de inspetor requeria um saber preciso sobre índios e não-índios que ocupavam um espaço social e geográfico específico. Isto é, significava inspecionar utilizando-se de “uma técnica de mapeamento e vigilância, a um só tempo sobre espaços, índios, sertanejos e encarregados do Serviço, bem como de encenação da força e do poder decisório de um Estado apresentado enquanto nacional e abrangente” (Lima, 1995, p.263-264).

regiões dos rios Feio e Tietê, na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil para ligar São Paulo ao Mato Grosso; e com os Xokleng que habitavam o vale do rio Itajaí, região do rio Negro e alguns territórios do extremo norte do Estado de Santa Catarina, os quais dificultavam a penetração capitalista e a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.

Sobre a concepção que o Serviço de Proteção aos Índios e a Localização dos Trabalhadores Nacionais tinha a respeito das populações indígenas, Souza Lima afirma o seguinte:

“(…) deve-se conhecer o primado da idéia de que ‘**Os índios**’ eram um estrado social concebido como transitório, futuramente incorporável à categoria dos **trabalhadores nacionais**. Para o SPILTN as populações classificáveis enquanto indígenas não eram povos dotados de história própria, de tradições que os singularizariam entre si sendo a comunidade nacional brasileira deles distinta: eram brasileiros pretéritos, a comunidade imaginada se antepondo a seus componentes” (Lima, 1995, p.120, grifo do autor).

Em 1911, o Decreto nº 9.214, de 15 de dezembro, emitido pelo governo central, estabelecia um novo regulamento para o SPILTN. Do ponto de vista ideológico, nada alterou os princípios fixados pelo Decreto nº 8.072, todavia reduzia as inspetorias regionais de treze para dez. Uma das inspetorias atingidas foi justamente a do Rio Grande do Sul, a qual estava a cargo do diretor Carlos Torres Gonçalves e que, a partir desse momento, passava a ser incorporada à de Santa Catarina.

As motivações para isso, segundo Paulo Ricardo Pezat (1997, p.351), foram as reduções de recursos financeiros destinados ao SPILTN para o ano seguinte. Destaca também que na concepção do governo de Hermes da Fonseca, as populações indígenas do Rio Grande do Sul, em decorrência das diretrizes positivistas que haviam sido colocadas em prática desde 1908 pela Diretoria de Terras e Colonização a serviço do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), estavam prestes a confundirem-se com a população nacional.

Insatisfeito com a redução dos recursos financeiros, o vice-diretor da Igreja Positivista Brasileira, defendendo o SPILTN, dirigiu-se ao presidente da República para lembrá-lo de que este órgão não refletia uma liberalidade do governo brasileiro, porque:

“(…) apenas o resgate da mais sagrada das dívidas de honra que o elemento ocidentalizado dos atuais brasileiros recebeu dos seus antepassados. Porque a situação martirizante em que ainda se acham, quer os selvagens brasileiros, quer os chamados trabalhadores nacionais, resultou, e continua a resultar do mais monstruoso dos crimes sociais de nossos avós e de todos nós” (Relatório apud Pezat, 1997, p.129).

Mesmo diante das dificuldades financeiras e enfrentando a oposição de alguns setores da sociedade, Candido Rondon continuou com seu trabalho. No entanto, como estratégia, passou a desenvolver uma propaganda eficiente em suas expedições, levando, inclusive, fotógrafos e cinegrafistas. Objetivava com isso divulgar nos grandes centros urbanos os avanços nas relações com os indígenas, a fim de conquistar a simpatia e o apoio da opinião pública sobre esta empreitada.

Em 1915, começou a ser discutido o projeto do Código Civil, e uma comissão foi designada para estudar a situação jurídica dos índios brasileiros. Mais uma vez o Apostolado Positivista do Brasil intercedeu em apoio aos indígenas, repudiando aqueles que desejavam enfraquecer e destruir o SPILTN.

Com a aprovação do Código Civil, em janeiro de 1916, as tensões amenizavam-se e juridicamente ficou estabelecido o seguinte para as populações indígenas:

“Art. 6º São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147. nº 1), ou à maneira de os exercer:

I. Os maiores de 16 e menores de 21 anos (arts. 154 a 156)

II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal

III. Os pródigos

IV. Os silvícolas.

§ Único. Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar<sup>35</sup> estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida em que se forem adaptando à civilização do país”(Código Civil, Lei 3.071, 1º de janeiro de 1916, In: Negrão, 2002, p.48,73-74).

Em 1918, foi transferida do SPILTN a “Localização dos Trabalhadores Nacionais” para o Serviço de Povoamento, passando o órgão a chamar-se apenas de Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Seus fundamentos, no entanto, continuavam os mesmos, isto é, relacionados à evolução intelectual do homem, foram classificados em: 1º) Teológico ou fictício; 2º) Metafísico ou abstrato e 3º) Positivo ou científico (Pezat, 1997, p.131-132).

A direção honorária do SPILTN e depois SPI, no período de 1910 a 1930, sempre esteve com Cândido Rondon, mas como assumiu várias outras tarefas, suas funções no órgão indigenista foram delegadas a diretores

---

<sup>35</sup> Antônio Carlos de Souza Lima no trabalho “Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil” analisa e discute os mecanismos e estratégias adotados pelo Estado brasileiro na construção da idéia do regime tutelar. Ele alerta que “o *poder tutelar* é uma forma reelaborada de uma *guerra*, ou, de maneira muito mais específica, do que se pode construir como um modelo formal de uma das formas de relacionamento possíveis entre um “eu” e um “outro” afastados por uma alteridade (econômica, política, simbólica e espacial) radical, isto é, a *conquista*, cujos princípios primeiro se repetem – como toda a repetição, forma diferenciada – a cada pacificação” (Lima, 1995, p.43).

substitutos ou interinos, os quais, segundo Paulo Pezat (1997, p.127), foram os engenheiros Amaro da Silveira (1910); José Bezerra Cavalcanti (1911-1918); Luíz Bueno Horta Barbosa (1918-1921) e José Bezerra Cavalcanti (1921-1930).

Relativo às tarefas desempenhadas pelo Marechal Cândido Mariano Rondon, a dissertação de mestrado de Elias dos Santos Bigio, intitulada "Linhas Telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930)", informa:

"Até 1930, Rondon acumulou a Chefia da Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Direção do SPI. Essas responsabilidades não foram impedimento para exercer outras funções. Em 1919, tornou-se Diretor de Engenharia do Exército, em 1924, comandante das tropas oficiais e, em fevereiro de 1927, chefe da Inspetoria de Fronteiras do Ministério da Guerra, responsável por realizar a demarcação e povoamento das fronteiras do Brasil" (Bigio, 2003, p.76).

Em meados de 1928, o governo de Washington Luís baixou o Decreto nº 5.484 de 27 de julho, o qual regulamentou a situação jurídica dos indígenas. Através deste Decreto, os indígenas são classificados em quatro categorias: 1º) Índios nômades; 2º) Índios arranchados ou aldeados; 3º) Índios pertencentes a Postos (povoações) indígenas e 4º) Índios pertencentes a centros agrícolas ou que viviam promiscuamente com civilizados (Gagliardi, 1989, p.274).

Com a Revolução de 1930, o SPI passou a enfrentar uma drástica diminuição de verbas destinadas aos Postos Indígenas, o que gerou a redução de sua área de atuação e também o Marechal Cândido Mariano Rondon acabou sendo reformado devido a pressões do governo provisório de Getúlio Vargas. Esta Revolução, iniciada, na verdade, em 1891, conforme Mozar Artur Dietrich (1994, p.154), marcou a ascensão da burguesia urbano-industrial, quando "os nobres e clérigos foram finalmente afastados, primeiro do poder, depois do governo. Saíram os nobres da corte, entraram os empresários, os militares". Isto é, foi uma dinâmica que, pelos pressupostos teóricos de Norbert Elias (1993, 1994 e 2001), podemos chamar de interdependência para manter o equilíbrio das tensões.

Finalizando, é importante, ressaltar que o SPILT/SPI, pelo que podemos perceber no período em questão atuava com uma política integracionista a fim de atender aos interesses do Estado-Nação. De acordo com a concepção desta agência, as populações indígenas eram percebidas em um estágio transitório para alcançar a civilização. Frente a isto, na maioria das vezes, estas sociedades foram desconsideradas, porém, mesmo assim, tanto os Kaingang como outros povos indígenas continuaram sobrevivendo e insistindo em manter sua história e cultura.

## 7 CONTINUIDADE DA HISTÓRIA KAINGANG EM SEUS TRADICIONAIS TERRITÓRIOS DE BACIAS DOS RIOS TIETÊ, FEIO, AGUAPEÍ E PEIXE

O avanço da Frente Pioneira efetivada com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNB), iniciada a partir de 1905, conforme já referimos no capítulo dois, acirrou, no oeste paulista, o estreitamento da fronteira geográfica e cultural entre a Sociedade Kaingang e a Sociedade Nacional. O governo brasileiro, diante dos freqüentes ataques cometidos pelos Kaingang e suas lideranças, os quais viviam em uma situação de fronteira com a Sociedade Nacional, assim como a repercussão internacional das idéias propagadas por Hermann von Ihering a respeito do extermínio destes nativos, as quais foram denunciadas, em Viena, por Albert Fricz, foi pressionado a criar, através do decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPIILTN).

Frente aos acontecimentos envolvendo os Kaingang, Cândido Rondon visita a região paulista, obtém informações preliminares dos tenentes Manoel Rabelo e Candido Sobrinho, e após estudar cuidadosamente a questão, elabora um projeto, fundamentado em pressupostos positivistas, tendo como máxima “morrer, se preciso for, matar nunca” a fim de ser colocado em prática, precisamente, a partir de 1910, com os Kaingang que viviam em territórios das Bacias hidrográficas dos rios Tietê, Feio, Aguapeí e Peixe (veja Mapa 8). Para comandar a realização do plano, foi escolhido o tenente Manoel Rabelo, o qual contou com o auxílio do tenente Candido Sobrinho, um destacamento militar e também com um grupo de Kaingang já contatado, dentre os quais se destacou a Kaingang *Vanuíre*, que atuariam como intérpretes, uma vez que o domínio da língua nativa consistia em uma outra fronteira cultural a ser transposta para o contato pretendido (Barbosa [1926], 1945, p.45).

O local para o estabelecimento do acampamento em que o pessoal do SPIILTN iria se estabelecer, visando iniciar o contato, apresentava-se ainda como uma dificuldade que precisava ser definida. Sobre esta questão temos:

“(…) os Caingangues, nesse tempo, faziam irrupções quase simultâneas, numa linha de frente superior a 250 quilômetros; de modo que era bastante difícil descobrir-se o lugar de onde eles irradiavam, e para onde era necessário dirigir-se a ação dos expedicionários, a fim de se ter a certeza de entrar logo em contacto com eles e nunca mais os perder de vista” (Barbosa [1926], 1945, p.45).

Esses nativos, dando continuidade à guerra com os brancos que, segundo vimos, iniciou-se desde 1886, atacam os trabalhadores da turma 21<sup>o</sup>

da EFNB, o que acarretou a ida do Tenente Candido Sobrinho para a estação Hector Legru. Explorada a região limítrofe, na expectativa de poder encontrar um local propício para o estabelecimento de um contato amistoso com os Kaingang, o referido tenente depara-se a dois quilômetros da estação com o “Ribeirão dos Patos, num ponto de passagem dos selvícolas, de onde divergiam para todos os lados numerosos caminhos com sinais evidentes de serem muito trafegados” (Barbosa [1926], 1945, p.46).

Informado o tenente Manoel Rabelo sobre este território de passagem dos Kaingang, foi então escolhida uma área próxima ao ribeirão dos Patos para o estabelecimento do Posto de atração (veja Mapa 8) onde, após derrubarem a mata e fazerem as roças, construiu-se inicialmente um abarracamento de pau a pique coberto com folhas de coqueiro. Durante esse trabalho, o pessoal da agência indigenista esteve sob forte ameaça dos Kaingang liderados possivelmente pelo *Pã'í mbâng Vauhím* e o *Pã'í Recandui*, conforme relatou Luiz Bueno Horta Barbosa, em 1913, em uma conferência realizada na Biblioteca Nacional.

“Todos esses trabalhos se prosseguiram no meio de tremendas ameaças dos selvícolas, os quais noite e dia cercavam o acampamento, ora tirando de suas buzinas lúgubres mugidos, que significava guerra de extermínio, ora dando nas árvores com seus terríveis porretes pancadas que provocavam, no silêncio da noite, sons pavorosos, que deixavam as almas transidas de medo à lembrança de que a cacetada tais nunca havia escapado com vida a única vítima dos assaltos daqueles temerosos guerreiros”(Barbosa, [1926],1945, p.46)<sup>36</sup>.

Transcorrido este primeiro momento, os agentes do SPILTN, sem revidar as provocações Kaingang e recorrer à força armada, por um período de seis meses, fizeram incursões e abriram trilhas pelas matas em direção aos rios Feio e Aguapeí em uma extensão de aproximadamente trinta quilômetros

---

<sup>36</sup> Relativo a estes porretes, os quais aparecem também designados pelo nome de “vara paus”, “clava bastões” e “guaratan”, Luiz Horta Barbosa ([1926], 1947, p.66), para os Kaingang que viviam nos territórios das bacias dos rios Tietê, Feio, Aguapeí e Peixe, chama a atenção que em suas batalhas “contra os índios Oti de Campos-Novos, os Ofaé de Mato Grosso, ribeirinhos do Paraná e os civilizados, as armas de tiro figuravam, mas, ainda assim, só no começo da ação, para aterrorizar, desorganizar e provocar a debandada do inimigo; uma vez isto alcançado, o predileto ‘Guaratan’ saía correndo atrás do fugitivo, alcançava-o e, com uma só pancada na cabeça, arrancava-lhe a vida”.

Um outro autor que também trata dos Kaingang desta região é Marcelo Piza que em seu estudo “Notas sobre os Caingangues” (1937, p.204), descreve o referido objeto como uma “arma com que liquidavam as dissensões intestinas, usavam os Caingangues de um formidável porrete, que não era mais do que um caibro de madeira descascada, especialmente cortada para a briga iminente, de cerca de dois a dois e meio metros de comprimento, por cerca de 12 a 14 centímetros de diâmetro. O manejo dessa arma exigia, também, uma força considerável, a par de longo treinamento.

por onde iam deixando presentes aos nativos, tais como facões, machados, roupas, cobertores e quinquilharias. Acreditamos, no entanto, que o pessoal da equipe de Manoel Rabelo tivera todos os passos observados pelos nativos e que somente foi possível levar adiante o plano de atração porque os próprios Kaingang seguidores da liderança *Vauhim* inicialmente resolveram dar uma trégua para esses intrusos que estavam oferecendo presentes. Reforça este argumento o fato de que a equipe do SPILTN que se encontrava estabelecida no Ribeirão dos Patos, segundo Luiz Horta Barbosa ([1926], 1947, p.48), havia “plantado roças de milho e feijão”, o que provavelmente foi tomado como positivo pelos Kaingang no sentido de que também poderiam desfrutar destes produtos que os brancos teriam para oferecer.

No começo do mês de dezembro de 1911, tendo atravessado o rio Feio e avançado uns vinte quilômetros floresta a dentro, os expedicionários encontraram a aldeia do *Chefe Principal Vauhim*, mas os Kaingang que lá se encontravam não deram ouvido aos chamados dos intérpretes e, abandonando seus ranchos, embrenharam-se nas matas. Sem demonstrar insistência diante das atitudes adotadas pelos Kaingang, o tenente Manoel Rabelo “deixou nos ranchos grande quantidade de machados, facões, cobertores e outros presentes” e depois regressou para o acampamento Ribeirão dos Patos (Barbosa [1926], 1947, p.47). É importante ressaltar que estes objetos com lâmina de metal, os quais eram de difícil acesso, despertaram profundo interesse entre os nativos, pois seriam de grande serventia tanto nas atividades de abastecimentos como nas guerreiras.

Por outro lado, também em 1911, outras parciaisidades Kaingang, ao contrário da de *Vauhim*, sem dar trégua, mantiveram os ataques contra os trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, conforme ilustram, por exemplo, os acontecimentos no acampamento do engenheiro-chefe Dr. Sengner, composto por dez homens e que se encontrava a uns treze quilômetros do Ribeirão dos Patos. Sobre este ataque, em particular, Darcy Silvino Bandeira de Mello, em sua obra “Entre Índios e Revoluções”(1981), baseando-se em suas próprias observações e principalmente nos relatos do pai, Manoel Silvino Bandeira de Mello, o qual atuou como encarregado trabalhando para SPILTN no Posto Indígena Ribeirão dos Patos informa que os guerreiros do *Chefe Principal Erim* e de seu irmão e *Chefe Subordinado Dorarim* foram os responsáveis pela correria que massacróu os trabalhadores que faziam parte da equipe do engenheiro em questão.

A respeito do estado de guerra nas “Sociedades Primitivas”, considerando o trabalho “Investigaciones en antropología política”, de Pierre Clastres, temos:

“(…) la posibilidad de la guerra está inscrita en el ser de la sociedad primitiva. En efecto, la voluntad de cada comunidad de afirmar su diferencia es lo bastante tensa como para que el menor incidente transforme rápidamente la diferencia deseada en diferencia real. La

violación de un territorio o la supuesta agresión de un chamán vecino son suficientes para desencadenar la guerra. En consecuencia, el equilibrio es frágil: la posibilidad de la violencia y del conflicto armado está siempre presente” (Clastres, 1987, p.203).

As informações relacionadas ao ataque liderado pelo *Pã'í mbâng Erim*, segundo Darcy Bandeira de Melo, foram obtidas alguns anos depois, na Vila Kaingang (Posto Indígena Ribeirão dos Patos). Isto aconteceu quando *Erim*, ao escutar o barulho da máquina de datilografia que estava sendo utilizada por Manoel Bandeira de Mello, teve sua memória despertada e começou a falar.

Baseado na narrativa desse Kaingang, é informado que o pessoal do engenheiro Sengner preparava-se para dormir em barracas e nos ranchos próximos da estrada. No entanto, ao redor do fogo, faziam vigilância duas sentinelas e alguns cães, que pressentindo o perigo, não paravam de latir. Os dois vigias dispararam alguns tiros, mas nada aconteceu e logo em seguida foram rendidos por mais dois homens. Os Kaingang, por sua vez, utilizando-se de uma planta medicinal que provoca o sono, aproveitando-se do vento que soprava em direção ao acampamento, espalharam grande quantidade de um pó verde que, levado pelo vento, provocou o sono nos sentinelas e nos cães. Aproximando-se do acampamento, as duas lideranças mencionadas ouviram um som estranho que vinha de uma das barracas, conforme é descrito por Darcy Ribeiro de Mello o relato de uma delas. Sobre isto Darcy Bandeira de Mello registra o seguinte:

“Os dois índios, de rastro colocaram-se quase juntos àquele infeliz aglomerado de homens que ressonava. Mas, não resolviam dar o sinal de ataque aos companheiros que os seguiam de perto, porque – como nos dizia **Erim** – ouviam barulho estranho que vinha do interior de uma das barracas, e isso os fazia intrigados e algo receosos. Mesmo assim, **Erim** não queria perder a oportunidade, pois o cerco estava completo, dependendo dos mais arrojados darem início ao assalto.

Não vacilaram mais; ele e **Dorarim**, subitamente caíram sobre os sentinelas, abatendo-os a bordoadas, sem que pudessem dar um grito, sequer. Incontinentemente, os demais guerreiros agiram da mesma forma, confrontando-se, em grande maioria, com os demais trabalhadores.

**Erim**, logo a seguir, encaminhou-se à barraca de onde partia aquele estranho rumor e lá deparou, trabalhando sentado à sua mesa de campanha, iluminada com pequeno lampeão a carbureto, o Engenheiro-chefe, Dr. Sengner, escrevendo à máquina. Ao notar a entrada intempestiva de alguém, voltara-se, recebendo violenta bordoadas que lhe abriu o crânio.

Tempos depois **Erim** reconstituiu essa cena cruel, e o fazia ao ver Papai batendo máquina em seu escritório, comentando então, que o

Engenheiro era calvo ('crim-gatôro') e Papai, cabeludo" (Mello, 1982, p.66-67, grifo nosso).

Ainda em dezembro de 1911, por ordem do Ministro da Guerra, Mena Barreto, o tenente Manoel Rabelo foi convocado para outra função no exército. Preocupado com a desorganização do plano de contato com os Kaingang, Manuel de Miranda, subdiretor da agência indigenista, organizando uma expedição, viajou para o oeste paulista e resolveu pessoalmente inspecionar os trabalhos. Em vista disso, visitou o acampamento do Ribeirão dos Patos e, percorrendo as trilhas abertas em direção ao rio Feio, chegou inclusive até alguns ranchos pertencentes aos Kaingang do grupo da liderança *Vauhim*, mas que agora se encontravam abandonados, excetuando-se o guerreiro *Pechê* que, na época, havia sido incumbido da vigilância do local.

Como os Kaingang mantinham uma rede de informantes, esta notícia rapidamente se espalhou pelo território, acarretando profunda preocupação entre os nativos. Conforme as narrativas "(...) as mulheres e crianças aterrorizavam-se tanto com essas visitas, por temor de que elas acabassem repetindo as atrocíssimas carnificinas dantes praticadas pelos 'bugreiros', que aos índios se afigurava de imprescindível necessidade providenciar para que fosse tal invasão sustada com a máxima urgência" (Barbosa [1926], 1947, p.48). Acreditamos, todavia, que um dos principais motivos que acarretou este alvoroço por parte dos Kaingang, o qual inclusive levou as lideranças *Vauhim* e *Recandui* a atacar a comitiva de Manuel de Miranda quando regressava, foi o fato de que o comando dos brancos com quem estavam cogitando possibilidades de alianças foi trocado, provocando, conseqüentemente, a guerra.

Segundo uma cópia da correspondência de 18 de abril de 1912, enviada por Curt Nimuendajú ao médico Hugo Gensch, em Blumenau, a qual se encontra no Museu do Índio, o comandante Manoel de Miranda só escapou com vida, por um lado, porque uma das flechas somente derrubou a sela do cavalo em que estava montado e, por outro, em decorrência de que os intérpretes Kaingang *Geigmon* e *Futoio*, os quais acompanhavam a comitiva dos brancos, "começaram logo a falar para os invisíveis assaltantes, repetindo os apelos à paz e os protestos de amizade. Então, pela primeira vez aqueles Caingangues, responderam as palavras que lhes mandávamos dizer e travaram um longo diálogo com os intérpretes, diálogo de que resultaram esclarecimentos preciosos para o futuro da campanha pacificadora" (Barbosa [1926], 1947, p.49).

Logo depois deste acontecimento, ao contrário do que consta na correspondência de 14/04/1912 (MI), de Curt Nimuendajú e do informe de Luiz Horta Barbosa ([1926], 1947, p.49), os quais ressaltam a ousadia de um Kaingang ter ido sozinho atacar o Acampamento Ribeirão dos Patos, somos levados a pensar que este guerreiro, provavelmente, atendendo aos interesses do seu grupo, estava era sondando a veracidade da proposta de aliança e paz

dos indigenistas. Neste sentido, então, é que devemos entender o fato de o referido nativo se ter escondido no milharal próximo ao acampamento e, ao ser descoberto por um soldado que se banhava no rio, acabou desferindo uma flechada que mais tarde acarretou a morte deste branco. Quanto a Manoel de Miranda, recuperado do susto, retornou ao Rio de Janeiro e, após o relato deste episódio, o Ministro da Guerra ordenou a retirada dos agentes que, na ocasião, ainda se encontravam no Ribeirão dos Patos, pois, com a saída dos militares, não passavam de três ou quatro.

Embora as várias parcialidades Kaingang lideradas por *Charim*, *Iacry*, *Congue-Hui*, entre outras, continuassem em guerra com os trabalhadores da EFNB, há indícios de que os nativos pertencentes ao grupo de *Vauhim* e *Recandui* tenham projetado os últimos acontecimentos da agência indigenista, os quais sinalizavam possibilidades de aliança também para com o pessoal da Noroeste. Razões que nos fazem pensar isto é que um *Pã'í mbâng*, provavelmente *Vauhim* “procura acercar-se de um grupo de trabalhadores da Estrada, apresentando-se desarmado, trazendo nos braços uma criança, como penhor de sua disposição pacífica e é repellido à bala. Indignados, os **Kaingáng** preparam um ataque devastador e decisivo contra a turma mais avançada da Estrada” (Ribeiro, 1977, p.159, grifo do autor).

Frente a esta violência demonstrada pelos trabalhadores, as lideranças *Vauhim* e *Recandui*, assim como seus guerreiros, devem ter interpretado a retirada dos agentes do SPILTN do Posto Ribeirão dos Patos como uma demonstração de desistência da aliança anteriormente proposta e a deflagração da guerra. Por isso, voltando ao Ribeirão dos Patos, os Kaingang em questão incendiaram e destruíram objetos, construções, etc que haviam restado dos brancos.

Com a nomeação do engenheiro Luiz Bueno Horta Barbosa, em janeiro de 1912, para a 5ª Inspetoria Regional do SPILTN à qual São Paulo ficava subordinada, os trabalhos e novos contatos com os Kaingang das bacias dos rios Feio e Aguapeí passam a ser retomados. A nova inspetoria, após reorganizar a comissão, passou a contar com o sargento Manoel Silvino Bandeira de Mello, o auxiliar José Candido Teixeira, alguns civis, militares e uma meia dúzia de intérpretes que eram “caingangues mansos, escravizados por Aníbal Sodrê, genro do Cel. Sancho de Figueiredo, [os quais] passaram a trabalhar como elementos de ligação” (Jornal O Estado de S. Paulo de 27/09/1945, MI).

Além desse grupo, em fevereiro de 1912, chegaram do Paraná mais uns doze Kaingang já contatados, a fim de reforçar a equipe que trabalhava na reconstrução do acampamento Ribeirão dos Patos, que foi praticamente destruído pelos nativos. Dentre estes Kaingang que, provavelmente recorrendo à lógica da aliança, atuaram como intérpretes possibilitando o contato de sua etnia com os indigenistas, a documentação que manuseamos nos possibilita apontar *Vanuíre*, *Futoio*, *Ducuten* e *Geigmon*. Todavia, excetuando-se *Vanuíre*,

as fontes que trabalhamos não deixam claro se estes nomes são de Kaingang dos tradicionais territórios do oeste paulista ou dos que vieram do Paraná. Há uma referência que nos possibilita pensar que alguns dos referidos Kaingang escravos na Fazenda de Aníbal Sodré, por volta das primeiras décadas do século XIX. Todavia, consideramos absurda esta possibilidade e não devemos levá-la ao pé da letra porque, ao menos oficialmente, já fazia uns trezentos anos que o Diretório Português e as Leis Pombalinas haviam proibido a escravidão do indígena.

Porém, tratando-se da nativa *Vanuíre*, acreditamos que até poderia ser descendente dos Kaingang que, deixando a Colônia Militar do Jataí (próximo a foz do rio Tibagi, no Paraná), por volta de 1900 e, atravessando o rio Paranapanema, se estabeleceram inicialmente no Aldeamento próximo à fazenda de São Pedro do Turvo, conforme trabalhamos no terceiro capítulo desta tese, mas de forma alguma acreditamos que *Vanuíre* teria chegado acompanhando estes Kaingang que, em 1912, vieram do Paraná. As razões que temos para pensar assim é que no trabalho de Luiz Horta Barbosa (1947, p.45) são mencionados inicialmente os Kaingang provenientes do Paraná e os que vieram dos Campos Novos para atuarem junto à equipe do SPILTIN que se encontrava no Ribeirão dos Patos. Somente após essas informações é que se refere à *Vanuíre*, a qual “se devotou àquela obra, que ela compreendia ser a salvação das últimas relíquias de seu povo”.

Ora, se consideramos que o rio Paranapanema demarcava uma fronteira geográfica dos Kaingang que ocupavam os territórios das Bacias hidrográficas de cada uma de suas margens e que, inclusive, falavam dialetos diferentes, é provável que *Vanuíre*, caso não pertencesse a alguns dos grupos Kaingang que viviam no oeste paulista, jamais se teria proposto a esta tarefa. Há também o estudo de J.G. Morais Filho (1951, p.60), no qual encontramos a afirmação que a Kaingang *Vanuíre*, a qual havia sido aprisionada na região de Campos Novos, foi levada, a mando do General Cândido Rondon, para que, junto com os Kaingang intérpretes do Paraná, pudesse auxiliar no projeto que idealizou para o SPILTIN pôr em prática no Acampamento do Ribeirão dos Patos.

Por fim, temos os trabalhos de Paulo Nathanael Pereira de Souza (1970, p.173-175) e o de Delvair Montagner Melatti (1976, p.89) os quais, por um lado, semelhantes aos outros autores mencionados, concordam que *Vanuíre* pertencia a algum dos grupos Kaingang do oeste paulista, porém, por outro, não há consenso sobre a parcialidade da qual poderia fazer parte.

Ou seja, Paulo de Souza (1970, p.174) relata que em uma manhã, quando José Cândido Teixeira, acompanhado de sua equipe e da intérprete *Vanuíre*, percorria o território nas proximidades do rio Feio onde, do outro lado, se encontrava a facção liderada pelo *Pã'í mbâng lacry*, “surgiram oito índios. Vinham desarmados e pararam antes de atravessar o ribeirão, fazendo gestos de chamada. A índia *Vanuíre* adiantou-se emocionada e, aproximando-se,

reconheceu parentes de que fôra separada dez anos antes”. Quanto a Delvair Melatti (1976, p.89, grifo do autor), baseando-se nos dados de sua pesquisa de campo realizada com os Kaingang, informa que *Vanuire* “pertencia ao pessoal do líder **Charin**, sendo roubada criança pelos neo-brasileiros. Casou-se com [um] regional e após a pacificação veio residir no Posto, trazendo sua família. Faleceu em Icatu”.

Considerando as dificuldades enfrentadas pela equipe do SPILTN que se encontrava no Ribeirão dos Patos para dar continuidade ao trabalho de “atração” com os Kaingang, sabemos o seguinte:

“Então, começaram as vigílias; as arriscadíssimas explorações de trilhos, para a descoberta de lugares próprios para nêles deixaram-se brindes; as dificuldades de, à noite, conter-se o pânico das mulheres e mesmo de alguns homens, apavorados quando ouviam o estrugir das buzinas ou o reboar das formidáveis pancadas vibradas contra as árvores, por braços que se adivinham possantíssimos; e mais o trabalho de disfarçar êsse pânico com músicas de gramofone, com os cantos de paz da Vanuire e às vezes dos intérpretes, chamando os temíveis visitantes, para que entrassem no acampamento, a fim de receberem machados, cobertores e colares” (Barbosa [1926], 1947, p.50).

Acreditamos que depois que os Kaingang demonstraram aos indigenistas que estavam preparados para a guerra caso fosse preciso, resolveram novamente sondar possibilidades de alianças, segundo observamos no relato de Curt Nimuendajú. Isso aconteceu provavelmente, em decorrência das atitudes anteriormente demonstradas pelos trabalhadores da EFNB contra o *Pã'í mbâng Vauhim*, que procurou aproximar-se levando uma criança nos braços.

“No dia 18 de março três índios encontravam-se executando esta tarefa [reconstruindo o Acampamento Ribeirão dos Patos], quando entre as árvores apareceram **coroados** que se puseram a chamá-los através de gritos longos. Os três saíram do picadão, e puseram-se a responder como também a convidá-los a se aproximarem, sempre assegurando que nada lhes iria acontecer. Os índios porém, continuaram no mesmo lugar, esperando que os intérpretes fossem ao seu encontro. Enquanto isso ocorria, Bandeira de Mello que acompanhava tudo do acampamento, mandou José Cândido e mais um intérprete rapidamente irem ao encontro deles, carregados com presentes. Os **coroados** saíram do seu lugar protegidos pelas árvores para receber os presentes mas no último instante recuaram com medo, procurando se proteger na mata. Isto se repetiu por duas vezes, e então aos gritos, pediram para que os presentes fossem colocados no chão não ficando ninguém ao lado. Aceita essa exigência, os **coroados** pegaram seus presentes

voltando imediatamente à mata” (Correspondência de 14/04/1912, p.4, MI, grifo do autor).

Dando continuidade a esta sondagem, o próprio *Vauhim*, acompanhado de alguns de seus guerreiros, resolveu aproximar-se do pessoal do SPILT. Podemos observar isso na seqüência da correspondência.

“Logo depois apareceu o chefe **Kaueru** no picadão e levantando as mãos gritou **fuijurára – fuijurára** (facão – facão ). O intérprete Saturnino Préia, puxou seu facão do cinto e o deu ao chefe, que ameaçava fugir. Com isto foi quebrado o gêlo e os **coroados** vieram em 7 abraçando o intérprete e o acompanharam de bom grado ao acampamento. Ali ficaram, relacionando-se otimamente bem com todo o pessoal e depois de 3 dias voltaram tranqüilamente para a mata” (Correspondência de 14/04/1912, p.4, MI, grifo do autor).

Pelas pautas culturais Kaingang, a decisão de aproximar-se dos brancos com a possibilidade de aliança foi bastante discutida e não era algo unânime entre os grupos que viviam em territórios das Bacias hidrográficas dos rios Feio e Tibiriçá, uma vez que “as visitas repetiam-se, de forma a espalhar-se logo na aldeia, a notícia das boas intenções dos brancos que os haviam presenteado com facas, facões, machados, missangas e fumo. Os silvícolas mais idosos tendo participado de embates com os invasores, não eram propensos a um regime de paz. Os mais jovens, porém, demonstravam-se entusiasmados com os novos vizinhos” (Jornal O Estado de S. Paulo de 27/09/1945, MI).

Neste sentido este evento deve ser interpretado pela ótica das duas culturas em contato. Isto é, se para os indigenistas este acontecimento foi tomado e amplamente divulgado como os primeiros passos para a “pacificação dos Kaingang” acarretando, inclusive, a viagem de trem do novo inspetor Luiz Horta Barbosa até o local, pela ótica Kaingang, mas sem podermos generalizar a todo grupo, nada mais foi do que a sinalização de aliança que apenas algumas das parcialidades demonstraram visando a satisfazer seus interesses. Frente a isto é que devemos entender o relato de Nimuendajú a respeito do aparecimento de “outros 8 homens e 5 mulheres em companhia de alguns dos nossos”, assim como nas proximidades do rio Feio, onde há uma velha roça, possivelmente da parcialidade liderada por *Recandui* “os visitantes foram pacificamente recebidos pela horda que constava de uns 100 indivíduos. Lá pernoitaram duas vezes voltando então para o Ribeirão Preto” (Correspondência de 14/04/1912, p.5, MI).

Embora as relações entre Kaingang e brancos se encaminhassem para o estabelecimento de alianças, um acontecimento envolvendo soldados e guerreiros do *Pã'ĩ mbâng Vauhim* abalou essas negociações. O episódio ocorreu porque os soldados que se encontravam no Posto Ribeirão dos Patos

como de praxe, freqüentemente faziam seus treinamentos com exibição das armas.

Essas demonstrações, todavia, geraram desconfiança nos Kaingang os quais, à semelhança de que era corriqueiro em suas pautas culturais, interpretaram estas ações como uma demonstração de guerra. Diante disto, “certa tarde, os índios atacaram um grupo de soldados que se banhavam no correjo, ferindo mortalmente um deles. Estavam rompidas as relações” (Jornal O Estado de S. Paulo de 27/09/1945, MI).

Procurando contornar o problema, a inspetoria regional imediatamente retirou os soldados do Posto Indígena e, para restaurar a paz, encaminhou o auxiliar José Candido Teixeira acompanhado de intérpretes “à tribo de ‘**Valvin**’[Vauhim], onde encontraram relutância por parte do cacique. **Valvin** fez-lhes serias ameaças, mas acabou cedendo aos brancos. A paz voltou e trocaram-se presentes. Os índios deram-lhes a sua alimentação predileta: farinha azeda e mel, nas mesmas condições (...)” (Jornal O Estado de S. Paulo de 27/09/1945, MI, grifo nosso).

Sobre a concepção de evento que estamos utilizando, o trabalho de Marshall Sahlins “Cultura na Prática” enfatiza:

“O que faz o evento é uma dinâmica do incidente que altera as relações maiores nele apresentadas – isto é, representadas nas pessoas dos agentes sócio-históricos e em seus atos sócio-históricos. E o que cria a alteração nas relações maiores é o fato de que, nesse incidente de ordem inferior, toda sorte de considerações além das forças maiores que esses agentes concretizam, outras forças das quais eles podem não ter consciência, vêm motiva-los. Outros seres e objetos, com seus próprios projetos ou causas e seus próprios estilos de ação, os afetam” (Sahlins, 2004, p.368).

Analisando o desenrolar destes eventos, então, é possível perceber que o fato de os Kaingang permitirem que os integrantes da agência indigenista voltassem a se estabelecer no Ribeirão dos Patos, a partir do mês de janeiro de 1912, coincide justamente com as possibilidades de alianças com os fóg (brancos) que o grupo da liderança *Vauhim* já vinha cogitando como política nativa Kaingang. Atestam essa disposição de aliança as informações do próprio Luiz Horta Barbosa, diretor da Inspetoria Regional, segundo expõe:

“Um pouco depois do meio dia de 19 de março, no alto do caminho que vem do rio Feio, apresentaram-se a peito descoberto dez guerreiros Cainganques, inteiramente desarmados e com a resolução evidente de travar relações com os ocupantes do acampamento dos patos (...) chefiava essa primeira turma o **rekakê Vauhim** que por prudência havia deixado o resto do seu povo, as mulheres e crianças reunidas além do rio Feio, com instruções para que, caso fracassasse a sua generosa iniciativa e ele morresse, todos se

salvassem, embrenhando-se na mata em rumo de oeste” (Barbosa,[1926] 1947, p.50-51, grifo nosso).

Frente a essa situação, somos levados a pensar que apesar da excessiva importância que os Kaingang davam aos objetos que os brancos tinham a oferecer, como machados, facões, cobertores, colares, entre outros, os quais eram utilizados para a lógica da redistribuição intrínseca na cultura do grupo, o fator preponderante para uma negociação foram as desavenças da horda do *Pã'í mbâng Vauhim* com as outras parcialidades (veja Mapa 8), pois “além desse grupo, havia mais nesta época, os dirigidos pelos chefes: **Congue-Hui, Rugrê, Doquê, Charím e Recandui**”. A respeito dessa questão, Luiz Horta Barbosa explicita que no período “em que se realizou o primeiro contato pacífico da Inspetoria com os Caingangs do grupo de **Vauhim**, este chefe achava-se em guerra com os de nome **Rugrê, Doquê e Charim**”(Relatório de 20/01/1917, p.70, grifo nosso).

A equipe comandada por Manoel Bandeira de Mello, dando prosseguimento ao “projeto de pacificação” proposto, resolvendo retribuir as visitas dos Kaingang, organizaram uma expedição até a aldeia de *Vauhim* visando explorar o território e estabelecer novos contatos, conforme relata Luiz Horta Barbosa.

“Também do nosso lado sucederam-se as expedições e visitas às aldeias de **Vauhin**, onde existiam então para mais de cem índios, seguidas de incursões para além de Presidente Tibiriçá e da descoberta de novos cursos d'água, tão importantes como êste, aos quais se deram os nomes de rios dos Caingangues e 19 de março. Nestas expedições, todas levadas a efeito pelo destemeroso José Candido Teixeira, auxiliar da Inspetoria, foram reconhecidas as situações das aldeias dos outros rekakês, que eram, neste ano **Congue-Hui, Cangrui, Rugrê e Charin**. Ficou-se então sabendo que tôda a população dos Caingangues paulistas, a qual seguramente não excede de 500 pessoas, acha-se localizada em águas da margem esquerda do Feio e Aguapei e que a mais oriental das aldeias é a de **Vauhin**, colocada aquém do Tibiriçá, e a mais ocidental é a de **Charin**, situada nas cabeceiras do ribeirão Itauna, que desagua no Aguapei, logo acima do salto Carlos Botelho” (Barbosa, [1926] 1947, p.51, grifo nosso).

Considerando a lógica das alianças, o discurso dos agentes do SPILTN de que o *Pã'í mbâng Vauhim* e seu grupo foi “pacificado” é preciso ser tomado também pela ótica Kaingang. Ou seja, o que aconteceu nesse evento foi uma política nativa de negociação para se protegerem das parcialidades inimigas, o que de fato conseguiram, porque “os chefes **Rugrê, Doquê e Charim**, ao saberem das relações de **Vauhim** conosco, concluíram, apressadamente, que teriam em nós outros tantos inimigos, e como nos

temiam, agora que nos viam apoiados em um grupo de sua gente, internaram-se ainda mais em suas florestas" (Relatório de 20/01/1917, p.70, grifo nosso).

Neste sentido, acreditamos que este procedimento adotado pela parcialidade do *Pã'í mbâng Vauhim* e de algumas outras lideranças estava prescrito na própria ordem cultural do grupo, manifestada através do mito e do sonho de uma velha índia, conforme se percebe no relato de Luiz Horta Barbosa.

"Havia, felizmente, do lado deste partido uma velha índia acatada pelo alto valor profético que todos reconhecem existir nos seus sonhos. E essa boa velhinha sonhou que os seus irmãos vinham ao nosso acampamento, eram recebidos como amigos, entre festas e alegrias, e retiravam-se carregados de coisas preciosas: machados a cujos golpes qualquer árvore tombava sem custos; contas de todas as cores, mas sobretudo brancas, muitas vezes realçavam a beleza das mulheres e davam às moças graças infinitas" (Barbosa, 1947, p.27-28).

Posteriormente, o *Chefe Principal Vauhim* e seus liderados foram convidados e aceitaram mudar-se para o acampamento do Ribeirão dos Patos. Pela lógica Kaingang esse evento deve ser interpretado, ao menos, em dois sentidos. O primeiro deles como um ato de proteção que os brancos poderiam oferecer-lhes em relação às parcialidades inimigas, até porque "o próprio **Vauhim** nos confessa que o seu grupo era o mais fraco de todos" (Barbosa, 1954, p.70, grifo nosso).

Quanto ao segundo motivo, conforme nos chama a atenção Darcy Ribeiro (1977, p.184-185), é que esta pacificação pretendida pelo SPILTIN foi interpretada às avessas, ou seja, eram os próprios Kaingang que estavam pacificando os brancos, porque "pela primeira vez, tiveram ocasião [oportunidade] de proceder segundo as prescrições de sua própria etiqueta, sem sofrer revide". Neste sentido, ao tratar da etiqueta como elemento também pertencente às Sociedades Iguaitárias, Elman Service esclarece a questão da seguinte maneira:

"Toda sociedad, por muy pequeña y primitiva que sea, está organizada y tiene un funcionamiento social estructurado en puntos importantes; de otro modo no podría ser una sociedad. Incluso un grupo informa – por ejemplo, una pandilla de barrio –, posee una estructura, como (a veces innecesariamente) nos ha enseñado la moderna investigación sociológica. Todas las sociedades controlan las relaciones sociales de sus miembros por medio de reglas de etiqueta y sanciones normativas que definen la conducta correcta y la incorrecta" (Service, 1984, p.66).

Uma outra parcialidade que também, em 1912, aproxima-se do Posto Ribeirão dos Patos é a do *Pã'í mbâng Ererim*. Sobre ela Curt Nimuendajú escreve que “no dia 5 de abril chegaram 58 **coroados**, sendo que mais da metade eram mulheres que preparavam grande quantidade de farinha de pipoca, que depois levaram para o Rio Feio, onde estava sendo construída uma nova aldeia, liderada por alguns dos nossos índios já pacificados” (Correspondência de 14/04/1912, p.5, MI, grifo do autor).

Ora, acreditamos que estes nativos, tendo conhecimento da aliança estabelecida entre os brancos e o grupo de *Vauhim*, inclinaram-se a fazer o mesmo, mas estrategicamente enviaram inicialmente a maior parte de suas mulheres. Por um lado, visando sondar a possibilidade de também formalizar uma aliança e, por outro, a fim de resguardar a maior parte dos seus guerreiros porque era uma das parcialidades Kaingang que, tendo aliança com o *Pã'í mbâng Charim*, o qual vivia nos territórios da Bacia hidrográfica do rio Itaúna, participou com este em ataques contra os trabalhadores da EFNB e, provavelmente, tinha dúvidas sobre a reação que os indigenistas teriam a seu respeito. Novamente relacionado a este grupo, Curt Nimuendajú tece o seguinte comentário:

“Me parece incompreensível que esta mesma horda atacou a **Companhia Ferroviária**, espetando, mutilando e queimando seus adversários. Mas não há o que duvidar, já que eles tem em suas mãos roupas ensanguentadas, relógios e ferramentas só usadas em construções ferroviárias. Mas não imaginava que os atacantes eram tão poucos. São no máximo 25 homens dos quais só alguns são guerreiros. Parece-me que quem organiza as lutas é o chefe **Kaueru Erygn**” (Correspondência de 14/04/1912, p.6, MI, grifo do autor).

Semelhante aos interesses demonstrados pela facção de *Vauhim* acreditamos que a aliança cogitada pelo *Pã'í mbâng Ererim* com os brancos, muito mais do que os bens que poderia obter, era a proteção e o apoio com que esperava contar para lutar contra as parcialidades inimigas e que nos parece que estavam conseguindo. Reforça esse argumento o fato de que em uma luta travada entre os guerreiros de *Ererim* com um grupo adversário, o qual vivia próxima ao rio Tibiriçá, Curt Nimuendajú, que se encontrava no Posto, informa: “vi morrerem 3 homens. Dois foram feridos gravemente e muitos tiveram ferimentos comuns. A um dos guerreiros quebraram duas pernas e eu o levei nas costas até o acampamento. O melhor lutador foi o guerreiro que tem as duas lindas mulheres e que também protegeu a retirada dos seus companheiros” (Correspondência de 14/04/1912, p.7, MI).

No rol destas negociações que vinham ocorrendo temos ainda a aliança que o *Chefe Subordinado Requencri*, por volta de 1912, estabeleceu com o pessoal do SPILTN e passou a atuar como uma liderança colaboracionista para com os brancos. Todavia, esse tipo de comportamento

não deve ser tomado como traição ao seu povo ou que estivesse aderindo à “pacificação”. As razões para isso devem ser buscadas na própria dinâmica cultural Kaingang na qual o estabelecimento de alianças ou a deflagração de guerra é perfeitamente aceitável até o momento que atenda aos interesses de cada parcialidade em questão. Ou seja, tratando-se do *Pã'í Requencri*, é preciso considerarmos que inicialmente atuava como um dos Chefes Subordinados ao grupo do *Pa'í mbâng Charim*, porém mantinha-se atento ao surgimento de possibilidades para também ascender a categoria de um Chefe Principal.

Seguindo esta lógica, então, acreditamos que *Requencri* tomando conhecimento das alianças que o *Pã'í mbâng Erim* estabeleceu com os agentes do SPILTN, mesmo tendo participado de ataques contra os trabalhadores da EFNB juntamente com a parcialidade de *Charim*, da qual ele fazia parte, constatou que o estabelecimento de alianças com os indigenistas era a possibilidade que procurava para aumentar seu prestígio a fim de tornar-se um *Pã'í mbâng*. Em vista disto é que o *Chefe Requencri* apresenta-se no Ribeirão dos Patos e estabelece aliança com Manoel Silvino Bandeira de Mello, encarregado do Posto, do qual, com o passar do tempo, tornou-se um grande amigo. Na seqüência destas negociações é que provavelmente o *Pã'í Requencri*, seguindo os interesses de seu grupo e após muita discussão, é escolhido, juntamente com alguns guerreiros, mulheres e crianças, para aceitar o convite de Manoel Bandeira de Mello para visitar São Paulo (Mello, 1982, p.34-35).

A respeito desta viagem que ocorreu em 1912, provavelmente em fins de março e início de abril, sabemos que os referidos Kaingang, mesmo que acompanhados de Manoel Bandeira de Mello, estavam temerosos por ter que viajar no trem barulhento. Segundo uma entrevista realizada por Niminon Suzel Pinheiro (1999, p.148), com Anna Izabel Bandeira de Mello, filha do encarregado Manoel Bandeira de Mello, a viagem foi uma grande aventura para os indígenas que, passando inicialmente por Bauru, receberam presentes e foram saudados pela população.

Chegando à cidade de São Paulo, onde permaneceram por vinte dias, conforme Darcy Bandeira de Mello, ficaram hospedados na própria casa de Manoel Bandeira de Mello e procuravam não demonstrar maior admiração pelas coisas, resguardando inclusive um certo ar de superioridade. Sobre a estada da liderança *Requencri* e do grupo que o acompanhava na cidade grande, Anna Bandeira de Mello, em sua entrevista, descreve o seguinte:

“(…) os Kaingang visitaram várias vezes o cinema, chamando-o de ‘tim-tim’ por causa da campanha da porta de entrada. Visitaram a cadeia, os parques, o teatro, tomaram muito sorvete, ‘mancutxá’ (mel-frio), e, segundo afirma a entrevistada (...) eles ‘se divertiram imensamente na capital do Estado’ e, retornando à Aldeia, contavam as ‘aventuras’ que tiveram. Mas, segundo o relato, logo sentiram

saudades da Aldeia. Numa das visitas aos Clubes Esportivos das margens do Tietê, na ponte grande, sabendo que este rio desaguava no Rio Paraná, um deles pediu à Bandeira que fornecesse-lhe um barco que ele chegaria à sua Aldeia por este caminho mesmo” (Pinheiro, 1999, p.148).

Terminando a visita, retornaram para sua aldeia localizada nas proximidades do Posto Ribeirão dos Patos. Sendo assim, se para o SPILTN, fundamentado nos ideais positivistas, o evento da viagem foi tomado como uma possibilidade demonstrada pelos nativos para atingir o estágio civilizatório, para o *Pã’í Requencri* os significados certamente foram outros. Isto é, vieram reforçar, em nosso entender, a convicção de que havia escolhido o caminho mais adequado para reforçar seu prestígio, porque, além das muitas histórias que tinha para contar, retornou também com muitos presentes para distribuir ao grupo Kaingang.

Posteriormente, Ana Kúchller Bandeira de Mello, esposa de Manoel, que estava grávida, e mais cinco dos seus sete filhos mudaram-se para o Ribeirão dos Patos, também chamado de “Vila Kaingang”. Segundo Darcy Bandeira de Mello (1982, p.76-77), quando o bebê, o qual se chamava Letícia, nasceu, passou a ser amamentado por uma ama de leite Kaingang, porque a esposa do encarregado adquiriu anemia e ficou impossibilitada de fazê-lo. Frente a isso, acreditamos que estas sucessões de eventos contribuíram para reforçar ainda mais as relações de amizade e aliança dos Kaingang para com os indigenistas.

Por outro lado, porém, os efeitos nefastos destes contatos com os brancos e das alianças estabelecidas também começaram a se manifestar principalmente através das doenças bacteriológicas, como, por exemplo, a influenza, que “neles assumem proporções de terríveis epidemias, de altíssima letalidade. Só esse incômodo, a **influenza** [gripe], ou **cofuro**, como eles o denominaram, pois o não conheciam antes das relações conosco, matou até agora mais da metade das crianças, mulheres e homens que existiam em princípios de 1912” (Relatório de 20/01/1917, p.71, grifo do autor).

Ilustra ainda as conseqüências das epidemias, a dizimação, em 1913, de praticamente todo o grupo da liderança *Congue-Hui*, conforme atesta Luiz Horta Barbosa no relatório em questão.

“Houve mesmo um grupo, o do **Congue-Hui**, que foi totalmente aniquilado no curto espaço de alguns dias. Isso se deu de março a abril de 1913. Quando nos chegou, no Ribeirão dos Patos, a notícia de estar o povo da aldeia daquele chefe morrendo de cofuro, para lá partiram os abnegados auxiliares da Inspeção, José Candido Teixeira e Augusto de Avellar, intérprete; mas ao chegarem, nada mais encontraram senão algumas ossadas à flor da terra!” (Relatório de 20/01/1917, p.71, grifo nosso).

Relativo às parcialidades lideradas por *Congrui*, *Doquê*, *Rugrê*, *Iacry*, *Ienkri* e *Charin*, ao longo dos anos de 1912, 1913 e 1914, continuaram a viver em estado de guerra entre si e algumas delas também com os brancos em seus territórios localizados nas Bacias hidrográficas dos rios Feio, Aguapeí e Peixe (veja Mapa 8). Sobre isso as observações que aparecem na correspondência enviada por Curt Nimuendajú ao médico Hugo Gensch informam o seguinte:

“Haveria bem mais a relatar ao Senhor, mas o essencial de minhas observações é a luta racial nojenta, que envergonhava o sertão paulista e que agora teve seu fim se não for cometida outra burrada. O que ainda me desagrada é uma luta entre as hordas, pois ainda no dia 7 desse mês os ‘inimigos’ do Rio Tibiriçá roubaram 3 mulheres dos nossos, que haviam ido ao outro lado do Rio Feio para pegar uns objetos lá esquecidos” (Correspondência de 14/04/1912, MI).

Essa constante situação de guerra manifestada nas relações intertribais e intratribais, as quais pelo próprio mito de origem do grupo são freqüentemente corriqueiras na cultura Kaingang, dificultou bastante a ação da inspetoria do SPILT. Podemos perceber isso pela exposição de Luiz Horta Barbosa em seu relatório.

“Além disso, não é raro verem-se esses grupos inimizados uns com os outros, a guerrearem-se. Em tais ocasiões, é preciso haver muita habilidade e paciência de nossa parte, para conseguirmos manter a confiança dos dois campos na nossa **neutralidade** e saber sair dos manejos que cada qual desenvolve para nos enlear nos seus interesses, fazendo aos outros crer que lhes esposamos a causa, sem no entanto desgostar a ninguém” (Barbosa, 1954, p.68, grifo do autor).

Um outro dado o qual demonstra que a fronteira cultural continuava existindo entre brancos e Kaingang, apesar do discurso da “pacificação” apregoado pela agência indigenista, refere-se ao fato de que quando, em 1914, Candido Teixeira, desrespeitando as fronteiras geográficas do território Kaingang, avança com uma linha que atingia as roças do grupo liderado por *Rerig*, e por isso é atacado por ele. Esta empreitada na realidade fazia parte de um picadão que estava sendo aberto visando à ligação entre várias das parcialidades Kaingang com o Posto Ribeirão dos Patos e com a Estação Heictor Legru. A respeito destes episódios e dos seus desdobramentos, temos:

“Os trabalhos foram executados sob a chefia de José Candido Teixeira. Nessa época, também se abria uma picada de demarcação da Fazenda dos Patos, ocasião em que o engenheiro cometeu a imprudência de fazer atravessar com uma linha uma roça do

**cacique 'Rerig'**. Abriu-se nova linha contra os brancos. **Rerig** ordenou a chacina geral. O engenheiro foi atacado de surpresa com mais seis camaradas, alguns dos quais fugiram. Os demais foram trucidados. O cacique Caingangue tornou-se o pavor da região" (Jornal O Estado de S. Paulo de 27/09/1945, MI, grifo nosso).

Transcorridos os primeiros anos destes contatos com os Kaingang no oeste paulista, os indigenistas começaram a dar-se conta de que mesmo conseguindo que alguns grupos como, por exemplo, o de *Requencri*, *Vauhim*, *Ererim*, etc, passassem a ajudá-los, o projeto do SPILTN proposto inicialmente não era tão fácil de efetivar-se. Dentre as principais razões enfrentadas, ao menos para o ano de 1915, sobressai-se a redução de recursos econômicos e do número de trabalhadores da agência.

Por parte dos Kaingang, algumas parcialidades Kaingang, juntamente com as suas lideranças, foram percebendo que as motivações iniciais que as levaram a aproximarem-se dos indigenistas para o estabelecimento de alianças, tais como objetos e o contingente humano para apoiá-los na guerra contra os inimigos, não estavam mais atendendo as suas expectativas. Diante disto foram se afastando do Posto Ribeirão dos Patos e passaram a ocupar territórios a oeste do rio Tibiriçá onde se encontravam seus parentes. Ilustra esta questão uma correspondência enviada por Luiz Horta Barbosa a José Bezerra Cavalcanti, diretor interino do SPILTN, conforme segue:

"Estes sentem-se desamparados diante dos argumentos apresentados pelos seus contrários, no sentido de demonstrarem que nós os abandonamos, que já não possuímos meios nem força para protegê-los contra os **fogs** [brancos] que veem invadindo rapidamente as suas terras do lado do rio do Peixe, onde se tem feito, ultimamente, grandes derrubadas de mattas e estabelecido muitas roças e plantações de café. E já que eles não devem contar com o nosso apoio, cumpre-lhes retomarem a defesa de suas florestas, e não atenderem aos nossos pedidos que, afinal, visam apenas a favorecer os interesses dos invasores. Aos convites que lhes mandamos fazer para virem ao nosso Acampamento, respondem ser isso inútil e perigoso: inútil, porque nada temos para lhes dar, senão promessas que já se não cumprem; perigoso, porque enquanto estiverem eles ausentes de suas aldeias, os **fogs** se aproveitarão para avançar as derrubadas mais para o interior de suas terras" (Correspondência de 07/06/1915, MI, grifo do autor).

Frente a esta situação, o próprio Luiz Horta Barbosa, inspetor regional, encontrava-se apreensivo sobre o projeto em desenvolvimento devido à redução dos recursos para o trabalho e alerta que "os contactos entre o nosso pessoal do Acampamento e os índios dos grupos que ainda vivem nas aldeias de além Feio e Tibiriçá, tem-se espaçado enormemente. Nós não podemos ir

às suas aldeias, e elles desanimam de vir visitar-nos (...)” (Correspondência de 07/06/1915, MI).

Por outro lado, ressalta que a equipe instalada no Posto Ribeirão dos Patos não tem pessoal suficiente para visitar os Kaingang nos territórios das bacias dos rios Tibiriçá e Feio, segundo aparece no relato:

“Demaes, com o pessoal reduzidissimo que temos este anno, é impossivel pensar-se em fazer as estradas que se faziam nos annos anteriores com o fito de trazer as aldeias sempre **policidadas** e assim prevenir o amadurecimento dos planos de assaltos que incessantemente resurgem nos espiritos ainda pouco modificados de alguns dos seus guerreiros. Para obviar este inconveniente, temos-nos esforçado por conseguir dos indios já estabelecidos na Villa Caingang, que vão fazer aquellas visitas, sondar o estado dos animos, aconselhal-os e convidal-os a virem ao nosso Acampamento” (Correspondência de 07/06/1915, MI, grifo do autor).

Na esperança de reverter este quadro, é possível percebermos em uma correspondência enviada para a Diretoria Geral do SPILT N a insistência de Luiz Horta Barbosa para que fossem enviados ao Acampamento Ribeirão dos Patos “roupas, machados, espingardas, polvora e chumbo, assucar, sal e phosphoro em quantidade sufficiente para attrahir a vinda dos indios e assim collocal-os em situação de soffrerem a ação dos nossos empregados, reavivando-se nos seus espiritos as impressões benéficas que nós lhes vinhamos fazendo até fins do anno passado” (Correspondência de 07/06/1915, MI).

Sem deixar de lado as pretensões capitalistas no oeste paulista, as quais poderiam ser melhor viabilizadas em decorrência da EFNB que se encontrava concluída, o governo do Estado continuava a incentivar o povoamento e a exploração da região.

“Na Noroeste chegavam outros pioneiros. O governo do Estado em 1914, havia construído um caminho entre Cafelândia e Platina. No ponto em que ele atravessava o espigão Peixe-Aguapeí tentou-se então a criação de porcos e plantou-se uma centena de pés de café, mas foi uma iniciativa prematura, porque as estações ferroviárias ficavam muito longe. Mas o caminho sobreviveu aos cafeeiros abandonados e quando o caminhão veio diminuir as distâncias, os proprietários das terras retomaram a antiga atividade. Os municípios de Presidente Alves, Lins, Piraju e, principalmente, Cafelândia foram como que cabeças de ponte para a penetração nas zonas de Duartina, Getulina, Garça, Gália e Marília” (Monbeig, 1984, p.199-200).

Paralelo a isso, uma outra faceta da Frente Pioneira, atendendo aos interesses dos fazendeiros plantadores de café, cruzando o rio do Peixe,

avançava pelo sul visando à “medição de terras no espigão divisor das águas do Peixe das do Feio e pedindo providências para serem afastadas desse ponto os índios que ali habitavam” (Correspondência de 12/07/1915, MI). O problema que se criou é que este território pertencente às lideranças *Charim* e de *Dobry* se mantinham em estado de guerra para com os brancos e ainda não se tinham aproximado e muito menos estabelecido alianças com o pessoal do SPILTN.

Neste sentido, uma correspondência enviada por Luiz Horta Barbosa ao responsável pelo trabalho de medição nos territórios pretendidos, Dr. Luiz Ferraz de Mesquita, informa o seguinte:

“(…) a Inspectoria está perfeitamente informada de que não são nada tranquilizadoras as disposições de animo de uma grande parte dos guerreiros de **Dobry** e de **Charin**, a respeito dos civilizados que têm ultimamente invadido as terras do lado direito do Peixe. Ha pouco tempo recebemos de índios chegados dessa parte do sertão, notícias alarmantes que dão a entender estar emminente a reprodução de algumas daquellas cenas sanguinolentas que tanto pavor espalhavam nos sertões do Feio e do Peixe nos anos anteriores á pacificação. Desse estado de coisas, e dessas ameaças, demos ciência á nossa Diretoria no Rio de Janeiro e esta transmittiu ao Snr. Ministro da Agricultura as nossas informações, pedindo-lhe a adoção das medidas necessarias para podermos evitar as catastofres que parece estarem eminentes. O Snr. Ministro prometeu dar-nos os meios de que precisamos para agir, mas enfelizmente, as promessas ainda não se traduziram em actos e nós continuamos de mãos e pés atados mal podendo manter-nos em nosso acampamento do Ribeirão dos Patos” (Correspondência de 12/07/1915, MI, grifo nosso).

Diante desta situação, em resposta a uma carta sem data, enviada pelo Sr. Luiz Ferraz de Mesquita, do Ribeirão das Avencas, o inspetor Luiz Bueno Horta Barbosa aconselha que os trabalhos de medição nos territórios Kaingang fossem imediatamente suspensos. Insiste também para que toda a sua equipe se retire o mais breve possível da margem direita do rio do Peixe para evitar conflitos sangrentos até que a equipe do SPILTN, que estava no Ribeirão dos Patos, tivesse condições de retomar sua obra e aproximar-se destas parcialidades ainda arredias.

Na seqüência da correspondência, o referido inspetor elenca vários argumentos para que os trabalhos de medição parassem e que, em hipótese alguma, os ataques por parte dos Kaingang fossem revidados, sob a ameaça de que as responsabilidades recairiam sobre a pessoa de Luiz Ferraz de Mesquita, conforme podemos observar:

“Diz V. S. que não **pretende atacar os índios sinão em ultimo caso, isto é, em caso de defesa.**

Seria realmente, não só cruel, mas também criminosa, a intenção de atacar os índios, indo ao encontro delles em suas terras e em suas aldeias. Mas, não seria menos cruel, nem menos criminoso, si V. S. persistisse em manter-se nessa zona depois de estar prevenido de que ha todas probabilidades de dar-se o caso por V. S. figurados como sendo o ultimo, e no qual parece a V.S. que haveria, de sua parte, defesa. Peço a atenção de V. S. para o facto serem os índios que podem alegar, e já alegaram, fallando comnosco em nosso Acampamento do Ribeirão dos Patos, estarem na posição de legitima defesa de suas terras, de suas vidas e do socego de suas aldeias. A entrada de turmas de trabalhadores nas mattas occupadas por nações indígenas, e mesmo nas imediações dos lugares em que existem aldeias, produz enorme perturbação na vida das respectivas populações: o terror apodera-se das mulheres, das crianças e dos velhos e todos sentem-se ameaçados pela proximidade de extranhos, cujas intenções e cuja índole não podem conhecer, mas que, a julgar por dolorosos precedentes, não são para inspirar grande confiança. Em geral, nós, quando penetramos nas florestas, não refletimos no desocego e no pânico que o simples facto da nossa presença vae lançar no meio das famílias e das populações indígenas, e muito ingenuamente nos admiramos de que os seus guerreiros nos ataquem antes de darmos tiros ou matarmos alguma pessoa de sua gente. No entanto, si quizermos reflectir, logo reconhecemos que esses guerreiros assim procedendo nada mais fazem do que cumprir o dever de protegerem as suas mulheres e os seus filhos contra perigos possiveis, quase certos, e, em todo o caso, irremediáveis. Mas, muito antes de poderem verificar si são ou não fundados esses receios, já o mêdo das mulheres e das crianças lhes tem criado uma serie enorme de incômodos e de transtornos, obrigando-os a abandonarem as suas casas, as suas occupações, muitas vezes as suas roças, os seus laços e armadilhas de caçadas, e outros que se está dando nessa região: os arranchamentos vasioz encontrados por V. S. são moradias, permanentes ou provisórias, pouco importa, de familias indigenas que se viram obrigadas a abandonar as suas commodidades por temerem a aproximação do pessoal de V. S., se a vizinhança delles, revellada pelas pegadas notadas por V.S., basta para alarmar os homens que trabalham com V.S., qual não deverá ser o alarma lançado entre elles pela entrada em suas terras e em suas casas, de V.S. e de seu pessoal, entre a qual certamente, não haverá mulheres, crianças e velhos?

Estas rápidas considerações, penso que serão completadas por outras ainda mais decisivas, que certamente ocorrerão no espirito e ao coração de V.S., para mostrar-lhe que em caso nenhum estará do lado de V.S. o **direito da legitima defesa** em qualquer conflito que se venha dar entre o seu pessoal e os índios, cujas terras e aldeias

estão sendo invadidas por V.S.” (Correspondência de 12/07/1915, MI, grifo do autor).

É possível que diante destes episódios a equipe do SPILTN, através do encarregado Manoel Silvino Bandeira de Mello, mais uma vez tenha reforçado o convite, através dos Kaingang que circulavam pela região, para que o grupo do *Pã'í mbâng Charim* viesse para o Ribeirão dos Patos, o qual surpreendentemente desta vez aceitou. Todavia acreditamos que os reais motivos para que isso acontecesse, por volta de 1915, foi o interesse de *Charim* e seus guerreiros de sondar a possibilidade de viabilização de alianças com os indigenistas, semelhante às realizadas pelas lideranças *Vahuim*, *Requencri* e *Ererim* de que tiveram notícias. Foi, ainda, a pretensão de ampliar suas relações para combater uma outra esfera da Frente Pioneira manifestada através dos grupos de trabalhadores que, atravessando o rio do Peixe, insistiam em penetrar nos territórios nativos.

Relativo à questão do território nas Sociedades Tribais, assim como os rituais de alianças ou deflagração de guerra quando seus limites são desrespeitados, temos:

“Las sociedades tribales de mayor tamaño, todavía dentro de la categoría de las sociedades igualitarias, tienen grupos de parentesco con nombres propios y algunos con territorios delimitados, de manera que, por decirlo de algún modo, están objetivados y constituyen una corporación que trasciende la parentela personal y los cambios en el conjunto de sus miembros producidos por el paso de las generaciones. Normalmente, estos grupos son linajes de personas emparentadas patrilineal o matrilinealmente, y clanes (asociaciones de linajes emparentados). Pero incluso en este caso no resulta posible delimitar la sociedad. Diversos clanes pueden unirse con algún propósito común – ritual, festivo o de guerra – y al día siguiente desintegrarse en sus distintas partes constituyentes. Esta cualidad de subdivisión y reconstitución estructural en función de los acontecimientos está tan formalmente equilibrada en algunas sociedades que éstas han recibido la denominación estructural-funcional de sociedades segmentarias” (Service, 1984, p.83-84).

Nas imediações do Posto Ribeirão dos Patos, o qual também era conhecido como Vila Kaingang, vamos encontrar, além da parcialidade da liderança *Requencri* que atuava como colaboracionista do pessoal do SPILTN, o grupo do *Pã'í mbâng Vahuim* que, tendo estabelecido aliança com os indigenistas, vivia num lugarejo um pouco afastado denominado de Vila Sofia. Sobre os interesses que motivaram as lideranças mencionadas, assim como as demais que freqüentemente visitavam o local, temos a seguinte narrativa:

“Os indígenas foram se arranchando em torno do rancho do SPILTN para usufruir das plantações de milho e abóbora. Mas, conforme as divergências internas à sua própria sociedade tribal ou selvagem, divergências políticas, estratégicas e matrimoniais, os Kaingang não estavam agrupados no mesmo acampamento. Tão pouco havia garantias de que os que estavam ali iriam permanecer. No entanto, através de esforços recíprocos entre os Kaingang e o SPI, o lugar estava se tornando um centro de trocas de presentes e gentilezas através de ‘negociações diplomáticas’. Alguns indígenas destacaram-se enquanto ‘cabeças’ nestas negociações. Mais sociáveis, aprendiam a língua falada pelo SPI e traziam presentes e companheiros para ‘sede, tal qual **Clenclá** [Requencri]. Outros já se instalavam e procuravam permanecer nas matas, ou seja, mais distantes do que foi se transformando na ‘Vila Kaingang’. As visitas dos grupos que ainda estavam nas matas ao acampamento eram freqüentes. Eles eram recebidos conforme os ritos tribais, aguardando na ‘cabeça de porco’ até serem convidados e recebidos na aldeia para serem homenageados com as festas tradicionais. Permaneciam algum tempo e depois retornavam para as matas” (Pinheiro, 1999, p.174, grifo nosso).

Neste sentido, então é que devemos entender a chegada do *Pã’í mbâng Charim* e seus guerreiros inicialmente no local denominado de Cabeça de Porco (veja Mapa 8), pois eram inimigos de *Vauhim* e seu grupo. Este local era o ponto de referência no qual se faziam as recepções e despedidas dos nativos que vinham à Vila Kaingang. Recebeu este nome, segundo Darcy Bandeira de Mello (1982, p.56), porque os primeiros indígenas que estabeleceram contato com o Posto Ribeirão dos Patos acamparam neste ponto e para “subsistência haviam caçado algumas ‘queixadas’ cujas cabeças espetaram em sólidas varas que fixaram ao solo; daí – a denominação”.

Quanto a esta visita, sua estada e os desdobramentos advindos da chegada do grupo de *Charim* ao Ribeirão dos Patos, em 1915, o filho do encarregado do Posto relata:

“Numa bela e inesquecível tarde, lá pelas 14 horas, ouviu-se o ressoar surdo e prolongado de buzinas em vários diapásões, provindo da estrada que demandava o local não muito distante, conhecido como “Cabeça de Porco” (...) O toque de buzinas que repercutia era emitido pelos ‘embaixadores’ **Clenclá** e **Iricafire** e significa que regressavam vitoriosos na sua missão. Tão logo puseram os pés na Vila, aproximavam-se de Papai e foram dizendo: - Bandeira Kaingangue muito está esperando lá no ‘Cabeça-de-Porco’ (...) Houve, então, grande alvoroço entre os índios da Vila, principalmente entre as moças em idade de casar; isso porque em ocasiões como essa é que os moços de fora que chegam escolhem suas ‘prom’ (...) Ficava de pronto cientificado que o chefe do grupo

era o valente e perigoso **Charim**, aliado de outro não menos temível, o **Ererim**.

**Charim** era (...) conhecido e temido como um dos maiores ‘cortadores-de-cabeça’ de toda a região. Com ele o **Chefe Vauvin** [acampado na Vila Sofia] não se dava (...) Urgia estabelecer controle à turma de **Vauvin**, a começar pela mulherada que já havia dado início ao clássico ‘toto-que-mutim’ – intrigas – com gritarias histéricas de provocações (...)” (Mello, 1982, p.56-57, grifo nosso).

Seguindo os parâmetros de suas pautas culturais, no que se refere à sociabilidade para com os seus parentes e visitantes, em que a hospitalidade e a comensalidade são atitudes de destaque, o grupo de *Requencri* organiza a festa do “Kiki”<sup>37</sup> ou “Veingreinyá”. É possível ainda, tomando o trabalho de Mircea Eliade “Lo sagrado y lo profano” (1973, p.63-100) supor que este rito servisse para os Kaingang marcar um tempo mítico primordial o que a referida autora denomina de tempo do eterno retorno. Neste sentido, acreditamos também, que esse ritual serviu para que o *Pã’í Requencri* pudesse reconciliar-se com o *Pã’í mbâng Charim* e sua horda, com quem anteriormente havia rompido para estabelecer alianças com os indigenistas.

Uma surpresa inesperada é que Manoel Bandeira de Mello, encarregado do Posto Ribeirão dos Patos, juntamente com sua família, também foi convidado pelos Kaingang para participar. Sobre este evento, Darcy Bandeira de Mello, filho do encarregado que, em 1915, ainda era um menino, descreve o referido cerimonial.

“(…) Quando já bem próximo, começaram a fazer soar as buzinas, assim como a emitirem gritos amistosos de regozijo, acompanhados pelo tanger de seus cadenciados maracás. O grupo de **Cienclá** [Requencri], que residia ao redor da Vila, dirigiu-se ao encontro dos visitantes com muita cordialidade e entusiasmo. Como já era ao entardecer, fora ateadado fogo à imensa armação de toras de madeira localizada ao centro da área preparada para a festa. Essa fogueira, então, começou gradativamente a aumentar a intensidade de suas chamas espetaculares e os Kaingangue, por elas fascinados não demoraram a circundá-la ao ritmo de suas bárbaras danças tradicionais, que só interrompiam, quando se aproximavam

---

<sup>37</sup> O Kiki também é chamado de “Festa dos Mortos” e acontecia geralmente entre meados de abril e meados de junho, possivelmente porque era a época de maior abundância de alimentos como o pinhão, o milho, o mel e também as caças, as quais possibilitavam receptividade para os parentes de outras aldeias que vinham para a festa. Todos os homens, mulheres e crianças participavam, pois era o momento em que os mortos devolviam seus nomes à comunidade e depois os espíritos iam embora deste mundo, permitindo a nomeação das crianças. Nesse ritual, definia-se também a metade a que os novos indivíduos deveriam pertencer durante sua existência Cemitille (1882, p.281-283); Baldus (1937, p.29-60); Nimuendajú (1993, p.67-69); Veiga (1994, p.162-176; 2000, p.261-292 e 2006, p.179-196).

do enorme cocho de jaracatiá, repleto de bebida típica da tribo, - o 'KIKI'.

Beber muito Kiki – 'Kiki cronía bang', era a disposição de todos os participantes da festa. Dançavam, uns frente a outros, batendo no chão os enormes guarantãs, ao mesmo tempo que os acorados tangiam maracás dolentemente, acompanhados por rústicos instrumentos de sopro. As mulheres também participavam das danças, cantando melodias diferentes: além disso, estavam equipadas com grossos bambus, totalmente ociosos, os quais batiam no chão, produzindo um som surdo.

As horas passavam e a festa prosseguia com animação crescente. Os homens completamente nus, (a não ser aquele feixe de minúsculos cordões em torno aos quadris) ostentando traços pretos e vermelhos dispostos com certa simetria nos corpos robustos. As mulheres apenas de tanga, havendo jovens bem bonitas e dotadas de plástica sedutora, principalmente o busto.(...)

A gente do 'bangalow' estava espiando de longe, assim como o pessoal do SPI, o desenrolar dessa cerimônia inusitada, quando fomos surpreendidos com o gesto do **Chefe Charim**, que, acompanhado por **Clenclá**, afastaram-se das danças e, dirigindo-se a Papai, convidaram-no, bem como à Mamãe para comparecerem. Isso significava que todos nós poderíamos ir, e foi o que aconteceu. Lá chegamos: a família, auxiliares e camaradas. Ofereceram-nos nas cuias aquela champanha selvagem. Ninguém recusou (...) os ingredientes e a forma de preparar esse kiki, o tornam bastante aceitável para qualquer paladar, por mais exigente que seja" (Mello, 1982, p.59-60, grifo nosso).

A respeito deste convite para que a família de Manoel Bandeira de Mello participasse do ritual, percebemos que mais uma vez a Fronteira Cultural entre ambas as etnias fez-se presente. Tudo indica que o referido convite por parte dos Kaingang não foi uma simples política de boa vizinhança, segundo interpretaram os indigenistas. Provavelmente isso aconteceu devido ao fato deste encarregado, assim como seus familiares, terem sido aceitos e projetados pela ordem cultural Kaingang como novos integrantes da parcialidade liderada por

*Requencri*. Razões para isso foram as alianças estabelecidas desde 1912 e, principalmente, por causa da intensificação das relações de amizade entre ambas as etnias, tais como os presentes trocados, a viagem do pessoal de *Requencri* a São Paulo e sua hospedagem na casa dos Bandeiras de Mello, a mudança da mulher e filhos do encarregado para a "Vila Kaingang", a criança mais jovem dos Bandeira de Mello, a qual estava sendo amamentada por uma mulher Kaingang, etc.

Reforça ainda o argumento da inserção dos referidos brancos nas pautas Kaingang o fato de que, ao participarem do ritual oferecendo alimentos, roupas e objetos, estes, pela ótica nativa, foram tomados como um canal de

sociabilidade. É possível observar isso na narrativa de Darcy Bandeira de Mello.

“A enorme fogueira tinha os seus alimentadores que não a deixariam extinguir-se visto que a tradição estabelecida que a festividade deve durar até dois ‘sóis’, ou enquanto o reservatório de kiki não se esvaziar completamente. Para que essa eventualidade não ocorresse, não faltaram interessados ali despejando novo reforço, ao verificarem que o conteúdo estava minguando, não resistindo até o segundo dia!

(...) ao amanhecer os participantes se mostravam exaustos, sendo que muitos dormiam estirados pelo chão. Algumas mulheres tinham sido amarradas pelas velhas, a fim de evitar que rolassem até a fogueira, visto estarem embriagadas. Após o repouso, alimentavam-se de milho verde assado ou cozido; abóbora, e, sobretudo do pão – o ‘inhamim’ da mãe-branca (Ian-Cupri). Tais gêneros eram fartamente distribuídos, sob a orientação de meus Pais.

Após essa memorável festança, o nosso ‘bangalow’ fora literalmente invadido pelos Kaingangue visitantes, naturalmente revesando-se, sempre acompanhados pelos anfitriões (...) camas, máquinas de costura, gramofone, lampiões, etc.

Nessas oportunidades, Mamãe, auxiliada pelas índias já familiarizadas, vestia as mulheres e crianças; Papai e Auxiliares divertiam-se enfiando calças e camisas na homarada.

(...) No decurso desses dias extraordinários, somente nós, as crianças é que dormíamos tranquilos. Todos os adultos, sob o comando de meus pais, revesavam-se em plantões de vigília, preocupados sempre com a possibilidade de conflitos que precisavam ser evitados a todo o transe. (...) O grupo de **Vauvin**, inimigo ostensivo dos visitantes, mantinham-se em pé-de-guerra lá na sua aldeia de Vila Sofia” (Mello, 1982, p.60-61, grifo nosso).

Por outro lado, consolidadas as primeiras pretensões da Frente Pioneira que avançava sobre o oeste paulista, os cafeicultores à procura de novas terras voltavam-se, então, para os tradicionais territórios Kaingang localizados, principalmente, entre os rios Tietê, Feio e Aguapeí que, embora não estivessem ocupados pelos fazendeiros, já haviam sido divididos entre estes grandes proprietários. É possível perceber esta apropriação dos territórios Kaingang por parte dos referidos “coronéis” paulistas e com pleno consentimento do SPILTN, que, ao menos em nível de discurso, propagava a defesa dos indígenas. Atesta isso uma correspondência historizando as atividades da agência enviada por Luiz Bueno Horta Barbosa<sup>38</sup>, novamente

<sup>38</sup> Reforça ainda o argumento da convivência do SPILTN/SPI com estes fazendeiros o fato de que Luiz Bueno Horta Barbosa tinha pleno conhecimento da questão, porque, segundo Antônio Carlos de Souza Lima (1995, p.339-340), durante alguns períodos entre 1910/1920 e 1921/1930, desempenhou a função de

responsável pela 5<sup>o</sup> Inspetoria Regional, a Antonio Martins Vianna Estigarribia, Diretor do SPI, informando o seguinte:

“Reduzida aos seus escassos recursos orçamentários todos de aplicação restricta por dispositivos das leis orçamentárias, entre as quaes não figurava nenhuma que autorisasse aquisição de terras, teve a repartição de lutar com dificuldade para instalar a população que acabava de chamar ao grêmio da civilização, e certamente não teria solucionado tão paradoxal problema sinão viesse em seu auxilio **a boa vontade dos particulares que se apresentavam munidos de títulos de propriedade daquela vasta região coberta de floresta virgem e onde até então dominava, sem contraste, o selvagem temido e bellicoso.** Desses proprietários, a Inspectoria alcançou a doação das pequenas glebas nas quaes afinal assentou os estabelecimentos que abrigam hoje os antigos senhores, **por direito de ocupação primaria e immemorial**, do que ainda em 1912, e mesmo em data mais recente, era o Sertão do Feio (alto Aguaphey) e do Peixe” (Correspondência de 20/03/1928, p.3, MI, grifo nosso).

As terras nas quais se localizava o Posto Ribeirão dos Patos, por exemplo, passaram a ser valorizadas “de 1912 para fins de 1915, na proporção de nada menos de 10\$000 por alqueire para 100\$000 as piores, e 150\$000 as aproveitáveis na cultura de café” (Relatório de 20/01/1917, 1954, p.67). Relativo ao impasse que se criou em decorrência de o “suposto proprietário” de terras requerê-las, um jornal paulista, alguns anos mais tarde, publicou o seguinte:

“(…) a Inspetoria de Indios, dirigida pelo Dr. Luis Bueno Horta Barbosa, organizou os Caingangos, já inteiramente pacificados, em dois aldeamentos, um dos quais no Ribeirão dos Patos, para 300 indios, e o outro, no lugar denominado ‘Cabeça de Porco’, para 150 indios do grupo de **Valvin**. Esses aldeamentos situavam-se em terras da família Arantes, que em 1916 exigiu a desocupação delas. O Dr. Lello Piza havia doado 250 alqueires para o Serviço de Proteção aos Indios, nas vizinhanças dos córregos Pirã e Vanuire. Neles foram instalados os selvicolas, bem como no Córrego Icatu, a seis leguas de Penapolis, onde o Serviço adquiriu mais 30 alqueires” (Jornal o Estado de S. Paulo, 1945, MI, grifo nosso).

Frente a estas pretensões capitalistas é que devemos entender, então, os dois projetos elaborados pelo SPILTIN visando à mudança dos Kaingang que se encontravam no Acampamento Ribeirão dos Patos para um novo lugar.

---

Inspetor da 5<sup>o</sup> IR e, de 1918 a 1921, foi Diretor Geral do SPI e, ao invés de denunciar o problema, foi cúmplice da situação.

O primeiro pretendia levantar o acampamento do outro lado do rio Feio, local em que existiu a aldeia do *Pã'í mbãng lacry*, mas precisou ser abandonado, porque os orçamentos de que a agência dispunha para o período não seriam suficientes, segundo podemos observar no relato de Luiz Horta Barbosa.

“De fato, ficando êsse local 9 quilômetros além do Aguapehy, o qual por sua vez dista da estação de Penápolis 7 léguas, seria necessário, em primeiro lugar, aumentar e muito a nossa tropa de animais cargueiros e de sela; construir uma ponte de mais de 50 metros sôbre aquêle rio; abrir caminho na distância daqueles 9 quilômetros acima referidos; estabelecer dois ou mais postos de encosto para descanso da tropa nas suas viagens à estação da estrada de ferro e no retorno ao Acampamento; e contar com o forçoso encarecimento dos salários dos trabalhadores que se resolvessem a nos servir em lugar tão entrado para o interior do sertão” (Relatório de 20/01/1917, 1954, p.67).

O outro projeto almejava estabelecer o novo posto no lugar denominado Icatu, o que de fato vem a efetivar-se, conforme segue a narrativa:

“Tomando na devida consideração tôdas as dificuldades, o Acampamento foi instalado no lugar denominado Icatu, à margem da estrada de Penápolis para o Aguapehy, distante 4 léguas da estrada de ferro. Assim, quando fôr possível levá-lo mais dentro, como é incontestavelmente reclamado pelas necessidades dêste Serviço os trabalhos ali realizados não ficam perdidos, pois que o Icatu servirá então de um daqueles postos de encosto para a tropa, a que já me referi” (Relatório de 20/01/1917, 1954, p.67).

Embora utilizando o discurso da defesa e proteção dos Kaingang, esta decisão do SPILTN, na realidade, demonstrava o que caracterizou esta agência a respeito do seu comprometimento para com os interesses capitalistas na região paulista no período em questão, conforme já mencionamos no capítulo seis desta tese. Por sua vez, Manoel Bandeira de Mello, encarregado do Posto Ribeirão dos Patos, contestando a decisão, argumenta, por um lado, que naquele local já haviam sido investidos grandes valores para a construção de benfeitorias e, por outro, que a mudança atingiria a própria organização social Kaingang no que se refere às suas relações com o território e provocaria o agravamento das desavenças entre as parcialidades (Mello, 1982, p75-76).

Todavia, as observações deste encarregado, que durante quatro anos conviveu com os Kaingang, não foram levadas em consideração, acarretando inclusive, por ordens superiores da Agência, sua transferência para o Posto de Arirabá, o qual concentrava principalmente índios Guarani e Oti-Xavante. Esta

decisão contribuiu para um distanciamento<sup>39</sup> cada vez maior entre Manoel Bandeira de Mello e Luiz Bueno Horta Barbosa, que desempenhava a função de inspetor geral do SPILTN. É importante ressaltar ainda que para a efetivação deste plano o próprio Luiz Horta Barbosa, em 1916, realizou viagens

---

<sup>39</sup> A respeito deste fato, Niminon Suzel Pinheiro (1999, p.166), em sua pesquisa informa que tudo começou por volta de 1914/1915 na ocasião em que se cogitava a transferência do Acampamento Ribeirão dos Patos (Vila Kaingang) para outro local. Nesta época, o encarregado era Manoel Silvino Bandeira de Mello que se opoia à transferência foi-lhe oferecido por Luis de Toledo Piza, político influente, “um suborno: se a transferência fosse efetivada ele teria direito de escolher, à seu bel prazer, 2.500 alqueires das terras liberadas ‘a título de recompensa’”. Como rejeitou terminantemente, isto foi considerado pelo SPILTN como aquele que “passou para o lado do inimigo”. A partir deste acontecimento, teve seu nome ocultado na maioria das correspondências, tanto referente ao Posto Ribeirão dos Patos como do Posto de Araribá a respeito do papel que desempenhou para que o projeto da agência indigenista fosse colocado em execução.

Neste sentido ainda, segundo Anna Izabel Bandeira de Mello, filha do encarregado em questão, entrevistada por Niminon Pinheiro (1999, p.188-189), em 24/04/97 e 22/05/97, em São Paulo, contestou as contas apresentadas por Luiz Horta Barbosa para a época, as quais aparecem no ofício nº 86, de 28/08/1915 de que teria gasto 4 mil réis com uma professora, 250 mil réis com material escolar e 20 mil réis para a compra de uma máquina de costura. Pelas informações de Anna Izabel “é tudo mentira. Nesta época, 28 de agosto de 1915, o seu pai era o responsável pelo Araribá, devido à transferência da ‘Vila Kaingang’ mencionada anteriormente. Sua mãe, disposta a ajudar o marido no trabalho de pacificação, havia ensinado os Kaingang da ‘Vila Kaingang’ a usar roupas de algodão feitas por ela com sua própria máquina de costurar. Sua mãe ensinava muitos outros hábitos da cultura dos civilizados para os índios e índias na ‘Vila Kaingang’ e no Araribá, como, por exemplo, utilizar e construir fornos a lenha, fazer pães, bolos, etc. Quando transferida para a povoação indígena do Araribá, ela empenhava-se em ensinar os índios a ler e escrever e também a fazer suas próprias roupas. Mas ela nunca recebeu um centavo por este trabalho. Era tudo parte do trabalho do marido que, aliás, ficava até quatro meses sem receber o salário. Nesse tempo, o casal mantinha-se com o que os pais de Anita, que moravam no Paraná, e o tio de Bandeira, residente no Rio de Janeiro, enviavam para eles”.

Embora esta tese não tenha o objetivo de discutir e/ou aprofundar as desavenças internas entre os agentes do SPILTN/SPI a título de ilustração para contrapor a questão, há também no Museu do Índio a correspondência de 06/09/1941, intitulada de confidencial, de Nicolau Horta Barbosa, que substituiu o irmão na 5ª IR após a morte, tecendo graves acusações a Manoel Silvino Bandeira de Mello, na qual segue afirmando “(...) como lhe disse, a brasa, a terrível brasa que espera que o tufo a descubra das cinzas da ignomia, para desdobrar-se em fagulhas. É a vibora que, oculta sob as ervas aguarda o momento propício para lançar o peçonhento bote! É, a vilania, o cinismo, a hipocrisia, a sordice, enfim em péle de bóde, carne, ossos, tripas, formas de bípede humano, sob o rótulo: Manoel Silvino Bandeira de Mello! E nada mais. (...) Vivia Bandeira, mulher e pupilo, a aterrorizar o pobre do lacrí para vender pôrcos, amedrontando-o com a matança do mesmo pelos vizinhos, etc. A mulher e o pupilo compraram-lhe 5 pôrcos. O cachaço, um porco de 500 \$, o pupilo comprou por 60 \$ (sessenta) e, vindo-se a relatar-me o negocio, disse que, para enganar o lacrí, pagou-lhe em notas de 5\$000 (cinco). O indio, disse, não conhece dinheiro e pensa que uma porção de notas é muito dinheiro. Quis comprar o pôrco, alegando ainda que o pôrco ia morrer, porque estava muito magro (em falta de pasto e milho), e o castrou. Lá está no chiqueiro, para lhe dar, diz, 14 arrobas e que venderá, por baixo, por 45\$000 (630\$000 !!!). A mulher engorda 4, e tudo a custa do Serviço, o fubá do moinho”.

até o local e visitou as aldeias Kaingang provavelmente para tentar negociar as mudanças.

“Durante o ano de 1916, o Inspetor realizou 4 viagens de inspeção à Povoação Indígena do Araribá, ao Acampamento do Ribeirão dos Patos, ao do Icatu, à barranca do Aguapehy, e para além deste rio, em visita aos grupos dos chefes **Iacry** e **Requency**; a primeira, de 1 de fevereiro a 16 do mesmo mês; a segunda de 11 a 23 de junho; a terceira de 6 a 17 de julho; a quarta e última de 13 a 23 de agosto” (Relatório de 20/01/1917, 1954, p.75, grifo nosso).

No que se refere aos Kaingang, estas orientações também devem ter causado insatisfação, no entanto acreditamos que dois importantes motivos devem ter contribuído para que alguns grupos aceitassem a mudança. O primeiro se deu pelo fato de não desejarem romper a aliança com os indigenistas devido à grande invasão de colonos espanhóis que, desde o começo do mês de janeiro de 1916, passaram a penetrar pelas matas que se estendem de “Penápolis até aquele rio [Aguapeí], e dali vão até ao espigão divisor de suas águas das do rio do Peixe. Ao lado desses pequenos estabelecimentos, que se fazem em áreas de 30, 40 e 80 alqueires encontram-se alguns outros de proporções agigantadas, verdadeiras **fazendas**, (...) de propriedade de capitalistas tão poderosos como o Snr. Schmit, o intitulado **Rei do Café**” (Relatório de 20/01/1917, 1954, p.64-65, grifo do autor).

O segundo motivo foi por decorrência do surto de doenças epidemiológicas, como inicialmente a “gripe” e depois o “sarampo” as quais produziram um declínio populacional significativo e o enfraquecimento dos grupos Kaingang, pois de aproximadamente setecentos indivíduos que havia em 1912, reduziu-se para duzentas pessoas, em 1916. A este respeito Luiz Horta Barbosa expõe:

“Ainda de março a fins de maio de 1916, a influenza fez numerosas vítimas, tanto entre os índios que estavam em nosso Acampamento do Ribeirão dos Patos, como nos dos grupos de **Iacry**, **Charim** e **Doririm**.

Porém, um golpe ainda mais terrível do que esse nos estava reservado para os fins do mesmo ano. A epidemia de Sarampo a que já me referi neste relatório, chegou até nos sertões do Aguapehy, levado pelos colonos espanhóis que por lá se estão estabelecido nas terras que têm adquirido do Sr. Senador Luiz Piza” (Relatório de 20/01/1917, 1954, p.71, grifo nosso).

Definida a localidade de Icatu para o novo posto, em fevereiro de 1916, iniciaram-se os trabalhos para as instalações com a abertura de caminhos, derrubada da floresta e a construção de quatro ranchos grandes, sendo que um ficaria destinado ao armazenamento do material da Inspetoria. Enquanto

isso acontecia, alguns trabalhadores removiam os materiais do Acampamento Ribeirão dos Patos “tais como as telhas de zinco, o arame farpado da cerca do pasto, etc (...) Igualmente procedia-se à colheita do arroz, feijão, batatas e milho das plantações do Antigo Acampamento”. No princípio do mês de junho, o Posto Ribeirão dos Patos encontrava-se definitivamente abandonado, e o grupo de *Vauhim* instalou-se também no Posto de Icatu, porém as “dos outros chefes continuavam a viver em suas aldeias de além do Aguapehy, de onde vêm, em freqüentes visitas ao nosso estabelecimento” (Relatório de 20/01/1917, 1954, p.67-68).

Conforme preconizou Manoel Bandeira de Mello, parece-nos que a mudança para o Acampamento de Icatu reacendeu o antigo estado de guerra entre as parcialidades Kaingang. Isso se deveu provavelmente em decorrência das movimentações pelo território e desrespeitos das fronteiras geográficas que os grupos inimigos precisavam fazer para negociar com os indigenistas ou mesmo roubar mulheres entre os próprios Kaingang. Relativo ao aspecto guerreiro característico destes nativos, Marcelo Piza, que, por volta de 1916 e 1917, esteve estudando os Kaingang paulistas, tece as seguintes observações:

“Um elemento de ligação constituia-se o leva-e-traz de recados mais ou menos atravessados, que circulavam durante semanas e até meses, porquanto as coisas, entre esses selvícolas, levavam, em geral, muito tempo para se resolverem, ou mesmo para se azedarem. Ao cabo de algum tempo, depois de muito leva-e-traz, depois de mutações de grupos entre os partidos, tomavam os **chefes** respectivos a resolução firme de liquidar a pendência a pau. Começavam, então, os desafios, que tinham bastante de cômico. Onde estivessem, longe ou perto dos inimigos ocasionais, erguia-se um dos **chefes**, sobre um toco ou tronco caído, tomava ares de ferocidade, fazia carrancas, e, olhando na direção em que deviam encontrar-se os contrários, vociferava uma coleção completa de impropérios: ‘Malvados! Sujos! Gente que não sabe agradar convenientemente as mulheres! Tomem cuidado! Nós, que somos bons e limpos, que sabemos tratar as mulheres e que somos bonitos e valentes, e não agradamos nossas mulheres fora do rancho, nós vamos meter-lhes o pau!’

Fatigado o primeiro de gritar isso e mais alguma coisa peor ao espaço, com o jeito de um cão que ladra à lua, um outro o substituiu, para repetir a mesma lenga-lenga, que divertia imenso os brancos que assistiam à cena, e de cuja presença não faziam os Caingangues o menor caso.

Diante daí, vinte, trinta, cinquenta quilômetros, entre os contrários, o mesmo se dava. E isso tudo, antes da pancadaria, durava semanas e semanas, enquanto os intrigantes agiam, as mulheres atiçavam os homens, e, estes, meditados, concertavam a luta e o local do encontro, e preparavam as armas.

Combinado o local para o encontro, os primeiros chegados começavam a exercitar-se, às vezes durante dias e dias, em verdadeiras manobras. Numa clareira, numa roçada ou numa queimada de pouco mais de uma quarta, colocavam-se em fila alinhada os guerreiros, munidos de pesadíssimos porretes. Gritavam, dirigiam provocações ao inimigo, que rondava por ali perto, e, sob o comando do **chefe** escolhido, desandavam, aos berros, a malhar o chão.

Atravessado o campo em que se iria ferir o combate, voltavam à primeira posição, para renovar o ataque simulado. Atravessamos, certa vez, em diagonal, uma queimada de meio alqueire, no momento em que irrompia um desses ataques. Ao cruzarmos a linha de guerreiros, saudamos o **chefe, lacri**, que se interrompeu, para desejar-nos boa tarde.

A briga feria-se a porretadas, manejando os selvícolas a arma, mais ou menos, como o português antigo manejava o varapau. Aos vencidos em fuga, ou aos que se escondiam, aplicavam, então, valentes chuçadas, até que interviesse o sexo frágil para dar fim à pancadaria. Os ferimentos nas mãos e na cabeça eram, geralmente, de grande extensão. Brechas de 10 a 12 centímetros no couro cabeludo não era coisa de espantar. Cicatrizavam rapidamente, deixando, as da cabeça, sinal da costura, que faziam com o próprios cabelos da vítima” (Piza, 1937, p.206-207, grifo nosso).

Neste sentido, ilustra o estado de guerra Kaingang o fato de o ano de 1916, segundo Luiz Bueno Horta Barbosa, ter sido repleto de lutas entre as facções, pois “além das medidas adotadas para apaziguar os ânimos dos dois partidos adversos, um constituído da gente dos chefes **Vauhim, Careg e lacry**, e o outro da dos chefes **Requency e Charim**, tivemos também que tomar as necessárias [providências] para debelar os ciúmes que nestes últimos causava o fato de estar o nosso acampamento praticamente monopolizado pelos primeiros” (Relatório de 20/01/1917, 1954, p.69, grifo nosso).

O Posto de Icatu, em fins de 1916, abrangia uma área de dezessete alqueires, encontrava-se em pleno funcionamento e, para o ano em questão, teve suas despesas explicitadas, no Relatório de 20 de janeiro de 1917 (1954, p.76), conforme segue:

“A consideração orçamentária destinadas a êstes trabalhos, sob o título – Para ocorrer a despesas com a manutenção da Inspetoria e Postos dos Índios, montou a vinte contos; o emprêgo que êles tiveram, foi, em resumo, o seguinte:

Folhas de pagamento do pessoal jornaleiro, compreendendo um encarregado e um intérprete:	9:607\$000
Gêneros alimentícios	2:015\$875
Mão de obra feita por empreitada	5:000\$000
Transportes de passagens nas Estradas de Ferro	2:024\$050
Pólvora, chumbo, espingarda, etc.	989\$700

Medicamentos	325\$100
Existente na Delegacia Fiscal em janeiro de 1917:	<u>38\$275</u>
Soma	20:000\$000”

Destes dezessete alqueires de área, oito destinavam-se às roças de milho, feijão, arroz, abóbora, mandioca, sementeiras de capim jaraguá e catingueiro roxo para o pasto. Os quatro ranchos também já se encontravam construídos, havia uma bomba d'água e um caminho aberto de dois quilômetros de extensão até o Posto de Icatu.

Todavia, para resolver os conflitos entre as parcialidades Kaingang a inspetoria precisou fundar um outro posto – Piran - que posteriormente chamou-se Vanuire (verifique Mapa 8), localizado a nove quilômetros da margem esquerda do rio Feio, para onde se encaminhou o grupo da liderança *Charim*. Nele os indigenistas fizeram plantações de milho e construíram dois ranchos cobertos de zinco. Maiores informações referentes aos nativos que viviam nos Postos de Icatu, Piran e nas florestas próximas são fornecidas pelo médico Geraldo de Paula Souza que, em visita à região, passou quatro dias do mês de julho de 1916 entre os Kaingang.

“Em 1916, no primeiro acampamento, no Icatú, existiam 64 índios, dois quares 22 homens adultos, 11 menores e o restante mulheres; no segundo, no Piran, 31 índios, 12 homens, 13 mulheres e o restante crianças. Outros índios habitavam um aldeamento para os lados do rio do Peixe, afora os que viviam mesmo internados na mata. Note-se que essa população não permanece fixa aos acampamentos: a maioria dos índios, seja por nostalgia dos índios, seja por nostalgia ou por causa outra, vae a matta e volta della para os aldeamentos” (Souza, 1918, p.741).

Frente a todas essas medidas, é possível dizer mais uma vez que a construção do jargão “pacificação” utilizado pelo SPILTN é apenas uma das versões deste evento. Neste sentido, um artigo de Bruce Albert relacionado aos Yanomami, contido no livro “Pacificando o branco: cosmologia do contato no Norte-Amazônico” (2002), sob a sua organização e de Alcida Rita Ramos, chama a atenção para o seguinte:

“A intertextualidade cultural do contato nutre-se tanto dessa etnopolítica discursiva quanto das formas retóricas (negativas ou positivas) pelas quais os brancos constroem ‘os índios’. Porém, ela não se limita apenas às imagens recíprocas de índios e brancos. A auto definição de cada protagonista alimenta-se não só da representação que constrói do outro, mas também da representação que esse outro faz dele: a auto-representação dos atores interétnicos constrói-se na encruzilhada da imagem que eles têm do outro e da sua própria imagem espelhada no outro” (Albert, 2002, p.241).

Relacionado aos Kaingang, podemos, então, constatar que concordavam com as medidas da referida agência indigenista até onde atendia aos seus interesses, os quais eram pautados pela sua própria cultura. É possível perceber isso pelas informações de Luiz Horta Barbosa.

“Por um preconceito que nós ainda não conseguimos desarraigado de seus espíritos, todos eles teimam em considerar o nosso posto como propriedade privativa do **grupo Vauhim**. De acôrdo com essa idéia, os membros dos demais grupos, que são hoje em número de três, entendem não lhes caber o **direito** de também se instalarem em terras do Icatu e nos solicitam para irmos fazer em **seus domínios** obras equivalentes às que, no seu pensamento, fizemos para o **Vauhim**” (Relatório de 20/01/1917, 1954, p.68, grifo do autor).

Acreditamos que o estabelecimento do grupo de *Charim*, no Posto do Piran, o qual, pela aliança com os indigenistas, foi beneficiado com presentes e uma certa proteção, não tenha sido visto com bons olhos pela parcialidade de *Iacry*, que vivia no território onde fora erguido o referido posto. Somado a isso, é importante recordar que desde que os indigenistas iniciaram seus trabalhos na região, em 1912, estas lideranças já pertenciam a facções adversárias. No transcorrer da década de 1910, as desavenças e confrontos entre os grupos se agravaram, o que acabou acarretando, em 1920, a morte do *Pã'í mbãng Iacry* por uma espingarda disparada contra ele pela liderança *Charim* (Jornal O Estado de S. Paulo de 27/09/1945, MI).

Por outro lado, há indícios de que este território onde foi erguido o Posto Piran, semelhante aos demais tradicionais territórios Kaingang, também foi apossado indevidamente por interesses da Sociedade Nacional. Particularmente, sobre esta área, Niminon Suzel Penheiro, em seu trabalho de doutoramento “Vanuíre – conquista, colonização e indigenismo: o oeste paulista, 1912-1967” (1999), informa que José Candido Teixeira, conhecido funcionário do SPILTN, possibilitou que a Companhia Colonizadora Toledo Piza & Irmãos, pertencente ao Senador Toledo Piza<sup>40</sup>, medisse e se apropriasse de noventa e quatro mil alqueires dos territórios Kaingang.

Baseado em uma entrevista com Anna Izabel Bandeira de Mello, filha do ex-encarregado Manoel Bandeira de Mello, com quem inicialmente José Cândido Teixeira havia trabalhado, e de sua pesquisa no Cartório de Registro de Bauru, a referida autora faz a seguinte constatação:

---

<sup>40</sup> O acionista majoritário da Companhia, chamado de Luiz Toledo Piza, havia fundado na praça de Santos uma casa exportadora de café. Neste sentido, para tirar partido de sua imensa propriedade, no Vale de rio Aguapeí, repartindo-os em pequenas fazendas passou a vendê-las. Todavia, Pierre Monbeig (1984, p.140) informa que “antes mesmo da conquista do sertão, tornaram-se os Toledo Piza uma das mais poderosas famílias paulistas, participando da vida política do país. Várias vezes, dirigiram a Secretaria da Agricultura”.

“No cartório de registro de imóveis de Bauru, dentre os compradores das terras Kaingang através do ‘senador da república’ encontrei, sem surpresa, pois já havia sido advertida pela filha de Bandeira, em entrevista, a posse de terras no nome de José Cândido Teixeira. O conhecimento que ele tinha dos indivíduos e da região, adquirido pela intermediação na pacificação dos Kaingang, lhe garantiu um lugar de destaque na turma de demarcação e medição de terras para colonização. Ele foi designado como ‘experiente mateiro’ e teve, registrado em seu nome, um lote de 55 alqueires” (Pinheiro, 1999, p.192).

Neste sentido, então, em 1917, a Companhia Toledo Piza & Irmãos doou aos Kaingang a área que será denominada Vanuíre, a qual media “duzentos e cinquenta alqueires, cada um de vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados, situadas à margem esquerda do rio Feio” (Ofício de abril/1940, MI).

Todavia, neste mesmo período, a Companhia em questão também venderá uma parte do território vizinho, o qual provavelmente era território nativo, a um italiano chamado Domingos Zoner. No decorrer da década de 1920 e início dos anos de 1930, parece-nos que o estabelecimento da família Zoner na região acarretou conflitos tanto com os Kaingang quanto com o SPI porque eles “não se contentavam com as terras já adquiridas e queriam mais. Ter ganho a causa da remuneração das benfeitorias sem ter direitos legais a ela parece ter causado efeito contrário ao esperado pelo SPI, pois os Zoner queriam agora levar vantagens em todos os negócios com os indígenas, mediados pelo SPI” (Pinheiro, 1999, p.195).

É importante ainda destacar que as ações do SPILTN com os Kaingang em São Paulo contradiziam os discursos e os objetivos que a agência propagava relacionados aos estágios pelos quais as populações fetichistas deveriam passar. Exemplifica esta falta de coerência da agência o fato de que, em 1918, um dos símbolos enormemente difundido tratava-se de um cartão postal onde aparecia uma mulher Kaingang amamentando seu filho e um porquinho, conforme podemos observar na crítica a seguir:

“Em 1918, seis anos após a ‘pacificação’ dos Kaingang, um outro cartão postal circulava na sociedade civilizada. A legenda ao pé do cartão postal demonstrava a intenção do fotógrafo e legendador. ‘India Kaingangue Guia mamando o filho e seu porquinho de matto. Julho de 1918’. Na foto não estão mamando ambos. A criança está observando o porquinho mamar. A publicação de ato queria expor a suposta ‘selvageria’ dos índios e justificar a intenção heróica do SPI em civilizá-los. Se mamam juntos, o filho e o animal, qual a diferença que poderia existir entre ambos? Era preciso educar os indígenas ‘na maneira civilizada’ e criar neles novas necessidades. Daí a

importância ideológica do SPI, do seu papel como o 'integrador, educador e protetor' dos indígenas, esses 'quase' animais do mundo moderno" (Pinheiro, 2004, p.387).

Seja como for, estes vários mecanismos da Frente Pioneira no oeste paulista incidem diretamente sobre a extensão territorial e a demografia Kaingang. Em 1921, a redução populacional desta etnia acarretou, segundo João Francisco Tidei Lima (1978, p.194), uma cifra populacional de apenas cento e setenta e três indivíduos, os quais se encontravam distribuídos entre os Postos de Icatu e de Vanuíre.

"Durante muito tempo, os trabalhadores estrangeiros foram quase os únicos a dirigir-se para São Paulo, pois que até 1919 o contingente dos brasileiros não ultrapassava 5.000 por ano. A partir de 1920, tornaram-se este mais numerosos, igualando os estrangeiros, no fim da grande fase de prosperidade de 1928 a 1929. Diminuíram uns e outros o ritmo de suas migrações, quando rebentou a crise mundial, mas, na retomada do movimento, os trabalhadores nacionais literalmente invadiram as zonas novas" (Monbeig, 1984, p.150).

Por outro lado, é importante entendermos que esta redução populacional não significou que os Kaingang e suas lideranças deixassem de tomar suas decisões sem considerar suas pautas culturais. Isto é, a permanência destes nativos nos Postos de Icatu e Vanuíre, em nosso ponto de vista, não quer dizer que estivessem confinados como, muitas vezes, aparece na documentação produzida pela Sociedade Nacional, mas sim devido à proteção que acreditavam obter contra as invasões dos trabalhadores nacionais à região e pelos alimentos, objetos, ferramentas, entre outros que recebiam do SPI. Neste sentido, uma correspondência do inspetor Luiz Horta Barbosa enviada ao Diretor Geral, Antonio Estigarribia, parece ser bastante elucidativa sobre esta questão no Posto de Icatu.

"Foi limpo á enxada um canavial novo.  
Em uma área de 2 ½ hectares de terra plantou-se grama fina.  
Capinou-se 2 ½ alqueires de pasto.  
Foram capinados 2.500 pés de café, do novo.  
Concertaram-se 250 metros de estrada e 300 idem de cercas de arame.  
Para o consumo de cosinha e do motor, foram transportados 6 carros de lenha.  
O moinho de milho beneficiou 250 litros de fubá.  
Aos animais pertencentes ao Serviço, foi dado sal.  
Todos os machinismos passaram por limpeza e reparos.  
Os indios tiveram assistência" (Correspondência de 27/01/1927, MI).

Relativo ao Posto Indígena de Vanuíre nos parece que as coisas não eram diferentes, pois a correspondência do mês seguinte enviada do inspetor para a diretoria geral da agência indigenista, informa:

“Foram limpas e roçadas: - arrozaes; 4 ½ hectares; - canaviaes, 2 hectares; - pasto, 1 ½ alqueire.  
Construiu-se um rancho de pau a pique, coberto de sapé, medindo 5 metros de comprimento por 4 de largura.  
Para consumo da cosinha, foram tiradas 5 carroças de lenha.  
Deu-se sal a todos os animaes pertencentes ao serviço.  
Os índios tiveram assistência” (Correspondência de 10/02/1927, MI).

Uma outra informação que pelo nosso ponto de vista confirma que os Kaingang e suas lideranças continuavam a agir em consonância com a lógica indígena é o fato de que, em junho de 1927, encontramos algumas famílias Kaingang também no Posto Arirabá, veja (Mapa 8), o qual era habitado principalmente por nativos Guarani.

“(…) tendo essa visita dado logar a um outro pedido de informação, da Secretaria do Ministerio da Agricultura, em Abril de 1927, mandou a Inspectoria que o seu auxiliar M. S. Bandeira de Mello se dirigisse ao Arirabá (como agora acaba de fazer com o auxiliar José Candido Teixeira) e virificasse da população indígena que lá reside, quaes as pessoas que no momento se encontravam nas suas moradias, o que deu em resultado apurar-se que, a 5 de junho daquelle anno, data em que se realizou a verificação, estavam no Arirabá 162 indios, dos quaes 146 guaranys e **16 caingangs**, sendo 97 maiores e 65 menores; 63 do sexo masculino e 99 do feminino” (Correspondência de 20/03/1928, p.10, MI, grifo nosso).

Diante deste dado percebemos que mesmo em fins da década de 1920, ou seja, após vinte anos de trabalho, o Serviço de Proteção aos Índios ainda não conseguira fazer com que os Kaingang assimilassem a conduta e os valores culturais da Sociedade brasileira e, muito menos, que ficassem confinados nos postos de Icatu e Vanuíre, segundo era sua pretensão. A este respeito Darcy Ribeiro, ainda em pleno período do SPI, chama a atenção para o seguinte:

“Muito cedo perceberam os indigenistas de Rondon que não se estava alcançando o objetivo assimilacionista. Os grupos pacificados ou desapareciam rapidamente, vitimados por doenças e pelas precárias condições de vida a que eram submetidos, ou, quando conseguiam sobreviver, tendiam a preservar as características culturais próprias, como a língua e os costumes compatíveis com a nova vida de participantes diferenciados na sociedade nacional” (Ribeiro, 1962, p.134-135).

Para a situação em questão podemos apontar pelo menos duas razões para que famílias Kaingang se deslocassem para uma região distante. A primeira delas em decorrência dos próprios efeitos causados à caça, pesca, coleta, organização sociopolítica, etc do universo nativo pela Frente Pioneira, que se estendia cada vez mais intensamente com as lavouras de café por territórios entre as Bacias hidrográficas dos rios Tietê, Feio e Aguapeí, conforme segue:

"Foi ao sul do Tietê que o desenvolvimento dos cafezais depois da crise de 1905 tornou-se mais espetacular. A carta [mapa] de 1927-1928 indica um vasto crescente, cujas pontas são formadas pela 'Noroeste' e pela 'Alta Sorocabana', duas regiões que não conheciam o café vinte anos antes.

Entre os rios Tietê e Feio-Aguapeí alonga-se uma comprida fileira de plantações, que vão desde Bauru até pouco além de Araçatuba, onde se acha Valparaíso. É uma faixa de 225 quilômetros, com 30 de largura, no máximo, mas às vezes com 3 ou 4 km. As plantações não são contínuas, pois as manchas de solo inferior as interrompem. Esta zona cafeeira da Noroeste abrange 8% do total de cafeeiros do Estado, tendo 98 milhões de pés, todos de plantio recente. Segundo dados incompletos, poderiam ser contados em 1928 pelo menos 30 milhões de jovens arbustos, isto é, com 5 anos e menos de plantio. É, portanto, uma região que começava a entrar em plena produtividade" (Monbeing, 1984, p.187).

Quanto à outra razão, deve-se ao fato de que o antigo encarregado da Vila Kaingang (Posto do Ribeirão dos Patos), Manoel Silvino Bandeira de Mello, com quem haviam estabelecido sólida aliança, administrava agora o Posto de Araribá. Logo, em decorrência dos efeitos destrutivos da Frente Pioneira e pela antiga aliança estabelecida, é perfeitamente aceitável terem visitado e/ou se estabelecido em territórios além das nascentes do rio Aguapeí onde se encontrava o Posto Indígena de Araribá, procurando reverter as perdas enfrentadas, mesmo que precisassem conviver com seus tradicionais inimigos Guarani e Oti-Xavante.

Para entendermos este evento, o que reforça os laços da aliança estabelecida entre os Kaingang e Manoel Bandeira de Mello, a qual certamente perdurou por muito tempo, é o relato de seu filho Darcy Bandeira de Mello sobre a despedida ocorrida, em 1915, quando este diretor deixou o Ribeirão dos Patos.

"(...) o sentimento de frustração foi predominante (...) por nos vermos constrangidos a abandonar a nossa maravilhosa Vila, a qual já estava fatalmente com os seus dias contados.

Permaneceríamos lá, até ultimar os preparativos, muito triste, do retorno a São Paulo (...) No dia estabelecido para o nosso embarque, quase a totalidade dos Kaingang da vila estava presente à Estação

(Heitor Legru), para despedidas entre abraços e prantos mútuos. O comboio, por fim, partira, distanciando-se uns dois quilômetros do ponto, quando, numa das curvas do seu leito ficamos surpreendidos com a súbita diminuição da velocidade. É que o pessoal do trem, maquinista, foguista, guardas, perceberam que grande número de índios corria ao lado dos vagões e eram saudados por nós, nas janelinhas, com acenos amistosos, correspondendo aos seus. Em seguida, a composição quase que parou, para que nós pudéssemos apanhar as vasilhas cheias de mel-sivestre que os Kaingangue haviam atado à pontas de varas, as quais nos eram estendidas! (...) não eram ainda decorridos muitos anos que os homens da tribo corriam aos lados e à frente do trem, mas com o desejo de feri-lo no grande olho!" (Mello, 1982, p.76-77).

Frente a isto, é possível perceber que se para a sociedade brasileira, Darcy Bandeira de Mello como funcionário da agência indigenista representava os interesses da Frente Pioneira. Em contrapartida, para a Sociedade Kaingang foi elevado a categoria de um chefe prestigiado e com quem fizeram questão de demonstrar o desejo de manter as alianças.

## 7.1 Lideranças Kaingang atuantes

As lideranças que atuaram juntamente com os Kaingang pertencentes a cada uma das parcialidades são: grupo do *Pã'í mbâng Vauhím* e a do *Pã'í Karég*; grupo do *Pã'í mbâng Erim* e dos *Pã'í Dorarim* e *Fuvígn*; grupo do *Pã'í mbâng Rerig*; grupo das lideranças *Renkrâi*, *Iacry* e *Iencrí*; grupo do *Pã'í mbâng Recandui* e dos *Pã'í Goinkri* e *Nocanguí*; grupo do *Pã'í mbâng Charim* e dos *Pã'í Dobry* e *Requencri* e grupo das lideranças *Rugrê*, *Doquê*, *Cangruí*, *Congue-Hui*, *Iorêd*, *Kamág* e *Lekrai*.

***Vauhím (Valvin, Vouvin ou Vanhum) e Careg (Karég):*** a primeira liderança é um *Pã'í mbâng* que vivia com a sua parcialidade em territórios de bacias da margem esquerda do rio Aguapeí (veja Mapa 8). Por volta de 1911, quando se iniciam os contatos com a equipe do SPILT, segundo Niminon Suzel Pinheiro (1992, p.258), encontrava-se com aproximadamente sessenta anos.

Relativo à aliança que *Vauhím* estabeleceu com os indigenistas, a qual foi pautada pela lógica nativa, conforme já nos referimos, ressaltamos que houve cautela de sua parte. Isto é, mesmo atravessando o rio Aguapeí com seus liderados, não aceitou estabelecer-se nas proximidades do Acampamento Ribeirão dos Patos (Vila Kaingang), mas sim a alguns quilômetros (veja Mapa 8) na localidade de Vila Sofia.

Acreditamos que esta decisão da liderança *Vauhím* foi estratégica, por um lado, devido ao fato de evitar que seus guerreiros fossem vigiados, o que conseqüentemente dificultaria a sua movimentação pelo território a fim de

atender aos interesses do grupo. Por outro, se tomarmos as informações de Darcy Bandeira de Mello (1982, p.56-57), único dos autores que estamos trabalhando a informar que o *Pã'í Requencri (Clenclá)* foi a primeira liderança a ir para o Acampamento Ribeirão dos Patos, *Vauhim* não poderia mesmo estabelecer-se no Posto porque estava em guerra com a tribo deste chefe.

Sobre isso o filho de Manoel Silvino Bandeira de Mello, encarregado do Posto Ribeirão dos Patos, informa o seguinte:

“Papai e mamãe mantinham-se sempre próximos a **Vauvin**, insistindo por uma reconciliação possível e indispensável; ele prometia não adotar nenhuma atitude de violência, a não ser que fosse atacado. Por prudência, porém, observa-se que a sua gente, na Vila Sofia, estava se precavendo pondo em ordem os seus enormes guaratã, única arma que a tribo utilizava e admitia para os combates entre si. Tais ‘ká’, como eles os chamavam, mediam 3 metros de comprimento e 0,25 m de espessura, verdadeiros caibros, que manejavam com incrível habilidade tanto no ataque como na defesa” (Mello, 1982, p.57, grifo nosso).

Posteriormente, por volta da primeira metade do ano de 1916, em decorrência dos avanços da Frente Pioneira na região e do surto de “influenza”, doença que vitimou inclusive nativos do seu grupo, *Vauhim*, dando continuidade à aliança que acreditava dar-lhe proteção, aceitou mudar-se para o Posto de Icatu acompanhando o pessoal do SPILTN (Correspondência de 20/01/1917, 1954, p.69). Algum tempo depois que se encontrava no novo posto a referida liderança foi examinada pelo doutor Geraldo Souza (1918, p.748-749) que, no mês de julho de 1916, percorria a região. Segundo este médico, o *Pã'í mbâng Vauhim* apresentava bócio com uma cicatriz no pescoço e, ao examinar o sangue do nativo, também constatou a presença de malária.

A respeito dos demais Kaingang que provavelmente acompanharam a liderança *Vauhim*, o médico Geraldo Paulo de Souza informa o nome de alguns deles.

“Do 1º acampamento:

Gri	–	homem	de	cerca	de	50	anos
Goigrí		“	“	“	“	40	“
Gavanha		“	“	“	“	20	“
Nocanguí		homem	de	cerca	de	45	anos
Uumbri		“	“	“	“	60	“
<b>Vauvin</b>		“	“			--	--
Norenguí,		menino	de	“	“	12	“
Laugúí		“	“	“	“	12	“
Voái		menina	“	“	“	12	“
Leunhegã		mulher	“	“	“	30	“
Techaik		“	“	“	“	30	“

(Chavante - Oti)” (Souza, 1918, p.757-758, grifo nosso).

Por fim, a informação que temos sobre o *Pã'í mbâng Vauhím* é que, em 1917, morreu vítima de uma epidemia de sarampo trazida por colonos espanhóis que se instalaram no território Kaingang. Foi sucedido na função de liderança que desempenhava pelo *Pã'í Requencri*, o qual vivia num acampamento próximo chamado de Piran (Jornal do Estado de S. Paulo de 27/09/1945, MI).

Quanto ao *Chefe Kareg*, foi uma das lideranças subordinadas ao *Chefe Principal Vauhím* o qual, antes de estabelecer-se na Vila Sofia, vivia com sua parcialidade em territórios das bacias da margem esquerda do rio Aguapeí (observe Mapa 8). Possuía uma esposa que faleceu quando se encontravam estabelecidos no Acampamento do Ribeirão dos Patos provavelmente devido ao surto de “gripe” que atacou vários Kaingang.

Em 1916, deve ter acompanhado a parcialidade de *Vauhím* para o Posto de Icatu. Em decorrência dos desdobramentos dos acontecimentos, existem razões para pensarmos que ascendeu à categoria de *Pã'í mbâng*, porque existem informações de que “**Karé**g foi sucessor do líder **Charin**, tomando conta de Vanuíre e Icatu, embora residisse em Vanuíre. **Karé**g e o líder **Kenkrá** ambos foram ‘capitães’ em Icatu, combinaram bem inicialmente, mas depois separaram-se devido as rixas” (Melatti, 1976, p.88, grifo do autor).

**Ererim (Eiriri ou Evering), Dorarim e Fuvígn:** sobre a primeira liderança sabemos que pertencia à metade Cayrucri e, segundo Curt Nimuendajú, é descrita como sendo um homem “alto, moreno, sisudo, fala muito pouco e não gosta de ser interrogado” (Correspondência de 14/04/1912, p.6, MI). O *Pã'í mbâng Ererim* vivia com seu grupo em territórios da margem esquerda do rio Aguapeí (veja Mapa 8), mas movimentava-se com seus guerreiros pelas regiões adjacentes. É possível constatar isso em decorrência dos ataques praticados por eles, em 1911, juntamente com os Kaingang da parcialidade liderada por *Charim* com as quais havia estabelecido alianças, aos trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil pertencentes à equipe do engenheiro Sengner (Mello, 1982, p.66-67).

É provável que a parcialidade à qual *Ererim* representava por estar localizada em territórios próximos ao grupo do *Pã'í mbâng Vauhím* mantivesse com ele relações amistosas e, tomando conhecimento que alguns guerreiros de *Vauhím*, estabelecendo contato com os indigenistas, receberam presentes e cogitaram alianças, resolveu fazer o mesmo, conforme já nos referimos em outro momento. Neste sentido, então, é que devemos entender sua ida para o Posto Ribeirão dos Patos, em 05 de abril de 1912, segundo a Correspondência de 14/04/1912 (p.5, MI), acompanhado de um grupo de cinquenta e oito Kaingang composto de um grande número de mulheres e com somente alguns dos seus guerreiros, dentre os quais estavam os chefes subordinados *Dorarim* e *Fuvígn* porque certamente os demais devem ter permanecido estrategicamente na aldeia além do rio Aguapeí.

Tendo conseguido obter facções, roupas, utensílios e a possibilidade de conseguir proteção da agência indigenista para com as parcialidades Kaingang inimigas, continuou posteriormente mantendo contato com o Posto Ribeirão dos Patos. A respeito de uma destas visitas, na qual a referida liderança encontrava-se acompanhada de uma de suas irmãs, sabemos:

“**Eiriri** e sua irman trazem os cabellos cortados segundo o uso da tribu. Têm-nos, naturalmente, grossos, mas não ásperos nem de máu aspecto, mas ondulados, negros e, formal desmentido ás historias que costumavam correr a respeito das qualidades phisicas e Moraes dos coroados paulistas.

**Eiriri** é um jovem espadaudo, bem conformado, a cujo typo não falta mesmo uma certa nota de agreste beleza. Quanto á irman, está longe tambem de offerecer o repulsivo aspecto de fealdade e bruteza que nos habituamos a imaginar como característico do silvícola. Um e outro têm a physionomia intelligente, o olhar vivo e penetrante” (Jornal o Estado de S. Paulo de 27/03/1912, MI, grifo nosso).

Ressaltamos que, por ocasião desta visita ao Ribeirão dos Patos, o pessoal do SPILTN registrou uma fotografia a qual aparece na reportagem “A Pacificações dos Kaingangs” (Jornal o Estado de S. Paulo de 27/03/1912, MI), e também na capa do livro “O Indígena e a República” (1989), de José Mauro Gagliardi. Observando a referida fotografia onde o *Pã’í mbâng Ererim*, ostentando uma clava-bastão, encontra-se de pé entre sua irmã e a índia *Vanuíre*, nos chamou a atenção o fato de que, além de aparecer vestido com calça e uma camisa listrada, está com parte do tronco envolto na bandeira nacional brasileira.

Esta atitude pela ótica Kaingang pode apresentar, em nosso entender, pelo menos duas possibilidades de interpretação. A primeira delas é que *Ererim*, ao observar que os agentes do SPI prestaram reverência a este símbolo, visando aumentar seu prestígio para com os novos aliados, pode ter usado a bandeira sobre o dorso para demonstrar que também estava fazendo o mesmo. A outra possibilidade é que enquanto os brasileiros tomavam a bandeira como um distintivo de identidade nacional, a liderança *Ererim*, embora a utilizasse como adereço na vestimenta, dava-lhe outro significado.

Um trabalho que nos possibilita refletir sobre as diferenças de significados de uma bandeira entre duas sociedades com pautas culturais distintas é “Ilhas de História” (1990, p.84-87), de Marshall Sahlins. Neste estudo é apresentado o fato de que em uma das ilhas da Nova Zelândia, entre 1844 e 1845, o Chefe Homo Heke e seus seguidores insistiam em derrubar um mastro com a bandeira britânica. Isto porque enquanto, na visão dos ingleses, a bandeira hasteada significava a posse da terra, na concepção Maiori, a bandeira não tinha a menor importância, pois o que realmente significava uma ameaça ao seu território era o mastro.

Tratando-se do *Chefe Subordinado Dorarim*, sabemos, segundo Niminon Pinheiro (2004, p.370), que era irmão do *Chefe Principal Ererim* e vivia juntamente com ele em territórios das bacias do rio Aguapeí, liderando uma das parcialidades. Este chefe participou também, em 1911, acompanhando as lideranças *Ererim* e *Charin*, dos ataques aos trabalhadores da EFNB que estavam com o engenheiro Sengner (Mello, 1982, p.66-67).

Em 1912, acompanhando o *Pã'í mbâng* do grupo ao qual pertencia, deve ter começado a manter contato com os indigenistas no Posto Ribeirão dos Patos, mas não se estabeleceu neste local porque Luiz Horta Barbosa informa que, ainda em 1915, as estradas abertas do Posto não haviam chegado nem na metade do caminho que levava à aldeia da liderança *Dorarim*. Todavia, em 1916, é possível que os contatos entre o grupo de *Dorarim* e o pessoal do SPILTN, acampados no Ribeirão dos Patos, continuassem, uma vez que temos uma correspondência informando que de março a fins de maio de 1916 um surto de "gripe" levou à morte de nativos pertencentes ao grupo de *Dorarim* (Correspondência de 20/01/1917, 1954, p.67,71).

Sobre o *Pã'í Fuvígn* sabemos que pertencia à metade Camé, tinha uma estatura média e era bastante conversador. Segundo Luiz Horta Barbosa, em uma correspondência enviada ao Dr. Hugo Gensch, é informado que esta liderança, em 05 de abril de 1912, acompanhou o *Pã'í mbâng Ererim* na visita ao Posto Ribeirão dos Patos e que, além de tratar-se de um guerreiro prestigiado, também era Kujà (Correspondência de 14/04/1912, p.6, MI). Ressaltamos que na tese de Rogério Rosa (2005, p.137), a liderança *Fuvígn* também está contemplada entre os kujà e rezadores Kaingang do século vinte, no Espaço do Dialeto São Paulo.

**Rerig (Rerim, Rerýgn ou Rêry):** é um dos *Pã'í mbâng* atuantes no oeste paulista, o qual ocupava com seu grupo os territórios localizados entre as Bacias hidrográficas dos rios Aguapeí e Tibiriçá (verifique Mapa 8). Há indicativos de que num primeiro momento não tenha estabelecido alianças com os indigenistas, o que inclusive levou à deflagração de guerra, em 1914, de seu grupo com a equipe do SPILTN. Segundo o Jornal o Estado de S. Paulo de 27/09/1945 (MI), isso aconteceu em decorrência de que o comandante José Cândido Teixeira, desrespeitando as fronteiras geográficas Kaingang, avançou com a abertura de uma estrada sobre o território desta liderança. A esse respeito a dissertação de mestrado de Niminon Suzel Pinheiro (1992, p.259) informa que o *Pã'í mbâng Rerig* e seus guerreiros teriam provocado "a morte do engenheiro e de seus comandados".

Após este incidente, o pessoal do Posto Ribeirão dos Patos levou vários meses insistindo no estabelecimento de um novo contato a fim de conseguir algum resultado que sinalizasse para uma possível aliança com esta liderança. Acreditamos nesta hipótese por três motivos: o primeiro deles porque no trabalho "O Problema Indígena do Brasil" (1947), de Luiz Horta Barbosa (In:

Pinheiro, 1999, p.158), existe uma fotografia na qual o Inspetor Horta Barbosa aparece conversando com *Rering* no Posto Ribeirão dos Patos, intermediado pela Kaingang *Vanuíre*, e alguns dos seus guerreiros recebendo objetos e roupas dos indigenistas. Um segundo, pelo fato de Curt Nimuendajú que esteve na região, em 1912, afirmar o seguinte:

“em novembro e dezembro do ano passado convivi com o bando do **Rerygn** no sertão do rio Feio, estes índios, por diversas vezes querendo mostrar que eles me tratavam como ‘irmão’, me pintaram de noite a cara de uma maneira como nunca vi no Paraná: faziam uma orla em roda da cara, da testa até o queixo, e depois uma travessa curta por baixo de cada olho. E diziam que eu era agora **Kañerú**, como eles mesmos”(Nimuendajú, [1913] 1993, p.62-63, grifo do autor).

Quanto ao outro motivo, é em decorrência de que H. H. Manizer (1934, p.313), que por volta de 1915 percorreu a região estudando a música e os instrumentos musicais de algumas tribos do Brasil, menciona que a referida liderança, a quem chamava de *Rêry*, o acompanhou a um banquete no Posto Ribeirão dos Patos e na hora da refeição “por exemplo, soprando no seu copo, tirava um som como se fosse de uma chave”.

**Renkrâi, lacry (lacri, laocri ou Lakri) e lencri (Leikrig):** o primeiro era um *Pã'í mbâng* e juntamente com seu grupo ocupava os territórios entre os rios lacri e Caingangue (veja Mapa 8). Demais informações a seu respeito são encontradas no trabalho de Delvair Melatti (1976, p.89), as quais indicam que se tratava de uma velha liderança, mas que não viveu muito tempo após o contato com o SPILTN. Era o pai do *Pã'í mbâng lacry* e o avô da liderança *lencri*.

Sobre o *Pã'í mbâng lacry* temos conhecimento de que, na época dos primeiros contatos com o SPILTN, também vivia além do rio Feio em uma aldeia localizada a nove quilômetros de distância, precisamente entre os rios lacri e Caingangue (observe Mapa 8). Era filho do velho *Renkrâi* e inicialmente havia vivido no “Córrego Branco, mas dali foi expulso com seus seguidores pelos ‘civilizados’, vindo para Saltinho além do rio Feio, ou seja, perto de Vanuíre” (Melatti, 1976, p.89). Esta liderança, segundo Darcy Bandeira de Mello (1982, p.48, 56-57), era coxo das pernas, porque, ao dormir em cima de um coqueiro fugindo da perseguição de uma onça, acabou despencando de lá, o que ocasionou fraturas que na época, não foram medicadas corretamente.

Acreditamos que *lacry* era uma liderança prestigiada, porque, de acordo com Melatti (1976, p.44,89), possuía como esposa às Kaingang *Goiovê* e *Uinvíre*, comandava aproximadamente setenta nativos e freqüentemente entrava em guerra com as demais parcialidades. Além disso, quando acontecia a Festa do Kiki, era o *Pã'í mbâng lacry* que comandava o cerimonial enviando

mensageiros para convidar parentes e amigos de outras regiões, inclusive, depois de 1915, no Posto de Icatu.

Em relação a sua morte existem duas versões: uma delas, segundo os depoimentos recolhidos por Delvair Melatti (1976, p.89) em sua pesquisa de campo com os Kaingang de Vanuíre, teria morrido de “maleita”. A outra versão é que morreu, por volta de 1920, vítima de um tiro de espingarda quando guerreava com o grupo da liderança *Charim* (Jornal o Estado de S. Paulo de 27/09/1945, MI).

As primeiras informações que encontramos sobre *lacry*, conforme o referido jornal, foram obtidas em 1912, através dos intérpretes Kaingang que se encontravam no Posto Ribeirão dos Patos, após estabelecerem contato com as mulheres do grupo do *Pã'í mbâng Vauhím*. É provável que estas notícias tenham sido conseguidas pelo fato de *lacry* e seus guerreiros manterem alianças com as parcialidades de *Vauhím* e *Karég*.

Sobre os primeiros contatos estabelecidos entre o grupo do *Pã'í mbâng lacry* e os expedicionários comandados por José Candido Teixeira, temos a seguinte narrativa:

“Mas um quilômetro de angustiosa expectativa, e íamos chegando ao fim da picada que desembocava na clareira, onde estavam as malocas (...). Logo, porém, nos tranqüilizamos, vendo dezenas de mulheres à frente dos homens, mais de duzentos, todos desarmados, estendendo nos potes de barro, cuias de mel e uns bôlos de milho-verde assado sobre brasas, tudo no meio de um charivari de risos e gritos acolhedores” (Souza, 1970, p.174).

Posteriormente, por volta de 1915, acreditamos que esta liderança, sabendo das vantagens que uma aliança com os indigenistas poderia resultar para seu grupo, semelhante à que havia acontecido com o de *Vauhím*, também tenha realizado alianças com o pessoal do SPILT. A razão para pensarmos desta forma é porque neste período foi elaborado um projeto cogitando a mudança do Posto Ribeirão dos Patos para o outro lado do rio Feio onde se encontrava a aldeia do *Pã'í mbâng lacry*, mas por falta de verbas acabou sendo deixado de lado. Ora, caso neste período esta liderança não tivesse boas relações com os indigenistas, dificilmente teria sido proposta tal mudança.

Por outro lado, há indícios de que freqüentemente os Kaingang pertencentes ao grupo de *lacry* visitavam o Posto Ribeirão dos Patos em busca de presentes e visando sobretudo, em nosso entender, proteção em relação à parcialidade liderada pelo *Pã'í mbâng Charim* com quem não se davam, todavia em nenhum momento aceitaram estabelecer-se no local. Pensamos desta forma porque, em 1916, o inspetor Horta Barbosa informa que a “gripe” vitimou índios que se encontravam na aldeia do *Cacique lacry*, isto é, em seus tradicionais territórios além do rio Feio (Correspondência de 20/01/1917, 1954, p.71).

A respeito do *Pã'í mbâng Iencri* os dados analisados possibilitam-nos acreditar que também ocupava os territórios entre os rios Iacri e Caingangue (veja Mapa 8). Delvair Melatti (1976, p.56,89) descreve-o como um bravo guerreiro e, devido a esta qualidade, substituiu o avô, *Chefe Principal Renkrã*, na liderança do grupo. Com o passar dos anos, a mesma situação deve ter ocorrido com um dos filhos de *Iencri*, chamado Antonio o qual atuará como capitão no Posto de Vanuíre.

Supomos, todavia, que *Iencri* não deveria ser filho do *Pã'í mbâng Iacry* com quem brigava, mas sim sobrinho, pois temos a informação de que o “grupo de *Iencri* e o do *Lakri* [Iacry] eram os mais fortes, uma vez brigaram devido as intrigas” (Melatti, 1976, p.89, grifo do autor).

**Recandui, Goinkrí (Goigri) e Nocangui:** a primeira destas lideranças é um *Pã'í mbâng* que vivia nas proximidades da margem direita do rio Aguapeí, em territórios próximos à cidade de Lins (verifique Mapa 8). Em 1911, deveria ter estabelecido aliança com o grupo do *Chefe Principal Vauhim* porque *Recandui* e *Vauhim* foram as lideranças que realizaram uma emboscada à comitiva de Manoel de Miranda quando retornavam da expedição que, saindo do Posto Ribeirão dos Patos, percorreram o rio Aguapeí (Barbosa, 1947, p.49). Entretanto, em 1912, semelhante ao *Pã'í mbâng Vauhim*, deve também ter começado a se aproximar do Acampamento Ribeirão dos Patos e contraído aliança com o encarregado Manoel Silvino Bandeira de Mello.

Quanto ao *Pã'í Goinkrí*, este também vivia nos territórios localizados na margem direita do rio Aguapeí, era irmão de *Recandui* e considerado uma liderança muito valente (Melatti, 1976, p.87). Posteriormente, no rol das negociações que o grupo ao qual pertencia estabeleceu com os indigenistas deve, em 1916, ter-se mudado para o Posto de Icatu porque *Goinkrí* é descrito pelo médico Geraldo de Paula Souza (1918, p.49), que visitou o referido Posto, como um homem “de cerca de 40 anos. Pescoço de 42 cent. de diâmetro; bocio predominante para o lado direito”.

Sobre o *Pã'í Nocangui* as informações que temos é que, acompanhado da parcialidade à qual pertencia, seguiu para o Posto de Icatu, uma vez que, por volta de 1916, é caracterizado pelo Dr. Geraldo Souza como um Kaingang de aproximadamente quarenta e cinco anos e apresentando “bocio pequeno, colocado muito alto. Este mesmo índio, que também é maleitoso, tinha um baço [de] 15 centímetros abaixo do rebordo costal” (Souza, 1918, p.749).

**Charim (Charin, Xari ou Xarim), Dobry e Requencri (Renkenkri, Kenkrá ou Klinger):** a primeira destas lideranças é um prestigiado *Pã'í mbâng* que vivia com o grupo e seus chefes subordinados entre os rios Feio e Peixe, mais precisamente em territórios das bacias do rio Itauna (observe Mapa 8).

Quanto à sua aparência física, Darcy Bandeira de Mello (1982, p.57) o descreve como portador de uma “estampa impressionante; tinha quase 1,90 m

de altura, corpo atlético, coroado por espessa cabeleira negra, comprida e ondulada. Era conhecido e temido como um dos maiores ‘cortadores de cabeça’ de toda a região”. Em vista destas descrições, as quais salientam sua altura e cabeleira ondulada, supomos que deveria ser filho de algum branco que manteve contato com o grupo, provavelmente anterior a 1886, quando as relações entre colonizadores e Kaingang haviam sido amistosas, entretanto tudo nos leva a acreditar que em momento algum esta liderança deixou de adotar a identidade étnica Kaingang.

Reforça esta suposição um dos trabalhos de Fredrick Barth, divulgado em 1969, o qual discute a adoção e a manutenção da identidade Pathan quando em contato com os Baluchi, segundo expõe:

“O argumento básico é que as pessoas sustentam sua identidade através do comportamento público, que não pode ser avaliado diretamente: em primeiro lugar, deve ser interpretado com referência às alternativas étnicas existentes. As identidades étnicas funcionam como categorias de inclusão/exclusão e de interação, sobre as quais tanto ego como alter devem concordar para que seu respectivo comportamento seja significativo. Os sinais de que uma pessoa pertence à categoria pathan e a aceitação disso implicam que a pessoa será julgada de acordo com um conjunto de valores característicos e ponderados de maneira específica” (Barth, 2000, p.90).

Tratando ainda das características do *Pã’í mbâng Charim*, outras informações neste sentido apontam o seguinte:

“(…) é um typo imponente. É desses indivíduos que logo à primeira vista (...) chamam atenção sobre a sua pessoa pelo respeito que inspira (...) sua fisionomia revela de um modo impressionante o substrato da força, serenidade e vigor (...) bravura e impiedade (...) e olham-no (...) os seus com acatamento e pavor, o que, aliás, não exclue a estima que lhe consagram” (Dantas apud Melatti, 1976, p.89).

É provável que tenha existido até os primeiros anos da década de 1930 quando, segundo Delvair Melatti (1976, p.89), ao fazer limpeza em uma roça para plantação de café, subiu em uma árvore da qual caiu e acabou morrendo. As primeiras informações sobre a atuação desta liderança, conforme Bandeira de Mello (1982, p.66-67), são fornecidas pela narrativa do *Pã’í mbâng Erim* a seu pai, Manoel Silvino Bandeira de Mello, encarregado do Posto Ribeirão dos Patos. Essas informações nos levam a supor que *Charim* e seus guerreiros também acompanharam as lideranças *Erim* e *Dorarim* com as quais tinham alianças na correria, em 1911, contra os trabalhadores da EFNB, segundo já referimos anteriormente.

Durante o período de 1912 a 1914 o *Pã'í mbâng Charim* continuou a viver em seus tradicionais territórios nas proximidades do rio Itauna e, apesar de tomar conhecimento de que a liderança *Ererim*, com quem mantinha amizade, e um dos ex-chefes subordinados desta parcialidade, *Requencri*, com o qual rompeu, ter estabelecido aliança com o pessoal do SPILTN, não quis aproximação ou outro tipo de contato com os indigenistas (Correspondência de 20/01/1917, 1954, p.70 e Barbosa, 1945, p.51).

Essa postura de *Charim* somente veio a modificar-se, conforme constatamos pela Correspondência de 12 de julho de 1915 (MI), em meados do referido ano, quando esteve prestes a entrar em guerra com a equipe do engenheiro Luiz Ferraz de Mesquita, que estava fazendo medições no território desta liderança, precisamente no espigão que dividia as águas do rio Feio e Peixe. Ou seja, frente à ameaça destes intrusos, *Charim*, visando aumentar a força bélica do grupo que representava, irá aproximar-se pela primeira vez do pessoal do Posto Ribeirão dos Patos, mas segundo Darcy Bandeira de Mello (1986, p.56-57), permanece acampado no local denominado “Cabeça de Porco” (verifique Mapa 8), porque *Vauhim*, de quem era inimigo, encontrava-se estabelecido nas proximidades do Acampamento dos brancos.

A respeito desta visita, Luiz Horta Barbosa (1947, p.67) chama a atenção de que o *Pã'í mbâng Charim* se fazia acompanhar de um rapaz e uma moça Ofaié-Xavante que haviam sido tomados quando crianças de um grupo de nativos do Mato Grosso. Relacionado a estes indivíduos *Charim* “comprazia-se em ser considerado como o pai do jovem casal e ao contrário mostrava-se aflito e descontente quando lhe lembrávamos a verdadeira nacionalidade e procedência deles”.

Se considerarmos o fato de que, diferente do mundo ocidental, as demais sociedades podem atribuir outros sentidos para os grupos que a compõem, temos:

“El sentido social se ordena, pues, alrededor de dos ejes. En el primero (que se podría llamar eje de la pertenencia o de la identidad) se miden los sucesivos tipos de pertenencia que definen las distintas identidades de clase de un individuo. El sentido social va de lo más individual a lo más colectivo y de lo menos a lo más englobante. El segundo (que se podría llamar eje de la relación o de la alteridad) pone en juego las categorías más abstractas y más relativas del sí mismo y del otro, que pueden ser individuales o colectivas. Nuestra hipótesis es que la actividad ritual, bajo sus distintas formas, tiene por objeto esencial conjugar y controlar esta doble polaridad (individual/colectivo, el sí mismo/el otro)” (Augé, 1996, p.36).

Frente a isso, é possível reforçar nossa tese de que as fronteiras étnicas Kaingang são fluidas, podendo incorporar pessoas que fenotipicamente são pertencentes a outros grupos, tais como Ofaié-Xavante, Guarani, Terena,

Xokleng, brancos etc. Acreditamos que as razões para isso estão prescritas no próprio mito de origem Kaingang coletado por Telêmaco Borba (1908, p.22), em que os gêmeos ancestrais Cayurucré e Camé casaram “primeiro os Cayurucrés com as filhas dos Camés, estes com as daquelles, e como ainda sobravam homens, cazaram-os com as filhas dos Caingangues”.

Durante esta estada no Posto Ribeirão dos Patos e com a realização de uma Festa do Kiki, provavelmente reconciliou-se com a liderança *Requencri* a qual anteriormente havia pertencido a sua parcialidade. Todavia, com o surto de “gripe” que inclusive levou à morte Kaingang de seu grupo e devido às desavenças que mantinha com as parcialidades de *Vauhim* e *Iacry*, o *Pã’í mbâng Charim*, resolveu aceitar o convite dos indigenistas e mudar-se para o Posto de Icatu que estava sendo construído (Melatti, 1978, p.88 e Borelli, 1984, p.8).

Em 1917, já se encontrava em Icatu, mas como novamente se desentendeu com a liderança *Requencri*, atravessou o rio Feio e foi morar com seu grupo local no Acampamento do Piran (futuramente chamado de Vanuíre). Como o *Pã’í mbâng Iacry*, com quem *Charim* não se dava, tinha sua aldeia neste território, freqüentemente as referidas lideranças entravam em guerra, o que, em 1920, acarretou a morte de *Iacry*, conforme já referimos quando biografamos esta liderança que faleceu. Após este acontecimento, de acordo com Melatti (1976, p.89), o *Chefe Principal Charim* atuará como capitão no Posto de Vanuíre até o início de década de 1930.

Quanto ao *Pã’í Dobry*, até por volta de 1914, vivia nas proximidades do rio Itauna e também não havia estabelecido maiores contatos com o pessoal do SPILTN (observe Mapa 8). Em 1915, juntamente com o *Pã’í mbâng Charim*, encontrava-se em estado de guerra devido às tentativas do engenheiro Luiz de Mesquita e sua equipe estarem tentando penetrar em seu território para medi-lo (Correspondência de 12/07/1915, MI).

No que se refere ao *Pã’í mbâng Renquencri*, inicialmente vivia com o grupo do *Pã’í mbâng Charim* em territórios Kaingang entre os rios Itauna e Iacri (veja Mapa 8). Tratava-se de uma pessoa enérgica, autoritária e respeitada que liderava um grande número de nativos Kaingang (Melatti, 1976, p.90). Quanto à sua aparência física, o doutor Geraldo de Paula Souza (1918, p.749) que o conheceu em dias do mês de julho de 1916, no Acampamento do Piran, descreve-o como um “índio de 38 annos, com papeira datando de cerca de um anno, segundo informe do pessoal da ‘Commissão’. Homem muito sympathico extraordinariamente activo, trabalhador”.

Mesmo se tratando de um chefe subordinado ao *Pã’í mbâng Charim* nos primeiros tempos, deveria ter muito prestígio com o seu grupo. Atesta isso o fato de que quando, em 1912, estabeleceu aliança com o encarregado do Posto Ribeirão dos Patos, Manoel Bandeira de Mello, possuía, conforme Devair Melatti (1976, p.44,87), quatro esposas as quais eram chamadas de *Véie’vuie*, *Lenglí*, *Ningubí* e *Nevenkuia* (*Kuia*), o que para a cultura Kaingang é um

demonstrativo de importância. Das antigas lideranças Kaingang que atuaram no oeste paulista, *Requencri* foi uma das que viveu mais tempo, certamente até alguns anos depois da Revolução de 1932, quando morreu de apêndice supurado.

Conforme já mencionamos nesta tese, a liderança *Requencri*, após a efetivação da aliança com o pessoal do SPILTN, a qual foi pautada pelos próprios interesses Kaingang e não por acreditarem que deveriam ser “pacificados pelos brancos”, viaja, ainda em 1912, com outros Kaingang do seu grupo, acompanhando Manoel Bandeira de Mello até a cidade de São Paulo. Após o retorno para o Posto Ribeirão dos Patos, a aliança entre a parcialidade de *Requencri* e os familiares de Manoel Bandeira de Mello, segundo percebemos na narrativa de seu filho Darcy Bandeira de Mello (1982, p.50-60), é definitivamente consolidada. Neste sentido, o *Pã'í Requencri* passa a atuar como uma liderança colaboracionista de alguns brancos, mas sem, é claro, trair os princípios Kaingang. Ou seja, mediava as relações da agência indigenista com seus amigos e parentes como é o caso das lideranças *Erim* e *Charim* e, embora não deflagrasse explicitamente guerra, permaneciam cautelosas com aquelas parcialidades com que não tinham boa relação, como, por exemplo, a dos *Pã'í mbâng Vauhim e Iacry*.

Em 1915, *Requencri* deve ter ficado bastante abalado com a partida de Manoel Bandeira de Mello e seus familiares, com os quais mantinha aliança, para o Posto de Arirabá. No entanto, deve ter repensado os interesses de seu grupo e resolvido aceitar mudar-se, por volta dos primeiros meses de 1916, para o Posto de Icatu.

Logo depois disso, certamente projetando o mesmo que havia feito com Manoel Bandeira de Mello, aceita a proposta do novo encarregado, José Candido Teixeira, e, juntamente com o filho *Lerencui*, o irmão *Recafire*, a esposa *Nevenkuia* e outros nativos de seu grupo, viaja atendendo ao Projeto do SPILTN “para pacificar os Kaingáng do Paraná, mas a missão fracassou e voltaram à Icatu” (Melatti, 1976, p.90).

Após este retorno, há notícias de que no Posto de Icatu o *Pã'í Requencri* teria degolado uma jovem Kaingang vinda do Posto de Vanuíre provavelmente por estar fazendo intrigas, porque os nativos destes dois postos estavam em guerra. Em decorrência desta atitude “**Kenkrá** [Requencri] ficou preso em Penápolis durante 20 dias” (Melatti, 1976, p.90, grifo do autor). Em decorrência desse motivo e porque a aliança com José Candido Teixeira não estava mais atendendo aos seus interesses, acreditamos que tenha deixado Icatu, uma vez que o médico Geraldo de Souza, que percorreu a região em julho de 1916, informa que o *Chefe Recandui* se encontra com outros Kaingang no acampamento do Piran, localizado à margem esquerda do rio Feio, conforme segue:

"Requencri	-	homem	de	cerca	de	38	anos
Vapin		"	"	"	"	35	"
Gueig		"	"	"	"	35	"
Nencruí		"	"	"	"	20	"
Cutcêve		"	"	"	"	22	"
(Chavante – Oti)							
Nivura		Mulher	"	"	"	25	"
Parêhê		"	"	"	"	18	"

(Souza, 1918, p.758, grifo nosso).

Em 1917, no Posto de Vanuíre morreu, vítima de um contágio de Sarampo, o *Pã'í mbâng Vauhím*. Como o acampamento do Piran, onde se encontrava *Requencri*, ficava próximo, a liderança que substituirá *Vauhím* no Posto de Vanuíre será, então, *Requencri* (Jornal O Estado de S. Paulo de 27/09/1945, MI).

Todavia, com o passar dos anos, novamente o *Pã'í Requencri* deve ter retornado para o Posto de Icatu porque, em 1930, é listado como a liderança deste posto e que se encontrava em desavenças com *Charim* que agora vivia no Posto de Vanuíre. No entanto, a este respeito sabemos que o novo diretor, Erico Sampaio, "conseguiu unir os dois líderes, fazendo uma 'festa do Kiki' em 1931 ou 1933, ocasião em que as mulheres, apavoradas temendo violência, se esconderam na casa do chefe do posto" (Melatti, 1976, p.90).

As últimas informações sobre a atuação desta liderança ocorreram na Revolução Constitucionalista de 1932, quando *Requencri* e mais treze Kaingang que se encontravam no Posto de Icatu, atendendo ao convite do Governador do Estado de São Paulo, o qual, pela cultura Kaingang, certamente foi tomado como demonstração de continuidade das alianças em curso, aceitaram e apresentaram-se para lutar.

Em vista disto, viajaram à cidade de São Paulo e permaneceram por volta de vinte a trinta dias acampados no Parque da Água Branca. Tomando conhecimento do fato, o então diretor da 5ª Inspetoria Regional do SPI, Coronel Nicolau Horta Barbosa, interferiu junto ao governo paulista para que os Kaingang em questão não participassem da Revolução. Por causa dito, o *Pã'í Requencri*, o qual passou a usar uma nova denominação – *Klinger* – e os demais Kaingang foram trazidos de volta ao Posto de Icatu. No entanto, mesmo sem terem guerreado, tanto *Requencri* como os demais Kaingang se sentiram muito satisfeitos com as fardas militares que trouxeram, os presentes e as muitas histórias que tinham para contar (Jornal O Estado de S. Paulo de 27/09/1945 e Melatti, 1976, p.90).

**Rugrê, Doque, Congruí Goitchoro, Congue-Hui, Iorêd, Kamâg e Lekrai (Lakrái):** a respeito das três primeiras lideranças, as notícias encontradas indicam que, entre 1912 e 1914, estavam entre os principais

Chefes do oeste paulista e ocupavam territórios entre os rios Tibiriçá e Kaingang (observe Mapa 8). Entretanto, nos dados que manuseamos, em 1915, deixam de aparecer, o que nos leva a deduzir que já não existiam mais (Correspondência de 20/01/1917, 1954, p.70; Barbosa, 1947, p.51; Souza, 1970, p.175; Borelli, 1983, p.52 e Pinheiro, 2004, p.403).

Relativo ao *Pã'í mbâng Congue-Hui*, o inspetor Luiz Horta Barbosa informa que, em 1912, estabeleceu contato como o pessoal do SPILTN no Posto Ribeirão dos Patos. Porém, no ano seguinte, em 1913, um surto de “gripe” e “cofuro” em poucos dias aniquilou todo o grupo desta liderança (Correspondência de 20/01/1917, 1954, p.71).

A liderança *loréd* tinha uma esposa chamada de *Leivíre* e era irmão do *Chefe Subordinado Karég*, que seguia o *Pã'í mbâng Vauhim*, mas sua aldeia localizava-se longe, isto é, nas proximidades de Araçatuba (verifique Mapa 8). Posteriormente, teria feito aliança com Manoel Bandeira de Mello se mudado para o Posto de Icatu (Melatti, 1976, p.44,88).

Sobre a liderança *Kamâg* as informações de que dispomos indicam que tinha uma esposa chamada de *Gaventiu*. Era um guerreiro muito valente e bastante autoritário e que vivia nas proximidades de Araçatuba (observe Mapa 8). Possivelmente, antes de contatar com a equipe de indigenistas, acabou entrando em guerra com um fazendeiro da região, o qual o matou. Segundo Delvair Melatti (1976, p.87), os guerreiros, para vingar a morte desta liderança, “se dirigiram para a casa do fok [branco] com a intenção de incendiá-la. Este da janela os alvejava, mas os Kaingáng conseguiram flechá-lo. Colocaram o morto, sentado, nos dormentes da estrada de ferro e o trem passou sobre seu cadáver”.

Por fim, a respeito de *Lekrai* sabemos que se tratava de um prestigiado *Pã'í mbâng* e vivia nas proximidades do rio do Peixe com os Kaingang que o acompanhavam (veja Mapa 8). Esta liderança também acabou realizando aliança com o pessoal do SPILTN e foi para o Toldo de Icatu certamente para proteger-se dos seus inimigos porque “três Kaingáng do Posto de Vanuíre queriam matá-lo (Melatti, 1976, p.88).

Manuela Carneiro da Cunha ao apresentar a obra “Pacificando os brancos: cosmologia do contato no Norte-Amazônico” chama a atenção para que os eventos históricos também podem ser interpretados por uma outra lógica. Sobre esta questão expõe:

“Por várias vezes, em lugares e momentos diferentes, grupos indígenas declararam ter ‘pacificado os brancos’, arrogando para si a posição de sujeitos e não de vítimas. ‘Pacificar os brancos’ significa várias coisas: situá-los, aos brancos e aos seus objetos, numa visão de mundo, esvaziá-los de sua agressividade, de sua malignidade, de sua letalidade, domesticá-los, em suma; mas também entrar em novas relações com eles e reproduzir-se como sociedade, desta vez não contra, e sim através deles, recrutá-los em suma para sua própria continuidade” (Cunha, 2002, p.7).

Relacionando a referida citação com o grupo Kaingang é possível pensarmos o mesmo. Ou seja, que ao longo das situações de fronteira vivenciada com os diversos mecanismos do Estado Nacional brasileiro também construíram a sua própria visão da história do contato durante a qual atuaram como protagonistas e não apenas como coadjuvantes. Ressaltamos ainda que mantivera até o final da década de 1940, ao menos se tratando do Posto de Vanuíre, uma densidade populacional de aproximadamente cinquenta e quatro Kaingang distribuídos em quatorze famílias (Recenseamento de 31/12/1947, MI).

Como vemos, a relação dos Kaingang e de suas lideranças com a Sociedade Nacional, no oeste paulista, a partir de acontecimentos que procuramos selecionar a guerra e as alianças, ao longo destes vinte e um anos de atuação do SPILTN/SPI, foram pautada pela própria lógica cultural nativa.

## **8 CONTINUIDADE DA HISTÓRIA KAINGANG EM SEUS TRADICIONAIS TERRITÓRIOS DE BACIAS DOS RIOS TIBAGI, IVAÍ E IGUAÇU**

A partir da década de 1910, muitos dos territórios Kaingang no Estado do Paraná localizados nas bacias dos rios Tibagi, Ivaí e Iguaçu, embora com variações de uma região para outra, continuavam a ser atingidos pelos mecanismos da Frente Pioneira iniciada desde as últimas décadas do século XIX. Na território denominada de “Norte Velho ou Pioneiro”, por volta de 1910 a 1920, vamos encontrar nas localidades de Jacarezinho, Cambará, Bandeirantes, entre outras, plantações de cana-de-açúcar, criação de gado e a predominância de grandes cafezais.

Durante a fase seguinte, a qual durou dos anos de 1920 até 1940, a Frente Pioneira, dando continuidade a seu avanço, atinge o Norte Novo Paranaense. Isto é, estende-se pelos territórios dos rios Cinza, Laranjinha e Tibagi até as proximidades de Maringá onde se encontravam as terras roxas para o cultivo do café (Wachowicz, 1967, p.161,167). A respeito desta frente, a qual estava composta principalmente por fazendeiros paulistas, temos, a título de ilustração, a seguinte passagem:

“ (...) durante a Primeira Guerra Mundial, um fazendeiro de Ribeirão Preto, Barbosa Ferraz, acompanhado de seus filhos, empreendeu ousadamente a penetração no Estado do Paraná. Lutando contra os índios e abrindo caminho penosamente no interior da floresta e subindo a vertente ocidental do vale do Paranapanema, atingiu em 1917 o local onde se encontra a Fazenda das Antas, no distrito de Ingá, onde em 1920 já havia uma plantação de 30.000 cafeeiros” (Monbeig, 1989, p.192).

Neste período, conforme Ruy Christovam Wachowicz (1967, p.162-163), uma companhia inglesa “Paraná Plantation”, possuidora de cafezais na região de Cambará, contribuía para que os governantes construíssem a Estrada de Ferro São Paulo – Paraná. Através desta estrada, a localidade de Ourinhos (no Estado de São Paulo) é definitivamente ligada a Cambará (norte paranaense) para exportação da produção e, conseqüentemente, continuar atendendo aos interesses capitalistas que avançavam intensamente na região.

Em vista disto, as porções territoriais paranaenses denominadas de Norte Velho e Norte Novo passam, então, a ser exploradas pela “Paraná Plantation”. Esta se desdobrou em duas: “Companhia de Terras Norte do Paraná” e “Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná”.

A “Companhia de Terras Norte do Paraná” adquiriu 12.643 Km<sup>2</sup> de terras devolutas do Governo do Estado, as quais eram pouco valorizadas, de difícil acesso e encontravam-se distantes de Curitiba. Após a compra, dividiu o território em lotes retangulares medindo entre dez e quinze alqueires e começou a revendê-los pelo valor de 19\$360 réis o alqueire. Informações relativas a estes lotes e a sua ocupação, que aparecem no trabalho “A zona pioneira do Norte-Paraná”, do geógrafo Pierre Monbeig, mencionam o seguinte:

“Desde 1929, a Companhia Terras Norte do Paraná empreendeu a divisão em lotes de uma parte de seu patrimônio, a oeste da nova cidade de Londrina, a 24 quilômetros a oeste de Jataí (sôbre o rio Tibagi); a venda destes lotes começou antes da chegada da via férrea. Sôbre que massa humana iam apoiar-se os recém-chegados? Qual a base que ia achar o novo povoamento? Não há dúvida que já havia um povoamento, e como conseqüência caminhos e culturas; mas pode-se imaginar em que estado primitivo! Se, de um lado, a colônia Jataí figura no mapa do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, daí em diante, para oeste não há indicação alguma de povoamento, salvo alguns ranchos de caboclos perto das aguadas, com uma derrubada insignificante de uma cultura que se limita ao milho. Quanto aos caminhos, não são senão picadas que trepam pelas encostas e descem por elas bruscamente com a única preocupação de chegar o mais rapidamente possível ao ponto de guarda onde se acha o arranhamento: as montarias são capazes de esforços formidáveis e suportavam tal estado de coisas; não deveríamos falar no passado, pois a uns cem quilômetros a montante de Jataí, sôbre a margens do Tibagi, êste estado de coisas ainda subsiste. Tem-se, a tentação, às vezes, de considerar êste esforço rudimentar do caboclo como um esboço longínquo da verdadeira colonização, porém bem longínquo para falar a verdade; particularmente no norte do Paraná não se percebe a herança transmitida aos pioneiros pelos caboclos. A colonização moderna teve que criar tudo” (Monbeig, 1945, p.11-12).

Quanto à “Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná”, esta foi responsável pela construção da estrada de ferro que, saindo de Cambará, acompanhou e contribuiu para intensificação da colonização no norte paranaense. Neste sentido (veja Mapa 9), a linha férrea, em abril de 1930, chegou a Ingá; em julho de 1930, a Bandeirantes; em dezembro de 1930, a Jataí; em 1931, a Jataizinho; em 1935, a Londrina, e, em 1937, finalmente a Maringá (Monbeig, 1945, p.16 e Wachowicz, 1967, p.164).

Além dessas companhias, o Governo do Paraná resolveu também estabelecer a Colonização oficial em terras que ainda lhe pertenciam, precisamente às margens do rio Bandeirantes do Norte onde surgiram as colônias de Jaguapitã, Içara e Centenário. Este conjunto de mecanismos da Frente Pioneira possibilitou que o norte paranaense fosse gradativamente ocupado por migrações de nordestinos, mineiros, paulistas e catarinenses. Além desses contou com estrangeiros japoneses, estabelecidos em Assai; alemães que fundaram Nova Dantzig; tchecos que criaram Nova Vlast; poloneses que fundaram Vauta e ainda italianos, portugueses e espanhóis.

A este respeito um artigo de Kimiye Tommasino apresentado no Primeiro Seminário sobre a questão Regional, realizado em Londrina, expõe:

“No século XX, a expansão das frentes pioneiras sobre as terras indígenas e dos camponeses nacionais se fez pela implantação da propriedade privada através da compra. A partir do final da década de 1920, se deu, então, um segundo movimento de expansão na região do Tibagi, constituído pela forma capitalista empresarial de ocupação” (Tommasino, 1997, p.7).

Em contrapartida, os Kaingang e as suas lideranças, os quais viviam neste espaço que fazia parte dos seus tradicionais territórios, agiram e reagiram a todo este avanço colonizador. Informações que ilustram a questão podem ser observadas na tese “A história dos Kaingáng da Bacia do Tibagi: uma Sociedade Jê Meridional em movimento” (1995, p.127), também de Kimiye Tommasino, na qual são mencionados, para as primeiras décadas do século XX, vários conflitos de brancos com os Kaingang que ocupavam florestas dos rios Cinzas, Laranjinha e Congonhas.

Havia ainda, conforme Pierre Monbeig (1984, p.132), na margem esquerda do Tibagi, grupos de Kaingang que viviam além do rio Apucarana. Todavia, posteriormente, em decorrência do avanço da Frente Pioneira, alguns deles deslocaram-se para territórios das bacias dos rios Ivaí e Piquiri.

O SPILTN, para atender aos interesses da Frente Pioneira e visando mediar os conflitos que estavam ocorrendo entre brancos e Kaingang no norte do Paraná, segundo Arthur Martins Franco (1925, p.23), funda, através do Decreto Federal nº 8.941 de 30 de agosto de 1911, o Posto Indígena de São Jerônimo localizado no Vale do Tibagi, precisamente onde existira até julho de 1900 o antigo Aldeamento de São Jerônimo. Maiores detalhes sobre o Posto

de São Jerônimo aparecem em uma correspondência enviada ao diretor geral do SPILTN, Coronel Candido Mariano da Silva Rondon, pelo inspetor José Bezerra, onde é informado:

“S. Jeronymo, é o nome de um districto do municipio de Tibagy, do qual faz parte uma area de 7 leguas quadradas approximadamente, doada pelo Barão de Antonina ao Governo Imperial, para nella aldear índios caingangues.

Os seus limites são: Ao Norte o ribeirão da Lixigoana que mais embaixo chama-se S. Jeronymo, desde suas nascentes até a sua foz no Tibagy; a Oeste o rio Tibagy até a barra do ribeirão das Furnas; ao Sul e S.O. o mesmo ribeirão das Furnas até as cabeceiras do ribeirão dos Pilõezinhos e dahi pela (Cordilheira? Provavelmente cume) da serra da Esperança; a Leste pelo espigão que divide as águas do rio Congonhas das do S. Jeronymo até as vertentes do ribeirão da Lixiguana. (...)

A população indígena que habita S. Jeronymo e as suas cercanias é toda da raça dos caingangues, já muito identificado com a nossa civilização, precisando apenas de protecção e guia, para dentro em pouco constituir um valiosissimo factor do progresso pátrio” (Correspondência de 27/04/1911, MI).

Na seqüência da referida correspondência é possível percebermos a permanência da fronteira cultural entre as duas etnias em contato. Isto é, enquanto que para os Kaingang o cultivo do milho, feijão, batata e cana-de-açúcar obedeciam aos seus padrões econômicos que eram voltados somente ao abastecimento nativo, para a agência indigenista foi tomado como se os Kaingang estivessem aderindo ao sistema capitalista e prestes a se tornarem trabalhadores nacionais. Frente a isto, o inspetor José de Bezerra envia inclusive um detalhado orçamento no valor de 387.116\$428 réis, no qual aparecem listados os custos para abertura de picadas; construções de estradas; de engenhos de serra e de casas para instalação do diretor, do escrevente, do professor e para os Kaingang.

Visando reforçar a hipótese da não adesão Kaingang às práticas capitalistas de produção, recorremos a Sahlins no trabalho “Cosmologia do Capitalismo: o setor trans-pacífico do Sistema Mundial”. No referido estudo as sociedades do Havaí, do Kwakiutl e da China, ao invés de vítimas do sistema globalizante, semelhante ao que defendemos para a Sociedade Kaingang, são apresentadas como autoras de sua própria história. Neste sentido, então, concordamos com Marshall Sahlins que, ao tratar do contato destes povos do Pacífico com o ocidente europeu, ressalta:

“Claro está que invoco o destino (...) de modo metafórico, para me juntar ao coro antropológico de protesto contra a idéia de que a expansão global do capitalismo ocidental, ou do chamado Sistema

Mundial, fez dos povos colonizados e 'periféricos' objetos passivos e não autores de sua própria história, e transformou analogamente sua cultura em bens adulterados, através de relações econômicas tributárias" (Sahlins, 1988, p.48-49).

Todavia, com o passar do tempo, parece-nos que o pessoal do SPILTN percebeu que o projeto inicialmente idealizado não era tão fácil de concretizar-se, porque não estavam conseguindo agradar nem os nacionais e nem os Kaingang. Elementos que comprovam este descontentamento dos nacionais podem ser encontrados na Carta aberta de Arthur Martins Franco, deputado federal do Paraná, enviada a Candido Mariano Rondon, na qual são tecidas várias críticas sobre a atuação da agência indigenista instalada na região. Inicialmente, podemos exemplificar com a construção de uma ponte, por volta de 1919, sobre o rio Lageado Liso, a qual não teve nenhuma serventia, porque o transporte entre o povoado de São Jerônimo e a Vila Pirahy, localizada próxima à Estrada de Ferro São Paulo – Paraná, continuava sendo realizado por tropeiros que procuravam evitá-la, pois os "que por ella tansitavam paravam suas tropas nas cabeceiras da ponte e faziam passar suas bestas, uma a uma, com receio de que a ponte desabasse" (Carta de 19/08/1922. In: Franco, 1925, p.47).

Além disso temos também um episódio envolvendo uma novilha pertencente ao Posto Indígena de São Jerônimo que atendia pelo nome de Estrela e que desde 1919 se encontrava extraviada na Fazenda Inhohó, pertencente ao Dr. Monteiro da Silva. Entretanto, após muito tempo de procura, acabou sendo encontrada por um empregado do SPI, chamado de Lindolpho, que a encaminhou ao Posto Indígena, segundo informações do inspetor José Maria de Paula.

"O Encarregado Pedro [Ribeiro dos Santos] mandou Lindolpho procurar-a e como alli fosse encontrada, este trouxe-a á Povoação Indígena de São Jeronymo, e, alli, por ordem do encarregado, foi a mesma marcada com a marca P.L. de nosso serviço, e a cria, um terneirinho de 1 mez de idade, assinalada na orelha.

Quando Lindolpho trazia esta novilha, ainda em terrenos da fazenda de Inhohó, encontrou-se com Pedro Roberto, que residia em S. Jeronymo e tem roça em Inhohó e este lhe disse que aquella novilha lhe pertencia, ao que Londolpho replicou não ser exacto, visto como a mesma era do rebanho da Povoação Indígena" (Ofício de 02/12/1922, MI).

Os nacionais, não se dando por satisfeitos, dirigiram-se ao Posto Indígena de São Jerônimo para reaver a novilha. Entretanto, como nada conseguiram, registraram queixa de roubo, na delegacia de polícia, contra Pedro Ribeiro dos Santos, encarregado do Posto, o que gerou um inquérito policial visando à apuração dos fatos.

Relacionado aos Kaingang, o Deputado Arthur Franco (1925, p.47-48), na Carta aberta enviada a Rondon, informa primeiramente que, em 1919, um grupo de nativos realizou protestos contra o SPI, porque o gado que os trabalhadores da inspetoria mantinham consigo destruiu toda uma roça que eles haviam feito nas proximidades do Posto Indígena de São Jerônimo. Logo depois, o referido deputado também tece críticas à escola pública que se encontrava no Posto em questão, questionando inclusive o resultado sobre treze crianças aprovadas nas séries que freqüentavam; Esses questionamentos aparecem no relatório de 1919, conforme podemos observar:

“Pergunto, sr. Presidente: a que série pertenceriam esses alunos? E a eficiência desse serviço atingiu apenas o ano de 1919? Dessa data para cá a inspetoria não teria fornecido dados sobre o aproveitamento dos alunos, ou deixou de funcionar a escola daquela povoação?  
Da minha parte, mantenho a afirmativa de que, durante os doze anos do serviço de protecção aos índios no meu Estado, nenhuma criança indígena conseguiu aprender a ler e escrever. Existem, de facto, índios adultos, na fazenda de S. Jeronymo, que aprenderam a ler e escrever, mas muito antes da instalação do serviço ali” (Discurso de 12/12/1924. In: Franco, 1925, p.96).

De um outro discurso de Arthur Martins Franco, pronunciado na sessão de 30 de outubro de 1924, e possível depreendermos que entre os Kaingang que realizaram o protesto, por volta de 1919, se encontrava o ancião *Silvino*, de aproximadamente cinqüenta anos, e mais um grupo composto de dezessete nativos tais como os guerreiros *Aparício*, *Alcides*, *Pedro* e *Quintiliano*. Estes Kaingang como não tiveram seus interesses atendidos com o passar do tempo, em nosso entender, romperam a aliança estabelecida com os indigenistas e deslocaram-se para as proximidades da Vila de São Jerônimo onde algumas vezes trabalhavam nas roças dos fazendeiros.

Relativo às chefias, é mencionado *Isaltino Candido* (verifique Mapa 9) que, deixando juntamente com a parcialidade à qual pertencia a região do Alambary, estabeleceu-se no Posto Indígena de São Jerônimo. Todavia, este *Pã'í mbâng*, juntamente com os seus liderados, também estava insatisfeito porque não teve suas necessidades atendidas, conforme o prometido e inclusive precisou vender alguns dos animais que havia trazido para o Posto a fim de poder alimentar e vestir os seus (Franco, 1925, p.49-50).

Possivelmente para averiguação dos trabalhos realizados pela 7ª Inspetoria, Luiz Horta Barbosa, diretor geral do SPI, quando esteve no Paraná, em 1920, visitou o Posto Indígena de São Jerônimo da Serra. Quanto às observações feitas por Horta Babosa, em decorrência desta visita, as quais inclusive posteriormente foram utilizadas por Candido Mariano Rondon para

responder à Carta aberta do Deputado Arthur Franco, são duramente rebatidas na tribuna da câmara, conforme podemos verificar:

“Alegava eu, por exemplo, que o Governo da União estava dispensando inutilmente os dinheiros públicos em serviços completamente inúteis, como a construção de enormes galpões, que até hoje estão lá totalmente inaproveitados. O Sr. Horta Barboza, respondeu que na inspeção que fez em 1920 áquella região encontrou esses galpões abarrotados de productos de lavoura e com as suas paredes prestes a estalar. Ora, Sr. Presidente, como poderia S.S. ter visto esses galpões abarrotados de productos da lavoura, quando os mesmos foram construídos um anno depois de sua visita de inspecção nessa zona?” (Discurso de 30/10/1924. In: Franco, 1925, p.61).

Por outro lado, a inspetoria do SPI que atuava na região também protestava contra a Comissão de Terras de São Jerônimo que insistia em medir e demarcar os territórios Kaingang, os quais estavam garantidos pela própria legislação do Governo do Paraná. Sobre isso o ofício do inspetor José Maria de Paula evidencia o seguinte:

“Constando a esta Inspectoria que diversos occupantes de terras desta Povoação Indigena, que comprehende toda a Fazenda de S. Jeronymo, pretendem requerer medição de secções a que se referem titulos, que lhes foram passados pelos directores do extinto aldeamento de S. Jeronymo, e pelos Presidentes da então Provincia do Paraná, cumpre-me comunicar-vos que a União avoca a si exclusiva posse, jus, dominio e jurisdicção sobre esta povoação indigena de S. Jeronymo, creada pelo Decreto Federal n. 8941 de 30 de Agosto de 1911; e nessas condições, como Inspector do Serviço de Protecção aos Índios, do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, nos Estados do Paraná e S. Catarina, venho protestar, peremptoriamente, para os fins de Direito, contra quaesquer violadores ou perturbadores da referida posse, jus, direito, domínio e jurisdicção, exclusivamente da União, sobre o immovel, bemfeitorias e demais bens, que cosntituem a mencionada Povoação Indigena de São Jeronymo e tambem pelas perdas e damnos acaso decorrentes de taes actos ou de qualquer tentativa de invasão em esbulho desses bens pertencentes a União” (Ofício de 30/03/1921. In: Franco, 1925, p.18).

No que se refere ao confronto criado entre os agentes do SPI e os políticos do Paraná, dentre os quais o deputado Arthur Martins Franco, destaca-se como representante dos paranaense, concordamos com Kimiye Tommasino quando ressalta que na realidade eram os interesses regionais que se chocavam com os da agência indigenista. Ou seja, “o interesse do político

Martins Franco era livrar-se do SPI, de fato, não reconhecia as leis e decretos que legitimavam a presença dos brancos nas terras indígenas e, principalmente, a lei estadual 1918 de 23/2/1920 que elevou a Colônia Indígena de São Jerônimo à categoria de município, desligando-o do município de Tibagi” (Tommasino, 1995, p.152-153).

Pelo que podemos observar, apesar das pretensões do SPI e do Posto Indígena que há dez anos se encontrava estabelecido na margem do rio Tibagi, vários dos grupos Kaingang que ocupavam a região continuavam vivendo e a deslocar-se no território de acordo com as suas pautas culturais. Ilustra esta questão o fato de que por volta de 11 e 12 de julho de 1921, os Kaingang que se encontravam acampados nas proximidades do povoado de Jataí, em nosso ponto de vista, não estavam interessados em se transformarem em nacionais, mas sim visavam obter proteção dos brancos porque se encontravam em guerra com parcialidades inimigas.

No mês seguinte, há um relato de que quando uma comitiva de moradores, formada por Jose Olegário de Proença, Joaquim Pires, Francisco Fernandes, Olavo Fernandes, João Lorena, João de Deus Matoso e Emygdio Rodrigues Gonçalves os quais residiam no povoado de Jataí e São Jerônimo, viajava “pelo rio Paranapanema, abaixo da foz do Tibagy, [encontraram] no lugar Cuyabá, próximo à Serra do Diabo, um grupo de índios mansos, completamente nus e desprovidos de quaisquer recursos, os quais se prevalecem de buracos que abriram no chão para esconder a sua vergonha e assim poderem falar com os raros viajantes que por ali passam” (Franco, 1925, p.51).

Ora, o fato dos nativos andarem nus, não possuem recursos aos moldes da sociedade ocidental e estarem morando em casas subterrâneas descritas no relato e que foi tomado com espanto no entendimento dos brancos faz parte do próprio modo de vida tradicional Kaingang.

Posteriormente, seguindo ainda aos próprios interesses nativos, é que também devemos entender o fato de somente trinta e oito famílias Kaingang, conforme consta no ofício de 17 de fevereiro de 1922, se encontrarem estabelecidas nos limites do Posto Indígena de São Jerônimo, possivelmente nos núcleos de José Bonifácio, Rodolfo Miranda e Capitão Osório (Franco, 1925, p.30 e Tommasino, 1995, p.156).

Todavia, por outro lado, esta situação foi utilizada pelos interesses regionais para justificar que o número de nacionais que ocupavam esta região era bastante superior que o dos Kaingang, ou seja, quatrocentos e oitenta famílias e, portanto, com muito mais condições de colonizá-la. Além do mais, a tutela que o SPI possuía para com os Kaingang que viviam no Posto de São Jerônimo era considerada pelas autoridades locais como uma mera figuração, pois, apesar de esta agência se ter voltado para o atendimento das crianças, não estavam fazendo o que se propunham para torná-los futuros cidadãos.

Neste sentido, as críticas do Deputado Arthur Martins Franco são bastante elucidativas:

“Não se limite a sua acção á criação de uma simples escola, provida, quase sempre de professores incapazes do desempenho da elevada e nobre missão que lhes é confiada pela falta de escrupulo que preside a sua escolha: que essa acção possa ir até o ponto de formar o caracter desses seres voltados ávida miserável de seus maiores em outro ambiente mais sadio e mais propizio ao desenvolvimento das faculdades do coração e do espírito. Arguirão muitos, estou certo, que será uma crueldade subtrahir essas creanças á companhia de seus paes; maior crueldade eu julgo o dexal-as ao abandono, entregues a corrupção, na escola do vicio, de que nem sempre são meros espectadores, mas participantes” (Franco, 1925, p.31).

Acreditamos que os Kaingang que se encontravam no Posto de São Jerônimo, dando-se conta da disputa entre os agentes do SPI e os representantes dos interesses regionais, fizeram a sua própria leitura dos acontecimentos. Em vista disto, como a agência indigenista não mais estava atendendo aos interesses nativos, voltaram-se aos regionais para o estabelecimento de alianças, pois, de acordo com o deputado Arthur Franco (1925, p.67), por “mais de uma vez tive oportunidade de receber as queixas dos próprios indígenas que, em situação de desespero, chegaram a vir offerecer-se a mim para, de armas na mão, expulsar daquela região os funcionarios da Inspectoria do Serviço de Protecção!”.

Neste contexto, o deputado Arthur Martins Franco, o qual representava os interesses regionais, vai apresentar, então, ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná os Projetos nº 28 e nº 29, em 13 de março de 1922. O primeiro propunha a extinção do Posto Indígena de São Jerônimo, a transferência das famílias Kaingang ali estabelecidas para as terras de Apucarana e, por fim, que as benfeitorias que ali se encontrassem como casas e serrarias, a partir de um acordo entre o governo do Paraná e da União, pudessem ser vendidas, alugadas ou arrendadas (Projeto nº 28 de 13/03/1922. In: Franco, 1925, p.33).

É importante ressaltar ainda que o referido projeto mencionava a possibilidade de talvez demarcar a área efetivamente ocupada pelos Kaingang, mas que em nosso entender não passa de um engodo. Ora, como esse Posto Indígena, desde que foi criado, através Decreto 8.941, de 30 de agosto de 1911, se encontrava com a sua área demarcada não vemos razões para que isto fosse novamente feito.

Quanto ao segundo projeto, parece-nos que deixa bastante claras as intenções de Arthur Franco e de seus apoiadores para que os regionais e sertanejos oficialmente viessem a apropriar-se dos territórios Kaingang. Isto porque no primeiro artigo do projeto em questão consta que “os possuidores de

títulos provisórios, expedidos pelos antigos Directores do Aldeamento de Índios, não registrados de conformidade com o que dispõe a Lei n.68 de 20 de Dezembro de 1892, poderão adquirir por compra e pelo preço mínimo da lei vigente a área de terras constante desses títulos” (Projeto nº 29, de 13/03/1922. In: Franco, 1925, p.33).

Em 1923, um outro evento que ilustra a continuidade da aliança entre os Kaingang e nacionais, assim como o apoio que esperavam por parte destes brancos, é uma queixa do *Pã'í mbâng Isaltino Candido* contra o encarregado Álvaro Barros o qual se opunha que os próprios nativos comercializassem os produtos produzidos. Sobre isto, o Tenente João Mastek, sub-delegado de polícia do distrito de São Jerônimo, informa ao Deputado Arthur Martins Franco o seguinte:

“(…) envio a V. Exa. uma queixa que me foi representada pelo capitão dos índios **Isaltino Candido**, verbalmente, cuja queixa tomei por termo, pedindo a V. Exa. instruções, si devo e como devo agir em taes casos, pois os índios se queixam constantemente que a inspeccoria lhes prohibe de vender o milho que excede aos seus gastos, isto é, de vendel-os na villa, ao preço de 6\$500 e 7\$000 o cargueiro, em dinheiro, pagando-o o encarregado da inspeccoria a 5\$000 em vales” (Ofício de 04/01/1923. In: Franco, 1925, p.79, grifo nosso).

Frente a estes acontecimentos, os Kaingang e as suas lideranças novamente passaram a ser procurados pelos indigenistas os quais, tendo conhecimento do espírito guerreiro característico destes nativos, passaram a insuflá-los contra os agricultores que tinham feito roças em seus territórios o que provavelmente acarretaria um conflito entre ambas as etnias, conforme alerta a reportagem do jornal “A República”, de 24 de maio de 1923, intitulada “A inspeccoria de índios está aliciando selvicolas para atacar populações ruraes! Em S. Jeronymo vão reproduzir-se os factos da Pitanga” (In: Franco, 1925, p.124).

Acreditamos, entretanto, que este conflito somente foi amenizado em decorrência do surto epidemológico que, entre os meses de julho e agosto de 1923, abateu-se sobre o núcleo Kaingang José Bonifácio acarretando a morte de aproximadamente vinte e três nativos; Dentre as vítimas, podemos apontar os guerreiros *José Pirahy*, *José Porfirio* e *João Saldanha*; as mulheres conhecidas por *Etelvina*, *Maria de Jesus* e *Carmelina*; as crianças que atendiam pelo nome de *Maria Santos*, *Manoel Candido*, *Bonifácio Amazonas*, entre várias outras pessoas (Franco, 1925, p.156-157; 160-161).

Além dos Kaingang mencionados, até então havia também outras parcialidades que viviam em territórios próximos aos rios Laranjinha e Cinzas, mas que não estavam dispostos a estabelecer contato com os agentes do SPI ou demais grupos de brancos que penetrassem em seus limites (Discurso de

12/12/1924. In: Franco, 1925, p.91). Informações sobre a não aceitação de intrusos em seus territórios são também fornecidas pelo Dr. José Loureiro Fernandes que, ao visitar os Kaingang de Palmas, em fins da década de 1930, deixou o seguinte relato a respeito dos Kaingang que ocupavam a Serra do Laranjinha.

“(…) os engenheiros que fizeram as primeiras demarcações de terras no Norte do Paraná, puderam comprovar, há apenas vinte anos, a existência de tais costumes entre os Caingangues da Serra de Laranjinha. Quando as picadas de exploração atingiram a zona de sua ocupação, advertiam os índios a turma de locação, colocando durante a noite, atravessadas na picada, duas ou mais flechas. O prosseguimento dos trabalhos, após uma advertência dessa ordem, originava sérios e graves conflitos. Insistir era aceitar a declaração de guerra, a luta na selva na surpresa das emboscadas sucessivas” (Fernandes, 1941, p.136).

Todavia, sem levar em consideração os sinais que há bastante tempo vinham sendo demonstrados pelos Kaingang, os indigenistas, dando continuidade ao projeto da agência para qual trabalhavam, penetraram nos territórios Kaingang entre os rios Cinza e Laranjinha. Esta penetração provocou inclusive um contágio de malária entre estes nativos, possivelmente em decorrência de objetos que eram deixados na floresta como presentes. No transcorrer destes contatos, acreditamos que a doença a qual dizimou um dos grupos locais foi tomada pelos demais Kaingang como efeitos maléficos advindos dos presentes oferecidos, fazendo com que “em 1924, os índios [assassinassem] um encarregado da pacificação, Bolivar de Cunha Lopes” (Relatório de 13/03/1964, p.3, MI).

Situação semelhante em que um grupo indígena também interpretou as mercadorias oferecidas pelos brancos como portadoras de epidemias destrutivas é o estudo, já mencionado na primeira parte desta tese, de Bruce Albert “A fumaça do metal: história e representações do contato entre os Yanomami”. Neste sentido, o referido autor, ao abordar a questão destaca:

“Não deverá surpreender, dada a ligação entre surgimento dos brancos, aquisição dos objetos manufaturados e epidemias, o fato dos Yanomami terem feito de sua teoria etiológica um dispositivo dominante de interpretação dos fatos e efeitos do contato. A epidemia (*shawara*) foi espontaneamente associada a poderes patogênicos que diferem daqueles que se costumava atribuir às diversas figuras da alteridade social e ontológica apenas na intensidade. Serviram, desse modo, como fio condutor para a identificação dos brancos e de seus bens, imediatamente incluídos na classe de agentes etiológicos e objetos patogênicos, respectivamente. As modalidades dessa caracterização variavam, em cada fase do contato, em função das informações disponíveis

sobre o processo de contaminação. Os sucessivos estágios dessas representações da ligação entre epidemias, objetos manufaturados e brancos formam um sistema de transformações que explora sistematicamente as configurações permitidas para teoria etiológica yanomami” (Albert, 1992, p.161).

Em fins da década de 1920, conforme já nos referimos, é preciso lembrarmos que a Frente Pioneira, representando os interesses capitalistas federal e estadual, principalmente através da Companhia de Terra do Norte do Paraná (CTNP) e da Estrada de Ferro São Paulo – Paraná, dando continuidade aos seus interesses, novamente avança sobre os territórios entre os rios Cinza, Laranjinha, Tibagi e Pirapó. Em vista disto é que acreditamos que o SPI, contando posteriormente com o auxílio da CTNP, passa a organizar, segundo as informações coletadas por Kimiye Tommasino (1995, p.128-130) em seu trabalho de campo com os Kaingang da região, as expedições de 1927/1928 e 1930/1931 para contatar com os grupos nativos que viviam precisamente em territórios das Bacias hidrográficas dos rios Cinza e Laranjinha.

Na primeira delas, isto é, a de 1927/1928 após percorrer o território, teriam estabelecido acampamento às margens do Ribeirão Grande onde fundaram, em 1928, o Posto Velho ou Laranjinha (Relatório de 13/03/1964, p. 2-3, MI). Para realização desta expedição os agentes do SPI, valendo-se da aliança estabelecida com os Kaingang do Posto de São Jerônimo, contam com a ajuda de dezoito famílias dessa etnia que lá se encontravam e que, em nosso ponto de vista, deveriam ser parcialidades inimigas dos Kaingang que habitavam as florestas do Cinzas e Laranjinha. Reforça a questão o fato de que esta penetração acarretou um conflito “que se seguiu ao contato hostil, dois brancos foram mortos a golpes de machado. O grupo recuou e as famílias Kaingáng agregadas à expedição retornaram a São Jerônimo” (Tommasino, 1995, p.128).

Uma segunda expedição ocorreu por volta de 1930/1931, a qual por parte do SPI contava inicialmente com os funcionários Humberto de Oliveira, José Candido Teixeira e João Serrano e como representante do CTNP, Julio Brito. Por parte dos Kaingang, de acordo com Tommasino (1995, p.128), participaram da referida expedição as lideranças *Isaltino Candido*, *Indalécio* e *Antonio Pedro Juvêncio*. Tal participação, em nosso entender, somente aconteceu em decorrência das alianças em curso que estes nativos já haviam estabelecido com os brancos.

Além destes chefes, temos ainda *Dom Paulino* que vivia com a família e seus liderados no Toldo de Moreira, localizado na região de Apucarana (verifique Mapa 9). Sobre a participação desta liderança na expedição em questão e de como se encontravam os Kaingang do Laranjinha, Wanda Hanke, que, por volta de 1940, trabalhou com os nativos que ocupavam a Serra do Apucarana e entrevistou o *Pã'í mbâng Paulino*, deixa as seguintes informações:

“En los años de 1930/31 fué enviado para amansar los indios bravos por la zona de Laranjinha. Mucho tiempo quedaba allí.

Aquellos indios, un resto de los caingangues salvajes, se llamaron 'Kakrõn' o 'Kakrû', lo que significa 'abuelos'. Nada tenían fuera de arcos y flechas, morteros y hachas de piedra. No usaban vestimentas ni adornos.

**Paulino** logró amansarlos y ayudó luego en la formación del Puesto Indígena Laranjinha. Más tarde la tribu de los Kakrû fué víctima de una epidemia, quizás del sarampión, si bien entendí el relato de **Paulino**. El conoce también el Puesto Indígena San Jerónimo, más chico del de Apucarana” (Hanke, 1950, p.72, grifos nosso).

A expedição de 1930/1931, diferenciando-se da anterior, conseguiu estabelecer contato com os Kaingang em questão, os quais totalizavam um grupo composto de quarenta e um indivíduos, sendo dezoito homens, vinte e três mulheres e uma criança (Tommasino, 1995, p.129). Em nosso ponto de vista, esta aproximação somente foi possível porque alguns dos grupos Kaingang, percebendo a ameaça à qual estavam sujeitos devido a grande quantidade de colonizadores que chegavam na região resolveram reconsiderar as aproximações que os indigenistas vinham realizando e aceitar os presentes oferecidos. Razões para isto é que provavelmente viram a possibilidade de ampliar o seu leque de aliança a fim de protegerem-se contra os demais intrusos que ameaçavam invadir seus territórios.

Porém, tudo indica que somente após um longo período de observação dos agentes do SPI, o qual se estendeu por aproximadamente dois anos, é que uma das parcialidades Kaingang liderada pelo *Pã'í mbâng Ká-Krô* resolveu aproximar-se dos brancos e estabelecer-se nas proximidades do Posto Velho (Laranjinha). É possível que tenham ficado nas proximidades porque no Posto já se encontravam os grupos das lideranças *Isaltino Cândido*, *Indalécio* e *Antonio Juvêncio*, os quais deveriam ter relações mais sólidas com os brancos porque há bastante tempo já haviam estabelecido alianças com a inspetoria do SPI.

Acreditamos, todavia, que esta colaboração das lideranças mencionadas com os indigenistas ou demais brancos somente acontecia quando atendesse aos interesses das parcialidades que representavam. Exemplifica a questão o fato de que quando isto deixou de acontecer, por volta de 1933, o *Chefe Principal Isaltino* e seu grupo provavelmente entraram em conflito com os brancos que viviam mais ao norte, no povoado de Lageado (atualmente Abatiá) o que acarretou a morte do referido *Pã'í mbâng* por um inspetor de quartelão, conforme o relato do filho desta liderança, *Pan Tanh* o qual foi entrevistado por Kimiye Tommasino (1995, p.129).

Em vista disso, tudo leva a crer que os demais Kaingang do grupo de *Isaltino*, por não mais perceberem vantagens na aliança estabelecida com os

brancos que ali se encontravam, resolveram deixar o Posto Velho e retornar para o Posto de São Jerônimo. Exceção a isto, segundo a antropóloga Tommasino, foi a viúva, *Dona Maria*, esposa de *Isaltino Cândido*, que permaneceu no local acompanhada de dois filhos pequenos e de mais dois maiores chamados de *Bonifácio* e *Pan Tanh (Cobra Verde)*.

Também se manteve no Posto Velho a parcialidade liderada por *Ká-Krô*, mas quando a equipe do SPI foi embora, Julio Brito, representante do CTNP, visando estender os interesses da companhia na qual trabalhava para aqueles territórios, permaneceu no Posto. Por parte dos Kaingang do grupo de *Krá-Krô*, em nosso ponto de vista, este evento que envolveu a permanência de Julio Brito foi tomado como continuidade da aliança estabelecida e o atendimento da solicitação que haviam feito para que o funcionário ficasse. Por fim, em 1934, Wanda Hanke (1950, p.72) e Kimiye Tommasino (1995, p.129) informam que uma epidemia possivelmente de sarampo teria dizimado os Kaingang que se haviam estabelecido no Posto Velho (Laranjinha).

Durante o mesmo período que o *Chefe Ká-Krô* e seus liderados foram para o Posto Velho, existia ainda uma outra parcialidade Kaingang, composta de umas vinte e cinco famílias, que, após tomar conhecimento das relações entre os nativos mencionados e os indigenistas assim como a obtenção de garrafas vazias, machados, foices, facas entre outros presentes, também resolveu aceitar a aliança que os brancos vinham propondo. No entanto, somos levados a pensar que esta parcialidade não deveria ter boas relações com o grupo de *Ká-Krô* ou com o de *Isaltino Cândido*, porque mesmo aceitando a proposta do funcionário do CTNP, Julio Brito não quis permanecer no Posto do Laranjinha. Ao contrário, dirigiu-se para os territórios Kaingang da bacia do Ivaí, precisamente em Manoel Ribas (futuro Posto Indígena do Ivaí), onde possivelmente moravam alguns de seus parentes.

Um estudo que nos possibilita refletir sobre as motivações que levaram tanto a parcialidade liderada por *Ká-Krô* como a do outro grupo a se aproximar da equipe formada por agentes do SPI e da Sociedade Regional é de Terence Turner, intitulado “Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social de comunidades autônomas para a coexistência interétnica”. Relativo a este contato que, em nosso ponto de vista, foi tomado pela ótica Kaingang como “aliança” e na visão dos brancos como “pacificação”, recorrendo ao autor mencionado, o qual analisa situações envolvendo os Kayapó, temos:

“As equipes de pacificação que se aproximaram dos grupos mekranoti em 1958 com os presentes de hábito – panelas, machados e redes – não estavam nem instaurando o seu ‘contato’ com a sociedade brasileira nem instilando novas necessidades entre os Kayapó. Para os Kayapó, a ‘pacificação’ era, antes de tudo, um meio mais conveniente de suprir as necessidades, que já tinham adquirido, de bens brasileiros. A guerra com os brasileiros acabara significando dependência em relação à sociedade brasileira por seus

bens, e a paz era vista basicamente como uma continuação da guerra por outros meios. Essa interpretação esclarece a de outro modo intrigante questão de facilidade da pacificação do Kayapó. Grupo após grupo, esses guerreiros inveterados reagiram com entusiasmo aos primeiros gestos de funcionários brasileiros portadores de panelas. Não o fizeram porque lhes faltassem panelas, muito pelo contrário, porque as tinham e, tendo aprendido a precisar delas, estavam dispostos a adotar um meio mais fácil de conseguir mais” (Turner, 1992, p.330).

Quanto a uma terceira parcialidade que também vivia nos territórios entre os rios Cinza e Laranjinha, esta negou-se terminantemente ao estabelecimento de alianças com os brancos e permaneceu vivendo nas florestas. A este respeito os relatos de mulheres Guarani entrevistadas por Kimiye Tommasino (1995, p.132), as quais já habitavam este território na época informam que os Kaingang em questão “não aceitaram aldear-se, também rejeitaram manter relações amistosas, e a reação era bastante incisiva”.

Razões para esta postura nos levam a supor que os Kaingang que receberam os presentes deixados nas matas pelos agentes do SPI durante a expedição de 1927/1928 à qual já nos referimos e que acabaram contagiados por epidemias deveriam pertencer a este grupo. Neste sentido, parecem-nos ser bastante elucidativos os depoimentos das mulheres Guarani a respeito destes Kaingang arredios as quais mencionam que eles não “queriam ser **animal dos brancos**. Então eles preferiram a morte, mas não, que eles não queriam ser **animal dos brancos**. Prá ser, de jeito nenhum” (Cecília Delminda e Rita, Posto Laranjinha, 1990, apud Tommasino, 1995, p.132, grifo do autor).

Tratando-se ainda do Posto de São Jerônimo, Claude Lévi-Strauss (1957, p.163), que, em meados da década de 1930 percorreu a região, informa que nesta reserva a qual compreendia uma área de cem mil hectares havia “450 indígenas agrupados em 5 ou 6 lugarejos”. Se por um lado este etnógrafo pautado nos conhecimentos da época do que poderia ser tomado como um indígena confessa ter ficado decepcionado com os Kaingang do Tibagi porque “não eram, pois, nem completamente ‘verdadeiros índios’, nem, sobretudo, ‘selvagem’”, todavia, por outro lado, atesta que estes nativos lhe “davam uma lição de prudência e de objetividade. Encontrando-os menos intactos do que esperava, ia descobri-los mais secretos do que a sua aparência exterior poderia sugerir” (Lévi-Strauss, 1957, p.160-161).

Ora, pelo que temos conhecimento, os agentes do SPI, permaneceram no Posto de São Jerônimo de 1911, data de sua fundação, até 1924, quanto foi extinto, e ao longo deste período introduziram casas de madeira, serraria, escola, farmácia, animais, novos hábitos alimentares e uma série de objetos, tais como machados, facas, pregos, roupas e cobertores. Entretanto, após os indigenistas deixarem o Posto, os Kaingang com que haviam contatado,

avaliando todas estas experiências e objetos novos pelas suas próprias pautas culturais, mantiveram somente aquilo que realmente tinha significado para o grupo. Corrobora para este fato a própria narrativa do pesquisador em questão.

“De sua experiência efêmera de civilização, os índios só guardaram as roupas brasileiras, o machado, a faca e a agulha de costura. Em tudo mais, foi o malogro. Tinham-se-lhes contruído casas, e êles dormiam ao relento. Procurou-se fixá-los nas vilas e continuaram nômades. Quanto aos leitões, queimaram-nos para fazer fogo e dormiam no chão. Os rebanhos de vacas enviados pelo govêrno vagavam ao acaso, pois aos indígenas repugnavam a sua carne e o seu leite. Os pilões de madeira, movidos mecanicamente pelo enchimento e esvaziamento alternados de uma recipiente prêso a um braço de alavanca (...) apodreciam inutilizados, a moagem a mão permanecendo a prática geral” (Lévi-Strauss, 1957, p.160).

Sendo assim o que é possível constatarmos é que a fronteira cultural entre os Kaingang do Tibagi e os brancos permaneceu tanto durante o período de atuação do SPI como depois que deixaram a região. Isto é, vários dos objetos e utensílios passaram a ser utilizados pela influência dos brancos, mas os significados que estes nativos atribuíam a eles não.

É possível ainda, respeitando as especificidades de cada uma das sociedades em questão, além do tempo e do espaço, fazermos uma analogia a respeito da continuidade da fronteira cultural na convivência entre os Kaingang e brasileiros em relação ao que se passou na história clássica ocidental envolvendo os contatos entre Citas e Gregos. A respeito da segunda situação, François Hartog, na obra “O espelho de Heródoto: ensaios sobre a interpretação do outro”, destaca:

“A questão da fronteira cultural desemboca na questão do recorte do espaço divino: o mundo dos deuses é sensível às fronteiras geográficas e humanas? Mais ainda, esses dois trechos apresentam o narrador em ação: na história de Anácarsis e de Ciles [ambos são citas de alta linhagem], ele faz seu destinatário crer que vê os gregos vistos pelos citas; por outro lado, na história de Zálmoxis [de identidade incerta], mostra os getas vistos pelos gregos do Ponto. Portanto, as duas histórias se correspondem de uma parte e de outra da linha imaginária da fronteira: na primeira, os gregos são ‘vistos’ pelo outro; na segunda, o outro é ‘visto’ pelos gregos” (Hartog, 1999, p.97-98).

Relativo aos Kaingang que ocupavam os territórios das bacias da margem esquerda do rio Tibagi, em fins da década de 1920 e início da década de 1930, também começavam a enfrentar os mecanismos da Frente Pioneira principalmente através de caboclos e sertanejos que insistiam em penetrar nos territórios nativos para explorá-los economicamente. Neste sentido, ilustra a

questão um episódio envolvendo a liderança *Rufino Domingos*, do Toldo Saltinho (veja Mapa 9), que, em 10 de março de 1931, dirige-se à delegacia de Ponta Grossa para reclamar da invasão dos seus territórios pelos brancos em questão (Auto de 13/03/1931, MI).

Relacionado ainda a este acontecimento, o Inspetor José Maria de Paula, em uma correspondência enviada ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Povoamento, chama atenção para o seguinte:

“Ainda agora, a requisição desta Inspectoria, acaba de ser ouvido na Delegacia Regional de Policia de Ponta Grossa, o capitão indio Kaingang **Rufino Domingos**, do aldeamento denominado ‘saltinho’ na região do Salto Mauá, municipio de Tibagy deste Estado, sobre uma queixa que o mesmo veio apresentar a esta Inspectoria, de que as terras do citado aldeamento estão sendo invadidas por intruzos, que ali estão incomodando e perseguindo ditos indios e devastando as mencionadas terras; conforme consta do auto das declarações pelo dito, indio **Rufino**, prestadas á alludida Delegacia, de que junto cópia.

Tem ainda, esta Inspectoria sobre o mesmo facto, informação de que os invasores das terras dos mencionados indios, estão propalando que os mesmos não mais possuem terras, sendo tudo do Governo, pelo que elles, intruzos, se julgam com o direito de invadil-as e occupal-as; e, alem d’isso, ainda ameaçam de prisão o dito indio **Rufino**. Pela esposa do citado capitão indio foi dito, que ficaram sem lavoura, não tendo meios para a sua subsistência” (Correspondência de 13/03/1931, MI, grifo nosso).

Além destas reclamações, os Kaingang liderados pelo *Pa’í Rufino Domingos*, mesmo não se encontrando em área de abrangência de um Posto Indígena, mas possivelmente em decorrência dos contatos e alianças que estabeleceram com os agentes do SPI, solicitam, além da demarcação do seu território e a expulsão dos invasores, “roupas, ferramentas para o trabalho e dinheiro” (Correspondência de 13/03/1931, MI).

Há também no território Kaingang da margem esquerda da Bacia hidrográfica do rio Tibagi os toldos de Apucarana, Rio Preto e Moreiras, conforme o Recenciamento de 1937 (MI), realizado pelo pessoal do SPI e também o trabalho de campo realizado por Wanda Hanke (1950,p.67-72). O primeiro deles, Apucarana, localizava-se próximo da Serra de Apucarana, possuía, por volta de 1937, uma população de cento e quarenta e oito Kaingang e tinha como liderança *Luiz Pereira* e possivelmente o respeitado *Thimoteu Velho* que era um ancião de cento e oito anos.

Quanto ao Toldo do Rio Preto, localizava-se próximo a foz do rio Tibagi. Em meados da década de 1930, contava com uma população de noventa e dois indivíduos e dentre as lideranças podemos apontar o *Chefe Gaudêncio* e provavelmente o ancião *Ignácio Velho*. Por último, pouco antes da

foz do Tibagi, temos o toldo de Moreiras onde viviam, em fins da década de 1930 e início da década de 1940, aproximadamente vinte e nove Kaingang, os quais eram liderados por *Paulino* (Hanke, 1950, p.72).

Relacionado aos territórios Kaingang da margem direita do rio Ivaí, durante as primeiras décadas de 1910, aparecem os toldos de Ubá, Bufaderia, Baile, Palmital e Jacaré os quais se estendiam desde o rio Bonito, próximo ao Toldo Baile, até o rio Jacaré, onde havia um toldo também com este nome (veja Mapa 9). Nesses toldos ocupados pelos Kaingang e as suas lideranças, vamos encontrar, além de grande quantidade de bananeiras, muita cana-de-áçúcar, que era moída em engenhocas pertencentes aos próprios nativos.

Maiores detalhes a este respeito são fornecidos por Mario Bittencourt e Laurindo Ribeiro Borges, os quais foram incumbidos, respectivamente, por Mattos Bourguignon, chefe do núcleo de Apucarana, e, José Maria de Paula, inspetor do SPILT, de avaliarem as benfeitorias Kaingang existentes. Tal procedimento, atendendo aos interesses da Frente Pioneira, visava à permuta dos territórios da margem direita do rio Ivaí com os da margem esquerda. Neste sentido, os referidos avaliadores, após visitarem a região e contatarem com os vários Kaingang, a que denominaram de “proprietários”, mas que possivelmente, em nosso entender, desempenhavam alguma função de liderança, tecem as seguintes descrições:

“Um engenho de moer canna, 100\$000; sóccas de canna 50\$000, pertencentes ao **capitão Jacintho José dos Santos**, situado no lugar denominado ‘Baile’.

Um rancho de propriedade de **Pedrinho** no valor de 15\$000 e mais vinte pés de bananeiras no valor de 20\$000 pertencentes ao mesmo. Um rancho de madeira de propriedade de **João Caporon** no valor de 15\$000.

Uma quarta e meia de sóccas de cana de propriedade de **Luiz Pandefang** no valor de 37\$000.

Duzentas touceiras de bananeiras de propriedade de **Felício Velho**, no valor de duzentos mil réis.

Um rancho no valor de 15\$000 e mais quarta de canna no valor de 12\$000 de propriedade de **Joaquim Paulino**, tudo no valor de 27\$500.

Um rancho de propriedade de **Alfredo** no valor de 15\$000.

Um rancho de propriedade de **Manoel** no valor de 25\$000.

Um rancho no valor de 30\$000 e uma meia quarta de sóccas de canna no valor de 25\$000, de propriedade de **Ciriano**.

Uma quarta e meia de sóccas de canna de propriedade de **Henrique** no valor de 25\$000.

Uma quarta e meia de sóccas de canna de propriedade de **Gabriel** no valor de 25\$000.

Uma e meia de sóccas de canna de propriedade de **João** no valor de 25\$000.

Dois ranchos, sendo um no valor de 25\$000 e outro no valor de 15\$000 de propriedade de **João Duran**.  
Um rancho de propriedade de **Salvador Amaro** no valor de 20\$000.  
Um rancho no valor de 25\$000 e trez quartas de sóccas de canna no valor de 25\$000, de propriedade de **Frederico**.  
Um rancho de propriedade de **Brasílio Felício** no valor de 50\$000”  
(Correspondência de 23/08/1913, MI, grifo nosso).

Tendo em vista que os Kaingang da Bacia do Ivaí desde o início do Período Republicano, conforme tratamos no capítulo três desta tese, já haviam iniciado sua política de alianças com os brancos, supomos que diante da continuidade do avanço da Frente Pioneira, os nativos projetaram esta mesma lógica para os agentes do SPILTIN e representantes da sociedade regional paranaense. Sendo assim é que acreditamos ter sido possível que o Decreto de 17 de abril de 1913, de Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Governador do Paraná, fosse aceito pelos Kaingang e suas lideranças, conforme segue.

“Art. 1º - Fica concedida permuta de reserva das terras ocupadas pelos índios a mando do **Cacique Paulino Arak-xó**, sitas entre os rios Ivahy, Peixe, Jacaré, Baile e uma linha a cabeceira deste último ribeirão ao rio Jacaré e que constituem parte da que trata o Decreto nº 8 de 9 de setembro de 1901, para reserva de terras devolutas fronteiriças, em área equivalente, situadas na margem esquerda do rio Ivahy e compreendida entre os rios Barra Preta e Marrequinhas, ficando porém garantidas em sua plenitude nesta última área as posses aí existentes e que foram apoiadas em documentos legais (...)

Art. 3º - As terras compreendidas entre os rios Ivahy, Peixe, Baile e Jacaré, de que trata o artigo 1º do presente decreto, passam a pertencer ao domínio da União, para os efeitos da localização de imigrantes, devendo a Inspectoria do Povoamento do solo respeitar integralmente a área ocupada pelos índios ao mando do **Cacique Pedro dos Santos**, a que se refere o Decreto nº 8, de 9 de setembro de 1901 e sitas entre os rios do Peixe, Baile, Jacaré e Serra do Apucarana” (Decreto de 17/04/1913. In: D’Angelis e Rojas, 1979, p.9, MI, grifo nosso).

É importante ressaltar ainda que estas negociações seguiam as pautas culturais nativas. Isto porque, de um lado, conforme é possível constatar pelo decreto mencionado, a parcialidade Kaingang liderada por *Pedro dos Santos* não aceitou mudar-se e permaneceu em seus tradicionais territórios delimitados pelos rios do Peixe, Baile, Jacaré e Serra do Apucarana. Por outro lado, observamos também que o grupo liderado pelo *Pã’í mbâng Paulino Arak-xó*, o qual aceitou mudar-se para os territórios da margem esquerda do rio Ivaí, precisamente entre os rios Barra Preta e Marrequinhas (verifique Mapa 9), exigia pelo deslocamento uma contrapartida. Ou seja, somente estabeleceram-

se na região em questão quando os ranchos existentes foram melhorados pelo SPILTN “como também [construídos] mais alguns de taboinhas da mesma madeira. Assim é que foram construídas em Marrequinhas cinco dessas casas, para os índios: sendo uma de 6m x 8m com cosinhas e outras de 6m x 4m, uma de 8 x 5 e outra de 6,5 x 4,5 m. Em Barra Preta foi construída uma casa de 5m x 7 e outra de 6m x 4 m”( Relatório de 31/11/1923, p.3, MI).

Nestes territórios Kaingang da Bacia do Ivaí, os interesses da Frente Pioneira, que gradativamente avançavam pela região, contribui inclusive para o estabelecimento de um Centro Agrícola o qual, a partir de 23 de outubro de 1923 começou a ser dirigido por Bento Martins Pereira de Lemos e, no mês de dezembro do ano corrente, passou a contar com o ajudante Humberto de Oliveira. Antes, porém, de procurarmos discutir a reação dos Kaingang e de suas lideranças aos mecanismos utilizados pela Sociedade Nacional é importante destacarmos que existe um relatório sobre o “Centro Agrícola do Ivahy” referente ao ano de 1923, assinado pelo inspetor do SPI de Curitiba, José Maria de Paula, o qual traz dados relativos às construções no toldo, produção agrícola e um breve histórico sobre a instalação da agência indigenista na região (Relatório de 31/11/1923, p.8, MI).

A este respeito o que nos chama a atenção é o fato de que, segundo Antonio Carlos de Souza Lima (1995, p.244-251), os centros agrícolas existiram somente até 1918 e inclusive não há registro sobre eles para o Estado do Paraná. Diante disto, levantamos duas possibilidades: a primeira é que se trate de um período relativo a 1918, embora o relatório em questão mencione o ano de 1923 e esteja com a data de 31 de novembro do corrente ano. Quanto à outra, a qual consideramos bem mais plausível devido às próprias evidências do relatório, é que este Centro Agrícola realmente tenha existido e que possivelmente tenha permanecido até a década de 1920. No entanto, por algum motivo, não foi contemplado na pesquisa de Antonio Souza Lima, o que neste momento não é nosso objetivo tratar.

Tudo indica que os Kaingang tenham tomado o Centro Agrícola do Ivaí instalado no território como uma resposta às alianças em curso. Acreditamos nisso, porque os nativos de ambas as margens do rio Ivaí freqüentemente mantinham contato com este centro possivelmente para obter objetos, vestuário e principalmente visando a protegerem-se dos sertanejos que também se instalavam na região. Razões para isso devem-se ao fato de que o próprio inspetor, José Maria de Paula, informa que “a custa de muitos trabalhos e sacrifícios por parte desta Inspectoria conseguimos reunir em Ivahy, todos os índios que se achavam foragidos e dispersos pela matta” (Relatório de 31/11/1923, p.1, MI).

Ressaltamos, todavia, que de maneira alguma os Kaingang se mantiveram confinados dentro do Centro Agrícola do Ivaí ou se tornaram trabalhadores nacionais como, em última instância, era a intenção destes centros. Isto é, os nativos continuaram a viver no Posto do Faxinal, margem

direita do rio Ivaí, e nos toldos de Barra Preta, Corumbathay, Borboleta, Rocinha e Marrequinha (observe Mapa 9), localizados à margem esquerda do Ivaí (Relatório de 02/04/1964, p.2, MI). Nestes toldos produziam arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar, mandioca e batata-doce, os quais eram levados para serem trocados no Centro Agrícola, sem no entanto, estarem interessados no modo capitalista de produção, mas sim para atender as necessidades da própria economia Kaingang.

É provável que estes freqüentes contatos com os brancos do Centro Agrícola do Ivaí e dos povoamentos de Candido de Abreu e Apucarana tenham sido responsáveis pela difusão de uma epidemia de gripe nas Bacias do Ivaí, a qual provocou cento e cinqüenta óbitos em homens, mulheres e crianças Kaingang. Mesmo assim estes nativos ainda continuaram com um contingente populacional expressivo, conforme podemos observar nas informações de José Maria de Paula.

“A população indígena toda ella da Tribu Kaingang, que actualmente se acha localisada nos toldos do Ivahy, pode-se computar, pelos dados estatisticos que mandei apurar, aliás incompletos e imperfeitos, pela seguinte forma:

TOLDO DE MARREQUINHAS E ADJACENCIAS:  
Adultos – 178      Menores – 117      Total .....295

TOLDO DA BARRA-PRETA E ADJACENCIAS:  
Adultos – 117      Menores – 92      Total .....209

TOLDO DO FAXINAL E INDIOS NÃO RECENCEADOS NOS  
OUTROS TOLDOS (por estimativa)

296  
800

Sendo, porém, certo que um recenseamento mais completo, apurará numero superior aos 800 individuos enumerados” (Relatório de 31/11/1923, p.5, MI).

Os Kaingang, seguindo seus próprios interesses, passaram, com o decorrer do tempo, a requerer que a inspetoria do SPI pleiteasse junto ao Governo do Paraná também as “terras devolutas” das proximidades da foz do rio Ivaí até os limites da Serra da Pitanga para se somarem ao espaço permutada da margem esquerda do rio Ivaí. De acordo com o inspetor José Maria de Paula, o território realmente pretendido por estes nativos tinha a seguinte delimitação:

“(…) Partindo das proximidades do Salto do Ubá no rio Ivahy, dividindo com as terras pertencentes aos sucessores do finado snr. João Munhoz, até as proximidades das cabeceiras do arroio Ariranha e d'ahi por uma linha recta a procurar a barra do ribeirão Pitanga no

rio Marrequinhas e por este abaixo até a sua fóz no rio Ivahy e por este abaixo até as proximidades do Salto do Ubá, ponto de partida dessas divisas” (Relatório de 31/11/1923, p.7, MI).

Dentre os argumentos que os Kaingang e suas lideranças utilizavam para que o governo reservasse para eles o referido território, estava o de que desde tempos remotos seus toldos já se encontravam naquela região. Diante dessas alegações, o inspetor José Maria de Paula informa que por diversas vezes tentou, junto aos governantes do Paraná, fazer valer as reivindicações Kaingang, mas não conseguiu nenhuma solução. Pelo que se percebe, essas reivindicações vão fazer parte dos acontecimentos que provocaram o conflito, ocorrido em abril de 1923, entre os brancos e os Kaingang liderados por *Paulino Arak-xó*, na Serra da Pitanga.

Na margem direita do rio Ivaí, as coisas não foram muito diferentes, porque os Kaingang pertencentes à parcialidade do *Pã'í mbâng Pedro dos Santos*, os quais se encontravam no Faxinal, freqüentemente tinham rixas com os brancos dos povoados de Candido de Abreu e Apucarana por desrespeitarem as fronteiras dos territórios nativos (Relatório de 31/11/1923, p.8, MI).

Os antecedentes para esse conflito devem ser entendidas das ocupações de nacionais principalmente de famílias alemãs e polonesas, as quais começaram a se estabelecer na margem esquerda do rio Ivaí em uma porção territorial delimitada pela Serra da Pitanga e o rio da Bulha. Essa região, entretanto, independente de Decreto de 1913 do governo paranaense, já fazia parte dos tradicionais territórios nativos, conforme discutimos no capítulo três deste trabalho, e os Kaingang não estavam dispostos a permitir a sua colonização, segundo podemos observar:

“Os índios em questão são os Caingangs, estabelecidos há longuíssimos annos nas immediações do Salto da Bulha, no rio Ivahy, aos quaes o Governo do Estado concedeu extenso trato de terras que o Povoamento do Sólo occupou em grande parte, com a colônia agora inquieta ante as reclamações pertinazes dos índios violentados no seu legitimo direito” (A Republica de Curityba de 02/04/1923. In: Franco, 1925, p.106).

Referente aos desdobramentos deste evento, a interpretação das duas sociedades em questão são divergentes. Isto é, para as autoridades paranaenses, ficou reservada aos nativos “uma vastíssima área de terras, quarenta mil alqueires, mais ou menos, a duas ou tres léguas da estrada onde residem os povoadores desta região” que no seu entendimento seriam suficientes para aproximadamente trezentos Kaingang poderem plantar suas roças, comercializar os excedentes e manter a sobrevivência (Correio dos Campos de Ponta Grossa de 22/06/1923. In: Franco, 1925, p.131).

Por conseguinte, entre os próprios nacionais havia também divergências sobre as dimensões deste território, principalmente no entendimento do SPI que foi o órgão mediador nas negociações com os Kaingang. Pela interpretação dessa agência, um memorial do inspetor José Maria de Paula estabelecia que, desde 1913, caberia aos nativos uma área de 60.000 alqueires, mas que, por volta dos anos de 1920, se encontravam sobre eles muitas famílias de brancos. Segundo o referido memorial, os limites do território Kaingang da margem esquerda do rio Ivaí permutados pelos da margem direita, conforme José Maria de Paula, são os seguintes:

“(...) deu como limite da Nova reserva o rio Ivaí, como base, e toda a superfície compreendida a Sul pelo rio das Marrequinhas, a Oeste pela estrada carroçável da Pitanga, e a Norte pelo rio Corumbatahy e linha da fazenda do Ubá. Isto é, deu S.S., como pertencente aos índios, um polygono mais ou menos regular de 6 por 6 leguas, de extensos em cada face ou sejam 36 leguas quadradas !!!” (A Republica de Curityba de 23/06/1923. In: Franco, 1925, p.99).

Pelo que tudo indica, este mesmo evento, na ótica Kaingang, apresentou outros significados os quais foram pautados pela própria cultura nativa tanto no que se refere ao aproveitamento do território para fins econômicos como da troca propriamente dita. Relacionado à primeira questão, porque o território Kaingang, além de servir de obtenção de recursos para subsistência, apresenta, semelhante às demais sociedades indígenas, “dimensões sócio-política-cosmológicas mais amplas” (Seeger e Castro, 1979, p.104). Quanto à segunda questão, por um lado, devido ao motivo de que, dentre as demais lideranças Kaingang que representaram as várias parcialidades que viviam nas Bacias do Ivaí, a “permuta (...) só teve o consentimento do **Cacique Arakchó** illudido com promessas que nunca foram cumpridas” (Gazeta do Povo de Curityba de 04/04/1923. In: Franco, 1925, p.107, grifo nosso).

Por outro lado, é possível que o grupo a quem *Paulino Arak-xó* representava orquestrou o evento da troca do território em termos do próprio mito e tradição Kaingang. Ou seja, o inspetor José Maria de Paula, deve ter sido projetado como um prestigiado chefe dos brancos com quem poderiam contar, semelhantemente ao que João Pacheco de Oliveira Filho propõe que os Ticunas fizeram para com o diretor Manuelão analisado no trabalho “O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar”.

“Tudo indica portanto que ao apresentar-se perante os índios como um representante do governo, ao desenvolver ações assistenciais dirigidas especificamente aos Ticuna, ao ensinar-lhes novos usos e costumes, **Manuelão estaria – sem o saber – traduzindo a ação indigenista em termos da tradição.** (...) E assim ocorrendo, a engrenagem burocrática do SPI – tendo como seus sinais visíveis na região a atuação de Manuelão – acabou sendo identificado a uma

noção de governo único e inquestionável, situado no plano ético – religioso e aproximado a crença Yoi e nos imortais. **Reinterpretada dessa forma, a ação indigenista não representou uma ruptura com as crenças tradicionais, implicando até inversamente na superação de uma descontinuidade face ao seu universo mítico e de um distanciamento face aos seus heróis culturais**” (Oliveira Filho, 1988, p.187, grifo do autor).

Frente a estes acontecimentos, somos levados a acreditar que, enquanto os Kaingang estavam obtendo objetos, roupas e bebidas de álcool dos colonos, em decorrência da aliança estabelecida com o *Pã'í mbâng Paulino Arak-xó*, relevaram a presença de brancos em seus territórios. Todavia, quando estes brancos não mais quiseram conceder-lhes estas vantagens, os Kaingang o interpretaram como o rompimento da aliança e passaram a desfechar seus ataques.

“Há annos os índios que aqui viviam a beber e a pedir esmolas, sem nenhuma interferência da Inspectoria de Protecção, - atacaram de surpresa a casa commercial do Sr. Nicolau Schoen, pelo motivo justo do citado commerciante não lhes querer dar mais álcool, que elles já tinham ingerido em grande quantidade. Dessa feita deram diversas descargas na referida casa, sendo que desde então, tornava-se uma ameaça a presença dos índios” (Correio dos Campos de Ponta Grossa de 22/06/1923. In: Franco, 1925, p.132).

Dentre os motivos que levaram os Kaingang a romperem a aliança estabelecida com os nacionais, podemos tomar em consideração, ao menos, dois acontecimentos. O primeiro deles se deve ao fato de que a *liderança Arak-xó* por mais de uma vez solicitou aos governantes paranaenses providências para a retirada dos intrusos dos seus territórios, mas nunca foi atendido. Frente a este tratamento é que os Kaingang repensaram a aliança contraída com os brancos e também passaram a desrespeitar os limites do território da margem direita do rio Ivaí estabelecidos através do Decreto governamental de 1913. Isso porque, de acordo com as informações relativas aos primeiros meses do ano de 1923, do Presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, temos que “os Caingang [estavam] estabelecidos, á direita do rio Ivahy” em área bem mais extensa do que aquelas negociadas em 1913 (Republica de Curityba de 02/04/1923. In: Franco, 1925, p.106).

Quanto ao outro acontecimento, este diz respeito a um fato ocorrido por volta de 1920, quando, em decorrência de atritos com os colonos, um guerreiro Kaingang foi morto. Este episódio acarretou uma grande indignação entre os Kaingang, conforme se observa no relato de um morador do Ivaí publicado em um jornal da região.

“Como é sabido, elles [os Kaingang] jámais se esquecem das nossas ingratições e não perdem vaza para exercerem sua vingança.

Accossados agora pela fome, sentindo a influencia do fanatismo, não podendo mais esperar os demorados recursos dos seus protectores (...) resolveram saquear algumas casas de nacionaes da Serra da Pitanga, provocando um conflicto que resultou a morte de dous índios e ficaram quatro gravemente feridos” (Gazeta do Povo de Curityba de 11/04/1923. In: Franco, 1925, p.115).

Na sucessão dos acontecimentos da Serra da Pitanga, o SPI foi responsabilizado publicamente pelos seus serviços. A imprensa local, por exemplo, teceu severas críticas devido ao fato de a agência indigenista ter permitido que os Kaingang viessem a atingir o estado de guerra em que se encontravam.

Em resposta a estas acusações, o inspetor José Maria de Paula dá uma longa explicação para a questão, a qual também é publicada na Gazeta do Povo. Ressalta que por várias vezes, desde o governo do Presidente Affonso Alves de Camargo, solicitou os territórios pretendidos pelos Kaingang e alertou a respeito de iminentes ataques que poderiam ocorrer caso as solicitações nativas não fossem atendidas, todavia, nunca foi dada a atenção merecida para esta questão. Neste sentido, sobre o que foi registrado na referida entrevista temos publicado o seguinte:

“A sua obrigação - [era] a de manter os Caingangues de **Arakchó**, **Pedro Santos**, e outros na posse imperturbada do patrimonio a que se refere o decreto de concessão, e que lhe era imposta pela funcção de seu cargo e da sua autoridade e jamais o assentimento a taes trocas que tiveram por fim despojar os índios de terras que historicamente occupavam” (Gazeta do Povo de Curityba de 04/04/1923. In: Franco, 1925, p.108, grifo nosso).

Decididos pela guerra, a parcialidade de *Paulinho Arak-xó* e das demais lideranças Kaingang das Bacias do Ivaí, inicialmente planejaram atacar tanto o povoamento de Candido de Abreu como as residências das famílias de nacionais que estivessem estabelecidas em seus territórios conhecidos pela denominação de Serra da Pitanga. Todavia, sobre as pretensões de atacar Candido de Abreu, é provável que tenham desistido por causa da intervenção de Laurindo Borges, delegado da inspetoria dos Índios, e também de José Maria de Paula. Estes agentes, em nosso entender, ainda permaneciam com algum prestígio entre os nativos devido à aliança estabelecida com o órgão indigenista e do qual obtinham roupas, sementes, ferramentas, entre outros.

“Desistiram, talvez, do premeditado ataque á commissão da colonia Candido de Abreu, que está sob a direcção do competente engenheiro dr. Sizenando de Mattos, que vem prestando já ha alguns annos inestimaveis serviços, não só á administração como ao Paraná, porque este senhor, auxiliado por Laurindo Borges,

delegado da Inspectoria dos Índios nesta zona, dissuadiram os selvícolas de levarem a efeito o atentado” (Gazeta do Povo de Curitiba de 11/04/1923. In: Franco, 1925, p.114).

Relacionado aos colonos, um grupo de Kaingang, alguns dias antes de atacar, acompanhados de suas lideranças, deram um aviso para que dentro de três dias deveriam deixar o local, conforme segue:

“Dias antes do ataque, os índios reuniram-se em grande folgança, onde o alcool animava os animos e foram instalar-se em frente á igreja, alarmando sobremaneira a população (...). Armados de winchester, pistolas, revolveres, espingardas, etc; intimaram a população de deixarem a Serra da Pitanga, prazo de tres dias” (Correio dos Campos de Ponta Grossa de 22/06/1923. In: Franco, 1925, p.133).

Como este aviso não foi obedecido, os Kaingang começaram, então, sua vingança. Inicialmente invadiram a casa de Antonio Forquim e tomaram o que lhes interessava. Logo a seguir, desfecharam os ataques sistemáticos às demais casas, como, por exemplo, à ferraria de Fernando Malho e às mercadorias da loja de Generoso Walter e de Manoel Mendes de Camargo (A Republica de Curitiba de 02/04/1923. In: Franco, 1925, p.104).

Diante do pânico que se alastrou na Serra da Pitanga, em abril de 1923, a população, assustada após essas primeiras correrias Kaingang, reuniu-se na casa de Pedro Mendes. No entanto, o alemão Emilio Landmann, por abusar de sua valentia, segundo uma reportagem do Correio dos Campos de Ponta Grossa de 22/06/1923 (In: Franco, 1925, p.133-134), pagou com a vida o ato de sozinho adentrar a mata para enfrentar um grupo de aproximadamente cem guerreiros Kaingang. Finalizando essas considerações sobre os ataques destes nativos, podemos apontar o realizado contra a família de Manoel Alves de Lourenço, que resolveu fugir durante a madrugada.

“Ia o Sr. Lourenço fugindo de madrugada com a mulher (gravida) e seus filhos, quando foi atacado por um bando de índios que o mataram, degolando-o, mataram em seguida a mulher abrindo-lhe o ventre de onde tiraram o fêto e o massacram, reduzindo-o ‘a picadinho’, conforme declarou o inquérito do capitão Nolasco. Isso depois de haverem cortado a facção um filho daquela victima, que veio a falecer em Guarapuava” (Correio dos Campos de Ponta Grossa de 22/06/1923. In: Franco, 1925, p.134).

Tudo indica que esta última perseguição que estamos apontando realizada pelos Kaingang também tenha ocorrido por motivos de vingança. Ilustra a questão o fato de que a referida reportagem menciona que uma família da Serra da Pitanga assistiu, há algum tempo passado, uma parcialidade de

Kaingang que havia sido torturada e morta por um grupo de paraguaios que passou pela região.

Após esses conflitos entre as etnias Kaingang e branca nos territórios da Serra da Pitanga, parece-nos que, por algum tempo, ocorreu uma certa calma na região da Bacia do Ivaí. Atesta a situação um relatório do SPI sobre o Posto de Índios do Ivaí, administrado pelo encarregado Mario Bittencourt, referente ao final da década de 1920, pois informa que “os índios desta região que compreende os toldos do ‘Faxinal’ á margem direita do rio Ivahy; Marrequinhas, Rocinha, Borboleta, Campina e Barra Preta, situados á margem esquerda do mesmo rio, duma maneira geral tiveram bom comportamento durante o anno de 1928” (Relatório de 1928, p.1, MI).

É possível ainda observarmos no Relatório de 1928 (p.6-8, MI) que a agência indigenista procura ressaltar uma certa integração dos Kaingang às pretensões econômicas da Sociedade Nacional. Ou seja, é informado que as roças e lavouras dos toldos Kaingang de ambas as margens do rio Ivaí, desde 1927, haviam atingido uma significativa produção de gêneros, destacando-se o arroz, milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, batata doce e árvores frutíferas. Todavia, em nosso entender, de maneira alguma a produção desses bens significava que os Kaingang mencionados estivessem aderindo ao sistema capitalista.

Sobre isso Pierre Clastres, em seu clássico trabalho “A Sociedade contra o Estado”, o qual já referimos em outro momento desta tese, chama a atenção para uma outra lógica envolvendo processos de produção nas Sociedades Nativas, enfatizando o seguinte:

“Para o homem das sociedades primitivas, a atividade de produção é exatamente medida, delimitada pelas necessidades que têm de ser satisfeitas, estando implícito que se trata essencialmente das necessidades energéticas: a produção é projetada sobre a reconstituição do estoque de energia gasto. Em outros termos, é a vida como natureza que - com exceção dos bens consumidos socialmente por ocasião das festas - fundamenta e determina a quantidade de tempo dedicado a reproduzi-la. Isso equivale a dizer que, uma vez assegurada a satisfação global das necessidades energéticas, nada poderia estimular a sociedade primitiva a desejar produzir mais, isto é, alienar o seu tempo num trabalho sem finalidade, enquanto esse tempo é disponível para a ociosidade, o jogo, a guerra ou a festa” (Clastres, 1978, p.138).

Pelo que se percebe, as relações com o SPI do *Pã'í mbâng Antonio dos Santos* e a parcialidade a qual representava não estavam tão sólidas, conforme apregoavam os discursos dos integrantes da agência indigenista. O que na realidade estes nativos estavam fazendo era agir de acordo com a lógica Kaingang das alianças.

Ilustra a questão, em início de 1928, a vinda para o Posto do Faxinal de um Kaingang conhecido pelo nome de *Pedro Mineram*, que vivia no Toldo de Queimadas, localizado na Bacia do Tibagi (veja Mapa 9), possivelmente para visitar seus pais e demais parentes, pois o nativo *Florencio*, habitante do Faxinal, era seu cunhado. *Pedro Mineram*, por sua vez, mantinha aliança com o comerciante de madeira da região, Reynaldo Diniz Pereira, e por ocasião da visita passou a incentivar “**Florencio** a vender umas madeiras destinadas á casa do mesmo índio, e aos demais índios a se embriagarem á vontade com a cachaça, arrendarem terras a extranhos e, principalmente, a ausentarem-se das terras do Faxinal e seguirem com elle para Cascudo [região no Toldo Queimadas]” (Relatório de 1928, p.1, MI, grifo nosso). Frente a isto, a inspetoria do SPI, valendo-se de sua autoridade na área, intimou *Pedro Mineram* para que deixasse o local e retornasse para o território do rio Tibagi onde morava possivelmente em decorrência das regras da uxorilocalidade.

Outro episódio que também demonstra esta situação será a aliança que os Kaingang dos toldos de Barra Preta, Campina do Corumbathay e Rocinha, em decorrência da intermediação do ex-encarregado do Posto do Faxinal, Laurindo Ribeiro Borges, passaram a estabelecer com José Fortes de Sá. Neste sentido, temos o relato de que o colono alemão Antonio Keister, estabelecido no território da Barra Preta, a mando de Fortes de Sá “procurou, por todos os meios, insinuar aos indios daquele toldo que deveriam aconselhar os seus companheiros do Faxinal a abandonar as suas terras. Este individuo já ha tempo vinha agradando aqueles indios com presentes em que não faltava a aguardente (...)” (Relatório de 1928, p.12, MI).

Segundo ainda este Relatório do SPI de 1928 (p.4, 13, 17, MI), fica claro que os interesses de José Fortes de Sá eram de apossar-se dos territórios Kaingang. Todavia, como os nativos estavam sendo atingidos por um surto de gripe quando a aproximação foi proposta, e, por intermédio desta aliança obteriam remédios, objetos e demais presentes, a tomaram inicialmente como satisfatória para com os seus interesses. Por outro lado, recebendo informações do ocorrido, Mario Bittencourt, encarregado do órgão indigenista, repreende principalmente Laurindo Borges sobre a campanha que estava fazendo entre os Kaingang. Pelo que tudo indica, os nativos que viviam nos toldos da margem esquerda do rio Ivaí, após este acontecimento, mudaram o seu relacionamento com o SPI, conforme observamos:

“Não quer isso, entretanto, dizer que essa maléfica campanha não tivesse produzido algum efeito no animo simples e desprevenido desses índios, pois uma ascentuada reluctancia em seguir as determinações desta Inspectoria e resistência aos conselhos e instruções da mesma, manifestados por alguns toldos, notadamente o de Corumbatahy, principal fóco de fanatismo (...)” (Relatório de 1928, p.3, MI).

Tratando-se dos Kaingang da margem direita do rio Ivaí, precisamente no Posto do Faxinal, parece-nos que a aliança estabelecida com os integrantes da agência indigenista permaneceu inabalada. Supomos tal situação porque os nativos continuaram a obter benfeitorias do órgão, como, por exemplo, o reparo e levantamento de cercas novas para os toldos e a construção de casas as quais mediam as seguintes dimensões: uma de 6 x 5 m, três de 6 x 4 m, uma de 6 x 3 m e uma última de 5 x 3 m.

Frente a isto, José Fortes de Sá, interessado nos territórios Kaingang da margem direita do Ivaí, armando-se e reunindo seus capangas, invadiu o local, o que acarretou um ferimento de espada na vista direita do nativo *Galdino* e uma agressão física contra o Kaingang *Florencio*. Somado a este acontecimento, temos ainda, a mando do juiz distrital de Três Bicos, Pedro Messias, o qual mantinha relações amigáveis com José Fortes de Sá, e que também se interessava pelo território do Faxinal, a presença de um intruso que, desde fevereiro de 1928, passou a “abrir uma estrada no terreno dos índios, sem o consentimento destes nem do encarregado do Posto” (Relatório de 1928, p.13, MI).

Novamente o encarregado Mario Bittencourt, através do SPI, faz denúncia contra esta invasão, mas somente temporariamente os planos de José Fortes de Sá são frustrados. Isso porque para a apuração das denúncias, foi encaminhado ao local o subdelegado da povoação de Candido de Abreu, o qual representava os interesses regionais que também eram contrários aos Kaingang. Em vista disto, em abril de 1928, o pessoal de Reynaldo Diniz Pereira, interessado nas terras Kaingang, encontrava-se novamente abrindo a estrada que havia sido interrompida. Relativo a estas invasões, por pressão do SPI, é instaurado um inquérito em que inclusive uma liderança Kaingang do Posto do Faxinal será chamada a depor, conforme temos:

“Nesse inquérito o **Capitão índio Kaingang Domingos de Abreu Catô**, de Faxinal, fez um depoimento minucioso e altivo, narrando todos os actos contidos (...) com as suas manobras tendentes a amedrontar índios e subornar elementos sympathicos á causa dos mesmos, como succedeu com Snr. Thomaz Baptista, uma das testemunhas favoráveis aos índios na justificação procedida pelo Snr. Procurador da Republica, na villa de Reserva, e que foi procurado pelo ex-empregado desta Inspectoria, de nome Laurindo Borges, actualmente residente em terreno confinante com o toldo de índios de Corumbatahy, a soldo dos pretendentes ao terreno dos índios do Faxinal, directamente assessorado pelo dito Fortes que instruiu o mencionado Laurindo, agora seu assalariado, para convidar a dita testemunha Snr. Thomaz Baptista a negar e desdizer o seu depoimento favoravel á causa dos índios, aliás, rigorosa expressão da verdade; tendo este digno cidadão, Snr. Thomaz, altivamente se recusado á tal tentativa de suborno, não se intimidando ás subsequêntes ameaças por parte de tal gente” (Relatório de 1928, p.19-20, MI, grifo nosso).

Em decorrência dos interesses divergentes entre o SPI e os regionais sucedeu-se, em setembro de 1928, o assassinato a tiro de Mario Bittencourt, encarregado do Posto do Faxinal, por José Fortes de Sá e seus capangas. Este acontecimento pelo que se pode observar causou uma grande resignação entre os nativos, os quais inclusive reavaliaram a aliança em curso porque o relatório da Inspeção de SPI de 1928 destaca que foi informado aos Kaingang que nada deveriam temer e que as autoridades superiores do órgão indigenista logo remontariam o serviço.

Entretanto, parece-nos que as coisas não ficaram muito fáceis, segundo ilustra a cautela que passou a ser exigida do pessoal do SPI para que esta parcialidade Kaingang permanecesse com a aliança. A respeito disso, a seqüência do relatório que trata da questão é bastante elucidativa:

“Sempre em comunicação com os **capitães dos principaes toldos da região** remontei os nossos serviços durante aquellos dias um tanto estremecidos, como era natural, pois o Posto do Faxinal é a chave de todo o serviço nas extensas terras dos índios, em ambas as margens do rio Ivahy e todos esses serviços se acham directamente subordinados á administração do Posto do Faxinal. Era meu intuito, caso necessario, deixar por algum tempo na região o auxiliar da Inspeção Snr. Orlando Ferreira Barbosa, mas verifiquei que seria melhor já deixar ali o definitivo encarregado do Posto, homem capaz de desempenhar o serviço na região. Para isso apesar de se terem apresentado varios candidatos ao cargo, escolhi o Snr. Joaquim Correia dos Santos, cidadão de elevada estrutura moral, respeitadíssimo em toda a região dotado de necessária habilidade para tratar a gente rude do sertão, muito amigo de todos os índios e incapaz do menor deslize no desempenho do seu cargo. Este cidadão não era candidato a esse cargo, não tendo pequeno o trabalho que tive para decilil-o a aceitar a sua indicação” (Relatório de 1928, p.34-35, MI, grifo nosso).

Por parte dos Kaingang, entretanto, esta sucessão de eventos, em nosso ponto de vista, foi orquestrada obedecendo a sua lógica, mas isso de forma alguma significa que todos tenham agido da mesma maneira em relação aos brancos. Ou seja, a parcialidade que vivia no território da margem esquerda do rio Ivaí, possivelmente tendo maiores dificuldades para obter o que necessitava, em decorrência da distância da sede do SPI a qual se encontrava estabelecida no Posto do Faxinal, resolveu ampliar suas alianças com José Fortes de Sá. Todavia, quem intermediou esta aproximação foi o encarregado do SPI, Laurindo Ribeiro de Borges, indivíduo com quem os Kaingang continuavam a manter boas relações.

Porém, a outra parcialidade Kaingang a qual vivia na margem direita do rio Ivaí e próxima ao Posto do Faxinal continuou sua aliança com a agência

indigenista, provavelmente porque estava tendo seus interesses atendidos quer fossem utensílios, roupas, habitações, ferramentas, sementes, quer o auxílio contra as enfermidades de gripe e sarampo, que tanto o antigo encarregado Mario Bittencourt como Joaquim Correa dos Santos lhes prestavam. Como vemos, então, o sentido que os Kaingang davam às relações estabelecidas com os brancos era o das suas próprias pautas culturais, conforme é possível depreender da narrativa a seguir:

“(…) quando sentem os ardores da febre eruptiva, inevitavelmente vão se atirar á água (…) tratando-se de índios doentes hospitalizados e sob vigilância, num momento de inadvertência ou mesmo á noite se escapulirem os doentes e iremse jogar ao riacho mais próximo. E os que assim não procedem, em sua grande maioria, não observam dieta nem resguardo nenhum e logo passado o periodo agudo da molestia, já recusam qualquer tratamento e não há conselhos nem recomendações que os mova de se exporem ás interperies, á chuva, sereno e humidade de toda a sorte, de que resultam recahidas graves e complicações taes como pneumonias e outros, freqüentemente mortaes” (Relatório de 1928, p.7-8, MI).

Provavelmente devido à situação que ainda se encontrava instável na Bacia do Ivaí, o Serviço de Proteção ao Índio passou a cogitar a instalação de mais um posto para esta agência. Desta vez, no entanto, o local escolhido foi a margem esquerda do rio Ivaí, mas o novo posto somente acabou sendo oficialmente fundado entre 1941 e 1943, com o nome de Posto Indígena do Ivaí e tendo como encarregado o Senhor Otavio Ferreira (Baldus, 1947, p.150 e Relatório de 1º/04/1964, p.2, MI).

Quanto ao etnólogo Herbert Baldus que, durante os meses de maio e junho de 1946, esteve no Posto do Ivaí em decorrência de atividades de estudos que estava realizando pela Universidade de São Paulo, chamou a atenção de que os Kaingang desta região não haviam conseguido impedir o avanço da Frente Pioneira. Isto, todavia, não significava, em nosso entender, que os nativos se considerassem derrotados ou que estivessem deixando de lidar com este contato a partir de seus próprios termos e fazendo alianças com os brancos somente quando era do seu interesse, como segue:

“Mas a resistência dos antigos donos dessas selvas não impediu o avanço continuo dos colonizadores e hoje há, numa distância de menos de duas léguas da sede do Posto do Ivaí, uma povoação chamada Campina Bonita e, em menor distância, a venda de um polonês. Isso, naturalmente, não contribue para diminuir a profunda aversão dos índios que, ainda em 1944, ameaçavam armados o encarregado do Posto, exigindo a entrega das ferramentas existentes na sede” (Baldus e Ginsberg, 1947, p.76).

É possível observarmos também que, apesar dos conflitos com os nacionais e da presença da agência indigenista na Bacia do Ivaí, segundo Herbert Baldus e Aniele Ginsberg (1947, p.76), os Kaingang do Posto do Ivaí, em 1944, atingiam o número de trezentos e vinte e seis indivíduos. Quanto aos nativos do Posto do Faxinal, estes totalizavam, em 1946, aproximadamente cem Kaingang (Recenseamento de 05/05/1946, MI).

Ressaltamos ainda que, apesar da insistência do SPI para torná-los produtores aos moldes da Sociedade Nacional, os Kaingang, mesmo após a década de 1930, e embora com reavaliações, continuaram mantendo uma fronteira cultural com a Sociedade Nacional. Abordando os possíveis sentidos que as diferentes sociedades podem atribuir aos elementos culturais com os quais entram em contato, Marc Augé, no estudo “El sentido de los otros”, chama a atenção para o seguinte:

“(…) la cultura en cuanto conjunto de ‘rasgos’, tanto técnicos como institucionales (el arco y las flechas, la horticultura, el matriarcado) – la cultura en cuanto suma, coextensiva al conjunto de lo social – y la cultura en cuanto reagrupamiento de los valores singulares, irreducibles a los determinismos económicos y sociales de una sociedad – la cultura en cuanto suplemento de lo social. En ambos casos, desde el punto de vista que nos interesa aquí, la cultura define una singularidad colectiva. Colectiva porque corresponde a lo que un cierto número de hombres comparte; singular, en lo que distingue a unos hombres de otros” (Augé, 1996, p.59).

Em vista disto, tratando-se dos Kaingang do Posto do Ivaí, é possível constatarmos que, mesmo atualizando-se para lidar com as novas situações com as quais se depararam, mantiveram: na alimentação, o respeito aos seus tabus sociais, conforme é constatado pelo etnólogo Baldus em sua conversa com o nativo *Salvador Veiniá* e o *Pã’í mbâng Domingos de Abreu Kaitô*; na economia, a produção de seus gêneros alimentícios e a criação de porcos não estavam pautadas pelos interesses capitalistas; e, nas habitações, muitas vezes, evitavam as casas de madeira construídas pelo SPI para viverem em seus ranchos espalhados pela mata.

Por fim, tratando-se dos Kaingang que ocupavam os territórios da margem direita da Bacia do Iguaçu, podemos apontar os que viviam precisamente na Serra do Chagú. Nesta região do rio Iguaçu, a Frente Pioneira, ao longo das décadas de 1920 e 1930, já havia avançado o que resultou no povoado de Laranjeiras do Sul e na instalação de várias famílias de poloneses para colonização.

Quanto aos Kaingang e as suas lideranças, no entanto, Wanda Hanke, que visitou o local no ano de 1940 para estudar o dialeto falado, informa que ainda mantinham o seu território, o qual se encontrava delimitado pelos rios Guarani e Pereira, resguardado de maior interferência dos brancos. Em

decorrência desta visita, a referida autora ressalta que existia um grupo liderado pelo *Pã'í mbâng Pereira*, possuidor de muitos filhos, netos e demais parentes, assim como “**Enkwaiksha**, una india de unos 150 anos, que ya cinco veces vió la flor del Tacuarussú, floreciendo dicha espécie de bambu cada 35 anõs” (Hanke, 1947, p.99, grifo nosso). A outra parcialidade Kaingang que Hanke (1947, p.100) também menciona era liderada pelo *Chefe Pedrinho*, na qual se encontrava a sua esposa e mais oito dos seus filhos, sendo que três eram albinos.

Informa ainda que estes nativos criavam animais domésticos, praticavam uma agricultura de subsistência, fabricavam tecidos de folha de urtiga brava, além de cestos e chapéus de palha que, algumas vezes, eram comercializados com os brancos. Sobre as atividades guerreiras, as quais também aprenderam com os seus antepassados, temos:

“De sus padres conservó una piedra, que antiguamente sirvió como arma en las luchas con otros indios y con los blancos, arma horrible sin duda, porque midió por 20 cms de largo, era bastante gruesa y pesada. Echada con toda fuerza contra el enemigo le hizo estrellar el craneo. – Ahora bien, la vieja la usaba como mano del mortero para pisar su maíz. Fuera de esta pieza guardó otra antigua: una cinta muy bien trenzada para llevar a las criaturas” (Hanke, 1947, p.100).

Como se percebe, embora os contatos entre os Kaingang e a Sociedade Nacional fossem freqüentes na margem direita do rio Iguaçu, a fronteira geográfica e cultural entre os dois grupos étnicos mantinha-se presente. Relativo à fronteira geográfica pelo motivo de que os Kaingang continuavam a utilizar-se dos rios para demarcação do seu território e, relacionado à fronteira cultural, porque tanto na língua nativa que permanecia sendo falada, como na produção e utilização dos meios para a sobrevivência do grupo continuava obedecendo a sua própria lógica.

## 8.1 Lideranças Kaingang atuantes

Relativo aos *Pã'í mbâng* e *Pã'í* atuantes na Bacia hidrográfica do Tibagi, destacamos *Isaltino Cândido*; *Indalécio*, *Antônio Pedro Juvêncio* e *Ká-krô*; *Dom Paulino*; *Thimoteo Mariano Ribas* e *Rufino Domingos*; *Luiz Pereira* e *Thimotheo Velho*; *Gaudencio* e *Ignacinho Velho*.

**Isaltino Cândido**: também possuía, segundo Kimiye Tommasino (1995, p.134), o nome de *Mike-Kán*, mas atendia ainda pela designação de capitão. Esta liderança era um *Pã'í mbâng* que vivia com o seu grupo nos territórios da margem direita da Bacia do Tibagi, e após contrair alianças com o pessoal do SPI, estabeleceu-se no Posto de São Jerônimo (veja Mapa 9). Acreditamos inclusive que foi em decorrência disto que no final da década de

1920 auxiliou na aproximação dos integrantes da agência indigenista com os Kaingang que viviam no território entre os rios Laranjinha e Cinzas. Nos primeiros anos da década de 1930 foi assassinado por um branco, inspetor de quartelão, do povoado de Lageado (atualmente cidade de Abatiá), localizado no “norte paranaense” próximo ao Posto de Laranjinha que estava sendo fundado.

Tudo indica que esta liderança, em um primeiro momento, tenha tomado a aliança com o SPI, que desde 1911 se encontrava na região, como satisfatória para com os interesses da parcialidade Kaingang à qual pertencia. Todavia, com os eventos que se sucederam envolvendo o encarregado do Posto, o *Chefe Superior Isaltino Cândido* mudou de idéia sobre a aliança estabelecida.

No que se refere à concepção de evento e também sobre a de ato, Fredrik Barth, ao analisar a estrutura da ação social no trabalho “Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades”, publicado originalmente em 1992, esclarece o seguinte:

“O primeiro refere-se ao aspecto externo do comportamento, aos dados objetivos e mensuráveis do positivismo. O segundo, ao significado intencional e interpretado do comportamento, o seu significado para pessoas conscientes, com conjuntos específicos de crenças e de experiências. Um evento é um ato em virtude de ser intencional e interpretável. (...) Em geral, os atos são ao mesmo tempo instrumentais, nesse sentido mais restrito, e expressivos, ou seja, mostram a orientação, a condição e a posição do ator. Rastreado as ligações dos atos em direção às suas raízes, encontramos planos e estratégias, afirmações identitárias, valores e conhecimentos. O produto imediato dessa intenção é um evento, porém um evento que tem para o ator essa propriedade de ato. Seguindo na outra direção, o evento decorrente pode ser retransformado em ato pela interpretação, ou seja, através de um diagnóstico da intenção do ator feito por aquele que observa o evento, e também um julgamento de sua eficácia e efeito. Assim, o evento é percebido como algo que traz informações a respeito do outro e como uma fonte de conseqüências” (Barth, 2000, p.173).

Ilustrando o fato de como o evento foi interpretado por cada uma das culturas envolvidas, temos o desentendimento entre o *Pã'í mbâng Isaltino Cândido* e o encarregado do Posto de São Jerônimo, Alvaro de Bastos, por causa de um cargueiro de milho, conforme segue a narrativa:

“Ha dias, o indio **Isaltino**, estando transportando uns cargueiros de milho que tinha vendido a um negociante de S. Jeronymo, foi embargado pelo encarregado do Posto de Protecção, sob pretexto de que os índios deviam vender de preferênciã ao Serviço, pois que este os auxiliava com roupa, remédio, viveres, etc.

O índio, si bem que não tivesse recebido o auxílio allegado, achando justas as ponderações do chefe, fez voltar os cargueiros, que estavam sendo tirados por um seu sobrinho de nome Evaristo. Chegando ao deposito onde devia descarregar o milho, quis **Isaltino** liquidar o negocio e portanto pediu o pagamento.

Respondeu-lhe o chefe que iria buscar o vale correspondente á importância dos cargueiros, avaliados na base de cinco mil réis por unidade. **Isaltino** discordou deste preço, pois que na villa venderia o seu milho á razão de 6\$500 e 7\$000 o cargueiro. Por isso deu ordem ao seu sobrinho para voltar com o milho e entregal-o ao negociante com quem tinha antes tratado a venda” (Diário dos Campos de 26/06/1923. In: Franco, 1925, p.138-139, grifo nosso).

Frente a isto, Álvaro de Barros, acompanhado do capanga Fiú, exigiu que o milho fosse negociado com a agência indigenista, mas como os Kaingang não aceitaram, puxou do revólver e ameaçou os nativos. Sem deixar-se intimidar o *Pã’í mbâng Isaltino Cândido* imediatamente reagiu dizendo que se acontecesse algo com o seu sobrinho ele se vingaria. Sendo assim a questão somente foi amenizada porque os envolvidos resolveram registrar a ocorrência do fato na delegacia de polícia.

Como vemos, então, este evento foi interpretado de forma diferenciada pelas duas culturas em contato. Enquanto que os agentes do SPI acreditavam que devido ao fato de o grupo de *Isaltino Cândido* se encontrar estabelecido no Posto de São Jerônimo recebendo roupas, remédios, alimentos, entre outros, deveria se manter ligado incondicionalmente à agência, mas para os Kaingang o entendimento era outro. Ou seja, em decorrência da aliança estabelecida com os indigenistas do referido órgão, o qual se encontrava em seu território, caberia a eles proporcionar-lhes os bens que precisassem, conforme demonstra a declaração de Alvaro de Barros na delegacia ao relatar que “(...) assim procedeu, porque os índios costumam vender o milho, e quando este lhe falta vão (...) pedir o pertencente à inspeccoria” (Ofício de 12/04/1923. In: Franco, 1925, p.80).

**Indalécio, Antônio Pedro Juvêncio e Ká-Krô:** a primeira destas lideranças era um dos chefes subordinado de um dos grupos do *Pã’í mbâng Isaltino Cândido*. O *Pã’í Indalécio* vivia no Posto de São Jerônimo (veja Mapa 9), e também era conhecido pelo nome de *Ni-Xán*, mas ainda atendia pela designação de tenente (Tommasino, 1995, p.134).

Quanto a *Antonio Pedro Juvencio*, este também vivia no Posto de São Jerônimo e supomos que deveria ser um dos chefes subordinados de uma outra parcialidade do grupo de *Isaltino Cândido*. Somos levados a acreditar nesta possibilidade porque participou com o *Pã’í mbâng Isaltino* na expedição de 1930/31 que percorreu os territórios do rio Laranjinha e adjacências. A antropóloga Kimiye Tommasino (1995, p.128,178-179), a qual teve a oportunidade de entrevistá-lo, na ocasião em que realizou o trabalho de campo

para sua tese, ressalta inclusive que, em 07 de janeiro de 1956, o encarregado do Posto de Apucarana nomeou este Kaingang para exercer a função de capitão no Posto Indígena Barão de Antonina. Em nosso entender, este cargo lhe foi oferecido em decorrência das funções de liderança que já vinha desempenhando desde a década de 1920 e as alianças em curso com estes nativos.

Relativo a *Ká-Kró*, as informações que temos indicam que se tratava de um *Pã'í mbâng* que comandava uma das parcialidades que vivia nos territórios do rio Laranjinha. Por volta dos primeiros anos da década de 1930, aceitou a aliança proposta pelos integrantes do SPI e estabeleceu-se no Posto de Laranjinha acompanhado de *Yá-irí*; *Karé*, irmãos de *Yá-irí*; *Ká-xêg*, o mais jovem dos homens; *Krenô*, o mais velho dos homens; *Rái-fi*, a mais velha das mulheres; *Mang-ri*; *Gó-bâng*; *Mang-rô*; *Bí*; *Yá-ríg* e *Vaicó* que era uma menina (Tommasino, 1995, p.129-130).

**Dom Paulino:** acreditamos que se tratava de um prestigiado *Pã'í mbâng* o qual vivia com dona *Rosa*, sua esposa, filhos e netos no Toldo Moreiras, localizado no território da margem esquerda do rio Tibagi (verifique Mapa 9). Esta liderança contribuiu significativamente para formação de uma idéia da gramática Kaingang, segundo o depoimento de Wanda Hanke que percorreu a Serra de Apucarana estudando o idioma destes nativos. Sobre as características do *Pã'í mbâng Paulino*, a referida pesquisadora que conviveu um bom tempo com ele e sua família, por volta de 1940, quando realizava seu trabalho, descreve o seguinte:

“La fama dice de **Paulino** que sea el indio más inteligente de toda la sierra y en este caso la fama no miente. **Paulino** vive en Moreiras con su esposa Rosa y algunos hijos y nietos. Otros indios vienen con frecuencia a su casa, quedan horas o días y salen, dando lugar a nuevos huéspedes. Siempre hay movimiento (Hanke, 1950, p.72, grifo nosso).

Em nosso ponto de vista, esta parcialidade que *Dom Paulino* liderava mantinha alianças com os nativos comandados pelo *Chefe Superior Isaltino Cândido*. Isso porque Wanda Hanke (1950, p.72), informa que o *Pã'í mbâng Paulino* também participou da expedição realizada em 1930/1931 para contatar com os Kaingang dos territórios do rio Laranjinha.

**Thimoteo Mariano Ribas e Rufino Domingos:** tudo nos leva a pensar que são lideranças que habitavam com seus grupos o Toldo Saltinho, localizado em territórios da margem esquerda do rio Tibagi (veja Mapa 9). A primeira delas, *Thimoteo Mariano Ribas*, era um *Pã'í mbâng*, também chamado de capitão e que liderava uma parcialidade composta de quarenta Kaingang os

quais se encontravam molestados por lavradores e sertanejos que desejavam apossar-se do território nativo.

Quanto a *Rufino Domingos* este tinha quarenta anos e estava casado com a Kaingang *Magdalena*, filha do *Pã'í mbâng Thimoteo Ribas* (Auto de 13/03/1931, MI). Em decorrência das regras da uxorilocalidade, ele passou a morar com o sogro e acreditamos que tenha sido incumbido de exercer a função de chefe subordinado de *Thimoteo Ribas*. A razão que nos leva a esta dedução é que *Rufino Domingos* aparece na documentação manuseada com a designação de capitão e será ele que, representando o grupo e acompanhado da esposa, dirigir-se-á até Ponta Grossa para efetuar uma queixa na Delegacia de Polícia (Correspondência de 13/03/1931, MI).

No que se refere às atitudes adotadas pelas referidas lideranças, parece-nos que projetaram para com os agentes do SPI e autoridades regionais a sua própria lógica. Ou seja, o que esta parcialidade Kaingang pretendia, em decorrência da aliança estabelecida com os brancos, era a ajuda para a expulsão dos invasores do seu território e que os utensílios, roupas, ferramentas e sementes continuassem a ser fornecidos, mesmo com a alegação da agência indigenista de que a área do Toldo Saltinho ficava fora de sua jurisdição.

**Luiz Pereira e Thimoteu Velho:** os dados que encontramos sobre a primeira das lideranças em questão informam que atendia pela designação de capitão. Tinha a idade de cinqüenta e seis anos, era casado e vivia no Posto de Apucarana (veja Mapa 9). Relativo a *Thimoteu Velho* sabemos que se tratava de um ancião com cento e oito anos de idade, casado e que também habitava o Posto de Apucarana (Recenseamento de 1937, MI).

**Gaudencio e Ignacinho Velho:** o que sabemos sobre estas lideranças é que ambas viviam no Toldo Rio Preto, localizado próximo a foz do rio Tibagi, em sua margem esquerda (observe Mapa 9). O *Chefe Gaudêncio* também era chamado de capitão, estava casado e com a idade de trinta e quatro anos. Quanto a *Ignacinho Velho* ainda encontrava-se casado e com noventa e quatro anos de idade (Recenseamento de 1937, MI).

Relativo às lideranças que marcaram presença em territórios da Bacia hidrográfica do Ivaí temos *Paulino Arak-xó*, *Pedro Santos*, *Antonio dos Santos*, *Domingos de Abreu Kaitõ* e *Jacintho José dos Santos*.

**Paulino Arak-Xó (Arakxó, Arakchó ou Dotahy):** tratava-se de um respeitado *Pã'í mbâng* que na década de 1920 deveria já ter passado dos setenta anos. Informações a respeito desta liderança aparecem também no capítulo três, pois sua atuação em territórios da Bacia do Ivaí retrocede até aproximadamente o ano de 1863.

A trajetória do *Pã'í mbâng Paulino Arak-xó* pode ser tomada como um dos tantos exemplos sobre alianças e diplomacias que, quando atendiam aos seus interesses, os Kaingang contraíam com os integrantes da Sociedade Nacional que penetravam em seus territórios. Demonstram esse fato os contatos amistosos que durante aproximadamente sessenta anos a referida liderança manteve com os brancos, mas no momento em que o grupo ao qual representava não mais se sentiu atendido em suas reivindicações, rompeu a aliança e recorreu à guerra para com a Sociedade Nacional.

Neste sentido, então, temos inicialmente os contatos estabelecidos com o diretor Telêmaco Borba, quando, entre 1863 e 1873, *Paulino Arak-xó* esteve em territórios da Bacia do Tibagi. Logo depois, retornando aos territórios do rio Ivaí, negociou, por volta de 1880, com as autoridades de Ponta Grossa e com o Presidente da Província do Paraná.

Estas alianças e/ou colaboracionismo<sup>41</sup> com os brancos, em nosso ponto de vista, foram pautadas pelos próprios parâmetros culturais Kaingang e não significaram que *Paulino Arak-xó* e a parcialidade a qual representava estivessem aderindo às pretensões “civilizatórias” trazidas pela Frente Pioneira. Corroborar para este tipo de interpretação um outro trabalho de Marshall Sahlins intitulado “Como pensam os ‘Nativos’”, no qual é informado o seguinte:

“Enquanto visão banal de como os outros experimentam o mundo, entretanto, essa ‘objetividade’ é duplamente problemática: em primeiro lugar porque constitui a experiência de um modo culturalmente relativo, que não é o único modo possível; em segundo lugar, porque ela, não obstante, se considera uma descrição universal de coisas-em si. (...) Pois as coisas não são apenas percebidas mas são assim **conhecidas**, o que também equivale a dizer que são classificadas. Daí, as pessoas que percebem os mesmos objetos não estão necessariamente percebendo os mesmos **tipos** de coisas – como acontece, (...) nas discriminações de ‘espécies naturais’. Inversamente, as pessoas podem concordar

---

<sup>41</sup> Utilizamos a expressão “colaboracionismo” para a liderança *Paulino Arak-xó* assim como para outras, a qual foi cunhada por Benedito Prezida (1994), a fim de evitarmos o termo bugreiro que é comumente utilizado para aqueles nativos que ajudaram os brancos e presidentes de províncias, principalmente, no século XIX. Todavia, esclarecemos o fato de que este “colaboracionismo” tem toda uma lógica interna e de maneira alguma significou que as lideranças Kaingang que assim procederam estivessem traíndo seu grupo étnico e passando para o lado dos brancos. Em nossa dissertação, ao tratarmos de questão semelhante no século XIX, em territórios Kaingang da margem esquerda da Bacia hidrográfica do rio Uruguai, constatamos que “esses ataques não se davam aleatoriamente e eram muito mais para os Kaingang utilizarem-se do que os brancos tinham a oferecer do que para lutarem contra as parcialidades inimigas. Exemplifica a questão o fato de que jamais a tribo de Fongue, que perseguia o grupo de Nicafim, tenha feito guerra contra Doble, com quem tinham alianças. O mesmo acontecia com Nicafim e seus guerreiros, que constantemente lutavam contra as tribos de Braga e de Yotoahê [Doble], mas nunca foram perseguidos por Condá, com quem faziam alianças” (Laroque, 2000, p.197, grifo do autor).

sobre o que são certas imagens, enquanto as percebem de maneiras inteiramente diferentes – como acontece com os *dautônicos*, em relação ao verde e ao vermelho” (Sahlins, 2001, p.176-177, grifo do autor).

Com o advento da República, em um primeiro momento, contraiu alianças com o General José Candido Muricy e seus expedicionários que, em 1896, percorreram a região do rio Ivaí. Passado isso, em 1901, manteve aproximações com o Presidente do Estado do Paraná as quais acarretaram o reconhecimento governamental dos territórios Kaingang localizados na margem direita do rio Ivaí, precisamente entre os rios do Peixe e Jacaré, área que, em 1913, fora permutada por um território da margem esquerda, localizado entre os rios Barra Preta e Marrequinhas. Todavia, com o decorrer da década de 1910 e começo da década de 1920, a parcialidade Kaingang liderada por *Paulino Arak-xó*, dando-se conta de que várias regiões pertencentes ao tradicional território Kaingang da Bacia do Ivaí estavam sendo invadidas por agricultores e que os governantes e o SPI mesmo que solicitados, não resolviam a situação, puseram fim às relações amistosas com os brancos. Este rompimento acarretou um conflito, em abril de 1923 na Serra da Pitanga, conforme segue:

“A horrível scena de sangue de que foi theatro a florescente povoação da Serra da Pitanga, e que teve como protagonistas, nacionaes, allemaes, polacos e índios Kayngangs (...)  
Os índios do Ubá e Baile, occupavam, na margem direita do Ivahy, uma área de terras, de cerca de 5.000 alqueires a elles reservadas por decreto do Governo do Estado, para seus aldeamentos. Por conveniencia do Serviço de Colonização, com a acquiescencia do Serviço de Protecção aos Indios, e muito a gosto destes foram aquellas terras permutadas por área igual na margem esquerda do citado rio Ivahy, abaixo da barra do rio Marrequinha” (A Republica de Curityba de 23/06/1923. In: Franco, 1925, p.97-98).

Diante de todos esses eventos, é possível constatar que o *Pã'í mbâng Paulino Arak-xó* e os Kaingang que o acompanhavam durante esta longa convivência com a Sociedade Nacional mantiveram contato com muitos elementos até então desconhecidos da Sociedade Nativa. Neste sentido, acreditamos que ao depararem-se com eles e mesmo precisando lidar com as mudanças que os parâmetros da cultura branca lhes exigiam, souberam dar novos significados para estes elementos mas em seus próprios termos. No entanto, quando isto não mais era possível, como foi o caso, por exemplo, do território que estava sendo invadido, recorreram, então, à estratégia da guerra a qual também fazia parte de sua cultura.

**Domingo (s) de Abreu Kaitō ou Catō:** tratava-se de uma importante liderança que, após contrair alianças com os agentes do SPI, segundo o Relatório do ano de 1928 (p.19, MI), estabeleceu-se no Posto do Faxinal (observe o Mapa 9). Entretanto, depois da fundação do Posto do Ivaí, em 1941, deve ter atravessado o rio Ivaí e se estabelecido neste posto porque Herbert Baldus (1947, p.150), que nos meses de maio e junho de 1946 realizou pesquisas com estes Kaingang, menciona que obteve informações de *Domingos Kaitō* sobre alguns dos animais que estes nativos não utilizavam para alimentação. O referido pesquisador ressalta ainda que o “velho **Chefe Domingo de Abreu Kaitō** mandou surrar e matar indivíduos que considerava subordinados. Até há pouco tempo os desobedientes eram metidos no tronco. Nunca ouvi falar tanto em ‘lei’ como entre os Kaingang do Ivaí” (Baldus e Ginsberg, 1947, p.82, grifo nosso).

**Pedro dos Santos e Antonio dos Santos:** as informações obtidas, respectivamente, no Relatório de 31 de novembro de 1923 (p.8, MI) e no Relatório do ano de 1928 (p.2, MI) indicam que se tratava de lideranças estabelecidas no Posto do Faxinal (verifique Mapa 9).

**Jacinto dos Santos, Pedrinho, João Caporon, Luiz Pandefang, Procopio, Felício Velho, Joaquim Paulino, Alfredo, Manoel, Ciriano, Henrique, Gabriel, João Duram, Salvador Amaro, Frederico e Bráilio Felício:** a primeira destas lideranças era um Chefe Superior estabelecido no Toldo Baile (veja Mapa 9) o qual também atendia pela designação de capitão. Relativo às demais, supomos que deveriam ser chefes subordinados espalhados pelos vários toldos que se localizavam em territórios da margem direita do rio Ivaí (Correspondência de 23/08/1913, MI).

Quanto às lideranças que atuavam em territórios da margem direita da Bacia hidrográfica do Iguaçu, precisamente na Serra do Chagú, podemos apontar **Pereira e Pedrinho** (observe Mapa 9). A primeira delas, *Pereira*, era um ancião de barba branca, desempenhava a função de Chefe Superior do grupo e ainda era conhecido como capitão. Relacionado a *Pedrinho*, temos conhecimento de que se tratava de um Chefe Subordinado ao *Pã'í mbâng Pereira* e atendia também com o nome de tenente (Hanke, 1947, p.99-100).

Tendo em vista os mecanismos utilizados pela sociedade nacional tais como a Estrada de Ferro São Paulo – Paraná, Companhia de Terras Norte do Paraná, Postos Indígenas e o Centro Agrícola do Ivaí, percebemos que os Kaingang e seus líderes agiram frente a tudo isso seguindo a seus próprios parâmetros históricos culturais.

## **9 CONTINUIDADE DA HISTÓRIA KAINGANG EM SEUS TRADICIONAIS TERRITÓRIOS DE BACIAS DOS RIOS IGUAÇU, CHAPECÓ E URUGUAI**

Desde o final da primeira metade do século XX, os Kaingang, passam a ocupar determinados espaços dos rios Iguaçu e Chopim; Chopim e Chapecó; Chapecó e Chapecozinho; e Chapecozinho e Uruguai, devido ao avanço da Sociedade Nacional Brasileira. É importante também ressaltar que até 1916, pela legislação em vigor, todo o território em questão encontrava-se sob a jurisdição dos governantes do Paraná.

O avanço da Frente Pioneira sobre o território Kaingang, grosso modo, podemos localizá-la da Bacia hidrográfica do rio Iguaçu até os territórios de Palmas, isto é, localizado em ambas as margens do rio Chopim e do território que se estendia da Bacia hidrográfica do rio Uruguai até a do rio Chapecó.

O primeiro destes espaços, até aproximadamente a década de 1920, caracterizava-se pela existência de algumas grandes fazendas de criação de gado e também pela exploração dos ervais por caboclos e posseiros. Muitos destes ocupantes eram migrantes, principalmente de Passo Fundo e Palmeira das Missões, localizados no Rio Grande do Sul, que tinham se deslocado para a região devido às contendas políticas. Essa ocupação, todavia, não contava com um planejamento muito bem estruturado, conforme lemos:

“Os fazendeiros de Palmas e/ou Clevelândia não providenciaram o planejamento do abastecimento de produtos agrícolas. O feijão e o milho, únicos produtos cultivados pela incipiente agricultura regional, vinham do vale do Iratim, a mais de 60 km de Palmas e dos distritos de Chopim (ex-colônia militar) e Mangueirinha. Nestas circunstâncias, a vida em Palmas vai se tornar muito cara. O feijão e o milho, gêneros de absoluta primeira necessidade, começaram a atingir, no início do século XX, preços excessivamente elevados. O cargueiro de feijão, no início da década de 20, já havia ultrapassado 40\$000 rs. e ameaçava chegar aos 50\$000 rs. Nada se fazia para minorar a situação. Não só a subsistência era cara, como também os materiais de construção inclusive a madeira. Em todo o município de Palmas, não existiam mais do que duas ou três serrarias, as quais não venciam a demanda” (Wachowicz, 1985, p.65-66).

No que se refere à criação de gado, o qual se espalhava em ambas as margens do rio Chopim, esta também não se encontrava nas melhores condições, porque, de acordo com Ruy Wachowicz (1985, p.67), um agrônomo que percorrera a região de Palmas por volta de 1913, analisando a pecuária, dizia que não tinha gado que prestasse “pela lastimável incúria dos criadores”. Segundo esse observador, os fazendeiros, ao invés de se preocuparem com a melhoria da raça, deixavam que a própria natureza se encarregasse disso.

Somado a estas questões, entre 1912 e 1916, eclode também a Guerra do Contestado<sup>42</sup>, resultante da disputa do território pelos governantes de Santa Catarina e Paraná, a qual vinha desde o final do século XIX. Dentre os principais motivos para a eclosão da guerra civil, temos o fato de que a região contestada era uma área onde se desenvolviam a pecuária extensiva e a extração de erva-mate. Caracterizando este espaço, Walter Fernando Piazza, escreve o seguinte:

“De um lado estavam os ‘campos de Palmas’, com suas extensas pastagens em poder de famílias dedicadas ao criatório e que pesavam na balança política da Província do Paraná, e que vão, a nível nacional, impedir, no período imperial, a solução da questão de limites, como Jesuíno Marcondes, representante da sociedade campeira.

De outro lado, estavam ‘os ervais’. É a base da economia de populações espalhadas entre os rios Iguazu e Uruguai, na primeira metade do século XIX, e que, a partir de 1850, vai se tornar produto de exportação, dada a demanda dos países da Bacia do Prata, notadamente, Argentina e Uruguai, em função da retração havida com a erva paraguaia” (Piazza, 1983, p.596).

Nesta guerra, grande parte dos sertanejos envolvidos era de caboclos<sup>43</sup> resultantes da miscigenação ocorrida entre brancos, negros e índios, quer fossem Kaingang, Guarani ou de outros grupos étnicos nativos (Santos, 1970, p.26-27). Em decorrência da luta judicial e da intervenção de Wenceslau Braz, presidente da República, o qual mediou a questão, temos, em 20 de outubro de 1916, segundo Piazza (1983, p.597), a assinatura de um acordo entre o governo de Santa Catarina, Felipe Schmidt, e o governo do Paraná, Afonso Camargo. Através desse acordo ficou estabelecida, respectivamente, uma área territorial de 28.000 km<sup>2</sup> para o Paraná e 20.000 Km<sup>2</sup> para Santa Catarina, tendo como traçado a “linha chamada Wenceslau Braz, **i. é., a divisa entre os dois estados correria pelo divisor** de águas entre as bacias do Iguazu e do Uruguai (Wachowicz, 1985, p.135).

---

<sup>42</sup> Informações relativas à Guerra do Contestado, assim como os problemas sociais advindos, os quais vão se estender ao longo da segunda metade da década de 1910 e na década de 1920, podem ser obtidos em trabalhos como o de Wachowicz (1967, p.146-151), Cabral (1968, p.321-323), Wachowicz (1981, p.119-137) e Piazza (1983, p.585-587, 589-601).

<sup>43</sup> Tratando-se da utilização da categoria “caboclo” para o sudoeste paranaense, parece-nos que existem controvérsias para a designação. Isto porque, diferente de Silvio Coelho dos Santos, Ruy Cristovam Wachowicz (1985, p.106) informa que o “caboclo no sudoeste paranaense não precisava ser necessariamente descendente de índio. Para o indivíduo ser classificado como caboclo, precisava ter sido apenas criado no sertão, ter hábitos e comportamento de sertanejo. (...) Porém, o caboclo não podia ter pele clara, a ele se atribuía uma cor mais ou menos escura”.

Todavia, mesmo selado o referido acordo, inúmeros paranaenses que se encontravam na região ficaram descontentes e não quiseram se submeter à jurisdição catarinense. O Governo do Paraná, visando amenizar esta situação e concentrar no sudoeste a população descontente que vivia na área contestada, criou, através do decreto nº 382, de 07 de maio de 1918, a Colônia Bom Retiro, a qual contava com lotes de terras entre os rios Pato Branco e Vitorina (Wachowicz, 1985, p.73-74).

No que se refere ao contingente populacional do sudoeste paranaense, no decorrer das duas primeiras décadas do século XX, observamos que teve um aumento significativo, pois dos três mil habitantes que se encontravam na região, em 1900, quando chegou o ano de 1920 já totalizavam aproximadamente seis mil pessoas. Dentre as razões para isso, Ruy Wachowicz, no livro “Paraná, sudoeste: ocupação e colonização”, elenca as seguintes:

- “a - peões e agregados das fazendas de Palmas e Clevândia que à procura de espaço para sobreviver, embrenharam-se para oeste;
- b - peões, agregados e agricultores da região de Guarapuava e Campos Gerais paranaense, à procura de terras para subsistência;
- c - foragidos da justiça do Paraná, Sta. Catarina, Rio Grande do Sul e Corrientes, que transformaram o sudoeste em verdadeiro couro fugitivo da Lei;
- d - posseiros refugiados da região do contestado, expulsos das terras da **Brazil Railway Co.**;
- e - argentinos e paraguaios que penetravam na região à procura de erva mate;
- f - crescimento vegetativo da região” (Wachowicz, 1985, p.69, grifo do autor).

Um outro aspecto que também precisamos ressaltar é que os caboclos desempenharam um papel fundamental atuando como “componente dessa frente da frente pioneira”. Quando chegavam ao território, esses indivíduos não tinham por hábito comprar a terra, mas sim a tomavam como posse ou então negociavam a área com os nativos. Exemplifica a questão um acontecimento em Ampère onde “um antigo caboclo recebeu uma posse **dos índios** que outrora ali estiveram estabelecidos, de graça, mas para agradá-los, passou a dar-lhes freqüentemente sal e munição para a caça” (Wachowicz, 1985, p.83-84, grifo nosso).

Por conseguinte, entre 1918 e 1920, a colonização oficial no território em questão sofreu um grande revés, porque o estado, atendendo às suas obrigações contratuais com a Brazil Railway Co. , que havia construído ramais ferroviários em Guarapuava, precisou ceder suas glebas do sudoeste paranaense, assim como em outras localidades do estado do Paraná. Mesmo assim até o final da década de 1930 ainda predominava na região a extração

da erva-mate, a qual contribuiu para o avanço lento mas intermitente da Frente Pioneira que consigo trouxe grupos de imigrantes, os quais gradativamente passam a dedicar-se à agricultura e à criação de porcos.

Temos também, ao longo da década de 1920, localidades como Palmas e Clevelândia utilizando-se “da ferrovia São Paulo – Rio Grande, que passava por União Vitória e ligava a região do médio Vale do Iguaçu com São Paulo” (Wachowicz, 1985, p.88). Referente à colonização que inicialmente foi reduzida, vai se efetivando ao longo das décadas de 1930 e 1940. Neste período, territórios localizados principalmente na jurisdição de Pato Branco passam a ser vendidos para colonos de ascendência alemã e italiana, muitos dos quais provenientes do Rio Grande do Sul e/ou do leste catarinense.

Quanto aos Kaingang que viviam no território localizado entre as Bacias hidrográficas dos rios Iguaçu e Chapecó, frente a esses avanços da Sociedade Nacional sobre seu espaço, passam a concentrar-se em dois locais denominados de Toldo das Lontras e Toldo Palmeirinha ou Campina (veja Mapa 10). Sobre estas áreas Loureiro Fernandes, etnólogo e diretor do Museu Paranaense que, em meados da década de 1930, visitou a região, faz a seguinte descrição:

“A primeira, vizinha da pequena cidade de Palmas, abrange setecentos e quatro hectares de terra nos quais se encontram as cabeceiras e parte do percurso do Rio das Lontras. A outra reserva dos índios, conhecida por ‘Palmeirinha’ e ‘Campina’, com quinze mil oitocentos e quarenta hectares, está situada na parte noroeste do Município, a meio caminho do Covo e Chopim, abrangendo uma faixa de terra que se estende das cabeceiras do Lageado Grande até a sua foz no Iguaçu. A parte norte desta faixa, junto a margem esquerda do Iguaçu, abrange a região conhecida por ‘Palmeirinha’ e a parte sul compreende a ‘Campina’ denominada ainda ‘Campina dos Índios’ e ‘Campina do Cretan’” (Fernandes, 1941, p.167-168).

O Toldo das Lontras (Fāgrān) e em seus arredores, segundo Herbert Baldus (1937, p.30), que entre maio e junho de 1933 visitou o local, contavam com uma população de aproximadamente cem Kaingang liderados por *Pedro Mendes Kōikāng*. Sobre esse grupo nativo, Loureiro Fernandes informa que estavam “em franca transição para a cultura sertaneja e falavam razoavelmente a língua nossa” (Diário da Tarde de Curitiba de 22/02/1939, MI). Discordando desse autor, entendemos justamente o contrário, isto é, estes Kaingang na relação com a sociedade envolvente continuavam projetando as suas próprias pautas culturais para os eventos que se sucediam.

Ressaltamos inicialmente para sustentar nosso ponto de vista que o fato de os Kaingang estarem falando a língua portuguesa, conforme destaca Loureiro Fernandes, não pode ser tomado como um indicativo de perda da sua identidade e cultura, até porque, segundo o próprio autor, “entre eles, só

falavam o seu idioma” (Diário da Tarde de Curitiba de 22/02/1939, MI). Sobre isso um recente artigo de Diogo Villar (2004, p.170), discutindo o conceito de etnicidade, reafirma, baseando-se em Fredrik Barth, que é um erro considerar a língua como o fato definidor de uma identidade étnica.

Quanto ao etnólogo Herbert Baldus, semelhantemente a Loureiro Fernandes, também analisa as perdas culturais Kaingang. Ele descreve as casas de madeira que estavam sendo construídas para os nativos no Toldo das Lontras, conforme segue:

“A povoação, situada no alto, acima do pequeno rio das Lontras, junto a orla do mato, compõe-se de simples casinhas de tabuas, agrupadas ao redor duma praça retangular. Num dos lados de menor extensão da praça, ergue-se uma cabana, também de tabuas maior que as outras: é a igreja. Todos esses edifícios foram construídos pela Comissão de Proteção aos Índios, mas neles, e ao redor deles, os velhos Kaingang conservam ainda alguma coisa da cultura dos antepassados” (Baldus, 1937, p.33).

Todavia, essas habitações foram utilizadas pelos Kaingang a partir das suas próprias pautas culturais, isso porque a maioria delas, segundo Loureiro Fernandes (1941, p.168), teve seu assoalho arrancado e substituído pelo chão batido. Temos ainda o fato de que “ao lado de tais construções ainda fazem os índios choupanas de aspecto primitivo, as quais, não obstante o seu pequeno tamanho, reproduzem nas suas linhas gerais as primeiras habitações outrora utilizadas por eles” (Fernandes, 1941, p.168).

Outra situação que reforça a hipótese dos Kaingang continuavam a viver do seu modo é que muitos deles, que moravam em áreas distantes do Toldo das Lontras, quando as habitações eram fornecidas pelas agências oficiais, deveriam ser erguidas obedecendo às exigências do grupo. Loureiro Fernandes, na seqüência dos relatos, menciona que o fogo, que antigamente permanecia sempre aceso, agora, excetuando-se as noites muito frias, somente permanece aceso, no centro da cozinha, onde uma panela metálica, pendurada em uma corrente de ferro, está cozinhando.

Diante das situações apontadas, é possível perceber algumas alterações na cultura Kaingang. Todavia, sobre este tipo de questão, lembramos novamente o antropólogo Marshall Sahlins (1970, p.174 e 2004, p.10), ao enfatizar que toda transformação é um modo de sua reprodução e que em toda mudança existe uma continuidade.

Os Kaingang do Toldo das Lontras recebem, da Comissão de Proteção aos Índios, sementes de feijão e de milho. O primeiro gênero é plantado para subsistência, mas o milho, se não consumido verde pelos nativos, era vendido aos comerciantes na Vila de Palmas. Entretanto, esses brancos impunham como “condição de lhes dar a metade do preço em cachaça” (Baldus, 1937, p.39).

Em nosso ponto de vista, todavia, a seqüência desses acontecimentos não quer dizer que os Kaingang estivessem aderindo ao sistema capitalista de produção, pois eventos como a doação de sementes e o oferecimento da cachaça foram possivelmente interpretados pela lógica da aliança, pois alguns nativos diziam “se ninguém nos ajuda, temos de voltar à nossa vida antiga” (In: Baldus, 1937, p.39). Tratando de uma situação semelhante, mas envolvendo os Kayapó, Terence Turner, no estudo “De Cosmologia a História: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó”(1993), informa:

“A relação entre as sociedades nativa e brasileira que constitui a estrutura desta nova totalidade social se reproduz nos níveis inferiores da organização social, especificamente naqueles da unidade doméstica segmentar e da construção da pessoa individual. Assim como a totalidade social é vista agora como constituída de um lado nativo e um lado brasileiro – como a fronteira entre eles definida pelo movimento de mercadorias e pela luta por uma autonomia diante da fonte destas mercadorias -, assim também o grupo doméstico e o membro individual da sociedade nativa se tornaram seres duplos, divididos diametralmente entre uma parte interna, Kayapó, e uma parte externa, feita de mercadorias brasileiras” (Turner,1993, p.60).

Referente ainda ao Toldo das Lontras, Rosário Farraní Mansur Guérios, em 14 de junho de 1941, realiza uma viagem até o local acompanhado de Loureiro Fernandes, J. B. Groff e do padre Jesus Moure. Segundo sua narrativa, durante a semana que permaneceu neste local, contou com o auxílio do Kaingang, *Messias Francisco da Silva Krédniö*, de aproximadamente cinqüenta anos, o qual acreditamos tratar-se de uma liderança, que ensinou muitas palavras da língua Kaingang ao pesquisador.

Baseando-se no que observou até então e nas informações obtidas por um outro Kaingang que o acompanhou, tece o seguinte comentário sobre um evento ocorrido no dia anterior:

“Uma grande praça havia no centro e rodeada de velhas casas de madeira, e fomos ver a principal, que era a capela, pois uma cruz no cimo o indicava. Havia nela muitos enfeites e todos a partir de várias direções iam, contudo, terminar numa mesa, imitando altar. Aí havia mais de uma imagem de Sto. Antônio e de outros santos. O dia anterior, dia 13, fora festejado Sto. Antônio com uma procissão que percorreu toda a praça. Havia postado arbustos em todo o derredor. Perguntei ao índio que nos seguia e nos ‘servia’ de cicerone, como se realizava a procissão, e respondeu-me que era como as que fazíamos na cidade. Cantavam também, mas não no seu vernáculo, porém no próprio português. Explicou-me isto: - ‘De tanto a gente ouvi os cantos dos portugueses, entra na cabeça e a gente canta’ (Guérios, 1942, p.98).

Em nosso entender, isso nos possibilita pensar as diferentes concepções de mundo entre as duas culturas em contato. Enquanto Mansur Guérios encara a situação com uma demonstração de fé cristã, possivelmente influenciado pelo padre Jesus Moure, para os Kaingang tudo indica que a interpretação da procissão tenha sido outra.

Acreditamos que este rito cristão provavelmente foi tomado no rol dos preparativos do *Kiki* ou *Veingrényã*, o qual geralmente ocorre entre meados de abril e meados de junho e que, segundo Baldus (1937, p.53-60), vinha sendo realizado no Toldo das Lontras. Nesse sentido, os Kaingang, recorrendo a uma estrutura prescritiva nos moldes propostos no estudo de Sahlins (1990, p.13), mantiveram a ordem existente, mas reelaboraram a nova situação, baseados nos arquétipos míticos do grupo.

Mircea Eliade, no estudo “Mito e realidade”, ao discutir os mitos e a sua importância para a conduta humana, informa:

“(…) as sociedades onde o mito é – ou foi, até recentemente – ‘vivo’ no sentido de que fornece os modelos para a conduta humana, conferindo, por isso mesmo, significação e valor à existência. Compreender a estrutura e a função dos mitos nas sociedades tradicionais não significa apenas elucidar uma etapa na história do pensamento humano, mas também compreender melhor uma categoria dos nossos contemporâneos” (Eliade, 1972, p.8).

Sobre a importância do mito para os Kaingang do Toldo das Lontras apontamos, a título de ilustração, a conversa ocorrida em 1933 entre o *Pa’í mbâng Pedro Mendes Kõikãng* e o etnólogo Herbert Baldus tratando a respeito de questões mitológicas envolvendo o sol, a lua e a organização social dualista dos Kaingang (Baldus, 1937, p.61-63 e Crépeau, 1997, p.173-186).

Em 1940, o Serviço de Proteção aos Índios, conforme Ricardo Cid Fernandes (1998, p.15), fundou o Posto Indígena de Palmas visando à concentração dos Kaingang que se encontravam entre os rios Chopim e Chapecó e teve com encarregado Elizário Camargo de Mello (Relatório de 08/06/1964, MI). Dentre as parcialidades que viviam no Toldo das Lontras, possivelmente aquelas lideradas por *Lufrânio Mendes*, percebendo que a Frente Pioneira cada vez mais atingia seus territórios, diante de um convite da agência indigenista, projetando a lógica Kaingang das alianças, algumas delas aceitaram estabelecer-se no Posto de Palmas<sup>44</sup>. Isso, porém, deu-se aos

---

<sup>44</sup> Abordando questões políticas relativas aos Kaingang de Palmas da década de 1940 até por volta de 2002, é relevante apontar a dissertação e tese de Ricardo Cid Fernandes intituladas, respectivamente, “Autoridade política Kaingang: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palmas/Paraná”(1998) e “Política e parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica”(2003). Há também, mais recentemente desse autor o artigo “Uma contribuição da antropologia política para a análise

poucos porque, segundo Ricardo Cid Fernandes (2003, p.180), “os moradores do Fãgran [Toldo das Lontras], gradativamente, se mudaram para o Ka-imbâng [Posto de Palmas], entre os anos de 1940 e 1945”.

É importante ressaltar que as parciaisidades que se mudaram para o Posto de Palmas somente foram acompanhadas do *Pa'í Lufrânio Mendes*, porque seu pai, *Pedro Mendes Kõikãng*, Chefe Principal, continuou a liderar o restante do grupo que ficou no Toldo das Lontras. Confirma essa situação o próprio fato de Mansur Guérios, que em junho de 1941 participou de uma excursão até o Toldo das Lontras, mencionar que o *Pa'í mbâng Pedro Mendes Kõikãng* vivia neste local (Guérios, 1942, p.101).

Finalizando os comentários sobre a população Kaingang que vivia no território entre os rios Chopim e Chapecó, considerando o informe de Herbert Baldus (1937, p.30), temos, por um lado, que “no ‘Toldo das Lontras’ e nos seus arredores viviam, em fins de março de 1933, 51 indivíduos do sexo masculino e 57 indivíduos do sexo feminino”, ou seja, precisamente, cento e oito Kaingang. Por outro lado, recorrendo ao recenseamento de abril de 1946, do Serviço de Proteção aos Índios, referente ao Posto Indígena de Fioravante Esperança (Palmas), observamos um total de cento e sessenta e três Kaingang.

Em vista disto, é possível constatar que os Kaingang que viviam no território em questão, mesmo diante dos mecanismos da Frente Pioneira a qual atingiu o seu espaço, continuaram a aumentar.

Sobre os Kaingang que ocupavam o território entre os rios Iguazu e Chopim temos, próximo a foz do ribeirão Lageado Grande, margem esquerda, o Toldo Palmeirinha e, nas proximidades da nascente do referido ribeirão, o Toldo Campina. Essa área, conforme o Diário de Curitiba de 19/08/1923 (In: Franco, 1925, p.147), havia sido reservada para os Kaingang através do decreto nº 64, de 02 de março de 1903, do Governo do Paraná.

Os Kaingang do Toldo de Palmeirinha eram bem mais arredios que os estabelecidos no Toldo das Lontras, segundo o relato de Loureiro Fernandes, que em início de 1940 esteve nesta região. Neste sentido, ao comparar os Kaingang das referidas áreas, informa:

“(…) O mesmo não sucede com o da ‘Palmeirinha’. Estes não sofrem tão permanente e diretamente a influência do elemento branco, pois é sua sede muito distante de qualquer povoado importante.

O contacto com elemento branco só se faz periodicamente e em consequência dos seus hábitos semi-nômades. Cumpre, entretanto, lembrar que o núcleo inicial desses índios sofreu a influência do aldeamento de Atalaya, de onde emigrou por ocasião da catequese aí exercida pelo Pe. Chagas Lima. Assim, na ‘Palmeirinha’ ainda são

---

do faccionalismo Kaingang”, publicado na obra “Novas Contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang”(2004, p.83-143).

raras as armas de fogo e muito generalizado o uso do arco e flecha, ao contrário do que se observa no Toldo das Lontras, onde excepcionalmente já é o uso dessas armas primitivas” (Fernandes, 1941, p.106).

Relacionado ainda ao Toldo Palmeirinha é provável que, a partir de 1943, os nativos Guarani tenham começado a se estabelecer no local. Somos levados a pensar assim porque o encarregado do Posto Indígena de Mangueirinha, Francisco Araújo Fonseca, informa que na “Palmeirinha tudo lá vai bem; tudo em ordem e boa saúde. (...) estão aqui neste posto os índios guaranis: Antonio da Silva, chefe da polícia indígena, Roberto dos Santos, João Maria, Floriano, Feliciano e Raimundo; que aqui vieram a procura de serviço” (Correspondência de 1º/05/1943, MI).

Como se percebe, essas informações vêm ao encontro do estudo de Alcida Rita Ramos no capítulo sobre a situação do contato intertribal entre Kaingang e Guarani no Paraná, contido na obra “Hierarquia e simbiose: relações intertribais no Brasil”(1980, p.183-240). Em síntese, tratando da questão, o capítulo discute o acordo do ano de 1949, que possibilitou a venda de 8.976 ha dos territórios Kaingang do Posto Indígena de Mangueirinha ao Grupo Slaviero, mas Palmeirinha continuou sendo habitada em grande parte por índios Guarani.

Relativo aos Kaingang e às lideranças da parcialidade do Toldo Campina, diante do contato cada vez mais freqüente com a Frente Pioneira que atingia seu território, além das atividades realizadas para a subsistência, passaram também a explorar os ervais (Discurso de 11/11/1923. In: Franco, 1925, p.150). A penetração branca proveniente do Rio Grande do Sul e de diversos pontos da região do Contestado esteve entre os principais motivos que levaram *José Capanema*, líder principal do grupo, até Curitiba. Esse evento, em nosso ponto de vista, deve ser entendido dentro das negociações estabelecidas com os brancos desde o início do século XX quando o *Pã'í mbâng Capanema* e seus liderados ajudaram na construção de estradas e do acordo de 1903 contraído com o governo o qual reservou terras para o grupo.

Um outro forte motivo que levou o *Pã'í mbâng José Capanema* a procurar ajuda dos que considerava seus aliados foi o fato de estar em guerra com o *Pã'í Jose Luiz*, um de seus sobrinhos, o qual estava interessado em ascender à função de *Pã'í mbâng*. Ilustrando esta situação temos:

“Está nesta capital o velho **cacique Kaingang, capitão José Capanema**, que veio pedir protecção contra individuos que conseguiram abrir sizania na população indígena da Campina dos Índios, na Mangueirinha.

Traz o **capitão Capanema** um relatorio, que entregou a S. Exa. o Sr. desembargador Maranhão, chefe de Polícia, em cujo documento são relacionados os crimes praticados pelo **índio José Luiz**, autor de varias mortes e era foragido.

Esse indivíduo, que é sobrinho do cacique Capanema, seduzido pelo riograndense Alcides José Silva, arvorou-se em chefe dos toldos da Campina dos Índios e ajudado por capangas armados de winchester cometeu toda sorte de depredações.

Um outro sobrinho do cacique foi ferido no pescoço, por bala, na luta travada com José Luiz”(Discurso de 11/11/1923. In: Franco, 1925, p.148, grifo nosso).

Com o passar do tempo, esta situação dever ter sido amenizada devido ao fato de que, no início de 1940, quando Loureiro Fernandes esteve na área, já havia uma outra liderança chamada de *Elias Mendes*. Agora, provavelmente, em decorrência das negociações com os agentes do SPI, estabelecidos no Posto Indígena de Manguerinha, passam também a cultivar o milho, a mandioca, o trigo e a cana-de-açúcar.

Acreditamos, porém, que esta situação não significou que os Kaingang tinham aderido à produção capitalista, pois o sentido dado a estas atividades seguiu as pautas culturais do grupo nativo, conforme atesta a narrativa de que a cana-de-açúcar foi plantada “em pequena quantidade, mas com bom resultado. Satisfeito com o resultado, dizia-nos o Capitão [Elias Mendes] que querem plantar mais, pois o ‘índio tem idéia de fazer cachaça” (Fernandes, 1941, p181). Esta produção, em nosso entender, certamente era para ser utilizada em seus rituais.

Quanto ao outro espaço do território Kaingang sobre do qual estamos tratando, isto é, das margens do rio Uruguai até as proximidades das nascentes do rio Chapecó (verifique Mapa 10), conforme já referimos, também foi atingido pela Frente Pioneira do Estado Nacional Brasileiro através de interesses extrativista, pecuarista e agrícola.

A erva-mate, por exemplo, entre os anos de 1890 e 1916, conforme Silvio Coelho dos Santos (1970, p.26), caracterizava-se como a principal atividade econômica e que, explorada através do barbaquá, era exportada por cargueiros que cruzavam o rio Uruguai até Nonoai. Desta localidade, por sua vez, era levada em direção a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Temos também nos Campos Naturais, localizados entre os rios Chapecó e Peixe, as fazendas de criação. Os territórios Kaingang da margem esquerda da Bacia hidrográfica do rio do Peixe, a partir de 1907, passa a contar com a linha ferroviária da “Brazil Railway Company” que avança com seus trilhos sobre espaços localizados “nos vales dos rios Negro, Iguazu, Peixe e Uruguai” (Piazza, 1983, p.589).

Juntamente com esta companhia norte-americana, mais duas subsidiárias se estabelecem no território. A primeira denominada de “Brazil Development & Colonization Company”, através do Decreto nº 9.442, de 13 de março de 1912, é autorizada a funcionar no Brasil. Logo em seguida, adquirindo uma faixa territorial de quinze quilômetros de largura, ao longo da estrada de ferro, passa a incentivar principalmente a colonização alemã. Para

isto, segundo Walter Piazza (1983, p.534), a referida companhia utilizou-se de comissários que, a partir de 1914, ficaram responsáveis pela venda de terras, tais como F. C., em São Paulo; Frederico Weymann, em Cruz Alta, no Rio Grande do Sul; B. Moroszewicz, em Rio das Antas; Otto Reis, em Rio do Peixe; e Carlos Muller, em Rio Uruguai.

Outra subsidiária chamada de “Southern Brazil Lumber & Colonization Company” veio ocupar-se da exploração de reservas florestais e conseqüentemente da exportação de madeira. Inicialmente estabeleceu serrarias no Vale do rio do Peixe, porém, logo a seguir, avança para os Vales dos rios Negros e Iguazu também objetivando a exploração de madeira.

Desta forma podemos observar que entre 1910 e 1920 os territórios Kaingang localizados no oeste catarinense continuavam a ser desapropriados, pois além das fazendas estabelecidas como, por exemplo, Fazenda Cachoeira, Fazenda Campina do Gregório, Fazenda do Marco etc, temos também as colônias Rio Uruguai, Rio do Peixe, Bom Retiro, Rio Branco, entre outras, ocupadas inicialmente por alemães provenientes das colônias velhas do Rio Grande do Sul. Sobre as conseqüências deste avanço para os Kaingang e suas lideranças, o relato de Silvio Coelho dos Santos é bastante elucidativo:

“Estimulada pela fertilidade das terras, pela relativa facilidade em adquirí-las através dos financiamentos oferecidos pelas companhias de colonização e mesmo pelos preços, a frente pioneira agrícola localizada no noroeste do Rio Grande vai se internando em Santa Catarina. Nesse movimento a frente desloca os seus antigos moradores: caboclos e **índios**. Aquêles partem em busca das áreas ainda devolutas, ou vão se deixando ficar pela periferia das cidades que surgem, **enquanto êsses começam a ser reunidos na área reservada do Chapecózinho**” (Santos, 1970, p.30, grifo nosso).

Referente a este avanço da Frente Pioneira, que se estendeu desde o início do século XX até ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940, Anelise Nacke, utilizando-se de uma reportagem de jornal, chama a atenção para o fato de que “foram vinte e cinco empresas gaúchas que assumiram o empreendimento (...)” (O Estado, 17/10/1982 apud Nacke, 1983, p.21). A título de ilustração, dentre estas firmas, podemos apontar duas que atingiram diretamente os tradicionais territórios Kaingang localizados entre os rios Chapecó, do Peixe e Uruguai.

Uma delas é a firma Bertaso, Maia & Cia, fundada em 18 de setembro de 1918, através de uma sociedade composta pelo italiano Ernesto F. Bertaso, residente em Porto Alegre; Agilberto Maia, prefeito da cidade gaúcha de Guaporé; e seu irmão Manoel Passos Maia, cujo escritório central se estabeleceu em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Essa sociedade teve duração até 21 de novembro de 1923, uma vez que posteriormente a atividade colonizadora da empresa ficou somente nas mãos de Ernesto Bertaso.

É importante ressaltar que, em junho de 1920, a referida firma obtém do Governo de Santa Catarina cerca de cem mil hectares de terras para colonização localizadas “na margem esquerda do Rio Chapecó, (...) e, ‘daí não existindo, onde as houver entre os rios Chapecó, Uruguai e Antas’, pelo preço de Rs. 5\$000 o hectare” (Piazza, 1983, p.539).

No decorrer das décadas de 1920 e 1930, a Bertaso, Maia & Cia Ltda, além destas terras da Fazenda Chapecó, obteve também territórios das fazendas Rodeio Bonito e Campina do Gregório, assim como passou a dominar uma boa parte da região que, na porção sul, estendia-se até o rio Uruguai. Este território, a partir de 1922, passou a contar, além dos colonos alemães, também com famílias de italianos provenientes do Rio Grande do Sul. Relacionado a este empreendimento destacamos:

“(…) Não seria possível um trabalho de desbravamento e colonização, como o efetuado por Ernesto F. Bertaso, numa área bem afastada dos meios políticos e administrativos, **onde, ainda, existia o indígena**, e outros posseiros, se não houvesse a ação pertinaz de esclarecimento e de conciliação desse espírito superior que foi o Dr. Antonio Selistre de Campos, ‘trazendo a todos tranqüilidade e segurança” (Piazza, 1983, p.541, grifo nosso).

A referida narrativa, a qual tomamos como citação, embora tenha o sentido de ressaltar o pioneirismo característico da Bertaso, Maia & Cia Ltda, evidencia, em nosso ponto de vista, que o espaço em questão ainda ocupado por nativos era na realidade os tradicionais territórios Kaingang.

A outra firma é a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. Ltda, fundada possivelmente em 1916, com sede em Porto Alegre e um escritório estabelecido na localidade de Erechim, Rio Grande do Sul. Inicialmente contou com quatro sócios – A. Guilherme Luce, Timóteo Pereira da Rosa, Ernesto Hanssler e Hans Meyer – mas, em 1919, dois novos indivíduos se somaram ao grupo: Felisberto de Azevedo e Jose Petry. Este segundo sócio, conforme Antônio Ducatti Neto (1981, p.92), era pai de Anito Petry, o qual desempenhava a função de Secretário da Agricultura no estado de Santa Catarina.

Na margem esquerda do rio Uruguai, onde também se localizavam tradicionais territórios Kaingang, a Luce, Rosa e Cia. Ltda, recebendo grandes áreas de terra do governo rio-grandense, foi responsável pela colonização e abertura de estradas em regiões onde atualmente encontramos as localidades de Aratiba, Gaurama e Erechim (Ducatti Neto, 1981, p.93).

Tratando-se dos territórios localizados na margem direita do rio Uruguai, provavelmente devido ao fato de um destes últimos sócios que entrou na empresa ser pai do Secretário da Agricultura do estado de Santa Catarina, a Luce, Rosa & Cia. Ltda foi beneficiada para poder explorar algumas áreas que lhe interessava. Neste sentido, ainda em 1919, comprou a Fazenda Barra Grande e, posteriormente, a Fazenda Sarandy. Em 1921, o governo

catarinense agraciou-a com uma concessão de terras públicas localizadas ao norte da Fazenda Sarandy, o que totalizou trinta e oito mil hectares contínuos, a fim de que desenvolvesse a colonização. Relacionado às conseqüências deste avanço na região temos:

“A entrega desses vastos terrenos aos colonos, na forma de lotes seguiu, de certa forma, a rota da migração oriunda do Rio Grande, vindo de Leste para Oeste, e do Sul para o Norte, a partir da ‘Estação do Barro’ da linha férrea (hoje Gaurama). E pelo fato de o extremo Oeste das terras adquiridas pela empresa serem exatamente as mais ocupadas (**por índio, nas duas margens do Irani**, e por inúmeros brasileiros, a Oeste do Lageado Lambedor)” (...)” (D’Angelis, 1984, p.59, grifo nosso).

Em vista disso, por volta de 1924, a Frente Pioneira, aproximando-se do Toldo Kaingang de Pinhal, fundou, à margem esquerda do rio Ariranha, o núcleo de imigração alemã denominado de Nova Teutônia. No decorrer da década de 1920, José Albino da Silva, fiscal da Luce, Rosa & Cia. Ltda, penetrando nas roças nativas localizadas na margem esquerda do rio Irani, ameaçava tomar os territórios para colonização.

Ao longo da década seguinte, isto é, a de 1930, parece-nos que as pretensões capitalistas da Sociedade Nacional representada pela Empresa Colonizadora no que se refere à tomada de grande parte dos territórios Kaingang, em ambas as margens do rio Irani, atinge seu objetivo. Sobre isto o trabalho “Toldo Chimbangue: história e luta Kaingang em Santa Catarina” de Wilmar da Rocha D’Angelis apresenta o seguinte:

“A esta época, a colonização das áreas em poder da Empresa Luce, Rosa avançava já a Oeste do Irani. A colônia São Rafael, ao Sul do Lageado Lambedor, recebia imigrantes alemães que também travavam conhecimento com os indígenas. Alguns deles aproveitando-se do bom relacionamento estabelecido entre os Kaingang e os colonos alemães de Nova Teutônia, e exibindo títulos da Luce, Rosa & Cia acabaram sendo os primeiros a ter terras ‘escrituradas’ dentro dos limites do Toldo Chimbangue. Essas entradas foram pelo extremo Sul dessa área, nos pontos mais distantes dos núcleos indígenas maiores” (D’Angelis, 1984, p.60).

Relativo aos Kaingang que viviam em seus territórios em ambas as margens do rio Irani, apontamos, na margem esquerda, o Toldo Pinhal e, na direita, o Toldo Chimbangue (observe Mapa 10).

A respeito dos nativos que viviam no Toldo Pinhal e nas suas proximidades destacamos as parcialidades lideradas pelo *Pã’í mbâng Gregório Rodrigues Mréym* e pelo *Pã’í Antonio Kuxé*. Estas lideranças, possivelmente percebendo que a guerra não seria a melhor estratégia para o enfrentamento

dos integrantes da Frente Pioneira, neste momento efetivada através dos representantes das companhias e colonos alemães, resolvem estabelecer alianças com eles. Demonstrando isso, temos a seguinte situação:

“Contam que pouco antes de virem os alemães para Nova Teutônia, compareceu na aldeia Kaingang do Pinhal o ‘Fifingelt (Fünfgelt) com os medidores e instrutores’. Pediram para acampar ali para fazer a medição dos terrenos a Leste do Ariranha, tendo o **Cacique Gregório** sido receptor. ‘O alemão perguntou então se eles não queriam trabalhar pra eles, pra abrir as picadas das demarcações. Os índios aceitaram e ficaram dois ou três meses fazendo esse trabalho’. Segundo a tradição, ao terminar o serviço o alemão compareceu à aldeia e, sobre uma lona, estendeu um bom maço de dinheiro em pagamento para os indígenas. Os líderes Kaingang na época seriam: **Antonio ‘Kuxé’, Gregório Mréym, Alfredo e Pedro Fortes do Nascimento e Chico Pataca**. Esses recusaram o dinheiro e teriam pedido garantia de terras para sua gente. O alemão aceitou a proposta indígena e marcaram os limites como sendo o rio Irani e o Lageado Lambedor, abrindo para limite Norte o ‘travessão’, ou linha seca” (D’Angelis, 1984, p.59, grifo nosso).

Na seqüência dos eventos, há informações de que logo depois o *Pa’í mbâng Gregório Mréym* e seu grupo, possivelmente devido à aliança contraída, ajudaram muitos colonos alemães que se estabeleceram em Nova Teutônia. Essa ajuda deu-se principalmente ao que se refere à construção de ranchos, ao cultivo da terra e à produção de alimentos.

Com o passar do tempo, possivelmente na metade da década de 1930, a Frente Pioneira pressiona os Kaingang do Toldo Pinhal a atravessarem o rio Irani e se juntarem aos nativos que viviam no Toldo Chimbangue. Diante disso e como o Chefe Superior *Gregório Mréym* não se encontrava mais na região, alguns Kaingang procuraram seus parentes no Toldo Chapecó e, no Rio Grande do Sul, nos toldos de Nonoai e Votouro (D’Angelis, 1984, p.61). Acreditamos ter sido nesse contexto que o *Pa’í Antonio Kuxé* também se mudou para o Toldo Chimbangue e, posteriormente, passou a exercer a função de *Pa’í mbâng*.

Por sua vez, os Kaingang do Toldo Chimbangue (anteriormente chamado de Toldo Irani), durante os primeiros anos da década de 1910 ainda eram liderados pelo *Pa’í mbâng Antônio Chimbangue*, que viveu, segundo D’Angelis (1984, p.57), até por volta de 1912/1915. Após isso, o novo líder será *Fidêncio Venâncio Kaynrô*, mas que alguns anos depois será substituído por *Antonio Kuxé*, que até então se encontrava em territórios da margem esquerda do rio Irani.

No que se refere ao avanço da Frente Pioneira sobre os espaços Kaingang localizados nas margens do rio Irani, Wilmar D’Angelis, no trabalho “Para uma história dos índios do oeste catarinense”, destaca:

“No momento em que perdiam seu velho cacique [Chimbandue] os Kaingang do Irani enfrentavam a primeira ocupação no que fora, até ali, seu refúgio intocado. Aproximava-se a colonização estrangeira, promovida pela Empresa Luce, Rosa & Cia., que a partir de Aratiba inicia a colonização do Ita atingindo até o rio Ariranha” (D’Angelis, 1989, p.64).

Gradativamente a frente em questão passa a atingir os territórios Kaingang do Toldo Chimbandue, inicialmente através da expropriação territorial para loteamento aos colonos e posteriormente com a exploração de madeira. Essa situação levou os nativos do Toldo Chimbandue, possivelmente em meados de 1930, a se juntarem com os Kaingang de Toldo Pinhal e escolher algumas de suas lideranças para irem até a localidade de Itá, localizada na margem direita do rio Uruguai, para negociar com os brancos. Este tipo de negociação já se vinha sendo feito há bastante tempo, conforme podemos observar:

“A colonização não chegará, de imediato, aos Kaingang do rio Irani, mas algumas famílias de caboclos, expulsas pelas colonizadoras, procuraram os Kaingang solicitando abrigo. Algumas famílias ou pessoas são recebidas como membros da comunidade indígena, uma vez que aceitam viver segundo os costumes e leis dos Kaingang e submeter-se às suas autoridades. É o caso da família do ‘Justino’, por exemplo. Outros são recebidos como amigos – e, até, aliados – a quem se dará refúgio, devido a alguma perseguição específica. É o caso, por exemplo, de João Maria Brizola, maragato que na década de 20 obteve refúgio entre os Kaingang do Chimbandue, estabelecendo-se nas proximidades do Lageado Sítio Velho, onde chegou a montar um engenho de cana” (D’Angelis, 1984, p.55).

Neste sentido, então, acreditamos que a decisão de ir até Itá tenha seguido a lógica das alianças e negociações as quais fazem parte da cultura Kaingang, conforme demonstração de D’Angelis (1984, p.59), ao afirmar que os nativos “teriam conversado com um tal de Coronel José Fabrício, que lhes teria dado um documento da terra”.<sup>45</sup>

Sobre os Kaingang que viviam entre os rios Chapecó e Chapecozinho temos conhecimento de que se encontravam estabelecidos em vários toldos, tais como o Jacú (Jacutinga), Pinhalzinho, Barra Grande, Imbú<sup>46</sup> (Umbú),

---

<sup>45</sup> Tratando especificamente de questões envolvendo os Kaingang do Toldo Irani/Chimbandue, desde meados do século VIII até por volta da década de 1980, verifique os trabalhos de Wilmar D’Angelis “Toldo Chimbandue: história e luta Kaingang em Santa Catarina”(1984) e “Para uma história dos índios do oeste catarinense”(1989).

<sup>46</sup> Wilmar D’Angelis e Vicente Fernandes Fókâe, no estudo “Toldo Imbú”(1994), abordam a história dos Kaingang deste toldo.

Formigas, Diviza Alegre do Marco, Água Santa, Serra Doce, Samburá, Toldinho e Lageado Guarani (Recenseamento de 01/11/1942, MI e D'Angelis e Fókâe, 1994, p.40-41).

É importante esclarecer que, muitas vezes, genericamente, estes toldos são denominados de Chapecó, mas na realidade somente em 1941, segundo Silvio Coelho dos Santos (1970, p.46 e 1979, p.22), é que a agência indigenista irá fundar o Posto Indígena de Chapecó, nas proximidades do Toldo Jacu. Todo este território fazia parte dos Campos do Xanxerê e, por volta de 1933, conforme Herbert Baldus (1937, p.30-31), concentrava uma grande quantidade de Kaingang.

No Toldo Jacu (veja Mapa 10), que também era chamado de Jacutinga, vamos encontrar, no início da década de 1920, um grupo local composto de duzentos Kaingang liderados pelo *Pã'í mbâng Chrispim Chaves*. Este chefe, diante do avanço da Frente Pioneira que, através da grilagem, atingia seu território, resolveu, juntamente com alguns guerreiros, em fins de maio de 1923, dirigir-se a Curitiba a fim de pedir ajuda às autoridades. Sobre este deslocamento e contato temos:

“Vieram estes indios pedir providencias contra o esbulho de suas terras, que a sanha dos ‘grilheiros’ insaciaveis lhes vem roubando, no mais hediondo e clamoroso attentado á desprotecção em que vivem, segregados das garantias sociaes, entregues a si mesmos, ao mais cruel abandono, ao mais doloroso desamparo” (A Republica de Curitiba de 15/05/1923. In: Franco, 1925, p.117).

Em nosso ponto de vista o deslocamento do *Pã'í mbâng Chrispim* e de outros líderes até Curitiba deve ser entendido no rol das negociações que os Kaingang já vinham estabelecendo com alguns dos brancos. Isto é, analisando o evento pelos parâmetros de sua cultura, esperavam que estes aliados da cidade os pudessem auxiliar.

Tudo indica que as pretensões da sociedade brasileira sobre os territórios Kaingang das Bacias hidrográficas do rio Chapecozinho continuavam, pois em torno de julho de 1923 ocorreram dois novos incidentes entre Kaingang e colonizadores, os quais invadiram os espaços nativos: o primeiro deles envolvendo os Kaingang que viviam no toldo do *Pã'í mbâng João Alípio* com o branco Fidencio Mello; o outro entre a parcialidade nativa liderada por *Chrispim Chaves* e o colonizador Eleuterio Lemos. Abordando essa situação, uma correspondência de José Maria de Paula, inspetor do SPI, contém a seguinte narrativa:

“A 8 de Agosto o Snr. Dr. Victor Konder, Secretario de Fazenda do Estado de Santa Catharina, telegraphou-me que o Snr, Governador tinha mandado syndicar e providenciar sobre o referido assumpto.

Em telegrama nº 250, do mesmo dia 8, dei conhecimento dessa resolução do Governo de S. Catharina, ao referido **cacique João Alípio**; e agradei, em telegrama nº 251, da mesma data ao referido Snr. Secretario, a solicitude e boa vontade com que aquelle Governo tinha mandado syndicar e providenciar sobre o facto em questão.

Em 12 de Agosto recebi um telegrama do **cacique Crispim Chaves** comunicando que Eleuterio Lemos, invadindo o terreno da reserva dos índios, pretendia divilil-o, sendo agrimensor o delegado de policia Octaviano.

Em telegrama nº 256, de 13 de Agosto, communiquei esse facto ao Snr. Dr. Secretario de Fazenda do Estado de S. Catharina, a quem pedi para leval-o ao conhecimento do Snr. Governador daquelle Estado, afim de que as providencias já determinadas pelo mesmo fossem extensivas também a este caso, afim de que esses pobres índios não fossem esbulhados dos terrenos, pela ganancia de aventureiros audaciosos.

Ao referido **cacique Crispim** communiquei essa providencia, em telegrama nº 257, de 13 de Agosto. Nesse telegrama disse-lhe que devia aguardar as providencias do Snr. Governador de S. Catharina e lembrei-lhe as divisas da reserva do Decreto nº 7, de 18 de Junho de 1902, dizendo-lhe que esse é o terreno que deve ser respeitado, e caso esteja algum toldo fóra dessas divisas deve recolher-se para dentro dos limites do mencionado Decreto” (Correspondência de 31/12/1923, p.2-3, MI, grifo nosso).

Pelo visto esta interferência dos governantes e do inspetor do Serviço de Proteção aos Índios, José Maria de Paula, em favor das reivindicações dos Kaingang reforçou ainda mais a lógica nativa das alianças que vinham sendo responsáveis por suas ações. Este tipo de procedimento é explicado por Marshall Sahlins (1990, p.7), pelo fato de que “as pessoas organizam seus projetos e dão sentido aos objetos [ações] partindo das compreensões preexistentes de ordem cultural”.

Por outro lado, é possível percebermos que as recomendações que as autoridades davam aos Kaingang e suas lideranças somente eram seguidas nos aspectos que interessavam ao grupo. Demonstra esta situação um telegrama, de fins de setembro de 1923, em que o *Pã'í mbâng Crispim* informa “ser impossível evitar conflictos entre as turmas dos agrimensores e os índios” (Correspondência de 31/12/1923, p.11, MI).

Frente a isto, o inspetor José Maria de Paula, possivelmente em decorrência da aliança estabelecida com esta parcialidade Kaingang, consegue retardar um pouco o confronto. Todavia, inevitavelmente, os ataques por parte dos nativos aconteceram em 12 e 13 de outubro de 1923, pois um telegrama comunica que “os índios tinham assaltado a turma do agrimensor na ocasião em que este fazia a mudança do acampamento resultando deste ataque a morte de um trabalhador da mesma turma” (Correspondência de 31/12/1923, p.12, MI).

Relativo à população Kaingang que vivia no Toldo Jacú, acreditamos que, mesmo enfrentando os mecanismos da Frente Pioneira, não teve um decréscimo populacional significativo. É possível fazermos esta constatação porque, para o ano de 1942, há um recenseamento, indicando vinte e sete famílias, as quais totalizam uma população de cento e vinte e dois Kaingang. Dentre esses nativos, encontra-se listada a liderança *Chripim Chaves*, com a idade de sessenta e um anos (Recenseamento de 01/11/1942, MI).

Um outro toldo que destacamos é o Toldo Pinhalzinho onde se encontra, conforme a correspondência de 19 de maio de 1933 (In: Baldus, 1937, p.68), o *Pã'í mbâng Domingo Jacinto*. Neste toldo também viviam os guerreiros *João Albino* e *Pedro Luiz*, os quais somos levados a pensar que também se tornaram lideranças. Sobre os Kaingang de Pinhalzinho, uma reportagem de Antonio Selistre de Campos, juiz de Chapecó, informa o seguinte:

“Ocupam uma area de terras entre os rios Chapecó e seu afluente Chapecozinho, muito próximos do divisor dessas duas volumosas torrentes.

A situação topografica é em uma faixa do imóvel denominado Fazenda do Marco, no distrito de Abelardo Luz, deste município, distante aproximadamente 35 kilometros da vila de Xanxerê. (...)

Ha alguns anos atrás, em 1935, mais ou menos, o Sr. Euclides Mello, proprietário das terras ocupadas pelos aludidos Índios, por iniciativa própria, entrou em entendimento com os mesmos e entre si acertaram uma linha divisória, tendo os humildes silvícolas se comprometido a se absterem de fazer incursões na propriedade do Sr. Mello e a fazer mudarem-se algumas famílias que tinham suas respectivas moradias na dita propriedade” (A Voz de Chapecó de 02/10/1949. In: Oliveira, 2004, p.88).

Esta concessão de parte do território a Euclides de Mello, em nosso entender, deve ter seguido a lógica das alianças Kaingang devido às boas relações que o grupo liderado pelo *Pã'í mbâng Domingo Jacinto* mantinha com ele e alguns dos seus grileiros. Entretanto, os Kaingang *João Albino* e *Pedro Luiz*, representando algumas parcialidades nativas que não concordaram com esta aliança, rebelaram-se e foram procurar a ajuda de Antonio Selistre de Campos, em Chapecó.

“A data fixada para a mudança foi 25 de fevereiro de 1934, e o fato acabou por gerar um episódio importante da luta da comunidade e o primeiro contato direto dos Kaingang com o Juiz de Chapecó, Selistre de Campos. Os índios **João Albino** e **Pedro Luiz**, representando os descontentes com o ‘acordo’ firmado por seus chefes, vão a Chapecó (então, Passos dos Índios), em fevereiro de 1934, e ouvem do juiz a informação de que as medições que se

faziam na terra deles não tinham nenhum valor” (D’Angelis, 1994, p.35-36, grifo nosso).

Frente a isso, *João Albino* e *Pedro Luiz*, ao retornarem ao Toldo Pinhalzinho, ascenderam à categoria de lideranças e, acompanhados do grupo de Kaingang que lhes deu sustentação, prepararam-se para entrar em guerra contra os soldados que aguardavam o agrimensor Diniz Carneiro. Na seqüência desses eventos, segundo informações de D’Angelis (1994, p.36), os nativos arrancaram todos os marcos colocados pelo agrimensor em seu tradicional território ao longo de uma extensão de quatorze quilômetros. Quanto à população do Pinhalzinho, o Recenseamento de 01/11/1942 (MI) indica um contingente de cento e setenta e dois Kaingang distribuídos entre quarenta e quatro famílias.

### 9.1 Lideranças Kaingang atuantes

As chefias Kaingang que atuaram no período estabelecido na segunda parte desta tese foram: no território entre os rios Chopim e Chapecó, as lideranças *Pedro Mendes Kōiakāng*, *Lufrânio Mendes* e *Messias Francisco da Silva Kradniö*; no território entre os rios Iguaçu e Chopim, os líderes *José Capanema*, *José Luiz* e *Elias Mendes*; na área entre os rios Chapecozinho e Uruguai, os chefes *Gregório Mréym*, *Antonio Kuxé*, *Pedro Fortes do Nascimento*, *Chico Pataca*, *Afredo*, *Antônio Chimbanguê* e *Fidêncio Venâncio Kaynrô*; nos territórios entre os rios Chapecó e Irani, as lideranças *Chrispim*, *João Alípio*, *Domingos Jacinto Fangrê*, *João Albino* e *Pedro Luiz*.

**Pedro Mendes Kōiakāng, Lufrânio Mendes e Messias Francisco da Silva Kradniö:** a primeira dessas lideranças, em 1933, possuía aproximadamente sessenta anos e “tinha raros pelos de barba” (Baldus, 1937, p.34). Em decorrência dos seus contatos com os brancos, recebeu também as denominações “Pedro” e “Mendes”. Era o *Pã’i mbâng* do Toldo das Lontras, pertencia à metade Aniky e se tratava de um conhecedor dos mitos e da história do seu povo, servindo, inclusive, de informante ao etnólogo Herbert Baldus e também contatou com Loureiro Fernandes. Sobre a importância dos mitos como portadores de códigos para um melhor entendimento da história das sociedades ágrafas. Egon Schaden no trabalho “A mitologia de tribos indígenas do Brasil”, enfatiza:

“Na medida que encaramos a tradição mítica como historiografia primitiva, esse ponto de vista se justifica muitas vezes. Não basta, porém reconstruir o passado cultural e social da tribo – trabalho em que é raro chegar-se a resultados realmente seguros -, mas é preciso descobrir o valor da atualidade inerente à tradição mítica. E nos povos primitivos a atualidade do mito é muito mais real do que somos inclinados a admitir. A mentalidade que neles se espelha não

é, porventura, a de um passado remoto, de alguma primitiva etapa por que tenha passado o espírito humano, mas a mentalidade atual do homem primitivo, ou seja, os conceitos, as atitudes e os valores que lhe caracterizam a vida psíquica” (Schaden, 1989, p.17)

A liderança *Lufrânio Mendes* era filho de *Pedro Mendes Kōiakāng* e tudo indica que inicialmente viveu no Toldo das Lontras desempenhando a função de *Pã'í* em uma das parcialidades. Atendia também pela designação de Major. Segundo Ricardo Cid Fernandes (2003, p.185-186), esta liderança, a partir de 1940, estabeleceu-se no Posto de Palmas e ascendeu à categoria de *Pã'í mbâng*, permanecendo nesta função por cerca de vinte anos.

O terceiro destes chefes, *Messias Francisco da Silva Krádniö*, possivelmente era um outro *Pã'í* do grupo de *Pedro Mendes Kōiakāng*, o qual viveu no Toldo Campina. Em junho de 1941, tinha aproximadamente a idade de cinqüenta anos. Mansur Guérios (1942, p.99), que o utilizou como professor para estudar a língua Kaingang, o descreve como um homem moreno, barbudo e que tinha uma filha.

**José Capanema, José Luiz e Elias Mendes:** sobre a primeira destas lideranças, que também era chamada de capitão, as informações que encontramos indicam tratar-se de um Kaingang já velho, com aproximadamente noventa e oito anos de idade (Diário de Curitiba de 19/08/1923 e Discurso de 11/11/1923. In: Franco, 1925, p.147,149). Acreditamos que em decorrência das alianças contraídas com os brancos, esteve por mais de uma vez em Curitiba tratando dos interesses do grupo Kaingang de Campina, do qual era *Pã'í mbâng*. Atesta isso o próprio fato de Rosário Mansur Guérios, quando estudava a língua Kaingang, informar que obteve cento e dezesseis palavras no período de 25 a 28 de maio de 1931 “da boca de um moço e do ‘**capitão**’ **Capanema**, que então se achavam na Capital” (Guérios, 1942, p.106, grifo nosso).

*José Luiz*, por sua vez, era sobrinho e chefe subordinado do *Pã'í mbâng Capanema*, que visando ascender à categoria de Chefe Principal no Toldo Campina, contraiu aliança com o rio-grandense Alcides José da Silva (Discurso de 11/11/1923. In: Franco, 1942, p.148). A atitude desta liderança, em nosso entender, de forma alguma significou que o *Pa'í José Luiz* estivesse traíndo o grupo ou seu chefe. O que ele fez foi projetar a lógica Kaingang para a situação vivenciada, porque alianças e guerras fazem parte da estrutura social desses nativos.

Quanto a *Elias Mendes*, tudo indica que tinha vindo a ser o novo *Pã'í mbâng* do Toldo Campina. Sobre ele Loureiro Fernandes, que em meados de 1930 ou início de 1940 visitou o referido toldo, relata o seguinte:

“(…) quando, pela primeira vez, entramos na casa do chefe do Toldo da Campina, onde se encontravam reunidos vários índios. Mal

tínhamos passado o umbral e sido apresentados pelo Delegado do Serviço, quando vimos o Capitão [Elias Mendes] avançar e estacar no centro da casa, e em tom oratório fazer a defesa do índio contra as acusações que lhe são freqüentemente lançadas pelos fazendeiros vizinhos. Nessa oração, com que fomos subitamente recebidos, as frases curtas e incisivas eram pronunciadas com segurança e acompanhadas de ampla gesticulação. Impressionante no meio selvagem a figura ativa desse índio a defender sua raça do estigma de inferioridade que lhes empresta a incompreensão dos atuais ocupantes do seu hábitat. Este foi o tema. Em apoio do seu ponto de vista, enumerou as realizações dos Caingangues na reserva da Palmeirinha" (Fernandes, 1941, p.200).

**Gregório Rodrigues Mréym:** ainda pequeno teria acompanhado seus pais, *João Pedro Rodrigues Fígpón* e *Sinhana Wagtû*, os quais se estabeleceram no Toldo Irani. Antes disto, viviam em territórios Kaingang localizados na margem esquerda do rio Uruguai que foram atingidos pela Revolução Federalista ocorrida entre 1893/1895 no Rio Grande do Sul.

Já guerreiro, teria atravessado o rio Irani e se tornado o *Pã'í mbâng* dos Kaingang que viviam no Toldo Pinhal (Depoimento de Clemente Xêyuyá, em 28/07/1982, a Pedro Zilles e Juracilda Veiga. In: D'Angelis, 1984, p.66). Neste local uma de suas primeiras esposas foi *Francisca Wyntkñfâr* com quem teve filhos.

Posteriormente à morte desta mulher, desposou uma segunda esposa conhecida como *Conceição*, da família de grileiros dos Justos que havia se estabelecido na região, conforme já referimos – e teve mais três filhos. Esta situação demonstra mais uma vez que as fronteiras étnicas Kaingang são fluidas e orquestradas muito mais em termos culturais do que fenótipos. Sobre isso, recorrendo ao trabalho Fredrik Barth "Os grupos étnicos e suas fronteiras"([1969] 2000), temos:

"Uma vez pertencer a uma categoria étnica implica ser um certo tipo de pessoa e ter determinada identidade básica, isto também implica reivindicar ser julgado e julgar-se a si mesmo de acordo com os padrões que são relevantes para tal identidade. Nenhum desses tipos de 'conteúdos' culturais deriva de uma simples lista descritiva de características ou diferenças culturais; não se pode prever a partir de princípios primários quais características os atores irão efetivamente enfatizar e tornar organizacionalmente relevantes. Em outras palavras, as categorias étnicas oferecem um recipiente organizacional que pode receber conteúdo em diferentes quantidades e formas nos diversos sistemas socioculturais" (Barth, 2000, p.32-33).

Por fim, esta liderança, segundo o informe de Maria Rodrigues, em 07/10/1984 (In: D'Angelis, 1984, p.66), teria morrido, em junho de 1929, devido

a fermentos causados por uma onça quando caçava, porque teria perdido a arma.

**Antonio Kuxé, Pedro Fortes do Nascimento, Chico Pataca e Alfredo:** a primeira destas lideranças até o começo da década de 1930, época em que se mudou para o Toldo Chimbangue e tornou-se um chefe superior, era um dos *Pã'í* da parcialidade do *Pã'í mbâng Gregório Mréym* (D'Angelis, 1984, p.59). Relativo aos demais líderes, as informações que obtemos é que também viviam no Toldo Pinhal e atuavam como chefes subordinados do grupo de *Gregório Mréym*.

**Antônio Chimbangue e Fidêncio Venâncio Kaynrô:** a primeira é uma liderança que viveu na região desde aproximadamente a segunda metade do século XIX. Tornou-se o *Pã'í mbâng* do Toldo Irani e a este local legou seu nome. Conforme os depoimentos recolhidos por D'Angelis (1984, p.57), o *Pã'í mbâng Antônio Chimbangue* teria vivido até entre 1912/1915, sendo já um ancião “com mais de cem anos de idade”.

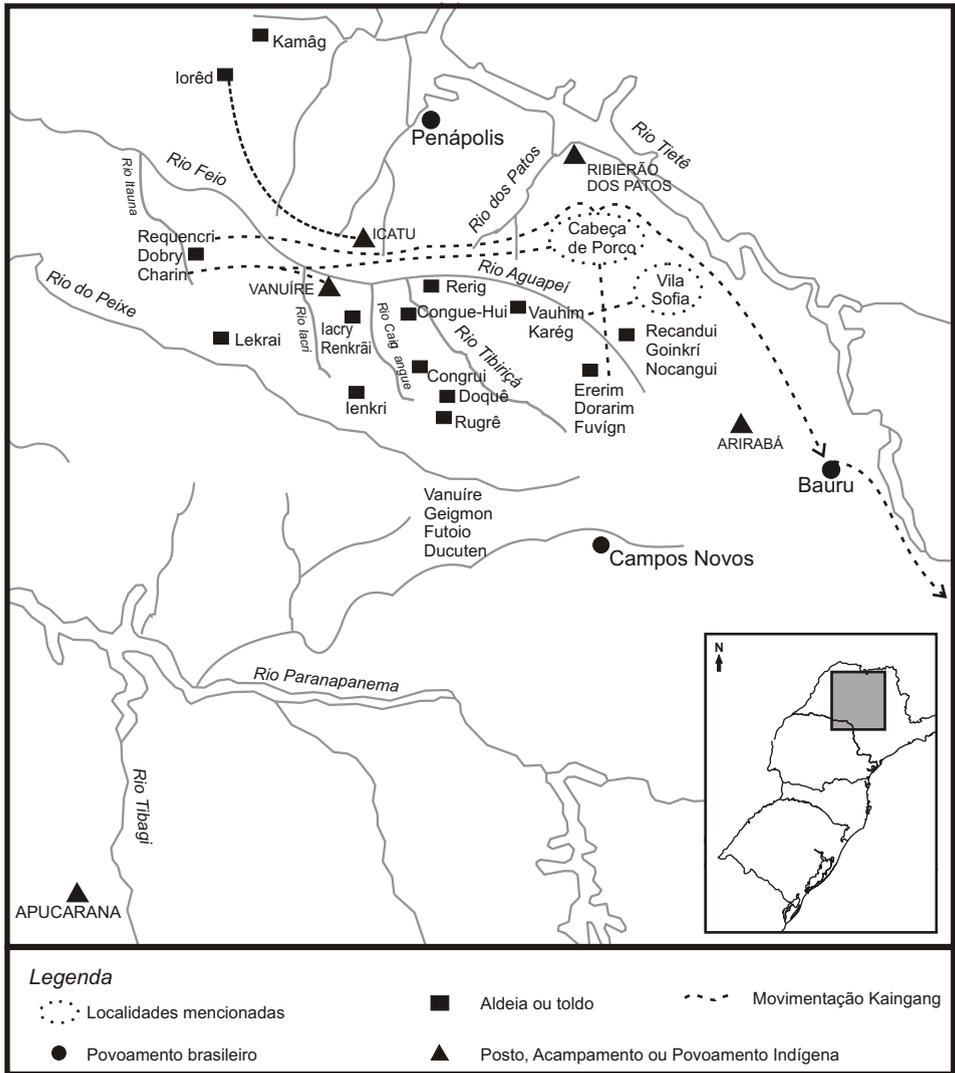
Relativo a *Fidêncio Venâncio Kaynrô* há indícios de que tenha vindo do antigo Aldeamento de Chapecó para o Toldo Irani/Chimbangue. Nesta região casou-se com uma mulher chamada de *Reduzina* e, após a morte de *Antônio Chimbangue*, tornou-se o novo *Pã'í mbâng* do Toldo Chimbangue.

**Chrispim Chaves Vu-tar e João Alípio:** as informações sobre *Chrispim Chaves* indicam que era o *Pã'í mbâng* do Toldo Jacú e bastante respeitado pelos seus. No Recenseamento de 1º de novembro de 1942 (MI), aparece com o nome Kaingang de *Vu-tar* e encontra-se com a idade de sessenta e um anos. É um homem casado e aparece listado juntamente com sua família: *Maria Francisca Dé-te-xó, Reducino Chaves Jó-taé, Ernestina Chaves Gran, Romário Chaves Ni-ca-fim, João Maria Chaves Ca-fei, Geraldina Chaves San-gá e Izaltina Chaves Ni-xó*. Segundo Antonio Salistre de Campos, o *Pã'í mbâng Chrispim Chaves* teria morrido por volta de 1947/1948 (A Voz de Chapecó de 19/12/1948. In: Oliveira, 2004, p.72).

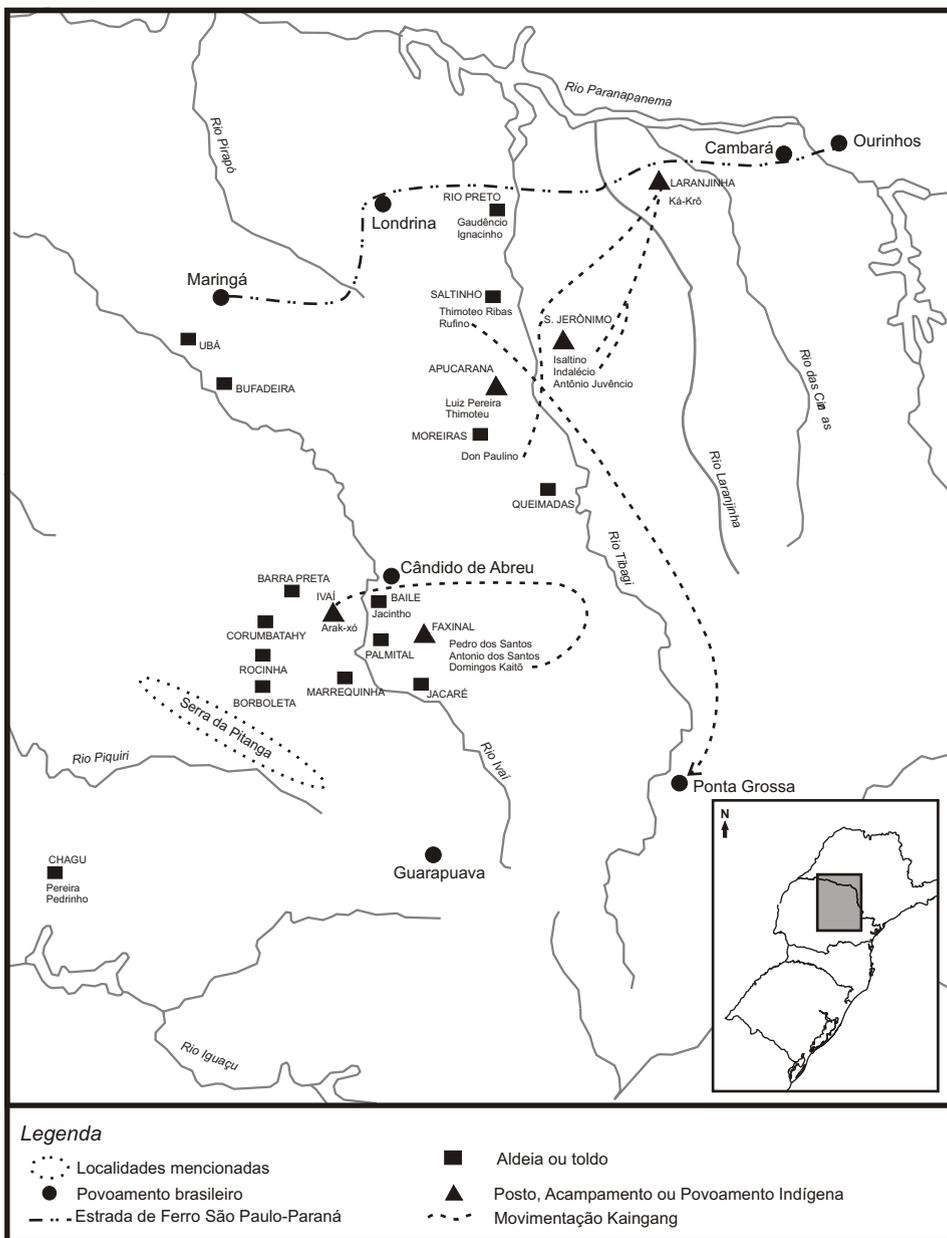
Quanto a *João Alípio* somente sabemos que era o *Pã'í mbâng* de um dos toldos próximos ao Toldo Jacú e atuou durante a década de 1920 (observe Mapa 10). A parcialidade que liderava mantinha relações amistosas com o grupo de *Chrispim Chaves* e, algumas vezes, uniram-se para enfrentar as invasões brancas em seus territórios (Correspondência de 31/12/1923, p.2,5,14, MI).

**Domingos Jacinto Fangrê, João Albino e Pedro Luiz:** as informações encontradas somente indicam que eram lideranças que atuaram no Toldo Pinhalzinho durante a década de 1930.

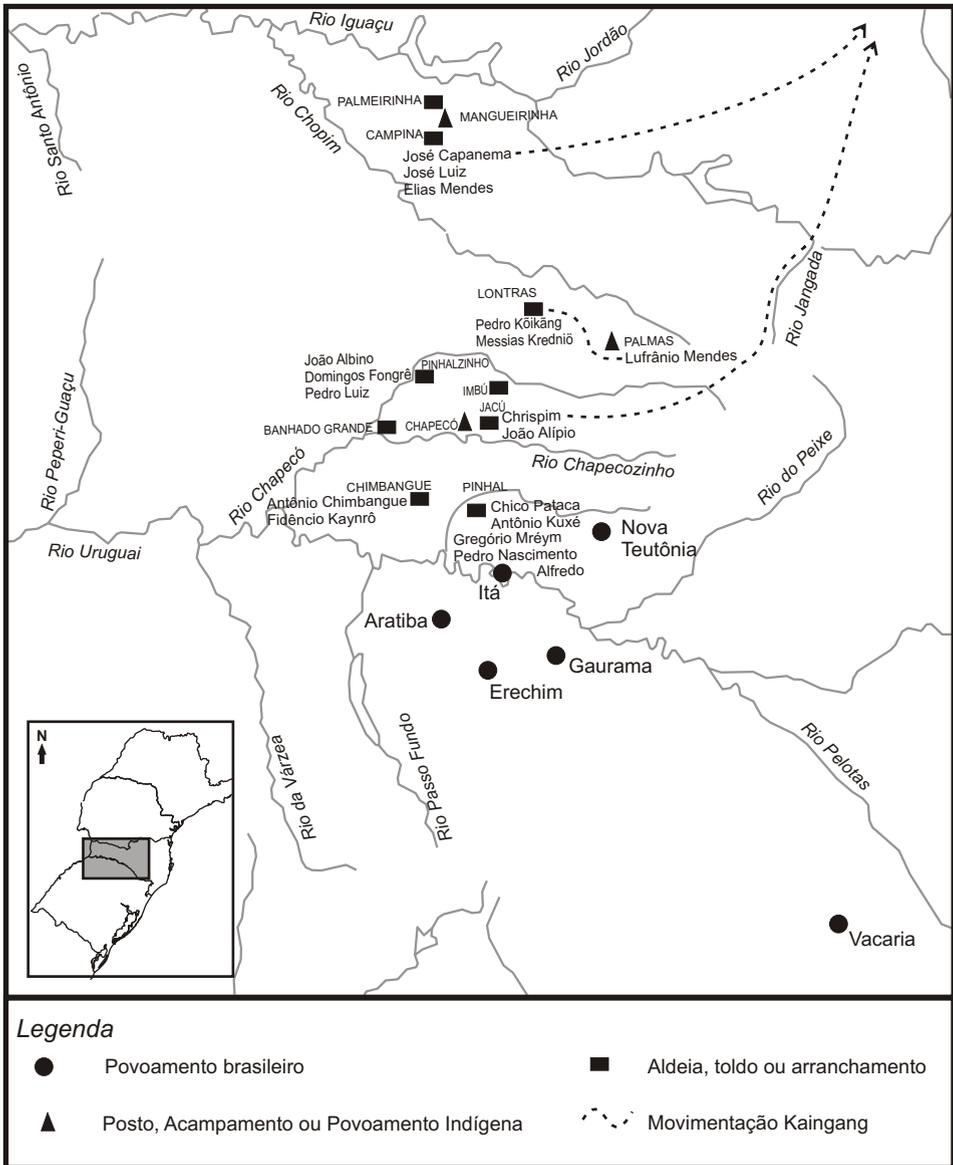
Por fim, seja em territórios das Bacias hidrográficas entre os rios Uruguai/Chapecó ou entre o Chapecó/Iguaçu, os Kaingang depararam-se com os mecanismos da Frente Pioneira que gradativamente foram atingindo seu espaço. Mesmo assim, conseguiram sobreviver como grupo e, na região de Chapecó, segundo o Recenseamento de 01/11/1942 (MI), mantiveram uma população de aproximadamente setecentas pessoas e, na área de Palmas, de acordo com o Recenseamento de abril de 1946, um contingente em torno de cento e setenta Kaingang.



Mapa 8: Lideranças Kaingang atuantes entre os rios Tietê e Peixe.  
 Fonte: Elaborado por Laroque/2006.



Mapa 9: Lideranças Kaingang atuantes entre os rios Paranapanema e Iguaçu. Fonte: Elaborado por Laroque/2006.



Mapa 10: Lideranças Kaingang atuantes entre os rios Iguazu e Uruguai.  
 Fonte: Elaborado por Laroque/2006.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

A história da Sociedade Kaingang no sul do Brasil, semelhante ao que ocorre com outras sociedades humanas, também apresenta singularidades em suas dimensões sociais e na relação com os mecanismos da Frente Pioneira. Neste sentido, tendo em vista a complexidade dialética entre mudanças/permanências, descontinuidades/continuidades, transformações/reproduções, selecionamos e analisamos eventos, em territórios das Bacias hidrográficas entre os rios São José dos Dourados, Tietê e Paranapanema (no estado de São Paulo); Paranapanema, Tibagi, Ivaí e Iguaçu (no Paraná); Iguaçu, Chopim, Chapecó e Uruguai (em Santa Catarina) e Uruguai, Inhacorá e Forquilha (no Rio Grande do Sul), considerando as especificidades históricas que ocorreram durante o contato dos Kaingang e suas lideranças com a Sociedade Nacional.

Como o trabalho se propõe a estudar a história da Sociedade Kaingang em uma situação de fronteira com a Sociedade brasileira, escolhemos e discutimos alguns acontecimentos ocorridos em territórios Kaingang do sul do Brasil e fizemos algumas constatações, conforme segue:

- O primeiro deles, obedecendo uma certa cronologia, refere-se às missões religiosas com os Kaingang. Inicialmente apontamos os padres jesuítas Bernardo Parés, Aloysio Cots, Ignacio Gurri, Luis Villarrubia, Juliano Salanellas, Pedro Sadera e Miguel Cabeza, os quais entre 1845 e 1852, atuaram com os Kaingang no Rio Grande do Sul. Algumas parciaisidades Kaingang, atendendo aos interesses, por algum tempo, até concentraram-se nos aldeamentos de Guarita, Nonoai e Campo do Meio, mas logo depois retornavam para seus toldos.

Quanto aos capuchinhos, temos, no Paraná, os freis Luiz de Cemitille e Timóteo Castelnuovo, que, entre 1855 e 1895, atuaram com os Kaingang nos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo. Segundo esses religiosos, os Kaingang ora estavam nos referidos aldeamentos, ora retornavam para as florestas. Em São Paulo, os freis capuchinhos Mariano de Bagnaia, Sabino Rimini, Bernardino de Lavalle, Boaventura de Aldeno, Daniel de Santa Maria, Paulo de Sorocaba e Francisco Savelli, entre 1881 e 1908, percorrendo territórios das proximidades dos rios Aguapeí e Peixe procuraram, por várias vezes, estabelecer contato com os nativos, mas sem sucesso, porque os Kaingang mantinham-se arredios a qualquer aproximação. No Rio Grande do Sul, os freis Bruno de Gillonnay, Fidèle de La Motte-Servolex, Alfredo de Saint'-Jean d'Arves e o catequista capuchinho Ricardo Zeni, entre 1900 e 1913, mantiveram contato principalmente com os Kaingang em Lagoa Vermelha, mais precisamente entre os rios Lageado e Forquilha. Algumas das parciaisidades que viviam no Toldo de Faxinal ali permaneceram, porque estava

localizado em seu tradicional território, enquanto outras, após estabelecerem alianças com os referidos capuchinhos, mudaram-se para o Toldo de Cacique Doble.

Relativo à missão regular apontamos a iniciativa do Pe. Claro Monteiro do Amaral, que, em início de março de 1901, navegou pelo rio Aguapeí, no oeste paulista, visando aproximar-se dos Kaingang. Esta tentativa, no entanto, foi frustrante, porque os Kaingang, revidando à penetração dos intrusos, atacaram a comitiva e tiraram a vida do padre Claro, o qual comandava o grupo.

Por fim, temos ainda os luteranos pastor Bruno Stysinski, a professora Adele Pleitner e os missionários Curt Haupt e Otto von Jutzenka, que, entre 1900 e 1904, no Rio Grande do Sul, procuraram desenvolver uma missão religiosa com os Kaingang. Inicialmente o pastor Bruno e a professora Adele mantiveram contato com os Kaingang do Toldo Ligeiro e provavelmente também com os do Toldo Faxinal, em Lagoa Vermelha, mas estes toldos já contavam com a presença dos capuchinhos. Em vista disso, o pastor Stysinski e os missionários Haupt e Jutzenka passaram a se dedicar aos nativos que viviam na região de Passo Fundo, principalmente os do Toldo Serrinha. Diante dessa aproximação, os Kaingang, em um primeiro momento, não se opuseram ao contato, mas com o passar do tempo começaram a se mostrar hostis.

Sobre essas tentativas de missões com os Kaingang e suas lideranças, é possível constatar que em territórios do oeste paulista, em fins do século XIX e início do XX, os nativos não estavam dispostos ao estabelecimento de alianças nem com o Pe. Claro e nem com os freis capuchinhos. Todavia, em regiões do norte paranaense, durante a segunda metade do século XIX, essas alianças já foram do seu interesse e por isso estabeleceram-se nos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo. Relacionado às missões religiosas com os Kaingang em territórios rio-grandense constatamos também que tanto com os jesuítas, em meados do século XIX, como com os capuchinhos e luteranos, nos primeiros anos do século XX, os Kaingang e seus líderes aceitaram as negociações propostas pelos referidos missionários, mas orquestraram a aliança de acordo com a sua cultura. Isto é, enquanto estavam recebendo alimentos, objetos, sementes e principalmente proteção em relação às parcialidades inimigas, permaneceram nos toldos, porém após os seus objetivos terem sido atingidos e as necessidades supridas, muitos desses nativos deixavam o local.

- O segundo acontecimento que apontamos relaciona-se à construção de estradas de ferro que atravessam os territórios Kaingang. No Rio Grande do Sul, o trecho da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande estendia-se sobre os espaços nativos desde a segunda metade do século XIX. Entretanto, os incidentes de que temos conhecimento envolvendo Kaingang e trabalhadores

das companhias ferroviárias ocorrem em 1903, quando os dormentes da estrada atingem os tradicionais territórios nativos localizados próximos às bacias hidrográficas dos rios Uruguai e Lageado. Em Santa Catarina, os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, os quais, a partir dos primeiros anos de 1900, percorrem a margem esquerda do rio do Peixe, também atingem os territórios nativos. Neste espaço, por volta de 1907/1908, os conflitos entre guerreiros Kaingang e trabalhadores, que em alguns casos eram descendentes de poloneses e alemães, são bastante freqüentes.

Em relação a São Paulo, em 1904, vamos ter a formação da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, cujo traçado, para atingir o Mato Grosso, cruzava pelos territórios Kaingang localizados entre os rios Tietê e Feio/Aguapeí. Iniciados os trabalhos por volta de 1905/1906, os nativos, em um primeiro momento, apenas mantiveram-se atentos a um grande número de trabalhadores que penetravam em seu espaço. Porém, a partir de 1907 até por volta de 1911, os conflitos entre os Kaingang e os funcionários da Companhia provocaram várias mortes em ambas as etnias. Em última instância, temos também de 1930 a 1937, no “norte paranaense”, a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Paraná, a qual atinge os territórios Kaingang localizados nas proximidades dos rios das Cinzas, Laranjinha, Tibagi e Apucarana. Sobre os contatos entre os Kaingang e os trabalhadores desta estrada, os dados que pesquisamos não forneceram maiores informações.

Comparando as atitudes adotadas pelos Kaingang e suas lideranças entre 1903 a 1911, em relação à construção de estradas de ferro em seus tradicionais territórios localizados à margem esquerda da Bacia do Uruguai (Rio Grande do Sul), à margem esquerda do rio do Peixe (em Santa Catarina) e entre as bacias hidrográficas dos rios Tietê e Aguapeí (em São Paulo), constatamos que recorreram aos ataques e à guerra contra os brancos e o trem que metaforicamente era chamado de “o inimigo de um olho só”, que apitava, soltava fogo e andava em disparada.

- Recorrendo a alguns trabalhos de dissertações e teses que estudam os Kaingang nos quatro estados do Sul do Brasil, apontamos:

Em São Paulo: os trabalhos de João Francisco Tedei Lima, “A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de São Paulo” (1978); de Lúcia Helena Vitalli Rangel, “Vida em reserva: três comunidades indígenas de São Paulo (1978); de Sílvia Helena Simões Borelli, “Os Kaingang no Estado de São Paulo: Transfiguração e perplexidade cultural de uma etnia” (1983); de Níminon Suzel Pinheiro, “Os Nômades: Etnohistória Kaingang e seu contexto – São Paulo (1850 a 1912)” (1992) e a tese “Vanuíre: Conquista, colonização e indigenismo: oeste paulista, 1912-1967”(1999). Temos ainda a tese de Sergio Baptista Silva, “Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das Sociedades Proto-Jê Meridionais” (2001) que aborda espaços Kaingang em bacias hidrográficas no sul do Brasil;

No Paraná: temos as pesquisas de Lúcio Tadeu Mota, “As guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)” (1994); de Kimiye Tommasino, “A História dos Kaingang da bacia do Tibagi: uma Sociedade Jê Meridional em movimento” (1995) e a dissertação de Ricardo Cid Fernandes, “Autoridade política Kaingang: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palmas/Paraná” (1998) e também a tese “Política e parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica” (2003);

Em Santa Catarina: os estudos de Anelise Nacke, “O Índio e a Terra: a luta pela sobrevivência no P.I. Xaçecó – SC”(1983); de Juracilda Veiga, “Organização Social e Cosmologia Kaingang: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma Sociedade Jê Meridional” (1994) e a tese “Cosmologia e práticas rituais Kaingang” (2000); de Maria Conceição de Oliveira, “Os Curadores Kaingáng e a recriação de suas práticas: estudo de caso na Aldeia Xaçecó (oeste de S.C.)” (1996); de Moacir Haverroth, “Kaingang um estudo Etnobotânico: o uso e a classificação das plantas na área Indígena Xaçecó (oeste de SC)” (1997);

No Rio Grande do Sul: destacamos os de Lígia Terezinha Lopes Simonian, “Terras e posseiros: um estudo sobre as políticas de terras indígenas” (1981); de Rogério Reus Gonçalves da Rosa, “A temporalidade Kaingang na espiritualidade do combate” (1998) e a tese “‘Os Kujà são diferentes’: um estudo etnológico do complexo xamanico dos Kaingang da terra indígena de Votouro”(2005); de José Otávio Catafesto de Souza, “Aos Fantasmas das Brenhas: etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no Sul do Brasil (Rio Grande do Sul)”(1998); de Luís Fernando da Silva Laroque, “Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889): uma história que também merece ser contada”(2000); de José Antônio Moraes Nascimento, “Muita terra para pouco índio: ocupação e apropriação dos territórios Kaingang da Serrinha” (2001); de Lúcio Roberto Schwingel, “Chefia Kaingang num processo de relações interétnicas e de Globalização; uma abordagem a partir da comunidade de Nonoai” (2001) e o de Aline Ramos Francisco, “Selvagens e intrusos em seu próprio território: A expropriação do território Jê no Sul do Brasil (1808-1875)”(2006).

Retomando, então, a tese proposta e considerando estes estudos de casos em territórios de bacias hidrográficas específicas, podemos ampliar nossa visão a respeito dos Kaingang. No final, após analisarmos a história dos Kaingang em seus tradicionais territórios no Sul do Brasil e em situações envolvendo as fronteiras geográficas, étnicas e culturais, concluímos que os Kaingang e suas lideranças, conforme observamos nos Mapas 11 e 12, mesmo estabelecendo alianças, guerras e atualizando elementos da sua cultura, portaram-se de acordo com as pautas culturais do grupo e não abriram mão da identidade de índios Kaingang.

## FONTES DOCUMENTAIS

AMBROSETTI, Juan B. Los Indios Kaingángues de San Pedro (Misiones). *Revista del Jardín Zoológico de Buenos Ayres*. Buenos Ayres, t. 2, p.305-387, oct.1894.

A REPUBLICA de 16/10/1903 – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre.

A REPUBLICA de Curitiba de 02/04/1923. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra “o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais” no Estado do Paraná*. Curitiba: Companhia Editora “O Estado do Paraná”, 1925. p.103-107.

A REPUBLICA de Curitiba de 15/05/1923. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra “o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais” no Estado do Paraná*. Curitiba: Companhia Editora “O Estado do Paraná”, 1925. p.117-120.

A REPUBLICA de Curitiba de 24/05/1923. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra “o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais” no Estado do Paraná*. Curitiba: Companhia Editora “O Estado do Paraná”, 1925. p. 124-128.

A REPUBLICA de Curitiba de 23/06/1923. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra “o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais” no Estado do Paraná*. Curitiba: Companhia Editora “O Estado do Paraná”, 1925. p.97-102.

AVISO n.º 8 de 20/03/1855 – Ao presidente da provincia de Santa Catharina, providenciando a respeito de alguns Indios, que apparecêrão na Villa de Lages. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Legislação Indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: edusp, 1992. p. 235-236.

AUTO de 13/03/1931 - Auto de demarcação conferido pelo Inspector em Curitiba José Maria de Paula. *Museu do Índio-RJ*. Avulso.

A VOZ de Chapecó de 19/12/1948 – Artigo de Antonio Selistre de Campos sobre índios desprotegidos publicado no Jornal A Voz de Chapecó, ano VII, n. 222, Chapecó, Santa Catarina. In: OLIVEIRA, Josiane Roza de; ARRUDA, Maria Paulina Wolff (coord.). *A voz de Chapecó: artigos de Antonio Salistre de Campos – 1939 a 1952*. Chapecó: CEOM, Argos. 2004. p.72-74.

A VOZ de Chapecó de 13/02/1949 – Artigo de Antonio Selistre de Campos sobre índios desprotegidos publicado no Jornal A Voz de Chapecó, ano VII, n. 222, Chapecó, Santa Catarina. In: OLIVEIRA, Josiane Roza de; ARRUDA, Maria Paulina Wolff (coord.). *A voz de Chapecó: artigos de Antonio Salistre de Campos – 1939 a 1952*. Chapecó: CEOM, Argos. 2004. p.75-77.

A VOZ de Chapecó de 02/10/1949 – Artigo de Antonio Selistre de Campos sobre índios desprotegidos publicado no Jornal A Voz de Chapecó, ano VII, n. 222, Chapecó, Santa Catarina. In: OLIVEIRA, Josiane Roza de; ARRUDA, Maria Paulina Wolff (coord.). *A voz de Chapecó: artigos de Antonio Salistre de Campos – 1939 a 1952*. Chapecó: CEOM, Argos. 2004. p.88-90.

BALDUS, Herbert; GINSBERG, Aniela. Aplicação do psico-diagnóstico de Rorschach a Índios Kaingang. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v.1, p.75-106, 1947.

BALDUS, Herbet. *Ensaio de Etnologia Brasileira*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, Companhia Editora Nacional – INL/MEC, 1979.

\_\_\_\_\_. O Culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas. In: \_\_\_\_\_ *Ensaio de Etnologia Brasileira*. Rio de Janeiro/Recife: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1937, p.29-69.

\_\_\_\_\_. Terminologia do parentesco Kaingang. *Revista de Sociologia*. São Paulo, v. 14, n. 1, p.76-79, 1952.

\_\_\_\_\_. Vocabulário Zoológico Kaingang. *Arquivos do Museu Paranaense*. Curitiba, v. VI, p.149-160, 1947.

BANDEIRA, Joaquim José Pinto. Notícias da descoberta do Campo de Palmas, na comarca de Curitiba, Província de S. Paulo, de sua povoação e de alguns sucessos que ali tem tido lugar até o presente mez de dezembro de 1850. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. Rio de Janeiro, t. XIV, n. 4, p.385-396, 1851.

BARBOSA, Luiz Bueno Horta. A pacificação dos índios Caingangues paulistas. Hábitos, costumes e instituições desses índios. In: \_\_\_\_\_ *O problema indígena do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Conselho Nacional de Proteção aos Indos, [1913], 1947. p.34-72.

\_\_\_\_\_. Relatório dos trabalhadores realizados pela inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de trabalhadores nacionais em S. Paulo, durante o ano de 1916. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo. v. VIII, p. 59-77, 1954.

BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul (1875-1887)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. (Tradução Ernestine Marie Bergmann e Wino Rauber)

BIGG-WITHER, Thomas P. *Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná – Três anos de vida em suas florestas e campos – 1872/1875*. Rio de Janeiro/Curitiba: J. Olympio e Univ. Federal do Paraná, 1974. (Tradução Temístocles Linhares)

BORBA, Telemaco Morosine. *Actualidade Indígena*. Curitiba: Typ. e Lytog. a vapor Imprensa Paranaense, 1908.

B. S. (STYSINSKI, Bruno). Índigenas do Rio Grande. *Anuario do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, anno XVIII, p.250-251.1901.

CARTA de 1832 – Carta de Matias Franzen sobre os ataques aos bugres as colônias no Rosental. In: *Hundert Jahre Deutschland*. Porto Alegre: Typographia do centro, 1924, p.73 (Trad. Pe. Antônio Steffen. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, 1969.

CARTA de 14/09/1907 – Carta do fazendeiro Francisco Dias de Moraes ao Presidente do Estado Antonio Augusto Borges de Medeiros. *Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico do Rio Grande do Sul*.

CARTA de 23/11/1909 – Carta do Revdo. Pe. Bruno de Gillonnay sobre os primeiros contatos estabelecidos por ele com os índios da região de Lagoa Vermelha. In: D'APREMONT, Bernardin, GILLONAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:EST/UCS, 1976, p.71-73.

CARTA de 14/04/1912 – Carta de Curt Nimuendajú sobre a pacificação dos coroados. In: SUESS, Paulo (org.). *Textos indigenistas*. São Paulo: ed. Loyola, 1982. p. 41-45.

CARTA de 19/08/1922 – Carta aberta ao Sr. general Candido Mariano Rondon do Deputado Federal do Paraná Arthur Martins Franco. In: In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra “o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais” no Estado do Paraná*. Curityba: Companhia Editora “O Estado do Paraná”, 1925. p. 41-56.

CORREIO DO POVO de 26/07/1908 – Correspondência de C. Torres Gonçalves enviada a Raimundo Teixeira Mendes. *Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa*. Porto Alegre.

CORREIO dos Campos de Ponta Grossa Curityba de 22/06/1923. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra “o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais” no Estado do Paraná*. Curityba: Companhia Editora “O Estado do Paraná”, 1925. p.131-137.

CORRESPONDÊNCIA sem data – Les commencents d'uno Mission. *Le Rosier de Saint François D'Assise*. Chambéry, t.XI, n. 2, p.85, fev. 1910.

CORRESPONDÊNCIA de 11/02/1850 – Correspondência do Ten. Cel. Engº Pierre François Alphonse Booth Mabilde ao Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul. *Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. (Existe cópia no Instituto Anchietano de Pesquisas).

CORRESPONDÊNCIA de 13/03/1850 – Correspondência do Ten. Cel. Engº François Alphonse Booth Mabilde ao Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul. *Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. (Existe cópia no Instituto Anchietano de Pesquisas).

CORRESPONDÊNCIA de 24/04/1850 – Correspondência do Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Ten. Cel. Engº Pierre François Alphonse Booth Mabilde. *Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. (Existe cópia no Instituto Anchietano de Pesquisas).

CORRESPONDÊNCIA de 03/03/1862 – Correspondência de José Joaquim de Andrade Neves ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Diretoria Geral dos Índios. Lata 299, Maço 4.

CORRESPONDÊNCIA de 07/06/1862 – Correspondência do Sr. Manoel Luiz da Silva Pedroso ao Engenheiro Alphonse Mabilde. In: MABILDE, Pierre F. A. B. *Apontamentos sobre os Indígenas Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: IBRASA/Pró-memória/INL, 1983, p.173-175. (Coordenação May Mabilde Lague e revisão Eivlys Mabilde Grant).

CORRESPONDÊNCIA de 29/03/1864 – Correspondência do Pe. Antônio de Moraes Branco ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Diretoria do Aldeamento na Colônia Militar de Caseros. Lata 209, Maço 2.

CORRESPONDÊNCIA de 12/10/1866 – Correspondência do Pe. Antônio de Moraes Branco ao Vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Diretoria do Aldeamento na Colônia Militar de Caseros. Lata 299, Maço 2.

CORRESPONDÊNCIA de 1903 – Correspondência do Frei Bruno de Gillonnay sobre Mission dos capucions de Savoie au Brésil. *Le Rosier de Saint François D'Assise*. Chambéry, t. V, n. 8, p.236-240, out. 1904.

CORRESPONDÊNCIA de 09/09/1903 – Correspondência de C. Lilá da Silveira, chefe da Comissão de discriminação de terras de Posso Fundo e Soledade ao Snr. Dr. Francisco D'Avila Silveira, diretor de Terras e Colonização. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Obras Públicas, documentação avulsa. Lata 405, Maço 99.

CORRESPONDÊNCIA de 09/10/1909 – Correspondência do Presidente Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. *Le Rosier de Saint François D'Assise*. Chambéry, t. XI, n. 2, p.86, fev. 1910.

CORRESPONDÊNCIA de 09/10/1909 – Correspondência do Signé Protassio Alves. *Le Rosier de Saint François D'Assise*. Chambéry, t. XI, n. 2, p.86, fev. 1910.

CORRESPONDÊNCIA de 16/06/1909 – Correspondência do Fr. Bruno de Gillonnay. *Le Rosier de Saint François D'Assise*. Chambéry, t. XI, n. 2, p. 55-57, fev. 1910.

CORRESPONDÊNCIA de 23/11/1909 – Correspondência do Presidente Carlos Barbosa ao diretor sobre Missions de L'ordre les commencements d'une Mission. *Le Rosier de Saint François D'Assise*. Chambéry, t. XI, n. 2, p. 54-55, fev. 1910.

CORRESPONDÊNCIA de 19/03/1910 – Correspondência de C. Torres Gonçalves, diretor de Terras e Colonização, ao Snr. Dr. Secretario de Estado dos Negocios das Obras Públicas. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Obras Públicas, documentação avulsa. Lata 410, Maço 109.

CORRESPONDÊNCIA de 27/04/1911 - Correspondência do Inspector de Curitiba, José Bezerra, ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais Coronel Candido Mariano da Silva Rondon. *Museu do Índio - RJ*. Filme 379.

CORRESPONDÊNCIA de 14/04/1912 - Correspondência de Curt Nimuendaju ao médico Dr. Hugo Gensch de Blumenau. *Museu do Índio - RJ*. Filme 322. Fotograma 508-515.

CORRESPONDÊNCIA de 15/05/1913 – Correspondência ao Signé Carniel Guerrino Giuseppe e Gelain Giuseppe Bettiolo sobre Vingt “Indien” Qui reçoivent la première communion. *Le Rosier de Saint François D’Assise*. Chambéry, t. XIV, n. 9, p.260-262, set. 1913.

CORRESPONDÊNCIA de 23/08/1913 – Correspondência de Mario Bittencourt e Laurindo Ribeiro Borges sobre os toldos de Ubá, Apucarana e Rio Preto. Serviço de Proteção aos Índios. *Museu do Índio - RJ*. Filme 47.

CORRESPONDÊNCIA de 07/06/1915 -. Correspondência do inspetor L. B. Horta Barbosa ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. *Museu do Índio - RJ*. Filme 305, Fotograma 276-278.

CORRESPONDÊNCIA de 12/07/1915 - Correspondência do Inspector L. B. Horta Barbosa a Luiz Ferraz de Mesquita. *Museu do Índio - RJ*. Filme 305, Fotograma 288-291.

CORRESPONDÊNCIA de 19/01/1917 – Correspondência do encarregado C. Lila da Silveira ao Sr. José Bezerra Cavalcanti, Diretor Geral do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. *Museu do Índio - RJ*. Filme 506. Fotograma 1155-1156.

CORRESPONDÊNCIA de 20/01/1917 – Correspondência do inspetor L. B. Horta Barboza sobre a pacificação dos Caingangs. In: BARBOSA, Luiz Bueno Horta. Relatório dos trabalhadores realizados pela inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de trabalhadores nacionais em S. Paulo, durante o ano de 1916. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo. v. VIII, p.64-76, 1954.

CORRESPONDÊNCIA de 28/10/1918 – Lettre du Brésil do Fr. Bruno de Gillonnay. *Le Rosier de Saint François D’Assise*. Chambéry, t. XX, n. 3, p. 63-68, març. 1919.

CORRESPONDÊNCIA de 29/01/1920 - Correspondência de Francisco Lacerda (?) a L. B. Horta Barbosa. *Museu do Índio - RJ*. Filme 305, Fotograma 657-659.

CORRESPONDÊNCIA de 05/02/1920 – Correspondência do Fr. Bruno de Gillonnay sobre Première Messe dans la Forêt vierge. *Le Rosier de Saint François D’Assise*. Chambéry, t. XX, n. 18, p. 119-121, juin. 1920.

CORRESPONDÊNCIA de 31/12/1923 – Correspondência do inspetor José Maria de Paula sobre a questão das terras dos índios do Chapecó. *Museu do Índio - RJ*. Filme 64.

CORRESPONDÊNCIA de 27/01/1927 - Correspondência do Inspector L. B. Horta Barbosa ao Director do Serviço de Proteção aos Índios. *Museu do Índio - RJ*. Filme 305, Fotograma 537-539.

CORRESPONDÊNCIA de 10/02/1927 - Correspondência do Inspector L. B. Horta Barbosa ao Director do Serviço de Protecção aos Índios. *Museu do Índio - RJ*. Filme 305, Fotograma 540-541.

CORRESPONDÊNCIA de 20/03/1928 - Correspondência do Inspector L. B. Horta Barbosa ao Director do Serviço de Protecção aos Índios. *Museu do Índio - RJ*. Filme 380, Fotograma 1488-1501.

CORRESPONDÊNCIA de 13/03/1931 – Correspondência do Inspector José Maria de Paula ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Povoamento. Serviço de Protecção aos Índios. *Museu do Índio - RJ*. Filme 923, Fotograma 618-621.

CORRESPONDÊNCIA de 19/05/1933. In: BALDUS, Herbert. O Culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas. In: \_\_\_\_\_ *Ensaio de Etnologia Brasileira*. Rio de Janeiro/Recife: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1937, p.68.

CORRESPONDÊNCIA de 06/09/1941 - Correspondência confidencial de L. B. Horta Barbosa aos Cel. Visslán (?). *Museu do Índio - RJ*. Filme 16, Planilha 233-239.

CORRESPONDÊNCIA de 14/09/1942 – Correspondência do Chefe da Inspetoria do Sul ao Desembargador Brasil Pinheiro Machado, Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná. *Museu do Índio - RJ*. Avulso. Fotograma 668.

CORRESPONDÊNCIA de 04/11/1944 - Correspondência do auxiliar do Posto Vanuire, Cássio Faria Sena ao Inspetor do S.P.I., Claudenier Viana. *Museu do Índio - RJ*. Filme 16, Planilha 233-239.

CORRESPONDÊNCIA de 1º/05/1943 – Correspondência do encarregado do Posto Francisco Araújo Fonseca ao Chefe da Inspetoria de Curitiba. Serviço de Protecção aos Índios. *Museu do Índio - RJ*. Avulso. Fotograma 2254-2256.

CORRESPONDÊNCIA de 03/04/1946 – Correspondência do encarregado do Posto Indígena de Nonoai Francisco José Vieira dos Santos ao Serviço de Protecção aos Índios. *Museu do Índio - RJ*. Filme 380, Fotograma 1919-1923.

CORRESPONDÊNCIA de 21/04/1946 – Correspondência do auxiliar do Posto Vanuire, Cássio Faria Sena, ao Ministério da Agricultura / Serviço de Protecção aos Índios. *Museu do Índio - RJ*. Filme 16, Planilha 233.

CORRESPONDÊNCIA de 1951 a 1954 – Correspondência sobre construções realizadas nos Postos da I.R.7. *Museu do Índio - RJ*. Filme 293.

CORRESPONDÊNCIA de 03/10/1961 – Correspondência do Chefe do Serviço Interno, Nilo de Oliveira Veloso, ao Ministério da Agricultura. *Museu do Índio - RJ*. Filme 305, Fotograma 421-423.

DECRETO de 31/07/1901. In: HISTÓRICO de 12/05/1979 - Histórico sobre terras indígenas do Estado do Paraná de Wilmar da Rocha D'Angeli (CIMI- Regional Sul) e Blanca Guilhermina Rojas (ANAI – Paraná). Fundação Nacional do Índio. *Museu do Índio - RJ*. Filme 83, Planilha 912.

DECRETO de 17/04/1913. In: HISTÓRICO de 12/05/1979 - Histórico sobre terras indígenas do Estado do Paraná de Wilmar da Rocha D'Angeli (CIMI- Regional Sul) e Blanca Guilhermina Rojas (ANAI – Paraná). Fundação Nacional do Índio. *Museu do Índio - RJ*. Filme 83, Planilha 912.

DIÁRIO de viagem de 1904 - Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904 de Cornélio Schmidt. In: SCHMIDT, Carlos Borges. (org.). Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904 de Cornélio Schmidt. *Anais do Museu Paulista*. t. XV, p.339-450. 1961.

DIÁRIO de Curitiba de 19/08/1923. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra "o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais" no Estado do Paraná*. Curitiba: Companhia Editora "O Estado do Paraná", 1925. p.147-149.

DIÁRIO dos Campos de 26/06/1923 – In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra "o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais" no Estado do Paraná*. Curitiba: Companhia Editora o Estado do Paraná, 1925. p. 137-141.

DISCURSO de 14/03/1922 – Discurso pronunciado em sessão do Congresso Legislativo do Paraná, pelo deputado federal Arthur franco. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra "o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais" no Estado do Paraná*. Curitiba: Companhia Editora "O estado do Paraná", 1925. p.11-34.

DISCURSO de 11/11/1923. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra "o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais" no Estado do Paraná*. Curitiba: Companhia Editora "O Estado do Paraná", 1925. p.149-158.

DISCURSO de 30/10/1924 – Discurso pronunciado em sessão da Câmara Federal, pelo deputado Arthur Martins Franco. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra "o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais" no Estado do Paraná*. Curitiba: Companhia Editora "O estado do Paraná", 1925. p.37-70.

DISCURSO de 04/11/1924 - Discurso pronunciado em sessão da Câmara Federal, pelo deputado Arthur Martins Franco. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra "o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais" no Estado do Paraná*. Curitiba: Companhia Editora "O estado do Paraná", 1925. p.71-85.

DISCURSO de 12/12/1924 - Discurso pronunciado em sessão da Câmara Federal, pelo deputado Arthur Martins Franco. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra "o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais" no Estado do Paraná*. Curitiba: Companhia Editora "O estado do Paraná", 1925. p.87-61.

DISCURSO de 12/12/1924 – Discurso pronunciado em sessão da Câmara Federal, pelo deputado Arthur Martins Franco. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra “o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais” no Estado do Paraná*. Curitiba: Companhia Editora do Estado do Paraná, 1925. p.116-123.

DISCURSO de 26/12/1924 - Discurso pronunciado em sessão da Câmara Federal, pelo deputado Arthur Martins Franco. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra “o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais” no Estado do Paraná*. Curitiba: Companhia Editora “O estado do Paraná”, 1925. p.163-186.

DREYS, Nicolau. *Notícias Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1961.

ELLIOT, João Henrique. Itinerario das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da Villa de Antonina e o Baixo-Paraguay na Província de Mato-Grosso feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo Sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliot. *Revista do Instituto Histórico Geographico do Brazil*. Rio de Janeiro, t.10, p.153-157, 1848.

\_\_\_\_\_. Resumo do itinerario de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná, Ivahy e sertões adjacentes, emprehendida por ordem do Exm. Sr. barão de Antonina. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. Rio de Janeiro, t. 9, p.17-42, 1847.

FALLA de 03/11/1866 – *Falla com que o vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Antonio Augusto Pereira abriu a 1ª Sessão da 12ª Legislatura da Assembléa Provincial*. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grande, 1866. p.60-61.

FALLA de 1872 – *Falla dirigida à Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Conselheiro Jerônimo Martiniano Figueira de Mello em a segunda sessão da 14ª Legislativa*. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grande, 1872, p.33-34.

FALLA de 1874 – *Falla dirigida a Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes em a Segunda sessão da 15ª Legislatura*. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grande, 1874. p.41-42.

FERNANDES, José Loureiro. Contribuição a antropometria e a hematologia dos Kaingang do Paraná. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, XXXI, 1954, São Paulo. *Anais ...* São Paulo. 1955. p.895-898.

\_\_\_\_\_. Os Caingangues de Palmas. *Arquivos do Museu Paranaense*. Curitiba, v. I, p.161-209, 1941.

FISCHER, Martin. Bei den Caingang am Inhacorá. *Serra-Post-Kalender*. Ijuí, Ulrich Löw, 1959, p.159-207. (Trad. Pe. Antônio Steffen. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1969).

\_\_\_\_\_. *Iraí "cidade saúde"*; Trechos característicos de sua história. Iraí: Livraria e Tipografia Progresso, 1954.

FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra "o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais" no Estado do Paraná*. Curitiba: Companhia Editora "O Estado do Paraná", 1925.

GAZETA de Curitiba de 04/04/1923. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra "o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais" no Estado do Paraná*. Curitiba: Companhia Editora "O Estado do Paraná", 1925. p.107-109.

GAZETA de Curitiba de 11/04/1923. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra "o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais" no Estado do Paraná*. Curitiba: Companhia Editora "O Estado do Paraná", 1925. p.113-115.

GARDELIN, Mario. O tesouro de Morro Grande. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 2 nov. 1969. p. 18.

GONÇALVES, Carlos Torres. Mapa – situação dos toldos dos Indos Coroados do Rio Grande do Sul. In: *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios da Obras Públicas apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Secretario d'Estado Candido José de Godoy em 10 de setembro de 1910*. Porto Alegre e Santa Maria. Oficinas Typographicas da Livraria do Globo, 1910. p.157.

GONÇALVES, Carlos Torres. Mapa – Shema de um plano geral da viação (3º esboço) na zona norte do Rio Grande do Sul (zona de colonização actual e futura). In: *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto Secretario de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 13 de agosto de 1918*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' "A Federação", 1918, p.279.

GUÉRIOS, Rosário Faraní Mansur. Estudos sobre a Língua Caingangue; Notas Histórico-comparativas (Dialeto de Palmas – Dialeto de Tibagi). *Arquivos do Museu Paranaense*. Curitiba, v. II, p.97-151, 1942.

HANKE, Wanda. Ensayo de una gramatica del idioma Caingangue de los Cainganges de la "Serra de Apucarana", Paraná, Brasil. *Arquivos do Museu Paranaense*. Curitiba, v. VIII, p.69-145, 1950.

\_\_\_\_\_. Los indios Botocudos de Santa Catarina, Brasil. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, v. VI, p.45-97, set. 1947.

\_\_\_\_\_. Vocabulário del dialecto caingangue de la Serra do Chagú, Paraná. *Arquivos do Museu Paranaense*. Curitiba, v. VI, p.99-106, abr./1946 – set./1947.

HISTÓRICO de 12/05/1979 - Histórico sobre terras indígenas do Estado do Paraná de Wilmar da Rocha D'Angeli (CIMI- Regional Sul) e Blanca Guilhermina Rojas (ANAÍ – Paraná). Fundação Nacional do Índio. *Museu do Índio - RJ*. Filme 83, Planilha 912.

IHERING, Hermann von. A antropologia do estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v. VII, p.202-227, 19707.

INSTRUÇÕES de 1915 – Instruções anexas ao Regulamento que baixou com o Decreto nº ( ? ) de ( ? ) de 1915. *Museu do Índio - RJ*. Serviço de Proteção aos Índios. Filme 334. Fotograma 015-038.

JORNAL de 27/03/1912 – Jornal “O Estado de S. Paulo” – A pacificação dos Kaingangs. *Museu do Índio - RJ*. Filme 324.

JORNAL de 27/09/1945 - Jornal “O Estado de São Paulo” – As lutas entre brancos e Caingangues em Promissão. *Museu do Índio - RJ*. Filme 382, Fotograma 696.

KRUG, Edmundo. Os indios das margens do Paranapanema. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*. São Paulo, v. XXI, p.318-347, 1916 a 1921.

LAUDO ANTROPOLÓGICO de maio/1994 - *Laudo antropológico sobre a violência e entre Kaingang no RGS: Assassinato, esquartejamento e antropofagia*. Brasília. Laudo Antropológico referente ao Processo Júri nº 732 –106/79 da Comarca de Seberi, RS. Elaborado pela antropóloga Lígia Terezinha Lopes Simonian. Brasília, maio de 1994. 49 p. (datiloscrito).

LAUDO ANTROPOLÓGICO de outubro/1995 – *Laudo antropológico - Fundiário sobre Ocupação, expropriação e direitos territoriais dos Kaingang e Guarani de Nonoai, RS*. Solicitado pela Procuradoria Geral da República no Estado do RS, pela Comissão de Assuntos Indígenas, das Minorias Étnicas e da Defesa do Consumidor do PGR e pela Diretoria Fundiária/Deptº de Identificação de Terras Indígenas da FUNAI. Elaborado pela antropóloga Lígia Terezinha Lopes Simonian. Belém, out. 1995. 85 p. (datiloscrito).

LE ROSIER DE SAINT FRANÇOIS D'ASSISE. *Chambéry*, t. I, n. 3, p.82-83, mar. 1900.

LE ROSIER DE SAINT FRANÇOIS D'ASSISE. *Chambéry*, t. II, n 4, p. 46,75,78,109,173, 1901.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1957.

LEÃO, Ermelino A. de. Subsídios para o estudo dos Kaingangues do Paraná. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. vol. XV. P.223-252, 1910.

LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre os descobrimentos e colonização de Guarapuava. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, t. IV, n.13, p.43-64.

MABILDE, Pierre F. A. B. *Apontamentos sobre os Indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: IBRASA/Pró-memória/ INL, 1983. (Coordenação May Mabilde Lague e revisão Evlys Mabilde Grant).

MANIZER, Henry H. Música e instrumentos de música de algumas tribos do Brasil. *Revista Brasileira de Música*. Rio de Janeiro, v. I, fascículo 4, p.303-327, 1934.

\_\_\_\_\_. *Os Kaingang de São Paulo*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2006. (Trad. de Juracilda Veiga).

MAPA – Mapa do município de Chapecó. *Museu do Índio - RJ*. Filme 379, fotograma 2271.

MANUSCRITO de 1854 a 1894. Manuscrito revelador de Frei Timóteo Luciani de Castelnuovo. In: CAVASO, Emílio da. Coleção de Documentos de Frei Emílio da Cavaso OFM. Cap. Sobre a atividade dos Capuchinhos no Paraná – Brasil. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Curitiba, v. XXXVII, p.236-284, 1980.

MAPA de 1916 – Mapa da situação dos toldos dos índios Coroados do Rio Grande do Sul. *Museu do Índio - RJ*. Avulso. Fotograma 1154.

MAPA de 1951. Situação das rodovias do Estado do Rio Grande do Sul e alguns Postos Indígenas. *Museu do Índio - RJ*. Filme 380.

MAPA de 1979 – Mapa das áreas indígenas do sul do Brasil. Regional Sul do Cimi. *Museu do Índio - RJ*. Filme 83, Planilha 212.

MELLO, Darcy Siciliano Bandeira. *Entre Índios e Revoluções (pelos sertões de São Paulo, Mato Grosso e Goiás de 1911 a 1941)*. São Paulo: Editora soma Ltda. 1982.

MEMORANDO de 08/10/1953 – Memorando nº 36 do Chefe de Posto de Vanuíre, Itamar Z. Simões, ao Chefe da I.R.5, Deocleciano de Souza Nenê. *Museu do Índio - RJ*. Avulso.

MEMÓRIA de 1889. Memória do tenente-coronel Francisco Raimundo Ewerton Quadros sobre os trabalhos de observação e exploração effectuada pela segunda secção da comissão militar encarregada da Linha telegraphica de Uberaba á Cuiabá em fevereiro a junho de 1889. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo LV, parte I, p.233-260, 1892.

MENSAGEM de 20/09/1911 – *Mensagem enviada á Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Carlos Barbosa Gonçalves na 3ª Sessão ordinária da 6ª Legislatura*. Porto Alegre: Oficinas graphicas da Livraria do Globo, 1911. p.32.

MENSAGEM de 20/10/1915 – *Mensagem enviada á Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo vice-presidente em exercício General Salvador Ayeres Pinheiro Machado na 1ª Sessão ordinária da 9ª Legislatura*. Porto Alegre: Oficinas graphicas da Livraria do Globo, 1915. p.18.

MENSAGEM de 20/09/1917 – *Mensagem enviada á Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros. Na 1ª sessão ordinaria da 8ª legislatura*. Porto Alegre: Oficinas graphicas d' "A Federação", 1917. p.32.

MENSAGEM de 20/09/1918 – *Mensagem enviada á Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros. Na 2ª sessão ordinaria da 8ª legislatura*. Porto Alegre: Oficinas graphicas d' "A Federação", 1918. p.33.

MENSAGEM de 20/09/1919 – *Mensagem enviada á Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros. Na*

3ª sessão ordinária da 8ª legislatura. Porto Alegre: Oficinas graphicas d' "A Federação", 1919. p.28.

MENSAGEM de 20/09/1920 – *Mensagem enviada á Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros. Na 2ª sessão ordinária da 8ª legislatura.* Porto Alegre: Oficinas graphicas d' "A Federação", 1920. p.36-37.

MENSAGEM de 23/09/1926 – *Mensagem enviada á Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros. Na 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura.* Porto Alegre: Oficinas graphicas d' "A Federação", 1926. p.33;35.

MENSAGEM de 1928 – *Mensagem enviada á Assembléa dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente Getulio Vargas na 4ª sessão ordinária da 10ª legislatura.* Porto Alegre: Oficinas graphicas d' "A Federação", 1928. p.50.

MENSAGEM de 1928 – *Mensagem enviada á Assembléa dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente Getulio Vargas na 2ª sessão ordinária da 11ª legislatura.* Porto Alegre: Oficinas graphicas d' "A Federação", 1930. p.129.

MENSAGEM de 1929 – *Mensagem enviada á Assembléa dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente Getulio Vargas na 1ª sessão ordinária da 11ª legislatura.* Porto Alegre: Oficinas graphicas d' "A Federação", 1929. p.72.

MENSAGEM de 1º/07/1936 – *Mensagem enviada á Assembléa Legislativa pelo Dr. Darcy Azambuja Secretario dos Negocios do Interior, no exercicio do cargo de Governador do Estado do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Imprensa Official, 1936. p.61.

MENSAGEM de 21/04/1949 – *Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa pelo Dr. Walter Jobim Governador do Estado do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: 1949, p.109.

MENSAGEM de 21/04/1952 – *Mensagem Apresentada à Assembléa Legislativa pelo Gen. Ernesto Dornelles Governador do Estado do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: 1952. p.128.

MENSAGEM de 21/04/1953 – *Mensagem Apresentada à Assembléa Legislativa pelo Gen. Ernesto Dornelles Governador do Estado do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: 1953. p.116.

MENSAGEM de abril/1954 – *Mensagem à Assembléa Legislativa. Apresentada pelo Governador do Estado, General Ernesto Dornelles, por ocasião da abertura da Sessão legislativa de 1954.* Porto Alegre: 1954. p.147.

MENSAGEM de abril/1956 – *Mensagem à Assembléa Legislativa. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Ildo Meneghetti, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1956.* Porto Alegre: 1956, p.126.

MENSAGEM de 1957 – *Mensagem à Assembléa Legislativa. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Ildo Meneghetti, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1957.* Porto Alegre: 1957. p.127.

MENSAGEM de 1958 – *Mensagem à Assembléia Legislativa. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Ildo Meneghetti, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1958.* Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1958. p.143-144.

MORAIS FILHO, J. G. Pioneiros da Noroeste. *Revista do Arquivo Municipal.* São Paulo, v. CXXXVIII, p.35-68, 1951.

MURICY, José Cândido da Silva. *Viagem ao País dos Jesuítas.* Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1975.

NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e relação que teve com os índios Coroados mais bravios daqueles lugares. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro.* Rio de Janeiro, t. XLIX, v. 2, p.267-281, 1886.

NEGRÃO, Theotonio (org.). *Código Civil e Legislação Civil em vigor.* 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

NIMUENDAJÚ, Curt. 104 mitos indígenas nunca publicados. In: CATRO, Eduardo Batalha Viveiros. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Rio de Janeiro, n. 21, p.64-110, 1986.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Etnografia e Indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os Índios do Pará.* Campinas: UNICAMP, 1993.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa Etno-histórico.* Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

OFÍCIO de 20/05/1846 – Ofício da Câmara Municipal da Villa do Espírito Santo da Cruz Alta ao Vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, sobre os bugres. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Sul.* Anno XI, p.117-120, III e IV trim. 1931.

OFÍCIO de 1889 - referente à abertura de estradas para Mundo Novo e Cahy. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.* Obras Pública.

OFÍCIO 30/03/1921. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defeza do Índio e do Sertanejo contra “o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais” no Estado do Paraná.* Curityba: Companhia Editora “O Estado do Paraná”, 1925. p.18-19.

OFÍCIO de 02/12/1922 - Correspondência do inspector José Maria de Paula ao Diretor Interino do Serviço de Protecção aos Índios. *Museu do Índio-RJ.* Filme 379, Fotograma 1963-1966.

OFÍCIO de 04/01/1923. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defeza do Índio e do Sertanejo contra “o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais” no Estado do Paraná.* Curityba: Companhia Editora “O Estado do Paraná”, 1925. p.75-79.

OFÍCIO de 12/04/1923. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra "o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais" no Estado do Paraná*. Curitiba: Companhia Editora "O Estado do Paraná", 1925. p.79-81.

OFÍCIO de abril/1940 – Ofício relatório "Exposição do histórico da aquisição de terras do P. I. Vanuíre e grilo das mesmas ultimamente verificado" do inspetor em São Paulo e Mato Grosso, Cel Nicolau B. Hrota Barbosa ao Chefe do SPI Cel. Vicente de Paulo T. da F. Vasconcelos. *Museu do Índio - RJ*. Filme 016.

OFÍCIO de 04/11/1941 - Ofício do encarregado Mario Armando Sampaio ao Inspetor do S.P.I. *Museu do Índio - RJ*. Filme 50, Fotograma 961.

OFÍCIO de 1º/01/1942 – Ofício de Flavio Armando Sampaio ao Inspetor Sr. Paulino de Almeida (?) Inspetor do SPI de Curitiba. *Museu do Índio - RJ*. Filme 50, Fotograma 1049.

OFÍCIO de 19/09/1946 – Ofício de Paulino de Almeida, Chefe da I.R.7, ao Dr. Herbert Serpa, Chefe da S.E. do SPI, sobre o recenseamento dos índios domiciliados nos Postos de Cacique Doble, Fioravante Esperança e Faxinal. *Museu do Índio - RJ*. Filme 379.

OFÍCIO de 25/05/1949 - Ofício do agente do SPI e encarregado de Posto Wismar Costa Lima ao Sr. Lourival da Mota Cabral, Chefe do I.R. 7 do Serviço de Protecção aos Índios. *Museu do Índio - RJ*. Filme 64.

OLIVEIRA, Josiane Roza de; ARRUDA, Maria Paulina Wolff (coord.). *A voz de Chapecó: artigos de Antonio Salistre de Campos – 1939 a 1952*. Chapecó: CEOM, Argos. 2004.

PARECER ANTROPOLÓGICO DE 1995 – *Parecer antropológico complementar sobre a regularização das terras indígenas em Monte Caseros* elaborado pelo grupo técnico composto por José Otávio Catafesto de Souza, Rodrigo Venzon, Mozart Dietrich e Glênio da Costa Alves. Porto Alegre, 1995. 106 p. (datiloscrito).

PERÍCIA ANTROPOLÓGICA. Portaria 283/PRES/FUNAI. *Kaingang de Nonoai: A chegada dos Brancos, a transformação do espaço e a luta pelo Capão Alto* elaborado pelo antropólogo Rogério Réus Gonçalves da Rosa. 2000. 221 p. (datiloscrito).

PROJETO de 13/03/1922. In: FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do Índio e do Sertanejo contra "o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais" no Estado do Paraná*. Curitiba: Companhia Editora "O Estado do Paraná", 1925. p.33-34.

PIZA, Marcelo. Notas sobre os Caingangs. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. XXXV, p. 199-209, 1937.

QUADRO de 1945 – Populações Indígenas existentes nos Postos e diretamente assistida pela I. R. 7, em 1945. In: LAYTANO, Dante. *Populações Indígenas: estudos históricos de suas condições atuais no Rio Grande do Sul – informações recentes (século XX)*. *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: n. 8, p.114. 1957.

QUADRO de 1946 – Populações Indígenas existentes nos Postos e diretamente assistida pela I. R. 7, em 1946. In: LAYTANO, Dante. Populações Indígenas: estudos históricos de suas condições atuais no Rio Grande do Sul – informações recentes (século XX). *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: n. 8, p.125. 1957.

RECENCEAMENTO de 1937. Recenseamento sobre os índios domiciliados nos toldos de Apucarana e Rio Preto situados no Distrito de São Roque, Município de Tibagí. Serviço de Proteção aos Índios. *Museu do Índio - RJ*. Filme 47, Fotograma 0005-0009.

RECENSEAMENTO de 18/09/1942. Recenseamento do encarregado João Lúcio de Paula sobre os indígenas do Posto de Cacique Doble ao Serviço de Proteção aos Índios. *Museu do Índio - RJ*. Filme 50, Fotograma 1112-1120.

RECENCEAMENTO de 01/11/1942 – Recenseamento do encarregado Francisco Siqueira Fortes sobre os indios do Posto Indígena de Xapecó ao Serviço de Proteção aos Índios. *Museu do Índio - RJ*. Filme 64.

RECENSEAMENTO de 25/03/1943 – Recenseamento do encarregado Francisco José Vieira dos Santos sobre os indígenas do Posto de Nonoi ao Serviço de Proteção aos Índios. *Museu do Índio - RJ*. Filme 58, Planilha 663.

RECENSEAMENTO de abril/1946 – Recenseamento geral da população índia, domiciliada no Posto Indígena Nacional “Fioravante Esperança” no mês de abril de 1946. *Museu do Índio - RJ*. Filme 379. Fotograma 2328-2330.

RECENSEAMENTO de 05/05/1946 – Recenseamento dos índios domiciliados na reserva indígena do P.I.N. do “Faxinal”, no distrito de Candido de Abreu, município de Reserva. Estado do Paraná. *Museu do Índio - RJ*. Filme 379. Fotograma 2326-2327.

RECENSEAMENTO de 14/05/1946 – Recenseamento com a relação nominal dos índios Caingangues e existentes nesta data. Neste Posto Indígena de Cacique Doble do Agente e Encarregado do Posto João Lucio de Paula. *Museu do Índio- RJ*. Filme 379. Fotograma 2320-2325.

RECENSEAMENTO de 31/12/1947 – Recenseamento do inspetor do Posto Vanuire, Francisco Ibiapina da Fonseca, ao Ministério da Agricultura / Serviço de Proteção aos Indos. *Museu do Índio - RJ*. Filme 16, Planilha 233.

REGULAMENTO de Terras de 10/08/1922 – Novo Regulamento de Terras que altera o de 04 de julho de 1900. In: *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto Secretario de Estado, dos Negocios das Obras Publicas em 15 de agosto de 1923*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d’ “A Federação”, 1921. 2º volume, p.478-583.

RELAÇÃO de 31/10/1862 – Relação nominal dos Índios aldeados na Colônia Militar de Caseros no Mato Português do Pe. Antônio de Moraes Branco. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Diretor do Aldeamento na Colônia Militar de Caseros. Lata 299, Maço 2.

RELATÓRIO de 1º/10/1852 – *Relatório do Vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial*. Porto Alegre: Typographia Mercantil, 1852, p.15-17.

RELATÓRIO de 10/02/1857 – Relatório de Francisco Ferreira da Rocha Loures ao Dr. José Antonio Vaz de Carvalhaes. In: D'Angelis, Wilmar da Rocha (org). *Luta Indígena*. Xanxerê, CIMI - Regional Sul, n. 22, p.6-13, jun. 1984.

RELATÓRIO de 1862 – *Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembléia Provincial*. Porto Alegre: Typ. do Jornal a Ordem, 1862. p.38-40.

RELATÓRIO de 14/07/1871 – *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima – abriu a 1ª Sessão da 14ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial*. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grande, 1871, p.31.

RELATÓRIO de 26/01/1879 – *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Américo de Moura Marcondes de Andrade passou a Administração desta Província ao Exm. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, 1879, p.73-75.

RELATÓRIO de 15/04/1880 – *Relatório com que o Exm. Sr. Carlos Thompson Flores passou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao 3º Vice-presidente Exm. Sr. Dr. Antônio Corrêa de Oliveira este ao Exm. Sr. Henrique D'Avila a 19 do mesmo mês e Fala com que o ultimo abriu a 2ª Sessão da 18ª Legislatura d'Assembléia no dia 1º de maio de 1880*. Porto Alegre: Typ. A Reforma, 1880. p.39-40.

RELATÓRIO de 1890 – Relatório da intendencia de Palmeira das Missões ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Lata 353, Maço 120.

RELATÓRIO de 30/06/1901 – Relatório do Delegado de Polícia Dr. Agenor de Azevedo. In: MORAIS FILHO, J. G. Pioneiros da Noroeste. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v. CXXXVIII, p.44-45, 1951.

RELATÓRIO de 31/12/1902. In: SANTOS, Silvio Coelho dos. *Indigenismo e expansão capitalista: fases da agonia Kaingang*. Santa Catarina: 1979, 73 p. (Trabalho datiloscrito apresentado originalmente como requisito ao Concurso de professor titular em Antropologia na UFSC).

RELATÓRIO de 10/09/1904 - Relatório da Comissão Missionária do Sr. D. With Rotermond ao Excmo Sr. Presidente do Estado, Dr. A. A. Borges de Medeiros. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Diversos. Indígenas. Lata 299, Maço 5.

RELATÓRIO de 19/08/1904 – Relatório dos Snrs. Otto von Judrenka e Curt Haupt, dos Missionários no toldo Serrinha, feito á Comissão Missionária entre os Índios ao Presidente do Estado. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Diversos, Indígena – Lata 299, maço 5.

RELATÓRIO de 1905 – Relatório de Julio Bierrenbach Junior. *Relatório da Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo. Exploração dos rios Feio e Aguapehy*

(extremo sertão do estado). São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild e Cia, 1905. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/~Irdg/exploracao/julobierrenbach.htm>> acesso em: 02 fev 2005.

RELATÓRIO de 1905 - Relatório da exploração do rio Peixe de Gentil de Moura. Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild e Cia. 1907. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/~Irdg/exploracao/gentilmoura.htm>> acesso em: 02 fev 2005.

RELATÓRIO de 16/06/1909 – Relatório do Fr. Bruno de Gillonnay. In: *Lê Rosier de Saint François D'Assise*. Chambéry, t. XI. n. 2. p.54-57, fev. 1910.

RELATÓRIO de 27/08/1909 – Relatório do director interino C. Torres Gonçalves da Directoria de Terras e Colonização. In: *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo secretario d'Estado Candido José de Godoy*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria do Globo, 1909. p.86-87.

RELATÓRIO de 09/06/1910 – Relatório sobre os indígenas do Rio Grande do Sul do Diretor C. Torres Gonçalves ao Secretario de Estado dos Negócios das Obras Públicas. In: LAYTANO, Dante de. *Populações Indígenas - Estudo Histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul. II Parte. b) Informações recentes (século XX)*. Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ano 6, n. 8, p. 69-77. 1957.

RELATÓRIO de 31/07/1910 – Relatório do director C. Torres Gonçalves da Directoria de Terras e Colonização. In: *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo secretario d'Estado Candido José de Godoy em 10 de setembro de 1910*. Porto Alegre, Santa Maria: Oficinas Typographicas da Livraria do Globo, 1910. p.114, 143-144, 147-157.

RELATÓRIO de 22/11/1910 – Relatório do Tenente Pedro Ribeiro Dantas enviado ao Tenente-Coronel Candido Mariano Rondon sobre o histórico da construção da EFNB, em terras dos índios Kaingang. *Museu do Índio - RJ*. (Existe cópia no Instituto Anchieta de Pesquisas).

RELATÓRIO de 31.03.1911 – Relatório do Pe. Bruno de Gillonnay ao Dr. Protásio Alves, secretário de negócios do interior e exterior, sobre as condições do Toldo de Faxinal, município de Lagoa Vermelha. In: D'APREMONT, Bernardin; GILLONAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/UCS, 1976. p.254-257.

RELATÓRIO de 31/07/1911 – Relatório de C. Torres Gonçalves da Directoria de Terras e Colonização. In: *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo secretario d'Estado Candido José de Godoy em 08 de setembro de 1911*. Porto Alegre, Santa Maria: Oficinas Typographicas da Livraria do Globo, 1911. p.153-156.

RELATÓRIO de 26/07/1912 – Relatório de C. Torres Gonçalves da Directoria de Terras e Colonização. In: *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo secretario d'Estado Candido José de Godoy em 13 de setembro de 1912*. Porto Alegre, Santa Maria: Oficinas Typographicas da Livraria do Globo, 1912. p.151.

RELATÓRIO de 17/07/1913 – Relatório do director C. Torres Gonçalves da Directoria de Terras e Colonização. In: *Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antono A. Borges de Medeiros, Presidente do Rio Grande do Sul pelo secretario de Estado João J. Pereira Parobé em 20 de agosto de 1913*. Porto Alegre: Oficinas graphicas da Livraria do Commercio – Souza & Barros, 1913. p.104.

RELATÓRIO de 09/07/1914 –Relatóro do director C. Torres Gonçalves da Directoria de Terras e Colonização. In: *Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antono A. Borges de Medeiros, Presidente do Rio Grande do Sul pelo secretario de Estado João J. Pereira Parobé em 25 de agosto de 1914*. Porto Alegre, Santa Maria: Oficinas graphicas da Livraria do Globo. LP. Barcellos & Cia. 1914. p.182-185.

RELATÓRIO de 31/07/1915 – Relatório do director C. Torres Gonçalves da Directoria de Terras e Colonização. In: *Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado vice-presidente, em exercicio, do Rio Grande do Sul pelo Secretario de Estado Engenheiro João José Pereira Parobé em 31 de agosto de 1915*. Porto Alegre: Oficinas graphicas d' "A Federação". 1915. p. 138.

RELATÓIRIO de 31/07/1916 – Relatório do director C. Torres Gonçalves da Directoria de Terras e Colonização. In: *Relatório apresentado ao Exmo Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado vice-presidente, em exercicio, do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protasio Alves secretario de Estado, interino, dos Negócios das Obras Publicas em 09 de setembro de 1916*. Porto Alegre: Oficinas graphicas d'A Federação, 1916. p. 165-166.

RELATÓRIO de 31/12/1916 – Relatório do encarregado C. Lilá da Silveira ao Sr. José Bezerra Cavalcanti, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. *Museu do Índio - RJ*. Filme 506, Fotograma 1141-1156.

RELATÓRIO anual de 1917 – Relatório do director C. Torres Gonçalves da Directoria de Terras e colonização. In: *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protasio Alves Secretario de Estado, dos Negocios das Obras Publicas em 14 de setembro de 1917*. Porto Alegre: Typographia da Empresa Graphica Rio-Grandense, Editora d'O Diário. 1917. p. 385-386.

RELATÓRIO de 20/01/1917 – Relatório de Luís Bueno Horta Barbosa sobre os trabalhos realizados pela inspetoria do Serviço de Proteção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionais em São Paulo, durante o ano de 1916. In: *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v. VIII, p.59-77. 1954.

RELATÓRIO de 1º/07/1918 – Relatório do director C. Torres Gonçalves da Directoria de Terras e Colonização. In: *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto Secretario de Estado, dos Negocios das Obras Publicas em 13 de agosto de 1918*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' "A Federação", 1918, p.279, 311-313.

RELATÓRIO de 02/01/1919 - Relatório do encarregado C. Lilá da Silveira ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. *Museu do Índio - RJ*. Avulso. Fotograma 1159-1175.

RELATÓRIO de 27/07/1919 – Relatório do director C. Torres Gonçalves da Directoria de Terras e Colonização. In: *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto Secretario de Estado, dos Negocios das Obras Publicas em 27 de agosto de 1919*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' "A Federação", 1919. p.360, 433-436.

RELATÓRIO de 31/05/1921 – Relatório do director C. Torres Gonçalves da Directoria de Terras e Colonização. In: *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto Secretario de Estado, dos Negocios das Obras Publicas em 16 de agosto de 1921*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' "A Federação", 1921. 2º volume, p.463-464.

RELATÓRIO de 31/05/1923 – Relatório do director C. Torres Gonçalves da Directoria de Terras e colonização. In: *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto Secretario de Estado, dos Negocios das Obras Publicas em 15 de agosto de 1923*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' "A Federação", 1921. 2º volume, p.584-587.

RELATÓRIO de 31/11/1923 – Relatório do Inspector José Maria de Paula ao Serviço do Proteção aos Índios. *Museu do Índio - RJ*. Filme 54, Fotograma 1537-1545.

RELATÓRIO de 31/05/1924 – Relatório de director C. Torres Gonçalves da Directoria de Terras e Colonização. In: *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto Secretario de Estado, dos Negocios das Obras Publicas em 15 de agosto de 1924*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' "A Federação", 1924. 2º volume, p.505-506.

RELATÓRIO de 31/05/1925 - Relatório de director C. Torres Gonçalves da Directoria de Terras e Colonização. In: *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Antonio Marinho Loureiro Chaves Secretario de Estado, Interino dos Negocios das Obras Publicas em 28 de julho de 1925*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas D' "A Federação", 1925. p.380-383.

RELATÓRIO de 31/05/1926 - Relatório de director C. Torres Gonçalves da Directoria de Terras e Colonização. In: *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Sergio Ulrich de Oliveira Secretario de Estado, Interino dos Negocios das Obras Publicas agosto de 1926*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' "A Federação", 1924. 2º volume, p.438-440.

RELATÓRIO de 31/05/1927 - Relatório de director C. Torres Gonçalves da Directoria de Terras e Colonização. In: *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros*

*Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Augusto Pestadna Secretario de Estado, dos Negocios das Obras Publicas em 25 de julho de 1927.* Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' "A Federação", 1927. 1º volume, p.488.

RELATÓRIO de 1928. Relatório dos Postos de Índios do Ivahy, Posto de índios do Pinhalzinho, Posto de indos dos Pardos e Delegacia em Palmas e Chapecó e dos Serviços atendidos, imediatamente pela Inspectoria. *Museu do Índio - RJ.* Inspectoria do Serviço de Proteção aos Índios no Paraná e Santa Catarina. Filme 292.

RELATÓRIO de 31/05/1928 – Relatório do director C. Torres Gonçalves da Directoria de Terras e Colonização. In: *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Engº. Civil João Fernandes Moreira Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas em 31 de maio de 1928.* 1928. 1º volume, p.428.

RELATÓRIO de 1929 – Relatório do director Sr. Dr. João Luderitz da Directoria de Agricultura, Industria e Commercio, 3ª Secção, Terras e Colonização e de Geologia e Mineralogia. In: *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Ildfonso Soares Pinto Secretario de Estado, dos Negocios das Obras Publicas em 1930.* Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' "A Federação", 1930. 2º volume, p.765-766.

RELATÓRIO de 31/05/1929 – Relatório de Godolphim T. Ramos, chefe da 3ª Secção, Directoria da Agricultura, Industria e Commercio – 3ª Secção Terras e Colonização. In: *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Ildfonso Soares Pinto Secretario de Estado, dos Negocios das Obras Publicas em 25 de julho de 1929.* Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' "A Federação", 1929. 1º volume, p.603.

RELATÓRIO de julho/1930 – *Relatório de J. Fernandes Moreira, Directoria da Agricultura, Industria e Commercio, 3ª Secção de Terras e Colonização.* In: *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Ildfonso Soares Pinto Secretario de Estado, dos Negocios das Obras Publicas.* Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' "A Federação", 1930. 1º volume, p.99.

RELATÓRIO de 15/04/1935 – *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getulio Dornelles Vargas, presidente da Republica dos E.U. do Brasil e lido perante a Assembléa Constituinte do Rio Grande do Sul pelo interventor federal General José Antonio Flores da Cunha.* Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo. Barcellos, Bertaso & Cia. 1935. p.69.

RELATÓRIO de 10/12/1942 – Relatório do encarregado Francisco Siqueira Fortes ao Sr. Paulino de Almeida, Chefe da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios. *Museu do Índio - RJ.* Filme 64.

RELATÓRIO de 22/01/1962 - Relatório de Augusto de Souza Leão, presidente de uma comissão designada para apurar fatos ao chefe da seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios. *Museu do Índio - RJ.* Filme 334, Fotograma 1354-1358.

RELATÓRIO de 21/04/1962 – Relatório do Eng. Leonel Brizola do exercício de 1962 à Assembléia Legislativa. Programas e Projetos Codificados. Política Agrária e Produção Agro-Pastoril. Volume IV. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Documentação dos Governantes. A7 52.

RELATÓRIO de 1964 – Relatório reservado sobre o Posto Indígena Telêmaco Borba. *Museu do Índio - RJ*. Filme 292, Fotograma 228-238.

RELATÓRIO de 13/03/1964 – Relatório de Ney Land referente ao Posto Indígena Coronel José de Carvalho (atual Laranjinha). Ministério da Agricultura. *Museu do Índio - RJ*. Filme 322, Fotograma 774-780.

RELATÓRIO de 15/03/1964 – Relatório de Ney Land referente ao Posto Indígena Barão de Antonina. Ministério da Agricultura. *Museu do Índio - RJ*. Filme 322, Fotograma 807-814.

RELATÓRIO de 25/03/1964 – Relatório de Ney Land referente ao Posto Indígena Coronel Telêmaco Borba. Ministério da Agricultura. *Museu do Índio - RJ*. Filme 322. Fotograma 732-738.

RELATÓRIO de 28/03/1964 – Relatório de Ney Land referente ao Posto Indígena Dr. Xavier da Silva (Apucarana). Ministério da Agricultura. *Museu do Índio - RJ*. Filme 322, Fotograma 748-755.

RELATÓRIO de 1º/04/1964 – Relatório de Ney Land referente ao Posto Indígena Cacique Gregório Kaikchot (atual Ivaí). Ministério da Agricultura. *Museu do Índio - RJ*. Filme 322, Fotograma 762-767.

RELATÓRIO de 02/04/1964 – Relatório de Ney Land referente ao Posto Indígena Dr. Carlos Cavalcanti (atual Faxinal). Ministério da Agricultura. *Museu do Índio - RJ*. Filme 322, Fotograma 719-724.

RELATÓRIO de 12/05/1964 – Relatório de Ney Land referente ao Posto Indígena de Cacique Doble. Ministério da Agricultura. *Museu do Índio - RJ*. Filme 322, Fotograma 552-561.

RELATÓRIO de 16/05/1964 – Relatório de Ney Land referente ao Posto Indígena Paulino de Almeida (Ligeiro). Ministério da Agricultura. *Museu do Índio - RJ*. Filme 322, Fotograma 667-677.

RELATÓRIO de 23/05/1964 – Relatório de Ney Land referente ao Posto Indígena de Guarita. Ministério da Agricultura. *Museu do Índio - RJ*. Filme 322, Fotograma 625-645.

RELATÓRIO de 29/05/1964 – Relatório do encarregado Acyr Barros referente ao Posto Indígena Nonoai. Ministério da Agricultura. *Museu do Índio - RJ*. Filme 232, Fotograma 521-540.

RELATÓRIO de 05/06/1964. Relatório de Ney Land referente ao Posto Indígena Dr. Salistre de Campos. Ministério da Agricultura. *Museu do Índio - RJ*. Filme 322, Fotograma 572-582.

RELATÓRIO de 08/06/1964 – Relatório de Ney Land referente ao Posto Indígena de Fioravante Esperança (Palmas). Ministério da Agricultura. *Museu do Índio - RJ*. Filme 322, Fotograma 609-614.

RELATÓRIO De 21/06/1964 – Relatório de Ney Land referente ao Posto Indígena José Maria de Paula (atual Guarapuava). Ministério da Agricultura. *Museu do Índio - RJ*. Filme 322, Fotograma 787-793.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. Trad. Regina Regis Junqueira. São Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

SOUZA, Geraldo de Paula. Notas sobre uma visita a acampamentos de índios Kaingangs. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, t. X, p. 737-758, 1918.

STYSINSKI, Bruno. Unfere Indianer in Nonohay. *Kalender für de Deutschen in Brasilien*. São Leopoldo, v. 2, p.156-172, 1902. (Tradução de Sílvia Laveuve. Ijuí, Museu Diretor Pestana. Arquivos Kaingang, Guarani e Xetã).

## FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Bruce. A fumaça do metal: história e representações do contato entre os Yanomami. *Anuário Antropológico/89*. Rio de Janeiro, p.151-189. 1992.

\_\_\_\_\_. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (org.). *Pacificando o branco: Cosmologia do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: UNESP / Imprensa oficial do Estado, 2002, p.239-274.

ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (org.). *Pacificando o branco: Cosmologia do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: UNESP / Imprensa oficial do Estado, 2002.

ALMEIDA, Ledson Kurtz de. As igrejas “crentes” entre os Kaingang. In: *IV Reunião de Antropologia do Mercosul*. Grupo de Trabalho Estudos Interdisciplinares Jê do Sul. Curitiba, 2001. 11 p. (datiloscrito).

AUGÉ, Marc. *El sentido de los otros; Actualidad de la antropología*. México: PIADOS, 1996.

AZEVEDO, Ferdinand. Jesuítas espanhóis no Sul do Brasil (1842-1867). *Pesquisas. História* 47. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1984.

BALDUS, Herbert. *Bibliografia crítica da etnologia Brasileira*. v. II, Hannover: Kommissionsverlag Münstermann – Druc GMBH, 1968.

\_\_\_\_\_. Sinopse da história dos Kaingang paulistas. In: LAYTANO, Dante de (org.). *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ano 6, n. 8, p.83-89, 1957.

BARBOSA, Fidélis. *A diocese de Vacaria*. Caxias do Sul: Editora da UCS; Porto Alegre: EST, 1984.

\_\_\_\_\_. *Nova História de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: EST, 1981.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. (Tradução John Cunha Comerford)

BASILE BECKER, Ítala Irene. O Índio Kaingáng e a colonização alemã. In: SIMPOSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL, 2, 1976. São Leopoldo. *Anais ...* São Leopoldo: Rotermund, 1976a, p. 45-71.

\_\_\_\_\_. O Índio Kaingáng no Rio Grande do Sul. *Pesquisas. Antropologia* 29, São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976.

\_\_\_\_\_. O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul. *Pré-história do Rio Grande do Sul, Documentos* 05. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1991.p.133-159.

BASILE BECKER, Ítala Irene; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. *O Índio Kaingáng no Paraná: subsídios para uma Etno-história*. São Leopoldo: ed. Unisinos, 1999.

BECKHAUSEN, Marcelo Veiga. *O reconhecimento constitucional da cultura indígena: os limites de uma hermenêutica constitucional*. São Leopoldo, 2000. 204 p. Dissertação (Mestrado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

BIGIO, Elias dos Santos. *Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930)*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2003.

BORELLI, Sílvia Helena Simões. Os Kaingang no estado de São Paulo: constantes históricas e violências deliberadas. In: MONTEIRO, John Manuel (org.). *Índios no estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo-SP: Yankatu editora Ltda, 1984.p.45-82.

\_\_\_\_\_. *Os Kaingang no estado de São Paulo: Tansfiguração e perplexidade cultural de uma etnia*. São Paulo, 1983. 176 p. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BOUTIN, Leonidas. Colônias Militares da Província do Paraná. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Curitiba, v. XXXIII, p.13-67, 1977.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade & Etnia; Construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: brasiliense, 1986.

BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. In: LE GOFF, Jacques; CHATIER, Roger; REVEZ, Jacques (org.). *A Nova História*. Coimbra, Portugal: Almedina, 1978. p.36-61.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: s.e., 1968.

CABRERA PEREZ, Leonel. Simpósio "Etnohistoria". Presentacion. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA URUGUAYA , 8 , 1994, Maldonado. *Anais ...* Montevideo: SURCOS, 1995.p. 219-224.

CALEFFI, Paula. Cultura Nativa e Globalização: Terena em Campo Grande, (re)significando o real. *Revista Imaginário/USP*. n.5, p.121-139, 1999.

\_\_\_\_\_.Indianismo e Etnohistória. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA - SBPH, XII, 1992. Porto Alegre: *Anais ...* Porto Alegre: 1996. p.101-103.

\_\_\_\_\_. *O que é ser índio hoje? A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI*. São Leopoldo, 25 p. (datiloscrito)

CARMACK, Robert M. La etnohistoria: una reseña de su desarrollo, definiciones, metodos y objetivos. *Cuadernos del Seminario de Integración Social Guatemalteca*. Guatemala: Ministério de Educación, n.26. 1979, 47 p.

CHAVES, Teodoro de Alfredo. *Cincoenta anos de atividades apostólicas dos Capuchinhos no Rio Grande do Sul/1846 –1946*. Caxias do Sul: Imprimatur, 1946.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. 5. ed. Rio de Janeiro: Erca Editora, 1978.

\_\_\_\_\_. *Investigaciones en Antropologia Política*. 1. ed. Barcelona: GEDISA,1987.

COSTA, Rovílio; DE BONI, Luís A . Os Capuchinhos em Cacique Doble: 1903. In: \_\_\_\_\_ *Os Capuchinhos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edições EST. 1996. cap. 9. p. 355-368.

CRÉPEAU, Robert R. Mito e ritual entre os Índios Kaingang do Brasil Meridional. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, Ano 3, n.3, p.173-186, out. 1997.

CUNHA, Manoela Carneiro da. Apresentação. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (org.). *Pacificando o branco: Cosmologia do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: UNESP / Imprensa oficial do Estado, 2002. p.7.

CUNHA, Manoela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/SMC, Companhia Das Letras. 1992.

CUNHA, Manoela Carneiro da. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Para uma história dos índios do oeste catarinense*. Cadernos do CEOM. Chapecó, Ano 4, n.6, nov.1989.

\_\_\_\_\_. *Toldo Chimbangue: história e luta Kaingáng em Santa Catarina*. Xanxerê: CIMI – Regional Sul, 1984.

\_\_\_\_\_; FÓKÂE, Vicente Fernandes. *Toldo Umbu*. Chapecó: Cadernos do CEOM, UNDESC, 1994.

\_\_\_\_\_; ROJAS, Blanca Guilhermina. Histórico sobre terras indígenas do Estado do Paraná. CIMI – Regional Sul, ANAÍ – Paraná – Fundação Nacional do Índio. *Museu do Índio - RJ*. 12/05/1979 – Filme 83, Planilha 912.

D'APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/UCS, 1976.

DECKMANN, Eliane Cristina. *A IECLB e a Questão Indígena no RS*. São Leopoldo: UNISINOS, 1985. 290 p. (Monografia de Conclusão de Curso).

\_\_\_\_\_. Ensaio sobre Etno-história. *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo, v. 24, n.106, p. 39-46. set./out. 1988.

DIETRICH, Mozar Artur. *Autonomia dos Povos Indígenas frente ao Estado Brasileiro*. São Leopoldo: UNISINOS. 1994. (Trabalho de Conclusão).

DUCATE NETTO, Antônio. *O grande Erechim e sua história*. Porto Alegre: EST, 1981.

ELIADE, Mircea. *Lo Sagrado y lo profano*. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1972.

\_\_\_\_\_. *Mito e realidade*. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v 2.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

ERIKSON, Philippe. Uma singular pluralidade: a etno-história pano. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/SMC, Companhia Das Letras, 1992. p. 239-252.

ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a história da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Globo, 1920.

FARRAN, Neide Lima; CINTRA, Jorge Pimentel. *O primeiro mapeamento sistemático do Brasil: significado e construção*. 2005. 8 p. Disponível em: <[http://www.cartografia.org.br/xxi\\_cbc/160-c32.pdf](http://www.cartografia.org.br/xxi_cbc/160-c32.pdf)>. Acesso em: 26 set 2005.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e Coopatação Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERNANDES, Ricardo Cid. *Autoridade política Kaingang: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palmas/Paraná*. Florianópolis, 1998. 201 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.

\_\_\_\_\_. *Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica*. São Paulo, 2003. 288 p. Tese (Doutoramento em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Uma contribuição da antropologia política para a análise do faccionalismo Kaingang. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva

(org.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduel, 2004. p.83-143.

FERNANDES, Ricardo Cid; ALMEIDA, Ledson Kurtz de; SACHI, Ângela Célia. Casa e ritual: um estudo sobre os papéis de gênero na construção da sociabilidade Kaingang. In: *III Reunion de Antropologia Del Mercosul*. Posadas, Argentina, 1999. 11 p. Disponível em: <<http://www.naya.org.ar/articulos/etnias03.htm>>. Acesso em: 27 nov 2003.

FLORES, Elio Chaves. *No tempo das degolas*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

FLORES, Moacyr (org.). *1893–1895, a Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDPUCRS, 1993.

FRANCISCO, Aline Ramos. *Selvagens e intrusos em seu próprio território: A expropriação do território Jê no Sul do Brasil (1808-1875)*. São Leopoldo, 2006, 247 p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

\_\_\_\_\_. *A pacificação de 1923*. Porto Alegre: EDUFRGS/EST Edições, 1996.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Indigenismo e Antropologia: o Conselho Nacional de Proteção aos Índios na gestão Rondon (1939 – 1955)*. Rio de Janeiro, 1990. 379 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. *Mr̃r Jykre – a cultura do cipó: territorialidade Kaingang na margem leste do Lago Guaíba*. 2005. 434 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação da era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.20, n.39, p.15-42. 2000.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

GIALDI, Frei Silvestre. Frei Bruno de Gillonnay: a presença de um evangelizador. In: *Cadernos da ESTEF*. Porto Alegre, n.3, 1989. p.100-116.

GOLIN, Tau. *Fronteiras*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

GUIMARÃES, Antonio F. P. *A Revolução Federalista em Cima da Serra*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977.

HARTMANN, Thekla. *Bibliografia crítica da etnologia Brasileira*. v. III. Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1984.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

HAVERROTH, Moacir. *Kaingang um estudo Etnobotânico; o uso e a classificação das plantas na Área Indígena Xapecó (oeste de SC)*. Florianópolis, 1997. 192 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.

HEINICH, Nathalie. *A Sociologia de Norbert Elias*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

HELM, Cecília Maria Vieira. *A integração do Índio na estrutura agrária do Paraná: o caso Kaingang*. Curitiba: 1974. 224 p. Tese (Doutoramento em Antropologia Social), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

\_\_\_\_\_. Identidade étnica entre os índios Kaingang do Paraná. *Estudos Brasileiros*. Curitiba, v. 4, n.7, p.71-92, jun. 1979.

\_\_\_\_\_. *O Índio camponês assalariado em Londrina; Relações de Trabalho e Identidade Étnica*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977. 117 p. (Tese apresentada ao Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, inscrita no Concurso para Professor Titular na Disciplina "Antropologia Brasileira").

\_\_\_\_\_. Síntese histórica do contacto entre índios e brancos no Paraná. *Revista de Estudos Brasileiros*. Curitiba, n. 4, p.267-273, 1977.

HENSEL, Reinaldo. Os Coroados da Província brasileira do Rio Grande do Sul. *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n.20, p.65-79. jun.

HILL, Jonathan David. Myth and History. In: HILL, Jonathan David. *Rethinking History and Myth: Indigenous South American Perspectives on the Past*. Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 1988. p.1-17.

JIMÉNEZ NÚÑEZ, Alfredo. Sobre el concepto de Etnohistoria. In: *Primera Reunión de Antropólogos españoles*. Sevilla: Universidade de Sevilla, 1975. p. 91-105.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leituras XXI, 2004.

KÖNIGSWALD, Gustav von. Die Coroados im Südlichen Brasilien. *Globus*. Braunschweig, v. 94. p.27-32, 45-49, 1908. (Traduzido no Instituto Anchieta de Pesquisas).

LARAIA, Roque de Barros. Lideranças indígenas acima e abaixo do Equador. *Anuário Antropológico/80*. Fortaleza/Rio de Janeiro, p.321-325. 1982.

\_\_\_\_\_. Uma etno-história Tupi. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 27/28. p. 25-32, 1984/1985.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). *Pesquisas. Antropologia* 56. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 2000.

LASK, Tomke. Apresentação. In: BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p.7-23.

LAVINA, Rodrigo. *Os Xokleng de Santa Catarina: uma Etnohistória e sugestões para os Arqueólogos*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 1994.

LAYTANO, Dante de (org.). Populações Indígenas - Estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul. *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ano 4, n. 5, p. 149-209, 1955.

\_\_\_\_\_. Populações Indígenas - Estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul. *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ano 5, n. 6, p. 201-246, 1956.

\_\_\_\_\_. Populações Indígenas - Estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul. II Parte. b) Informações recentes (século XX). *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ano 6, n. 8, p. 49-132, 1957.

LEITE, Arlindo G. de O. (org.). *Kaingang: confronto cultural e identidade étnica*. Piracicaba: UNIMEP, 1994.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Governo dos Índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manoela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/SMC, Companhia Das Letras, 1992. p.155-171.

\_\_\_\_\_. "Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da 'proteção fraterna' no Brasil". In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Sociedades indígenas & indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, 1987. p.149-204.

\_\_\_\_\_. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. Os muitos fôlegos do indigenismo. *Anuário Antropológico/81*. Fortaleza/Rio de Janeiro, Edições Universidade Federal do Ceará, Tempo Brasileiro, p.277-290, 1983.

LIMA, João Francisco Tidei. *A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru*. São Paulo, 1978. 199 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas na área de História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 12, n.25, p.85-103. jan./jun. 2006.

MACEDO, Ana Vera (org.) *Uma história Kaingáng de São Paulo: trabalho a muitas mãos*. Brasília: MEC, Coordenação-Geral de Apoio as Escolas Indígenas, 2001.

MARCON, Telmo (org.). *História e Cultura Kaingáng no Sul do Brasil*. Passo Fundo: Graf. Ed. Universidade de Passo Fundo. 1994.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. Teoria, História e Etnohistória. *Estudos Leopoldenses - Série História*. São Leopoldo, v. 1, n. 2, p. 129-137, jul./dez. 1997.

MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MELATTI, Delvair Montagner. *Aspectos da organização social dos Kaingang paulistas*. Brasília: FUNAI, 1976.

MELIÀ, Bartomeu. Informações etnográficas e históricas sobre os Kaingang do Rio Grande do Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, V, 1983. Santa Rosa. *Anais ... Canoas: La Salle*. 1985. p.173-183.

MELIÀ, Bartomeu; SAUL, Marcos Vinícios de Almeida; MURARO, Valmir Francisco. O *Guarani; Uma bibliografia etnológica*. Santo Ângelo: FUNDAMES, 1987.

MESQUITA, Zilá. Procura-se o coração do limites. In: LEHNE; Arno Carlos n; CASTELLO, Iara Regina; SCHÄFFER, Neiva Otero (Org.). *Fronteiras no Mercosul*. Porto Alegre: UFRGS, Edição prefeitura municipal de Uruguaiana, 1994, p.69-73.

MÉTRAUX, Alfred. The Caingang. In: STEWARD, Julian H. *Handbook of South American Indians*. New York: Cooper Square Publishers, 1946, v. 1, part. 3, p. 445-475. (Trad. Jacó C. Piccoli. Curitiba, ANAI, 1979).

MONBEING, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

\_\_\_\_\_. A zona pioneira do norte do Paraná. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, v.3, n.25, p.11-17, abr. 1945.

MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre(org.). *Fazer História*. Novos Problemas. 2. ed. [s.l.]. Bertrand Editora, 1987. p.129-147.

MONTEIRO, John Manuel (org.). *Índios no estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo-SP: Yankatu editora Ltda, 1984.

\_\_\_\_\_. Armas e armadilhas: História e resistência dos Índios. In: NOVAIS, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. *Negros da Terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAES, Demétrio Dias. *Brasil Grande e a história de Lagoa Vermelha*. Lagoa Vermelha: Imprensa Planalto Ltda, 1977.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Alguns dados para a História recente dos Índios Kaingáng. In: GRÜNBERG, Georg (coord.). *La Situación del Indígena en América del Sur: Aportes al Estudio de la Fricción Inter-étnica en los Indios no-Andinos*. Montevideo: Tierra Nova/Biblioteca Científica. 1972. p.381-419.

MOTA, Lúcio Tadeu. *A guerra de conquista nos territórios dos Índios Kaingang do Tibagi*. Disponível em: <<http://www.uepg.br/rhr/v9707.htm>>. Acesso em: 30 jun. 1998.

\_\_\_\_\_. *As guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang do Paraná (1769-1924)*. Maringá: EDUEM, 1994.

\_\_\_\_\_. Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século XIX. In: \_\_\_\_\_; NOELI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (org.). *Uri e Wãxi – Estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Ed. UEL, 2000. p. 81-189.

\_\_\_\_\_. “Relações interculturais na bacia dos rios Paranapanema/Tibagi”, apresentado no *III Simpósio Nacional de História – Guerras e Alianças na História dos Índios: Perspectiva Interdisciplinares*, realizado de 17 a 22 de julho de 2005, na cidade de Londrina/Paraná. Disponível em: <[www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/LTMota.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/LTMota.pdf)>. Acesso em: 30 ago 2006.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (org.). *Uri e Wãxi – Estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Ed. UEL, 2000.

MUSSOLINI, Gioconda. Os meios de defesa contra a moléstia e a morte em duas tribos brasileiras: Kaingang de Duque de Caxias e Boróro Oriental. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v. XCX, p.7-152, 1946.

MYAZAKI, Nobue. Arque-Etno-História no Brasil. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v. XXIII, p. 143-154, 1976.

NACKE, Anelise. *O Índio e a Terra; a luta pela sobrevivência no P.I. Xapeco, SC*. Florianópolis, 1983. 190 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Catarina.

NAME, Alexandre Machado. *Botocudos: uma história de contato*. Florianópolis: Editora da UFSC e Editora FURB, 1994.

NASCIMENTO, José Antônio Moraes. *Muita terra para pouco índio: ocupação e apropriação dos territórios Kaingang da Serrinha*. Porto Alegre, 2001. 191 p. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

NOELLI, Francisco Silva (org.). *Bibliografia Kaingang: Referências sobre um Povo Jê no Sul do Brasil*. Londrina: Ed UEL, 1998.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. *O Índio Kaingáng no Rio Grande do Sul frente à Sociedade Brasileira em Expansão (Século XIX)*. Porto Alegre, 1995. 165 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

NOVAIS, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. “O nosso governo”: os Ticunas e o regime tutelar. São Paulo, Brasília: Marco Zero, MCT/CNPq, 1988.

OLIVEIRA, L. Humberto de (org.). *Coletânea de Leis, Atos e Memoriais referente ao indígena brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representação da identidade nacional no Brasil e nos E.U.A.* Belo Horizonte: Editora UFMG. 2000.

OLIVEIRA, Maria Conceição de. *Os Curadores Kaingáng e a recriação de suas práticas: estudo de caso na Aldeia Xaçepó (oeste S.C.)*. Florianópolis, 1996. 246 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria pioneira editora, 1976.

OLIVEIRA, Sobrinho. Os selvícolas brasileiros e a legislação pátria – o decreto legislativo nº 5.484 de 1928. In: SOUZA FILHO, Carlos Frederico Mares de (org.). *Textos clássicos sobre o direito e os povos indígenas*. Curitiba: Juruá Editora/Núcleo de Direito Indígena, 1992, p.93-124.

OVERING, Joanna. O mito como história: um problema de tempo, realidade e outras questões. *Revista Mana*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.107-140, out. 1995.

PESAVENTO. Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. República Velha Gaúcha: “Estado autoritário e economia”. In: DACAMAL, José Hildebrando (org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 191-227.

PESEZ, Jean-Marie. A História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger, REVEZ, Jacques (org.). *A Nova História*. Coimbra, Portugal: Almedina, 1978. p. 128.

PEZAT, Paulo Ricardo. *Auguste Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha*. Porto Alegre, 1997. 430 p. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. *Carlos Torres Gonçalves, a família, a pátria e a humanidade: a recepção do positivismo por um filho espiritual de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux no Brasil (1875-1974)*. Porto Alegre, 2003. 560 p. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Ed da UFSC./Ed. Lunardelli, 1983.

PINHEIRO, Niminon Suzel. *Os Nômades; Etno-história Kaingáng e seu Contexto: São Paulo 1850 a 1912*. São Paulo, 1992. 335 p. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista.

\_\_\_\_\_. Terra não é troféu de guerra. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva (org.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduel, 2004. p.355-413.

\_\_\_\_\_. *Vanuíre: Conquista, colonização e indigenismo: oeste paulista, 1912-1967*. São Paulo, 1999. 292 p. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista.

PIRES, Maria Lígia Moura; RAMOS, Alcida Rita. Bugre ou Índio: Guarani e Kaingáng no Paraná. In: \_\_\_\_\_. RAMOS, Alcida Rita (org.). *Hierarquia e Simbiose: Relações Intertribais no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1980. Cap. V, p.183-241.

PREZIA, Benedito Antônio Genofre. O Colaboracionismo Kaingáng: dos conflitos intertribais à integração à Sociedade brasileira no século 19. In: LEITE, Arlindo Gilberto de O. (org.). *Kaingang: confronto cultural e identidade étnica*. São Paulo: UNIMEP, 1994. Cap. 2, p.59-79.

PRIMERIO, Fidelis M. de. *Capuchinos em terras de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX*. Porto Alegre: Livraria Olimpica, 1942.

RAMOS, Alcida Rita. *Hierarquia e simbiose: relações intertribais no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

\_\_\_\_\_. *Sociedades Indígenas*. São Paulo: Ática, 1988.

RANGEL, Lucia Helena Vitalli. *Vida em reserva: três comunidades indígenas de São Paulo*. São Paulo, 1979. 93 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais/Antropologia) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995.

REVERBEL, Carlos. *Maragatos e Pica-paus*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola/Ministério da Agricultura, 1962.

\_\_\_\_\_. *Os índios e a civilização; A integração das populações indígenas no Brasil Moderno*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

ROCHA, Gilmar. "O Mito é bom para pensar": diálogo entre Antropologia e História. *Cadernos de História. Belo Horizonte*, v.3, n.4, p.47-59, out. 1998.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: v.l, Globo, 1969.

RODRIGUES, Cíntia Régia. *A imagem do índio na imprensa sul-riograndense (1884-1910)*. São Leopoldo, 2002, 142 p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

RODRIGUES, José Castellano (org.). *Coletânea da legislação das terras públicas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Agricultura, Diretoria de Terras e Colonização, 1961. p.25-43.

ROSA, Rogério Reus Gonçalves. *A temporalidade Kaingáng na espiritualidade do combate*. Porto Alegre, 1998. 172 p. Dissertação ( Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. Estudo do parentesco na diacronia e sincronia: o Kujã no Rio Grande do Sul. In: *IV Reunião de Antropologia do Mercosul*. Grupo de Trabalho Estudos Interdisciplinares Jê do sul. Curitiba – Paraná, 2001, 19 p. (datiloscrito).

\_\_\_\_\_. *“Os Kujã são diferentes”: um estudo etnológico do complexo xamânico dos Kaingang da terra indígena de Votouro*. 2005. 416 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827/1931*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

SAHLINS, Marshall. *Como pensam os nativos*. São Paulo: Edusp, 2001.

\_\_\_\_\_. Cosmologia do Capitalismo: O Setor Trans-Pacífico do “Sistema Mundial”. In: *Anais da XVI Reunião Brasileira de Antropologia*. Campinas, SP, 1988, p.47-106.

\_\_\_\_\_. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

\_\_\_\_\_. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

\_\_\_\_\_. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um “objeto”em via de extinção (Parte I). *Revista Mana*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, abr. 1997.

\_\_\_\_\_. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um “objeto”em via de extinção (Parte II). *Revista Mana*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 103-150, out. 1997.

\_\_\_\_\_. *Sociedades Tribais*. Rio de Janeiro: Zahar. 1970.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *A integração do índio na sociedade regional; A fundação dos postos indígenas em Santa Catarina*. Florianópolis, Santa Catarina: Oficinas gráficas da imprensa da UFSC, 1970.

\_\_\_\_\_. *Índios e Brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Santa Catarina: edeme, 1973.

\_\_\_\_\_. *Indigenismo e expansão capitalista: fases da agonia Kaingang*. Santa Catarina: 1979, 73 p. (Trabalho datiloscrito apresentado originalmente como requisito ao Concurso de professor titular em Antropologia na UFSC).

\_\_\_\_\_. Lideranças Indígenas e Indigenismo oficial no Sul do Brasil. *V Reunião da ABA-Sul*. Tramandaí – RS, 1995, 12 p. (datiloscrito).

\_\_\_\_\_. Lideranças Indígenas, indigenismo oficial e destruição florestal: O caso de Ibirama. *Anuário Antropológico/92*. Rio de Janeiro, p.89-104, 1994.

\_\_\_\_\_. Os direitos dos indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.87-105.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. Etnohistoria y Arqueologia: algunas consideraciones sobre la historia indígena. In: *ENCUENTRO DE ETNOHISTORIADORES*. Chile: Serie Nuevo Mundo. cinco siglos. n. 1. 1988. p.129-137.

SCHADEN, Egon. *A mitologia heróica de Tribos Indígenas do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

SCHADEN, Francisco. O Cacique Doble e a sua horda. In: \_\_\_\_\_. *Índios Caboclos e Colonos: páginas de Etnografia, Sociologia e Folclore*. São Paulo: Univ. de São Paulo, 1963. p. 67-75.

SCHMIDT, Carlos Borges. (org.). Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904 de Cornélio Schmidt. *Anais do Museu Paulista*. t. XV, p.339-450. 1961.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Acampamentos litorâneos em Içara, SC. Um exercício em padrões de assentamento. *CLIO Revista do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – Série Arqueologia*. Recife: UFPE, v.1, n.11. p.99-118. 1995/1996

SCHMITZ, Pedro Ignácio; BASILE BECKER, Ítala Irene Basile. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a Tradição Taquara. *Pré-história do Rio Grande do Sul. Documentos 05*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1991. p.67-105.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; ROGGE, Jairo Henrique; BEBER, Marcus Vinícius; ROSA, André; MAUHS Julian. Vacaria: um novo projeto sobre "casas subterrâneas". *Livro de Resumos. X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Recife: SAB, 1999. p.207.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. Entre amigas: relação de boa vizinhança. *Revista USP*. São Paulo, n. 23, p. 69-75, Set./out./nov. 1994.

\_\_\_\_\_; GOMES, Nilma (org.). *Antropologia e História - Debates em região de fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SCHWINGEL, Lúcio Roberto. *Chefia Kaingang num processo de relações interétnicas e de globalização: uma abordagem a partir da comunidade de Nonoai (norte do Estado do Rio Grande do Sul)*. Porto Alegre, 2001. 157 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SEEGER, Anthony. Sociedades dialéticas. As Sociedades Jê e os seus antropólogos. *Anuário Antropológico/80*. Fortaleza/Rio de Janeiro, p.305-312, 1982.

SEEGER, Anthony, CASTRO, Eduardo B. Viveiros de. Terras e territórios indígenas do Brasil. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n.12, p.101-113, 1979.

SERVICE, Elman R. *Los orígenes del Estado y de la Civilización: El proceso de la evolución cultural*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

SIDEKUM, Antonio. *Alteridade e Multiculturalismo*. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.  
SILVA, Aracy Lopes. A Expressão mítica da vivência histórica: tempo e espaço na construção da identidade Xavante. *Anuário Antropológico/82*. Fortaleza/Rio de Janeiro, p.200-214, 1984.

SILVA, Florêncio C. de Abreu e (org.). Estradas de Ferro. *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, n.8. dez. 1922.

SILVA, Sergio Baptista. *Etnoarqueologia dos grafismo Kaingang: um modelo para a compreensão das Sociedades Proto-Jê Meridionais*. São Paulo, 2001. 366 p. Tese (Doutoramento em Antropologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

SILVA, Telma Camargo da. Relações de gênero e noções de poder: uma relação dinâmica nas sociedades da Melanésia. *Revista do Museu Antropológico da UFG*. Goiânia. v. 2, n.1, p.19-46. jan./dez. 1998.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal de Carlos Echenique, 1909.

SIMONIAN, Lúcia Terezinha Lopes (org.). *A defesa das terras indígenas. Uma luta de Moyses Westphalen*. Ijuí: FINDENE – Cadernos do Museu. n. 8, out. 1979.

\_\_\_\_\_. *A questão da criação de reservas florestais junto aos territórios tribais*. Ijuí: set. 1989 (mimeog.).

\_\_\_\_\_. *A terra indígena de Nonoai: invasão ou reocupação?* s. I. març.1992 (mimeog.)

\_\_\_\_\_. *Indígenas e terra no Rio Grande do Sul*. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana/Associação Nacional de Apoio ao Índio. set. 1979. (mimeog.).

\_\_\_\_\_. *Kaingang e Guarani no R. G. S*. Ijuí: FINDENE. Dez. 1982.

\_\_\_\_\_. Serrinha: o processo expropriatório e a esperança dos Kaingang no exílio. In: *Expropriação e luta: as terras indígenas no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro/Porto Alegre: PETI/ANAI-RS. 1990-1993.

\_\_\_\_\_. *Ocupação, expropriação e direitos territoriais dos Kaingang e Guarani de Nonoai,RS*. Belém. Laudo Antropológico – Fundiário, solicitado pela Procuradoria Geral da República no Estado do RS, pela Comissão de Assuntos Indígenas, das Minorias Étnicas e da Defesa do Consumidor do PGR e pela Diretoria Fundiária/Deptº de Identificação de Terras Indígenas da FUNAI. Out. 1995.

\_\_\_\_\_. *Terra de posseiros: um estudo sobre as políticas de terras indígenas*. Rio de Janeiro, 1981. 209 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. *Visualização: Estado expropria e domina povo Guarani e Kaingang*. Ijuí: FINDENE – Cadernos do Museu. n.9, maio de 1980.

\_\_\_\_\_. *Kanheró – uma vida de luta em Péi-Kay e Nonoai/RS*. Sem local. out. 1984 (mimeog.).

SPONCHIADO, Breno Antonio. *O Positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2000. 378 p. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Mares de. O direito envergonhado: o direito e os indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994. p.153-168.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. *“Aos Fantasmas das Brenhas”: etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul)*. Porto Alegre, 1998. 492 p. Tese (Doutoramento em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. A pesquisa de fontes da Etno-História indígena no RS: notícias prévias. *Revista Veritas*. Porto Alegre: v. 36.n. 143.p. 413-421, set. 1991.

\_\_\_\_\_. Autoctonia (re)velada: invisibilidade e alteridade Indígenas na Sociedade Pluriétnica Sulbrasileira (Rio Grande do Sul) In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIRIOS, 11, 1995. Santa Rosa, *Anais ... Missões: A Questão Indígena*. Santa Rosa: UNIJUÍ, 1997, p.165-196. Vol 1.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. Vanuire – uma heroína do oeste paulista. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v. CLXXXI, p. 165-175, abr. – jun. 1970.

TAUBATÉ, Modesto Rezende de; PRIMERIO. Fidelis Motta de. *Os missionários capuchinhos no Brasil*. São Paulo: Typographia do Semanário ‘La Squilla’, 1929.

TOMMASINO, Kimiye. *A história dos Kaingáng da bacia do Tibagi: uma Sociedade Jê Meridional em movimento*. São Paulo, 1995. 348 p. Tese (Doutoramento em Antropologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo.

\_\_\_\_\_. O sentido da territorialização dos Kaingang nas cidades. In: *IV Reunião de Antropologia do Mercosul*. Grupo de Trabalho Estudos Interdisciplinares Jê do Sul. Curitiba, 2001. 15 p. (datiloscrito).

\_\_\_\_\_. Os Kaingang da bacia do Tibagi e suas relações com o meio ambiente. In: *II Reunión de Antropología del Mercosur*. Fronteiras Culturales y Ciudadanía: Piriápolis, Uruguay, 1997. 13 p. (datiloscrito).

\_\_\_\_\_. Homem e natureza na ecologia dos Kaingang da Bacia do Tibagi. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva (org.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduel, 2004. p.355-413.

\_\_\_\_\_. Território e territorialidade Kaingang. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (org.). *Uri e Wási – Estudos Interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Ed. UEL. 2000, p.191-226.

TRIGGER, Bruce G. Ethnohistoria: problemas y perspectivas. *Ethnohistory*. v. 29, n.1. p.1-29, 1982.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in american history*. University of Virginia: Department of Englis, 1996. Disponível em: <<http://xroads.virginia.edu/~HYPER/TURNER>> Acesso em: 14 jul. 2004.

TURNER, Terence. De Cosmologia a História: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. In: CASTRO, Eduardo Viveiro de, CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *Amazônia: Etnologia e História Indígena*. São Paulo: NHII/USP-FAPES, 1993, p.43-66.

TURNER, Terence. History, Myth, and Social Consciousness among Kayapó of Central Brazil. In: HILL, Jonathan David. *Rethinking History and Myth: Indigenous South American Perspectives on the Past*. Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 1988a, p.195-213.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a consciência interétnica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Fapesp/ SMC/ Comanhia das Letras, 1992, p.311-338.

TURNER, Terence. Ethno-Ethnohistory: Myth and History in Native South American Representations of Contact with Western Society. In: HILL, Jonathan David. *Rethinking History and Myth: Indigenous South American Perspectives on the Past*. Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 1988, p.235-281.

VEIGA, Juracilda. *Aspectos fundamentais da cultura Kaingang*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2006.

\_\_\_\_\_. *Cosmologia e práticas rituais Kaingang*. Campinas, 2000. 304 p. Tese (Doutoramento em Antropologia), Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_. *Organização Social e Cosmovisão Kaingáng: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma Sociedade Jê Meridional*. Campinas, 1994. 220 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_. Revisão bibliográfica crítica sobre a organização social Kaingang. *Cadernos do CEOM*. Chapecó, ano 6, n.8, p.5-81, out. 1992.

VERNANT, Jean Pierre. *Mito e sociedade na Grécia Antiga*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de 'etnicidade' na obra de Fredrik Barth. *Revista Mana*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 41-73, abr. 2004. p.165-219.

VILLELA, Vilséa Vieira. *Kaingang de São Jerônimo da Serra (Etno-história)*. Rio de Janeiro, 1981. 53 p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Pós-Graduação em Arqueologia do Curso da SUAM.

XAVIER, Lídia de Oliveria. Fronteiras: reflexões sobre teorias e historiografia. Em Tempo de História. *Revista dos alunos de Pós-Graduação da UNB*. Brasília, v. 5, n. 5 (2001), p. 107-131, 2002.

ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e imigração italiana*. Porto Alegre: ed. sulina, 1975.

ZART, Paulo Afonso. *História Agrária do planalto gaúcho 1850 – 1920*. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

ZARUR, George Cerqueira Leite. Ecologia e cultura: algumas comparações. In: RIBEIRO, Berta G. (coord.) *SUMA Etnológica Brasileira - Etnobiologia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. v. 1, p. 273-280.

ZWETSCH, Roberto Ervino. Kaingang: Os limites do desenvolvimento. In: LEITE, Arlindo Gilberto de O. (org.). *Kaingang: confronto cultural e identidade étnica*. São Paulo: UNIMEP, 1994, Cap. 1, p.15-58.

WACHOWICZ, Ruy. A imigração e os Botocudos (Xoklengues) do Taió. *Projeções – Revista de estudos polono-brasileiro*. Curitiba, ano III, p.34-59, 2/2001.

\_\_\_\_\_. *História do Paraná*. Curitiba: Editôra dos Professôres, 1967.

\_\_\_\_\_. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Litero Técnica, 1985.

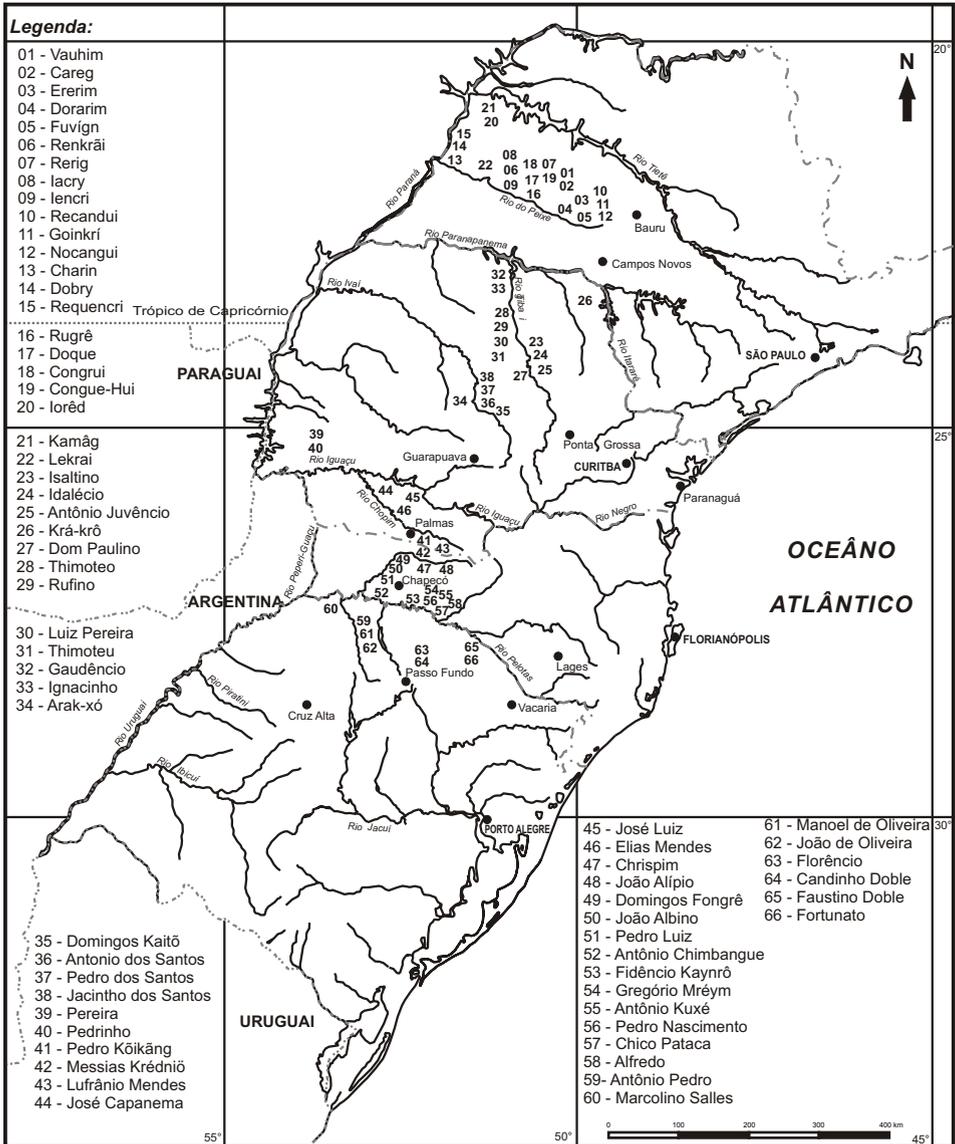
WRIGHT, Robim M. (org.). *Transformando os Deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil*. Campinas: ed. Unicamp. 1999.



- Legenda:**
- |               |                     |                      |                         |                       |
|---------------|---------------------|----------------------|-------------------------|-----------------------|
| 01 - Charin   | 07 - Gregório       | 13 - Venâncio Condá  | 19 - Antônio Péytkâr    | 25 - João de Oliveira |
| 02 - Lakri    | 08 - José Caetano   | 14 - Vaicré          | 20 - Fongue             | 26 - Florêncio        |
| 03 - Requenci | 09 - Tonho          | 15 - Francisco Rókâg | 21 - Juca Bugre         | 27 - Candinho Doble   |
| 04 - Kômâg    | 10 - Manequinho     | 16 - Chico Pataca    | 22 - Antônio Pedro      | 28 - Faustino Doble   |
| 05 - Renkrâi  | 11 - Pedro Santos   | 17 - Cadete          | 23 - Marcolino Salles   | 29 - Fortunato        |
| 06 - Arak-xó  | 12 - Antônio Cretân | 18 - Antônio Wénrey  | 24 - Manoel de Oliveira |                       |

Mapa 11: Lideranças Kaingang no sul do Brasil (1889-1910).

Fonte: Elaborado por Laroque/2006.



Mapa 12: Lideranças Kaingang no sul do Brasil (1910-1930).

Fonte: Elaborado por Laroque/2006.

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

- ABM/IHGRS – Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
- AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
- APRS – Arquivo Público do Rio Grande do Sul
- CTNP – Companhia de Terras do Norte do Paraná
- DTC – Diretoria de Terras e Colonização
- EFNB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
- IAP – Instituto Anchieta de Pesquisas
- MI – Museu do Índio
- RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- RIHGRS – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
- PRR – Partido Republicano Rio-grandense
- RSFD'A – Le Rosier de Saint François D'Assise
- SPI – Serviço de Proteção aos Índios
- SPIILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais